

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Fábio Henrique Pereira

OS JORNALISTAS-INTELECTUAIS NO BRASIL
Identidade, práticas e transformações no mundo social

Brasília
2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Fábio Henrique Pereira

OS JORNALISTAS-INTELECTUAIS NO BRASIL
Identidade, práticas e transformações no mundo social

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Comunicação da Universidade de Brasília
como requisito parcial para a obtenção do título de
doutor em Comunicação

Orientadora: Zélia Leal Adghirni

Brasília

2008

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA

OS JORNALISTAS-INTELECTUAIS NO BRASIL
Identidade, práticas e transformações no mundo social

Brasília, 18 de agosto de 2008

Banca examinadora

Profa Dra. Zélia Leal Adghirni (Presidente da banca)
Universidade de Brasília

Prof Dr. Denis Ruellan
Université de Rennes 1

Prof. Dr. Luiz Martins da Silva
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Dione Oliveira Moura
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Sérgio Dayrell Porto
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Felipe Pena (Suplente)
Universidade Federal Fluminense

Ao meu pai
Dedicado e rabugento
como todo bom intelectual

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Algumas leituras subversivas, o incentivo da orientadora e certo grau de ingenuidade explicam a escolha pelo tema *jornalistas-intelectuais*. No início, tinha a intenção de resgatar para a academia as histórias de vida de grandes jornalistas. Queria também ir em busca de um tempo perdido, quando jornalismo e mercado não se confundiam. Nesse processo, talvez fosse possível ressuscitar certos valores e práticas profissionais que hoje caíram em desuso: a produção elaborada do texto, a militância política, as sociabilidades partilhadas com os intelectuais.

Após quatro anos e meio de leituras, discussões e reflexões, compreendi que, afinal, um pesquisador não visita cemitérios para reviver os mortos, mas para entender como eles morreram. Não posso partilhar de ilusão de retornar uma “idade de outro” das redações, mas posso ao menos entender como isso está ainda profundamente ligado ao nosso meio cultural e à vida de alguns indivíduos, que chamei de “jornalistas-intelectuais”. Este será o tom das análises feitas nas próximas páginas.

Na realização desse trabalho pude contar com minha própria *rede de colaboradores*. Gostaria de citar alguns deles, já pedindo desculpas por eventuais lapsos de memória (de qualquer forma, tenho uma séria desconfiança de que, se fosse citar todos, essa seção seria interminável). Isso não limita o mérito e a gratidão que tenho por todos que me acompanharam nos quatro anos e meio em que trabalhei nesta pesquisa.

Antes de tudo, foi fundamental a ajuda da minha eterna orientadora, Zélia Adghirni. Em muito, ela ultrapassou as atribuições se espera de alguém na sua posição. Se uma interação sempre envolve diferentes papéis sociais, Zélia foi durante todo o tempo em que convivemos, orientadora, mãe, amiga, conselheira e intelectual. Em alguns momentos, mais do que eu, foi ela quem demonstrou uma fé inabalável na importância minha capacidade para dar conta deste tema. Se, no momento em que termino esta tese, o maior mérito parece ter sido o de conseguir falar por mais de 200 páginas sobre esses tais jornalistas-intelectuais, foi graças a ela, sem dúvidas. Se nesse processo, houve erros e falhas a responsabilidade é minha.

Agradeço também aos dez jornalistas-intelectuais que decidiram colaborar para esta pesquisa, expondo suas vidas, opiniões, “gastando seu tempo” respondendo dúvidas e indagações, às vezes pueris. São eles: Adísia Sá, Alberto Dines, Antônio Hohfeldt, Carlos Chagas, Carlos Heitor Cony, Flávio Tavares, Juremir Machado da Silva, Mino

Carta, Raimundo Pereira e Zuenir Ventura. Em algumas dessas conversas tive a oportunidade de ter verdadeiras aulas sobre o bom jornalismo. Em todas pude intuir acertadamente como o título intelectual não pode ser atribuído apenas pelo estatuto social, mas a partir do posicionamento ideológico e pelo teor das idéias expostas numa interação. Todos eles merecem minha inestimável gratidão.

Além das lições sobre sociologia do jornalismo, meu co-orientador, Denis Ruellan foi uma presença fundamental no processo de pesquisa. Suas idéias, expressas em obras citadas durante toda esta tese, refletem um posicionamento acadêmico, em que se busca problematizar e inovar no trato de temas do cotidiano da prática jornalística. Trata-se de uma postura tão remarcável quanto rara entre os pesquisadores da área. Agradeço ainda à gentileza com que me recebeu e tratou durante todo meu *séjour* em Lannion, por ocasião do doutorado-sanduíche.

Alguns professores, mesmo sem exercer papéis institucionalizados, trabalharam como orientadores informais ao longo dessa trajetória. Dione Moura foi fundamental na minha iniciação à vida acadêmica. Tenho ciência de que nossas conversas ressoarão durante toda a minha carreira. As primeiras considerações feitas por Jandyra Cunha sobre o meu trabalho serviram para que eu refletisse e reorientasse minha postura como doutorando. Não sei se cheguei ao nível de exigência pretendido por ela, mas sem aprendi a ser mais criterioso com relação às questões metodológicas de uma pesquisa acadêmica. France Aubin teve a gentileza de me passar uma versão impressa da sua tese. A leitura da sua pesquisa e os e-mails trocados me ajudaram a direcionar melhor meu trabalho de pesquisa.

Agradeço ainda aos membros da banca Denis Ruellan, Dione Moura, Luiz Martins, Felipe Pena, Sérgio Porto, além pela participação, pela leitura cuidadosa e pelas críticas e sugestões que porventura farão. Tenho consciência da imerecida oportunidade que é poder contar com suas participações em minha defesa.

Rafael Barbosa, Chico Dutra e Franci de Moraes tiveram a gentileza de revisarem os originais da tese, de forma que os erros de ortográficos, semânticos e de estilo puderam ser minorados. Os sugestões feitas pelos doutorandos da UnB – Graça Caldas, Elizena Rossi e Ricardo Silveira – foram de grande valia. As conversas com Olivier Tredan, colega de *bureau* em Lannion, me abriram novas formas de situar e tratar os jornalistas-intelectuais. Aliás, o capítulo IX é consequência direta das sugestões dele, de Florence Le Cam e de Alberto Dines.

Os professores Luiz Motta, Beth Canceli, Roselyne Ringoot e Éugenie Saita integraram as minhas qualificações de doutorado no Brasil e na França e deram sugestões importantes. Dois jornalistas-pesquisadores, Chico Sant’Anna e Carlinhos Muller, foram grandes companheiros no decorrer desse doutorado. Parte de um aprendizado empírico sobre o funcionamento do mundo dos jornalistas resultou de nossas conversas. Tive também o prazer de contar com a amizade da professora Thaís de Mendonça, a quem gostaria de expressar minha gratidão.

Outras pessoas colaboraram de forma menos direta na produção desta pesquisa. Não são, por isso, menos importantes. Agradeço aos meus pais e irmã por suportarem minhas escolhas, os estresses, as crises e toda essa parte invisível que integra a elaboração de uma tese. Sou grato ainda à paciência de Cássia Gomes e dos colegas do STG/PQP: Arthur Lima, Eduardo Stênio, Alexandre Gomes e Marcos Macedo. À Regina Oliveira, secretária da Pós em Comunicação da UnB, expressei meu carinho pela ajuda durante esses seis anos e meio que, como mestrando e doutorando, invadi seu cercadinho para discutir problemas burocráticos, “filar” xícaras de café ou simplesmente jogar conversa fora.

Enfim, terminada a redação desta tese, só há uma coisa a dizer/fazer:

Estirar os braços
ao sol nalgum lugar
E até que morra o dia
Dançar, pular, cantar!
Depois sob uma árvore
Quando já entardeceu,
Enquanto a noite vem
– negra como eu –
Descansar... é o que eu quero!

(Inspiração – Langston Hughes, tradução de Manuel Bandeira)

“O filósofo público, hoje, não sou eu, mas você. Eu não represento mais nada. É o jornalista que dá vida às mensagens. Não eu. Quando a mídia tomar conta totalmente do ‘poder intelectual, o que a ela vai fazer?’” (Michel Serres, filósofo francês, respondendo a um jornalista).

Na medida em que a vida avança, nós deixamos três ou quatro imagens de nós, diferentes umas das outras, nós as remetemos em seguida ao vapor do passado como retratos de nossas diferentes idades. (Chateaubriand, *Mémoires*)

Sou uma pessoa plural. Quando Cristo expulsou o demônio ele perguntou: “Qual é o seu nome?”. O demônio respondeu: “É Legião”. Eu sou uma espécie de Legião. Há muitos eus dentro de mim (Carlos Heitor Cony, entrevista à revista *Sexy Way*).

Cada lagarta tem seu gosto; algumas preferem urtigas (provérbio japonês).

RESUMO

O objetivo desta tese é o de analisar o processo de construção identitária dos “jornalistas-intelectuais”. Trata-se de indivíduos que dividem sua atividade jornalística com intervenções em outros espaços sociais (literatura, universidade, engajamento político, etc.) convencionalmente associados a representações social do intelectual. Analisaram-se o modo como negociam suas práticas e estatutos no mundo social dos jornalistas. Para isso, foram selecionadas dez pessoas, cuja reputação obedecia a critérios de notoriedade intelectual e pertencimento ao meio jornalístico: Adísia Sá, Alberto Dines, Antônio Hohfeldt, Carlos Chagas, Carlos Heitor Cony, Flávio Tavares, Juremir Machado da Silva, Mino Carta, Raimundo Pereira e Zuenir Ventura. A esse *corpus* de pesquisa aplicou-se o método de análise das histórias de vida. As narrativas foram coletadas por meio das técnicas de entrevista semi-estruturadas e pesquisa documental (entrevistas, biografias e livros produzidos sobre e por esses indivíduos). A investigação, estruturada a partir de conceitos oriundos do interacionismo simbólico foi dividida em quatro partes. Abordou-se, antes de tudo, valores e ideologias partilhados por essas pessoas. Num segundo momento, foram trabalhadas as formas de apresentação de si, gestão estatutária e concepção das carreiras profissionais por ocasião das interações face-a-face com pesquisador. A seguir foram analisadas as escolhas e a construção da reputação do entrevistado nas relações com demais atores do mundo dos jornalistas. Finalmente as histórias de vida foram situadas marco-sociologicamente dentro dos processos de transformação, segmentação e continuidade que afetam o jornalismo, nas suas relações com as atividades intelectuais. A partir dessas instâncias foi possível entender como a identidade desses atores se constrói a partir de diferentes processos interativos de forma que se constituam, aos olhos do observador, como um grupo de jornalistas-intelectuais.

Palavras-chave: jornalistas-intelectuais, identidade, sociologia profissional, mundo social, interacionismo simbólico.

ABSTRACT

The objective of this essay is to analyze the identity construction process of a group of actors called "intellectual-journalists". It deals with individuals that divide their journalistic activities with interventions in other social environments (literature, university, political engagement, etc.) associated conventionally to social representations of the intellectual. The form these individuals negotiate their practices and statutes in the social world of the journalists was analyzed. Ten people were selected, whose reputation obeyed intellectual notoriety and journalistic environment belonging criteria: Adísia Sá, Alberto Dines, Antônio Hohfeldt, Carlos Chagas, Carlos Heitor Cony, Flávio Tavares, Juremir Machado da Silva, Mino Carta, Raimundo Pereira and Zuenir Ventura. The method of life story analysis was applied. The narratives were collected, especially, by means of semi-directed interview and documental research techniques (interviews, biographies and books produced about and by these individuals). The investigation, structured starting from concepts arising from the symbolic interactionism was divided in four parts. At first, value and ideologies shared by these persons were approached. Second it was worked the forms of presentation of itself, statutory management and conception of the professional careers by occasion of the interactions face to face with researcher. Following that, the choices and the building of the reputation of the interviewee in the relations with the other actors of the journalists' world were analyzed. Finally the life stories were situated sociologically within the transformation, segmentation and continuity processes that affect journalism, in its relations with the intellectual activities. From those three instances, it was possible to understand how the identity of these actors builds itself from different interactive processes in a way that it constitutes, to the eyes of the observer, as a group of intellectual-journalists.

Keywords: intellectual-journalists, identity, professional sociology, social world, symbolic interactionism.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette thèse est d'analyser le processus de construction identitaire d'un groupe d'acteurs appelés journalistes-intellectuels. Il s'agit d'individus qui, outre leur activité journalistique, interviennent dans d'autres espaces sociaux (littérature, université, engagement politique, etc.). Ces interventions sont habituellement associées aux représentations de l'intellectuel. Notre perspective a cherché à analyser les manières dont ces individus ont négocié leurs pratiques et leur statut à l'intérieur du monde social des journalistes. Pour ce faire, dix individus dont la réputation suivait des critères de notoriété intellectuelle au sein du milieu journalistique : Adísia Sá, Alberto Dines, Antônio Hohfeldt, Carlos Chagas, Carlos Heitor Cony, Flávio Tavares, Juremir Machado da Silva, Mino Carta, Raimundo Pereira e Zuenir Ventura. Nous avons appliqué à ce corpus de recherche, la méthode d'analyse des récits de vie. Ces récits ont été recueillis dans le cadre d'entretiens semi-directifs et dans le cadre d'une recherche documentaire (interviews, biographies et livres écrites sur et par ces individus). L'investigation, reposant sur les concepts développés par les tenants de l'interactionnisme symbolique, a été partagée dans quatre parties. D'abord nous avons compris les valeurs et idéologies partagés par ces acteurs. Ensuite, nous avons travaillé les logiques de présentation de soi, la gestion statutaire et la conception des carrières professionnelles dans l'interaction en face-à-face avec le chercheur. Ensuite, nous avons analysé la construction de la réputation des interviewés dans leurs rapports avec les autres acteurs du monde social. Enfin, les histoires de vie ont été replacées macro-sociologiquement dans les processus de transformation, de segmentation et de continuité qui marquent le monde des journalistes et des espaces intellectuels. A partir de ces trois dimensions, il a été possible de comprendre comment l'identité de ces acteurs s'est construite par des différentes dynamiques d'interaction de façon à se constituer, aux yeux de l'observateur, comme un groupe de journalistes-intellectuels.

Mots-clés: journalistes-intellectuels, identité, sociologie des professions, monde social, interactionnisme symbolique

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Jornalistas-intelectuais selecionados segundo critério de duplo e triplo-pertencimento.....	83
Quadro 02: Jornalistas-intelectuais selecionados segundo critério de notoriedade.....	84
Quadro 03: Jornalistas-intelectuais selecionados segundo critérios de geração, sexo e localidade.....	84
Quadro 04: Local, data e duração das entrevistas com os jornalistas-intelectuais.....	91
Quadro 05: As definições e tipologias do intelectual expressas pelos entrevistados....	108
Quadro 06: “O jornalista é um intelectual?” – sistematização das respostas dos entrevistados	110
Quadro 07: Estratégias de gestão estatutária durante a apresentação de si.....	116
Quadro 08: Percepção subjetiva das carreiras profissionais.....	130
Quadro 09: As relações entre as definições de jornalista-intelectual a forma como os entrevistados associam seus estatutos / organizam suas carreiras profissionais.....	142
Quadro 10: Como a interiorização das transformações no jornalismo se reflete na situação atual do entrevistado.....	243

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I – DISCUSSÕES INICIAIS.....	21
1.1 – Jornalismo e transformação	21
1.1.1 – O conceito de campo	21
1.1.2 – As mudanças paradigmáticas no jornalismo	23
1.1.3 – Jornalismo, formação discursiva e dispersão	26
1.1.4 – As análises da sociologia profissional.....	29
1.2 – A mídia e as transformações no meio intelectual	32
1.2.1 – O debate francês sobre as relações os intelectuais e os meios de comunicação. 33	
1.2.2 – As análises da sociologia francesa.....	39
1.2.2.1 – Bourdieu e as transformações do campo intelectual.....	39
1.2.2.2 – Rieffel e a nova configuração cultural.....	42
1.2.3 – Visões deterministas sobre a relação mídia-intelectuais	44
1.2.3.1 – O Príncipe eletrônico e o intelectual orgânico	45
1.2.3.2 – Jornalistas-intelectuais na sociedade do conhecimento.....	46
1.3 – Os diferentes conceitos de jornalistas-intelectuais	48
CAPÍTULO II – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: IDENTIDADE E INTERAÇÃO, MUNDO SOCIAL	53
2.1 – Pressupostos teórico-metodológicos do interacionismo simbólico.....	55
2.1.1 – Identidade e interação	57
2.1.2 – Estrutura e mudança social	59
2.2 – O jornalismo como mundo social	60
2.2.1 – Características do mundo dos jornalistas	61
CAPÍTULO III – CONSTRUINDO UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE	67
3.1 – Histórias de vida	67
3.1.1 – Uso de entrevistas	70
3.1.2 – A pesquisa documental	72
3.1.3 – Diário de campo (<i>fieldnotes</i>)	72
3.1.4 – Dados complementares	73
3.2 – Construção do <i>corpus</i> : o problema de definição do intelectual.....	74
3.2.1 – Operacionalizando a escolha dos jornalistas-intelectuais	77

3.2.1.1 – Estabelecerem relações de duplo ou triplo pertencimento	78
3.2.1.2 – Serem dotados de notoriedade	78
3.2.1.3 – Engajar sobre assuntos de ordem política ou social	79
3.2.1.4 – Critérios de representatividade.....	80
3.3 – O agendamento das entrevistas.....	85
3.4 – Realização das entrevistas.....	86
3.4.1 – Transformando a entrevista numa conversa.....	89
3.5 – O registro das entrevistas	91
3.6 – Edição e tratamento.....	91
3.6.1 – Formatação do material coletado	93
CAPÍTULO IV – AS DEFINIÇÕES DOS ENTREVISTADOS: O JORNALISMO, OS	
JORNALISTAS E OS INTELLECTUAIS.....	
4.1 – O jornalismo como realidade construída.....	95
4.1.1 – As exceções.....	101
4.2 – Os intelectuais e os jornalistas.....	103
4.2.1 – Definições do intelectual.....	103
4.2.1.1 – A definição do intelectual a partir do amálgama francês.....	104
4.2.1.2 – O intelectual: criador, tradutor e vulgarizador	105
4.2.1.3 – O intelectual como o crítico.....	106
4.2.1.4 – O intelectual orgânico.....	107
4.2.1.5 – Intelectual como o exercício do intelecto	108
4.2.1.6 – Quadro sinóptico das definições e tipologias	108
4.2.2 – Os jornalistas e os intelectuais	109
CAPÍTULO V – NEGOCIANDO ESTATUTOS, CONSTRUINDO UMA	
IDENTIDADE: AS INTERAÇÕES COM O PESQUISADOR	
5.1 – Papéis, estatutos e carreiras profissionais: uma breve discussão conceitual	114
5.2. – A intervenção em diferentes espaços: jornalistas, mas também escritores, professores, políticos.....	115
5.2.1 – Os estatutos hegemônicos.....	116
5.2.1.1 – Intelectuais que intervêm no jornalismo.....	116
5.2.1.2 – Jornalistas que intervêm no espaço intelectual	120
5.2.2 – Quando diferentes estatutos co-existem e se complementam.....	124
5.3 – Mudanças nas carreiras profissionais e a construção da identidade.....	129
5.3.1 – Estabilidade nas carreiras e nos estatutos.....	130

5.3.2 – Carreiras alternativas, estatutos que se transformam.....	133
5.3.3 – Trajetórias híbridas: estabilidade e mudança nas carreiras profissionais.....	138
5.4 – As negociações de estatuto e os jornalistas-intelectuais.....	142
5.4.1 – Limites do face-a-face interacional.....	143
CAPITULO VI – AS INTERAÇÕES NO ÂMBITO DO MUNDO SOCIAL.....	145
6.1.– Jornalistas, fontes, público e patrões.....	146
6.1.1 – Os pares jornalistas.....	146
6.1.1.1 – Formas de cooperação no mundo social: os papéis de mestres, discípulos e companheiros.....	147
6.1.1.2 – Os pares: reputação e escolhas	153
6.1.2 – As fontes de informação.....	156
6.1.2.1 – Fontes: cooperação, reputação e escolhas.....	156
6.1.3 – O público.....	159
6.1.3.1 – Formas de cooperação do público no mundo social.....	159
6.1.3.2 – Público: legitimidade e reputação no mundo social.....	162
6.1.4 – Os patrões.....	164
6.1.4.1 – Papéis sociais: mestres e vilões	165
6.1.4.2 – Autonomia e escolhas.....	166
6.1.4.3 – Patrões e a reputação dos jornalistas.....	170
6.2 – As interações com outros membros do mundo social.....	171
6.2.1 – Os intelectuais.....	172
6.2.1.1 – Uma sociabilidade compartilhada.....	172
6.2.1.2 – A reputação intelectual: o reconhecimento dos pares	179
6.2.2 – As interações com o Estado.....	184
6.2.2.1 – As intervenções durante a ditadura militar.....	184
6.2.2.2 – Quando a ditadura não faz diferença.....	189
6.2.3 – Outros integrantes	190
6.2.3.1 – Críticos	190
6.2.3.2 – Editores	192
6.2.3.3 – Sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos.....	196
6.2.3.4 – Os alunos.....	199
6.2.3.5 – O julgamento da história.....	200
6.2.3.6 – Um mundo social sem limites.....	202

6.3 – A identidade construída por meio de um mosaico.....	203
CAPÍTULO VII: JORNALISTAS-INTELECTUAIS E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO SOCIAL.....	205
7.1 – As mudanças no mundo dos jornalistas: uma ópera em dois atos.....	205
7.1.1 – Primeiro ato: os novos contornos da atividade intelectual no Brasil.....	207
7.1.1.1 – Política e cultura nos anos 1950 e 1960.....	208
7.1.1.2 – Os anos 1950-1960 na imprensa: revendo a hipótese da profissionalização do jornalismo.....	210
7.1.1.3 – O jornalismo, de fato, se transforma.....	212
7.1.1.4 – ... mas o mundo dos jornalistas não se limita aos jornalistas.....	213
7.1.2 – Entreato: oposição ao regime e construção de espaços institucionais de exercício intelectual.....	217
7.1.2.1 – Um novo modo de acesso ao jornalismo.....	217
7.1.2.2 – A consolidação da indústria cultural no Brasil.....	220
7.1.3 – O último ato: uma nova identidade intelectual.....	222
7.1.3.1 – Os intelectuais e o fim de um paradigma.....	223
7.1.3.2 – Jornalistas: modernização, técnica e profissionalismo.....	227
7.2 – Os processos de segmentação no mundo dos jornalistas.....	231
7.2.1 – Quando jornalismo vira literatura.....	232
7.2.2 – Imprensa alternativa: o jornal como instrumento de luta política.....	234
7.2.3 – E os jornalistas assumem ares de cientistas sociais.....	236
7.3 – Uma breve revisão sobre os gêneros opinativos.....	237
7.4 – A interiorização dessas transformações: a avaliação dos entrevistados.....	239
7.5 – Amarrando arestas: os jornalistas-intelectuais e as formas de inserção no mundo social	242
CONCLUSÕES.....	245
DOCUMENTOS E OBRAS CONSULTADAS SOBRE OS JORNALISTAS INTELECTUAIS.....	252
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	258
ANEXOS	271

INTRODUÇÃO

O presente estudo se dedica à análise das histórias de vida de dez profissionais denominados “jornalistas-intelectuais” de acordo com os objetivos da pesquisa. O foco é o processo de construção por esses atores das identidades e de um conjunto de práticas sócio-discursivas¹. O termo jornalistas-intelectuais define os indivíduos cuja reputação não se limita apenas ao sucesso alcançado a partir das carreiras convencionais do jornalismo (reportagem, edição, chefia, incursão em gêneros opinativos). Ele remete a uma produção extra-redação: na literatura, na universidade, nos movimentos políticos e sociais. São, sem dúvida, grandes jornalistas, embora não partilhem necessariamente da representação social do grupo construída pelo discurso do profissionalismo².

As menções e análises sobre esse grupo remetem a um fecundo campo de análise aberto pela sociologia dos intelectuais na França (ver capítulo I). Sem entrar ainda em uma revisão aprofundada desses estudos, podemos dizer que os jornalistas-intelectuais são atores sociais que possuem relações de duplo pertencimento ou dupla identidade, transitando em espaços de convivência entre a imprensa, o meio político e o intelectual. São jornalistas-escritores, jornalistas-professores, jornalistas-militantes, etc. (Bourdieu, 1984).

A atribuição de um estatuto social³, nesse caso, oscila entre jornalistas, escritores, pensadores, militantes, de acordo com o contexto de intervenção desses indivíduos. Suas reputações se fundamentam na idéia de que a competência profissional adquirida dentro e fora do jornalismo permite situá-los em novo patamar, na medida em que extrapolam as atribuições associadas à prática jornalística. Pode-se afirmar que, para ser considerado intelectual é preciso fazer mais do que se espera de um jornalista (Ortega & Humanes, 2000).

Os jornalistas-intelectuais exercem também um papel político associado à imagem do intelectual *à francesa*. Este se engajaria no espaço público em defesa de valores abstratos da defesa dos direitos do Homem (Aubin, 2006, Charle, 1990), “diante do qual o intelectual se ergue como portador das exigências da razão, da verdade, da liberdade, da tolerância, da compreensão, do amor e da piedade” (Bobbio, 1997: 59).

¹ Trata-se de práticas, cuja definição remete a um conjunto de características discursivas e um reconhecimento social (Ringoot & Utard, 2005).

² Segundo Le Cam & Ruellan (2004) o profissionalismo é o modo como um grupo profissional representa a si mesmo, tendo como substrato o longo processo de sedimentação da sua identidade e do seu território.

³ Estatutos são tipificações de caráter mais duradouro, adquiridos e exercidos pelos indivíduos no decorrer de suas trajetórias de vida. Cada estatuto remete a um grupo de atributos correspondentes (formação, capacidade, idade), alguns explícitos (como um diploma), outros não tácitos (cor da pele, estilo de vida, etc.) (Strauss, 1992).

Diariamente, esbarramos com esses jornalistas-intelectuais na mídia, nos livros, nas universidades, nas rodas de leitura e nos espaços de debate intelectual. Mesmo que eles não sejam originais como grupo social, sua condição identitária sugere uma série de questões quando problematizada dentro das análises sobre o jornalismo.

As transformações que atingiram o meio jornalístico entre 1950 e 1960 introduziram um conjunto de convenções que tende a associar essa atividade ao processo de produção informativa nos meios de comunicação. A consolidação do que Becker (1982) chama de “âmago” (*core*) do mundo dos jornalistas (ver capítulo II) remete um objeto de trabalho (a informação), a um estilo narrativo próprio (*lead*, pirâmide invertida), a métodos e técnicas de lidar com a realidade social característicos dessa atividade (Ringoot & Utard, 2005; Ruellan, 1993). Assim, objetiva-se uma definição essencialista do jornalismo como “conjunto de técnicas, saber e ética voltado para captação de informações” (Ribeiro, 1994: 19).

Do ponto de vista da identidade profissional, a sociologia funcionalista define o jornalista como o detentor de uma competência técnica que lhe permite colaborar diretamente com a produção do noticiário, como repórter, colunista, editor, fotógrafo, diagramador. Associado a essa definição emerge o discurso normativo do profissionalismo, além de instâncias legítimas de ingresso e ascensão na carreira jornalística, de um conjunto de valores e regras deontológicas e de um estilo de vida (Travancas, 1992). Desse conjunto de definições é possível criar uma escala de valores para definir e avaliar o profissional e o amador, bom e o mau jornalista, o bem sucedido e o fracassado.

Ao tomarmos como base esse discurso do profissionalismo, é possível dizer que os “grandes jornalistas brasileiros” seguem obrigatoriamente dois rumos em termos de carreiras profissionais. Alguns, ligado ao que Bourdieu (2002) chamaria de pólo econômico (ou dominante) do campo assumiriam cargos de chefia ou direção nos veículos da grande mídia, legitimidade que se traduz em altos salários, prestígio junto aos pares e poder real nas decisões editoriais do veículo. Outros, talvez mais próximos ao pólo dominado/cultural/intelectual fariam suas incursões nos gêneros opinativos (a coluna, o comentário, a crônica), assumindo a espaços em que o discurso autoral e opinativo é autorizado pelo jornal.

Essa profissionalização ocorre também em outros grupos sociais que exercem atividades associadas à identidade do intelectual: artistas, professores, escritores, filósofos. No período de 1960 a 1970 criaram-se instâncias próprias de aquisição e atributos que definem o ingresso e a ascensão nessas carreiras: nas universidades, no mercado editorial, artístico e fonográfico.

Observamos, portanto, uma profissionalização concomitante de atividades que anteriormente partilhavam de um mesmo espaço, cujas identidades se confundiam. A partir dessas mudanças, a imprensa deixa de servir como espaço de militância política e do diletantismo literário, ganhando autonomia sócio-discursiva e um corpo próprio de profissionais e atores sociais. Jornalistas, escritores, professores e militantes, cuja identidade se confundia há algumas décadas, adquirem estatutos sociais mais específicos. Mesmo que ainda interajam, essas relações são agora delimitadas por novos valores e normas de conduta. Ao colaborarem, por exemplo, com a imprensa, os intelectuais devem se portar como fontes de informação, *experts* ou articulistas. Por sua vez, ao falar sobre temas ligados à produção artística e acadêmica, o jornalista se coloca na posição de informante ou mediador entre os intelectuais e o público.

Existe, portanto, uma forma objetivada das pessoas vivenciarem cotidianamente as relações entre jornalistas e intelectuais no Brasil. E também como os próprios profissionais tendem a definir e legitimar suas práticas. Mesmo que jornalistas, intelectuais e públicos não expressem essa realidade em termos teóricos (Berger & Luckman, 1974), eles recorrem a esse discurso essencialista todas as vezes que fazem referência ao mundo jornalístico ou ao espaço intelectual.

A forma como situamos os jornalistas-intelectuais nesse cenário nos conduz, antes de tudo, a um problema de definição estatutária. Se os estatutos de jornalistas, escritores, professores, políticos são socialmente distintos, como as pessoas que compõem nosso objeto⁴ de pesquisa se definem? Em que sentido esses múltiplos pertencimentos levam a situações de identificação, complementaridade ou antagonismos na forma de se identificarem? Essa questão é relevante justamente porque remete a valores ligados a estatutos e espaços sociais que aparecem como contraditórios

Uma segunda ordem de questionamentos surge da forma como essas identidades são negociadas nas relações com outros atores sociais. Como essa reputação de “jornalistas-intelectuais” foi adquirida? Que pessoas participam da atribuição desse estatuto? Em que sentido a reputação adquirida como jornalista é conversível no meio editorial, político, universitário e vice-versa? Se esse processo não se limita às atividades previstas no âmbito da profissão, que outras instâncias participam dessa construção reputacional?

⁴ Nossa definição de objeto de pesquisa não deve ser tomada dentro do ponto de vista positivista como uma entidade separada do cientista que deveria ser descrita, escavada, trazida à luz. Falo em objeto no sentido atribuído pelos sociólogos do interacionismo simbólico (Blumer, 1982; Strauss, 1992), como construtos físicos, sociais ou abstratos, os quais nos relacionamos a partir de significados atribuídos na interação. Ao trabalhar com os dez jornalistas-intelectuais estou produzindo confrontando as minhas interpretações sobre essas pessoas e construindo novas interpretações a partir dessa relação.

Finalmente, existem questões relativas à forma como essa categoria interioriza as transformações do meio jornalístico e intelectual brasileiro. Se considerarmos que esse processo resultou numa separação entre diferentes categorias intelectuais, cada uma atualmente centrada em espaços de intervenção autônomos, existe um estranhamento natural à existência desse grupo. Logo, observa-se uma dimensão macro-social que deve ser abordada na pesquisa, a de como diferentes atores e gerações vivenciaram o processo de separação e autonomização de jornalistas e intelectuais no Brasil.

As diferentes questões levantadas aqui dirigem nossa atenção ao problema da construção identitária dos intelectuais e sua relação com o espaço jornalístico, com o discurso do profissionalismo, com o meio intelectual e com a sociedade. Por isso, nosso objetivo é *analisar o processo de construção identitária dos jornalistas-intelectuais no Brasil*. A investigação parte de uma análise das visões de mundo e de um estudo dos processos de gestão estatutária e das carreiras profissionais desses jornalistas. Em uma dimensão intermediária, descreveremos o processo de atribuição das reputações e delimitação das escolhas realizadas pelos jornalistas-intelectuais nas negociações feitas com os diferentes atores que integram o mundo social. Finalmente, nos proporemos a situar a trajetória e a identidade desses indivíduos no âmbito das transformações que atingem o jornalismo e o meio intelectual a partir de 1950.

Para realizar esse trabalho, utilizamos o método de análise das histórias de vida de dez jornalistas-intelectuais. Os dados foram coletados por meio da técnica de entrevistas semi-estruturadas, realizadas ao vivo e de pesquisa documental, com a reunião de depoimentos, entrevistas, artigos, biografias e livros produzidos sobre e por estes jornalistas.

Justificamos a escolha pelo tema e uso da metodologia em questão, primeiro pela relativa ausência de estudos específicos sobre o assunto no Brasil. Países como França, Estados Unidos e Canadá iniciaram esse debate há pelos menos duas décadas (ver capítulo I e Anexo I). Consideramos que, apesar da diferença entre contextos, a análise dos jornalistas-intelectuais poderá colaborar para trazer essas discussões para o meio acadêmico brasileiro. Por outro lado, traremos para o estudo do jornalismo conceitos oriundos da sociologia qualitativa e da antropologia, cujas adaptações para o campo da comunicação ainda não estão consolidadas no meio acadêmico brasileiro. É o caso da noção de fronteiras profissionais (Ruellan, 1993) e mundo social (Becker, 1982). O uso dessas abordagens possibilitará elucidar alguns mecanismos sobre o processo de construção e transformação das identidades e práticas no jornalismo, nem sempre presentes nos estudos que se prendem à definição funcionalista da atividade.

No capítulo I, faremos uma revisão da bibliografia sobre questões que serão abordadas nesta tese. Na primeira parte, trabalharemos algumas teorias sobre as transformações do jornalismo, ligadas à noção de campo, ao conceito de paradigma, à perspectiva semiológica das formações discursivas e aos estudos de sociologia profissional do jornalismo. A seguir, será feita uma revisão dos trabalhos que tratam das transformações nas relações entre jornalistas e intelectuais. Finalmente, serão apresentadas algumas definições sobre os jornalistas-intelectuais.

O capítulo II tratará brevemente de alguns pressupostos epistemológicos que fundamentam as teorias, os conceitos e a metodologia empregados. Partindo da perspectiva do interacionismo simbólico, serão trabalhadas as relações entre indivíduo e sociedade e o processo de transformação dialética das identidades e da realidade social. As discussões serão operacionalizadas na segunda parte do capítulo com a introdução do conceito de mundo social dos jornalistas.

No capítulo III, descreveremos nosso caminho metodológico que enfatizará a análise das histórias de vida de dez jornalistas-intelectuais. Explicaremos os critérios de escolha do *corpus*, as estratégias de coleta, edição e análise dos depoimentos dessas pessoas. A interpretação do material será estruturada por meio dos conceitos e dos objetivos de pesquisa explicitados nesta tese. Assim, o capítulo IV trata das visões de mundo e valores expressos pelos entrevistados com relação à prática jornalística e intelectual. No capítulo V, serão trabalhadas os mecanismos de auto-definição, gestão estatutária e concepção das carreiras profissionais por ocasião das interações face-a-face com o pesquisador. O capítulo VI abordará as negociações identitárias junto aos diferentes atores que integram o mundo social. Finalmente, partindo das histórias de vida dos jornalistas-intelectuais e dos conceitos utilizados, será feita, no capítulo VII, uma releitura das transformações que levaram à profissionalização dos diferentes espaços intelectuais no Brasil.

CAPÍTULO I – DISCUSSÕES INICIAIS

Neste capítulo serão abalisados autores e obras que tratam das transformações da atividade jornalística e das relações entre intelectuais e mídia. Esses dois campos de análise permitirão que, no final do capítulo, situemos algumas definições sobre a categoria dos jornalistas-intelectuais. Trata-se de um trabalho de rescensão da literatura disponível, que servirá como ponto de partida para as discussões em torno do referencial teórico-metodológico adotado – o que será tratado nos dois capítulos seguintes. Recorreremos ainda aos autores apresentados aqui, quando tratarmos de questões pontuais surgidas durante a análise empírica.

1.1 – Jornalismo e transformação

Existe uma relação entre as transformações no jornalismo, a identidade dos seus praticantes e a institucionalização de uma definição social dessa atividade. Esse processo, analisado sob diferentes perspectivas teóricas, remete à forma como atores e práticas profissionais podem ser consideradas dominantes, marginais, desviantes, do ponto de vista de um espaço social. Revisar essas teorias, portanto, permite entender melhor a diversidade de formas de conceber e praticar o jornalismo e as dinâmicas que explicam suas mudanças. A seguir, trataremos do tema, a partir dos conceitos de campo, paradigma, formação discursiva e fronteira profissional.

1.1.1 – O conceito de campo

Conceito já consagrado pelos sociólogos, a noção de campo abriu, a partir da década de 90, uma fecunda perspectiva de análise sobre o jornalismo. O criador dessa teoria, Pierre Bourdieu (1966; 1983; 1984; 1989; 1993; 1997; 2001; 2002), não se engajou diretamente em análises empíricas sobre este objeto, sendo o que o único trabalho específico sobre o campo jornalístico foi um pequeno livro-manifesto chamado *Sobre a Televisão* (Bourdieu, 1997). Contudo, o poder explicativo dessa abordagem possibilitou apropriações por um número expressivo de autores que se empenharam em descrever e analisar aspectos ligados aos mecanismos de funcionamento do campo jornalístico, dos quais destacamos: Berguer (1998);

Champagne (1993); Chupin & Jérémie (2006); Marchetti (2002); Rieffel, (1984); Saitta & Lettieri, (2006); Santos-Saniz, (2006), entre outros.

Campos, na teoria de Bourdieu (1997; 2002), são espaços sociais definidos por relações de desigualdade e por dinâmicas permanentes de disputa entre agentes. Estes se afrontam em estratégias de acumulação ou monopólio de um tipo específico de capital, destinadas a conservar ou transformar a estrutura do campo. Ao definirem leis próprias de funcionamento, os campos se apresentam como espaços relativamente autônomos, embora sua lógica também seja definida pela posição que ocupam numa estrutura maior de relações de dominação que estabelecem com os outros campos.

É impossível analisar o espaço jornalístico sem situá-lo numa rede de dependências com os campos político, econômico e intelectual, cujas lógicas determinam as modalidades de funcionamento dessa atividade. O fato de o jornalismo atual reiterar valores ligados ao profissionalismo, à concorrência e à luta pela audiência evidenciam, na concepção bourdieusiana, um progressivo distanciamento dos mecanismos de dominação do campo político e intelectual em direção à submissão dessa atividade aos constrangimentos econômicos.

As relações de dominação se refletem nas hierarquias verificadas no interior do campo jornalístico, ou melhor, nos seus “subcampos” (Marchetti, 2002). De fato, o jornalismo apresenta uma diversidade de mídias (TV, jornal, rádio e Internet), formas de produção (generalista ou especializado) e especialidades (jornalismo científico, econômico, literário), etc. O funcionamento desses segmentos reproduz a estrutura das relações de dominação estabelecidas no âmbito maior do campo. Um jornal sensacionalista, por exemplo, se aproxima dos critérios impostos pelo pólo econômico do jornalismo, enquanto uma revista de cultura oscila em direção ao pólo intelectual.

As dinâmicas que estruturam o campo são reproduzidas no âmbito micro-sociológico, pelos agentes. É possível compreender as possibilidades e as impossibilidades de um jornalista por meio da posição que ele ocupa dentro do campo e do subcampo ao qual ele pertence. Cada jornalista interioriza as lógicas de funcionamento da sua atividade e orienta suas estratégias de manutenção e subversão das suas posições pelo acúmulo de um tipo específico de capital (econômico, político, cultural, social, simbólico, entre outros.). Esse mecanismo explica a diversidade de posturas e trajetórias observadas no jornalismo (*habitus*), sem que isso implique na perda de identidade ou de uma subversão na estrutura do campo. Mesmo a adoção de uma posição marginal é geralmente prevista pelas leis que regem o campo e apenas reifica sua dinâmica de funcionamento. Os jornalistas podem, é claro, rejeitar

essas imposições ou negociarem suas margens de manobra e/ou autonomia individual, no interior do campo. Nesse ponto, é possível visualizar algum espaço de mudança social a partir dos agentes, embora a teoria dos campos tenda a enfatizar o peso das estruturas sociais como fator determinante para essas transformações.

Visto dessa forma, o campo se propõe a estabelecer uma proposta de investigação que pode ser aplicada a instâncias distintas de uma atividade, das transformações macro-sociológicas às práticas individuais. Suas premissas reiteram uma correspondência entre as estruturas mentais e sociais, reproduzida nos diferentes níveis do campo, a partir de relações de dominação. Além disso, a perspectiva bourdieusiana resolve a aparente contradição entre a representação social do espaço jornalístico, que tende a ser considerado como micro-cosmo autônomo e o modo como as diferentes interações entre agentes se materializam em uma diversidade de práticas e carreiras profissionais.

O grande problema desse conceito é como a noção de dominação é colocada como um *a priori* subjacente a todas as relações analisadas por meio do conceito de campo (Dosse, 2003). Ao cair nesse reducionismo, mesmo que sob uma alegação de operacionalização sociológica, a perspectiva bourdieusiana acaba cometendo simplificações. Vista de cima, a sociedade até pode ser definida por essas diferentes relações de força entre agentes e campos. Da mesma forma, a profissionalização do jornalismo, sem dúvidas, reflete um processo de dominação dessa atividade pelos valores do mercado, como já explicitado por uma vasta literatura (Marcondes Filho, 2000; Marshall, 2003; Moretzsohn, 2002; Ribeiro, 1994). Por outro lado, quando analisados numa escala menor, percebemos como o agente orienta sua trajetória a partir de uma série de motivações que não estão necessariamente associadas à conflitualidade social. Por isso, substituir a análise das interpretações subjetivas pelo conceito de dominação parece contra-procedente em uma proposta de estudo centrada em um foco micro-sociológico, como o estudo da identidade de dez jornalistas-intelectuais.

1.1.2 – As mudanças paradigmáticas no jornalismo

O esforço de elaboração de uma teoria específica sobre a mudança no jornalismo, traduzível em conceitos operacionais, resultou na análise dos paradigmas, desenvolvida pelos pesquisadores canadenses Jean Charron e Jean de Bonville (2004). Sua construção teórica se baseia no método do *tipo ideal* da sociologia weberiana (Weber, 1954). Ele consiste em uma descrição abstrata da realidade, onde se retêm alguns traços julgados típicos ou característicos definidos pelo pesquisador. Ao se concentrarem nos elementos discursivos da prática

jornalística, os autores estabelecem uma relação funcional entre a organização social e os quatro tipos de jornalismo historicamente adaptados às circunstâncias sociais, a saber:

1. *Jornalismo de transmissão*. Aparece no século XVII. Sua função era transmitir informações das fontes diretamente ao seu público;

2. *Jornalismo de opinião*. Surge no início do século XIX e se coloca a serviço das lutas políticas;

3. *Jornalismo de informação*. Emerge no fim do século XIX e segue o modelo de coleta de notícias sobre a atualidade;

4. *Jornalismo de comunicação*. Aparece nas décadas de 1970/1980 e se caracteriza pela diversificação e pela subordinação da oferta a partir das preferências do público alvo.

Um paradigma possui um caráter organizado e organizador. Ao mesmo tempo em que se constitui em um sistema de regras coerentes, com alto grau de compatibilidade, permite que elas sejam consensualmente utilizadas por todos os participantes. Parte dessas regras é explicitada, por exemplo, em códigos deontológicos e manuais de redação. O essencial, no entanto, é interiorizado durante o cotidiano da prática profissional, a partir dos processos de socialização nas redações e das interações com os outros praticantes. Por isso, o conceito de paradigma comporta não apenas um conteúdo específico, comum a uma coletividade e que engendra um conjunto de crenças, valores e regras, mas também um conteúdo particular aos jornalistas que se manifesta nas instâncias discursivas e cognitivas.

Charron & Bonville distinguem dois tipos de transformações no jornalismo. A primeira compreende uma miríade de micro-inovações discursivas, que acontecem de forma constante no âmbito da atividade. Visto a partir desse processo de pequenas mudanças, o paradigma evolui lentamente e conserva uma coerência que o torna compreensível para os praticantes. Este tipo de alteração apresentaria certa dificuldade de análise, pois parece imperceptível aos olhos do pesquisador:

O processo poderia ser resumido assim: o uso repetido de uma fórmula implica na imitação, a imitação implica em multiplicação das práticas, a multiplicação das práticas implica em densificação das práticas, a densificação das práticas implica em banalização das práticas. A banalização, por outro lado, provoca a busca por distinção, à qual implica em outras maneiras de cobrir o mesmo domínio. E o ciclo recomeça ⁵ (Charron & Bonville, 2004: 67-68).

⁵ Tradução do autor de: “Le processus pourrait être résumé ainsi: l’usage répété d’une formule implique imitation, l’imitation implique multiplication des pratiques, la multiplication des pratiques implique densification des pratiques, la densification des pratiques implique banalisation des pratiques. La banalisation, en revanche, entraîne la recherche de distinction, laquelle implique d’autres manières de couvrir le même domaine. Et le cycle recommence”.

Além desse processo “normal” de transformação, o paradigma está também sujeito a metamorfoses mais profundas nos elementos considerados importantes ou essenciais de cada modelo⁶. Elas seriam verdadeiras mutações ou revoluções paradigmáticas e viriam acompanhadas de um processo de crise, em que se constata nível elevado de incongruência entre diferentes categorias de objetivos e de regras pertinentes a um modelo. Ao mesmo tempo, verifica-se uma forte tensão cognitiva de um grupo considerável de jornalistas em torno dos elementos que estão em via de se transformarem. Assim, os processos de mutação envolvem alterações de tal amplitude que as regras do discurso jornalístico e o discurso em si não são reconhecíveis quando comparados ao paradigma anterior.

Os autores também situam o jornalismo como uma prática “contingente”. As transformações do paradigma seriam também conseqüências de mudanças nas estruturas sociais com as quais a imprensa se relaciona. Vistas dessa forma, as alterações do paradigma jornalístico teriam a mesma amplitude daquelas que afetam as estruturas às quais ele está imerso.

Para os autores, essa inscrição histórica da prática jornalística não deve ser reduzida a um isomorfismo. No lugar do determinismo haveria, na verdade, uma congruência entre o jornalismo e as estruturas sociais em que variáveis intermediárias contaminariam práticas vizinhas situadas em um mesmo contexto espaço-temporal. Existiria uma série de parâmetros constitutivos do paradigma que vão do texto jornalístico à estrutura econômica, passando pela ação dos profissionais, das organizações midiáticas, das fontes de informação, das práticas culturais e valores, elementos que interagem entre si num contexto de transformação⁷. Dessa forma, as hipóteses que relacionam estrutura social e prática específica são complexificadas por essas diferentes instâncias intermediárias.

Diferente da análise bourdieusiana em que os fundamentos conceituais buscam situar e explicar toda a diversidade de práticas e carreiras que marcam um campo social, a noção de paradigmas prefere se centrar nas características hegemônicas que o definem. Se, por um lado, o conceito é bastante eficiente para desconstruir o que os autores chamam de “quintessência do jornalismo”, existem limites associados à ancoragem teórica adotada, claramente identificada com os estudos funcionalistas (ver seção 1.1.4 e capítulo II).

Ao explicitarem seu posicionamento, Charron e Bonville não ignoram a existência de práticas desviantes do paradigma, dado que o conceito do tipo ideal dedica-se a estabelecer

⁶ A explicação faz referência explícita ao uso do termo de paradigma definido por Thomas Kuhn em KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

⁷ Um esquema bem detalhado sobre esses mecanismos de transformações pode ser encontrado na obra de Charron & Bonville (2004: 90).

uma abstração que nunca corresponde exatamente à descrição empírica de um fenômeno social⁸. Pelo contrário, os autores tendem a enfatizar que sua hipótese explicativa é válida justamente porque resiste, *apesar* das variações encontradas nos diferentes contextos. Mas, se o paradigma é incapaz (ou não tem interesse) de analisar os desvios, como é se pode utilizá-lo no estudo de um objeto aparentemente marginal como os jornalistas-intelectuais? Esse foi o grande problema encontrado em fundamentar nossa análise a partir desse conceito.

1.1.3 – Jornalismo, formação discursiva e dispersão

Foi a partir dos debates realizados no âmbito da *Réseaux d'Etudes sur le Journalisme* (REJ – “Rede de Estudos sobre Jornalismo”)⁹, que os semiólogos Roselyne Ringoot & Jean-Michel Utard (2005) propuseram uma interpretação sobre as transformações no jornalismo utilizando as definições de formação discursiva e dispersão desenvolvidas por Michel Foucault (1969) em sua *Arqueologia do Saber*¹⁰. Sem necessariamente operacionalizar tais conceitos, os autores propuseram algumas considerações sobre a heterogeneidade como um elemento constitutivo do espaço jornalístico.

A proposta arqueológica de Michel Foucault busca desconstruir as relações “obscuras” que formam os grandes grupamentos discursivos de fronteiras “indecisas” e que manifestam uma “incessante vontade de verdade”, como as ciências, literatura, religião, história, ficção, entre outros. Foucault deixa de lado o jogo de influências que formam esses saberes e a pretensão de recuperá-los historicamente (porque todos os discursos remetem, em última instância, a uma espécie de “meio silêncio”, a uma origem secreta, irrecuperável) para empreender um trabalho de descrição dos elementos que marcam essas “formações discursivas”. A proposta se estabelece em torno de quatro hipóteses – posteriormente retrabalhadas e aprimoradas – em que o autor inicialmente postula a idéia de uma unicidade entre objetos, enunciações, conceitos e estratégias que integram um domínio discursivo.

⁸ Sobre o assunto, ver WEBER, M. *Economía y Sociedad: Esbozo de Sociología Comprensiva*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1964.

⁹ Grupo de pesquisadores franceses, brasileiros, canadenses e mexicanos, nos quais se incluem o autor desta tese e sua orientadora e que trabalharam, nos anos de 2004 a 2006 com o tema ‘O jornalismo em invenção’. Dessa pesquisa coletiva, resultaram dois livros sobre as mudanças e dispersões do espaço jornalístico: RINGOOT, R. & UTARD, J-M. *Le journalisme em invention. Nouvelles pratiques, nouveaxu acteurs*. Rennes : PUR, 2005 ; AUGEY, D; DEMERS, D; TÉTU, J-F. *Figures du journalisme. Brésil, Bretagne, France, La Réunion, Mexique, Québec*. Québec: PUL, 2008. Sobre o assunto, acessar também o site do REJ: <http://www.surlejournalisme.com/>

¹⁰ Sobre o assunto, ver ainda. FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966 ; BARONAS, R. R. L. ‘Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade’. SARGENTINI, V & NAVARRO-BARBOSA, P (orgs.). *M. Foucault e os domínios da linguagem*. São Carlos : Claraluz, 2004, pp. 45-62.

Contudo, a heterogeneidade encontrada na análise de Foucault sugere que o estudo das formações discursivas se dirija para a análise das “regras de dispersão” que definem as relações que esses elementos podem estabelecer entre si e que “abre um campo de opções possíveis e permite arquiteturas diversas e exclusivas umas das outras ao aparecerem lado a lado ou uma depois da outra¹¹” (Foucault, 1969: 88).

Aplicando as noções de formação discursiva e dispersão ao jornalismo, Ringoot & Utard (2005) mostram que o objeto jornalístico, a informação, aparece naturalmente disperso. Ela faz referência a uma infinidade de assuntos (política, esporte, economia). Também, os próprios discursos que buscam delimitar esse objeto – os “valores-notícia” da sociologia anglo-saxã ou as noções de informação veiculada pelos manuais de redação – são incapazes de construir uma definição precisa sobre ele. Tais critérios são, portanto, instáveis, pois evocam um fenômeno em constante mutação. Eles ainda possuem um poder normativo limitado, porque “a noção de informação se transforma ao mesmo tempo em que os discursos que a objetivam e as práticas que a produzem (...) A produção da informação remete a um conjunto de decisões editoriais e organizacionais atravessadas por discursos heterogêneos e por diferentes objetivos¹²” (Ringoot & Utard, 2005: 41).

A dispersão aparece ainda na multiplicidade dos atos enunciativos, que variam conforme o tipo de veículo (imprensa escrita, TV, rádio, Internet). No interior do texto jornalístico é possível encontrar ainda uma grande variedade de enunciações (mostrar, contar, explicar, testemunhar, comentar), estabelecidos de acordo com a segmentação profissional (repórter, editorialista, colunista), além das relações com as fontes, com o público e com os valores sociais. “A elasticidade entre o sistema codificado e normativo da enunciação e a apropriação, sempre localizada nos projetos editoriais, fazem da enunciação jornalística um processo de permanente movimento¹³” (Ringoot & Utard, 2005: 42).

Ringoot & Utard mostram como a dispersão jornalística se materializa ainda num conjunto de conceitos (objetividade, sensacionalismo, utilitarismo) e estratégias. E como essa heterogeneidade constitutiva, ao ser analisada a partir da sua organização (nas regras de dispersão), é que permite distinguir o jornalismo de outros discursos próximos:

¹¹ Tradução do autor de : “ouvre un champ d’options possibles et permet à des architectures diverses et exclusives les unes et les autres d’apparaître côte à côté ou à tour de rôle”.

¹² Tradução do autor de: “la notion d’information se transforme en même temps que les discours qui l’objectivent et les pratiques qui la produisent. (...) La production d’information renvoie à un ensemble de décisions éditoriales et organisationnelles traversées par des discours hétérogènes et des objectifs différents”.

¹³ Tradução do autor de: “L’élasticité entre le système codifié et normatif de l’énonciation, et l’appropriation toujours localisée dans des projets éditoriaux, font de l’énonciation journalistique un processus en mouvement permanent”.

Define-se, portanto, a formação discursiva jornalística como um centro de tensão entre ordem e dispersão. Ordem e dispersão das informações, das enunciações, das estratégias. Essa noção de dispersão permite pensar a heterogeneidade do jornalismo como constitutiva e intrínseca (...). Nesta apropriação conceitual, trata-se de considerá-lo como um discurso identificado e identificável, constituído sob a ação de fatores e de atores heterogêneos¹⁴ (Ringoot e Utard, 2005: 42-43).

Se o jornalismo não pode ser identificado por um elemento específico, Ringoot & Utard chegam à conclusão de que é preciso escapar à visão essencialista, emitido de dentro, para situar essa formação dentro de um interdiscurso. Para os autores, objetos, enunciações, conceitos e estratégias jornalísticas podem (e são) partilhados por outros grupamentos discursivos que também participam e estruturam esse espaço. Logo, nossa compreensão sobre essa análise aponta para uma concepção do jornalismo a partir de duas dimensões. Primeiro, a disposição dos elementos no interior da formação, a partir das regras de dispersão. Segundo, a maneira como as relações que outros espaços estabelecem com esses elementos atribuem, por oposição, analogia ou complementariedade, uma especificidade ao jornalismo.

A análise proposta por Ringoot & Utard pretende dar uma explicação teórica a um conjunto de constatações sobre as formas de conceber e praticar o jornalismo nos diferentes contextos sociais e históricos¹⁵. Suas conclusões reiteram, por exemplo, os estudos empíricos feitos por Ruellan (1993) sobre o grupo profissional dos jornalistas (ver a seção seguinte). Nossa dificuldade em trabalhar com esses autores, se encontra justamente na falta de uma operacionalização metodológica desses conceitos¹⁶. E também na maneira como a apropriação das teorias de Michel Foucault parece sugerir mais a realização de um trabalho de recuperação arqueológica do jornalismo, do que um estudo particular sobre um grupo sócio-profissional (Tétu, 2008). Por isso, embora algumas conclusões obtidas ao longo desse trabalho sejam convergentes com a teorização em torno das formações discursivas, preferimos não adotá-la como pressuposto teórico que fundamenta nossa pesquisa.

¹⁴ Tradução do autor de: “On définira donc la formation discursive journalistique comme un foyer de tension entre ordre et dispersion. Ordre et dispersion des informations, des énonciations, des stratégies. Cette notion de dispersion permet de penser l’hétérogénéité du journalisme comme constitutive et intrinsèque (...) Dans cette appropriation conceptuelle, il s’agit de considérer comment un discours identifié et identifiable est constitué sous l’action des facteurs et d’acteurs hétérogènes”.

¹⁵ Esse texto trata-se justamente do capítulo de abertura de um livro que pretende comparar internacionalmente diferentes formas de conceber e comparar o jornalismo.

¹⁶ Essa dificuldade foi, inclusive, discutida diretamente com Roselyne Ringoot, cuja proposta inicial não previa necessariamente a operacionalização desses conceitos numa metodologia de análise. Uma tentativa de utilização desses conceitos foi feita pelo autor e resultou no artigo: PEREIRA, F. H. “As relações entre jornalismo e história: um jogo de distinção e justaposição entre espaços”. *Verso e Reverso* (São Leopoldo), v. 44, p. 08, 2006. O autor considera, entretanto, que os resultados estão aquém das possibilidades abertas pelos conceitos desenvolvidos por Roselyne Ringoot e Jean-Michel Utard.

1.1.4 – As análises da sociologia profissional

Finalizaremos a primeira parte deste capítulo revisando as análises sobre o jornalismo feitas no âmbito da sociologia das profissões. Centraremos nosso foco nos processos de construção identitária e de gestão do espaço profissional pelo grupo de jornalistas. Nossa revisão tratará do modelo analítico desenvolvido por Denis Ruellan (1992; 1993; 1994; 1997; 2004; 2006) fundamentado na perspectiva do interacionismo simbólico.

Esses estudos partem de uma crítica aos estudos funcionalistas sobre a sociologia profissional. O funcionalismo postula a existência de um tipo ideal de profissão fundamentado por um conjunto de valores partilhados pela comunidade de trabalho. Por isso, a identidade do jornalista se construiria pelo desempenho de uma função no corpo social, o que se reflete nos discursos de legitimação de uma atividade veiculados pelo grupo profissional (Ruellan, 1993; 1997). Ao se colocarem como representantes do “Quarto Poder” ou do interesse público, os jornalistas acreditam na idéia de que a sua atividade existe pelo bem da sociedade, que sua extinção causaria um desequilíbrio na ordem social. Essa perspectiva suprime o conflito social e reduz as práticas e a identidade do jornalista à defesa da coletividade e da estrutura social.

Ao mesmo tempo em que se prendem ao discurso de legitimação profissional, esses estudos tendem a analisar a emergência das profissões como resultado de uma trajetória linear e universal¹⁷. Aplicado ao jornalismo, esse tipo de posicionamento possui duas implicações. Pode-se partilhar da idéia de que, a relativa abertura desse espaço e a multiplicidade de estatutos que ele engendra, remete a um processo de profissionalização incompleto. Nesse caso, o jornalismo não poderia ser considerado plenamente uma “profissão”¹⁸. Ou ainda, seria possível se prender um grupo restrito de práticas discursivas, sobretudo associadas à produção

¹⁷ Segundo Harold L. Wilensky (1964 *apud* Kunczik, 1997), todo processo de profissionalização obedeceria cinco etapas: I) A transformação de uma atividade em ocupação de tempo integral, em que se começa a definir um campo típico de trabalho; II) Os primeiros indivíduos a possuírem a nova técnica (ou a pertencerem ao movimento que promove essa ocupação) começam a buscar sucessores e a estabelecerem instituições de capacitação profissional (geralmente dentro das universidades); III) Os professores dessa escola e outros ativistas da ocupação se organizam, primeiro em associações locais, depois nacionais, transformando as ocupações existentes e lançando novas ocupações; IV) Somente assim conseguiriam autorização estatal para estabelecerem um monopólio; V) Ao longo desse processo, formulam e sintetizam novos regulamentos e uma “ética formal”.

¹⁸ Ruellan faz referência ao processo de profissionalização na França, onde o estatuto de jornalista é atribuído por formas de ingresso ‘frouxas’: a carteira profissional é expedida por uma comissão paritária com representantes dos jornalistas e dos patrões. Os critérios de atribuição dessa carteira são extremamente vagos e sujeito a mudanças de interpretação no decorrer do tempo. Sobre esse assunto específico, consultar o artigo: RUELLAN, D. ‘A roupa justa do jornalista: O estatuto profissional à prova da jurisprudência’. *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (Compós). São Bernardo, 2004.

de noticiário, e assim, excluir grupos e competências tachadas de desviantes ou amadores. Esse seria o caso, por exemplo, dos jornalistas-intelectuais.

O problema é que as profissões não resultam de um processo universal de constituição dos territórios profissionais com uma definição rigorosa das formas de acesso, formação e regulação. Na verdade, um estatuto profissional como o do jornalista pode se constituir de forma imperfeita, a identidade social pode parecer imprecisa, sem nitidez¹⁹, e, mesmo assim, o grupo pode existir, ser reconhecido, respeitado ou mesmo invejado (Ruellan, 1992).

A identidade jornalística não se limita a uma categoria simbólica, derivada de representações dominantes (Ruellan, 1997) ou de uma unidade idêntica, inteiriça e “sem-costuras” (Hall, 2001). Ela é marcada por heterogeneidades estruturais – o jornalismo nunca foi composto por um grupo homogêneo – e conjunturais – relativas às constantes transformações na identidade (Ruellan, 2006).

Ao aplicar esses pressupostos à análise do jornalismo, Ruellan adota a perspectiva do interacionismo simbólico (ver também capítulo II). Ele define as profissões a partir de um processo de conquista e de adaptação de um território por um grupo. “As concorrências estruturam os argumentos de exclusão, de marginalização, de alienação: uma parte dos membros do grupo inicial, considerando-se ‘profissionais’, pretende organizar diferentemente o espaço laboral, em seu benefício²⁰” (Ruellan, 1997: 18). Neste processo, o profissionalismo se constrói em função de imperativos de gestão dos seus interesses e não apenas sobre bases deontológicas, como acontece na visão funcionalista. “A percepção da ação desses grupos e de sua contribuição ao espaço social passa, portanto, pelo estudo desses processos de diferenciação e de seus efeitos. A natureza dos grupos é assim ligada aos seus esforços de distinção²¹” (Ruellan, 1997: 11).

No caso do jornalismo, essa imprecisão serve aos interesses do grupo. Ela oferece capacidades de amálgama, de flexibilidade e de redução dos antagonismos evidentemente eficazes (Ruellan, 1997). As mudanças na profissão e a criação de novas práticas (por exemplo, com a entrada do rádio, da TV e da Internet) estão ligadas a uma negociação permanente que permite redefinir a competência, manter o território e garantir a reprodução social do grupo:

¹⁹ Ruellan utiliza para descrever essa situação a palavra *flo*, sem tradução direta para o português, que em fotografia e remete à idéia de ausência de nitidez.

²⁰ Tradução do autor de: “Les concurrences structurent des arguments d’exclusion, de marginalisation, d’aliénation, une partie des membres du groupe initial, se pensant ‘professionnels’, prétend organiser différemment l’espace laborieux, à son profit”.

²¹ Tradução do autor de: “La perception de l’action de ces groupes et de leur contribution à l’espace social passe donc par l’étude de ces processus de différenciation et de leurs effets. La nature des groupes est ainsi liée à leur effort de distinction”.

A aura do jornalismo se encontra reforçada pela largura do espectro de suas competências possíveis, o entendimento do seu perfil facilita sua adaptação às evoluções tecnológicas e econômicas, a envergadura do seu território de geometria variável permite gerir os antagonismos nascidos das mudanças²² (Ruellan, 1997: 153).

Para entender o processo de gestão do espaço profissional, Ruellan (1993) empresta da geografia o conceito de fronteira. Ela permite entender como a construção do estatuto profissional passa pelo fechamento do território jornalístico, pela exclusão dos amadores, de forma a reservá-lo a uma categoria especial de membros. No caso, pode-se recorrer ao discurso deontológico e de mitificação profissional, de forma dar uma unicidade à identidade. Isso ajuda a reduzir as incertezas em torno da representação do grupo e possibilita que o jornalista desfrute de um conjunto de garantias institucionais para o exercício da profissão.

A noção de fronteira remete ao fechamento das formas de acesso profissional. Mas ela é também um espaço aberto, a ser permanentemente conquistado, como no processo de ocupação da fronteira agrícola na Amazônia. Aplicada ao jornalismo, ela explica a apropriação de novas atividades decorrentes das inovações tecnológicas e das relações que se estabelece junto a territórios profissionais e sócio-discursivos vizinhos:

O jornalista não é uma profissão fechada, de fronteiras estabelecidas, pelo contrário, ele se move dentro de um espaço de limites fluidos, de práticas mestiças, nas margens de domínios vizinhos que lhe transferem práticas e concepções, e recebem dele em troca: a arte (que se pense na literatura e na fotografia), a pesquisa (em história, em antropologia, domínios por vezes muito próximos do jornalismo por suas práticas e mesmo seus objetivos), a política (através da função editorial da imprensa), a educação (que todo o tempo a imprensa, à sua maneira, assume e reivindica), o saber especializado (a mídia sendo um local privilegiado de confronto de *experts*), a publicidade (a função de apresentação de novos produtos de consumo sempre fez parte do jornalismo²³ (Ruellan, 1994: 124).

Essa base conceitual ajuda, portanto, a desconstruir uma hipótese corrente no meio profissional e acadêmico. Esta descreve a emergência do jornalismo como o desenvolvimento

²² Tradução do autor de: “L’aura du journaliste se trouve renforcée par la largeur du spectre de ses compétences possibles, l’entendue de son profil facilite son adaptation aux évolutions technologiques et économiques, l’envergure de son territoire à géométrie variable permet de gérer les antagonismes nés des changements”.

²³ Tradução do autor de: “Le journaliste n’est pas une activité fermée, aux frontières établies, au contraire, il se meut dans un espace aux limites fluides, aux pratiques métisses, aux marges de domaines voisins qui lui transfèrent des pratiques et des conceptions, et reçoivent de lui échange : l’art (que l’on pense à la littérature et à la photographie), la recherche (en histoire, en anthropologie, domaines parfois très proches du journalisme par leurs pratiques et mêmes leur objectifs), la politique (à travers la fonction éditoriale de la presse), l’éducation (que tout de temps la presse a, à sa manière, assumé et revendiqué), l’expertise (le media étant un lieu privilégié d’affrontement d’experts) la publicité (la fonction de présentation des produits de consommation nouveaux) a toujours fait partie du journalisme”.

linear de uma atividade que antigamente se confundia com o engajamento político e com a produção literária, mas que buscou se profissionalizar construindo uma competência técnica (a reportagem, o *lead* e a pirâmide invertida). Ruellan, (1994) explica que esse discurso, mais do que a reafirmação de uma suposta evolução da prática jornalística, remete às estratégias do grupo para fechar o mercado de trabalho aos demais atores sociais. “Nessas condições, o discurso tecnicista tende a legitimar uma maneira única de fazer, ele impõe a idéia de que existe apenas uma maneira de produzir a informação e que, logicamente, os profissionais são seus únicos depositários²⁴”. O grupo, no entanto, também possui interesse em evocar sua filiação intelectual, a dupla herança – política e literária – que marca a atividade jornalística desde suas origens (Costa, 2005; Delporte, 1995; 1999; Ferenczi, 1993; Martin, 1997; Martino, 2005; Medina, 1982; 1996; Palmer, 1983; Ribeiro, 2003; Ruellan, 1992; 1993; 1994; entre outros). Esse duplo pertencimento se materializa em um discurso ambivalente da profissão, que parece oscilar entre o informador-objetivo e o intelectual (Elliot, 1977; Ribeiro, 1994; Ruellan, 1993). Ao mesmo tempo, abre-se a possibilidade para que sejam reconhecidos atores e práticas anteriormente considerados como desviantes da visão funcional pelo fato de partilharem e disputarem atribuições com domínios vizinhos, como a literatura, a política, as ciências sociais²⁵, a arte, entre outros.

1.2 – A mídia e as transformações no meio intelectual

Como as diferentes perspectivas teóricas descritas acima evidenciaram, as dinâmicas que definem o jornalismo não são indiferentes das relações que ele estabelece com o contexto histórico e com outros domínios sócio-discursivos. No caso desta tese, a existência dessa interdiscursividade deve ser observada com atenção nas análises sobre as interações entre o meio jornalístico e o intelectual. Ela sugere ainda a necessidade de trabalharmos com uma bibliografia que trate das mudanças nas as lógicas de funcionamento e na identidade dos grupos intelectuais devido a excessiva influência dos jornalistas no mercado cultural.

²⁴ Tradução do autor de: “Dans ces conditions, le discours techniciste tend à légitimer une manière unique de faire ; il impose l’idée qu’il n’existe pas qu’une seule manière de faire de l’information et que, logiquement, les professionnels en sont seuls dépositaires”.

²⁵ Sobre as relações entre jornalismo e ciências sociais e humanas, ver: FERNANDES, F. ‘Cláudio Abramo e o jornalismo’. *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*. São Paulo: Ática, 1995, pp. 166-170; LAVOINNE, Y. ‘Le journaliste, l’Histoire et l’historien. Les avatars d’une identité professionnelle (1935-1991)’. *Réseaux, N° 51*. Paris : Cnet, 1992, pp. 39-53 ; RUELLAN, D. ‘Las fronteras d’une vocation’ in LACAN J-F.; PALMER M. & RUELLAN, D.. *Les journalistes – Stars, scribes et scribouillards*. Paris (França): Syros, 1994 .

Adaptando uma tipologia já trabalhada por France Aubin (2006) na sua tese de doutorado, podemos dividir essas diferentes análises em três grupos. No primeiro, estaria o que ela chama de *corpus* polemista, em que os próprios intelectuais se definem a partir de uma perspectiva subjetiva e normativa²⁶. No meio acadêmico francês, tais estudos dão destaque ao papel dos meios de comunicação no processo de crise da categoria, iniciada a partir da década de 1980. O segundo grupo faria uma abordagem científica dessas transformações. A predominância de trabalhos ligados à sociologia bourdieusiana tende a enfatizar as estratégias de legitimação do campo intelectual e sua perda de autonomia em decorrência da influência dos meios de comunicação. A essas duas abordagens, realizadas tendo como referência o universo francofônico, acrescentaremos uma terceira que chamaremos de teorias deterministas. Estas buscam redefinir o intelectual como produto de uma nova estrutura social.

Optou-se por trabalhar com autores que abordam o intelectual na sua acepção substantivada, enquanto categoria social e não como qualificativo para certo tipo de atividade laboral (o trabalho intelectual em oposição ao manual). Foram incluídos estudos que investigaram as relações entre jornalistas e certos grupos que tradicionalmente integram a intelectualidade, como o artista, o escritor e o professor universitário²⁷.

1.2.1 – O debate francês sobre as relações os intelectuais e os meios de comunicação

A posição singular dos intelectuais na França justifica a redação de uma seção específica sobre as manifestações expressas pelo próprio grupo sobre as suas relações com a mídia e com o jornalismo²⁸. Haveria, naquele país, o que France Aubin (2006) chama de “amálgama francês do intelectual”. Seria uma representação que aparece no final do século XIX, momento em que as transformações no campo intelectual daquele vão desembocar na construção de uma representação coletiva da categoria. Ele se descolaria do conjunto de profissões liberais, buscando uma identidade específica, “pela invenção de novos meios de

²⁶ Segundo a pesquisadora, obras como *La trahison de clercs* (“A traição dos clérigos” – uma forma de tratar o intelectual na França que remonta aos mosteiros medievais), de Julien Benda (1929); *Plaidoyer pour les Intellectuels* (“Pleito pelos intelectuais”), de Jean-Paul Sartre (1972); e *O ópio dos intelectuais*, de Raymond Aron (1980), seriam exemplos já consagrados na França desse *corpus polemista*.

²⁷ Segundo Charles (1990), estes seriam os grupos que vão reclamar a identidade de intelectuais, durante o “nascimento” da categoria na França, no final do século XIX. Esse mesmo grupo integra a definição de Aubin (2006).

²⁸ Essa tradição dos intelectuais franceses justificou a realização, no âmbito desta pesquisa, de um estágio de doutoramento (doutorado-sanduíche) na Université de Rennes 1, na França, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes)

intervenção [no espaço público], pela busca de novos públicos e por sua contribuição à elaboração ou à difusão de novas ideologias que questionam as clivagens políticas em causa²⁹” (Charle, 1990: 98).

Os debates em torno do *Affaire Dreyfus*, erro judicial sobre um caso de espionagem que condenou injustamente à prisão o capitão judeu Alfred Dreyfus³⁰, tornou-se um banco de ensaio das polêmicas que suscitam uma nova forma de intervenção no espaço público. É o momento em que esse neologismo “intelectual” adquire, na sua acepção substantivada, uma significação coletiva e social (Charle, 1990). O termo foi usado pela primeira vez por George Clemenceau, editorialista do jornal *l’Aurore*, onde o escritor Emile Zola publicou o famoso manifesto *J’accuse*, considerado o protótipo das formas de intervenção pública do intelectual. A mesma palavra foi reutilizada, mais tarde, pelo escritor e político Maurice Barrés para ridicularizar os ensaístas e escritores que colocavam em segundo plano a defesa da nação francesa para defender a causa de Alfred Dreyfus. Assim, o nascimento dos intelectuais na França se constrói pelo engajamento no espaço público em favor de valores universais e abstratos (verdade, justiça, entre outros.) mais tarde incorporados ao direito internacional do homem, em oposição aos argumentos de autoridade e ordem, ligados à razão de Estado (Aubin, 2006; Ory & Sirinelli, 1992; Riutort, 2005).

O intelectual não se definiria por uma função ou estatuto, mas pelo ato de intervenção política, manifesto e fundado sobre esses valores, partilhados pelo locutor e parte da sociedade (Ory & Sirinelli, 1992). “A filosofia do engajamento devia desembocar na ação e esta ação devia escolher seu campo³¹” (Aubin, 2006: 35). Ao lutarem pela inocência do capitão Alfred Dreyfus, os intelectuais também se faziam escutar, afirmavam a sua autoridade, consagrando-se no primeiro plano na história francesa.

A força como esse amálgama se constitui na França talvez explique a intensidade dos debates iniciados a partir da década de 1970, quando uma série de transformações na configuração política e cultural levou a um movimento de rejeição ao modelo constituído a partir do *Affaire Dreyfus*. Nesse processo, observa-se uma relativa perda de autonomia dos intelectuais, associada à hegemonia dos mecanismos de consagração midiática. Assim, a

²⁹ Tradução do autor de : “par l’invention de nouveaux moyens d’interventions, par la recherche de nouveaux publics et par leur contribution à l’élaboration ou la diffusion de nouvelles idéologies qui remettent en cause les clivages politiques classiques”.

³⁰ Existe uma vasta bibliografia sobre o *Affaire Dreyfus*. Uma explicação didática pode encontrada no capítulo 1 de REBERIOUX, M. *La République radicale?. 1894-1914*. Paris: Editions du Seuil, 1975. Ou ainda no verbete sobre o *Affaire*, na versão francesa da *Wikipedia*: http://fr.wikipedia.org/wiki/Affaire_Dreyfus

³¹ Tradução do autor de: “La philosophie de l’engagement devait déboucher sur l’action et cette action devait choisir son camp”.

categoria enfrentaria uma situação de “crise” ou “declínio” de sua legitimidade no espaço público daquele país.

Esse debate havia sido antecipado ainda no início dos anos 1970 por Michel Foucault com a defesa do seu modelo de “intelectual específico”. A intenção do autor de *Vigiar e Punir* seria a de romper com o modelo do “intelectual total”, de formação generalista, capaz de falar sobre tudo, privilegiando intervenções mais pontuais do *sábio-expert* (James, 2005). Não se tratava necessariamente de negar o modelo historicamente consolidado na França – cuja figura mais notória na época era, sem dúvidas, a do filósofo existencialista Jean Paul Sartre –, mas de propor novas formas de intervenção do professor universitário no espaço público, tendo em vista o crescente poder dos meios de comunicação e dos seus “intelectuais midiáticos”.

Outro autor que já alertava para essas mudanças foi Régis Debray. Em 1979, ele publicou *Le pouvoir intellectuel en France* (“O poder intelectual na França”), cuja análise divide o cenário intelectual francês em três ciclos: o universitário (1880-1930), o editorial (1920-1960) – que seria, segundo ele, a “idade de ouro” do pensamento francês – e o midiático (iniciado em 1968). As conclusões de Debray denotam certo pessimismo quanto os constrangimentos impostos aos intelectuais pelos meios de comunicação:

Nós assistimos a algo mais sério do que a simples mudança de uma hierarquia institucional (na universidade: assistente, mestre-assistente, mestre de conferências, professor titular) para outra, exterior (nos mídia: *free-lancer*, cronista, editor, redator, editorialista, redator-chefe). Nós vemos o corpo universitário, e de forma mais geral o corpo intelectual, se desvincular ele mesmo de sua própria *lógica de organização, de seleção e de reprodução* para se adaptar à lógica mercantil inerente ao funcionamento midiático (já presente, mas abaixo do valor crítico, no antigo mercado editorial) (...). Para o intelectual, a dependência em relação do Estado jamais foi um ideal; depender do mercado da opinião, logo do plebiscito comercial como validação moral e intelectual, arriscar ser um pesadelo³² (Debray, 1979: 73-74).

Apesar dessas primeiras reações, será somente a partir de 1980, que começam a proliferar na França publicações de intelectuais manifestando uma crescente preocupação sobre a suposta crise da categoria. Naquele ano, morre Jean-Paul Sartre, filósofo e escritor

³² Tradução do autor de: “Nous assistons à quelque chose de plus sérieux que le simple déplacement d’une hiérarchie institutionnelle (dans l’Université : assistant, maître-assistant, maître de conférences, professeur titulaire) par une autre, extérieure (dans les médias : pigiste, chroniqueur, titulaire de rubrique, rédacteur, éditorialiste, rédacteur en chef). Nous voyons le corps universitaire, et de façon plus générale le corps intellectuel, se dessaisir lui-même de sa *propre logique d’organisation, de sélection et de reproduction* pour épouser celle de la logique marchande inhérent au fonctionnement médiatique (déjà présent, mais en deçà du seuil critique, dans l’ancien marché éditorial) (...). Pour le clerc, la dépendance à l’égard de l’Etat n’a jamais été un idéal ; dépendre du marché de l’opinion, donc du plébiscite commercial comme validation morale et intellectuelle, risque d’être un cauchemar”.

que, durante décadas, simbolizou o modelo do intelectual francês. O marco inicial desses debates é o editorial *Que Peuvent les intellectuels?* (“O que podem os intelectuais?”), escrito pelo editor-chefe do *Le Débat*, Pierre Nora (1980 *apud* Buxton, 2005: 19) que alerta para a falta de prestígio do grupo e propõe que se abandone o uso do termo naquele país:

O intelectual-oráculo teve o seu tempo. Ninguém mais terá a idéia de perguntar a Michel Foucault, como outrora se perguntava a Sartre, se ele deve se engajar na Legião Estrangeira ou fazer com que sua namorada cometa um aborto. Por maior que seja o seu prestígio, ele não é mais sacerdotal. O intelectual se laicizou fortemente, seu profetismo mudou de estilo. O investimento científico o deixou imerso numa grande rede de equipe de créditos³³

Dentre os fatores que explicariam a crise dos intelectuais, estaria a morte simultânea de grandes figuras – Sartre, Aron, Lacan, Barthes, Foucault, Althusser – que alimentariam um discurso de “nostalgia de uma geração” (na verdade, de duas gerações) (Ory & Sirinelli, 1992). Também podemos atribuí-la à difusão de saberes técnicos em detrimento dos humanísticos (Sarlo, 1997) e o nascimento de uma literatura analítica que exprime certo ceticismo com relação ao grupo, como a desconstrução acadêmica empreendida por Pierre Bourdieu (1984; 1989) e Régis Debray (1979) (Ory & Sirinelli, 1992).

O declínio das ideologias de esquerda, agravado após a chegada dos socialistas ao poder da França em 1981, também contribuiu para que vários intelectuais, a maioria comunistas ou simpatizantes, revissem seu papel, abandonando progressivamente as ideologias marxistas e também a crença na sua capacidade de influenciar o debate político a partir das idéias (Ory & Sirinelli, 1992; Sarlo, 1997; Sirinelli, 1994). Nessa época, aparecem, por exemplo, vários livros de ex-militantes maoístas relatando suas experiências e defendendo suas conversões no interior do espaço intelectual francês (Rieffel, 1993).

Finalmente, teria havido uma alteração nos modos tradicionais de intervenção dos intelectuais (manifestos, passeatas, artigos etc.) e uma perda da legitimidade fundamentada no saber superior e no engajamento político e ideológico. Em seu lugar, se impôs a necessidade de conquistar o grande público através da exposição das idéias e pensamentos de fácil apreensão nos meios de comunicação. Segundo Debray (1979: 122), a mídia inseriu o círculo estreito da esfera dos intelectuais em círculos concêntricos, mais largos, menos exigentes e mais fáceis de serem conquistados. “Os meios de comunicação de massa fizeram saltar as

³³ Tradução do autor de: “L’intellectuel-oracle a fait son temps. Personne n’aura l’idée d’aller demander à Michel Foucault, comme jadis à Sartre, s’il doit s’engager dans la Légion étrangère ou faire avorter sa petite amie. Si grand qui soit son prestige, il n’est plus sacerdotal. L’intellectuel s’est puissamment laïcisé, son prophétisme a changé de style. L’investissement scientifique l’a immergé dans un large réseau d’équipes et de crédits”.

clausuras da intelligentsia tradicional, e com elas suas normas de apreciação e as escalas de valor. Esta massificação é logicamente acompanhada de um atomização dos intelectuais³⁴”. Esse novo cenário produziria uma mudança na relação entre produtores e vulgarizadores de pensamento em favor dos últimos, capazes de determinar o volume e a natureza das produções intelectuais.

Para a pesquisadora argentina Beatriz Sarlo (1997), o problema estaria na necessidade do intelectual estabelecer uma relação de proximidade com a sociedade. Baseando-se na figura de Sartre, a autora acredita que a legitimidade do intelectual se fundamenta na emissão de um discurso crítico, que fosse compreensível ao público sem cair no senso comum. Com hegemonia da mídia eletrônica, essa proximidade se desloca da esfera dos argumentos e da autoridade de quem os elabora e passa a ser estabelecida a partir das condições de enunciação do discurso intelectual:

Nesse cenário, que é midiático, novos intelectuais (que podemos chamar, sem ironia, de intelectuais eletrônicos) estabelecem fortes relações comunitárias com novos públicos. Ninguém mais próximo que eles de um senso comum coletivo que interpretam e, ao mesmo tempo, constroem, a cujas exigências atendem e cujas inquietações repetem, sem deixar de doutriná-los (Sarlo, 1997: 168).

O fato de delimitarem novas condições de intervenção intelectual possibilita que a mídia imponha o seu próprio “intelectual midiático”, cujo tipo ideal seria o filósofo e escritor Bernard-Henry Lévy³⁵. “Seu acrônimo ‘BHL’ é amplamente conhecido, seu traje de cena (camisa branca grande aberta facilmente identificável), seu estilo enfático e arrebatado fazem dele um cliente procurado pelos jornalistas³⁶” (Poiraud, 2005: 136). Sobre o assunto, Jacques Bouveresse (2006: 23) explica que a influência desmesurada adquirida por Bernard-Henry Lévy no espaço público francês seria uma evidência concreta do momento de declínio vivido pela intelectualidade daquele país:

Seria difícil de imaginar uma versão mais radical das normas nacionais em matéria de gosto e de inteligência que a atenção dada pela esfera pública na França a esse grande tolo, à despeito das incontáveis provas da sua capacidade de

³⁴ Tradução do autor de: “Les massa media ont fait sauter les clôtures de l’intelligentsia traditionnelle, et avec elles ses normes d’appréciation et des barèmes de valeur. Cette massification s’est logiquement accompagnée d’une atomisation des intellectuels”.

³⁵ Erwan Poiraud (2005) cita ainda os nomes de André Glucykmann, Alain Finkielkraut, Luc Ferry e o próprio Régis Debray como integrantes do grupo de “intelectuais midiáticos”.

³⁶ Tradução do autor de: “Son anonyme ‘BHL’ est largement connu, son costume de scène (chemise blanche grande ouvert) facilement identifiable, son style emphatique et emporté font de lui un client recherché par les journalistes”.

produzir corretamente um fato ou idéia. Tal caricatura poderia existir numa grande cultura ocidental nos dias de hoje?³⁷.

Segundo Bouveresse, a fabricação de figuras como BHL só é possível numa época de celebridades midiáticas e de submissão dos intelectuais ao mercado. A substituição do verdadeiro intelectual por uma impostura, “mais preocupada em divertir as galerias e recolher os aplausos” do que refletir e colaborar na sociedade traz, segundo o canadense Jacques Pelletier (2000: 374), um declínio no debate democrático e da luta ideológica pelo bem comum.

Cabe, nesta tese, uma breve crítica às idéias expressas pelo *corpus* polemista. É inegável que elas remetem a um discurso feito de dentro, uma reação virulenta de um grupo de intelectuais que se sente relegado a um segundo plano pela emergência de novas condições de intervenção no espaço público. Nesse caminho, esquecem que não se trata de combater a mídia e os intelectuais midiáticos, mas repensá-los a partir das transformações do exercício da atividade intelectual e da identidade do grupo (Riutôt, 2005). Se tomarmos como base o nascimento dos intelectuais na França é possível afirmar que, desde o início, eles estiveram ligados ao universo da mídia, pois sua atividade já estava associada à capacidade de tornar público uma visão da sociedade. A diferença está justamente na escala de valores partilhada pelo grupo polemista, que tende a colocar o papel de vulgarizador das idéias (trabalho dos intelectuais midiáticos e dos jornalistas) como algo menor.

Paradoxalmente, essas críticas não levam em consideração que os próprios meios de comunicação são incapazes de ocupar completamente a esfera intelectual (Sarlo, 1997). Como mostra Aubin (2006), os intelectuais franceses continuam se manifestando em *think tanks*³⁸; nos meios alternativos, como o *Le Monde Diplomatique*; em redes, como a *Liber*, organizada por Pierre Bourdieu, entre outros. – embora sem a mesma visibilidade de antes. Existe, na verdade, uma tendência dos próprios intelectuais, críticos dos da grande mídia, a centrarem seus esforços na ocupação de um espaço é incapaz de lhes garantir as condições ideais de emissão do seu discurso.

³⁷ Tradução do autor de : “Il serait difficile d’imaginer une version plus radicale des normes nationales en matière de goût et d’intelligence que l’attention accordé par la sphère publique en France à ce grand nigaud, en dépit des preuves innombrables de sa capacité à saisir correctement un fait ou un idée. Une telle caricature pourrait-elle exister dans une grande culture occidentale aujourd’hui ? ”.

³⁸ *Think tank* é uma instituição de direito privado, reagrupando *experts*, mais ou menos especializados, emitindo idéias no domínio das ciências sociais, dispondo de uma capacidade de análise de reflexão interna e visando fazer proposições de política pública. In: *Wikipedia*: ([http://fr.wikipedia.org/wiki/Think tank](http://fr.wikipedia.org/wiki/Think_tank)). Acesso em setembro de 2007.

1.2.2 – As análises da sociologia francesa

O debate iniciado na França pelo *corpus* polemista teve ressonância nos estudos sociológicos sobre as transformações da atividade intelectual. No lugar de se prenderem a uma visão normativa da categoria, essas análises se centraram nas condições de produção e intervenção intelectual e à maneira como estão associadas às estratégias de poder e legitimação nesses espaços. Nesta tese, revisaremos os trabalhos da escola bourdieusiana e um estudo realizado por Rémy Rieffel (1993) sobre a emergência de uma nova configuração intelectual em seu país.

1.2.2.1 – Bourdieu e as transformações do campo intelectual

A partir dos anos 1980, a sociologia de Pierre Bourdieu demonstra um crescente interesse pela atividade cultural e intelectual. De fato, Bourdieu se utiliza da teoria dos campos para analisar o que ele chama de “economia dos fenômenos simbólicos”. O interesse resulta na publicação de obras que abordam a produção acadêmica e científica (Bourdieu, 1983; 1984; 2001), literária (Bourdieu, 1966; 1992), as instituições de ensino superior (Bourdieu, 1989) e as condições de intervenção dos intelectuais nos mídia, sobretudo na televisão (Bourdieu, 1997)³⁹. Seus conceitos ainda estão presentes em análises sobre o “nascimento” dos intelectuais na França (Charle, 1990), em uma publicação coletiva sobre os intelectuais da mídia (Buxton & James, 2005), entre outros⁴⁰.

Bourdieu (2002) justifica o seu interesse pela importância da figura do intelectual nas sociedades modernas, enquanto detentor da representação do mundo social, dimensão fundamental da luta política. E também pelo estado de abandono das investigações sobre o assunto. Tais estudos oscilariam, segundo ele, entre um economicismo redutor e um idealismo/espiritualismo. Sua proposta sociológica pretende ainda alertar os próprios intelectuais da existência de uma relação entre as suas produções (artísticas, acadêmicas,

³⁹ No caso de *Sobre a televisão*, apesar do uso de conceitos da sociologia bourdieusiana, o tom da obra é suficientemente normativo para que se possa situá-la dentro do *corpus* polemista (Aubin, 2006). Como afirma Champagne (2004 : 139), “*Sur la télévision* n’est pas un traité sur les médias. C’est simplement quelques remarques invitant à réfléchir sur le champ journalistique d’une part et sur la position des intellectuels par rapport aux médias d’autre part”.

⁴⁰ Dosse (2003) explica que inúmeros estudos sobre a história intelectual tomaram como modelo o esquema bourdieusiano do campo, entre os quais cita: PINTO, L. ‘Une science des intellectuels est-elle possible?’. *Revue de synthèse*, n° 4, octobre-décembre, 1986; LAHIRE, B. ‘Champ, hors-champ, contrechamp’. In : LAHIRE, B (org.). *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu. Dettes et critiques*. Paris : La Découverte, 1999 ; e BOSCHETTI, A. *Sartre et ‘Les Temps Modernes*. Paris : Minuit, 1985.

políticas, etc.) e as condições sociais nas quais são realizadas. Na visão bourdieusiana, a identidade do “intelectual autônomo” e o seu projeto (de criação, de construção de paradigmas científicos, etc.) são indissociáveis da história social de um campo e do sistema de relações que este estabelece entre os agentes que integram esse espaço.

A crise dos intelectuais, analisada sob esse ponto de vista, resulta em uma transformação das relações que o campo estabelece com outros espaços. Existe um deslocamento dos mecanismos de acúmulo de posições e de imposição de uma ortodoxia intelectual. Até os anos 1970, eles estavam associados a instâncias internas de legitimação (entre os pares), passando a depender cada vez mais de outros espaços de atuação, notadamente os meios de comunicação⁴¹.

Bourdieu (1984), na verdade, não atribui diretamente à mídia a responsabilidade por essas transformações, inclusive porque reconhece existência de relações entre o campo intelectual e o jornalismo. Suas análises se centram na alteração das hierarquias intelectuais, em que o campo econômico passa a exercer, via meios de comunicação, um papel de dominação na produção cultural. O crescimento dos públicos consumidores desses produtos leva ao esforço de criação de uma “cultura intelectual média” (Riutort, 2005). Todo um estilo de vida marcado pelo princípio de autonomia, de valores como o desinteresse, gravidade, indiferença às sanções econômicas e às exigências da prática, e pelas manifestações ingênuas dos interesses do grupo através de manifestos e intervenções no espaço público, é progressivamente substituído pela necessidade de ampliar quantitativamente a audiência. Por isso, e legitimidade adquirida pela intervenção midiática passa a ser muito mais importante do que a avaliação da produção pelos pares.

Alterados os critérios de legitimação no campo intelectual, transforma-se também a estrutura das carreiras que antes ocupavam uma posição dominante no meio. Os acadêmicos, artistas e intelectuais autônomos – ou seja, legitimados pelos mecanismos de consagração interna do campo – continuam a existir. Mas os grandes detentores da legitimidade intelectual são os agentes capazes de falar bem na televisão, ou seja, que incorporaram os constrangimentos e mecanismos de funcionamento do campo jornalístico. É nesse contexto que os bourdieusianos definem “intelectuais midiáticos”, capazes de transitar entre diferentes campos (de produção restrita e ampliada da cultura), de adaptar à audiência dos meios de comunicação – submetendo ao gosto da atualidade – uma visão de mundo pretensamente intelectual (Buxton, 2005; Riutort, 2005). “São pessoas que se pode convidar, sabe-se que

⁴¹ Sobre o assunto, ver: BOURDIEU, Pierre. ‘Le hit parade des intellectuels français ou qui sera juge de la légitimité des juges. *Hommos Academicus*. Paris: Editions de Minuit, 1984, pp. 275-286.

serão conciliadores, que não vão criar dificuldades, causar embaraços e, além disso, falam abundantemente, sem problemas” (Bourdieu, 1997: 50).

Essa posição intermediária é, na verdade, ocupada por agentes situados nos dois campos. Bourdieu (1984) não faz uma distinção clara entre intelectuais-jornalistas e jornalistas-intelectuais. Os dois seriam integrantes de um mesmo estatuto híbridos e partilhariam de uma rede de conviências, onde se instaura uma lógica de consagração parasitária entre aqueles preocupados em estabelecer relações fundadas pela afinidade de hábitos ou por uma condescendência interessada. Nesse caso, haveria uma circulação circular dos bens culturais (Bourdieu, 2002), restritos a esse pequeno número de produtores que se consagra, se autoriza e se celebra:

A frequência das aparições desses intelectuais lhes assegura uma perenidade de sua dominação na hierarquia dos interventores [daqueles que intervêm no espaço público] (...). Sua ubiquidade confere a eles uma legitimidade para produzir comentários relevantes em outros domínios. O que choca, além disso, é sua capacidade em ter acesso a uma pluralidade de meios que se dirigem tanto aos profanos quando aos iniciados. A circularidade dos convites, além de assegurar certo prestígio ao jornalista ao qual se transmite a legitimidade desses interventores, fornece diversos benefícios. A mídia, logo os jornalistas e apresentadores, ganham em produtividade. Fáceis a mobilizar, os intelectuais mais midiáticos melhoram a eficácia de suas múltiplas prestações. É preciso se centrar na sua capacidade de adaptação aos diferentes formatos propostos⁴² (Poiraud & Tebaul, 2005: 178).

O objetivo das análises bourdieusianas, mesmo em trabalhos de tom mais subjetivo, como em *Sobre a Televisão* (Bourdieu, 1997), não é o de acusar ou desmerecer figuras como Bernard Henri Lévy, mas de entender as condições que explicam a sua emergência e o teor de suas intervenções⁴³. Trata-se, portanto, de se centrar em uma dimensão estrutural subjacente aos debates sobre a crise dos intelectuais. Por outro lado, como afirma Aubin (2006), em alguns momentos, o teor da crítica bourdieusiana também se assemelha ao *corpus* polemista de análise do tema, pois expressa em alguma medida os interesses dos próprios sociólogos em reafirmar seus valores frente à emergência dos intelectuais-midiáticos.

⁴² Tradução do autor de : “La fréquence des apparitions de ces intellectuels leur assure une pérennité de leur domination dans la hiérarchie des intervenants (...). Leur ubiquité confère aux intervenants une légitimité à produire du commentaire du sens dans d’autres domaines. Le qui frappe, par ailleurs, c’est leur capacité à accéder à une pluralité de médias qui s’adressent aussi bien aux profanes qu’aux initiés. La circularité des invitations, outre qu’elle assure un certain prestige au journaliste sur quel se transmet le légitimité de ces intervenants, procure divers profits. Les médias, donc les journalistes ou animateurs, y gagnent en productivité. Faciles à mobiliser, les intellectuels le plus médiatisés améliorent l’efficacité de leurs multiples prestations. Il n’est qu’à voir leur capacité d’adaptation aux divers formats proposés”.

⁴³ Na mesma direção, Buxton (2005, p. 24) destaca que o *intelectual mediático* seria apenas a parte mais visível de um processo social de circulação de idéias na sociedade: “L’intellectuel des médias n’est qu’un capteur-émetteur, socialement déterminé, qui ‘matérialise’ et qui relaya des idées agissantes, elles aussi socialement déterminés”.

1.2.2.2 – Rieffel e a nova configuração cultural

As mudanças na identidade e nas práticas intelectuais em virtude da midiaticização desses espaços é também objeto de discussão de Rémy Rieffel (1993) no livro *La tribu des clercs* (“A tribo dos clérigos”). Utilizando-se do conceito de configuração de Nobeit Elias, o autor descreve o quadro das evoluções da intelectualidade francesa durante a V República (iniciada em 1958). O objetivo é entender os efeitos da emergência de um mercado cultural midiático no meio intelectual. Dentro de uma perspectiva em que analisa as interações entre os atores que compõem uma configuração, Rieffel desenvolve uma abordagem intermediária entre o comportamento individual dos atores e o determinismo das macro-estruturas.

A “configuração intelectual” seria um campo social onde os indivíduos estão ligados por laços de dependência recíproca. Ela resulta de uma dialética que define e que ao mesmo tempo é definida pelas diferentes instâncias de sociabilidade que se estabelecem entre os intelectuais em um contexto histórico particular. Trata-se de um espaço estruturado por lógicas de concorrência e de reconhecimento que garantiriam o estatuto de intelectual. “Não se é jamais um intelectual por estatuto, mas sempre um intelectual para alguém⁴⁴”, resume Rieffel (1993: 14-15). O estudo consiste em analisar as redes de interação que se formam entre os intelectuais nos diferentes canais de afiliação, legitimação e consagração. Busca-se explicitar como as alterações nesse conjunto de relações individuais alteram a definição, a identidade e a prática da intelectualidade na França.

Após a 2ª Guerra Mundial, os intelectuais franceses dispunham de uma sociabilidade particular que explicava o sentimento de pertencerem a uma comunidade privilegiada. Bares, cafés, colóquios e encontros acadêmicos, universidades, partidos políticos... Ao frequentarem esses espaços, algumas pessoas delimitavam a sua forma de inserção no meio intelectual. De fato, eram locais de reivindicação identitária, formas de afirmação do status como pertencentes a determinado tipo *intelligentsia*. “Os ‘círculos intelectuais’ que colocam em evidência os valores e as idéias, se apóiam com muita freqüência em espaços públicos e privados que incorporam, de maneira viva, uma sociabilidade própria ao caso francês⁴⁵” (Rieffel, 1993: 29-30).

⁴⁴ Tradução do autor de: “On n’est jamais un intellectuel par statut et toujours un intellectuel par quelqu’un”.

⁴⁵ Tradução do autor de: “Les ‘cercles intellectuels’ qui mettent en exergue les valeurs et les idées, s’appuient très souvent sur les espaces publics et privés qui incarnent, de manière éclatant, une sociabilité propre au cas français”.

Uma reflexão semelhante pode ser atribuída às formas de legitimação durante esse período, ou seja, aos mecanismos pelos quais os intelectuais buscam estender sua influência junto aos pares. Rieffel chama atenção à forma como a colaboração em certas revistas (*Les temps modernes*, *Socialisme ou Barbarie*, *Esprit*, *Critique*, etc.) funcionavam como um “diploma” de reconhecimento da atuação do indivíduo na esfera intelectual. Por fim, a busca por notoriedade junto ao grande público articula-se aos modos de consagração midiática do intelectual instiuidos a partir de 1970.

A dificuldade e, ao mesmo tempo, o mérito em se trabalhar com o conceito de configuração está justamente em articular as duas instâncias – macro e micro-sociológica – no estudo de um objeto. Os canais de interação apontados por Rieffel remetem ao contexto histórico da época. O ingresso no Partido Comunista, ou pertencimento ao círculo intelectual de Sartre; a colaboração numa revista de esquerda e a assinatura de uma petição; todos associam o meio intelectual às clivagens ideológicas do Pós-Guerra. Ao mesmo tempo, orientam e definem a identidade e as estratégias de participação individual da intelectualidade, dizem o que significa ser intelectual em determinado período.

As transformações na esfera intelectual também ocorrem simultaneamente nessas duas instâncias. O declínio das revistas intelectuais na França, das petições e manifestos; a integração de parte da intelectualidade ao poder; a crescente importância da TV na consagração dos intelectuais, interagem com as transformações de conjuntura política e econômica, nacional e internacional. São elas, a saber: o impacto dos eventos de maio de 1968⁴⁶, o declínio da esquerda revolucionária na França e a chegada ao poder dos socialistas naquele país, a liberalização do setor audiovisual pelo presidente Mitterrand, a introdução de políticas neoliberais nos Estados Unidos e na Europa, entre outras.

Na outra ponta, essas mudanças nas redes de sociabilidade influem na identidade dos próprios intelectuais. “O fim do messianismo, o descrédito dos dogmas anteriores e o esvair da figura do clérigo profético demonstram de maneira evidente que o movimento das idéias cessa de ser definido pelas mitologias de outrora⁴⁷” (Rieffel, 1992: 19). Ou seja, “o modelo do intelectual total do tipo sartriano sofre de envelhecimento: somente as intervenções pontuais,

⁴⁶ Em Maio de 1968 uma greve geral aconteceu na França. A maioria dos insurretos eram adeptos de idéias esquerdistas, comunistas ou anarquistas. Muitos viram os eventos como uma oportunidade para sacudir os valores da "velha sociedade", dentre os quais suas idéias sobre educação, sexualidade e prazer. Rapidamente a revolta adquiriu significado e proporções revolucionárias, mas em seguida foi desencorajada pelo Partido Comunista Francês, de orientação Stalinista, e finalmente foi suprimida pelo governo, que acusou os Comunistas de tramarem contra a República.

⁴⁷ Tradução do autor de: “La fin du messianisme, le discrédit des dogmes antérieurs et l'évanouissement de la figure du clerc prophétique démontrent de manière évidente que le mouvement des idées cesse d'être défini par rapport aux mythologies d'autrefois”.

limitadas, com efeito, reparáveis, motivam ainda a ação coletiva⁴⁸” (Rieffel, 1993: 622). Essa “crise de identidade” se explica pelo nascimento de novas formas de afiliação, legitimação e consagração no mercado de idéias. Elas seriam respostas da configuração às transformações históricas e se articulam com as dinâmicas de criação de novos espaços de interdependência e de atribuição do estatuto intelectual.

Tais mudanças rompem com uma hierarquia intelectual fundada no prestígio e na notoriedade junto aos pares, para instituir outros valores, ligados aos constrangimentos midiáticos. Seriam eles a capacidade de estar sempre presente nos meios de comunicação, de adaptar o discurso a esses espaços, de interagir e de se legitimar face aos profissionais da imprensa escrita e, sobretudo, audiovisual.

Rieffel (1992: 22) mostra como esse processo resulta na multiplicação das zonas de contato entre os integrantes dos meios jornalístico e intelectual. A existência de uma “sociabilidade retumbante, fundada sobre redes embaralhadas⁴⁹”, reflete uma confusão nas representações habituais de jornalistas e intelectuais. Assim, as estratégias de obtenção e de conservação de influência desses grupos passam pela acumulação de posições nos dois meios. Isso coloca em evidência a figura do jornalista-intelectual (ou intelectual-jornalista), em detrimento aos mandarins universitários. “Na passagem dos anos 80, os vulgarizadores e os jornalistas passaram ao primeiro plano em detrimento dos escritores, artistas, vítimas, de uma desclassificação estrutural (...). Os dominantes de ontem são os dominados de hoje⁵⁰”. (Rieffel, 1993: 22).

1.2.3 – Visões deterministas sobre a relação mídia-intelectuais

Dentre o conjunto de análises sociológicas sobre o processo de midiaticização dos intelectuais analisados para esta pesquisa, duas abordagens, a de Octávio Ianni (1999) e a de Félix Ortega & Maria Luisa Humanes (2000) foram produzidas fora do contexto francês. Elas remetem a definições distintas do intelectual e trabalham as transformações da sua identidade a partir de outras tradições teóricas. A primeira se apropria de conceitos da filosofia

⁴⁸ Tradução do autor de: “Le modèle de l’intellectuel total du type sartrien souffre de vieillissement : seules les interventions ponctuelles, limitées, à l’effet, repérable, motivent encore l’action collective”.

⁴⁹ Tradução do autor de : “sociabilité éclatée, fondée sur des réseaux enchevêtrés”.

⁵⁰ Tradução do autor de: “Au seuil des années 80, les vulgarisateurs et les journalistes sont passés au premier plan, au détriment des écrivains, des artistes, victimes d’un déclassement structurel (...). Les dominants d’hier sont les dominés d’aujourd’hui”.

gramsciana. A segunda, do funcionalismo de matriz weberiana⁵¹. Em comum, elas buscam situar esse processo como decorrência de grandes transformações nas sociedades contemporâneas, organizando seus estudos a partir de um determinismo estrutural. Além disso, em nenhum momento fazem referência a uma categoria empírica de intelectuais midiáticos. Trata-se, sobretudo, de um exercício teórico de definição e de certa forma de legitimação de novos grupos sociais, ligados à mídia, com destaque aos jornalistas, e que assumem a função do intelectual na sociedade contemporânea.

1.2.3.1 – O Príncipe eletrônico e o intelectual orgânico

Nos estudos sobre a globalização, o sociólogo brasileiro Octavio Ianni (1998; 1999) se utiliza de alguns conceitos do filósofo italiano Antonio Gramsci⁵² para refletir sobre o papel da mídia nas “estruturas desterritorializadas da sociedade global”. Segundo ele, categorias como o partido político e o Estado-nação se mostram ultrapassadas para explicar uma formação histórica marcada pelo processo de constituição de uma sociedade civil mundial, pela emergência de novas tecnologias que dinamizam os processos sócio-culturais e político-sociais e pelo nascimento de uma nova configuração história e social de vida, trabalho e cultura.

Nesse contexto, Ianni atribui aos meios de comunicação a função de “Príncipe Eletrônico”, que deve substituir o partido político (o “Moderno Príncipe⁵³ de Gramsci”) como entidade capaz de coordenar as lutas por hegemonia política em escala transnacional. “Já não

⁵¹ Na verdade, os autores se apropriam dos eixos de análises sobre o jornalismo propostos por Weber em 1910, durante o Primeiro Congresso da Sociedade de Sociologia Alemã. São eles: 1) A dimensão de poder que a imprensa representa; 2) O caráter da imprensa como empresa capitalista privada; 3) O estudo sobre as fontes de informação; 4) Os produtores da informação; 5) Os efeitos derivados do uso da imprensa. Ver: - WEBER, Max. ‘Towards a Sociology of the Press’. *Journal of Communication*, vol. 26, n° 3, 1976 (Summer), pp. 96-101.

⁵² Sobre o assunto, ver: COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento*. Rio de Janeiro, Campus, 1989; GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. MÁXIMO, A. C. *Os intelectuais e a Educação das Massas: O Retrato de uma Tormenta*. Campinas: Autores Associados, 2000; SCHLESENER, A. H. *Hegemonia e Cultura: Gramsci*. Curitiba: Editora da UFPR, 1992.

⁵³ A partir de uma releitura marxista de Maquiavel, Antonio Gramsci (1980) define o Príncipe como tipificações ideais, capazes de articular suas qualidades próprias (*virtu*) às condições sócio-políticas de uma época (*fortuna*). Segundo ele, as transformações nos modos de produção determinam a concepção desse arquétipo. Gramsci, nesse sentido, buscou formular uma teoria capaz de explicar essas transformações e orientar a ação política da esquerda italiana na primeira metade do século XX. Para isso, ele estabelece o partido político, o “Moderno Príncipe”, como o “homem coletivo” capaz de participar da conquista do poder político nas formações sociais mais complexas (“Ocidentais”), através da conquista por hegemonia política nos diferentes segmentos da sociedade civil (“guerra de posições”). O Príncipe representa a expressão de um grupo social, que impõe uma definição hegemônica da sociedade. Mas é também um fenômeno histórico que se materializa de acordo com as condições determinadas pela estrutura social.

se trata apenas do ‘quarto poder’, do qual se começou a falar no século XIX. Trata-se de um desenvolvimento novo, intenso e generalizado, abrangente e predominante da mídia no âmbito de tudo o que se refere à Política” (Ianni, 1998: 04). Segundo ele, a mídia marginaliza ou instrumentaliza as instituições políticas tradicionais, sintetizando o processo de emancipação dos indivíduos e das coletividades de grupos e classe sociais:

Ao lado das suas atividades pluralistas e democráticas, favorecendo o debate, a controvérsia e a mudança social em geral, é inegável que a mídia influencia mais ou menos decisivamente a integração, isto é, a articulação sistêmica de uns e outros contingentes e idéias, em escala local, nacional, regional e mundial (Ianni, 1998: 22)

O espaço ocupado pela mídia na sociedade global evidencia seu trabalho de definição de uma visão de mundo hegemônica, função exercida pelo seu próprio grupo de “intelectuais orgânicos”: jornalistas, fotógrafos, atores, cineastas etc. Ianni não desenvolve essa concepção, mas inferimos que ele atribui a esses intelectuais uma dupla função. Primeiro, de formular e difundir um discurso universalizante, que reflete a ideologia dos grupos dominantes em escala global, sobretudo as grandes corporações transnacionais. Segundo, pluralizar, enriquecer e democratizar o “Príncipe eletrônico” pela inclusão do discurso de outros grupos sociais.

1.2.3.2 – Jornalistas-intelectuais na sociedade do conhecimento

A proposta apresentada por Ianni assemelha-se, em alguns pontos, a um estudo de matriz teórica distinta, realizado pelos pesquisadores espanhóis Félix Ortega e Maria Luisa Humanes (2000). Os autores pretendem criar um esquema interpretativo para compreender o papel dos jornalistas e da mídia na sociedade contemporânea.

A abordagem utilizada no livro se apóia inicialmente em uma análise estrutural da sociedade e dos seus reflexos sobre as lógicas de produção e difusão do conhecimento. Este possui papel central na estruturação dos processos sociais, de forma que é possível definir a estrutura da contemporaneidade como a de uma “sociedade do conhecimento”. Todavia, o conhecimento não se limita à produção científica, mas de uma definição que aparece como indissociável da cultura. Disso resulta um cenário de centralização ou submissão da sua

produção nas instituições culturais hegemônicas de nossa sociedade, que seriam, para os autores, as corporações midiáticas.⁵⁴

Ao situarem o novo estatuto epistemológico do conhecimento, Ortega & Humanes analisam o papel social da mídia enquanto produtores principais desse saber híbrido. Assim os meios de comunicação teriam uma posição hegemônica na estruturação do mundo social, pois alteram o processo de construção individual de um horizonte de referências culturais. Ele seria ditado atualmente pela cultura de massa. A mídia participaria também da construção de uma realidade que ultrapassa a simples representação. E o que é mais importante: ela institui novas formas de saberes que estruturam a vida cotidiana. Seria um conhecimento fundado na tradição e no senso comum, que haviam declinado com o advento da ciência moderna, mas que são reavaliados e transformados na sociedade do conhecimento.

Nessa nova relação entre mídia e sociedade, transformam-se o trabalho e a função exercida pelos intelectuais. Em resposta ao discurso de crise ou mesmo de extinção dessa categoria, os autores propõem a existência de uma associação entre as transformações na sociedade e o aparecimento de novos grupos capazes de produzir e difundir o conhecimento – papel que atribuem à intelectualidade. Esse seria o caso do intelectual midiático. Ele se insere numa lógica de produção cultural coletiva e despersonalizada, característica da sociedade do conhecimento. Seu estatuto resulta de uma ligação “orgânica” com os meios de comunicação, pois “o criador do conhecimento, o intelectual, só pode sê-lo na condição de que se incorpore a algumas corporações que oligopolizam o mercado cultural⁵⁵” (Ortega & Humanes, 2000 : 42). Não são suas competências nem suas qualidades que os tornam, para o público, intelectuais, mas a associação dessas pessoas aos meios de comunicação.

Fazem parte dessa nova categoria de intelectuais dois grupos distintos. O primeiro é composto pelos indivíduos ligados às instituições tradicionais – Igreja, Estado, Partido Político, Universidade, Centros de Pesquisa – e recrutados posteriormente pela mídia. O segundo grupo é constituído pelos profissionais que formam os quadros da instituição midiáticas, como os jornalistas⁵⁶. Esses novos intelectuais passam a produzir e difundir um

⁵⁴ Os autores explicam que tanto as ciências exatas, como as sociais dependem atualmente dos meios de comunicação para funcionarem. No caso das primeiras, a mídia interfere no processo de escolha dos assuntos pelos cientistas que querem difundir seu trabalho junto a um público mais amplo. Já as segundas, que nunca conseguiram estabelecer critérios rígidos de funcionamento, fundamentados em paradigmas científicos, observa-se um embaralhamento dos métodos e teorias científicos e culturais, de forma que existe uma confusão entre a produção acadêmica e midiática desse tipo de conhecimento.

⁵⁵ Tradução do autor de: “El creador de conocimiento, el intelectual, so puede serlo a condición de que se incorpore a algunas de las organizaciones que oligopolizan el mercado cultural”.

⁵⁶ Entende-se que os autores recorrem aqui à noção de Gramsci dos intelectuais “tradicionais” e “orgânicos”, substituindo as classes sociais pelos *media* como instância de atuação desses grupos.

conhecimento que reflete os constrangimentos impostos pelos meios de comunicação. Podem até expor suas produções sem terem a preocupação em fundamentá-las em dados empíricos ou argumentos racionais. No lugar disso, se utilizam das rotinas profissionais como mecanismos de validação do conhecimento produzido, colocando-as no mesmo patamar dos paradigmas científicos.

1.3 – Os diferentes conceitos de jornalistas-intelectuais

A maior parte dos estudos sobre a história recente dos intelectuais não apresenta definições específicas sobre o jornalista-intelectual. Como já foi dito, são análises centradas nas transformações do meio intelectual e a forma como os meios de comunicação interferem nesse processo. Da revisão dessa literatura, entretanto, podemos perceber diferentes nuances na forma de situar essa categoria e suas características enquanto “substitutos funcionais da intelectualidade” (Ortega & Humanes, 2000).

Um primeiro conjunto de abordagens situa todo o grupo profissional de jornalistas como responsáveis pelo desempenho da função do intelectual. A definição remete a diferentes releituras dos conceitos de Gramsci (1979) e do papel do jornal como difusor de uma cultura associada às disputas por hegemonia política na sociedade civil. Para o filósofo italiano, o intelectual não se define pela produção de um “saber superior”, mas pelo papel que assume nas relações sociais. “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (Gramsci, 1979, 07). O jornalista como vulgarizador e difusor natural de visões de mundo ligadas aos grupos e classes sociais tende geralmente a assumir a função de intelectual orgânico da teoria gramsciana.

As apropriações dessa teoria feitas por Ianni (1998) e Ortega & Humanes (2001) buscam adaptar os pressupostos do intelectual orgânico de Gramsci ao cenário atual. Sem negar a função de jornalista como vulgarizador de cultura, esses autores buscam deslocar a o espaço de atuação desses atores da esfera política (onde a ação deve ser coordenada pelo “Moderno Príncipe”, de Gramsci) e acadêmica (espaço de produção científica, característica das sociedades modernas) para a produção midiática, capaz de absorver, difundir e transformar essas esferas⁵⁷. Na teoria gramsciana tradicional, o jornalista se torna um

⁵⁷ Segundo Ortega & Humanes (2000), diferente do modelo habermasiano (Habermas, 1984), essa nova esfera pública já não se define pelos espaços de discussão racional (cafés, salões, etc), que desempenham o papel de mediação entre a sociedade civil e o Estado. Atualmente, ela estabelece representações dessa sociedade, se

intelectual pela maneira como o seu trabalho de difusão da cultura adquire um sentido político⁵⁸, quando situado no contexto das lutas de classe. Ianni e Ortega & Humanes invertem essa lógica. Na medida em que mídia deixa de ser instrumento de exercício de luta por hegemonia política para se tornar o palco para onde convergem esses conflitos, é através da interiorização e difusão da visão de mundo midiática, algo que os jornalistas fazem por ofício, que se adquire e se exerce a função política do intelectual orgânico nas sociedades contemporâneas.

As semelhanças dessas definições com a dos intelectuais midiáticos de Pierre Bourdieu (1984; 1989; 1997) e Rémy Rieffel (1993) estão justamente no fato de fazerem referência a um processo de deslocamento das instâncias de atribuição do estatuto de intelectual – antes centradas nos partido político, na universidade, nos centros de pesquisa e na Igreja – que se concentram atualmente nos meios de comunicação. Isso teria alterado a identidade do intelectual e suas relações com o jornalismo. Fora isso, observamos uma série de diferenças com relação à sociologia francesa. As limitações teóricas dessas abordagens estruturalistas/deterministas impossibilitam que elas situem essas transformações a partir de processos concretos, junto a atores sociais específicos. Isso acaba esvaziando a definição que se limita a destacar a importância dos jornalistas na sociedade contemporânea, sem se dar ao trabalho de descrever ou analisar as características específicas da categoria em questão. A verdade é que o texto de Ianni (1999) consiste apenas em um ensaio sobre o papel da mídia no mundo globalizado. Em Ortega & Humanes, a análise acaba servindo como uma justificativa para legitimar a retomada dos estudos de sociologia profissional dos jornalistas. Eles, inclusive, fazem isso na segunda parte do livro *Algo más que periodistas*, (“Algo mais do que jornalistas”). O título da obra, aliás, já explicita o tom normativo da definição dos jornalistas-intelectuais expressa pelos autores espanhóis.

Em Bourdieu e Rieffel, o termo “jornalistas-intelectuais” adquire uma conotação mais concreta. Mesmo que a princípio expresse um conjunto de transformações no campo/configuração e uma subversão das hierarquias intelectuais, ele também remete a um grupo específico de agentes. São editorialistas, cronistas e apresentadores de telejornal que se

constituindo numa esfera autônoma. Essa função é absorvida pela mídia e os jornalistas. Estes garantem que a sociedade seja visível a si mesma. E também selecionam, de uma multitude heterogênea de acontecimentos os que estabelecem no dia-a-dia, o marco social de referência utilizado para organizar a estrutura de experiência individual, o que anteriormente era realizado pela tradição ou pelos intelectuais.

⁵⁸ “Política” aqui entendida dentro de uma acepção ampla da totalidade das relações subjetivas e objetivas da sociedade. Ou seja, para Gramsci (1980), todas as esferas do ser social são atravessadas pela política. Ver Coutinho (1989).

aventuram como escritores, comentaristas e filósofos, fundamentando sua legitimidade na posição que ocupam junto aos meios de comunicação:

Embora ocupem uma posição inferior, dominada nos campos de produção cultural, eles [os jornalistas] exercem uma forma raríssima de dominação: têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à notoriedade pública (o que, para os políticos e para certos intelectuais, é um prêmio capital). O que lhes proporciona ser cercados (pelo menos os mais poderosos deles) de uma consideração muitas vezes desproporcional aos seus méritos intelectuais... (Bourdieu, 1997: 66).

Os estudos sociológicos sobre esse tema na França reconhecem que, de Emile Zola a Jean-Paul Sartre, o grupo de intelectuais sempre recorreu à mídia para explicitar seus pontos de vista. Por isso, a rigor os jornalistas também pertencem ao grupo dos intelectuais, como vulgarizadores⁵⁹. Não é o exercício da atividade jornalística que desqualifica o trabalho do intelectual, mas a forma como ele atualmente expressa uma mudança nos modos de intervenção do grupo. Por isso, as críticas proferidas contra os intelectuais midiáticos, extensivas aos jornalistas-intelectuais não fazem referência a uma condição estatutária, mas a um conjunto de valores e estratégias de intervenção no espaço público que tendem a descaracterizar as representações habituais do intelectual: “Para os intelectuais da mídia, o jornalismo, e mais amplamente o discurso sobre o presente, está ligado a um processo de despolitização da filosofia: a moral em detrimento da crítica⁶⁰” (James, 2005: 121).

Dentre os mais críticos aos meios de comunicação, esse duplo pertencimento nem sempre indica a aquisição do status negativo de intelectual midiático. Existiriam verdadeiros intelectuais, ou seja, ligados aos antigos valores, modos de legitimação e formas de intervenção, dentre os próprios jornalistas. O exemplo mais notório, no caso francês, é o dos colaboradores do jornal do *Le Monde Diplomatique*, como Ignácio Ramonet e Serge Halimi⁶¹. Assim, se tomarmos a palavra jornalista-intelectual na França de um ponto de vista menos estrito, podemos dizer que o termo eventualmente pode também ser aplicado para o jornalista-

⁵⁹ Citando figuras como Marx e Engels, Albert Londres, Kessel e Gramsci, segundo Debray (1979: 129) afirma que: “Un intellectuel ne ‘trahit’ pas en devenant journaliste – il accomplit son essence, en témoignage d’une intelligence suffisamment exigeant pour ne pas se contenter de généralités rhétoriques ou d’a priori programmatiques”.

⁶⁰ Tradução do autor de: “Chez les intellectuels des médias, le journalisme, et plus largement le discours sur le présent, est lié à un processus de dépolitisation de la philosophie : la morale plutôt que la critique”.

⁶¹ Sobre a posição dessas pessoas como “verdadeiros intelectuais”, ver os trabalhos de Aubin (2006) sobre os intelectuais críticos da globalização e Harvey (2007) sobre o *Le Monde Diplomatique* como espaço de encontro dos campos jornalístico, político e intelectual. . O próprio Halimi (1999: 110) é crítico ferrenho às relações entre jornalistas e esses falsos intelectuais, conforme ilustra trecho do seu livro-manifesto *Os novos cães de guarda*: “Um meio de idéias uniformes e decifreadores idênticos. Jornalistas ou ‘intelectuais’, eles não passam de um punhado de trinta inevitáveis e volúveis. Entre eles, a convivência é a regra. Encontram-se, freqüentam-se, apreciam-se, comentam as obras uns dos outros, estão de acordo sobre quase tudo”.

militante, escritor ou filósofo que ainda se dispõe a engajar publicamente em nome dos valores abstratos que defonem o amálgama francês do intelectual.

No Brasil, como não existe uma definição tão rigorosa dos intelectuais, nos sentimos livres para utilizar o termo jornalista-intelectual sem o risco de cair no tom depreciativo de algumas acepções francesas. O que não significa eliminar esse debate das nossas análises, pois certos traços do amálgama francês e também da descrição das mudanças nos modos de intervenção do intelectual foram interiorizados pelos jornalistas que compõem o nosso *corpus* (ver capítulo IV).

Finalmente, dois conceitos aparentados ao de jornalistas-intelectuais aparecem na bibliografia utilizada e merecem ser definidos porque, em alguns pontos, convergem com o nosso objeto. O primeiro é o de elite de jornalistas, categoria também analisada no contexto francês (Riffel, 1984; Santos-Saniz, 2006). Trata-se de um grupo de jornalistas influentes e notórios, capazes de oferecer uma interpretação dominante da realidade nos meios de comunicação e que reflete os valores partilhados pelas elites sociais francesas (econômicas, políticas, intelectuais, etc.)⁶².

O processo de acumulação de tribunas e de aquisição de uma legitimidade social por esses jornalistas explica a decisão de parte da elite profissional de, em algum momento, investir numa carreira literária como forma de adquirir um novo status. Segundo Rieffel (1984), no começo da década de 1980, cerca de 90% dos jornalistas pertencentes a esse grupo já havia publicado um livro. Alguns deles, aliás, se consideravam mais escritores do que jornalistas. A verdade é que, no caso francês, “a publicação de uma obra confere a esses jornalistas uma *autoridade intelectual*, uma legitimidade face à opinião pública, até mesmo frente ao meio ao qual eles trabalham e acima de tudo frente aos seus *colegas da profissão*”⁶³, (Santos-Sainz, 2006: 81).

Essa coincidência, contudo, não nos permite limitar o estudo dos jornalistas-intelectuais ao da elite profissional no jornalismo (ver capítulo III). Mesmo que passem a investir no campo intelectual, uma elite se define por critérios associados às hierarquias da profissão (cargos, salários), enquanto os jornalistas-intelectuais remetem a uma legitimidade

⁶² Conceito corrente na sociologia, sobretudo norte-americana, as elites são definidas como “uma minoria de indivíduos cuja missão é servir a uma coletividade, num sentido social” (Keller, 1963: 15). Elas “simbolizam a unidade moral de uma comunidade [no caso, os jornalistas] que se torna subdividida, promovendo os objetivos e interesses comuns. Propõem-se a coordenar e harmonizar as atividades diversificadas, combater faccismo, e resolver conflitos entre grupos” (Keller, 1963: 90-91). “Cada elite estratégica se torna uma espécie de entidade antropomórfica, um amálgama de função social, ideal social e identidade social” (Keller, 1963: 165).

⁶³ Tradução do autor de: “la publication d’un ouvrage confère à ces journalistes une *autorité intellectuelle*, une légitimité face à l’*opinion publique*, voir même face au média pour lequel ils travaillent et par dessus tout vis-à-vis de leurs *confrères de la profession*”.

extra-redação. A convergência entre os grupos na França está ligada à tradição política e literária da imprensa naquele país. Ela também não é absoluta e se restringe a um grupo, definido por Santos-Sainz define como “Geração Histórica dos Jornalistas”. Trata-se dos profissionais que começaram a carreira no período logo após Segunda Guerra Mundial e possuem, portanto, um perfil politicamente mais engajado e uma formação mais letrada. Essa antiga elite vem sendo substituída por uma nova geração mais próxima do mito do mercado, dos valores profissionais e da busca pela audiência.

Outro conceito que precisa ser mencionado é o de jornalistas-escritores ou escritores-jornalistas, categoria que foi objeto do livro *Pena de aluguel*, de Cristiane Costa (2005). Nele, a autora analisa as relações entre Jornalismo e Literatura através dos atores que intervêm nos dois espaços, mostrando como a oposição entre um conjunto de valores (arte vs. mercado; artista vs. trabalhador; linguagem condicionada vs. linguagem criativa; experiência vs. esterelidade; visibilidade vs. preconceito; perenidade vs. imediatismo; fato vs. ficção; objetivo vs. subjetivo; tempo vs. dinheiro; local vs. universal) explica o processo de autonomização dessas categorias.

Ao refletir sobre a categoria estudada por Costa, reconhecemos a importância do estatuto de escritor como atividade que tradicionalmente geralmente exerce o papel de intelectual na sociedade (Aubin, 2006; Bourdieu, 1992; Charle, 1990). O termo, contudo, tende a excluir outros estatutos intelectuais, como os militantes e os professores universitários, de forma que é incapaz de englobar toda a categoria de jornalistas-intelectuais que pretendemos analisar nesta tese. Uma provável alegação de que o termo seria mais preciso do que o intelectual para definir um grupo de atores não se justifica. O título escritor também pode dar margens a imprecisões, dependendo da forma como ele é aplicado: do romancista ao jornalista, passando pelo ensaísta, acadêmico e publicitário, todos podem ser, em alguma medida, considerados escritores.

CAPÍTULO II – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: IDENTIDADE, INTERAÇÃO E MUNDO SOCIAL

Os estudos apresentados no capítulo anterior sugerem alguns aspectos sobre o jornalismo, os jornalistas e suas relações com o meio intelectual que podem ser tomados como ponto de partida para uma discussão mais aprofundada sobre a forma de abordar metodologicamente esses temas. Em comum, as diferentes análises criticam o discurso essencialista sobre o jornalismo. Elas buscam situar a atividade como uma construção social, histórica e discursiva, marcada por uma diversidade de práticas e formatos, o que pode ser observado ao longo do tempo e também no interior do próprio espaço jornalístico.

A crítica a uma suposta natureza do jornalismo é reiterada pela maneira como alguns estudos situam essa prática num interdiscurso. Embora nenhuma dessas teorias negue a autonomia sócio-discursiva desse domínio, o seu reconhecimento social passa por relações de identificação, complementaridade, e oposição a outros espaços (político, intelectual, etc.). Em uma dimensão micro-social, a heterogeneidade e a interdiscursividade que marcam o jornalismo se refletem em diferentes formas de ser jornalista, de praticar essa atividade de construir uma carreira profissional, cujo caso emblemático é o dos jornalistas-intelectuais analisados nesta tese.

Se tomarmos tais assertivas como um ponto de partida, podemos dizer que qualquer estudo que ambicione analisar o espaço jornalístico deve ter em mente um complexo jogo de relações entre as identidades e práticas dos atores envolvidos nessa atividade, a definição social do jornalismo e a forma como ela se situa no contexto mais amplo da ordem social, das relações com outros espaços e com as mudanças sócio-históricas. Aceitar essas diferentes dimensões é consenso na maior parte das teorias que pretende investigar os fenômenos sociais⁶⁴. O problema está em operacionalizar esses pressupostos em um modelo de análise que, embora não dê conta de toda realidade social, seja o menos reducionista possível (Demo, 1995; 2000).

Em um primeiro olhar, esse problema metodológico remete a discussões já antigas nas ciências sociais em torno das relações entre indivíduo e sociedade (Elias, 1991) e também das dinâmicas que devem ser consideradas na compreensão dos processos de

⁶⁴ Sobre o assunto, ver as discussões sociológicas empreendidas por: MILLS, C. W. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965; ORTEGA, Felix e HUMANES, Maria Luisa. *Algo más que periodistas – sociología de una profesión*. Barcelona (Espanha): Editora Ariel, 2000; e BOURDIEU, P. *La Noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

continuidade e transformação dos comportamentos individuais e da ordem social (Heritage, 1991). Aplicado ao nosso objeto, tais questões nos levam a refletir sobre o ponto de partida para os estudos sobre a identidade dos jornalistas-intelectuais. Se aos olhos do observador existe um problema de construção identitária, ele reside justamente na forma como certos valores e práticas individuais devem ser situados na forma como se reportam à definição social do jornalista e do intelectual. Dependendo da teoria usada, essas relações podem, por exemplo, resultar numa situação “funcional ou disfuncional” (Ortega & Humanes, 2001), “dominante ou dominada” (Bourdieu, 1984; 1989; 1997, entre outros).

Embora ofereçam explicações a esse processo, decidimos rejeitar as perspectivas funcionalista e bourdieusiana na análise do nosso objeto. Já havíamos apresentado alguns argumentos no capítulo anterior para justificar nossa escolha (seções 1.1.1; 1.1.2 e 1.1.4), que também se fundamenta na bibliografia consultada⁶⁵. Justificamos também nossa opção por descartar essas duas abordagens pelo de fato de não corresponderem a parte dos resultados obtidos com a análise empírica do nosso *corpus*.

Assim, nossa atenção se voltou ao desenvolvimento de uma terceira abordagem, já utilizada por Ruellan (1993) nos estudos sobre a identidade profissional do jornalismo: o interacionismo simbólico. Ao nos centrarmos na bibliografia sobre as interações, foi possível construir um conjunto de conceitos que correspondessem à nossa pretensão em articular o comportamento individual do nosso objeto às práticas associadas ao espaço jornalístico e intelectual. Além disso, pudemos trabalhar dentro de uma perspectiva teórica com uma tradição considerável em estudos de caráter qualitativo, o que possibilitou a construção e a operacionalização de uma metodologia de análise aplicada a um *corpus* limitado a dez entrevistados (ver o capítulo seguinte).

⁶⁵ Existe uma vasta bibliografia de discussão metodológica nas ciências sociais e na comunicação de forma que seria impossível citar todas. Ater-nos-emos aqui naquelas cuja importância foi central no nosso caminho teórico-metodológico. Assim, sobre a crítica ao funcionalismo nas ciências sociais, ver: BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1997; BLUMER, H. *El interaccionismo simbólico: Perspectiva y Método*. Barcelona: Hora, 1982; DEMO, P. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1995; DEMO, P. *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, 2000; ELIAS, N. *La société des individus*. Paris: Arthème Fayard, 1991; RUELLAN, D. *Le professionnalisme du Flou. Identité et savoir-faire des journalistes français*. Grenoble, Press Universitaires de Grenoble, 1993; RUELLAN, D. *Les 'pro' du journalisme. De l'état au statut, la construction d'un espace professionnel*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 1997. A desconstrução da teoria bourdieusiana pode ser acompanhada entre outras pelas obras de DOSSE, F. *La marche des idées. Histoire des intellectuels – Histoire intellectuelle*. Paris: la Découverte, 2003; RIEFFEL, R. *La Tribu des clercs. Les intellectuels sous la Ve République 1958-1990*. Paris: Calmann-Lévy, 1993; RINGOOT, R. e UTARD, J.-M. 'Genres journalistiques et "dispersion" du journalisme'. In: RINGOOT, R. e UTARD, J.-M. (orgs.). *Le journalisme en invention. Nouvelles pratiques, nouveaux acteurs*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2005 pp. 21-47.

Este capítulo se destina- às reflexões sobre o interacionismo simbólico e os conceitos que o compõem aplicados ao estudo dos jornalistas-intelectuais. Em um primeiro momento, serão expostos os pressupostos teóricos dessa abordagem, vistos sob a perspectiva das ciências sociais. Nesse percurso teórico, recorreremos à linha de análise aberta pelo filósofo e psicólogo social George W. Mead (1934). Em alguns pontos, recorreremos a outros autores ligados a perspectivas que dialogam com o interacionismo simbólico, sobretudo o construtivismo (Berger & Luckman, 1974; Schultz, 1967), a noção de configuração (Elias, 1991; 1994; Riffel, 1993), além de aspectos da teoria bourdieusiana (Bourdieu, 1993; 2002⁶⁶). Na segunda parte do capítulo, faremos um esforço de adaptar e desenvolver a questão da interação para uma análise sobre o espaço jornalístico e seus praticantes, tendo como base o conceito de mundo social (Becker, 1982).

2.1 – Pressupostos teórico-metodológicos do interacionismo simbólico

Nesta seção, trabalharemos de forma bastante esquemática alguns pressupostos da perspectiva do interacionismo simbólico. Não nos aprofundaremos na apresentação dessa teoria mais do que o suficiente para os nossos objetivos, inclusive porque a maior parte das discussões epistemológicas envolvidas, já foi realizada no decorrer do século XX, durante o desenvolvimento das ciências sociais. Recomendamos aos interessados em uma leitura mais aprofundada sobre o interacionismo simbólico, as obras de Mead (1934), Blumer (1982) e Strauss (1992).

O interacionismo simbólico centra sua análise no modo como as linhas de comportamento são elaboradas pelos atores tendo em vista os limites da ação do seu interlocutor. Tais atores não se resumem às pessoas, podendo haver interações com objetos físicos, grupos sociais, instituições, conceitos e abstrações. Cada interação se fundamenta em um processo complexo em que o indivíduo busca orientar suas ações a partir da forma como ele antecipa a reação do outro. Efetivada essa reação, o sujeito reavalia sua linha de conduta e a orienta para a interação subsequente.

O desenvolvimento dessa perspectiva pretente, na verdade, fugir do determinismo marxista que analisa a conduta humana em termos de lutas de classe (Blumer, 1982).

⁶⁶ Em pequenos ensaios sobre a juventude e a família Bourdieu (1993; 2002) trata de forma mais explícita questões epistemológicas que fundamentam sua teoria dos campos. São textos bastante reveladores porque remetem ao diálogo que o autor promove entre o que ele chama de etnometodologias e os estruturalismos de matriz marxista, com o objetivo de construir da sua própria metodologia.

Também se contesta o modelo weberiano de ação racional⁶⁷. A ação individual ou coletiva pode, por exemplo, se balizar a partir do imaginário (Strauss, 1992), de uma obstinação (Blumer, 1992), etc. Convergindo com as perspectivas construtivistas (Schutz, 1967; Heritage, 1991), o interacionismo simbólico destaca o caráter contextual da ação social, na medida em que as motivações subjacentes a ela devem ser situadas no ato da interação, na forma como o indivíduo define e interpreta o objeto sobre o qual ele se relaciona⁶⁸.

Evidenciamos, assim, a segunda característica dessa perspectiva: a forma como toda interação é simbolicamente mediada. O objetivo de Mead (1934) é justamente o de romper com a psicologia behaviorista, hegemônica no início do século XX, que limitava a análise das interações humanas ao esquema estímulo-resposta. Uma interação pressupõe que o ator social oriente seus atos de acordo com a representação que faz do outro. A construção desse outro remete a uma série de presunções sobre o interlocutor, algumas ligadas a experiências individuais, mas também a contextos coletivos, a uma dimensão que poderíamos chamar de estrutural, definida por Mead (1934) por meio do conceito de “outro generalizado” (*generalized other*).

Toda interação se fundamenta num conjunto de “símbolos significantes” (*signifiant symbols*) que devem ser partilhados pelos atores envolvidos nesse processo. Essa base comum engloba a linguagem (Berger & Luckman, 1974), normas de conduta (Heritage, 1991), categorias sociais (Bourdieu, 1993), enfim, toda uma compreensão intersubjetiva da realidade social⁶⁹. Ao mesmo tempo, a atuação do indivíduo também depende do modo como

⁶⁷ De forma breve, podemos definir o modelo weberiano de análise sociológica a partir da construção de tipos ideais de comportamento humano, baseados na ação racional dos indivíduos, aplicados na análise do funcionamento do organismo social, ou seja, “el método científico consistente en la construction de tipos investiga y expoe todas las conexiones de sentido irracional, afectivamente condicionadas, del comportamiento que influyen en la acción, como ‘desviaciones’ de un desarrollo de la misma ‘construindo’ como puramente racional un arreglo a fines” (Weber, 1964: 07).

⁶⁸ O interessante, nesse caso, é a forma como o construtivismo de Schutz (1967: 31-31) para endossar essa idéia do caráter contextual das motivações subjacentes à ação social faz uma leitura bastante particular da teoria da ação racional de Weber afirmando que o seu modelo proposto pelo sociólogo alemão propõe não uma racionalidade abstrata, mas a forma os indivíduos, tendem a se pautar pelo que é mais razoável, de acordo com as suas concepções e do pensamento de senso comum, na hora de agir. Assim, “if I project a rational action which requires interlocking of my and the other’s motives of action to be carry out (...), I must be curious mirror-effect, have sufficient knowledge of what he, the others, knows (...), and this knowledge of his is supposed to include sufficient acquaintance with what I know”.

⁶⁹ Essa dimensão sociológica do interacionismo, bastante presente no trabalho de Strauss (1992) foi melhor desenvolvida pelo construtivismo de Schutz (1967) e Berger & Luckman (1974). Mesmo Bourdieu (1993: 04), numa crítica ao nosso ver injustificada ao construtivismo (porque o acusa de tomar a realidade como uma ficção) tende a trabalhar essa relação entre estruturas sociais e estruturas mentais, entre o plano simbólico e a ação social: “Quand il s’agit du monde social, les mots font les choses, parce qu’ils font le consensus sur l’existence et le sens des choses, le sens commun, la doxa acceptée par tous comme allant de soi (...). Inscrits, à la fois, dans l’objectivité des structures sociales et dans la subjectivité des structures mentales objectivement orchestrées, ils se présentent à l’expérience avec l’opacité et la résistance des choses”.

ele interioriza subjetivamente a realidade que engendra formas de definir e agir sobre o objeto da interação.

O interacionismo simbólico busca, portanto, incorporar duas dialéticas fundamentais à compreensão do mundo social. Primeiro a idéia de que toda interação é um processo de ação sobre o outro (indivíduo, grupo, sociedade), no plano simbólico (das ‘palavras’) e também no plano concreto da vida social (das ‘coisas’). Segundo, porque essa relação se articula nas dimensões estrutural/sociológica e individual/psicológica. A especificidade dessa perspectiva está justamente na forma como a interação simbólica deve ser entendida como um *locus* privilegiado de análise dos fenômenos sociais. Os interlocutores envolvidos no processo interativo orientam, confrontam, confirmam ou modificam suas visões de mundo e práticas tendo em vista a relação com o outro. Nesse sentido, a interação adquire um caráter evolutivo ou transformador (Strauss, 1992).

Em uma escala micro-sociológica esse processo é fundamental para a construção identitária, na forma como, no decorrer da interação e graças a ela, pessoa avalia melhor a definição de si e dos outros (Elias, 1994; Hall, 2001; Strauss, 1992). Ao mesmo tempo, tais processos são extensíveis à construção da ordem social. Ou seja, o conceito sociológico de estrutura é resultado do processo de objetivação de uma miríade de interações realizadas pelos diferentes atores envolvidos num grupo, instituição ou sociedade. As duas dimensões, ligadas ao processo interativo, serão detalhadas logo a seguir.

2.1.1 – Identidade e interação

Ao interagirem, os indivíduos não se limitam a personagens que jogam um papel conhecido, adotando uma linha de conduta exigida ou escolhida. Todo o processo interativo também possui um caráter formativo, no qual o indivíduo se reavalia, a partir da relação com o outro, em uma espécie de conversa interior (Blumer, 1982).

Ao analisar o processo de construção identitária a partir das interações, Mead (1934) desenvolve uma tipologia em que o indivíduo (*self*, “si mesmo”) é, ao mesmo tempo, objeto (*me*, “mim”) e sujeito (*I*, “eu”)⁷⁰. Assume-se que, em parte, nossas condutas são definidas e controladas através de uma identidade que faz referência às atitudes e expectativas dos outros para conosco (*me*). O *me*, certamente, vai além da situação imediata da relação com o

⁷⁰ Alertamos para um problema de tradução desses conceitos. A língua inglesa e também o francês fazem uma distinção entre os pronomes que fazem referência ao indivíduo como sujeito (“I” e “je”) e objeto (“me” e “moi”). Não existe uma correspondência exata desses termos na língua portuguesa. De forma que daremos preferência ao uso dos termos no original, no lugar da precária utilização das formas “eu” e “mim”.

outro e envolve também outros atores que moldam a interpretação e a conduta dos interlocutores para o indivíduo (Strauss, 1992). Assim, existem questões de ordem sociológica envolvidas no processo de interação. São eles: os atributos institucionais ligados aos atores (como diplomas e cargos), as ideologias associadas aos estatutos, às normas de conduta subjacentes a certos tipos de interação, entre outros.

Essa forma de ser portar, que é socialmente definida, é confrontada pelas nossas ações e interpretações, específicas aos diferentes contextos de interação. Ou seja, embora exista um conjunto de normas procedurais (Heritage, 1991), associadas à forma como nos assumimos frente ao interlocutor (*me*), o indivíduo, na figura do eu-sujeito (“I”) sempre pode agir de forma inesperada⁷¹. Nesse processo, a identidade é reavaliada simultaneamente pelo sujeito e por seu interlocutor, dando origem a um complexo jogo de interpretações e, conseqüentemente, de mudanças ou continuidades no comportamento. Assim, em uma interação:

I) O sujeito interpreta a si mesmo, na forma como a ação inesperada (“I”), induz a reavaliar sua identidade. Para isso se utiliza do mecanismo de “conversa interior”;

II) Ele interpreta a reação do outro. Dependendo dela, pode ou não alterar a forma de apresentação de si, recorrendo, por exemplo, a mecanismos de imposição de estatutos;

III) O interlocutor também avalia a forma como o sujeito se apresenta e altera ou não sua interpretação sobre ele;

IV) Na sua resposta, o interlocutor pode ou não reiterar a definição de si apresentada pelo sujeito, de forma a orientar a reação deste.

Esse esquema interpretativo, aplicado ao contexto da interação face-a-face, é extensivo a outras dimensões do universo social, explicando as relações com/entre grupos, instituições, sociedade (Blumer, 1982). Ele expressa numa dimensão reduzida a dialética de co-construção entre indivíduo e estrutura social a partir das interações:

A resposta do ‘eu’ envolve adaptação, mas uma adaptação que afeta não apenas o *self*, mas também o ambiente social que ajuda a construí-lo, ou seja, ela implica numa visão de evolução na qual o indivíduo afeta o seu próprio ambiente da mesma forma que é afetado por ele⁷² (Mead, 1934: 214).

⁷¹ Sobre o assunto, Heritage (1991: 11) afirma que “les motivations et autres facteurs ‘subjectifs’ que l’on a coutume de situer derrière l’action sont à la portée des acteurs grâce à la combinaison du savoir contextuel qu’ils possèdent et de leur appréhension tacite de la structure procédurale de leurs propres activités”.

⁷² Tradução do autor de: “The response of the ‘I’ involves adaptation, but an adaptation which affects not only the self but also the social environment which helps to constitute the self; that is, it implies a view of evolution in which the individual affects its own environment as well as being affected by it”.

A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida e modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do orgânico, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a, ou mesmo remodelando-a (Berger & Luckmann, 1974: 228)

Tomando como base essa dialética, podemos concluir que, embora não negue a existência de uma estrutura social, a perspectiva do interacionismo simbólico possui uma forma particular de definir e trabalhar com esse conceito, como analisaremos logo a seguir.

2.1.2 – Estrutura e mudança social

Na nossa descrição sobre o processo de interação, apontamos para a existência de uma dimensão sociológica, que podemos chamar também de estrutural. Ela delimita a forma de se identificar e se comportar na relação consigo mesmo e com o outro. Nesse processo, as estruturas funcionam como instâncias de mediação dos sentidos socialmente cristalizados que são apreendidos e ao mesmo tempo articulados pelos atores na sua interação. No lugar de um conjunto de “características esqueléticas”, destinado a descrever aspectos equivalentes das diferentes sociedades, as estruturas devem ser vistas como uma forma de apreensão da realidade social, “presentificada” pelos atores dependendo do contexto de interação (Hale, 1990).

Apesar da sua aparente estabilidade, ordem estrutural também está dialeticamente sujeita às transformações originadas por meio da interação entre diferentes atores sociais⁷³. Assim, o que chamamos de estrutura, na verdade, deve ser considerada como uma ordem negociada que emerge quando as pessoas tentam – individual ou coletivamente – resolver os problemas encontrados em situações concretas (Strauss et al., 1964; McCall & Wittner, 1990). Em um dado momento, o resultado dessas negociações se configura em um conjunto de regras, políticas, acordos, entendimentos, pactos, contratos e outras formas de arranjos. (Strauss et al., 1964) que podem adquirir um status ontológico para as pessoas que passam conviver com elas (Berguer & Luckman, 1974). Tomadas dessa forma, mais do que uma ordem invariável, esta estrutura pode ser constantemente transformada⁷⁴.

⁷³ Esse é também o pressuposto utilizado por Elias (1991; 1994) para definir seu conceito de “configuração”.

⁷⁴ A metáfora utilizada por Strauss et al. (1964: 311) para descrever o caráter negociável da ordem social e do sistema normativo merece ser citada pela forma como resume esse processo: “The realm of rules could them useful pictured as a tiny island of structured stability around which swirled and beat a vast ocean of negotiation.

Resumindo, podemos dizer que as estruturas sociais se constroem e se transformam através das contínuas negociações realizadas entre os indivíduos que as integram. Tais negociações, realizadas por meio do processo interativo, são bem mais heterogêneas e complexas do que as dinâmicas de luta por poder que permeiam a noção do campo de Bourdieu. Elas são afetadas por posições hierárquicas e ideológicas, mas também por relações pessoais. Podem ser explícitas ou não. Podem ser permanentes, temporárias, estabelecidas, revogadas, renovadas ou mesmo esquecidas (Strauss et al., 1964).

Os diferentes conceitos e autores apresentados nesta seção permitem estabelecer as bases do nosso referencial expondo como certas questões teórico-metodológicas – construção identitária, das estruturas sociais, da ação social e das motivações explícitas a ela – são abordadas do ponto de vista das ciências sociais. É preciso, entretanto, avançar na aplicação desses pressupostos, operacionalizando-os no que Merton (1970) chama de “teoria social de médio alcance”. Significa partir de pressupostos gerais, ligados a uma perspectiva mais abstrata – o interacionismo simbólico –, para construir um modelo teórico que também envolve abstrações, embora esteja mais próximo do nosso objeto empírico⁷⁵. É o que faremos, a seguir, com adaptação para os estudos de jornalismo do conceito sociológico de mundo social.

2.2 – O jornalismo como mundo social

Dentre as teorias que integram a tradição do interacionismo simbólico, a noção de mundo social tem se mostrado bastante profícua, ao preencher um dos aspectos mais criticados dessa perspectiva: o de que haveria uma ênfase excessiva da dimensão micro-sociológico das interações e sua incapacidade de articulá-las à dimensão macro-estrutural. Vimos, logo acima, que o interacionismo simbólico tende a enfatizar as estruturas como uma ordem negociada a partir das interações individuais, entre grupos sociais, instituições, etc. Os mundos sociais traduzem essa relação em um conjunto de conceitos e procedimentos, que abrangem da identidade e das práticas individuais às mudanças de ordem estrutural. Constituem-se, portanto, em um modelo analítico com a mesma ambição da teoria dos campos, sem se prenderem, entretanto, apenas nas relações de dominação.

But we would push the metaphors further and assert what is already implicit in our discussion: that there is *only* vast ocean. The rules themselves are negotiable”.

⁷⁵ Ver também as considerações de Becker sobre o assunto em: BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

O conceito de mundo social é geralmente utilizado para analisar fenômenos, imprecisos e flexíveis, cujo reconhecimento social existe, sem a necessidade de estarem situados em um espaço institucionalizado ou em uma organização social (Gilmore, 1990). Strauss (1992) cita, por exemplo, o mundo do turismo. Becker (1982) aplica-o à análise da produção artística. No nosso caso, podemos recorrer a esse conceito para trabalhar o mundo dos jornalistas. Convencionalmente, as pessoas tendam a associar a análise da atividade jornalística apenas ao espaço das redações – isso explica a proliferação, a partir da década de 1970, de estudos etnometodológicos feitos sobre as rotinas produtivas dos jornalistas no interior das empresas de comunicação (Traquina, 1993; 2001). A rigor, entretanto, a atividade jornalística se estende sobre toda a sociedade, interagindo com diferentes espaços, domínios e atores sociais (Ruellan, 1993; Travancas, 1992). No caso dos jornalistas-intelectuais, cuja identidade parece calcada em práticas e numa legitimidade “extra-redação”, o conceito de mundo social se mostra fundamental.

Com exceção do livro *O mundo dos jornalistas*, de Isabel Travancas (1992), constatamos uma carência de aplicação desse conceito no Brasil, país onde os estudos sobre jornalismo ainda estão bastante presos à sociologia funcionalista, à teoria bourdieusiana e à aplicação das teorias da lingüística (semiologia, análise do discurso, etc.) (Meditsch & Segala 2005). Para analisar o mundo dos jornalistas, foram adaptados alguns pressupostos utilizados por Howard S. Becker (1982) em *Art Worlds* (“Mundos da arte”) e das conclusões extraídas do citado livro de Travancas. Não faremos aqui uma análise exaustiva sobre o mundo dos jornalistas, mas apontaremos suas principais características. O conceito será retomado de forma mais consistente nos capítulos V e VI, por ocasião de análises empíricas sobre os jornalistas-intelectuais.

2.2.1 – Características do mundo dos jornalistas

Um mundo social consiste em uma rede de pessoas envolvida na realização de uma atividade cooperativa (Becker, 1982; Gilmore, 1990; Strauss, 1992). Elas coordenam as práticas tendo como base um corpo de entendimentos (convenções), de interesses e de artefatos necessários à realização de um ato social maior (Strauss, 1992). Os mundos são diferentes das instituições e das organizações, pois suas dinâmicas de funcionamento não estão necessariamente fundamentadas em relações de poder, autoridade ou dominação (Gilmore, 1990). Além disso, a participação dos indivíduos não depende de um pertencimento institucional, ela está associada apenas às formas convencionais de atuar na realização dessa

atividade. Por isso, “pertencer a todos esses mundos sociais implica em engajamentos variados de ordem geram que ultrapassam os engajamentos específicos e facilmente perceptíveis aos escritórios, as instituições, organizações, bandos e especialidades em relação com o mundo social⁷⁶” (Strauss, 1992: 173).

No mundo social, os laços cooperativos se estendem por toda a sociedade (Becker, 1982). Ao mencionarem sua atividade, os jornalistas até podem associá-las a um conjunto de práticas centrais (a apuração, redação e edição do noticiário), o que Becker chama de “âmago” (*core*) do mundo social. Contudo, o jornalismo também depende de outras atividades realizadas por uma infinidade de indivíduos que não estão diretamente envolvidas nesse âmago. Como explica Travancas (1992), são os *office boys*, as secretárias, os técnicos em informática, seguranças, gerentes e diretores. A esse grupo de membros que atuam nas redações, podemos ainda acrescentar outros colaboradores externos: as fontes, o público, os articulistas, cronistas, os assessores de imprensa, os anunciantes, os publicitários, os donos das bancas de revista, os gráficos, os produtores de papel e tinta, etc... Sem eles, um jornal não poderia sair ou não sairia da forma como normalmente é concebido⁷⁷.

Os mesmos pressupostos utilizados por Ruellan (1993; 1994) no estudo das profissões podem ser aplicados na análise dos mundos sociais. Estes não estão separados na sociedade por linhas e se relacionam com membros e com atividades que pertencem a outras práticas sociais e a outros mundos. Apesar da estabilidade de algumas de suas práticas, elas sempre remetem a processos concretos de construção e objetivação no mundo social.

Essa relativa abertura traz, eventualmente, problemas identitários. Mesmo nos espaços bem estruturados, existem indagações sobre quem deve ser integrado ao grupo que desempenha as atividades essenciais ao mundo social. Anselm Strauss (1992), que realizou diversas pesquisas etnográficas em hospitais aborda, essa questão quando analisa a profissão dos médicos. Ele se indaga, por exemplo, em torno de quem seria “mais médico”. Seriam aqueles que possuem pacientes? Os cirurgiões? Ou os médicos-pesquisadores? Podemos

⁷⁶ Tradução do autor de: “Appartenir à tous ces mondes sociaux implique des engagements variés d’ordre général que dépassent les engagements plus spécifiques et facilement perceptibles pour les bureaux, les institutions, organisations, cliques et spécialités en relation avec le monde social”.

⁷⁷ Carmo Chagas (1992: 107) ilustra essa idéia ao contar sua passagem de jornalista-empregado para proprietário de uma pequena empresa de comunicação: “Entendi, ao mesmo tempo, que o jornalista depende dos outros setores envolvidos na operação. Por mais brilho que se ponha num texto, numa capa, numa pauta, sempre há necessidade do profissional que busque os anúncios, do que resolva bem as várias fases do trabalho gráfico, do que entenda de distribuição, do que responda pela comercialização”. Alberto Dines (1986: 115), que chefiou durante quase onze anos a redação do *Jornal do Brasil*, também não ignora o fato de que a produção jornalística depende dos setores extra-redação: “O jornalista é, sem dúvidas, o elo fundamental do processo jornalístico. Mas não pode descuidar-se das atividades complementares que compõem o outro lado da instituição – a empresa com os setores de comercialização e apoio”.

estabelecer uma analogia quando falamos dos jornalistas-intelectuais. Um jornalista que só escreve livros e se engaja pode ser considerado jornalista?

Segundo Becker (1982), esses debates terminam apenas quando existem mecanismos sociais de reconhecimento da atividade dentro do mundo social. Trata-se de algo similar ao processo de fechamento da fronteira profissional utilizado Ruellan. Nesse caso, é perfeitamente possível combinarmos as duas abordagens para analisar os debates em torno da consolidação do espaço jornalístico nas suas relações com o intelectual (capítulo VII).

Todo mundo social é marcado por um conjunto de convenções. Elas decidem os termos da cooperação, tornando as decisões mais simples e providenciam a base para que os participantes possam atuar juntos de forma eficiente para produzir um trabalho⁷⁸. Seguindo esse ponto de vista, a periodicidade de um veículo, as rotinas de uma redação (pauta, apuração, redação, edição, diagramação) e as técnicas jornalísticas (*lead* e pirâmide invertida) se constituem em exemplos de convenções correntes no mundo do jornalista. Do ponto de vista convencional, o processo de produção de notícias a passa ser visto como uma dinâmica interativa, “onde diversos agentes sociais exercem um papel ativo no processo de negociação constante” e cuja necessidade de prever a cobertura dos fatos se materializa em um conjunto de rotinas produtivas (Traquina, 2001: 64).

As convenções variam conforme o grau de formalização no mundo social. Podem ser sistematizadas no mundo dos jornalistas através dos códigos deontológicos, leis manuais de redação, de um corpo de conceitos e teorias, presente em livros e ensinado nas faculdades. Ou podem existir de forma menos formal, partilhada apenas pelos que participam de determinada atividade ligada ao *métier*. O trabalho de leitura diária dos jornais concorrentes como ponto de partida para as pautas – o que Bourdieu (1997) chamou de “circulação circular da informação” – e a prática do *pool* – o compartilhamento das informações entre os setoristas que cobrem política em Brasília, de forma que ninguém saia prejudicado – são exemplos dessas convenções não-codificadas, mas que são rotineiramente adotadas pelos integrantes do mundo dos jornalistas.

Parte das convenções é socializada a todos os integrantes do mundo social, não se limitando apenas às pessoas ligadas diretamente à produção das atividades que compõem seu âmbito. Assim, nem todas as convenções do mundo dos jornalistas são exclusivas aos profissionais que trabalham nas redações. Elas são extensíveis aos demais integrantes da rede

⁷⁸ Nesse sentido, as convenções correspondem, numa dimensão mais ampla, ao sistema normativo que delimita certas características de uma interação, permitindo aos atores anteciparem as reações do outro e orientarem suas ações.

colaboradores, de forma a coordenar as atividades dos membros. Um assessor de imprensa precisa estar atento às rotinas e à linha editorial de um jornal. O público geralmente conhece os formatos narrativos canônicos do jornalismo⁷⁹. Uma empresa de publicidade deve conhecer os *deadlines* e a linha editorial do veículo onde quer anunciar.

Certas convenções são tão ligadas a um mundo que são experienciadas como se fossem parte da cultura, da estrutura social. A periodicidade dos jornais é um exemplo típico desse fenômeno. Outras são suficientemente estáveis no mundo social que podem ser utilizadas no treinamento de novos membros. É caso das técnicas de redação ensinadas nos cursos de jornalismo. Algumas possuem caráter normativo ou se propõem à defesa do grupo social. Fazem parte dessas convenções a noção de objetividade, os códigos deontológicos, entre outros.

Mesmo quando estão arraigadas ao mundo social, as convenções dificilmente são imutáveis. Como parte integrante de uma ordem negociada, elas dão margem a formas distintas de interpretação e mudança. “Convenções representam o ajustamento contínuo das partes cooperadoras para a mudança das condições nas quais eles praticam, quando as condições mudam, eles mudam⁸⁰” (Becker, 1982: 59). De fato, as convenções dificilmente conseguem cobrir todas as situações vividas no âmbito de um mundo social. Isso abre margem para a introdução de inovações destinadas a resolver contextos específicos. Algumas delas podem ser incorporadas ao mundo social, desde que aceitas pelos demais membros. Outras podem ficar restritas a um contexto ou a um grupo de colaboradores e desaparecer. A opção por inovar ou continuar utilizando as convenções no mundo social remete à forma como um membro concilia seus interesses (de experimentação ou solução de um problema específico) e o modo como essas mudanças são aceitas e partilhadas pelos demais participantes. Sempre é possível fazer diferente, desde que se pague o preço por isso: maior esforço, menor circulação, perda do emprego. Por isso, o mundo social pode ser visto como uma combinação de aspectos convencionais e inovadores. Sem aqueles, o mundo seria ininteligível; sem estes, chato (Becker, 1982).

A relação entre indivíduo e mundo social é cotidianamente vivenciada nas escolhas feitas pelos seus participantes. Escolhas são, na verdade, interações que um membro realiza com ou tendo em vista os demais atores envolvidos nas atividades de cooperação do mundo

⁷⁹ O que os semiologistas chamam de “horizontes de leitura” (Ringoot, 2006).

⁸⁰ Tradução do autor de: “Conventions represent the continuing adjustment of the cooperating parties to the changing conditions in which they practice, as conditions changes, they change”.

social⁸¹. As escolhas podem ou não ser verbalizadas e sempre levam em conta a existência de um interlocutor – mesmo que não seja necessariamente uma pessoa. É a partir delas que o sistema convencional é colocado em prática, podendo ou não ser aceito, levando ou não a inovações no mundo social. O ato social maior realizado no âmbito do mundo social seria, na verdade, o resultado de infindáveis escolhas. A veiculação de uma notícia um jornal pode ser definida dessa forma. Ela envolve, por exemplo, a escolha da pauta, das fontes, das perguntas feitas ao entrevistado, do enquadramento adotado, da melhor forma de redigir, de editar, de diagramar, do horário de fechamento, do papel e do tipo de impressão adotada, da forma de distribuição, a decisão de comprar o jornal, de ler determinada notícia, de como interpretá-la, etc.

Esse mesmo esquema pode ser aplicado a outras atividades que não compõem o necessariamente o âmago de um mundo social, mas que se relacionam a ele. Não nos ateremos a todas elas, pois interessa aqui citar a importância dessas escolhas no processo de gestão da fronteira profissional, de mudanças e inovações no sistema de convenções, de construção ou direcionamento da carreira profissional.

É a partir das escolhas realizadas que o indivíduo constrói a reputação dos indivíduos no mundo social. O conceito de reputação está ligado ao processo de atribuição da identidade pelo outro durante o processo de interação. Contudo, diferente da situação face-a-face onde essa interpretação é restrita ao interlocutor, a reputação é em alguma medida partilhada pelos demais membros do mundo social. Ela pode ser extensiva não só a uma pessoa, mas um grupo, uma instituição, uma comunidade.

A reputação de um ator social depende das escolhas (conscientes ou não) que ele realiza na sua trajetória no interior do mundo social, mas também da base convencional vigente num determinado momento⁸². Elas não são consideradas da mesma forma por todos os membros de uma atividade. Certas práticas que antigamente garantiam a reputação de um jornalista – o engajamento político ou o beletismo literário, por exemplo – passaram a ser mal vistas a partir de 1950. Da mesma forma, um jornalista que possui um olhar crítico sobre a profissão pode adquirir uma má reputação entre os colegas e, por outro lado, possuir uma legitimidade no meio acadêmico.

Além de refletirem um conjunto de decisões individuais e coletivas, as reputações também delimitam as ações que podem ser realizadas pelos membros do mundo social.

⁸¹ Algumas escolhas têm como referências atores específicos outras remetem ao que Mead (1934) chama de “outro generalizado”.

⁸² Existe uma correspondência explícita com os conceitos bourdieusiana de estratégia e legitimidade, guardadas as distinções teórico-metodológicas dessas duas perspectivas.

Dependendo do quão reputado é um jornalista, lhe é permitido inovar na produção de uma notícia. Ou iniciar uma carreira literária. Ou ingressar na universidade.

O conjunto de apontamentos apresentados até aqui fornecem uma perspectiva analítica que nos permitem lidar com nosso *corpus*. Aplicados aos jornalistas-intelectuais, essa abordagem evidencia as formas de exposição de si numa interação e a inserção social do grupo no mundo social. Para avançarmos na nossa investigação, contudo, é preciso trabalhar a melhor forma de coletar e tratar a questão da negociação identitária tendo em vista a inserção histórica desses indivíduos, o caráter qualitativo da investigação proposta, a busca de critérios de escolha, coleta e tratamento dos dados. Faremos isso no capítulo seguinte detalhando a metodologia de análise, calcada no uso das histórias de vida.

CAPÍTULO III – CONSTRUINDO UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE

Este capítulo aborda os aspectos metodológicos que embasam nossa análise. Trata-se da operacionalização dos conceitos dos estudos sobre jornalismo, identidade e práticas que foram trabalhados nos dois últimos capítulos. Faz também da descrição de nossa trajetória metodológica, das escolhas que consideramos mais apropriadas, tendo em vista o estudo da identidade dos jornalistas-intelectuais. Iniciaremos o capítulo apresentando os métodos e técnicas utilizados na pesquisa. A seguir discutiremos os critérios de seleção do *corpus* da pesquisa, agendamento e realização das entrevistas. Finalizaremos falando sobre a edição e tratamento do material.

3.1 – Histórias de vida

Embora o objetivo desta tese tenha sido, desde o início, a análise das identidades dos jornalistas-intelectuais, a escolha sobre o modo de abordar e tratar esse problema mudou no decorrer da pesquisa. Após as primeiras leituras (Ianni, 1998; Ortega & Humanes, 2000; Ringer, 2000) buscamos situar a identidade do grupo a partir da construção de uma categoria tipológica, definida a partir de alguns critérios objetivos em torno do que seriam as características e a função social dos intelectuais. Construindo o tipo ideal, trataríamos de enquadrar a identidade do grupo e defini-lo como os jornalistas-intelectuais. Situados dentro dessa perspectiva, a coleta e a interpretação dos dados feita a partir de entrevistas serviria apenas para confirmar nossos pressupostos teóricos⁸³.

A partir de investigações teóricas e metodológicas, abandonamos a pretensão de compreender a identidade desse grupo de fora para dentro e definimos a interação como *locus* em que ela é negociada, articulando sua dimensão subjetiva e social. Tendo isso como pressuposto, fomos em busca do melhor método aplicado à análise de nosso objeto. Consideramos que o estudo da identidade dos jornalistas-intelectuais deveria se centrar na forma como eles geriam seus estatutos por ocasião da apresentação de si e nas relações com outros atores ligados ao mundo social. Essas características sugeriram que adotássemos uma

⁸³ O fundamento epistemológico desse tipo de abordagem é identificada com a proposta hipotético-dedutiva da teoria sobre refutabilidade nas ciências sociais do positivismo lógico popperiano, o qual tivemos acesso. Sobre o assunto, ver: POPPER, K. *Conjecturas e Refutações (O Progresso do Conhecimento Científico)*. Brasília: Ed. UnB, 1980

abordagem etnográfica, trabalhando em profundidade um material que, em alguma medida, remetesse a questões identitárias.

Duas outras questões também pareceram importantes para o desenvolvimento dos nossos objetivos. A reputação adquirida por esses atores não correspondia exatamente à idéia engendrada no espaço jornalístico como a de uma “trajetória de sucesso”. Por isso, era preciso analisar como o indivíduo organizava sua carreira profissional no mundo dos jornalistas. Além disso, precisávamos entender como essa identidade dialogava com as transformações históricas que atingiam o meio jornalístico e intelectual. Tais questões nos levaram a trabalhar também com uma dimensão temporal na análise do processo de negociação das identidades. Ao buscarmos conciliar todos esses objetivos, escolhemos o método das histórias de vida (*life-histories*) aplicado ao estudo dos jornalistas-intelectuais.

Desenvolvidas durante o período da idade de ouro da sociologia em Chicago (Becker, 1997), as histórias de vida são um dos mais versáteis métodos das ciências sociais (Connel & Wood, 2002). Elas garantem flexibilidade de interpretação de um conjunto de dados, sem a necessidade de adaptá-los às amarras de um modelo hipotético dedutivo (Blumer, 1982).

As histórias de vida não são consideradas como dados do ponto de vista da vertente positivista-funcionalista das ciências sociais. Mas também não devem ser consideradas autobiografias convencionais e muito menos ficção (Becker, 1997). Elas partem da pequena história do narrador (entrevistado) para lançar luz sobre uma transformação social. Enfatizam, assim, a forma como o indivíduo modela a sociedade, ao mesmo tempo em que é modelado por ela (Heniz & Krüger, 2001; Laville & Dionne, 1999; McCall & Wittner, 1990).

Heniz & Krüger (2001) explicam que as histórias de vida podem ser analisadas a partir de dois métodos de pesquisa. O primeiro é a vertente norte-americana que enfatiza os documentos pessoais (diários, correspondências, entre outros) e os métodos etnográficos (entrevistas informais, observação participante). Já os pesquisadores europeus preferem a coleta de narrativas orais, como entrevistas e os documentos necessários à reconstrução histórica de um fenômeno social ou cultural.

Em nossa análise trabalharemos com o método europeu das histórias de vida. Na verdade, alguns aspectos do método norte-americano seriam de difícil operacionalização quando aplicados ao nosso objeto. Primeiro, a decisão de trabalhar com um *corpus* de jornalistas-intelectuais vivos inviabiliza o uso de documentos pessoais. Como são jornalistas cuja atividade e a reputação não se limitam à atuação nas redações, seria também complicado realizarmos uma pesquisa etnográfica tradicional, de observação participante, pois não há um cenário específico de pesquisa, nem uma rotina profissional a ser rigorosamente observada.

Além disso, as questões de gestão estatutária que nos interessam no estudo da identidade do grupo não poderiam ser tão bem examinadas numa análise etnográfica do cotidiano dessas pessoas. Ouvir o que elas tinham para contar, a maneira como se apresentavam, como faz o método europeu das histórias de vida, parecia-nos mais interessante para os objetivos desta pesquisa.

Outra vantagem do método europeu sobre o norte-americano reside no fato de que o primeiro não faz uso do anonimato. Ao omitirem a identidade dos sujeitos pesquisados, os etnólogos correm o risco de enfatizar a sua visão durante as análises, suprimindo a autoridade das pessoas observadas (McCall & Wittner, 1990). Além desse viés autoritário, o anonimato poderia impedir que evidenciássemos um dos pontos essenciais para a compreensão dos jornalistas-intelectuais: sua reputação social. Aliás, seria difícil esconder a identidade dessas pessoas, pois, no momento em que mencionássemos eventos da sua vida profissional, elas seriam facilmente reconhecidas. Finalmente, para analisar a questão da reputação não poderíamos nos limitar apenas à questão processual, à forma como ela é negociada na sociedade. Era preciso também relacionar esses processos a uma representação social concreta, saber como todas essas negociações identitárias sugerem um nome e um status partilhado pelo pesquisador e pelos leitores como o de jornalistas-intelectuais.

Além das questões tratadas acima, Becker (1997) aponta outras vantagens do uso desse método narrativo das histórias de vida. São elas:

- I) Ele permite fazer um contraponto individual a uma teoria social que se mostre inadequada (o funcionalismo dos estudos sobre identidade no jornalismo, por exemplo);
- II) Auxilia áreas de pesquisa tangenciais;
- III). Fornece uma visão do lado subjetivo de processos institucionais muito estudados (as mudanças no meio jornalístico e intelectual);
- IV) Fornece detalhes a uma área de estudos que se tornou estagnada;
- V) Dá sentido à noção de processo como um fenômeno observável de interação mediada⁸⁴;
- VI) Permite que os sujeitos investigados falem para o restante da sociedade.

McCall & Wittner (1990: 46) explicam que as histórias de vida explicitam ao pesquisador o caráter ideológico do conhecimento. “Elas nos forçam a examinar nossas assunções, incorporar mais atores aos nossos modelos e geram conceitos mais inclusivos para

⁸⁴ “Sociólogos gostam muito de falar em ‘processo em curso’ e coisas parecidas, mas seus métodos geralmente os impedem de ver os processos sobre os quais falam tão desembaraçadamente” (Becker, 1997: 109).

compreender as complexidades atuais das instituições sociais e da mudança social⁸⁵”. Permitem ainda que o pesquisador compreenda melhor as ações empreendidas pelo sujeito, a partir do olhar que ele coloca sobre sua biografia (Heniz & Krüger, 2001; Becker, 1997).

Por outro lado, o uso do método das histórias de vida coloca o problema da articulação entre o indivíduo e a sociedade, entre as instâncias micro e macro-sociológicas. Ou seja: como explicar a ordem institucional a partir de um *corpus* reduzido e sem validade estatística? Ao situar as histórias de vida a partir da perspectiva do interacionismo simbólico, McCall & Wittner (1990) explicam que tanto a cultura como as estruturas emergem por meio da atividade das pessoas, no momento em que elas tentam coletivamente ou individualmente resolver problemas comuns em situações concretas. Assim, ao relatar uma história, as pessoas compartilham, na verdade, das soluções coletivas e dos sentidos atribuídos às suas experiências sociais adquiridas através de interações. Para articular essas instâncias, durante a análise de uma história de vida, devem ser consideradas as ações individuais, as regras institucionais e as estruturas históricas. “A abordagem contemporânea do curso da vida examina a interação entre constrangimentos estruturais, regulamentos e regras institucionais, sentidos subjetivos e também decisões feitas no decorrer do tempo⁸⁶” (Heniz & Krüger, 2001: 33).

O estudo das histórias de vida pode ser realizado a partir de diferentes técnicas de pesquisa qualitativa. Para o nosso estudo selecionamos as entrevistas, a pesquisa documental e o uso do diário de campo como as formas de coleta do material de análise. A descrição e a justificativa sobre essas técnicas serão feitas logo abaixo.

3.1.1 – Uso de entrevistas

Nossa principal técnica de coleta de dados é o uso das entrevistas semi-estruturadas realizadas ao vivo junto aos jornalistas-intelectuais selecionados. Comparada a outras técnicas de pesquisa – o questionário, por exemplo – a entrevista possui a desvantagem de apresentar dados pouco uniformes e de difícil sistematização. Por outro lado, as informações coletadas ganham profundidade (Laville & Dionne, 1999). Essa característica qualitativa da entrevista é fundamental para os nossos objetivos de pesquisa, dada a complexidade subjacente aos estudos sobre identidade. Em muitos casos, mais do que obter dados homogêneos e de fácil

⁸⁵ Tradução do autor de: “They force us to examine our assumptions, incorporate more actors into our models and generate more inclusive concepts for understanding the actual complexities of social institutions and social change”.

⁸⁶ Tradução do autor de: “Contemporary life-course approach examines the interaction between structural constraints, institutional rules and regulations and subjective meanings as well decisions over times”.

tabulação, era importante permitir que os entrevistados organizassem subjetivamente suas trajetórias.

Segundo Gil (1987), a técnica da entrevista não se limita a recolher dados relevantes sobre um assunto, mas busca captar sentimentos, crenças e desejos. Por isso, não se deve tratar o ato da entrevista como um procedimento formal, institucionalizado em torno dos papéis de entrevistador-entrevistado. Becker (1997) explica que o ideal, nesses casos, é convencer a pessoa de que a sua fala não é tão importante. O sociólogo atenta ainda para a necessidade de o pesquisador usar sua experiência pessoal durante a entrevista, partindo em alguns casos para medidas não-convencionais para provocar as pessoas a ponto de fazer com que digam coisas que, de outro modo, guardariam para si.

A entrevista deve, portanto, ser vista como uma interação. Ela não é um incidente neutro de coleta de dados. Trata-se, na verdade, de construções da realidade, ocasiões em que o entrevistado busca fabricar significados à sua experiência tendo em vista o seu interlocutor:

Se alguém observa as entrevistas não como dados, mas como locais interativos para a construção de significados, o papel do entrevista deixa de ser totalmente passivo e neutro. Independente de planejarmos – e independente de gostarmos –, as narrativas do entrevistado são influenciadas pela interação social que se desenrola na entrevista e pela atitude do entrevistado em relação à interpretação da narrativa⁸⁷ (Järvinen, 2003: 225-226).

Uma entrevista representa processos de interpretação das situações presentes e passadas. Ao falar, o entrevistado ordena e reconstrói sua experiência, buscando criar esquemas coerentes de narração e interpretação dos fatos. Esse trabalho de remodelagem depende do contexto da interação em que “novos significados alteram o conteúdo e o valor da situação de base evocadas” (Bosi, 2006: 66). Ao mesmo tempo, as narrativas refletem as estratégias dos atores para lidar com tais incidentes e as suas tentativas de se apresentarem como um tipo específico de pessoa. Por isso, a entrevista é certamente um processo de negociação identitária entre entrevistadores e entrevistados (Järvinen, 2003).

⁸⁷ Tradução do autor de: “If one regards interviewers not as recording but as interactive sites for meaning making the interviewer’s role cannot be totally passive and neutral. Whether planned or not – and whether we like it or not – the interviewer’s narratives are influenced by the social interaction going on in the interview, and by the interviewer’s attitude towards and interpretation of the narrative”.

3.1.2 – A pesquisa documental

Graças à reputação associada ao nosso objeto, a coleta de informações sobre a trajetória dos jornalistas-intelectuais pôde contar ainda com uma importante ferramenta de pesquisa: o uso de fontes documentais. Em nosso caso, podemos dividir essas fontes em dois grupos. O primeiro abrange entrevistas, biografias e reportagens publicadas sobre a vida e a obra dos entrevistados. Foi possível recolher esse material em jornais, revistas, livros, Internet (nos páginas pessoais desses jornalistas, *Wikipedia* e varreduras feitas via *Google*) e artigos acadêmicos.

O segundo, grupo abrange documentos redigidos pelos próprios jornalistas-intelectuais. Recorremos às obras que expressam suas visões sobre sua própria vida, sobre seu trabalho intelectual e sobre o jornalismo. Segundo Miceli (2001: 349), tais fontes:

retêm a marca dos interesses, dos valores e das estratégias dos grupos sociais a que se referem. Elas são produtos de uma simbolização mediante a qual esses grupos manifestam sua existência material, política e intelectual (...), são parte integral do repertório de imagens que o grupo veicula e gere sua identidade.

Por isso, adicionamos ao nosso *corpus* trabalhos acadêmicos, livros-reportagem memórias, autobiografias e mesmo romances que tratam da vida dessas pessoas, valores, visões de mundo sobre o jornalismo e o trabalho intelectual. Uma lista detalhada dessas obras se encontra na primeira parte das referências bibliográficas.

3.1.3 – Diário de campo (*fieldnotes*)

A utilização de diários de campo remete geralmente às pesquisas etnográficas baseadas em observação participante. O fato das entrevistas com os jornalistas-intelectuais serem consideradas como momentos de interação simbólica justifica o uso desse recurso. De fato, foi possível registrar parte das significações atribuídas pelo pesquisador à fala dos entrevistados, dentre elas as impressões subjetivas sobre essas pessoas, sua forma de se portar e se expressar. Algumas dessas impressões nem sempre ficam registradas na gravação e sua recuperação foi de grande utilidade, sobretudo na descrição de nossa trajetória metodológica (seção 3.3) e durante as análises dos capítulos V e VI.

Além das impressões obtidas durante a entrevista, foram registrados ainda outros aspectos do processo de coleta dos depoimentos. Eles abrangem os contatos preliminares para

o agendamento dos encontros, a descrição de nossas impressões sobre o entrevistado, o local, o teor e o 'clima' das conversas. Os registros contidos no diário de campo permitiram, nesse caso, reconstruir textualmente a experiência do pesquisador durante a pesquisa de campo (Wolfinger, 2002).

Finalmente, foram realizadas ainda anotações das conversas informais feitas com o gravador desligado. Embora nem sempre pudessem ser utilizadas textualmente na análise (ou, quando foram, tivemos de recorrer ao anonimato), essas interações, reconstruídas, forneceram informações complementares que permitiram compreender questões sobre a identidade dos entrevistados, que em alguns casos não apareciam nas gravações.

3.1.4 – Dados complementares

Complementado a análise focada no grupo de dez jornalistas-intelectuais, foram coletados também alguns dados relativos à inserção da categoria no ambiente jornalístico e cultural brasileiro. Foram realizadas entrevistas por e-mail com os responsáveis por dois reconhecidos espaços de divulgação e aferição da produção intelectual: o projeto *Sempre um Papo*⁸⁸, capitaneado, desde 1986, pelo jornalista Afonso Borges, e as *Rodas de Leitura*, coordenado pela professora e poetisa Suzana Vargas e que funcionou de 1988 a 2001. Trata-se de ocasiões em que escritores, jornalistas ou professores são convidados a falar para uma platéia reduzida sobre um tema ligado à atualidade ou à sua produção intelectual. Ser convidado para esses eventos é certamente um atestado de legitimidade intelectual. Nessas entrevistas, abordamos tanto questões ligadas ao meio intelectual brasileiro como indagações diretas sobre a identidade e o papel dos jornalistas-intelectuais (ver Anexos III e IV).

Por sugestão de Alberto Dines, um dos jornalistas-intelectuais que compõem o nosso *corpus*, fizemos uma visita à redação da Revista *Piauí* no Rio de Janeiro, onde entrevistamos o diretor de redação Mário Sérgio Conti. Também, por sugestão de Dines, conversamos, por e-mail, com o jornalista Sérgio Villas Boas, fundador do Instituto *Texto Vivo*. Nas duas ocasiões falamos sobre o conceito de jornalismo literário, tema tratado brevemente no capítulo VII.

⁸⁸ Sobre o *Sempre um Papo*, consultar a página: <http://www.sempreumpapo.com.br>.

3.2 – Construção do *corpus*: o problema de definição do intelectual

Uma das questões mais delicadas desta pesquisa refere-se à construção do *corpus* de análise. Que sujeitos deveriam ser analisados como representativos do grupo de jornalistas-intelectuais? Partindo de um primeiro olhar sobre o objeto, tínhamos em mente que deveriam ser jornalistas cuja prática, e, sobretudo, reputação, estaria também associada à imagem do intelectual. Embora a definição do que é um jornalista poderia ser problematizada, a existência de um conjunto de convenções capazes de definir os colaboradores do mundo social do jornalismo (algumas, inclusive, codificadas sob a forma de teorias e leis) nos permitiram operacionalizar com razoável clareza esse primeiro pertencimento. O problema estava justamente em definir o que chamamos de intelectual.

De fato, o conceito pode remeter a representações bastante restritas – os *maître à penser*, por exemplo – ou ainda incluir todo um setor da sociedade associado ao desempenho de atividades intelectuais (Aron, 1980; Debray, 1979). Pode estar associado ao engajamento no espaço público em torno de valores abstratos ligados ao direito do Homem, como prega a definição francesa, nascida com Émile Zola. Pode também ter suas funções apropriadas pela esquerda revolucionária, como as definições leninistas e gramscianas do intelectual (González, 1981; Máximo, 2000). Ou pode ainda remeter a representações pejorativas, associados às pessoas que negligenciaram a prática para se trancarem numa espécie torre de marfim⁸⁹. Enfim, um breve olhar na diversidade de auto-definições, nascidas no *corpus* polemista (Aubin, 2006), mostra como esse debate é profícuo, o que explica a dificuldade em encontrar um conceito operacional para a categoria⁹⁰.

Tendo em vista essa multiplicidade de conceitos e o caráter normativo subjacente a eles (Bobbio, 1997), levantamos a princípio duas alternativas para construirmos o nosso

⁸⁹. Numa conversa preliminar por telefone com um possível entrevistado, soubemos que ele se opunha ao uso termo “jornalistas-intelectuais” porque dava a entender que os demais jornalistas – excluídos do meu *corpus* – seriam “analfabetos”.

⁹⁰ Nossas investigações sobre o tema revelaram uma vasta bibliografia dedicada a uma (auto)definição da categoria, na qual podemos citar as obras de: ARON, R. ‘A alienação dos Intelectuais’. In. *O Ópio dos Intelectuais*. Brasília: Ed. UnB, 1980, pp. 177-257; ARON, R. ‘Fidelidade dos Renegados’. In. MELO, R (org.) *Os Intelectuais e a Política*. Lisboa: Presença, 1964, pp. 275-301; BENDA, J. *La Trahison des Clercs*. Paris: Bernard Grasset, 1927; BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997; DEBRAY, R. *Le pouvoir intellectuel en France*. Paris: Ramasay, 1979; DEBRAY, R. *Le scribe: Genèse du Politique*. Paris: Grasset et Fasquelle, 1980; GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; MILLS, C. W. ‘A Política da Cultura’. In. MELO, R. (org.) *Os Intelectuais e a Política*. Lisboa: Presença, 1964, pp. 128-145; ORTEGA Y GASSET, J. *A Rebelião das Massas*, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1962; PELLETIER, J. ‘L’intellectuel est-il mort?’. In: BRUNET, M; & LANTHIER, P. *L’inscription sociale de l’intellectuel*. Les Presses Universitaires de Laval / L’Hamarttan, 2000, pp. 367-374; SAID, E. W. *Representaciones del intelectual*. Barcelona: Paidós, 1996; SARTRE, J-P. *Plaidoyer pour les intellectuels*. Paris: Editions Gallimard, 1972. WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

corpus de análise. A primeira seria trabalhar com um conceito neutro de intelectual. Após as leituras de distintos autores que abordaram o tema, discutimos uma definição que reunisse características gerais, comuns aos diferentes tipos de intelectuais: o gramsciano, o sartreano, o weberiano, etc. Essa tentativa, apresentada em março de 2005 durante nossa defesa de qualificação, mostrou-se equivocada. Do ponto de vista epistemológico, significou cair no erro já mencionado de buscar encaixar o *corpus* em uma categoria abstrata, de forma que a análise das identidades resultaria em uma definição sem correspondência empírica. Além disso, em certo momento tivemos de reconhecer que é impossível trabalhar com conceitos neutros em ciências sociais na medida em que eles refletem o olhar do observador sobre a realidade⁹¹.

Como a alternativa de neutralizar essa categoria fracassou, cogitamos ignorar por completo as definições sobre os intelectuais. Dirigimos nosso olhar à idéia do intelectual como um título que é atribuído por outra pessoa, independente dos valores associados a ele. Por isso, chegamos a cogitar a idéia de trabalhar com o método reputacional utilizado na sociologia funcionalista norte-americana (Hunter, 1953; Ibep, 1997) e que consistiria em identificar um grupo de “formadores de opinião” que seriam depois incitados a citar os nomes dos jornalistas-intelectuais que comporiam nosso *corpus*. A primeira parte dessa metodologia foi parcialmente realizada. Produzimos uma enquête para identificar uma possível elite de jornalistas brasileiros que funcionariam como os formadores de opinião da nossa pesquisa (Pereira, 2005; disponível nos Anexo V). Estendemos esse procedimento, aplicando questionários aos professores universitários (com resultado abaixo do esperado, de forma que tivemos que descartá-los) e realizando consultas aos organizadores das *Rodas de Leitura* e do *Sempre um papo*.

Desistimos, logo em seguida, aproveitando apenas parte dos dados na construção do *corpus*. Encontramos problemas operacionais na composição dos formadores de opinião e também uma questão de ordem epistemológica: a idéia de que não poderíamos simplesmente ignorar questões ligadas à representação social do intelectual na hora de pensarmos o nosso *corpus*, mesmo reconhecendo a diversidade de definições e seu caráter normativo. Nossas leituras sobre o construtivismo etnometodológico (Berger & Luckman, 1974; Schtuz, 1967),

⁹¹ Sobre o assunto, Sodré (2005: 03) afirma que: “É que o trabalho sociológico consiste basicamente em buscar uma explicação racional das regras de funcionamento da sociedade por meio do conhecimento das práticas e das representações sociais. O problema é que, de tanto interpretar para tentar conhecer, reduzindo sempre suas perguntas a questões de método, o cientista social arrisca-se a saturar conceitualmente os fenômenos da sociedade, gerando o paradoxo de transformar a realidade social em espelho do discurso sociológico”. Ver também: BOURDIEU, P. O campo científico’. In: *ORTIS*, R. (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, pp. 122-155.

bourdieusiano (Bourdieu, 1993; 2002) e o interacionismo simbólico (Strauss, 1992) chamaram a atenção para os riscos de nos prendermos demasiadamente a esse relativismo, ignorando a forma como conceitos também constroem a realidade. “A classificação e a avaliação não são simplesmente atos individuais, mas se inscrevem habitualmente, senão freqüentemente, num contexto coletivo, de situações problemáticas e cujas conseqüências são objeto ora de debates públicos, ora de conflitos interiores⁹²” (Strauss, 1992: 29). Subjacente às polêmicas em torno da palavra intelectual observa-se processos concretos de disputa em torno do uso mais legítimo desse título (Buxton, 2005; Charles, 1990). Existe, portanto, uma dimensão estrutural (uma ordem negociada) que deve ser levada em conta mesmo que nosso trabalho empírico nos permita desconstruir os usos que se fazem desse termo.

Prensados entre uma postura relativista e estrutural, normativa e neutra nossa opção foi a de adotar uma definição mínima do que consideramos como intelectuais para, em seguida, operacionalizá-la nos critérios de seleção do nosso *corpus*. Utilizamos, para isso, os conceitos trabalhados no capítulo I. A partir daí nos propusemos a trabalhar com uma definição do intelectual fundamentada em três instâncias:

I) **Estatutária:** O intelectual certamente não se define por estatuto (Rieffel, 1993), mas existem estatutos consensualmente admitidos como “intelectuais”, que remetem à maneira como a categoria se construiu na França (Charle, 1992), na América do Norte (Aubin, 2006), mas também no Brasil (Miceli, 2001). São pessoas que desempenham atividades ligadas à criação, mediação e divulgação de cultura (Aron, 1980; Aubin, 2006; Reis Filho, 2000), geralmente artistas, escritores, professores, pensadores, filósofos e jornalistas.

II) **De engajamento político:** os estatutos ligados à atividade intelectual devem ser conjugados com uma dimensão política (Debray, 1980; Aubin, 2006; Reis Filho, 2000). Não entraremos nos detalhes sobre como ela deve ser exercida, se a partir do amálgama francês de intelectual, do intelectual engajado de Lênin, do intelectual orgânico de Gramsci ou do intelectual específico de Foucault – para citar só alguns dos modos mais conhecidos de engajamento da categoria. Esses modelos podem ser eventualmente interiorizados por esses atores, mas devem ser abordados *a posteriori* (capítulo IV). Em nossa definição, trata-se apenas de compreender que a categoria intelectual também depende do exercício de um papel social e de um posicionamento político: “a função política do intelectual transcende a aparição

⁹² Tradução do autor de: “Dans la mesure où classification et évaluation ne sont pas simplement des actes individuels mais s’inscrivent couramment, sinon fréquemment, dans un contexte collectif, des situations problématiques et leur conséquences sont objet à la fois de débats publics et des conflits intérieurs”.

sociológica dos intelectuais da mesma forma como a função clerical transcende a instituição divina dos clérigos (ou dos religiosos ou da religião)⁹³” (Debray, 1980: 10-11).

III) **De sociabilidades partilhadas.** Conceito trabalhado por Sirinelli (1994) e por Rieffel (1993), a noção de sociabilidade remete à existência de grupamentos de indivíduos, de caráter mais ‘frouxo’, cujo pertencimento implica em partilhar um conjunto de símbolos que ajudam a definir a identidade individual (Strauss, 1992). Podemos falar na forma como o intelectual se define pela frequência de ambientes como universidades, rodas intelectuais, partidos políticos, mas também de relações adquiridas informalmente, como os laços de amizade, (Hamon & Rotman, 1981; Rieffel, 1993). Apesar da dificuldade de apreensão, essa dimensão também deve ser observada durante nossa análise.

3.2.1 – Operacionalizando a escolha dos jornalistas-intelectuais

Tendo definido nosso conceito de intelectual, o passo seguinte foi o estabelecer critérios para a escolha dos jornalistas-intelectuais. Essa operacionalização fundamentou-se em quatro abordagens distintas. Primeiro, uma definição calcada em nossos primeiros olhares sobre a categoria, em parte fundamentada na literatura acadêmica e também no senso comum, que aparece na introdução desta tese. Segundo, nas definições derivadas do debate sociológico sobre as transformações desses espaços, presente no capítulo I, seção 1.3. Terceiro, no conceito de intelectual apresentada logo acima. Finalmente, nos critérios utilizados por France Aubin (2006) na escolha do seu *corpus* de pesquisa, que trata dos intelectuais críticos no contexto da globalização, a saber: I) Serem dotados de notoriedade; II) Intervirem no espaço público; III) Intervirem sobre questões de ordem social ou política; IV) Intervirem a partir de um posicionamento ideológico explícito.

Antes de apresentarmos nossos critérios de seleção e o *corpus* pesquisado, convém fazermos algumas ressalvas. É preciso ficar claro que o nosso objetivo não é o de fazer um ranking de jornalistas-intelectuais ou uma lista de valor em que buscássemos aferir e avaliar a qualidade da produção dessas pessoas. Para isso, nos amparamos na crítica bourdieusiana aos *hit parades intelectuais*, na maneira como eles expressam os interesses de quem julga e não os valores ligados ao campo (Bourdieu, 1984). Esse ponto é importante porque é possível que se coloquem objeções sobre a inclusão ou a exclusão de determinado jornalista-intelectual. Nosso interesse nesta tese é o de analisar o *processo de negociação das identidades* dos

⁹³ Livre tradução de: “La fonction politique de l’intellectuel transcende l’apparition sociologique des intellectuels aussi sûrement que la fonction clericale transcende l’insitution divine du clergé (ou de le religieu, la religion)”.

jornalistas-intelectuais. Por isso, nosso *corpus* seguiu a lógica de representatividade em consonância com os critérios propostos. Dizer se essas pessoas são melhores ou piores do que outros não compete, no nosso entender, à proposta desta pesquisa.

Seguindo essa linha, é preciso afirmar que, ao construirmos nossos critérios de seleção, não tivemos a intenção de realizarmos uma descrição detalhada sobre o grupo. Entendemos que é preciso adotar uma postura indutiva, no sentido de situar o objeto e, a partir da análise, produzir teorizações sobre os jornalistas-intelectuais. Caso contrário, haveria o risco de cair, inconscientemente, numa abordagem de tipos-ideais.

Feitas estas considerações, seguem os critérios de escolha dos jornalistas-intelectuais:

3.2.1.1 – Estabelecerem relações de duplo ou triplo pertencimento

Como já diz o próprio nome, o jornalista-intelectual é basicamente alguém que divide suas práticas com colaborações ao espaço jornalístico e outras atividades geralmente associadas à produção cultural: universidade, literatura, artes, etc. Isso se traduz na aquisição de estatutos concomitantes ao de jornalista. Para chegar a alguns nomes que possuem esse duplo pertencimento observamos o modo como algumas pessoas eram definidas em biografias, orelhas de livro. Selecionamos aquelas que eram consideradas jornalistas e escritores/professores/artistas/militantes.

Não nos atemos a uma discussão concernente à ordem de pertencimento e aquisição desses estatutos. Pouco importa nesse momento se esses estatutos induzem obrigatoriamente ao desempenho de práticas que compõem o âmago dessas atividades (se o nome jornalista constante na biografia remete ao trabalho de reporte ou se o ser escritor, trabalha como romancista o poeta.). Limitamo-nos a selecionar o *corpus* a partir desse duplo pertencimento, tratando de discutir a questão da gestão estatutária nos capítulos seguintes.

3.2.1.2 – Serem dotados de notoriedade.

France Aubin (2006) baseia-se em Sartre e em Bourdieu para fundamentar o critério de notoriedade intelectual. Ela operacionaliza a idéia por meio da exigência de que todo intelectual deve produzir e publicar algum registro cultural, um livro ou um capítulo. Esse critério aponta para a existência de um conhecimento mínimo do meio editorial e de domínio da língua. Além disso, como explicam Hamon & Rotman (1981), o livro continua sendo um canal insubstituível e obrigatório de consagração intelectual porque abre ao

jornalista a possibilidade de produzir algo mais duradouro e legítimo do que a produção periódica.

Associamos ao conceito de notoriedade, a participação dos jornalistas em espaços de debates como o *Sempre um papo* e *Rodas de Leitura*. Utilizamos ainda indicações relativas à notoriedade de certos indivíduos no meio jornalístico. Para isso, recorremos ao resultado da enquete feita sobre a elite dos jornalistas (Pereira, 2005) e consultamos o *corpus* de outras pesquisas, cuja temática tangenciava a nossa. São eles: *Pena de aluguel: escritores-jornalistas no Brasil: 1904-2004*, de Cristina Costa (2005); *Jornalistas e revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa* de Bernardo Kucinsky (2003); e *Eles mudaram a imprensa – depoimentos ao CPDOC*, de Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman-Weltman e Dora Rocha (2003).

3.2.1.3 – Engajarem sobre assuntos de ordem política ou social

Ao construir seu *corpus* de pesquisa Aubin (2006) dá grande ênfase à questão do engajamento intelectual no espaço público sobre temas de ordem política ou social. Concordamos com a autora canadense sobre a importância dessa dimensão política para a definição do intelectual. Contudo, preferimos não trabalhar o problemático conceito de espaço público, devido à nossa discordância sobre a forma como ele pode ser apropriado, dando margem a uma interpretação estrita e normativa do intelectual.

O modelo clássico de intervenção intelectual prega o engajamento político, por meio da assinatura de petições e de manifestos (como o *J'accuse*, de Emile Zola). Esta definição do intelectual encontra eco na definição habermasiana de esfera pública: um espaço de práticas individuais fundadas sobre o uso público da razão por indivíduos privados, cuja competência está ligada à sua qualidade como leitor (Floris, Miège & Pailliar, 1995; Habermas, 1984). Todavia, essa interpretação é bastante simplista. Ela evita desconstruir o discurso de mitificação que justifica a posição desses atores. Ao se prender a uma noção heurística de espaço público e normativa dos intelectuais (“defensores das grandes causas públicas”), se esquece que essa legitimidade depende do contexto de intervenção e das relações com os interlocutores. Uma situação de engajamento é também uma interação simbólica. O sentido dessa intervenção (arrivismo, *mise-en-scène* ou legítima tomada de posição em defesa de valores universais) depende do sentido atribuído ao e pelo público (físico ou imaginário), visto como dimensão pertinente a essa atividade. O espaço público é constituído a partir de situações concretas de interação em que as competências (lingüísticas ou corporais)

desempenham um papel primordial. (Cardon, Heurtin & Lemieux, 1995). Dessa forma, o conceito pode fazer referência tanto à argumentação racional expressa nos meios de comunicação, como a uma conversa informal entre dois amigos que utilizam, para isso, uma linguagem emotiva e fática.

Tomada dessa forma – e em conformidade com nossas convicções teóricas e metodológicas – a noção de espaço público não ajuda muito na definição dos intelectuais porque qualquer um, em qualquer instante, pode intervir no espaço público. Isso não significa descartar a idéia do engajamento político e social desses indivíduos. Preferimos operacionalizar de forma bastante simples esse critério. Tratamos como engajamento os modos institucionais de expressão de opiniões em público⁹⁴. Deixando em segundo plano, toda uma dimensão não observável do espaço público e nos prendemos às formas consagradas de publicização das idéias dessas pessoas por meio dos meios de comunicação, livros, militância em partidos políticos, passeatas e manifestações públicas.

3.2.1.4 – Critérios de representatividade

Além desses critérios ligados diretamente à atividade dos jornalistas-intelectuais, utilizamos outros parâmetros de forma a garantir maior representatividade do grupo:

a) Geração.

Se parte do nosso objetivo era partir das histórias de vida para entender as relações entre os jornalistas-intelectuais e as transformações no mundo social do jornalismo, foi importante que nossa escolha não recaísse em apenas uma geração. Sem trabalhar necessariamente com critérios de idade⁹⁵, utilizamos como ponto de partida a divisão geracional proposta por Kucinsky (1998; 2003) para analisar a imprensa brasileira durante a ditadura. O autor dividiu os atores que participaram desse tipo de jornalismo em três gerações. A primeira é composta pelos que vivenciaram a queda do nazismo e do Estado Novo. A

⁹⁴ Seria o que Cardon, Heurtin & Lemieux (1995: 11) chamam de intervenção no espaço público a partir do *regime de opinião*, cujo engajamento revela « un espace de reconnaissances des points de vue particulier, espace de leur ‘mise en consideration’ et de leur mise en visibilité, où le commun demande à être toujours institué comme commun dans la parole”.

⁹⁵ Strauss (1992: 146) ilustra adequadamente essa questão ao explicar que: “On doit admettre que le jeu sociologique comporte un joker: les proximités et les décalages, en ce qui concerne l’âge, ne sont établis objectivement, à moins qu’l’on ne définit une génération comme l’ensemble des personnes nés au cours de la même décennie. Les différences et les ressemblances entre ceux qui sont approximativement du même age, beaucoup ou un peu plus vieux, presque aussi vieux, ou sensiblement plus jeunes ne sont définies objectivement qu’à l’intérieur des catégories sociales, et sont, en conséquences évolutives”.

segunda engloba os jornalistas forjados nos movimentos estudantis da década de 1960. A terceira reúne os focas da década de 1970 (e, no nosso caso, de 1980). Essas três gerações estão, portanto, presentes no *corpus* de análise que abrange jornalistas que ingressaram nas redações no período que vai de 1950-1986.

b) Gênero e distribuição geográfica

No decorrer da construção do *corpus*, descobrimos que a grande maioria dos possíveis entrevistados eram homens e residentes no eixo Rio-São Paulo. Esses dados já apontavam para certas características do perfil desse grupo social. Buscou-se, contudo, dar uma maior abrangência geográfica ao *corpus* conversando com jornalistas de Brasília, do Rio Grande do Sul e do Ceará. Além disso, escolhemos uma jornalista para integrar como representante feminina do *corpus* analisado.

c) Disponibilidade.

Certas pessoas, embora tenham despertado nosso interesse, não puderam ser entrevistadas pessoalmente. Os jornalistas Fernando Moraes e Élio Gaspari se recusaram a conversar conosco (ver *fax símile* da correspondência trocada com eles no Anexo VI). Iniciamos negociações com Franklin Martins que, desde 2006, trabalha como ministro de Comunicação Social do governo Lula. Problemas de agenda do Ministro e com os prazos de entrega da tese nos levaram a desistir da entrevista. Em conversas telefônicas com Ruy Castro e com a secretária de Ziraldo, recebemos a respostas de que ele só aceitariam falar por e-mail. Conseguimos realizar uma breve entrevista com o primeiro, que foi utilizada de forma complementar. Ela está disponível no Anexo III. A Ziraldo enviamos também uma lista de perguntas pelo correio eletrônico que, mesmo após nossa insistência, não foi respondida.

O resultado do cruzamento desses critérios levou à construção de uma lista preliminar de 15 jornalistas-intelectuais. Subtraídos os cinco que não puderam falar conosco ao vivo – Fernando Morais, Ruy Castro, Franklin Martins, Élio Gaspari e Ziraldo – chegamos a um *corpus* de análise de dez pessoas. São elas:

- Adísia Sá;
- Alberto Dines;
- Antônio Hohlfeldt,
- Carlos Chagas,
- Carlos Heitor Cony,
- Flávio Tavares,
- Juremir Machado da Silva,
- Mino Carta,
- Raimundo Pereira,
- Zuenir Ventura.

O breve currículo dos jornalistas-intelectuais e as entrevistas não-editadas se encontram disponíveis no Anexo II da tese. A seguir organizamos a aplicação dos nossos critérios de escolha nos quadros 01, 02 e 03.

Entrevistado	Literatura	Universidade
Adísia Sá	Doze obras publicado, entre romances e livros de filosofia, jornalismo e comunicação.	Pertenceu ao grupo fundador do curso de Comunicação Social da UFC. Integrou, junto com José Marques de Melo, <i>A escola do Ceará</i> ; grupo que reunia professores universitários de diversas áreas e que pesquisavam sobre comunicação.
Alberto Dines	Escreveu mais de 15 livros, entre eles <i>Morte no paraíso, a tragédia de Stefan Zweig e Vínculos do fogo – Antônio José da Silva, o Judeu, e outras história da Inquisição em Portugal e no Brasil, Tomo I.</i>	É pesquisador sênior do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp, onde foi co-fundador, além de coordenar o Observatório da Imprensa online e pela televisão. Entre 1963-1973 foi professor na PUC-RJ. Em 1974 foi professor da Universidade de Colúmbia.
Antônio Hohlfeldt	Autor de treze livros de ficção infanto-juvenil. Escreveu também quinze obras de ensaio e é crítico de teatro.	Doutor em Literatura e professor pela PUC-RS. Coordenador do Núcleo de Trabalho de Jornalismo da Intercom. Publicou vários livros sobre jornalismo.
Carlos Chagas	Publicou seis livros, entre eles <i>113 Dias de Angústia</i> , onde reuniu as reportagens sobre a sucessão de Costa e Silva (vencedor do Prêmio Esso) e os dois volumes de <i>O Brasil sem retoques</i> .	Foi professor da UnB durante 25 anos.
Carlos Heitor Cony	Autor de quinze romances, diversos livros de crônicas e adaptações de clássicos da Literatura Universal. É membro da Academia Brasileira de Letras.	
Flávio Tavares	Escreveu <i>Memórias do Esquecimento, O Dia em que Getúlio Matou Allende</i> e ensaio fotográfico <i>O Che Guevara que conheci e retratei</i> .	Foi um dos intelectuais fundadores da Universidade de Brasília e professor nos dois primeiros anos da sua Faculdade de Comunicação.
Juremir Machado da Silva	Publicou 22 livros entre romances, ensaios e pesquisas acadêmicas.	É doutor em Sociologia pela Universidade René Descartes, Paris V, Sorbonne. Em 2007 trabalhava como coordenador do Programa de Pós-graduação em Comunicação da PUC-RS.
Mino Carta	Publicou dois romances: <i>O Castelo de Âmbar</i> e <i>A sombra do silêncio</i> .	
Raimundo Pereira	Não possui livros publicados, nem ocupa cargo em universidade. Foi escolhido pela sua condição de grande repórter consagrado, por seu engajamento na imprensa alternativa e por produções de caráter mais “sociológico” como as Retratos do Brasil, publicada na década de 1980 e retomada no ano de 2007.	
Zuenir Ventura	Escreveu 11 livros que vão da grande reportagem, à crônica e o romance.	Lecionou por mais de 40 anos na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), da Universidade do Rio de Janeiro.

Quadro 01: Jornalistas-intelectuais selecionados segundo critério de duplo e triplo pertencimento

Entrevistado	Publicou livro?	Referenciado pelos espaços de debate intelectual?*	Aparece na pesquisa sobre a elite de jornalistas no Brasil**	Citado nas obras sobre jornalistas?***
Adísia Sá	Sim	Não	Não	Não
Alberto Dines	Sim	Não	Sim	Sim (como jornalista que “mudou a história da imprensa no Brasil”)
Antônio Hohlfeldt	Sim	Não	Não	Não
Carlos Chagas	Sim	Não	Sim	Não
Carlos Heitor Cony	Sim	Sim	Não	Sim (como “escritor-jornalista”)
Flávio Tavares	Sim	Não	Não	Não
Juremir Machado da Silva	Sim	Não	Não	Sim (como “escritor-jornalista”)
Mino Carta	Sim	Sim	Sim	Sim (como um jornalista que “mudou a história da imprensa no Brasil”)
Raimundo Pereira	Não	Não	Não	Sim (como “jornalista-revolucionário”)
Zuenir Ventura	Sim	Sim	Não	Sim (como “escritor-jornalista”)

Quadro 02: Jornalistas-intelectuais selecionados segundo critério de notoriedade

* Retirado da lista de participantes de *Sempre um Papo e Rodas de Leitura* disponível no Anexo IV.

** Foram considerados apenas os dez mais citados. A íntegra da pesquisa se encontra disponível no Anexo V.

*** Foram consultadas as seguintes obras: ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN Fernando e ROCHA Dora (orgs). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003; KUCINSKY, B. *Jornalistas e revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003; COSTA, C. *Pena de aluguel: escritores-jornalistas no Brasil: 1904-2004*. São Paulo: Cia das Letras, 2005; e também a lista de entrevistados disponibilizada pela autora em seu site:

<http://www.penadealuguel.com.br/>

Entrevistado	Ingresso no jornalismo	Sexo	Localidade onde reside/atua
Adísia Sá	Ingresso no jornalismo: 1954	F	Fortaleza / CE / NE
Alberto Dines	Ingresso no jornalismo: 1951 / 1952	M	São Paulo/ SP/ SE
Antônio Hohlfeldt	Ingresso no jornalismo: 1968 (colaborador); 1972 (profissional)	M	Porto Alegre / RS / S
Carlos Chagas	Ingresso no jornalismo: 1958	M	Brasília / DF/ COE
Carlos Heitor Cony	Ingresso no jornalismo: 1947 (substituindo o pai); 1952 (ingresso definitivo)	M	Rio de Janeiro / RJ / SE
Flávio Tavares	Ingresso no jornalismo: 1955 (publica a primeira reportagem sobre sua viagem à China e à ex-URSS)	M	Búzios / RJ / SE
Juremir Machado da Silva	Ingresso no jornalismo: 1982 (colaborador); 1987 (profissional)	M	Porto Alegre / RS / S
Mino Carta	Ingresso no jornalismo: 1950 (cobertura da Copa da Mundo pelo <i>Il Messaggero</i> da Itália)	M	São Paulo/ SP/ SE
Raimundo Pereira	Ingresso no jornalismo: 1964 (revista <i>Médico Moderno</i>) e 1967 (como profissional na <i>Folha da tarde</i>)	M	São Paulo/ SP/ SE
Zuenir Ventura	Ingresso no jornalismo: 1957 (arquivista); 1958 (repórter)	M	Rio de Janeiro / RJ / SE

Quadro 03: jornalistas-intelectuais selecionados segundo critérios de geração, sexo e localidade

Selecionado o *corpus*, partimos para o agendamento e a realização das entrevistas. Descreveremos esta etapa logo a seguir. Para isso, recorreremos a uma narrativa feita na primeira pessoa do singular. Boa parte das informações utilizadas nestas seções que se seguem foi retirada do nosso diário de campo.

3.3 – O agendamento das entrevistas

Escolhido o *corpus*, o passo seguinte foi agendar as entrevistas. Para isso, pude recorrer às *networks* que existem entre jornalistas, escritores e universitários no Brasil. De fato, vários contatos (Alberto Dines, Raimundo Pereira, Flávio Tavares, Carlos Heitor Cony, Antônio Hohlfeldt e Juremir Machado da Silva) foram obtidos através de colegas (jornalistas e/ou professores) que dispunham do telefone ou e-mail dessas pessoas ou indicavam uma forma de obtê-los.

Para outros jornalistas, pude aproveitar os contatos disponibilizados pelos veículos aos quais estavam ligados. Assim, foi possível agendar minha conversa com Mino Carta através da sua secretária na revista da *Carta Capital*. Já os dados de Zuenir Ventura foram cedidos pela redação do jornal *O Globo*. Adísia Sá me respondeu após ter enviado um e-mail ao Sindicato dos Jornalistas do Ceará. O contato do jornalista Carlos Chagas foi obtido por meio da secretaria da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

As entrevistas foram marcadas diretamente com as fontes, por telefone ou por correio eletrônico (Alberto Dines, Adísia Sá, Antônio Hohlfeldt, Flávio Tavares, Juremir Machado da Silva, Raimundo Pereira, Zuenir Ventura) ou através das suas secretárias (Carlos Heitor Cony, Mino Carta e Carlos Chagas). Todos os dez entrevistados se mostraram bastante abertos à possibilidade de entrevista. Acredito que ajudou o fato de a maioria ter construído carreira no jornalismo, tendo vivenciado a situação de entrevistador. Contribuiu ainda estarem acostumados a atuarem também como fontes de jornalistas e pesquisadores, dada a sua notoriedade no meio intelectual brasileiro.

Durante a fase de agendamento, percebi que o fato de mencionar o status acadêmico da entrevista – para uma tese de doutorado – aparentemente não influenciou na decisão de conversarem comigo. A maior parte aceitava a entrevista no contato inicial e, quando nos encontrávamos pessoalmente, já não se lembravam do objetivo. Diversas vezes ouvi dos meus entrevistados a pergunta: “Mas essa entrevista é para quê mesmo?”.

Uma questão que apareceu durante os agendamentos era a decisão de explicar ou não os objetivos da pesquisa o que poderia induzir ao aparecimento de vieses (“biases”) nas conversas. Nesse caso, os entrevistados poderiam direcionar suas respostas em razão do que eles achavam que eu esperava de um jornalista-intelectual. A decisão de revelar os objetivos, contudo, acabou sendo precipitada por uma espécie de vazamento do meu tema de pesquisa por obra das pessoas que eventualmente me auxiliaram a marcar as entrevistas. Assim, passei a admitir a temática e utilizei outros recursos, no decorrer da entrevistas para reduzir os vieses, como explicarei a seguir.

3.4 – Realização das entrevistas

As entrevistas foram realizadas em três locais diferentes: na residência dos entrevistados, no trabalho (redação, faculdade) e nos escritórios particulares que alguns jornalistas-intelectuais utilizam como *work-station* – de lá redigem seus textos, enviam matérias e crônicas, mantêm o contato com os jornais, com os editores, etc.

A realização das entrevistas concentrou-se no período de julho/agosto 2007 (ver quadro 04). Na verdade, já havia tido uma primeira conversa com Alberto Dines em fevereiro daquele ano e utilizei desse contato para orientar questões sobre o objeto de pesquisa e as entrevistas que se seguiram. A escolha desse momento para a coleta dos depoimentos refletiu meu amadurecimento teórico e metodológico em torno de o quê abordar. Mas contaram também questões práticas: reduzir o número de viagens, aproveitando cada trajeto para conversar com o maior número possível de jornalistas.

Durante as conversas, me surpreendeu que apenas quatro entrevistados – Adísia Sá, Flávio Tavares, Juremir Machado da Silva e Zuenir Ventura tivessem o interesse em saber que outros jornalistas-intelectuais foram escolhidos para integrar a nossa pesquisa. Essa situação difere, por exemplo, do trabalho de Aubin (2006), onde tal pergunta foi recorrente. Segundo ela, o fato de apresentar uma lista dos intelectuais já entrevistados lhe permitiu legitimar a pesquisa junto aos demais integrantes do seu *corpus*. No nosso caso, isso ficou em segundo plano. Zuenir Ventura, aliás, pareceu mais interessado em saber como andava a saúde do colega Carlos Heitor Cony – que eu entrevistara no mesmo dia – do que em comentar sobre a qualidade do *corpus* pesquisado.

As entrevistas buscaram, de maneira, geral abordar os seguintes temas: I) trajetória profissional; II) visões sobre o jornalismo, os jornalistas e os intelectuais; III) interações, identidade e práticas. Partindo dessas temáticas, foi produzido um conjunto de questões que

orientaram as entrevistas. Esses roteiros, claro, iam sendo modificados, adaptados, no decorrer das inerações. Além disso, questões que não faziam parte da minha proposta inicial surgiram durante as conversas e foram posteriormente abordadas com outros entrevistados. Isso provocou algumas “lacunas” no conjunto da pesquisa. Um tema surgido durante a conversa com Carlos Heitor Cony poderia ser abordado na entrevista com Zuenir Ventura e Mino Carta, mas ficaria excluído do depoimento de Carlos Chagas. Outro fato que chamou a atenção foi que algumas questões respondidas com entusiasmo por um grupo de entrevistados, eram tratadas com pouco interesse por outros. De fato, essas distorções evidenciam a idéia de que a entrevista, longe de fornecer dados objetivos, a serem coletados, tratados e verificados junto a diferentes pessoas, representa um contexto concreto de interação.

Com relação às trajetórias, em alguns casos, considerei que não era necessário abordá-las diretamente, sobretudo quando já tinha em mãos uma boa bibliografia sobre o assunto. Era o caso de Adísia Sá, Alberto Dines, Carlos Heitor Cony, Flávio Tavares, Mino Carta e Zuenir Ventura. Nesses casos, fiz questões pontuais sobre um ou outro evento que considerei importante. A estratégia de aproveitar melhor o tempo da entrevista para aprofundar determinados assuntos nem sempre funcionava. Em alguns momentos, o próprio entrevistado se sentia motivado a falar mais sobre sua trajetória, seja porque certas informações da sua resposta precisavam ser contextualizadas (o início das entrevistas com Adísia Sá e Flávio Tavares exemplificam esse tipo de situação) ou ainda porque era preciso corrigir algum equívoco cometido pelo entrevistador ao formular uma pergunta (Mino Carta faz isso de forma explícita quando pergunto o por quê da sua insistência em trabalhar com revistas semanais de informação).

No caso dos demais jornalistas-intelectuais – Antônio Hohlfeldt, Carlos Chagas, Juremir Machado da Silva e Raimundo Pereira – já iniciamos a entrevista pedindo um depoimento sobre suas trajetórias profissionais. Nesse tipo de situação tentei intervir o mínimo possível nas falas desses entrevistados, precisando apenas algumas questões que achava importante.

As visões sobre o jornalismo, jornalistas e intelectuais puderam ser facilmente apreendidas por meio de perguntas diretas (sobretudo na questão a respeito do que era um jornalista-intelectual) ou na forma como o próprio entrevistado, no decorrer da narrativa, abordava o tema, avaliando o jornalismo, descrevendo situações ideais ou falando da sua própria vida profissional. Ao sistematizar as respostas sobre o assunto, consegui um vasto material que utilizei nos capítulos IV e VII e também nas análises sobre identidade, como um

substrato para entender como esses temas, convertidos em componentes socialmente objetivados, foram interiorizados e articulados na interação com o pesquisador.

Nas primeiras conversas entendi que era inviável fazer perguntas diretas sobre a auto-definição que o entrevistado fazia de si. Isso aconteceu de forma explícita com Alberto Dines, no momento em que coloquei a seguinte questão: “Dos diversos Alberto Dines, o jornalista, o biógrafo, o da crítica da mídia, qual você se define?” A resposta dele – “A pergunta é cabível, mas a resposta não vai te atender porque eu não me divido, eu sou um todo” – foi de grande valia ao me orientar nas abordagens posteriores sobre o assunto. A partir desse primeiro contato, mesmo quando perguntava diretamente sobre a gestão da identidade preferia abordar o assunto em termos de conciliação de atividades no lugar de definição de si. Assim, quando perguntei a Mino Carta sobre o assunto, optei pela seguinte forma: “O senhor, além de jornalista, escreve livros e é artista plástico. Existe alguma relação entre as três atividades ou cada uma está numa ‘estante’? O senhor tenta conciliá-las?” A mesma estratégia utilizei com Adísia Sá: “A senhora tem formações distintas. A filosofia, que é mais reflexiva, a de jornalismo que é uma prática cotidiana. Como conciliar essas formações, essas atividades?” E ainda com Carlos Heitor Cony: “Numa entrevista o senhor tinha dito que no seu caso o escritor precede o jornalista. Em que sentido é isso?”.

Fora isso, pude perceber que, em muitos casos, a questão da auto-definição se colocava na forma como o próprio entrevistado organizava sua trajetória, sem que houvesse a necessidade de fazer perguntas diretas. Ela ainda podia ser percebida por meio do emprego de certas palavras, dos valores expressos ao se descrever ou narrar uma situação e na forma de tratar o pesquisador e o tema da pesquisa.

No que concerne às interações com outros atores – algo fundamental para analisar a negociação identitária no âmbito do mundo social – a maior parte dos entrevistados revelou livremente suas sociabilidades, na medida em que narrava suas histórias de vida. Adísia Sá, aliás, atribui claramente a sua reputação às relações com outros atores sociais. Da mesma forma Antônio Hohlfeldt, Raimundo Pereira e Zuenir Ventura não tiveram problemas de falar sobre a importância do outro na sua inserção no mundo social. Por outro lado, tive vários problemas dessa ordem com Alberto Dines que menciona muito pouco a presença de colegas na atribuição da sua reputação. Cheguei, inclusive a tentar, sem sucesso, uma estratégia utilizada por Strauss et all (1964) e Becker (1997) que sugeriram fazer perguntas retóricas para fazer a pessoa falar – algo que funcionou, por exemplo, com Mino Carta. No caso de Dines, tal recurso foi aplicado em momentos distintos, mas, infelizmente, não obtive bons resultados.

3.4.1 – Transformando a entrevista numa conversa

Em todos os casos, tentei dar à entrevista um tom mais informal, mais conversado, buscando justamente sair do jogo de papéis institucionais entre entrevistador-entrevistado. Isso nem sempre era possível. Sendo jornalistas e figuras notórias, todos estavam habituados a desempenhar o papel de fontes de informação, me induzindo a atuar como entrevistador. Era como se o ato de dar entrevistas sobre suas vidas pudesse ser realizado no piloto automático. Esse tipo de posicionamento foi extremamente prejudicial pela dificuldade de abordar em profundidade questões ligadas à identidade e também pela relativa falta de originalidade de certas repostas, cujo teor era semelhante aos dados coletados durante a pesquisa documental.

Também tive problemas com o tempo relativamente curto de algumas entrevistas (ver quadro 04), o que impossibilitava quebrar o tom formal dessas conversas. De fato, é perceptível a diferença entre as longas conversas que tive com Adísia Sá, Alberto Dines, Antônio Hohlfeldt e Flávio Tavares, daquelas que tive com Carlos Chagas, Mino Carta e Zuenir Ventura. No primeiro caso, foi possível estabelecer uma proximidade maior e o entrevistado se sentia mais livre para expor certas opiniões. No segundo, tratava-se apenas de responder as minhas perguntas da forma mais eficiente possível.

Diferente do que geralmente ocorre em pesquisas etnográficas, não tive tantos problemas nas conversas por causa da utilização do gravador (Becker, 1997). Claro, nas entrevistas com Adísia Sá, Alberto Dines e Antônio Hohlfeldt e Flávio Tavares uma parte não-gravada foi bastante reveladora e tive de reconstruí-la mais tarde, por meio do diário de campo. Em outras situações, contudo, notei que os próprios entrevistados me ajudaram a formalizar através do gravador, pontos dos nossos diálogos que não haviam sido registrados. Em certo momento de uma conversa informal, Alberto Dines pediu para que eu reiniciasse a gravação porque considerou que estávamos falando sobre assuntos que ele considerava importantes para a pesquisa. Sem que pedisse, Flávio Tavares gentilmente repetiu, com o gravador ligado, alguns assuntos que conversamos antes da entrevista e mais tarde, durante o almoço.

Um último ponto, de grande importância para delimitar a qualidade do material coletado, foi o modo como administramos nossos estatutos e papéis sociais durante a conversa, na nossa interação. Como abordaremos no capítulo V, o processo interativo é estruturado a partir títulos institucionais diversos (p.e: homem, professor, jornalista, etc.), os quais chamamos de estatutos e de papéis sociais, articulados por ocasião da relação entre interlocutores. Esse fenômeno é dinâmico (as pessoas mudam de papéis e estatutos durante a

conversa) e depende da atribuição de sentidos realizada pelo outro (Strauss, 1992). Ele está diretamente associado à retórica utilizada pelos entrevistados e é fundamental inclusive para compreendermos as formas de negociação identitária.

Fazendo uma análise das interações realizadas com os jornalistas-intelectuais, pude perceber que estes recorriam a três papéis hegemônicos. Deixo claro que a assunção desses papéis não tem relação com a forma como fui tratado. Mesmo que alguns entrevistados fossem indiferentes à pesquisa, todos me trataram com extrema gentileza e polidez.

O primeiro papel, que podemos chamar de ‘celebridade’, foi assumido pelos jornalistas-intelectuais que estavam com pouco tempo disponível para conversar; e/ou não tomaram conhecimento ou demonstraram interesse sobre o meu tema de pesquisa; e/ou não me atribuíam o status de um interlocutor com qualificações suficientes para discutir em eles. Nos momentos em que assumiam esses papéis, os entrevistados se limitavam a responder as perguntas de forma automática, muitas vezes considerando-as superficiais ou lugares-comum.

Um segundo tipo de papel, que podemos definir como o de ‘mestres’ foi assumido por aqueles que: tinham tempo razoável para conversar; e/ou demonstravam interesse na pesquisa; e/ou me consideravam alguém preparado, mas me atribuindo o papel de alguém que estava ali para aprender. Nessas situações, os entrevistados se estendiam mais nas repostas que eram articulados *em razão* do meu tema de pesquisa. Essas pessoas, além de responderem às questões, procuraram me ensinar um pouco sobre os temas que tratávamos. Alguns deles (Alberto Dines, Antônio Hohlfeldt), me indicaram referências bibliográficas; outros (como Adísia Sá, Carlos Heitor Cony, Flávio Tavares, Juremir Machado da Silva e Raimundo Pereira), me deram verdadeiras aulas de jornalismo aplicado.

Finalmente os entrevistados podiam assumir o papel de ‘debatador’. Nesse caso, além da importância atribuída à pesquisa, essas pessoas buscaram valorizar o estatuto do pesquisador, situando-o em um patamar mais próximo ao deles. Nesse papel, os entrevistados demonstraram interesses pela vida pessoal do pesquisador, buscavam dividir e refletir sobre as questões propostas e discuti-las com o entrevistador. Esse tipo de papel foi certamente o mais interessante em termos de coleta de dados⁹⁶.

⁹⁶ Aubin (2006) teve experiência com os intelectuais que entrevistou. Ela comenta que certas conversas teriam se transformado em “mini espaços públicos”, dado o teor das reflexões realizadas pelos entrevistados.

3.5 – O registro das entrevistas

As entrevistas feitas com os dez jornalistas-intelectuais foram registradas no formato ‘.mp3’ por meio de um gravador digital. Uma cópia de todas as conversas foi armazenada em CDs como salvaguarda. Como resultado, registramos quase quinze horas de gravações, cuja duração variou de 32 minutos (Mino Carta) a quase três horas (Flávio Tavares).

As entrevistas com Alberto Dines e Raimundo Pereira foram divididas em dois encontros. No caso de Carlos Chagas, a primeira conversa não nos pareceu suficiente para dar conta dos nossos objetivos. Sugerimos uma segunda entrevista, que foi negada por sua secretária, sugerindo, então, que enviássemos as perguntas por correio eletrônico. Fizemos isso, mas não obtivemos respostas, mesmo após termos insistido várias vezes.

A título de ilustração sistematizamos essas informações no quadro 04.

Entrevistado	Local e data de realização das entrevistas	Tempo Gravado*
Adísia Sá	Residência em Fortaleza, data 07/08/2007	1h33min
Alberto Dines	1º Encontro: Escritório em São Paulo dia 22/02/2007 2º Encontro: Escritório em São Paulo dia 05/07/2007	1h41min 1h07min
Antônio Hohlfeldt	Sala dos professores na PUC-RS em Porto Alegre, data 22/08/2007	1h20min
Carlos Chagas	Escritório em Brasília, data 05/06/2007	50min
Carlos Heitor Cony	Escritório no Rio de Janeiro, data 28/06/2007	1h28min
Flávio Tavares	Residência em Búzios, dia 07/07/2007	2h59min
Juremir Machado da Silva	Sala da Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-RS em Porto Alegre, dia 23/08/2007	53min
Mino Carta	Redação da <i>Carta Capital</i> em São Paulo, data 03/07/2007	32min
Raimundo Pereira	1º Encontro, residência em Brasília, data 22/06/2008 2º Encontro, residência em Brasília, data 17/07/2007	57min 46min
Zuenir Ventura	Residência no Rio de Janeiro, data 28/06/2007	36min
Tempo total de Gravação		14h42min

Quadro 04: Local, data e duração das entrevistas com os jornalistas-intelectuais

* Os segundos foram suprimidos da contagem de tempo das entrevistas

3.6 – Edição e tratamento

Todas as entrevistas foram posteriormente transcritas pelo próprio pesquisador. Os trechos selecionados foram editados para que pudessem servir como *corpus* de análise. Optou-se por uma edição mais jornalística, eliminando imprecisões na fala e erros de ortografia, concordância e sintaxe. Descartei também os trechos, onde havia uma inversão dos papéis: alguns entrevistados durante a entrevista faziam perguntas sobre minha vida pessoal ou profissional. Preferi, por outro lado, preservar certos elementos que expressavam em parte

o contexto da interação e a personalidade do entrevistado: silêncios prolongados, risos, palavras ou trechos enfatizados, gírias, regionalismos, etc.

Os depoimentos colhidos estão muitas vezes tratam de assuntos que integraram a agenda midiática durante período das conversas. Existem referências ao governo Lula (2003-2006; 2007-2010) ao escândalo do *Renagate*⁹⁷, ao apagão aéreo⁹⁸, o aquecimento global, entre outros. Tais exemplos foram preservados na edição e análise e evidenciam alguns recursos usados pelos entrevistados para explicar certas assertivas: avaliação que fazem da imprensa e da situação atual do Brasil, o que eles consideram uma boa cobertura jornalística, etc.

O processo de edição incluiu ainda uma “checagem” de informações: nomes, datas e eventos citados. Para esse procedimento recorria à leitura do material escrito por e sobre os entrevistados e à pesquisa na Internet. Enviei ainda a transcrição editada a cada um dos entrevistados no momento em que foi pedida a autorização de uso desse material. A maioria não comentou a transcrição. Por telefone, o jornalista Raimundo Pereira faz algumas correções que considerou importante em seu depoimento. Adísia Sá, gentilmente leu e revisou a entrevista, corrigindo nomes e imprecisões. Flávio Tavares se dispôs a fazer o mesmo, mas não obtive o retorno desse material até o mês de julho de 2008. Parte da correspondência trocada nessa fase se encontra disponível no Anexo VI.

Findo o procedimento de edição, passei à fase de análise das entrevistas e dos documentos selecionados. Esse processo levou vários meses e resultou numa pré-decupagem do material selecionado a partir de três macro-temas: as visões sobre o jornalismo, os jornalistas e os intelectuais; a construção das práticas e identidades durante o contexto de interação; e a relação entre essas práticas, estatutos e histórias de vida com o processo de transformação do mundo social do jornalismo. Essas temáticas foram retrabalhadas e integram os quatro últimos capítulos desta pesquisa.

⁹⁷ Série de denúncias que atingiram o então senador Renan Calheiros (PMDB-AL) iniciadas em junho de 2007. Por causa desses escândalos, Renan enfrentou seis processos de cassação, dos quais saiu ileso (duas vitórias em plenário e o arquivamento dos demais nas comissões responsáveis no Senado), mas foi obrigado a renunciar a presidência da casa, que ocupava naquele período, para não perder o mandato. Detalhes em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Renan_Calheiros

⁹⁸ A crise no setor aéreo brasileiro ou "apagão aéreo", como divulgado pela imprensa, é uma série de colapsos no transporte aéreo que foram deflagrados após o acidente do voo Gol 1907 em 29/09/2006. O nome adotado para se referir a crise faz alusão ao Escândalo do apagão, episódio que afetou o fornecimento e distribuição de energia elétrica no Brasil. Detalhes em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_no_setor_a%C3%A9reo_brasileiro

3.6.1 – Formatação do material coletado

O material coletado por meio das entrevistas feitas ao vivo e pela pesquisa documental foi utilizado como *corpus* de análise sobre os jornalistas-intelectuais. Ele analisado ao longo dos próximos quatro capítulos. Nas ocasiões em que são feitas citações diretas desse material utilizamos a seguinte formatação: corpo 12, em itálico, no corpo do texto quando a citação for menor que quatro linhas e com recuo de 2,5 cm quando for maior do que isso. A adoção desse formato justifica-se pela necessidade de diferenciarmos esses dados empíricos das demais citações bibliográficas. Referenciamos as entrevistas realizadas diretamente com os jornalistas-intelectuais como ‘Entrevistas ao autor’, colocadas entre parêntesis no final do trecho citado. Ao restante do material utilizamos o padrão ABNT de citação (ANO, PÁGINA, quando havia) e abrimos uma seção específica para os textos utilizados como fontes documentais nas nossas referências bibliográficas.

Ao fazermos referência a dez jornalistas-intelectuais que compõem nosso *corpus*, utilizaremos com frequência o termo ‘entrevistado’, mesmo que parte dos dados tenha sido coletada por meio de pesquisa documental. Recorremos ao termo pela carência de sinônimos aplicáveis à análise do nosso *corpus*. Como se trata de um estudo sobre identidade e gestão de estatutos, evitamos o uso de termos como profissional, jornalista, escritor e professor, pois isso já pressupunha uma classificação prévia do nosso objeto (Strauss, 1992).

CAPÍTULO IV – AS DEFINIÇÕES DOS ENTREVISTADOS: O JORNALISMO, OS JORNALISTAS E OS INTELLECTUAIS

Neste breve capítulo analisaremos as definições sobre o jornalismo, os jornalistas e os intelectuais partilhadas pelos entrevistados. Nosso objetivo é entender como os jornalistas-intelectuais situam simbolicamente suas práticas em um conjunto de interpretações que explicam – ao menos em parte – as motivações subjacentes ao processo de negociação identitária.

Os conceitos apresentados aqui remetem simultaneamente a duas dimensões temporais: passado e futuro. Por um lado, resultam de um processo de confrontação dialética entre as definições estruturantes sobre os objetos e a forma como elas foram subjetivamente interiorizadas no decorrer da vida dessas pessoas. Assim, toda vez que um dos entrevistados faz referência ao ‘jornalismo’ aos ‘jornalistas’ e aos ‘intelectuais’, temos que ter em mente que tais palavras expressam uma série de presunções, adquirida em experiências anteriores com objetos semelhantes (Strauss, 1992). Por trás da aparente estabilidade dessas categorias, podemos afirmar que houve um longo processo de interiorização realizado a partir de situações interativas de todas as ordens, por meio dos quais os entrevistados vêm reiterando, adaptando e transformando suas interpretações sobre esses objetos.

Ao mesmo tempo, esses conceitos servem como ponto de partida para entendermos as motivações subjacentes às interações posteriores. Assim, quando no próximo capítulo um entrevistado se define como jornalista ou intelectual, temos em mente que se trata de uma definição previamente construída e exposta durante a conversa. Ela é ainda renegociada por ocasião do processo de apresentação de si, na relação com o pesquisador.

Por causa disso, parece fundamental situarmos primeiro o significado atribuído pelo entrevistado a essas categorias para, num segundo momento, compreendermos a forma como ele é articulado durante o processo interativo. Trata-se de uma forma inteligente de evitarmos que o pesquisador “contamine” a análise, definindo previamente a identidade do seu objeto a partir de seus vieses pessoais: “A situação do ator”, afirma Natanson (1967: XXXVI; XXXV) “é primariamente o *seu* problema, não o do observador científico⁹⁹”; “sua ação significa algo

⁹⁹ Tradução do autor de: “The situation of the actor is primarily *his* problem, not that of the scientific observer”.

para ele bem como algo para mim, relacionado ao seu mundo bem como ao meu, e é em última instância ligada ao esquema interpretativo que ele criou para viver sua vida¹⁰⁰”.

Dividiremos o capítulo em duas partes. Em um primeiro momento, serão tratadas das definições sobre o jornalismo, o jornalista e o seu papel na sociedade. Serão abordadas ainda as visões partilhadas sobre a ética e os discursos de legitimação profissional. Na segunda parte, trataremos dos conceitos de intelectual adotado, sua relação com as tipologias produzidas sobre a categoria e como os entrevistados situam, a seguir, a questão do jornalista-intelectual.

4.1 – O jornalismo como realidade construída¹⁰¹

Nesta primeira parte trataremos de algumas definições expressas pelos jornalistas-intelectuais sobre o objeto jornalismo. Como ponto de partida, situamos a atividade jornalística como um fenômeno que oscila entre uma dimensão técnica e mercadológica (a produção de informações para serem consumidas pelo público) e uma acepção humanística e romântica (Hallin, 1996; Marcondes Filho, 2000; Pereira, 2004) (ver também capítulo VII).

A literatura corrente (Lage, 1982; Marcondes Filho, 1986; Medina, 1988) explica que jornalismo nasce com a necessidade de transmitir informações de forma legível acessível ao grande público. Para isso, foi desenvolvido um conjunto de técnicas e procedimentos destinados a produzir o noticiário, seguindo padrões industriais e balizado por princípios como o da objetividade e da imparcialidade. “Dotado de uma competência técnica, fundada em saberes ensinados, o jornalismo se posiciona [discursivamente] como um *métier* certo, num domínio bem delimitado e com capacidades estabelecidas” (Ruellan, 1992 27). Assim, o jornalismo se converteu quase que num sinônimo das práticas de reportagem, edição, copidescagem e diagramação. O jornalista, por sua vez, seria o profissional envolvido nessas operações¹⁰². Para Juarez Bahia (1990: 20; 35) “A missão do jornalismo se confunde com a natureza da informação. Sua prioridade básica é difundir notícias”; “Notícia é a base do jornalismo, seu objetivo e seu fim”.

Quando observada a partir do material analisado, essa definição, que enfatiza a centralidade da informação como objeto de definição do jornalismo, é de alguma forma,

¹⁰⁰ Tradução do autor de: “his action mean something to him as well to me, related to his world as well as mine, and are ultimately rooted in the interpretative schema that he has created for living his life”.

¹⁰¹ Um ensaio de caráter teórico sobre o assunto foi publicado pelo autor em: PEREIRA, F. H. Jornalismo e Construtivismo: a atividade como realidade socialmente construída. Revista PJ:Br (São Paulo), v. 5, p. 5, 2007.

¹⁰² A título de ilustração, ver Decreto Lei 972/69 que trata sobre o registro profissional e delimita as áreas de atuação do jornalista.

aceita por praticamente todos os entrevistados, como o mostra os depoimentos de Alberto Dines, Adísia Sá, Carlos Chagas, Carlos Heitor Cony e Raimundo Pereira:

Alberto Dines: *Acho que a imparcialidade não existe, mas você não pode se esquecer de que hoje a imprensa exerce um papel político e que deve tentar a isenção. Para isso, o importante é criar um conjunto de opiniões diversificadas. Um jornal deve apresentar estas opiniões e assumir na hora H. Para isso serve o editorial. Agora, quando começa a se manifestar na manipulação da informação, numa manchete carregada para um lado ou para outro, aí eu acho calhorda (apud, Grizzo Filho & Schor, 2007b: 03)*

Adísia Sá: *Desde as Actas romanas, você tinha que transmitir o fato (...). É essa a natureza do jornalismo. Pode mudar a técnica, pode mudar o lugar, a forma de apresentação, a ilustração, tudo você pode fazer, mas tem que ter o fato (Entrevista ao autor).*

Carlos Chagas: *Formadores coisa nenhuma, nós somos informadores, quem se forma é a própria sociedade. A imprensa deve apenas informar e também prestar serviços, servir para a publicidade e tudo. Mas a função principal da mídia é informar a sociedade (...) A imprensa perdeu um pouco o senso de que era um serviço da sociedade, para informar a sociedade, para passar a ser delegado, juiz, promotor, carrasco. Isso aconteceu realmente. E ainda acontece um pouco (Entrevista ao autor – grifo corresponde à ênfase dada à palavra “informadores” pelo entrevistado).*

Carlos Heitor Cony: *O jornal, na realidade, tem de ser feito basicamente de jornalistas, ou seja, de reportagens mesmo. É ir lá no lugar, é cobrir as coisas, dar o furo, a luta pelo a furo, a abordagem dos fatos, a hierarquia dos fatos.*

Raimundo Pereira: *O jornalismo é escolha de fatos para serem divulgados, claro que apuração precisa dos fatos, os fatos existem concretamente. Tem gente que é muito niilista e acha que tudo pode ser feito na imaginação, eu sou dos que acreditam que a verdade é concreta. (Pereira, 2006a: 02).*

Sem rejeitar totalmente o discurso sobre a centralidade da informação, a deontologia profissional associada a ela e os avanços obtidos com o desenvolvimento da reportagem objetiva, os entrevistados, de modo geral, buscam atribuir à sua atividade um status diferenciado, essencial ao funcionamento da sociedade. Assim, “inúmeros jornalistas vivem seu métier como uma missão ao serviço do público a quem eles trazem informações úteis. Ser jornalista é ser o ‘mediador’ que torna visível a vida social, o ‘pedagogo’ e o ‘organizador’

que funcionam como iluminadores em meio ao caos dos eventos¹⁰³” (Neveu, 2001: 19). Não se trata do jornalismo opinativo, político-partidário do início do século XX, mas da ambivalência discursiva apontada por Ruellan (1992; 1993; 1994; ver capítulo I), em que o jornalista reconhece, ao mesmo tempo, a competência técnica e a filiação intelectual da sua atividade.

É interessante verificar como os indivíduos que integram esta pesquisa resolvem essa aparente ambigüidade. Usando os conceitos de Ringoot & Utard (2005), podemos dizer que os entrevistados partem de um discurso que reifica uma unidade do ponto de vista do objeto jornalístico (a informação), atribuindo-lhes distinções no âmbito das enunciações e dos conceitos. Ou seja, o jornalista deve informar, mas como? E para quê? De certa forma, a definição interiorizada passa obrigatoriamente por essa questão. Para eles, dizer o que é o jornalismo também significa dizer, como ele deve ser feito e, sobretudo, para que ele serve. Ao responderem essa questão, os entrevistados articulam diferentes dimensões que compõem a sua prática: questão da técnica e do serviço público, os princípios éticos e deontológicos, o seu caráter cultural e político.

Assim, nas falas dos jornalistas-intelectuais, observamos como eles definem seu profissionalismo a partir de uma competência técnica, mas sempre recorrendo a um “espírito de missão”, à idéia de estar “sempre alerta” nas palavras de Ribeiro (1994) – uma disponibilidade, uma entrega à profissão que não se limita ao trabalho nas redações. Zuenir Ventura, por exemplo, acredita que *“o jornalismo é (...) quase que uma segunda pele, é alguma coisa que entranha em você de tal maneira que está sempre presente, ou seja, a curiosidade, o interesse, pelas coisas, pelo detalhe”* (Entrevista ao autor). Da mesma forma Alberto Dines afirma os jornalistas devem servir ao público em tempo integral. *“É, eu diria, até cansativo, porque você está alerta o tempo todo, mas é extremamente gratificante, porque você está se enriquecendo, não está vivendo resignadamente. Por isso é que eu digo: jornalismo é um estado de espírito, é uma atitude de vida, que passa a ser segunda natureza* (Dines, 2003: 156).

No processo de construção de uma definição do jornalismo, pode-se eventualmente associá-lo à prática pedagógica. A informação deixaria, assim, de ser reduzida a um mero produto. Mesmo que ela seja resultado de uma competência técnica, é no seu tratamento, por meio da intervenção intelectual do jornalista, que ela ganha uma nova dimensão e passa a

¹⁰³ Tradução do autor de: “Nombres de journalistes vivent leur métier comme une mission au service du public a qui ils apportent des informations utiles. Être journaliste, c’est être de ‘médiateur’ qui rend visible la vie sociale, le ‘pédagogue’ et ‘l’ordinateur’ qui mettent de la clarté dans le chaos des événements”.

participar do processo de formação do público, da sociedade, em consonância com o discurso funcionalista sobre essa atividade: “A imprensa tem obrigação de educar o público a partir do mesmo da finalidade de ajudar os leitores a distinguir o que é importante ou não é, no labirinto de informação” (Bahia, 1990: 27). Essa função potencial do jornalismo como instrumento de elevação do público serve como substrato a diferentes elaborações teóricas (Genro Filho, 1987; Gramsci, 1979; Medina, 1982; Neveu, 2001) e está presente, de uma maneira particular, na visão de mundo de alguns dos entrevistados:

Alberto Dines: *[O jornalismo é] um serviço público, tem compromissos com a sociedade, com a educação (apud, Grizzo Filho & Schor, 2007b: 03)*

Mino Carta: *O jornalista deveria ser a pessoa que ensina a sociedade a pensar, que lhe dá elementos para pensar. (...) Para isso, a imprensa precisa ser muito mais equilibrada, as pessoas menos partidárias – politizadas, sim – para que mesmo uma coluna opinada fosse mais abrangente, e não o reflexo de uma posição política (Carta, 2003: 156).*

[A função do jornalismo é] contribuir para a formação do cidadão, sem a pretensão de ser um mestre. Quem não entrar nessa parada com esse senso de responsabilidade, com esse compromisso moral, não deve ser jornalista (Carta, 2003: 207-208).

Flávio Tavares: *A imprensa tem que te acrescentar (...) Tem que acrescentar alguma coisa, hoje, depois de ver o jornal, eu sei mais do que ontem. Senão, não adianta.*

Porque se a imprensa não for para melhorar a convivência com os cidadãos, não vale para nada. (Entrevista ao autor)

Raimundo Pereira: *Nós temos que ter como centro a questão da política e da economia procurando o leitor que está buscando uma superação. (...) A questão da democratização mais avançada supõe que um órgão de imprensa do movimento popular seja também um instrumento de ajudar a pessoa a perceber que uma imprensa de padrão mais elevado é um jeito de ele próprio melhorar, evoluir nos diversos níveis em que a pessoa precisa evoluir. Essa é uma condição que a gente tem que ter clara porque senão você tem ilusões, você acha fórmulas para se contrapor à imprensa da burguesia, fazendo alguma coisa que não é muito diferente (Entrevista ao autor).*

Na mesma linha, pode-se dizer que o domínio da técnica e o respeito à ética só se realizam plenamente quando se articulam em uma instância superior: o desempenho da função social do jornalismo. A natureza da prática jornalística estaria, de fato, calcada na idéia de que ele serve à sociedade. Por isso, o compromisso com o público deve servir inclusive

como uma base para se pensar a ética profissional. Na verdade, o público é visto como uma instância de legitimação dos jornalistas, que se coloca como um representante de uma coletividade idealizada (ver capítulo VI). No caso, por exemplo, de Raimundo Pereira, essa visão implica em estabelecer uma relação quase orgânica entre a imprensa e seus leitores: “*A imprensa precisa estar sintonizada com as necessidades e aspirações do povo sofrido, porque onde há opressão, como existe no Brasil, sempre tem de haver resistência e luta. Pode passar uns tempos sem, mas tem de haver [luta], porque esse movimento pode ser determinante na mudança*” (Gonçalves & Veloso, 2007: ver segunda parte deste capítulo).

Contudo, a articulação entre a função social do jornalismo, sua dimensão técnica e a ética profissional é ainda mais complexa. De fato, o interesse público aparece como instância de legitimação do estatuto do jornalista na sociedade. Paradoxalmente, mesmo quando invocada em nome da competência técnica ou do interesse público, a prática jornalística deve ser exercida dentro dos limites da deontologia profissional:

Adísia Sá: *Esse respeito ao fato, à intocabilidade, à imutabilidade do fato, se você não tiver essa visão, você falseia o jornalismo. Se você usa artifícios para criar um fato, você foge aos ditames do jornalismo. O que importa é o fato, ele está ali. Você tem que respeitar (...) Muitas vezes, você pode dar uma informação falsa porque você quis alterar aquele fato, quis mexer, manusear o fato. E não pode manusear (Entrevista ao autor).*

Carlos Chagas: *A gente tem que tomar muito cuidado, a imprensa hoje, ao afirmar uma coisa que pode denegrir a honra de um cidadão, que dali a uma semana você vai ver que ele não tinha nada com isso, que era inocente, mas a honra do cara, o nome do cara está perdido para sempre. Então, tenho que apurar a matéria (...). E, às vezes, publicam-se matérias, informações sem a devida apuração. Isso é um mal muito grande na imprensa. Isso tem que ser corrigido – daqui a uns 200 anos, talvez seja (Entrevista ao autor).*

Carlos Heitor Cony: *O ser humano tem obrigação de ser ético, seja um lixeiro, o presidente ou um jornalista. Em nome da exclusividade, do furo, em nome da prioridade e da informação privilegiada que é sempre ilegal, comete-se vários crimes do ponto de vista ético (Cony, 2000a: 01).*

Discordo muito do jornalismo invasivo, seja no texto ou nas imagens. Particularmente, acredito que no jornalismo, como em qualquer outra profissão, deve haver não apenas ética, mas também a boa educação. Isso vale para o padre, o jogador de futebol, o presidente da República e até mesmo para o lixeiro. Se uma pessoa declara que não quer falar, ser fotografada ou filmada, seu desejo deve ser respeitado independente de ser o maior criminoso do mundo ou um santo. Não se pode violentar as pessoas em nome de um pretenso interesse público (Cony, 1997: 01).

Mino Carta: *Quando a verdade é omitida, ou falseada, nem se fala quando é encoberta pela mentira, ela soçobra como um barco furado e jamais será recuperada. Falo é da verdade factual e não das mil verdades que cada um carrega. A verdade factual é uma só (Carta, 2000b: 212).*

[Sobre o que é ser jornalista]: *É algo muito simples e complexo. O primeiro ponto nessa história está no senso de responsabilidade. O jornalista tem uma responsabilidade muito grande. Isso não o torna uma personagem especial. (...). Mas, ao mesmo tempo, sempre com esse distanciamento crítico, em relação a si próprio, o jornalista tem que ter consciência da sua responsabilidade. Ele presta um serviço público, um serviço que pode ter efeitos muito profundos e muito graves. Dentro desse senso de responsabilidade cabe a idéia de que a tarefa do jornalista é elevar o leitor, iluminar o leitor (Carta, 2003: 207-208).*

Raimundo Pereira: *Investigar não é dar curso a qualquer denúncia porque as denúncias podem ser falsas. Não tem nenhum mérito em você divulgar denúncias falsas. Só porque você tem uma origem para a denúncia. A denúncia tem que ser pesada pelos jornalistas. Ele tem responsabilidade por aquilo que ele denuncia, através de outras pessoas, se o sujeito é um falsário, se o sujeito está apenas querendo comprometer uma situação, se o sujeito está construindo uma história política (Pereira, 2006e, s.p.).*

Zuenir Ventura: *O jornalista irresponsável não será menos irresponsável por ser jornalista. Ao contrário, o jornalista leviano é tão nocivo ao jornalismo quanto um censor conseqüente. Com uma vantagem para este último: em nenhum momento ele finge servir à imprensa (Ventura, 2007: 01).*

Podemos alcançar uma excelente técnica, podemos modernizá-la; devemos perseguir uma invejável estética, devemos embelezá-la; mas não devemos, não podemos suprimir a ética ou cancelar a responsabilidade social. Se não formos orientados por uma inatacável ética, a sociedade continuará desconfiando de nós. Há os que dizem que o jornalismo, por ser um ofício e uma técnica, não precisa de ética, ou que a ética é também uma questão de mercado. Sabe-se até onde isso pode chegar. O século XX nos ensinou que a técnica sem o controle da ética pode levar aos piores crimes. De bons técnicos Hitler estava cheio, e Stálin também (Ventura, 2007: 01-02).

As três dimensões aparecem, portanto, como indissociáveis em qualquer definição da atividade profissional. Uma boa técnica implica respeitar a veracidade dos fatos (dimensão ética), mas também a forma como o jornalista deve escolher e trabalhar informações que sejam relevantes do ponto de vista do interesse público (função social). Da mesma forma, a deontologia da profissão exige o uso de técnicas que permitam ao jornalista capturar a realidade da forma mais objetiva possível. Esse processo, contudo, deve ser feito com

responsabilidade, sem incorrer em sensacionalismos e sem denegrir a imagem do cidadão. Podemos ilustrar essa associação recorrendo a uma espécie de décálogo (de nove itens) que Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003: 22-23) estabelecem como os *Elementos do Jornalismo*:

A primeira obrigação do jornalismo é a verdade. 2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos. 3. Sua essência é a disciplina da verificação. 4. Seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam. 5. Deve servir como um vigilante independente do poder. 6. Deve outorgar um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso. 7. Tem de se esforçar para transformar o importante em algo interessante e oportuno. 8. Deve acompanhar as notícias tanto de forma exaustiva como proporcionada. 9. Seus profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência.

Concluimos que, apesar da ocorrência de algumas nuances nas respostas coletadas, existe uma proximidade entre o discurso sobre o jornalismo emitido pelos entrevistados e as definições funcionalistas sobre essa atividade. Tal de correspondência não surpreende porque evidencia a força do profissionalismo como principal componente estruturante e organizador da construção de uma visão de mundo entre os jornalistas de modo geral. Como ficou implícito na nossa análise, esse discurso tem uma dupla utilidade: suprimir as contradições que aparecem entre as diferentes formas de conceber o jornalismo e legitimar socialmente a profissão (Ruellan, 1993). Trata-se, portanto, de convenções que visam definir o que seria o âmago do mundo dos jornalistas. No caso desta pesquisa, essa visão idealizada e legitimadora do jornalismo será constantemente retomada e confrontada quando analisarmos o processo de inserção dos entrevistados nesse mundo social.

4.1.1 – As exceções

O fato de encontrarmos analogias entre a ideologia profissional dos jornalistas-intelectuais e o discurso sobre a profissão veiculado por outros autores, mostra a relativa estabilidade dessa visão de mundo dentro do grupo de jornalistas-intelectuais. Dois jornalistas, contudo, não compartilham dessas generalizações. O primeiro é Carlos Heitor Cony. Ele se recusa a atribuir ao jornalismo uma função política, pedagógica ou intelectual (ver seção 4.2.2). Para ele, a definição dessa atividade se limita a sua dimensão técnica. Nesse caso, ele busca distinguir os profissionais que desempenham atividades ligadas a essa natureza do jornalismo, daqueles que aparecem no jornal sob outros estatutos, sobretudo o de escritor/cronista:

Quando se fala profissionalmente, o jornalista é aquele que é pautado, ou seja, recebe a pauta e apura. Ele chega na redação e o editor cobra. (Entrevista ao autor).

Mas tem uma diferença entre o que é o repórter por excelência, que é uma pessoa que vai cobrir o geral, e o que todo o mundo acha é o grande jornalista, que é o articulista, o colunista...

Mas aí é deformação (...) Eu sei que há pessoas que dizem, por exemplo, “O grande jornalista é Fulano de Tal”. (...) Eu acredito que haja pessoas que comprem o jornal para ler determinando colunistas (...). Mas não é a vendagem garantida, garantido é o jornal como um todo, é a credibilidade do jornal (Entrevista ao autor).

Os jovens que vão para as universidades normalmente pensando no artigo e na crônica, achando que o jornalismo é isso. Esquecem que o jornalismo é um trabalho inglório, é cobrir cachorro atropelado, é fotografar defunto no necrotério, esse lado prosaico. Eu estou muito habituado a fazer palestras em faculdades de comunicação onde o pessoal pensa que o jornalista é só o cronista, aquele que tem destaque, um espaço certo, como o [Luiz Fernando] Veríssimo, o Zuenir [Ventura], o Clóvis Rossi, o Élio Gaspari. É horrível, o pessoal acha que isso é jornalismo. Não é jornalismo. Todos eles praticamente fazem o trabalho em casa, são mais próximos, digamos assim, do intelectual, na sua aceção mais entranhada, mais específica (Entrevista ao autor).

Jornalista, no meu entender, é aquele que tem carteira assinada e exerce a profissão de jornalista (Entrevista ao autor).

A segunda exceção é Juremir Machado da Silva. Durante a análise da sua entrevista e da leitura do livro *As misérias do jornalismo brasileiro* (2000), fica explícita sua postura de crítica ou de desconstrução de uma definição funcional do jornalismo. Assim, é possível citar vários trechos do seu livro que tratam de desmistificar alguns dos princípios jornalísticos defendidos pelos demais entrevistados:

A objetividade é uma gangorra que sobe e desce com o tempo, com a filosofia do patrão e com as modas profissionais. A única moda que nunca passa é a do arrivismo. Mergulhado numa carreira, o jornalista vive para o mercado coberto com o manto cômico de missionário da informação e da verdade (Silva, 2000: 37).

A mitologia jornalística mitifica a reportagem, mas o que dá certo atualmente é o jogo de opiniões respaldadas por assinaturas célebres (Silva, 2000: 120).

O discurso teórico sobre o jornalismo afundou-se na mera ideologia travestida de ciência. A investigação não investiga, a crítica não critica, a teoria não

revela, a informação não informa. A mitologia serve como embalagem para o triunfo do marketing (Silva, 2000: 125).

Ao contrário do que afirma a mitologia do jornalismo, a mídia não trabalha para informar, mas sim para seduzir e 'fidelizar'. Por isso, o intelectual é o seu inimigo jurado, na medida em que o papel deste consiste em instalar a dúvida no lugar das certezas confortáveis e rentáveis (Silva, 2000: 126-127).

Essas divergências em torno da definição ideal de jornalismo, como ficará claro no capítulo seguinte, se refletem de forma bastante particular na maneira como Cony e Juremir se definem, mas também da forma como situam o jornalismo dentro de uma oposição permanente com a atividade intelectual.

No caso desses e dos demais entrevistados torna-se necessário estender a análise sobre o processo de interiorização do jornalismo às relações que ela estabelece com a prática dos intelectuais.

4.2 – Os intelectuais e os jornalistas

Nesta seção abordaremos as definições expressas pelos entrevistados sobre a categoria dos intelectuais e suas relações com a prática jornalística. Seguindo esses objetivos, três questões foram abordadas: I) O que é um intelectual?; II) O jornalista é um intelectual?; III) O que é um jornalista-intelectual?. Em algumas situações, para responder às questões propostas, as dez pessoas com que conversamos se utilizavam de exemplos da própria história pessoal e profissional. Por isso, embora nosso objetivo inicial neste capítulo fosse trabalhar apenas as definições expressas pelos entrevistados, nos adiantaremos ao tema do próximo capítulo tratando de alguns assuntos ligados ao processo de negociação identitária.

4.2.1 – Definições do intelectual

Existe, como já explicamos, uma dificuldade inerente às tentativas de se trabalhar com o objeto intelectual, pela total ausência de uma forma consensual de definir o grupo (Buxton, 2005; Riutort, 2005). Ou se aceita a imprecisão implícita a essa categoria, ou se recorre a uma das infindáveis tipologias existentes sobre a categoria. A título de ilustração, citamos, por exemplo, o livro *O que são intelectuais?*, em que Horácio Gonzales (1981) chega a mapear sete acepções sobre o termo. São elas: o intelectual maldito, o intelectual precursor, o intelectual revolucionário, o intelectual populista, o intelectual cosmopolita, o intelectual

orgânico e o intelectual do círculo do poder. Durante a análise das entrevistas, observou-se que os atores não eram indiferentes a essas tipologias. De forma mais ou menos explícita, elas serviram como base para as definições expostas pelos jornalistas-intelectuais muitas vezes para refletirem sobre suas próprias práticas. A subjetividade dessa apropriação explica o fato de que muitos entrevistados fizeram referência simultânea a diferentes conceitos de intelectual. Nesse caso, faremos um breve relato das tipologias adotadas e organizaremos um quadro resumindo esse processo de interiorização (Quadro 05).

4.2.1.1 – A definição do intelectual a partir do amálgama francês

Três entrevistados fizeram referência explícita à definição francesa do intelectual, nascida durante os debates do *Affaire Dreyfus* e cujo modelo de intervenção se baseou no manifesto *J'accuse*, escrito por Emile Zola (Aubin, 2006; ver capítulo I). São eles: Alberto Dines, Carlos Heitor Cony e Juremir Machado da Silva.

A Alberto Dines, fizemos a pergunta ‘O que é um intelectual’ no final da nossa primeira conversa. Hesitando a princípio, o entrevistado explicou a origem francesa da palavra¹⁰⁴ e seguiu como uma definição um pouco vaga: “*Pessoas que desenvolvem as suas aptidões intelectuais, espirituais também, onde a sua existência não é apenas um conjunto de dias vividos, mas você procura dar sentido a esses dias que você viveu. É um existencialismo, digamos*” (Entrevista ao autor). Os nomes de Zola e Clemenceau aparecem mais tarde durante uma conversa por e-mail. Nessa segunda interação, Dines se refere ao *J'accuse* como “a mais famosa manchete de todos os tempos” e define o intelectual como uma pessoa que integra sua produção literária e as manifestações públicas no jornalismo, algo bem próximo ao amálgama francês da categoria.

Historiador e jornalista por formação, com estreitas ligações com o meio universitário francês, Juremir Machado da Silva expressa de forma quase acadêmica a definição do intelectual adotada. Trata-se, segundo ele, de um papel associado ato de se engajar no espaço público: “*Para mim, a definição de intelectual surge com o Emile Zola, quando ele lançou o famoso J'accuse. O intelectual é o sujeito que sai da sua especialidade para se manifestar na esfera pública (...) Um intelectual é uma postura diante da sociedade, postura de discussão*” (Entrevista ao autor). Para formular esse conceito, o entrevistado recorre à dicotomia entre a intervenção pontual do especialista e a atuação do intelectual em defesa de valores abstratos,

¹⁰⁴ A remissão ao *Affaire Dreyfus*, na nossa opinião, também encontra explicação nas origens judaicas de Alberto Dines, cuja trajetória de vida esteve sempre ligada à questão sionista.

envolvendo-se em debates que nem sempre estão associados à sua área de competência: “*Por exemplo, quando eu falo sobre temas da comunicação, eu falo como um especialista (...) Agora, o intelectual é aquele que sai da sua esfera para falar de outras questões*” (Em entrevista ao autor).

Já a Carlos Heitor Cony a definição francesa do intelectual foi admitida após uma provocação nossa. Fazendo referência ao fato dele ser considerado como uma das primeiras vozes contrárias ao golpe militar de 1964, com as crônicas publicadas no *Correio da manhã* (que lhe prestígio junto às esquerdas e também uma demissão), perguntamos se não havia analogias entre o evento e a definição *francesa* do intelectual (ver capítulo VI, seção 6.2.2.1 e capítulo VII). Ele concordou de imediato com a sugestão e passou a comparar sua atuação contra o regime militar e a de Émile Zola com o exército francês, feita a partir da publicação do manifesto *J'accuse*: “*Quando o Zola viu aquela injustiça, a sacanagem do Estado Maior do Exército Francês (...), se sentiu obrigado a intervir. Ele não era um defensor da causa sionista, era um homem livre que insurgia contra um homicídio, um assassinato à liberdade. Foi mais ou menos, reduzida a escala de importância, o que eu fiz* (Entrevista ao autor).

4.2.1.2 – O intelectual: criador, tradutor e vulgarizador

No ensaio *Ópio dos intelectuais*, Raymondo Aron (1980) constrói uma breve tipologia onde busca definir a categoria, classificando-a em três grupos. São eles, os criadores, como romancistas, pintores, escultores e filósofos; os tradutores – professores sem cátedra, artistas de pouca expressão, entre outros – e os vulgarizadores, estes situados no limiar entre o intelectual e o não-intelectual, cujo trabalho estaria submetido aos valores do grande público.

Mesmo sem uma referência explícita, parte da classificação de Aron é retomada por alguns entrevistados. É o caso de Carlos Heitor Cony. Sua definição de intelectual é mais estrita do que a proposta de Aron e se limita ao grupo dos criadores: “*São aquelas pessoas que se dedicam ao ensaio, à filosofia, à história e à literatura, na medida em que a literatura expressa uma visão de mundo*”; “*Ele produz inteligência na medida com que tem uma visão própria de mundo, em que coloca a soma das informações que ele tem, dos estudos que ele fez, das pesquisas, até do gosto pessoal dele*” (Entrevista ao autor). Esse conceito, aliás, é retomado por Cony no decorrer da entrevista para se definir como um intelectual, “*produtor de inteligência*” e também para excluir da categoria a profissão de jornalista.

Outros entrevistados adotam concepções mais próximas dos intelectuais tradutores e vulgarizadores, cuja função poderia ser definida como a de “representar, encarnar e articular

uma mensagem, uma visão, uma atitude, filosofia ou opinião para e em favor de um público¹⁰⁵” (Said, 1996: 30), ou seja, “trazer para o domínio público, questões mantidas em círculos restritos por interesses grupais, e alimentar o debate sobre tais questões quando elas se tornam públicas, até o esgotamento da discussão, através de uma solução, ao menos parcial, do problema” (Medina, 1982: 280). Esse é o caso de Flávio Tavares: “*O filósofo, no seu tempo (...) não ficava numa linguagem hermética*” (Entrevista ao autor). Mas também de Adísia Sá: “*O intelectual forma o grupo de entes da cultura, do saber, da libertação. O seu papel é, na imagem de Platão, ajudar os outros (homens e mulheres) a sair da caverna da ignorância, da superstição, da ilusão, das promessas vãs, das palavras enganosas e sedutoras de palanques e microfones, de imagens e de sons, de hipnotizadores das plataformas eleitorais e juramentos de campanhas...*” (apud Chaparro, 2006: 02); “*Eu acho que o intelectual não é só aquele que escreve. Ou só escreve. É aquele que tem uma atuação, uma posição na sociedade, que não foge de dar o seu testemunho*” (apud, Amorim, 2005: 68).

Outro que menciona a definição de intelectual como um trabalho de difusão do conhecimento é Antônio Hohlfeldt. Ele exemplifica o conceito narrando sua trajetória como vice-governador do Rio Grande do Sul, momento em que ele, como intelectual, teria estimulado a produção, o debate e o aprendizado de temas ligados à cultura local (como grupos folclóricos e festas populares). Além disso, cita iniciativas de divulgação da obra dos escritores gaúchos Mário Quintana e Érico Veríssimo por ocasião dos seus centenários de nascimento, que coincidiu com seu mandato no governo: “*Viajei feito um louco para fazer palestras dentro dos colégios sobre o Mário porque fomentamos que as escolas trabalhassem isso e, claro, em convidavam, eu era professor de literatura*” (Entrevista ao autor).

4.2.1.3 – O intelectual como crítico

A necessidade de ter uma postura crítica é um atributo presente em uma infinidade de obras destinadas a definir o papel social do intelectual (Aubin, 2006; Bobbio, 1997; Bourdieu, 1984, Mills, 1964; Sartre, 1970, entre outros). Na pesquisa, ela foi expressa nas falas de: Carlos Heitor Cony (1997: 41): “*E a função do intelectual, no sentido de produtor de inteligência, é a crítica ao poder*”. Mas também em Antônio Hohlfeldt: “*A função intelectual para mim é essa, sempre estar pensando criticamente (...) Em princípio, portanto, o*

¹⁰⁵ Tradução do autor de: “representar, encarnar y articular un mensaje, una visión, una actitud, filosofía ou opinión para y en favor de un público”.

intelectual tem que ser do contra, sempre, no sentido de que ele tem que ser contra mesmo ao que ele estava fazendo” (Entrevista ao autor); e Juremir Machado da Silva: “*A minha tarefa é mais ou menos essa, eu olho as coisas, se eu encontrar algo que me parece que não funciona, eu critico. O que é que se critica principalmente? Não é só o não-funcionar porque, no fundo, a gente quer que as coisas funcionem, mas elas não funcionam. (...). A crítica incide sobre a defasagem entre o discurso da sociedade, do indivíduo e as suas práticas*” (Entrevista ao autor). Aliás, a postura particular de Juremir em se posicionar criticamente contra tudo e todos, de certa forma serve como um contraponto aos valores humanísticos ligados do modelo francês de intelectual, que ele também adota. Essa contradição entre dois tipos de intelectual – o sartreano que capaz de se posicionar ao lado da Verdade (Sartre, 1979) e o intelectual pós-moderno desconfiado e crítico de tudo e de todos – encontram explicações no que Juremir chama de suas influências acadêmicas, como veremos no próximo capítulo.

4.2.1.4 – O intelectual orgânico

Durante a entrevista, duas pessoas recorreram à teoria gramsciana para definir o intelectual e o seu papel na sociedade. Estes seriam os defensores do modelo do intelectual orgânico (Gramsci, 1979; ver capítulo I). Um deles, Raimundo Pereira, trabalha essa definição ao comentar a necessidade de construir no Brasil uma frente jornalística, ou seja, um jornalismo ideologicamente supra-partidário, cuja linha editorial, e o caráter cultural das suas matérias deveria estar organicamente vinculado aos intelectuais dos movimentos sociais e das classes trabalhadoras¹⁰⁶: “*O movimento popular está cheio de intelectuais, de gente, de trabalhadores que lêem, que gostam de ler, que gostam de uma publicação de um nível mais elevado, que não estão satisfeitos com a forma de contar essas histórias do dia-a-dia brasileiro*” (Entrevista ao autor). Outro que se vincula explicitamente ao pensamento gramsciano na hora de (se) definir o (como) intelectual é Mino Carta: “*Aceito a definição de Gramsci. O intelectual orgânico é quem, de alguma forma, mexe com o intelecto, sem ser o grande artista*” (Entrevista ao autor). Carta, aliás, possui origens italianas e sempre acompanhou as atividades do partido socialista daquele país.

¹⁰⁶ Sobre o assunto ver como foi tratada a questão da imprensa alternativa no capítulo VII, seção 7.2.2 ou consultar a obra: KUCINSKY, B. *Jornalistas e revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa*. 2 ed. Sao Paulo: Ediusp, 2003.

4.2.1.5 – Intelectual como o exercício do intelecto

Um único entrevistado, Zuenir Ventura, preferiu definir o intelectual a partir da acepção mais ampla, adjetivada, de um grupo composto por “todos os que desenvolvem um trabalho intelectual distinto do trabalho manual” (Bobbio, 1997: 71). Zuenir acredita que: “*todo o trabalho que demanda uma reflexão, um esforço mental, acaba sendo um trabalho intelectual*” (Entrevista ao autor). No caso, jornalistas, mas também advogados, engenheiros, médicos, etc. pertenceriam a profissões intelectuais.

4.2.1.6 – Quadro sinóptico das definições e tipologias

Para facilitar a compreensão dessas diferentes definições e a forma como elas ocasionalmente remetem a tipologias associadas ao *corpus polemista* de análise sobre os intelectuais (Aubin, 2006), organizamos as respostas no quadro abaixo:

Entrevistado	Definições / Características do intelectual
Adísia Sá	Intelectual como tradutor ou vulgarizador do conhecimento (Aron, 1980).
Alberto Dines	O intelectual <i>à francesa</i> : aquele que se engaja publicamente em defesa de um conjunto de valores abstratos, ligados aos direitos do Homem (Aubin, 2006).
Antônio Hohlfeldt	Intelectual como tradutor ou vulgarizador do conhecimento (Aron, 1980) / Intelectual como aquele que assume uma posição crítica com relação a si e à sociedade.
Carlos Chagas	Não respondeu*.
Carlos Heitor Cony	O intelectual <i>à francesa</i> : aquele que se engaja publicamente em defesa de um conjunto de valores abstratos, ligados aos direitos do Homem (Aubin, 2006) / Intelectual como um produtor de inteligência, um criador (Aron, 1980) / Intelectual como aquele que assume uma posição crítica com relação a si e à sociedade.
Flávio Tavares	Intelectual como tradutor ou vulgarizador do conhecimento (Aron, 1980).
Juremir Machado da Silva	O intelectual <i>à francesa</i> : aquele que se engaja publicamente em defesa de um conjunto de valores abstratos, ligados aos direitos do Homem (Aubin, 2006) / Intelectual como aquele que assume uma posição crítica com relação a si e à sociedade.
Mino Carta	“Intelectual orgânico” (Gramsci, 1979).
Raimundo Pereira	“Intelectual orgânico” (Gramsci, 1979).
Zuenir Ventura	O intelectual como aquele que trabalha com o intelecto, em oposição ao trabalhador manual.

Quadro 05: As definições e tipologias do intelectual expressas pelos entrevistados

* A questão consta de uma entrevista enviada por e-mail e que não foi respondida

Tendo como base as definições sobre o jornalismo e o jornalista (seção 4.1) e sobre os intelectuais (seção 4.2.1) nosso próximo passo foi trabalhar as relações entre as duas categorias e o conceito de jornalista-intelectual.

4.2.2 – Os jornalistas e os intelectuais

Ao abordarmos as relações entre o meio jornalístico e o intelectual, duas ordens de questões emergem do material coletado. A primeira, ‘O jornalista é um intelectual?’, foi amplamente respondida e, em vários momentos remeteu à definição do intelectual exposta pelos entrevistados. A segunda, ‘o que é um jornalista-intelectual?’, é tratada de forma mais sutil, pois em muitos casos ela é já está subjacente na visão de mundo desses jornalistas.

As respostas coletadas consistem na síntese de temas tratados durante todo o capítulo. Trata-se de uma tentativa dos entrevistados articularem seus conceitos de forma a comparar o que eles consideram a natureza dessas atividades. Do cruzamento dessas duas ordens de resposta (ver quadro 06) foi possível classificar os entrevistados em três grupos, divisão, aliás, que será retomada no capítulo seguinte, quando trabalharmos as entrevistas a partir das definições de si e das carreiras profissionais.

Entrevistado	Posição sobre o assunto	Motivo
Adísia Sá	Acredita parcialmente	O jornalismo é uma técnica, uma postura ética. Àqueles que possuem o “preparo epistemológico” para lidar com a realidade conseguem realizar a função de intelectual de transmitir um fato ou um conhecimento de uma maneira compreensível ao leitor.
Alberto Dines	Acredita parcialmente	“A atividade jornalística é intelectual. No Brasil, é que, num determinado momento, a gente começou a separar isso (...) Criou-se essa disparidade, que é intrinsecamente errada” (Entrevista ao autor).
Antônio Hohlfeldt	Acredita parcialmente	“Eu arriscaria dizer que a condição natural do bom jornalista é a intelectual (...) O jornalista tem que ter um olhar crítico sobre a realidade, isto é uma função intelectual (...). Infelizmente a gente tem tido hoje talvez uma nova geração de jornalistas que não aprendeu a ter o olhar crítico (...) Então, esses são a exceção” (Entrevista ao autor).
Carlos Chagas	Não respondeu*	–
Carlos Heitor Cony	Não acredita	“O jornalista é praticamente comprometido com a realidade, com o dia seguinte, nada mais que o dia seguinte, o dia da véspera. Então isso limita muito a produção de inteligência” (Entrevista ao autor).
Flávio Tavares	Acredita	“Eu acho que o jornalista por definição deveria ser um intelectual (...) Ele tem que observar e deduzir e para chegar a isso, ele tem que ter conhecimento, conhecimento das ciências” (Entrevista ao autor).
Juremir Machado da Silva	Acredita parcialmente	“Misto de intelectual e de carteira, o jornalista explora essa ambivalência. Acossado, exime-se de qualquer responsabilidade intelectual: é apenas o mensageiro. Na ofensiva, substitui o intelectual e pensa com todas as facilidades do poder midiático, sem as obrigações enfadonhas da demonstração” (Silva, 2000: 46).
Mino Carta	Acredita	“Eu acho que o jornalista normalmente é um intelectual de qualquer maneira, mesmo que ele tenha essa ou aquela posição política, que pense dessa ou daquela maneira, que tenha mais ou menos cultura, tenha uma formação superior ou não. Eu acho que ele é um intelectual orgânico pela função que exerce, pelo trabalho que faz” (Entrevista ao autor).
Raimundo Pereira	Acredita parcialmente	Subentende-se que jornalista se aproximaria do “intelectual orgânico” quando engajado numa imprensa “que reflitam esses interesses dessas amplas camadas (...) que, na luta pelos seus direitos precise de uma visão mais precisa do que está acontecendo no Brasil” (Entrevista ao autor).
Zuenir Ventura	Acredita	Os intelectuais são aqueles que produzem um trabalho, intelectual, incluindo o jornalista: “É um intelectual tanto quanto pode ser um advogado” (Entrevista ao autor).

Quadro 06: “O jornalista é um intelectual?” – sistematização das respostas dos entrevistados

* A questão consta de uma entrevista enviada por e-mail e que não foi respondida

Os entrevistados que partilham da visão de mundo de que todo jornalista é um intelectual – Mino Carta, Zuenir Ventura e Flávio Tavares – tendem a colocar em um mesmo patamar a natureza da prática e a função social das duas categorias. Suas respostas remetem às definições estruturalistas e funcionalistas do jornalista como um intelectual, trabalhadas no início do primeiro capítulo (seção 1.2.3 e 1.3). Mino Carta trata diretamente o jornalista como o intelectual orgânico de Gramsci. Para ele, como para Flávio Tavares, jornalista lida diretamente com a questão do conhecimento e desempenha a função de secularização da cultura nas sociedades democráticas (Fernandes, 1982 *apud* Medina, 1982; Ortega & Humanes, 2001)¹⁰⁷.

O segundo grupo de entrevistados – Adísia Sá, Alberto Dines, Antônio Hohlfeldt, Juremir Machado da Silva e Raimundo Pereira – acredita que os jornalistas ocasionalmente podem ser considerados intelectuais. Eles partilham da idéia de que o jornalismo possui elementos que o associam ao trabalho e à função do intelectual: uma visão crítica, um texto literariamente trabalhado, o compromisso com o público, com os movimentos sociais, com a sociedade. Contudo, essa definição ideal da prática jornalística vem sendo negligenciada (ver capítulo VII). Por isso, o fato de nem todos os jornalistas atuarem como intelectuais representa, um “desvio” na natureza dessa profissão.

Juremir Machado da Silva também acredita que os jornalistas-intelectuais se constituem numa categoria minoritária, de forma que apenas alguns profissionais do jornalismo mereceriam essa alcunha. Apropriando-se da crítica bourdieusiana, ele explica que, longe de serem considerados jornalistas expressionais, a categoria seria, na verdade, uma subversão da verdadeira prática jornalística (onde o colunismo se torna mais importante do que a reportagem) que começa a tomar o espaço de uma intelectualidade em crise:

Adversário do intelectualismo que complica, o jornalismo converte-se em aliado da falsa verdade que simplifica. Tudo poderia acabar aí mesmo, com os intelectuais limitando-se a ignorar a mídia. No entanto, a mídia tem conseguido tomar o lugar da universidade e suplantar o intelectual. O professor vê-se anulado pelo colunista. O intelectual desconstrói, o colunista pontifica; o intelectual duvida; o colunista afirma; o intelectual conjectura; o colunista define; o intelectual especula; o colunista julga (Silva, 2000: 44).

¹⁰⁷ A título de comparação podemos recorrer ainda a uma opinião exógena ao meio jornalístico: Suzana Vargas, coordenadora do extinto *Rodas de Leitura*, também partilha dessa opinião. Para ela, “dificilmente um jornalista não é um intelectual. Lida com a palavra, com a expressão do pensamento. Filtra, informa, expõe ainda que apenas noticiosamente (em alguns casos)” (Entrevista ao autor).

“Prótese de intelectual numa época de decadência do intelectual universitário e do intelectual público, o jornalista quer obter mais fazendo menos” (Silva, 2000: 128)

Para Carlos Heitor Cony, o jornalista e o intelectual pertencem a atividades distintas. O jornalista está ligado a uma competência técnica – apesar de todos os preceitos éticos associados e ao seu compromisso voltado ao interesse público – portanto, ele não é um intelectual. Ele se aproxima da definição de Kunckzik (1997: 154), “Muitos jornalistas distorcem a realidade. Negam-se a aceitar o seu trabalho assalariado. Gostam, ao contrário, de pensar que são um tipo de intelectual socialmente independente, uma espécie de gênero jornalístico livre de preocupações materiais”. Cony chega a admitir a existência de alguns jornalistas-intelectuais como pessoas de *vida duplas*. Mas seriam, segundo ele, exceções e, em muitos casos, devem sua legitimidade intelectual ao trabalho extra-jornalístico: “*Há casos, poucos casos, em que há jornalistas militantes que também podem ser considerados intelectuais na medida em que fazem outros produtos. O caso do Machado de Assis talvez seja o mais notório*” (Entrevista ao autor).

As análises realizadas neste capítulo revelam, portanto, a forma como as categorias de jornalistas e intelectuais são articuladas pelos entrevistados em termos de valores, de uma visão de mundo parcialmente partilhada. Elas remetem a visões subjetivas do status de jornalista-intelectual que estão subjacentes às diferentes formas como os atores vão interagir no mundo social. São, portanto, um dos pressupostos que nos permite avançar no estudo dos processos de negociação identitária.

CAPÍTULO V – NEGOCIANDO ESTATUTOS, CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE: AS INTERAÇÕES COM O PESQUISADOR

Neste capítulo, abordaremos a negociação de estatutos e práticas conduzido pelos jornalistas-intelectuais nas suas interações com o pesquisador. Entendemos que, durante nossas conversas, os entrevistados buscaram avaliar sua trajetória pessoal tomando como base alguns elementos da interação – o fato de ser um depoimento colhido por ocasião de uma tese, o assunto da entrevista, a forma como ele remete a uma representação de si, os papéis sociais assumidos no processo. Se o ato de narrar suas histórias já é por si só uma interação, esta deve ser vista no contexto como um processo de negociação identitária, onde o entrevistado busca organizar suas experiências, visando lhes atribuir-lhe uma significação geral e homogênea, para si e para o interlocutor (Strauss, 1992).

Foram utilizados, neste capítulo, os conceitos desenvolvidos por Anselm Strauss (1992) para o estudo da construção da identidade a partir das interações, sob um ponto de vista micro-sociológico (outras dimensões serão abordadas adiante). Trabalhamos ainda com alguns pressupostos da sociologia dos jornalistas desenvolvidos por Ruellan (1993; 1994; 1997). Como se trata de analisar as interações com o pesquisador, será trabalhado apenas o material coletado diretamente por meio das entrevistas realizadas ao vivo com os jornalistas-intelectuais. Abrimos três exceções na seção referente às carreiras profissionais, por se tratar de citações fundamentais para a compreensão de alguns aspectos da identidade dos entrevistados.

Iniciaremos o capítulo com uma breve discussão dos conceitos operacionais utilizados na análise. Na seqüência, trabalharemos a negociação identitária por meio da gestão de estatutos adquiridos pela intervenção em outros domínios. Tentaremos, depois, entender como a construção das identidades foi situada por eles dentro das suas carreiras profissionais. Finalizamos o capítulo refletindo sobre as relações entre as estratégias de definição de si e de organização das trajetórias de vida com as visões de mundo expressas sobre o conceito de jornalistas-intelectuais.

5.1 – Papéis, estatutos e carreiras profissionais: uma breve discussão conceitual

Nas interações em curso, as pessoas podem recorrer a papéis sociais, formas tipificadas de atuar em uma determinada situação. Eles são de conhecimento de todos os participantes de um mundo social ou de uma ordem institucional, sendo articulados subjetivamente no contexto específico da ação ou em uma interação (Berger & Luckmann, 1975). Podemos ilustrar o conceito com o papel das “fontes de informação”. Uma pessoa, quando assume tal papel, reifica essa dimensão estrutural do mundo social – a idéia de que toda matéria precisa estar embasada por declarações de fontes. Ele remete ainda a um conjunto de convenções mais frouxas como as formas de se portar, os aspectos ideológicos da interação. Como o grau de interiorização desses papéis e o conhecimento desse sistema convencional variam conforme a pessoa, cada um imprime características subjetivas a essa interação: o domínio que ela possui do assunto, sua disposição em falar, sua relação com os jornalistas. De fato, existe, na sociologia do *newsmaking*, estudos que demonstram variações no grau de colaboração da fonte e sua influência nas rotinas de produção da notícia (Molotch & Lester, 1993; Sousa, 2000; ver também o capítulo VI; seção 6.1.2).

Em outros momentos, durante o processo interativo, os indivíduos também recorrem a estatutos sociais para se definir. Estatutos são tipificações de caráter mais duradouro, adquiridos e exercidos pelos indivíduos no decorrer das suas vidas. Cada estatuto remete a um grupo de atributos correspondentes, alguns explícitos (como formação, idade, etc.), outros tácitos (p.e.: cor da pele, estilo de vida). As interações que ocorrem, do ponto de vista estatutário, retêm-se não apenas no contexto imediato das relações interpessoais, mas também ao imaginário social e às características estruturais da sociedade (Strauss, 1992). Assim, podemos dizer que uma pessoa é jornalista no contexto de uma entrevista, mas, sobretudo, que *possui* esse estatuto quando é socialmente reconhecido (trabalha num jornal, possui registro profissional, domina certas convenções do mundo dos jornalistas). Isso remete a uma série de elementos institucionalizados na sociedade, como a formação do grupo profissional, os processos de reificação da atividade jornalística, a criação e transmissão de normas de conduta, entre outros.

No decorrer de suas vidas, as pessoas possuem vários estatutos e desempenham inúmeros papéis sociais, muitas vezes de forma simultânea. Na verdade, são raras as interações onde a base estatutária não muda. Do ponto de vista das trajetórias, a gestão desses diferentes estatutos pode ser analisada no modo como os indivíduos realizam escolhas referentes às suas carreiras profissionais (Strauss, 1992). No caso da situação interacional,

papéis e estatutos são articulados sempre tendo em vista a minha definição do outro e a forma como estas são aceitas e interpretadas pelo interlocutor. Por isso, ao trabalharmos esse processo, nesta pesquisa, utilizaremos com frequência o verbo *negociar* (papéis sociais, estatutos e identidades).

5.2. – A intervenção em diferentes espaços: jornalistas, mas também escritores, professores, políticos...

Durante a escolha e problematização do nosso objeto, havíamos alertado para o fato de alguns jornalistas frequentemente participarem de atividades correlatas que não constituem o âmago da profissão, intervindo nos espaços associados à prática política, acadêmica, artística e literária. Do ponto de vista da identidade, essas situações nos levaram a pensar em dinâmicas de duplo ou triplo pertencimento, na aquisição de estatutos concorrentes ou complementares ao de jornalista. Assim, integram nosso *corpus* de pesquisa jornalistas e escritores (Adísia Sá, Alberto Dines, Antônio Hohlfeldt, Carlos Heitor Cony, Flávio Tavares, Juremir Machado da Silva, Mino Carta, Zuenir Ventura); jornalistas e professores (Adísia Sá, Alberto Dines, Antônio Hohlfeldt, Carlos Chagas, Flávio Tavares, Juremir Machado da Silva, Zuenir Ventura), jornalista e pintor (Mino Carta), jornalistas e políticos (Antônio Hohlfeldt, Raimundo Pereira) e jornalista-militante sindical (Adísia Sá).

Nossa questão é saber como eles gerenciam seus múltiplos pertencimentos em termos de estatuto e identidade, ou seja, no modo como eles se apresentam durante a entrevista. Num primeiro olhar, dividimos esse processo a partir de duas estratégias distintas de apresentação de si: (I) A imposição de um estatuto hegemônico (de jornalista ou de intelectual), colocando as intervenções em outros domínios como secundárias na sua construção identitária; (II) A gestão de múltiplos estatutos, vistos como complementares pelos indivíduos. Sistematizaremos as respostas obtidas no Quadro 07. Elas serão trabalhadas com detalhes a seguir.

Entrevistado	Estratégia adotada (I ou II)*	Estatutos assumidos
Adísia Sá	II	Jornalista, filósofa e professora
Alberto Dines	II	Jornalista, escritor e pesquisador
Antônio Hohlfeldt	II	Jornalista, professor, escritor e político
Carlos Chagas	I	Jornalista
Carlos Heitor Cony	I	Escritor
Flávio Tavares	I	Jornalista
Juremir Machado da Silva	I	“Intelectual” (professor, escritor e cientista social)
Mino Carta	I	Jornalista
Raimundo Pereira	I	Jornalista
Zuenir Ventura	I	Jornalista

Quadro 07: Estratégias de gestão estatutária durante a apresentação de si

*(I) Imposição de um estatuto hegemônico; (II) Gestão de múltiplos estatutos, vistos como complementares.

5.2.1 – Os estatutos hegemônicos

Ao negociarem suas identidades em uma interação, os indivíduos frequentemente recorrem a mecanismos de imposição estatutária. Trata-se de uma estratégia, muitas vezes espontânea, de controle sobre o modo como o outro nos define durante a interação (Strauss, 1992). No caso das nossas conversas, a questão dos múltiplos pertencimentos foi resolvida por boa parte dos entrevistados por meio de uma estratégia que denominaremos aqui de hierarquização de estatutos. Este seria um procedimento adotado pelos jornalistas-intelectuais para explicar ao interlocutor qual seria a maneira mais correta de defini-los profissionalmente. Para isso, eles evidenciam como certos estatutos devem ser situados na sua composição identitária: como essenciais, secundários, complementares, marginais. Do grupo de dez entrevistados, seis adotaram essa postura de impor um estatuto hegemônico. São eles: Carlos Chagas, Carlos Heitor Cony, Flávio Tavares, Juremir Machado da Silva, Raimundo Pereira e Zuenir Ventura. Desse grupo, Juremir e Cony se definiram, antes de tudo, como “intelectuais” (professores e/ou escritores). Os demais optaram pelo estatuto de jornalistas.

5.2.1.1 – Os intelectuais que intervêm no jornalismo

Durante a interação com Carlos Heitor Cony, percebemos que a sua reputação como escritor aparece como fundamental nas estratégias de imposição estatutária. O fato de ele ser socialmente reconhecido no mundo literário (ver também capítulo VI), além de outros mecanismos sutis de imposição estatutária, como o uso do jargão da área e a descrição de técnicas literárias, estiveram presentes em toda nossa conversa. Por isso, nem entrevistador nem o entrevistado precisaram questionar o estatuto de escritor. Nossas indagações em torno da identidade de Cony acabaram por enfatizar o modo como ele define seu trabalho como

jornalista, sobretudo as crônicas publicadas na *Folha de São Paulo* e nas diversas passagens pelas redações que marcam sua trajetória. Nesse caso, percebemos de forma bem evidente que ele prefere dar ao jornalismo um tratamento secundário na apresentação de si, conforme atestam os falas abaixo:

Numa entrevista¹⁰⁸, o senhor afirmou que o escritor precede o jornalista no seu caso. O que isso significa?

Eu escrevi antes de ser jornalista. Na verdade, fui ser jornalista no sentido técnico da palavra em 1952 e eu já tinha textos escritos e um deles publicado, um ensaio sobre o Chaplin (...). Eu fui para o jornal para valer cobrindo as férias do meu pai. Mas eu era um bagrinho, não era jornalista, não tinha carteira assinada.

Então essa precedência é temporal e não profissional.

É temporal, mas eu também nunca pensei em ser jornalista e exerço a profissão de jornalista rotineiramente como uma coisa... Na realidade, o que eu me considero mesmo, o que eu gosto é de escrever. Eu gosto de escrever minhas coisas, sem ser pautado, [gosto de expressar] a minha própria visão de mundo, sobretudo, do jeito que eu acho que se deva escrever e não obedecer às regras de lead e sublead. Botar adjetivo onde eu tenho que botar adjetivo.

(...)

E atualmente na *Folha de São Paulo*, o senhor trabalha como jornalista ou como escritor?

Hoje é mais de escritor. Hoje, praticamente é só de escritor. Eu só faço a crônica. (Entrevista ao autor)

Como afirmamos no capítulo anterior, Cony tem uma visão bastante clara do jornalismo, identificando a atividade com a prática da reportagem, da produção do noticiário: *O próprio texto do jornal sempre segue tantas regras, que já sai do texto literário. Por isso, o jornalista é obrigado a apresentar redundantemente as informações que ele tem* (Entrevista ao autor).

Em outros momentos, Cony trabalha essa imposição através do vocabulário. É interessante destacar uma situação ocorrida durante a entrevista em que lhe atribuí o estatuto de colunista, algo que, segundo ele, estaria mais próximo do jornalismo do que da literatura.

¹⁰⁸ Em entrevista concedida a Costa Cony (2005a: 05) declara que: “O escritor precedeu o jornalista. Ele já estava latente. Tanto que envelheci, mas nunca me senti jornalista. É a mesma sensação (descrita no livro *Informação ao crucificado*) de quando eu estava no seminário e recebia de casa pacotes e cartas para o filósofo João Falcão (ato falho, confunde seu nome com o do *alter ego*, protagonista-narrador do livro). Eu, filósofo? Para mim, filósofo era Aristóteles. Mas era norma mandar a correspondência assim para distinguir os alunos dos cursos de humanidades, filosofia e teologia. A questão é que até hoje me espanto quando dizem que sou jornalista. Não me sinto jornalista”.

Nesse momento, Cony fez questão de me corrigir, mostrando a diferença entre essas atividades:

No seu discurso na ABL, o senhor falou que herdou do Otto Lara Resende a coluna na *Folha*...
Não herdei a coluna

[retificando a pergunta]: Herdou a crônica.
Ser colunista, para mim, é o jornalista encarregado de fazer um texto específico. Colunista de televisão, colunista social, colunista de fofoca, colunista de moda, colunista de astronomia, colunista político, são colunistas. Agora, o cronista é aquele que está sobrando, ele não pertence a nenhuma editoria, ele não tem assunto específico (...). Ele é um produtor de inteligência na medida em que a cada crônica ele procura expressar a visão de mundo. (Entrevista ao autor)

Cony, na verdade, se define como um escritor que pratica (ou praticou) o jornalismo como segunda atividade. Durante a conversa, percebemos que ele conhece o mundo dos jornalistas, os seus personagens, as suas convenções. O entrevistado, inclusive, admite a existência de pontos de contato entre as duas práticas em sua carreira profissional. Ele explica, por exemplo, que usa recursos da literatura para enriquecer as crônicas que publica no jornal: “*pegar esse texto engraçado, esparramar um pouco de óleo para lubrificar as engrenagens*”. Fala também de um caso em que utilizou recursos jornalísticos em um texto literário que é, aliás, o seu romance de maior sucesso, *Quase memória*. O interessante, nesse caso, é que esse tipo de apropriação é desprezada por Cony, como se o jornalismo afetasse negativamente a qualidade da obra literária:

Existe [na minha obra um exemplo do uso de técnicas jornalísticas na literatura] de um ponto de vista negativo, às avessas. Num dos meus romances, Quase memória, eu misturo técnicas de jornal, técnicas de crônica, técnicas de literatura, de ficção. Daí que eu botei Quase memória, Quase romance (...). E eu dei a explicação dizendo que tenho repugnância de chamar aquilo de romance¹⁰⁹ (Entrevista ao autor; grifo nosso).

O fato de Cony conhecer as convenções do jornalismo e da literatura, que lhe permitem realizar ocasionalmente *crossovers*, funciona como um mecanismo de distinção, em que ele busca reificar seu estatuto de escritor. Ele se coloca como alguém capaz de transitar

¹⁰⁹ Na apresentação de *Quase memória*, Cony (2000d: 07) explica que o livro “oscila, desgovernada entre a crônica, a reportagem e, até mesmo, a ficção. Prefiro classifica-lo como ‘quase romance’ – que de fato o é”.

entre dois mundos, mas que escolheu propositadamente, o que considera o mais nobre deles: a Literatura.

No caso de Juremir Machado da Silva, percebemos uma estratégia semelhante. Juremir é professor da PUC-RS, romancista e escreve crônicas diárias para jornal, rádio e TV. A aquisição dos atributos institucionais necessários para se tornar professor e pesquisador universitário (titulação, publicação de livros e artigos, ingresso num programa de pós-graduação reconhecido) e escritor (publicação de romances, realização de traduções) permitiu-lhe colocar em segundo plano o estatuto de jornalista na construção da sua identidade como um intelectual. Juremir se diz “satisfeito” em ser visto como um “acadêmico no jornalismo” e que essa situação está de acordo com seus “gostos” e “personalidades”.

O entrevistado possui, na verdade, um bom conhecimento do sistema de convenções do mundo dos jornalistas. Cursou jornalismo, trabalhou como repórter de esportes, correspondente, editor e subeditor de assuntos internacionais. Como, atualmente, intervém como cronista, seria de se esperar que ele situasse essa atividade como uma continuidade na sua carreira de jornalista (ver também seção 5.3). Contudo, ele prefere situá-la como uma manifestação secundária do seu trabalho acadêmico. Primeiro porque ela só foi possível devido à legitimidade adquirida por ele como professor: “*A verdade é que eu fui consolidando o meu caminho na universidade. Só que, quando eu desisti do jornalismo, aí o jornalismo não desistiu de mim (...), eu comecei a receber propostas, uma atrás da outra, proposta de jornal, proposta de rádio...*” (Entrevista ao autor). Segundo, pelo fato de que prefere definir seu estilo de cronista como uma manifestação no espaço jornalístico do que ele chama de suas “influências intelectuais”: o ceticismo niilista de Michel Maffesoli, o otimismo de Edgar Morin e o “olhar *décalé*” de Jean Baudrillard. Em outra situação, Juremir, ao comentar sobre suas crônicas, afirma ter adotado uma postura mais próxima à do “intelectual pós-moderno” do que o papel que geralmente se atribui ao jornalista (ver capítulo anterior, seção 4.2.1.3)

Além disso, sempre que se refere ao jornalismo, Juremir assume o papel de intelectual, utilizando o vocabulário e o olhar de um sociólogo, no lugar de alguém que trabalhou em uma redação. Em nossa conversa, ele faz, por exemplo, diversas referências a conceitos bourdieusianos, admitindo ainda que o seu livro *As misérias do jornalismo brasileiro* é uma tentativa de trazer ao Brasil o debate iniciado na França pelo autor de *Sobre a Televisão* (1997). Num certo momento, ao comentar a crônica *O amigo do Diogo Mainardi*, na qual reclama do fato de alguns jornais estarem reduzindo a sua reputação às relações de amizade que possui com o cronista da *Revista Veja*, Juremir utiliza uma expressão que ilustra de forma

bem evidente seu olhar acadêmico sobre o jornalismo: “*O que eu escrevi no meu texto, é uma coisa bem típica de mídia, o jornalista gosta de rótulos, de deduções*” (Entrevista ao autor, grifo nosso). Essa relação de superioridade do sociólogo com relação ao jornalista se repete ao longo da entrevista, muitas vezes de maneira não-intencional.

5.2.1.2 – Jornalistas que intervêm no espaço intelectual

O segundo grupo analisado, composto por Mino Carta, Flávio Tavares, Carlos Chagas, Raimundo Pereira e Zuenir Ventura negocia seu estatuto assumindo majoritariamente a identidade de jornalistas. Alguns chegam a admitir incursões em outros espaços, vistas como atividades secundárias, como desvios nas suas carreiras profissionais ou ainda como manifestações que, embora destoantes do que se convencionou chamar jornalismo, devem também ser incluídas numa definição mais ampla dessa atividade.

Embora tenham feito incursões de sucesso na literatura, Mino Carta e Flávio Tavares se mostram satisfeitos com a reputação e a legitimidade adquiridas na prática jornalística. Certos atributos que eles consideram necessários para o desempenho do papel de intelectuais – ou, ao menos, para um sentimento de realização profissional – foram adquiridos como jornalistas. Por isso, nenhum dos dois entrevistados sentiu a necessidade de impor outro estatuto durante nossa interação.

Quando comenta, por exemplo, sua atuação literária, Mino Carta afirma que escreveu seu primeiro livro *O castelo de âmbar* “como jornalista”. O segundo, *A sombra do silêncio*, foi escrito “como um dever em relação à sua consciência”, sem buscar, portanto, consolidar uma carreira. A partir daí preferiu não dar continuidade à produção literária. Existe, inclusive, o projeto de um terceiro livro também ligado às suas experiências jornalísticas que não foi concretizado porque se considera “muito preguiçoso”. Em compensação, Carta discorre sobre sua história de vida no jornalismo destacando o sucesso dos veículos que dirigiu e a coerência dos seus pontos de vista e das suas atitudes tomadas como chefe.

As relações com a literatura são claras na estratégia de definição estatutária de Mino Carta. Por outro lado, encontramos certa dificuldade em situar seu estatuto como artista plástico. Se, porventura, recorrermos ao conceito bourdieusiano de campo para definir essas duas práticas (literatura e pintura), percebemos que elas possuem uma posição distinta nas suas relações com o jornalismo (Bourdieu, 1967; 1992). A pintura certamente tem uma autonomia maior na definição das suas regras de funcionamento. Por isso, chegamos a cogitar o fato que Mino talvez negocie separadamente seu estatuto de pintor. E também que a

produção artística teria adquirido em sua vida um status independente ao do jornalismo. Mas o próprio Mino Carta nega esse tipo de situação: “*Não acho que ela discrepe da minha atividade [jornalística]*” (Entrevista ao autor). Ele não explica quais seriam as complementaridades entre essas duas competências, mas Bardawill (1999), ao falar sobre o seu ex-chefe, comenta que Carta geralmente aplica seus conhecimentos artísticos no processo de diagramação e na escolha das fotografias usadas nos veículos que dirige.

Na verdade, Mino Carta conta que assumiu a produção artística quase que como um hobby: “*Eu, quando menino, queria ser pintor, não queria ser jornalista (...). Fui para a Itália para pintar e acabei fazendo jornalismo. Depois voltei, parei de pintar por 14 anos. E exatamente nos tempos da censura duríssima, eu, às vezes, me escondia e ia pintar [ri] para recuperar o bom humor*” (Entrevista ao autor). Ele acrescenta que, apesar do relativo sucesso nesse campo, ele ainda é identificado pelo público como jornalista: “*É normal que as pessoas, em primeiro lugar, considerem o jornalista (...) Acontecia muito: pessoas que iam à inauguração da exposição fizessem perguntas sobre jornalismo, até perguntar sobre que eu achava do presidente daquele momento, da política*” (Entrevista ao autor).

Flávio Tavares é outro que coloca em segundo plano a reputação adquirida como escritor. “*Eu não quis virar escritor, a minha literatura eu fiz pelos jornais. Nas grandes séries de reportagem que escrevia, nas minhas colunas políticas, nos meus comentários, nos meus artigos*” (Entrevista ao autor). Mesmo quando perguntamos sobre o *Memórias do Esquecimento*, seu livro mais conhecido, e que recebeu tratamento literário na elaboração, Tavares explica que “*também é um livro jornalístico, até na narração, só que eu acho que é um jornalismo que te leva a pensar* (Entrevista ao autor, grifo nosso)”. Em alguns momentos da nossa conversa, o entrevistado afirma que o jornalismo é uma atividade que exige uma dedicação exclusiva e que não permite tempo para ingressar de forma mais consistente na carreira literária. Nesse caso, percebemos que, entre os dois, ele escolhe o jornalismo. Além disso, que o estatuto de jornalista possui, na sua opinião, uma legitimidade social que não é de forma alguma inferior a de escritor. Quando questionamos, por exemplo, sobre a falta de criatividade ou o estilo menos rebuscado do jornalista em comparação ao literato, Tavares explicou que era “*a indolência que tirava a criatividade no jornalismo*” e que “*a notícia em si, o jornalismo em si, a capacidade de observação ela é a síntese e só se encontra na boa literatura*” (Entrevista ao autor).

Um terceiro estatuto marca a carreira de Flávio Tavares: o de professor atualmente aposentado pela Universidade de Brasília. Durante a conversa, percebemos que essa atividade embora tenha marcada sua história de vida – além da entrevista, ela é citada no seu *Memórias*

do Esquecimento – não chega a influir na sua auto-definição. Em parte, porque foi uma passagem breve pela Universidade (dois anos) e que não pôde ser retomada: “*Eu sou professor da Universidade de Brasília e dei pouco à Universidade de Brasília porque não me deixaram dar, havia sempre um empecilho*” (Entrevista ao autor). E também pela maneira como ele se posiciona, criticando o meio pelo academicismo, pelo fetichismo em torno das titulações, pela falta de articulação com a prática no ensino de jornalismo.

Carlos Chagas também coloca o jornalismo em primeiro plano na sua definição estatutária. Não fizemos pergunta específica sobre sua auto-representação, mas percebemos que suas intervenções em outros domínios (na universidade, em instâncias políticas como o Conselho de Comunicação Social e como o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Associação Brasileira de Imprensa, além dos livros publicados) aparecem como subordinadas ao mundo do jornalismo. Tais atividades são mencionadas de forma breve e subsidiária no final da narrativa sobre sua história de vida. Seus livros são resultados de reportagens, relatos de bastidores, memórias jornalísticas. As disciplinas que ministrou na Universidade de Brasília – História da Imprensa e Ética e Legislação em Comunicação – muitas vezes abordavam mais sua longa experiência pessoal profissional do que aspectos teóricos das ciências da comunicação¹¹⁰. Como Tavares, Chagas também possui uma postura bastante crítica com relação às convenções que delimitam o mundo acadêmico no que concerne ao ensino de jornalismo atualmente¹¹¹.

Raimundo Pereira se considera um jornalista. Em nenhum momento se define como político ou militante partidário recusando, aliás, esse rótulo durante a nossa conversa e em outras entrevistas (Pereira, 2007; ver capítulo VI, seção). Ele explica, entretanto, que no decorrer da sua carreira profissional, pôde assumir posições distintas em espaços que ele define como “imprensa das grandes empresas” e “imprensa popular¹¹²”. Do ponto de vista da interação não percebemos uma dupla condição estatutária resultante das duas atividades, pois

¹¹⁰ A afirmação decorre da experiência pessoal do autor, que foi aluno de Chagas das duas disciplinas durante o período em que cursou jornalismo na Universidade de Brasília.

¹¹¹ Esse tipo de posicionamento, percebido de forma sutil na nossa conversa, pode ser ilustrado com um trecho da entrevista que Chagas (2006b) concedeu ao Blog do Cacom, ao dizer que: “*a crítica principal [aos cursos de jornalismo na UnB] é que os professores hoje formam outros professores: dão muita ênfase na teoria. É preciso mostrar a prática. E olha que eu dei aula de teoria na Universidade. Até hoje não sei o que é semiótica e semiologia, e não quero saber. Isso nunca me fez falta*”.

¹¹² Raimundo Pereira prefere usar os termos “imprensa das grandes empresas” e “imprensa popular” no lugar das expressões já correntes “grande imprensa” e “imprensa nanica ou alternativa”. Em entrevista ele explica que considera o termo “alternativa ruim” e define esses veículos como ligados a várias correntes progressistas que fazem uma crítica profunda ao sistema capitalista propondo um novo sistema social (Pereira, 2007). O caráter político e ideológico dessa terminologia nos parece, aliás, bastante revelador da estratégia de negociação identitária de Raimundo. Sobre isso, ver também a definição de “frente jornalística”, trabalhada no capítulo anterior e retomada no capítulo VII.

o entrevistado acaba assumindo que o jornalismo é um só, e que a imprensa alternativa apenas garante melhores condições de realizá-lo. Para ele, a dimensão política e militante está sempre subjacente à atividade jornalística, a diferença está apenas no lado escolhido pelo profissional para exercer seu engajamento (ver também a definição de “intelectual orgânico” expressa por Raimundo no capítulo anterior, seção 4.2.1.4).

Durante sua trajetória, Zuenir Ventura se destacou como repórter e editor de cultura. Levando em conta o conhecimento e as relações profissionais e de amizade adquiridas nesses anos, além de sua formação universitária – Letras Neolatinas –, podemos dizer que ele possui conhecimento das convenções ligadas à Literatura. O sucesso obtido com seu primeiro livro *1968, o ano que não terminou* (40 edições) abriu espaço para publicação de outras obras. Hoje, são onze, entre romances, reportagens, coletâneas de crônicas e memórias. Como outros entrevistados, Ventura ainda prefere se assumir como jornalista. Quando fala, por exemplo, do processo de redação de *1968*, ele se posiciona como alguém que busca dar um tratamento literário a um livro que se pretendia jornalístico: “*Eu apurei como uma reportagem e escrevi como se fosse um romance sem ficção*” (Entrevista ao autor). Além disso, o fato de algumas pessoas “confundirem” o status atribuído a ele e ao livro muitas vezes incomoda: “*Eu recebia muito na época esse tipo de reação que o livro parecia ficção, parecia romance, isso até como elogio. E eu dizia: ‘Bom, mas se é um romance sem ficção, eu gostaria que ele fosse elogiado por ser uma reportagem bem escrita e não por ser um livro parecido com um romance’*” (Entrevista ao autor). Ele deixa claro sua posição, inclusive, quando colocamos uma questão mais direta com relação ao seu estatuto:

O senhor se considera jornalista ou escritor. Ou os dois?
Como não são incompatíveis, eu trabalho nas duas atividades bem, embora eu diga sempre que eu sou jornalista porque eu sou jornalista mesmo fazendo ficção (Entrevista ao autor).

Além de jornalista e escritor, Zuenir Ventura é também professor de jornalismo aposentado. Durante a conversa, entretanto, não tocamos nessa questão. Ele será retomada no próximo capítulo ao trabalharmos o processo de negociação identitária junto a outros atores sociais.

Ao analisarmos esse grupo de entrevistados, podemos entender como a teoria proposta por Denis Ruellan (1993; 1994) é ilustrada na construção das suas identidades. De fato, nenhuma deles articulou um novo estatuto para se definir, apesar das intervenções realizadas em diferentes domínios (Literatura, Artes, Historiografia e Política). Eles se posicionam como

se todas essas práticas fizessem parte do jornalismo. Trata-se, portanto, de um conceito de jornalista que não se limita ao estatuto de produtor de informações nos meios de comunicação, mas como um conjunto de atributos (conhecimentos, valores, ideologias) que lhes permite atuar por toda a sociedade (ver capítulo VI). A fronteira profissional, para essas pessoas, continua se expandindo.

5.2.2 – Quando diferentes estatutos co-existem e se complementam

Durante nossa análise, percebemos que os entrevistados Adísia Sá, Alberto Dines e Antônio Hohlfeldt reconhecem, durante a interação, que sua vida profissional está marcada pela coexistência de vários estatutos: jornalistas-professores, jornalistas-escritores, jornalistas-professores-escritores-políticos. Embora existam hierarquias individuais que definem a forma como eles interiorizam e vivenciam tais estatutos – Dines talvez se assuma como jornalista, Hohlfeldt mais como professor e político –, não se pode afirmar que as demais atividades sejam subsidiárias ou marginais na auto-definição desses atores. De fato, mesmo que o jornalismo tenha sido o ponto de partida da carreira de alguns entrevistados, eles se sentem confortáveis em serem reconhecidos e em transitarem de um estatuto ao outro durante nossa interação.

A análise da interação com Alberto Dines merece certo cuidado, pois sua estratégia de imposição estatutária não aparece de forma clara. Na verdade, embora tenhamos situado sua estratégia de definição de si como multi-estatutária, ele na verdade oscila entre as duas estratégias no decorrer da entrevista. Trata-se, portanto, de uma situação em que a identidade transformou-se de forma visível durante a negociação envolvida no processo interativo. Por isso, nossa decisão de situá-lo, nesta seção, fundamenta-se apenas no que consideramos ser o resultado desse processo.

Em alguns momentos, Dines parece tratar jornalismo e literatura como sinônimos ou ainda definir o jornalismo como sub-categoria da literatura: “*A gente não pode ter medo dessa palavra, o texto “literário”, porque o jornalismo é uma arte literária*” (Entrevista ao autor, grifo nosso). Para embasar seu ponto de vista, ele chega a recomendar ao pesquisador a leitura de *O jornalismo como gênero literário*, de Alceu Amoroso Lima. Em outras situações, ele se coloca como jornalista, praticante do que ele chama de *jornalismo literário ou narrativo* (ver capítulo VII, 7.2.1). Afirma dar um tratamento estilístico aprofundado aos seus textos jornalísticos e também recorrer a métodos e técnicas jornalísticas na produção de biografias. Sobre *Morte no Paraíso*, por exemplo, explica que o ponto de partida usado para

reconstruir a vida do escritor austríaco Stephan Zweig foi a adoção de um procedimento jornalístico: “*Quando o Abraão Cougar entregou os arquivos para mim tinha um material fantástico, (...) mas o mais importante foi a agenda de telefones do Stephan Zweig. Eu reagi como repórter de polícia: eu quero isso (...). Aquilo foi definitivo*” (Entrevista ao autor). Em outro momento, remetendo a uma conversa que tivemos por e-mail, Dines fala da necessidade de se integrar as duas atividades (jornalismo e literatura) no cotidiano das redações:

Não adianta você ficar elaborando uma série de coisas fantásticas, enquanto jornalista, mas o seu texto ser um texto aborrecido, chato, ilegível. Você tem que trazer, já que você teve essas preocupações intelectuais, uma noção de literatura para o jornalismo. Essa ponte, eu acho muito importante (Entrevista ao autor).

Quando se posiciona como um crítico da mídia, Dines assume muito mais o olhar de jornalista do que o de sociólogo, até porque considera o *Observatório da Imprensa* uma atividade jornalística (ver capítulo VII, seção 7.2.3). Embora tenha trabalhado como professor e participe frequentemente de grupos de pesquisa, encontros, congressos, seminários, Dines também partilha da visão de outros entrevistados (Chagas e Tavares) ao adotar uma postura crítica contra a universidade, excluindo-se do meio acadêmico:

Se por um lado, eu acho que a academia é indispensável na vida de qualquer pessoa, sobretudo se você está ligado à uma atividade que exige pensamento, a universidade no Brasil, burocratizou o pensamento, ela esmaga qualquer possibilidade de você ter uma criação, até de você ter um crescimento. Eu vejo teses, dissertações, que me chegam, eu fico abismado com as simplificações, com as reduções, a coisa fica reduzida, achatada. Fico muito feliz em ver: “Que bom que eu não entrei nesse processo porque fico com a chance de, pelo menos, pensar diferente, de ver melhor” (Entrevista ao autor).

No decorrer da interação, contudo, percebemos que o entrevistado também admite que seu trabalho pode ser classificado como literatura e que ele se considera um escritor: “*Tenho uma atividade intensa jornalística, que é o Observatório da Imprensa, e a minha atividade ligada à literatura ou sei-lá-o-quê está cada vez mais absorvente*”. Ou seja, da mesma forma que Dines destaca o uso de técnicas jornalísticas para escrever *Morte no Paraíso*, comenta a sofisticação estilística utilizada na elaboração de *Vínculos de fogo*, sua segunda biografia, que deve ser considerada um trabalho literário. O primeiro capítulo, que descreve a morte do poeta judeu Antônio José da Silva, por exemplo, é uma prosa redigida com ritmo e metrificacão poética.

Na verdade, Dines assume que as convenções adquiridas em um mundo social podem ser aplicadas em outros, sem que isso lhe obrigue a assumir um estatuto hegemônico. Isso fica evidente na forma como ele define seu trabalho como biógrafo: “*A biografia me ajudou muito a encontrar esse caminho do jornalismo literário, em que eu posso ser perfeitamente qualificado como biógrafo e também qualificado como jornalista dentro do mesmo trabalho*” (Entrevista ao autor). Quando analisado do ponto de vista da identidade, percebemos como isso se reflete durante a interação, na passagem de dois estatutos que aparecem coesos e complementares:

Dos diversos Alberto Dines, o jornalista, o biógrafo, o que produz crítica da mídia, qual você se define?

A pergunta é cabível, mas a resposta não vai te atender porque eu não me divido, eu sou um todo, eu e todo o mundo.

(...)

Você vê, tudo isso são fases que vão se superpondo, em que eu pelo menos não vejo aonde está a fase do crítico do jornal, do repórter, do editorialista, do comentarista político, ou do biógrafo, ou do mero contista, tudo isso vai se concatenando. Por quê? Porque eu também percebo que eu também tenho que concatenar, eu não sou feito de gavetas separadas (Entrevista ao autor).

Essa articulação permeou nossa conversa. Dines se define como “um bom jornalista” ao falar sobre sua carreira profissional. Ao mesmo tempo, assume claramente a postura de intelectual durante a interação. Na verdade, a entrevista é pontuada por citações e referências de cunho literário, cultural e acadêmico. Em certos momentos, faz indicações de livros, passa contatos de outros pesquisadores da área e chega a nos enviar pelo correio alguns textos que considerava importantes para a pesquisa.

Talvez, por se tratar de uma entrevista com um doutorando, acreditamos que Dines tenha estabelecido – não sabemos se propositadamente – um patamar mais erudito para nossa interação, em que era possível atuar a partir do papel de um intelectual. É possível também que as sociabilidades que ele compartilha (capítulo VI), bem como a sua trajetória de vida, expliquem a forma como ele se portou nas duas entrevistas.

Ao abordarmos Adísia Sá sobre a forma como ela administra ou assume diferentes estatutos – jornalista, professora e filósofa –, obtemos uma resposta semelhante à de Dines. Ou seja, ela também admite diferentes “*mes*”, mas que se juntam numa mesma pessoa, a partir de relações de complementaridade, sem a preocupação de compartimentalizá-los durante as interações:

A senhora tem formações distintas. A filosofia, que é mais reflexiva, a de jornalismo, que é uma prática cotidiana. Como conciliar essas formações, essas atividades?

Não houve separação. Essa conversa toda é para lhe dizer: não há ruptura entre a mulher que pensa, a mulher que escreve [livros, artigos científicos e filosóficos] e a que escreve em veículo diário. Se eu tenho compromisso com a minha realidade, a realidade brasileira, a realidade em que eu estou e vejo, eu vou comentá-la, criticá-la, eu critico e escrevo dentro dela. Evidentemente que o ciclo da mensagem vai chegar ao grande público e isso eu tenho consciência de que pesa bastante (Entrevista ao autor).

No caso de Adísia, essa passagem entre dois estatutos também é freqüente nos papéis sociais, assumidos durante a entrevista. Às vezes, Adísia se portava como uma jornalista, reafirmando mitos (objetividade, imparcialidade), preconceitos (como a crítica ao academicismo nas universidades), demonstrando conhecimento sobre o meio profissional (em vários momentos fez referências a jornalistas cearenses) e sobre as rotinas de redação. Coloca-se ainda como uma ex-dirigente sindical quando trata os colegas de profissão pelo título de “companheiros”¹¹³. Ao mesmo tempo, recorre a conceitos da filosofia (“a verdade ontológica”, “preparo epistemológico”) – para tratar do jornalismo. Coloca-se constantemente como docente, pois faz referência a si pelo modo como é conhecida na cidade de Fortaleza, “professora Adísia”. Aliás, terminamos nossa conversa falando sobre um artigo teórico que ela estava preparando por ocasião do XXX Congresso da Associação Interdisciplinar de Estudos sobre Comunicação (Intercom).

Seja porque possui os atributos necessários ou porque admite transitar muito bem em diferentes espaços, observamos, durante nossa conversa com Antônio Hohlfeldt, que ele também pode ser identificado a partir de quatro estatutos profissionais distintos: jornalista (crítico de teatro), professor universitário (de Comunicação na PUC-RS), escritor (de ensaios e de literatura infanto-juvenil) e político (ex-vereador, ex-vice-governador e atual presidente da Fundação Ulysses Guimarães, ligada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB). A forma como esses estatutos são negociados por Hohlfeldt segue a mesma estratégia definida por Dines e Adísia Sá: convenções adquiridas no decorrer de suas histórias de vida que lhes permitem transitar e ser reconhecidos em diferentes espaços. É o caso da sua atividade como ensaísta e crítico de literatura: “*Acabou juntando a parte de jornalista, a parte do escritor, muito mais do ensaísta, do crítico*” (Entrevista ao autor).

¹¹³ No Brasil o termo ‘companheiro’ é utilizado por sindicalistas e membros de partidos da esquerda para designar os colegas. O título é bastante utilizado, por exemplo, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em certos momentos, o entrevistado mostra como convenções adquiridas na literatura ajudavam-no na prática jornalística: *“Minhas perguntas não eram: ‘Como é que começou?’, não eram aquelas perguntas idiotas, eu já podia questionar diretamente em cima de algumas questões do próprio trabalho do cara [entrevistado]”*. Em outros momentos, cita o uso de convenções do jornalismo dentro da prática política:

Eu tinha visto na TV Globo uma pesquisa de opinião sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que tinha sido muito ruim para o Movimento: mais de 60% era radicalmente contrário a ele. Eu estava como governador naquele dia. Tinha pensado: “De manhã vou chamar a secretária de Segurança, para a gente dar uma prensa nesse negócio”, porque nós estávamos com alguns problemas de invasão aqui (...). Quando eu chego às oito horas no Palácio [Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul], está o chefe da Casa Militar: “Governador, invadiram a Aracruz [empresa de papel e celulose]”. Eu disse: “É agora que nós vamos usar aquilo”. Usei claramente um dado jornalístico, sabendo de um clima de opinião que eu tinha e trabalhei esse clima de opinião (Entrevista ao autor).

Hohlfeldt comenta também a aplicação da experiência e das competências adquiridas na universidade em seu trabalho como jornalista e político:

O fato de estar refletindo sobre jornalismo ajuda também na hora de escrever? Sem dúvida. Ajudou na hora de escrever e ajudou na hora do governo, na hora da política. Eu procurava ter bem claro as posições, ser coerente com o que eu estava discutindo em sala de aula, de forma que isso balizasse minha ação enquanto responsável pelo governo (Entrevista ao autor).

A entrevista segue marcada por exemplos do uso de convenções ligadas a um estatuto em atividades correlatas. Hohlfeldt também articula seus estatutos pelo desempenho de papéis e por estratégias de imposição estatutária durante a interação. Ele atua como professor, indicando biografias (antes de começarmos a gravar), fazendo referências a livros nas suas respostas (*As ilusões perdidas* de Balzac, *Pena de Aluguel* de Cristina Costa). Em outros momentos, ele se assume como jornalista: quando responde a respeito do jornalista-intelectual, expressa uma definição de jornalismo identificada com o discurso de legitimação da profissão. Em certas passagens, se coloca claramente como político (um discurso, por exemplo, sobre “suas realizações como vice-governador do Rio Grande do Sul”). Assim, podemos afirmar que a situação multi-estatutária de Hohlfeldt não lhe causa desconforto, nem lhe impõem problemas de gestão da sua identidade.

5.3 – Mudanças nas carreiras profissionais e a construção da identidade

Para assumir um ou vários estatutos, os atores sociais precisam organizá-los de forma a adquirirem uma coerência lógica em suas vidas – o risco, caso não o façam, é o de incorrer em um sentimento de desperdício, de abandono de si (Strauss, 1992). No caso dos entrevistados, além das estratégias de adoção de um estatuto hegemônico ou da assunção de complementaridades entre as convenções que marcam as diferentes atividades, observamos que vários preferiram se situarem recorrendo à descrição das suas carreiras profissionais. Essa tática observada, aliás, é bastante condizente no contexto de uma pesquisa centrada em histórias de vida, pois permite aos entrevistados remeterem sua construção identitária a uma dimensão temporal (Strauss, 1992).

As carreiras profissionais remetem a mecanismos estruturais que permitem prever e colocar em andamento o desenvolvimento de uma trajetória dentro de uma instituição ou mundo social, de forma que a identidade possa ser preservada e reforçada. Elas remetem a mudanças de estatuto, vistas como normais para os praticantes de uma profissão. Se tomarmos a carreira de jornalista, por exemplo, podemos afirmar que, em geral, ela se inicia com a de repórter, passa para os cargos intermediários de chefia (chefe de reportagem, de sucursal, subeditor), segue para o estatuto de editor, redator chefe e termina com a direção de redação. Ou ainda que pode levar à atuação em gêneros opinativos como colunista, editorialista e cronista.

Mudanças institucionais implicam no enfraquecimento dos laços entre o indivíduo e a sua profissão, levando a rupturas na forma como ele conduz a sua carreira. Nesse caso, transformações nas práticas jornalísticas podem marginalizar certas carreiras ou levar alguns indivíduos a construir vias alternativas de consagração na profissão. Essa dimensão estrutural não é inquestionável, pois independente do grau de institucionalização de uma carreira. Além disso, existe sempre a percepção subjetiva de uma trajetória, expressa durante as interações por meio de sentimentos de continuidade, evolução, estagnação e ruptura (Strauss, 1992). Por isso, antes de serem analisadas dentro de uma dimensão estrutural (Capítulo VIII), as carreiras também devem ser observadas pelo seu caráter individual, na forma como os entrevistados organizam as suas trajetórias.

Apesar de certas similitudes do ponto de vista dos processos de negociação estatutária e mesmo do partilhamento de características geracionais entre os entrevistados, percebemos como o processo de auto-definição deriva de histórias pessoais distintas. Para sistematizarmos essas histórias a partir do ponto de vista subjetivo dos jornalistas-

intelectuais, a respeito das suas carreiras profissionais, adotaremos o procedimento de classificá-las. Utilizaremos como critério o número carreiras profissionais e os sentimentos de continuidade na(s) sua(s) carreira(s) profissional(s), ou de rupturas e descontinuidades partilhados pelos atores ao narrarem suas trajetórias (ver Quadro 08):

Entrevistado	Carreiras adotadas	Carreiras estáveis?	Rupturas?
Adísia Sá	Jornalista, sindicalista, professora de filosofia e de comunicação.	Sim	Não
Alberto Dines	Jornalista, escritor e crítico da mídia/professor.	Sim (como crítico da mídia)	Sim (como jornalista e escritor)
Antônio Hohlfeldt	Jornalista, professor, escritor e político.	Sim	Não
Carlos Chagas	Jornalista, escritor e professor.	Sim	Não
Carlos Heitor Cony	Jornalista e escritor.	Sim (como jornalista)	Sim (como escritor)
Flávio Tavares	Jornalista, professor e militante político.	Não	Sim
Juremir Machado da Silva	Jornalista e professor**	Não	Sim
Mino Carta	Jornalista, escritor e pintor.	Sim	Não
Raimundo Pereira	Jornalista da imprensa das grandes empresas e jornalista da imprensa popular.	Não	Sim
Zuenir Ventura	Jornalista e escritor***	Sim (como jornalista)	Sim (como escritor)

Quadro 08: Percepção subjetiva das carreiras profissionais

* A carreira de Carlos Heitor Cony como pintor não foi mencionada na entrevista.

** A carreira de Juremir Machado da Silva como escritor não foi mencionada na entrevista.

*** A carreira de Zuenir Ventura como professor não foi mencionada na entrevista.

5.3.1 – Estabilidade nas carreiras e nos estatutos

Tendo como base essa tipologia, trabalharemos o primeiro grupo de entrevistados, no qual todas as carreiras profissionais adotadas se desenvolveram, segundo eles, naturalmente, dentro do esquema convencional do mundo dos jornalistas, sem a ocorrência de rupturas ou da criação a vias alternativas de ascensão profissional. São eles: Adísia Sá, Antônio Hohlfeldt, Carlos Chagas e Mino Carta. Admite-se a existência de mudanças estatutárias, previstas na própria carreira, e também de processos de aquisição e acúmulo de diferentes estatutos. Contudo, ao remeterem a essas situações, os entrevistados evitam falar em transformações do ponto de vista identitário.

Adísia Sá graduou-se em Filosofia pura pela Universidade Católica do Ceará em 1954. Trabalhou como docente na área pela Universidade Estadual do Ceará até se

aposentar. Um ano após ter adquirido o diploma de filósofa, ingressou no jornalismo como repórter de polícia e seguiu carreira na profissão (reportagem política, comentários no rádio, direção de rádio, *ombudsman*), além de atuar nas entidades sindicais da imprensa. Em 1965, ela se articulou com colegas para criar o Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. Tornou-se, em decorrência, professora de Comunicação e seguiu carreira na área – publicou livros, defendeu uma tese em livre docência, que lhe garantiu o cargo de professora titular – até se aposentar. Para Adísia, a adoção de diferentes carreiras em nenhum momento pode ser vista como um “desvio” na sua trajetória. A formação em Filosofia garantiu os atributos para o estatuto de professora. A integração entre prática profissional, militância sindical, reflexão teórica e docência em jornalismo lhe parece natural do ponto de vista lógico (ver seção anterior) e também é uma característica da trajetória de outras pessoas de sua geração:

Muitos daqueles jovens se tornaram conhecidos e participaram das universidades. Hoje eles ainda participam. O [Gilberto] Dimenstein participa da universidade e tantos outros jovens, cujo nome não me vêm à memória, mas os tenho todos na lembrança. Eram dois grupos aparentemente separados, mas que se juntavam. O Antônio Firmo de Oliveira Gonzáles, por exemplo, do Rio Grande do Sul, era dirigente sindical, militante de puxar tapete, de brigar, ao mesmo tempo foi para os cursos de jornalismo (Entrevista ao autor).

Formado em Letras e com um curso incompleto em Jornalismo, Antônio Hohlfeldt ingressou na profissão como colaborador de jornal. Tornou-se repórter de cultura e crítico, atividade que exerce até hoje. Em 1976, foi convidado para dar aulas na Universidade Vale dos Sinos (Unisinos) e em 1982 ingressou na PUC-RS, seguindo carreira acadêmica (cursou mestrado, doutorado, ingressou em um programa de pós-graduação etc.). Em 1977, iniciou sua trajetória como escritor, com a publicação de um ensaio. Um ano depois, tornou-se autor de literatura infanto-juvenil. No final da década de 1970, ingressou no Partido dos Trabalhadores e, em 1982, foi eleito vereador e passou a exercer cargos eletivos até 2006. Para Hohlfeldt, o ingresso nessas diferentes carreiras seguiu uma ordem lógica do ponto de vista da complementaridade desses estatutos: *“Brincando um pouco, eu digo que o jornalista é aquele cara que sempre fala mal de alguma coisa; o professor é aquele cara que sempre tem solução para alguma coisa; e o político é o que tem que resolver o problema. Eu acho que a seqüência foi essa”* (Entrevista ao autor). Ele faz questão de explicar que em nenhum momento interrompeu suas atividades no jornalismo e na universidade, reificando

um sentimento de continuidade em suas carreiras. Durante a narrativa, percebemos ainda como amizades e competências adquiridas no jornalismo lhe permitiram acumular tais estatutos sem necessidade de grandes rupturas em termos de identidade:

Meu primeiro livro é de 1977. É um livro sobre dramaturgia do Rio Grande do Sul, que foi um livro encomendado pela área cultural da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (...). Uma antologia em dois volumes em que eu reunia conto, romance, poesia e crônica daqueles escritores que estavam naquele momento e tudo. Mas sempre o meu contato qual era? O jornal. Eu, Antônio Hohlfeldt estava aparecendo no jornal, o Correio do Povo tinha um peso naquela época fantástico.

(...)

E como se dá esse contato com as editoras?

Na verdade, eu fazia os comentários de literatura no ‘Caderno de Sábado’, ensaios mais longos e, em algum momento, me chamou a atenção de que começa um movimento diferenciado de literatura infantil (...). Eu passei a ter contato com esses caras, recebia o livro, comentava. (...) Passei a ir aos congressos pela área de letras – você vê que o casamento [entre duas formações, em jornalismo e letras] era bom por causa disso –, passei a conhecer as editoras (...). Outros contatos, através das entrevistas, dos congressos, dessas viagens.

(...)

Surgiu o convite da Unisinos para eu dar aulas no jornalismo. O coordenador do curso era o Antoninho González, meu colega de Caldas Júnior – ele era da Folha da Tarde, eu era do Correio do Povo (...). Na Unisinos eu fiquei de 1976 a 1982, de lá eu vim para cá, para a PUC (...). O Sérgio Caparelli era professor aqui na PUC, na mesma área que eu, fez concurso para a UFRGS, abriu a vaga e me chamou para vir. Colega meu da Caldas Júnior, o Sérgio Caparelli trabalhava na Folha da Manhã.

(...)

Na Unisinos, como professor, eu participei da criação da associação de docentes. No jornalismo, eu entrei no sindicato (...). Dessa experiência, eu acabei entrando para a política (...). A Caldas Júnior tinha a mania de dar a impressão dos santinhos usados na campanha política de presente para a gente que trabalhava no jornal. Então, a minha campanha, na verdade, foi santinho no Correio do Povo e na Folha, algum debate que me convidaram – porque me conheciam enquanto jornalista mais (Entrevista ao autor).

No caso de Carlos Chagas e Mino Carta, o sentimento de continuidade na carreira é ainda mais evidente, pois o estatuto de jornalista aparece como hegemônico. Ao falar sobre o ingresso no jornalismo em 1958, Chagas afirma que “seguiu a escala normal da profissão”: reportagem geral, reportagem política, chefia de sucursal, apresentação e direção de TV e produção de comentários. As incursões em outros espaços – assessoria de imprensa do presidente Costa e Silva (1969), publicação de livros e o ingresso como professor na

Universidade de Brasília – não são consideradas por ele como rupturas profundas na sua carreira profissional, pois remetem a estatutos de certa forma ligados à sua identidade de jornalista.

Para Mino Carta, o trabalho como escritor e pintor seguiram paralelamente à carreira jornalística sem interferirem no desenvolvimento desta. No jornalismo, ele ocupa, desde a entrada em *Veja*, cargos de direção em veículos impressos (revistas e jornais). Isso lhe permitiu construir a sua carreira reafirmando a idéia de que seria possível produzir um jornalismo independente. Quando perguntamos, por exemplo, se o seu status como diretor da *Carta Capital* representaria a primeira vez que ele poderia desenvolver um jornalismo crítico, sem estar aos dos proprietários das empresas de comunicação, Mino Carta negou a existência de rupturas na sua carreira. Segundo ele, mesmo quando estava submetido a patrões, sempre adotou uma mesma postura política por meio do jornalismo: “*Eu sempre estive de um lado, já em Veja*” e que “*A Isto é estava do lado que hoje é ocupado por Carta Capital. O Jornal da República estava do lado que hoje é ocupado por Carta Capital. A revista Senhor, que depois eu dirigi na Editora Três estava do lado de Carta Capital. A nova Isto é, enquanto estive nas minhas mãos até agosto de 1993, estava do lado em que está hoje Carta Capital. Eu sempre estive do mesmo lado, ou seja, a favor do país e contra a minoria*” (Entrevista ao autor).

5.3.2 – Carreiras alternativas, estatutos que se transformam

O segundo grupo de entrevistados reúne os atores cuja carreira profissional hegemônica sofreu uma ou mais rupturas que implicaram em construção de vias alternativas de consagração profissional, condicionando o modo como seu estatuto se desenvolveu no mundo social. Analisaremos aqui os casos de Flávio Tavares, Juremir Machado da Silva e Raimundo Pereira.

Quando inicia a sua carreira jornalística na *Última Hora*, em 1959, Flávio Tavares seguiu a trajetória normal de ascensão na profissão (repórter de política, repórter de política e colunista político). Além disso, o ingresso na vida acadêmica em 1963, com o convite para ser professor na Universidade de Brasília não representou, na época, uma mudança na sua trajetória jornalística, mas um estatuto secundário, um emprego complementar.

As grandes transformações na carreira de Flávio Tavares foram provocadas por mudanças na ordem institucional, decorridas do golpe de 1964. O regime militar afeta diretamente sua trajetória acadêmica. O projeto que ele desenvolveu com Frei Mateus, vice-reitor da UnB, para criar uma Faculdade de Teologia dedicada à pesquisa dos “novos deuses

da sociedade de consumo” foi interrompido pelo golpe: “*Eles acharam que aquela Faculdade de Teologia era coisa de comunista*”. Por convite do jornalista e professor Pompeu de Souza, passou a lecionar no curso de jornalismo da Universidade, mas foi demitido em 1965. Mais tarde, com a anistia, Tavares não conseguiu retornar efetivamente à UnB.

Os efeitos do golpe, contudo, foram ainda mais profundos na carreira profissional de Flávio Tavares porque interromperam suas possibilidades de exercício da militância política. Embora ele busque deixar claro que suas visões políticas não interferiram na independência como jornalista, também admite que o seu projeto de vida ia além da atividade na imprensa: “*No fundo eu queria me dedicar à política, toda a minha geração se preparou para a política*”. É impossível determinar como seria sua trajetória se a ditadura não houvesse sido instaurada, mas percebemos como tal fato implicou em um sentimento de estagnação, de abandono de si, algo que ele atesta em um trecho do livro *Memórias do esquecimento* (Tavares, 1999:165):

[Em 1964 tenho a sensação de me sentir] *um velho despedaçado, massacrado pelo peso de ser obrigado a calar-se e pela sensação de começar a viver entre muros, observado, vigiado, fiscalizado. E, portanto, mandado. O isolamento de Brasília (e da função de ser colunista político quando a política concreta começava a não existir) talvez agravasse ainda mais essa sensação de não-ter feito nada, de ter-se tornado inútil.*

O que se segue a partir daí é uma sucessão de rupturas dentro da sua trajetória no jornalismo. Após o golpe, Flávio Tavares ingressou em um movimento clandestino de resistência à ditadura. Seria uma forma radical de abrir um caminho na política, pois os espaços de atuação como jornalista se encontravam fechados. Por outro lado, ele foi obrigado a recorrer a mecanismos subjetivos de separação estatutária para conseguir gerir sua identidade:

Eu separava muito bem, quase numa relação de dupla personalidade. Do meio-dia às oito da noite, eu era o jornalista que ia ao Palácio do Planalto em plena ditadura, que convivia com o pessoal do partido que apoiava a ditadura (...) Depois disso, eu saía do jornal, tirava meu paletó e gravata, punha uma camisa esporte e ia conspirar nos arredores de Brasília (Entrevista ao autor).

Essa situação se agravou progressivamente com a primeira prisão em 1967 (“por engano”, porque não se tratava exatamente do movimento do qual ele participava); sua

liberação após *habeas corpus*; o pedido de demissão da *Última Hora*; em seguida a participação em uma ação para libertar nove marinheiros presos após um levante. Por este último motivo, Tavares voltou à prisão em 1969 e foi submetido a maus tratos e tortura. Sua libertação no mesmo ano¹¹⁴ resultou na retomada da carreira ainda no exílio, escrevendo para os jornais *Excelsior*, do México, e *Estado de São Paulo*, como correspondente. Mais tarde, com a anistia, ele passou a trabalhar como editorialista do *Estadão* e depois correspondente da *Folha de São Paulo* na Argentina. A elaboração de *Memórias do Esquecimento*, em que relata toda essa trajetória, é uma forma de encerrar definitivamente esta fase, por meio do que Tavares chama de “catarse pessoal”. Ela marca também o início da sua carreira como escritor.

O interessante no caso de Flávio Tavares é o fato de que, embora seu estatuto se apresente de forma coesa durante a interação – jornalista acima de tudo –, a sua trajetória pessoal aponta para um conjunto de rupturas que afetam, do ponto de vista subjetivo, a forma de tratar o jornalismo (como uma atividade que vai além do simples relato dos fatos). Do ponto de vista social, ela infere em sua reputação no mundo social – como um dos grandes nomes da resistência à ditadura – o que lhe garante uma legitimidade que ultrapassa o âmbito das carreiras institucionais no jornalismo (ver capítulo VI).

Embora menos radical, a trajetória intelectual de Juremir Machado da Silva também é marcada por rupturas. O entrevistado sempre manteve o interesse acadêmico (cursou História e Jornalismo; fez um mestrado em Antropologia, mas foi reprovado durante a defesa). Em um primeiro momento da sua vida ele investiu na carreira jornalística. O relativo sucesso na área (repórter esportivo, repórter de cultura, correspondente na Europa e editor internacional, todos pelo *Zero Hora*) explica inclusive a falta de interesse na carreira docente, mesmo após a aquisição dos atributos institucionais necessários:

Quando eu terminei o doutorado na França, em 95, voltei para Porto Alegre. Curiosamente, eu voltei determinado a não seguir a vida acadêmica (...). Eu já estava bem no jornalismo, estava ganhando um bom dinheiro, tinha vindo para ter uma função de editor de internacional, a carreira jornalística estava deslançando bem, eu tinha página no jornal (...). Era muito legal fazer aquilo. Eu pensava assim: “Bom, não vou ficar acumulando as coisas (Entrevista ao autor).

¹¹⁴ Tavares foi um dos 15 presos políticos trocados pelo embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, seqüestrado no dia 04 de setembro de 1969 por militantes de duas organizações de esquerda que pretendiam derrubar ditadura a partir da luta armada, a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Tavares, junto com os demais, foram enviados para o México e receberam o status de “banidos” pelo regime militar, o que só mudou com a decretação da Anistia, em 1979.

Logo em seguida, Juremir se envolve numa polêmica com o escritor e cronista Luiz Fernando Veríssimo, que resultou na sua demissão do *Zero Hora*. Trabalhou por um curto período na *Revista Isto é* em São Paulo, mas decidiu retornar a Porto Alegre e ingressar na universidade. Nesse período, durante um pós-doutoramento realizado na França, Juremir ainda colaborou com a *Folha de São Paulo*. Em 1999, decidiu abandonar definitivamente o jornalismo:

Quando voltei em 99 para o Rio Grande do Sul, eu já estava realmente envolvido com outras coisas: traduções, escrever romances. Já tinha pegado definitivamente o gosto pela vida universitária e, para mim, o jornalismo, tinha sido deixado para trás (...). Porque nos primeiros tempos, eu ainda tinha a famosa nostalgia da redação, saudades da redação, acabava achando que a verdadeira vida estava lá. Mas em 99 isso tinha passado completamente, eu já não tinha a menor vontade de ser repórter, passar o dia na redação, entrevistar os caras. Eu disse: “A vida está boa aqui na Universidade. Eu vou ficar por aqui mesmo” (Entrevista ao autor).

Um terceiro momento da sua carreira profissional é marcado justamente pelo progressivo retorno à imprensa. Em 2000 aceitou o convite para publicar uma crônica semanal no jornal *Correio do Povo*. A partir daí, sua colaboração na mídia aumentou progressivamente. Em agosto de 2006, quando o entrevistamos, ele publicava diariamente uma coluna nesse jornal, além de comentários para a *Rádio Guaíba* e para a *Rede Record*. Juremir admite a volta ao jornalismo, embora, segundo ele, isso tenha ocorrido dentro de bases estatutárias distintas:

Claro, aí é só opinião, eu continuo professor (...). Hoje, a única redação que eu vou é a redação da televisão, porque não tem jeito, tem que ir lá. Então, de alguma forma, eu me reencontrei com o jornalismo, mas nessas condições (...). Eu sou o professor que vai à mídia, que escreve crônicas, que opina, que tem uma legitimação diferente.

O senhor acha que essa passagem do estatuto do repórter para o estatuto de comentarista foi por causa da legitimidade na universidade?

Eu acho que ajuda, que eles me respeitam mais na medida em que me vêem – mesmo que seja só no imaginário deles – com um lastro diferente (Entrevista ao autor).

Raimundo Pereira é outro entrevistado cuja trajetória é marcada por rupturas. Na imprensa tradicional desde 1965, Raimundo Pereira iniciou sua carreira trabalhando como editor em revistas especializadas e mais tarde no jornal *Folha da Tarde*. Seu primeiro grande momento no jornalismo foi em 1968, quando ingressou na revista *Veja*:

Em Veja eu tive minha trajetória no período em que a revista se consolidou e me tornei o editor de política da revista. Justamente a equipe, sob a direção do Mino Carta, que ajudou a achar o “rumo” da revista (...). Essa equipe de política fez a cobertura da incapacitação e depois a morte do presidente, o General Costa e Silva. Fui o editor desta equipe porque nós tínhamos feito uma cobertura de muito sucesso no grande evento anterior mundial, que tinha sido a chegada do homem à lua (Entrevista ao autor).

Pouco depois, Raimundo deixou *Veja* e passou a colaborar para outras publicações da Editora Abril, coordenando, inclusive, a produção de duas edições da revista *Realidade* sobre as cidades brasileiras e sobre a Amazônia que ficaram famosas (ver também capítulo VII, seção 7.2.1). Em 1972, a falta de perspectivas de atuação política por causa do regime militar; as dificuldades de se produzir um jornalismo militante, devido à censura e à estrutura das empresas de comunicação no Brasil; e, finalmente, a ausência de oportunidades na sua carreira (para alguém que atingira o topo muito cedo) explicam, na visão de Raimundo, a necessidade de construir novas vias de atuação como jornalista: “*É um momento crítico; para mim ele marca um ponto de inflexão: chegou no topo e aí você vê aquela estrada. Hoje é uma descida, você não está vendo onde ela vai parar*” (apud Kucinsky, 2003: 303).

A partir daí, Raimundo passou a dirigir empresas e periódicos ligados à imprensa popular ou alternativa (*Opinião, Movimento e Retratos do Brasil*). Na década de 80, voltou a colaborar com a imprensa tradicional, inclusive com a revista *Veja*. Em 1997 fundou a *Oficina de Informações* e passou a alternar produções independentes feitas no âmbito da sua empresa e colaborações com periódicos, como a *Carta Capital*.

O interessante no caso de Raimundo Pereira está no fato de que ele admite a existência de uma ruptura que implica na aquisição de uma segunda carreira profissional dentro do jornalismo, paralela à sua atuação na mídia tradicional. Ao narrar sua história durante nossa entrevista, Raimundo deixa bem claro essa divisão. Primeiro, ele conta todas as atuações que ele teve no âmbito da grande imprensa, saltando os períodos em que trabalhou na imprensa alternativa. Ao terminar essa parte, retorna completando as lacunas deixadas na narrativa com a sua carreira na imprensa popular. Existe, portanto, uma mudança do ponto de vista da carreira profissional, mas que não é suficientemente radical e que lhe permite transitar entre os dois papéis sociais quando necessário. Podemos, aliás, ilustrar esse duplo pertencimento com trecho de outro depoimento concedida por Raimundo Pereira (apud Gonçalves & Veloso, 2007: 01) na qual ele explicita sua posição: “*Me considero representante desse tipo de imprensa [alternativa ou popular]. Mas também não aceito que me excluam do campo dos*

jornalistas de um modo geral, porque tenho um passado e, se precisar, volto a trabalhar para as grandes empresas. Também me considero um jornalista da grande imprensa, onde fiz carreira e ajudei muito. Dei a minha mais-valia para eles”.

5.3.3 – Trajetórias híbridas: estabilidade e mudança nas carreiras profissionais

Os entrevistados Alberto Dines, Carlos Heitor Cony e Zuenir Ventura constituem casos em que a atuação sob diferentes estatutos deu origem, concomitantemente, a carreiras estáveis e a outras marcadas por rupturas e por transformações identitárias.

O caso de Alberto Dines é bem revelador desse procedimento. Em 1962, oito anos após o ingresso no jornalismo, ele ocupou a direção do *Jornal do Brasil*, o periódico de maior prestígio na época. Sua carreira dentro da mídia impressa segue até os anos 1980, com passagens pelo *JB* (1962-1973), *Folha de São Paulo* (1975-1980) e colaborações para *O Pasquim* e para a Editora Abril. A partir daí, Dines se envolveu com a produção de biografias e, já na década de 90, passou a dirigir um projeto de *media watching*, o *Observatório da Imprensa*.

A percepção inicial sobre sua carreira é a de que teria havido uma ruptura do ponto de vista identitário, com um progressivo afastamento da atividade jornalística a partir da década de 1980 e da adoção de uma carreira intelectual como escritor e crítico da mídia. Nossa análise mostra que esse processo é ainda mais complexo. O entrevistado admite que sua carreira, de certa forma, tomou rumos diferentes do que se espera de um jornalista, contudo, ele não partilha da idéia de uma mudança do ponto de vista estatutário.

Dines explica que, desde sua juventude, sempre manteve interesses por assuntos culturais e literários: *“Eu parei de estudar. Estava envolvido com aqueles movimentos sionistas socialistas, em que a gente tinha que romper com a burguesia, o diploma era um sinal de burguesia (...). Eu estava errado, mas nada acontece por acaso”* (Entrevista ao autor). Isso se refletiu numa trajetória em que sempre buscou fazer um jornalismo mais denso, bem trabalhado, *“que equilibre a sua periodicidade, o seu caráter efêmero”*. Preocupação que, segundo ele, surgiu ainda em 1956, período em que ele trabalhou como diretor da revista *Manchete*:

Um dia veio ao Brasil um grande jornalista israelense, redator-chefe de talvez o maior diário de Israel, na ocasião, um jornal trabalhista, que se chamava Davara, ‘A palavra’ (...). Depois ele se transformou no presidente de Israel, [Shneur] Zalman Shazar. Ele veio visitar a Manchete (...). Mostrei a revista a

ele e ele me fez uma pergunta que nunca esqueci: “E onde está a beletrística?”. Quer dizer, onde estão as belas letras? Onde estão os grandes textos? (...) Beletrística hoje é uma palavra quase desconhecida e até desprezada, naquela época talvez até mais (...). Mas eu nunca esqueci isso (Entrevista ao autor).

Durante nossa conversa, Dines citou uma série de inovações intelectuais, produzidas durante o período em que dirigiu o *Jornal do Brasil*, como a criação da editoria de pesquisa; dos ‘Cadernos de Jornalismo’, considerado a primeira publicação regular de crítica dos meios de comunicação do Brasil; do ‘Caderno Especial’, precursor dos cadernos de ensaios como o ‘Mais!’, da *Folha de São Paulo*. “*O que eu podia botar de beletrística, eu botei lá. Um jornal denso, um jornal bem escrito, um jornal com remissões históricas, com um departamento de pesquisa... Ali o Zalman Shazar estava presente, ele teria gostado*” (Entrevista ao autor).

Mais tarde, ao ingressar como colunista da *Folha de São Paulo*, Alberto Dines teria dado continuidade ao seu interesse por um jornalismo mais literário nos artigos que publicava no jornal: “*Eu realmente queria escrever com sonoridades mais literárias (...). E quando eu fiquei com essa tarefa inédita de ter que escrever um artigo diário, procurei dar esse tom. E tenho certeza que consegui (...). Eu lia, escrevia, lia, reescrevia, para criar uma coisa sonora, ritmada, com força*” (Entrevista ao autor). O que teria acontecido também, segundo ele, nos textos de crítica da mídia que escreveu para o *Observatório da Imprensa*, entre 1990- 2000: “*Eu faço um comentário no meu programa de televisão: um editorialzinho, que é um minuto (...). Eu levo uma hora fazendo porque eu tenho que pensar como é que vou dizer isso, se é compreensível. Por outro lado, tenho de fazer com que ele tenha certa forma literária, mesmo falando, mesmo lendo*” (Entrevista ao autor). Nesse caso, haveria uma continuidade na sua carreira profissional, partindo da idéia de que, para ele, o jornalismo deve ser praticado com profundidade e com uma preocupação estilística análoga à literatura.

Dines explica que o trabalho de crítica da mídia feito no âmbito *Observatório da Imprensa* teria sido um desenvolvimento natural da sua trajetória no jornalismo. Nesse caso, podemos fazer uma espécie de genealogia da sua trajetória de crítico iniciada em 1965 com os ‘Cadernos de Jornalismo’, passando pela sua experiência como professor de Jornalismo Comparado pela PUC-RJ (“*Foi uma experiência muito boa porque serviu para eu, de certa forma, sistematizar a minha experiência*” – Entrevista ao autor); pela redação do livro *O Papel do Jornal* editado em 1973; pela coluna ‘O Jornal dos Jornais’, publicada durante o

tempo em que trabalhou na *Folha de São Paulo* e culminando com o trabalho do *Observatório da Imprensa*¹¹⁵.

Mesmo que essa preocupação literária e crítica no jornalismo tenham acompanhado sua carreira profissional, a aquisição do estatuto de escritor e o ingresso na carreira literária dependeu de uma mudança mais brusca na sua trajetória. Dines explica que, durante a época em que trabalhava em jornal, chegou a redigir e publicar livros de contos, mas de forma secundária: “*Eu chamo isso de literatura de fundo de gaveta, literatura da madrugada*”. Por ocasião da produção de *Morte no Paraíso*, essa situação mudou. Após a saída da *Folha de São Paulo*, Dines encontrou as portas fechadas no meio jornalístico. O trabalho de crítica da mídia realizado na coluna ‘Jornal dos Jornais’ colocou seu nome numa espécie de “lista negra” da profissão. Isso o levou a construir uma nova via de atuação profissional pela literatura:

Quando o senhor falou sobre o *Morte no Paraíso*, a impressão que tive era de que tinha finalmente tido a oportunidade de sentar e escrever.
Exatamente. Eu acho que eu digo isso em algum lugar. Pela primeira vez eu fiz literatura à luz do dia.

Então não houve uma ruptura?
*Houve uma ruptura porque eu estava desempregado, eu tinha sido demitido da Folha. Tinha havido uma ruptura (...). Com o *Morte no Paraíso*, eu assumi como tarefa, de nove da manhã às seis, sete da tarde, fazer literatura à luz do dia. E, de repente, eu descubro a grande convergência, o grande paralelismo entre jornalismo e biografia. Biografia é bom jornalismo, nada mais do que isso (Entrevista ao autor).*

A trajetória de Carlos Heitor Cony também é marcada pela atuação simultânea em duas carreiras profissionais: jornalista e escritor. Como jornalista, sua carreira segue sem grandes rupturas. Ele ingressou em 1952 no *Jornal do Brasil*, em 1961 entrou para o *Correio do Povo*, onde trabalhou como redator, cronista, editorialista e editor, até ser demitido em 1965. Um evento ligado à sua carreira literária, a publicação em 1967 do romance *Pessach* resultou, devido à ação de intelectuais de esquerda, em um impedimento temporário de suas colaborações no jornalismo (ver capítulo seguinte). Contudo, é difícil falar em uma mudança radical, porque a atividade jornalística aparece como secundário para Cony. Além disso, já na década de 1970, depois de um auto-exílio de cinco anos, Cony foi convidado por Adolfo Bloch para dividir sua atuação entre a *TV Manchete* e a direção e edição de revistas do

¹¹⁵ Em entrevista Grizzo Filho e Schor (2007, 02), Dines afirma que o *Observatório da Imprensa* teria sido o “ápice” do seu trabalho.

grupo, além de crônicas, artigos e reportagens, retomando sua colaboração na mídia: “foi quando eu fui jornalista realmente” (Entrevista ao autor). Em 1993, passou a redigir oito crônicas semanais para a *Folha de São Paulo*. Em 2006, por problemas de saúde, reduziu para quatro textos semanais.

É interessante observar que, apesar de colocar o jornalismo em uma posição secundária nas suas estratégias de negociação de identidade, ele assume a realização de uma carreira autônoma nessa atividade. Cony nega, por exemplo, que no decorrer de sua trajetória no jornalismo tenha se aproveitado da reputação como escritor e afirma que o público das suas crônicas e o dos seus romances diferem. Para ele, a carreira literária se desenvolve de forma independente do jornalismo. Seu primeiro romance, *O Ventre*, é escrito em 1955, publicado em 1958. Em 1972, Cony escreve *Pilatos*, romance que ele considera sua obra-prima. A partir daí, mesmo sem abandonar o estatuto de escritor, Cony rompe com a literatura:

Depois do Pilatos, eu passei 23 anos sem escrever [literatura]. Achei que não tinha mais nada para escrever. Eu tinha 44 anos, 67 era uma idade lógica para morrer. Mas não morri [risos]. Foi o que aconteceu com Thomas Mann. Ele dizia: “Sobrevivi à minha obra”. Ele escreveu o Dr. Fausto e continuava vivo, famoso e todo mundo atrás dele (...). Esse é o problema de você viver mais do que a obra.

Em 1995 Cony publica *Quase memória*, livro que hesitou em considerar um romance. A partir daí, continua a redigir romances e novelas, o que assina um retorno definitivo à atividade de escritor.

No caso de Carlos Heitor Cony, a existência de uma ruptura na carreira profissional – o tempo em que ele parou de escrever –, causado por um evidente sentimento de estagnação – de que ele não escreveria nada melhor do que *Pilatos* – não implicou no abandono do estatuto de escritor em detrimento ao de jornalista. A literatura é vista por ele como predominante, apesar de, inclusive, ter passado mais tempo colaborando na imprensa do que redigindo livros.

Como jornalista, Zuenir Ventura também seguiu uma trajetória bastante comum na profissão. Do arquivo da *Tribuna da Imprensa*, passou a repórter de cultura e ascendeu na escala profissional até os cargos intermediários de chefia (subeditor e chefe de sucursal). Atualmente, é cronista de *O Globo*. A ruptura vem justamente a partir da produção do romance-reportagem *1968: o ano que não terminou*. “Como o livro teve essa boa aceitação junto ao mercado, ao público, eu, logo em seguida, tive proposta de fazer outro, fazer outro

e não pude mais me livrar dessa outra tarefa de escritor”. No seu caso, a produção literária não implicou no abandono do estatuto de jornalista (que ele considera hegemônico), nem em uma mudança em termos de carreira profissional, mas na administração simultânea das duas atividades.

5.4 – As negociações de estatuto e os “jornalistas-intelectuais”

Finalizaremos este capítulo buscando articular, de forma mais conclusiva, as relações entre o processo de negociação dos estatutos e de organização das carreiras profissionais com as visões de mundo expressas pelos entrevistados em torno das categorias de jornalista e intelectual (ver capítulo IV). O objetivo é interpretar como as negociações em torno das identidades e dos estatutos adquiridos (Quem sou eu? Como cheguei a essa situação?) são reveladoras de estratégias ou trajetórias que conduzem a um possível título de jornalista-intelectual. Nesse sentido, podemos sistematizar as respostas dos entrevistados dentro do esquema proposto pelo Quadro 07:

Entrevistado	Relação entre jornalista e o intelectual (I*, II** ou III***)	Estatutos apresentados / negociados	Isso implicou em rupturas na carreira profissional?
Adísia Sá	II	Jornalista e professora	Não
Alberto Dines	II	Jornalista e escritor	Sim
Antônio Hohlfeldt	II	Jornalista, professor, escritor e político	Não
Carlos Chagas	n.r.	Jornalista	Não
Carlos Heitor Cony	III	Escritor	Sim
Flávio Tavares	I	Jornalista	Sim
Juremir Machado da Silva	II	Professor e escritor	Sim
Mino Carta	I	Jornalista	Não
Raimundo Pereira	II	Jornalista	Sim
Zuenir Ventura	I	Jornalista	Sim

Quadro 09: As relações entre as definições de jornalista-intelectual e a forma como os entrevistados associam seus estatutos / organizam suas carreiras profissionais.

*O jornalista integra naturalmente (por função ou estatuto) a categoria de intelectuais – todos os jornalistas são intelectuais

** Alguns jornalistas podem vir a ser intelectuais, desde que realizem certas mudanças nas suas práticas.

*** Os jornalistas não são intelectuais, o título é adquirido por meio de um outro estatuto/papel social.

A partir dessas informações podemos classificar nossos entrevistados em três grupos distintos:

I) Os entrevistados que partilham da idéia de que todo jornalista integra naturalmente (por função ou estatuto) a categoria de intelectuais (Flávio Tavares, Mino Carta e Zuenir

Ventura), se definem através de um estatuto hegemônico de jornalista, colocando em segundo plano as intervenções em outros domínios no processo de construção de suas identidades. Isso significa dizer que, para esses atores, a consolidação de suas identidades enquanto jornalistas-intelectuais não implica em mudança ou em aquisição de um novo estatuto, embora possam admitir rupturas ou a construção de vias alternativas nas suas carreiras profissionais (casos de Flávio Tavares e Zuenir Ventura).

II) Dentre os entrevistados que acreditam que alguns jornalistas podem vir a ser intelectuais, a atribuição de um título de jornalista-intelectual passa pela aquisição de novos estatutos complementares ao de jornalismo (Alberto Dines, Antônio Hohlfeldt e Adísia Sá) que remetam a categorias tradicionalmente ligadas à atividade intelectual: escritor, professor, filósofo.

Ou ainda pode ser adquirido por meio de mudanças mais profundas do ponto de vista das carreiras profissionais que impliquem em um novo estatuto capaz de garantir os atributos e a legitimidade social necessários ao desempenho do papel de intelectual (Juremir Machado da Silva). Ou pelo menos da função de engajamento no espaço público associada a alguns modelos de intelectual – orgânico de Gramsci e revolucionário de Lênin –, como no caso de Raimundo Pereira.

III) Finalmente, temos o caso de Carlos Heitor Cony, que partilha da crença de que a categoria de jornalista não integra a intelectualidade. Nesse sentido, a estratégia de negociação estatutária passa por relegar ao jornalismo um papel secundário na definição de si e na carreira profissional, assumindo um estatuto (de escritor) capaz de fornecer os atributos (produção de inteligência, de uma visão de mundo) e os meios (o espaço no jornal para intervenções no espaço público aos moldes do intelectual francês) para o exercício do papel de intelectual.

5.4.1 – Limites do face-a-face interacional

Ao articularmos essas diferentes dimensões para tentar avançar na compreensão do nosso objeto, podemos perceber que é no processo de negociação identitária – e não no simples acúmulo de estatutos – que reside a questão da construção de si. Nesse caso, podemos retomar a declaração de Rieffel (1993: 14-15): “Não se é jamais um intelectual por estatuto, mas sempre um intelectual para alguém”. Não é apenas através da classificação dos

entrevistados por meio de atributos e de títulos institucionais que se pode compreender suas identidades, mas é justamente através da análise da forma como todos esses elementos são articulados por ocasião dos processos interativos.

Contudo, seria ingênuo acreditar que esse processo se esgotaria apenas no face-a-face das interações com o pesquisador. Na medida em que falamos de uma categoria que até certo ponto possui existência social, é preciso estender as análises para uma dimensão mais ampla das interações realizadas com os demais atores sociais, que participam da trajetória dos entrevistados. Esse será o tema do próximo capítulo.

CAPITULO VI – AS INTERAÇÕES NO ÂMBITO DO MUNDO SOCIAL

A identidade, como explica Strauss (1992), pode ser vista como um conjunto de espelhos que refletem diferentes faces. Apesar de haver uma estabilidade na forma como a pessoa se vê, a cada momento, a cada situação, dependendo do interlocutor, estamos expondo uma nova face de nós mesmos (o *me* da teoria interacionista) que é reavaliada nessa relação com o outro. Por isso, o grau de compreensão do pesquisador sobre o estatuto social do entrevistado se torna mais sólido quanto maior for o número de referências que o entrevistado faz ao modo como os outros atores participam desse processo de construção identitária.

Sem negligenciar as conclusões estabelecidas no capítulo anterior, em torno da forma como estatutos e papéis sociais são subjetivamente negociados no face-a-face com o pesquisado, tentaremos estender nossa análise ao processo de construção da identidade dos entrevistados a atores que cooperam e participam da sua trajetória e do seu cotidiano. Nos casos estudados, não é possível analisar estratégias de imposição de estatutos, pois se trata de interações apreendidas de forma indireta, das quais não conhecemos o contexto. Por isso, faremos uso dos conceitos desenvolvidos por Howard Becker (1992) na análise das interações que acontecem em uma dimensão mais ampla dos mundos sociais.

Alguns desses conceitos já foram expostos no capítulo II, de modo que não há necessidade de novas explicações. Trabalharemos aqui o processo pelo qual as interações que os entrevistados empreendem com os diferentes atores que integram as redes de cooperação do mundo dos jornalistas delimitam as escolhas que eles realizam no decorrer das suas carreiras profissionais e a construção de suas reputações, seja como jornalistas, escritores, professores ou intelectuais. Ocasionalmente, abordaremos a maneira como certas interações podem ser tipificadas através de papéis sociais.

Dividiremos nossa análise em duas partes. Na primeira, trataremos das relações com os atores que desempenham papéis sociais diretamente ligados ao processo de produção de notícias, ou seja, os mais identificados com as atividades que compoariam o âmago do mundo social. São eles: os pares jornalistas, as fontes, o público e os proprietários das empresas de comunicação. A seguir, abriremos o escopo para outras categorias de atores que nos pareceram importantes na construção da identidade dos entrevistados, seja pelo fato de estarem presentes nas suas trajetórias, seja porque também integram em alguma medida o mundo dos jornalistas (ver as considerações sobre a amplitude dos mundos sociais feitas no capítulo II, seção 2.2.1). Nesse caso, abordaremos as interações com intelectuais, o Estado,

críticos, editores, partidos políticos, movimentos sociais, alunos, entre outros. Para essa análise, não nos limitaremos aos depoimentos coletados na entrevista com o autor, mas trabalharemos com todo o material coletado durante a pesquisa.

6.1 – Jornalistas, fontes, público e padrões

Abordaremos, a seguir, o modo como os indivíduos que desempenham os papéis de jornalistas, fontes, público e os padrões participam das escolhas e da construção da reputação dos entrevistados. A opção por analisar jornalistas, fontes e público se justifica pela importância dada a esses atores pelos estudos sobre o *newsmaking*¹¹⁶ e pela sociologia profissional (Ruellan, 2006). Essas abordagens os têm como responsáveis diretos pelas atividades que compõem o âmago do jornalismo. Resolvemos complementar essa primeira parte analisando as relações com os proprietários das empresas de comunicação. Eles estariam inclusos nesse processo, pois estão envolvidos também com a produção noticiosa e desempenham um papel importante na trajetória dos entrevistados.

6.1.1 – Os pares jornalistas

Os pares são fundamentais no processo de construção da identidade do jornalista. É por meio do contato com outros profissionais que ele é iniciado no mundo social, adquirindo um conjunto de convenções fundamentais à prática jornalística. É também a partir dessa convivência que o jornalista aprende, por imersão, os ritmos da profissão (Ribeiro, 1994) e também todo um *modus operandi* nem sempre codificado nos manuais de redação ou na formação adquirida por meio de cursos universitários. “A existência de um modo de ver (a estética jornalística), de um modo de falar (*o jornalês*) e de um modo de agir (a epistemologia jornalística) estabelece um elo de ligação bastante forte entre os membros da tribo jornalística” (Traquina, 2001: 122). Como ilustra o depoimento de Adísia Sá: “*É na vida que se aprende a viver, não se aprende fora dela (...). O que falta a essa nova geração [de jornalistas] é (...) essa convivência de companheiros, de troca de idéias. Isso é fundamental*” (Entrevista ao autor).

¹¹⁶ Citamos, por exemplo, tipologia desenvolvida por Molotch & Lester (1993) para investigar o processo de produção da notícia. Segundo os autores norte-americanos, um acontecimento envolve três agentes: os promotores de notícia (*news promoters*) que identificam uma ocorrência como especial e são responsáveis pela proposição da agenda político-governamental; os *news assemblers* que a partir do material proposto pelos promotores de notícia vão transformar uma ocorrência em acontecimento público por meio da publicação ou radiodifusão; e, finalmente, os consumidores da notícia.

Nas relações com os pares é possível trabalhar um aspecto distinto da construção identitária dos entrevistados. Se o relato sobre as carreiras profissionais mostra como o ator organiza sua história de vida a partir de experiências individuais, é por meio das interações com os colegas que é possível entender como certas produções remetem ao caráter coletivo das negociações realizadas no mundo social. Ao narrar sua trajetória, os entrevistados podem descrever certas experiências em termos do que ele fez, dirigiu, participou... Contudo, essas iniciativas são resultado de interações com os membros da redação e, portanto, a reputação adquirida por eles é em parte atribuída por outros jornalistas.

É por meio dos pares que se articulam as principais vias institucionais de ascensão e de mudança do status organizado no interior do mundo social. Tal processo muitas vezes acontece através de interações informais entre os membros. É comum em entrevistas e em depoimentos que o jornalista descreva suas promoções e mudanças a partir dos convites que recebeu de algum amigo ou conhecido. “Fulano me levou para o jornal X”, “fui parar na TV a convite de Ciclano”. Além disso, ao participarem da construção e das transformações das bases convencionais do mundo social, os pares jornalistas delimitam, ainda que parcialmente, as condições e os critérios para se definir quando uma carreira pode ser considerada como bem-sucedida, desviante, decadente...

Antes de trabalharmos as questões da reputação e das escolhas nas carreiras profissionais, faremos uma breve descrição sobre alguns papéis sociais desempenhados pelos entrevistados nas interações com os colegas de redação.

6.1.1.1 – Formas de cooperação no mundo social: os papéis de mestres, discípulos e companheiros

No decorrer de suas trajetórias de vida, os indivíduos orientam suas ações por meio de relações concretas com seus contemporâneos. Esse processo varia dependendo do grau de anonimato dessas relações (Schutz, 1967). Com frequência, certas interações adquirem tal grau de distanciamento que aparecem como institucionalizadas, como se integrassem a ordem social – o que Mead (1934) chama de “outro generalizado”. Esse é o caso das referências feitas pelos entrevistados aos jornalistas, enquanto categoria social e profissional, conforme analisamos no capítulo IV. Mas também encontramos no material, referências de interações com jornalistas em que o grau de anonimato é menor, chegando, inclusive a descrições subjetivas de relações de amizade. Como forma de sistematizar a análise,

trabalharemos aqui as interações entre jornalistas tipificadas por meio dos papéis sociais, a saber: mestres, discípulos e companheiros.

Os mestres

Como a maioria dos entrevistados possui uma trajetória relativamente longa, é natural que em certos momentos da sua carreira tenham ocupado cargos e chefias no jornalismo. De fato, a única exceção foi Antônio Hohlfeldt, que nunca dirigiu equipes na sua vida profissional. Desse grupo, alguns tiveram atuação menos destacada como chefes. Outros, como Alberto Dines (*Visão, Diário da Noite* e principalmente o *Jornal do Brasil*), Mino Carta (*Veja, Isto é, Jornal da República, Senhor, Isto é Senhor* e *Carta Capital*) e Raimundo Pereira (*Amanhã, Opinião, Movimento, Veja, Retratos do Brasil e Oficina de Informações*), se consagraram pela direção de veículos impressos¹¹⁷.

A reputação de um chefe se deve ao sucesso do jornal junto ao público, mas também das relações que ele estabelece com a equipe. Percebemos, nesse caso, que alguns entrevistados acabavam desempenhando o papel de ‘mestres’ para outros jornalistas. Essa situação fica evidente não só nas falas dos entrevistados, mas também na forma como outros atores (discípulos, amigos e mesmo desafetos) fazem referência ao comportamento dos seus ex-chefes.

Durante a entrevista, Alberto Dines comparou sua atuação na direção do *Jornal do Brasil* a uma orquestra, na qual o regente, embora não seja o compositor, é responsável pela organização do produto final. “*Eu fiz pouca coisa no JB, proporcionalmente ao período que eu trabalhei lá, eu produzi acho que pouca escrita porque realmente era um trabalho muito intenso de criação, de condução, de ensaios, de regência*” (Entrevista ao autor). Além das inovações beletrísticas que introduziu (ver capítulo anterior), Dines deu uma atenção especial às áreas de cultura, abrindo espaço no *JB* para os movimentos do cinema novo e do concretismo no Brasil (Costa, 2005; Conti, 1999). Cinéfilo, chegou a ter dez críticos trabalhando sob sua direção.

Dentre os contemporâneos do *Jornal do Brasil*, Dines ainda é visto como um chefe que valorizou o trabalho do repórter e se preocupou com a organização da produção em um momento em que as redações eram caóticas. “Era ótimo ambiente de trabalho na Avenida Rio Branco, 110. Dines promovia seminários internos de avaliação, convidava conferencistas de

¹¹⁷ A maneira inovadora como Dines conduziu o *Jornal do Brasil* e Mino Carta a Revista *Veja* justificou, por exemplo, a inclusão de seus depoimentos no livro *Eles mudaram a história da Imprensa*, organizado por Abreu; Lattman-Weltman & Rocha (2003). Já Raimundo Pereira ficou conhecido pela direção de *Opinião* e *Movimento* periódicos que marcaram a imprensa alternativa no Brasil durante a ditadura. Ver Kucinsky (2003).

fora, discutia o futuro do jornalismo. Mais importante do que isso, porém, era o incentivo que ele nos dava. Dines estava sempre presente na redação, andava de mesa em mesa, discutia as matérias com os repórteres” (Mayrink, 1992: 184). O próprio Alberto Dines, em entrevista ao autor, afirma: *“Eu sempre me preocupei com a administração. Não tenho nenhum curso, nenhuma formação em administrador, mas achava que, se você consegue criar uma máquina bem azeitada, ela rende mais, o desgaste é menor”*.

Finalmente, por ser o primeiro jornalista a se lançar como biógrafo, Dines é visto como referência sobre o tema e, segundo ele, chegou a ser procurado por Fernando Morais e Ruy Castro, considerados hoje como os expoentes da área, para discutirem o gênero biográfico: *“O Fernando Morais estava escrevendo Olga e não tinha pensado numa biografia. Queria que eu discorresse sobre o que distingue uma biografia. Mas Olga não é uma biografia, é uma montagem, um flagrante (...). O Ruy Castro, outro que me procurou muito tempo depois para discutir sobre isso; ele, do ponto de vista técnico, faz biografias”* (Entrevista ao autor).

O papel de mestre também é atribuído a Zuenir Ventura. Artur Xexéo (*apud* Ventura, 1988: 01), que trabalhou com Zuenir nas revistas *Veja*, *Isto É* e *Domingo*, compara seu chefe a um “vampiro da juventude”: “Uma das maiores virtudes profissionais de Zuenir é se cercar de jovens inteligentes, entusiastas, bem informados, e deles extrair o que têm de melhor. Em troca dessa vampirização ele valoriza o talento. Ao seu lado, um bom repórter cresce queimando etapas”. Tanto que um apelido que ele recebeu dos mais jovens – aproveitando-se, inclusive do seu estatuto de professor (ver seção 6.2.3.4) – foi o de “Mestre Zu”.

A reputação de Mino Carta como chefe se fundamenta na sua versatilidade, no domínio que possui das diferentes fases da produção jornalística, como atesta Carmo Chagas (1992: 82): “Não conheci, em nenhuma outra redação, jornalista tão completo, tão talentoso. Um dos textos mais elogiados que assinei foi, na verdade, inteiramente remontado por ele”. O seu desafeto, José Carlos Baradawil (1999: 194) corrobora: “O Mino não é o melhor redator que eu já vi (...). Muito menos ele é o melhor repórter (...). Também não é o melhor paginador ou desenhista de revista (...). Mas o Mino junta tudo isso (...). Ele é muito versátil como jornalista. E isso dá a ele facilidade na chefia”. O próprio Mino (2000b: 162) (em terceira pessoa) admite no romance *O Castelo de Âmbar* suas qualidades como chefe: *“Tinha dotes para a chefia e encontrou quem o ajudasse a conduzir a revista, sem esquecer jamais de valorizar os colaboradores mais próximos, ou componentes do pequeno grupo que, em todas*

as redações, mesmo as mais apinhadas ‘carrega e toca o piano’. Esta era uma de suas frases”.

Mino é considerado um bom chefe, mas também um professor de qualidade, outra característica que pode ser atribuída ao papel de mestre. “Preocupava-se em ensinar. Dizia aos jornalistas que a língua portuguesa tinha mais de cinqüenta palavras e todas poderiam ser usadas. Que não se deve escrever sobre o que não se entende porque o leitor também não entenderá. Incentivava colegas a ler livros, a ir ao cinema e ao teatro, a ver quadros – a aprender, a melhorar” (Conti, 1999: 368). ““Se damos nota 10 para um cantor como o Roberto Carlos, que nota daremos ao ouvirmos um Caruso? Mais que exigente, o jornalista precisa ser criterioso ao noticiar, ao analisar’, insistia Mino” (Chagas, 1992: 57).

A influência de Mino Carta ultrapassava a questão da prática profissional, ele era reconhecido também pelos hábitos, pelo modo de vestir, de falar etc. “Todo mundo passa a admirá-lo. Todo mundo o acha brilhante. Ele é uma das pessoas, que eu vi na minha vida, que melhor fala. Fala com muita facilidade, fala sempre certo, não erra frase, não usa uma palavra errada. Um cara fino até para falar. Tudo isso junto e numa pessoa, é claro que causa admiração” (Bardawil, 1999: 194). “Carta era diferente do jornalista brasileiro típico. Tinha apuro estético, vestia-se com elegância, falava com clareza e humor. Seu controle da redação era absoluto. Os jornalistas de quem ficava amigo confiavam nele cegamente. Era o mais velho e o mais culto” (Conti, 1999: 368).

Claro, nem sempre a relação entre o ‘metre’ e ‘discípulo’ resulta em declarações laudatórias. Bardawil (1999), que foi repórter de *Veja, Isto é, Senhor, Jornal da República* todos sob a direção de Mino Carta, descreve seu ex-chefe como alguém com temperamento ditatorial, dado a eventuais ironias em cima de integrantes da sua equipe. Bernardo Kucinsky (2003), que trabalhou com Raimundo Pereira em *Opinião e Movimento*, qualifica-o como intransigente e autoritário em certos trechos do seu livro: *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*.

Em termos da construção da reputação de um indivíduo no mundo social, o estatuto de chefe é, sem dúvidas, importante. Ele está associado à idéia de sucesso na carreira profissional e também à capacidade do indivíduo em influir nos rumos da equipe e da publicação que dirige. Para aqueles que, além disso, desempenham o papel de mestres, é possível associá-lo a uma legitimidade adquirida pelo domínio das convenções do mundo social que lhes possibilita passá-las adiante e, em determinados casos, subvertê-las. Além disso, alguns chefes, como Alberto Dines e Mino Carta, conseguem ter uma atuação tão notável que o

sucesso do veículo – resultado de uma produção coletiva – passa a ser associado à sua reputação pessoal, como veremos a seguir, na seção 6.1.1.2.

Discípulos e companheiros

Além de desempenharem o papel de mestres, alguns entrevistados estabelecem, com jornalistas da sua geração, relações de admiração e amizade. Ao se fazerem ‘discípulos’, esses indivíduos não só explicitam as formas de aquisição das convenções ligadas à suas práticas profissionais, como também buscam associar seu estatuto à reputação das pessoas nas quais se espelham¹¹⁸. O mesmo pode ser dito, em menor grau, àqueles que se portam como companheiros dos profissionais que partilham de uma mesma sociabilidade ou que possuem características comuns à sua geração (Sirinelli, 1994).

Dentre os jornalistas que atuaram na cobertura política, o colunista Carlos Castello Branco é apontado como referência na área. Para Carlos Chagas, o “Castellino” teria sido “*o papa de todos nós da reportagem política*” (Entrevista ao autor). Flávio Tavares explica que ele foi “*o grande jornalista político, uma espécie de modelo estilístico para todos nós*” (Entrevista ao autor).

Alberto Dines também faz referência a alguns profissionais que lhe serviram como modelo. Ele cita os editorialistas do *Jornal do Brasil* – jornalistas e escritores –, os quais acompanhava nas reuniões e que inspiraram o estilo que adotou mais tarde quando se tornou colunista da *Folha de São Paulo*: “*Eu fui ouvindo a música literária de uma peça jornalística. E quando eu fiquei com essa tarefa inédita de ter que escrever um artigo diário, todos os dias, eu procurei dar esse tom. E eu tenho certeza que consegui (...). É que eu lia, escrevia, lia, reescrevia, para criar uma coisa sonora, ritmada, com força*” (Entrevista ao autor).

Formado em letras neolatinas, Zuenir Ventura ingressou na *Tribuna da Imprensa*, seu primeiro emprego em jornal, sem formação na área, nem a intenção de seguir carreira. Por isso, destaca a importância dos colegas na transmissão das convenções, que vão desde o aprendizado de técnicas, à descoberta da vocação que, segundo ele foi adquirida “como se pega um vírus” (Ventura, 2005): “*Lá de dentro da Tribuna da Imprensa foram importantes também na minha descoberta e no desenvolvimento da minha carreira. Pessoas como o Luís Garcia, o Luís Lobo, o Lúcio Nunes, o Mário Franqueira, o Walter Conto. O Nilson Viana foi uma pessoa fundamental porque era uma pessoa que nessa época tinha um texto muito bom*”.

¹¹⁸ Não entraremos nos laços de afeição e amizade que certamente marcam essas relações, que são importantes, mas fogem dos objetivos desse trabalho.

No caso das relações de companheirismo e amizade, o processo é semelhante, embora não esteja necessariamente estruturado em papéis sociais. Nessas relações, as convenções são frequentemente compartilhadas e não transmitidas. Por isso, a participação no processo de construção identitária é mais sutil do que nos casos em que existe referência direta às influências recebidas de jornalistas-mestres. Podemos dizer que esse processo, na verdade, transparece no material coletado através da existência de certos valores e normas de conduta comuns a uma geração, como ilustram as relações de Mino Carta com o jornalista Cláudio Abramo¹¹⁹:

Eu sou de uma geração de jornalistas, cito entre eles, Cláudio Abramo, por exemplo, que buscavam elevar por cima (Entrevista ao autor).

Cláudio não foi importante só para o Estado [de São Paulo]. Esse era um bom jornalista. Nossas idéias não batiam exatamente, mas acho que ele tinha uma visão do jornalismo muito próxima da que eu tenho. Politicamente, Cláudio era trotskista, e eu sou gramsciano (...). Nos dávamos muitíssimo bem em tudo, mas quando discutíamos política não nos encontrávamos (Carta, 2003: 211).

Além de Mino, outros autores falaram de modo mais breve dos companheiros de profissão e da maneira como essas amizades explicam certos valores comuns. Assim, Alberto Dines comenta sobre o colega Paulo Francis e o fato de os dois terem partilhado de uma formação cultural comum (ver ainda seção 6.2.1.1). Raimundo Pereira, por sua vez, explica em que sentido o trabalho que ele realiza atualmente em parceria com a *Carta Capital* é uma continuação do movimento de fortalecimento da imprensa independente do qual participam, desde a década de 1980, figuras como Luiz Gonzaga Belluzzo, Nirlando Beirão e o próprio Mino Carta.

Concluindo, podemos dizer que o mundo social não pode ser visto apenas a partir das relações legitimadas por títulos institucionais. As identidades se constroem também à margem, nas relações informais que os atores sociais estabelecem entre si. Do ponto de vista do discurso veiculado, esses laços explicitam o processo pelo qual alguns entrevistados buscam associar ou dissociar seus valores, normas de conduta e ideologias aos de seus contemporâneos. Do ponto de vista do espaço jornalístico, essas relações remetem às redes de cooperação, nem sempre visíveis, e às convenções, que se criam e se transformam sem

¹¹⁹ Sobre Abramo, um jornalista que, se estivesse vivo, certamente integraria o nosso *corpus* sugerimos a leitura do já citado perfil: FERNANDES, F. 'Cláudio Abramo e o jornalismo'. *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*. São Paulo: Ática, 1995, pp. 166-170 e também da obra: ABRAMO, C. *A regra do jogo. O jornalismo e a ética do marceneiro*. 4ª Ed. São Paulo, Cia das letras, 1988 – prefaciada, aliás, por Mino Carta.

estarem codificadas ou formalizadas. Ao levar em consideração esses preceitos, podemos avançar para entender como a relação com os pares afeta questões como a atribuição de reputação e nas escolhas realizadas pelos entrevistados no mundo social.

6.1.1.2 – Os pares: reputação e escolhas

É difícil, para um entrevistado, reconhecer o papel dos pares nos processos de atribuição da sua notoriedade. Em geral, eles a remetem às suas realizações pessoais e à maneira como essas produções se identificam com uma definição ideal de jornalismo. As análises de Becker (1982) sobre o mundo da arte chegam à mesma conclusão. Segundo ele, existe uma tendência de avaliar a reputação dos artistas a partir da posse um talento, um dom, ignorando as dimensões concretas das interações entre os membros. O problema é que o talento só existe socialmente quando é reconhecido pelos pares e é avaliado a partir das convenções criadas por eles no âmbito do mundo social

Sem dúvida, boa parte da reputação de Alberto Dines, Mino Carta e Raimundo Pereira como bons fazedores de jornal surge da interação com sua equipe, mas também das notícias que circulam informalmente no meio jornalístico sobre o seu comportamento e a sua competência. Mayrink (1992) e Chagas (1992), por exemplo, ao contarem sua trajetória, iniciada em Belo Horizonte, explicam que, para os jovens jornalistas da época, trabalhar no *Jornal do Brasil* do tempo de Dines (1960-1970) era considerado uma meta profissional. “A frase era lugar comum, mas naquela época a gente acreditava que trabalhar no JB era viver um estado de espírito. Tínhamos certeza de que fazíamos o melhor jornal do país e nos orgulhávamos disso” (Mayrink, 1992: 177). Da mesma forma, tende-se a associar, dentro do meio jornalístico, o nome de Raimundo Pereira à imprensa alternativa e o de Mino Carta ao jornalismo crítico e à criação e direção de quase todas as revistas semanais de informação no Brasil.

Dos entrevistados, quem assumiu mais explicitamente a importância dos pares na construção da sua reputação foi Adísia Sá:

Hoje, quase todos os professores foram meus alunos. Eu digo que já tenho quase que bisnetos dos meus alunos no curso de jornalismo.
(...)

Eu não encontrei nenhuma outra mulher da sua geração que tenha esse perfil intelectual. Por que isso?

(...) Talvez eu tenha ficado mais em evidência, primeiro porque continuei o trabalho, tenho 52 anos de profissão. Entrei numa carreira e formei uma geração, que não me deixa solta, estou sempre na mídia por causa deles. Acho que é por isso que eu sou mais lembrada. Não quer dizer que eu tenha algo excepcional que as outras mulheres jornalistas e intelectuais não tiveram. Pelo contrário, elas não tiveram foi quem desse continuidade e visibilidade a isso. Isso é o que eu lamento (Entrevista ao autor).

A partir da interação com os pares, um jornalista pode ser também mal visto ou ser marginalizado por determinados grupos. Carlos Chagas fala do período em que trabalhou como assessor de imprensa do general-presidente Artur da Costa e Silva. Chagas havia sido convidado para atuar junto aos jornalistas em um projeto político para revogar o Ato Institucional nº 5 e tentar redemocratizar o regime político brasileiro. Segundo ele, sua decisão incomodou alguns colegas: *“Todo mundo olhava pelas costas e dizia: ‘Ah, vai trabalhar com os militares’. A humanidade é má, intrinsecamente má”* (Entrevista ao autor). Além disso, sua reputação como jornalista político ficou comprometida com a morte do presidente e a tomada do poder por uma junta militar¹²⁰.

Já Alberto Dines afirma que sua reputação junto a uma parte dos jornalistas também fora prejudicada devido à coluna ‘Jornal dos jornais’, publicada na *Folha de São Paulo*, que se dedicava a discutir a imprensa no Brasil. Ao questionar práticas de autocensura no período final da ditadura, Dines atraiu para si inimizades que levaram a uma relativa exclusão do meio profissional. *“Mexi nos deméritos da imprensa, numa fase mais desagradável, em que praticamente todos estavam sob o regime de autocensura, e criei várias inimizades. Meu nome ficou numa lista negra mesmo. Persona non grata.”* (Dines, 2003: 138).

A ação dos pares na trajetória de um membro do mundo dos jornalistas não se limita à atribuição da sua reputação. Influem também nas escolhas realizadas pelo jornalista no âmbito no mundo social. Algumas delas resultam na adoção ou subversão das formas convencionais de atuar. Nesses casos, muito do que se trabalhou no capítulo anterior, em termos de ruptura e continuidade nas carreiras profissionais e na gestão estatutária, aparecem como resultado de um interiorização da ordem estrutural, cuja compreensão deve ser enriquecida pela mediação de outros atores que participaram das suas trajetórias de vida.

Alguns entrevistados narraram mais explicitamente como as ações realizadas no decorrer de suas histórias de vida tiveram como referente seus pares jornalistas. Carlos

¹²⁰ É interessante notar que a decisão de trabalhar com os militares marcou tanto a biografia de Chagas, que ela foi lembrada por outro entrevistado, Flávio Tavares: “O meu substituto, que deu uma cadeira parecida com a minha [na Universidade de Brasília] foi o Carlos Chagas, que tinha sido secretário de imprensa da ditadura, secretário de imprensa do Costa e Silva depois do Ato Institucional número 5”.

Chagas, por exemplo, conta que seu primeiro livro, *113 Dias de angústia*, era uma reunião dos artigos publicados em *O Globo*, nos quais ele contava sua experiência como assessor de imprensa de Costa e Silva e os bastidores da sucessão do general-presidente, impossibilitado de continuar no cargo por causa de um derrame. Os textos visavam justamente reverter sua imagem junto aos jornalistas, prejudicada nesse episódio:

O Costa e Silva morreu e eu digo: “Meu Deus do céu, a minha imagem de jornalista está pior que circo. Ia ser o porta-voz da abertura e acabei sendo o porta-voz daquele horror que aconteceu. Eu vou escrever isso tudo” (...). E fiz uma série de 22 artigos, de página inteira cada artigo, contando aquilo tudo. Chamava-se 113 dias de Angústia (...). Ganhei o Prêmio Esso de Jornalismo (Entrevista ao autor; grifo nosso).

Mino Carta afirmou que publicou seu primeiro romance, *O Castelo de Âmbur*, em 1999, como uma resposta ao *Notícias do Planalto*, livro escrito pelo jornalista Mário Sérgio Conti. Existe uma disputa que aparentemente parece banal nesse episódio, mas está ligada à construção da reputação de Mino Carta. Em seu livro, Conti afirma que Carta fora demitido da revista *Veja* em 1975, enquanto este mantém a versão de que teria sido ele quem pediu demissão. Ou seja, a escolha de Carta de escrever uma obra literária não deve ser atribuída a um idealismo ou a uma inspiração repetina, mas como uma resposta dirigida a outro ator social.

Se nos aprofundarmos nessa interação, podemos inclusive notar que maneira como Mino Carta trata seu interlocutor está associada ao processo de elaboração e ao status atribuído a ele ao seu *O Castelo de Âmbur*. Carta, na verdade, deixa claro que um livro ruim como *Notícias do Planalto* não deveria merecer, de sua parte, nada muito sofisticado como resposta:

Tinha saído um livro que eu considero ridículo, que se chama Notícias do Planalto, que naturalmente foi badaladíssimo pela nossa imprensa (...) e defende gloriosamente a tese de que o Collor foi uma criação dos jornalistas. O Collor foi uma criação dos patrões, os jornalistas executaram o serviço sujo, só isso. Mas, enfim, eu escrevi [ri] uma história maluca, aparentemente maluca, na verdade não é, mas aparentemente louca para a minha satisfação. O livro teve muito resultado, melhor, eu devo dizer, que o Notícias do Planalto. Porque não somente entrou na lista dos mais vendidos, mas vendeu perto de 20 mil exemplares (Entrevista ao autor).

[Sobre a possibilidade de *O Castelo de Âmbur* ser considerado como o seu livro de memórias]: *Não me considero à altura de escrever memórias. Sou um personagem menor. Escrever um livro de memórias seria algo pretensioso (...).*

Escrevi este romance em quatro meses. Escrevia, sempre, à noite (Carta, 2000a: 01; 02).

Essas duas últimas situações evidenciam ainda como a participação dos pares na trajetória dos entrevistados não se limita às atividades ligadas ao âmago do jornalismo (produção do noticiário). Elas podem levar também a intervenções em outras atividades ou espaços, o que mostra justamente as dificuldades em se definir os limites de um mundo social.

6.1.2 – As fontes de informação

Nos estudos sobre o jornalismo, a análise das relações com as fontes vem ganhando destaque nos últimos anos com a publicação de trabalhos que questionam a ênfase excessiva dos estudos centrados apenas nos jornalistas. Elas sugerem uma mudança de paradigma que busque revalorizar outros atores envolvidos no processo de produção da notícia. A análise das fontes de informação permite compreender o *newsmaking* e as estratégias editoriais adotadas pelos veículos e jornalistas (Gadini, 2007, Hall *et al*, 1993; Molotch & Lester, 1993; Motta, 2005; Porto, 2002; Sant’Anna, 2005; Schelsinger, 1992; Sousa, 2000). Já do ponto de vista da sociologia profissional, Ruellan (2006) tem alertado para a necessidade de também sair do discurso do profissionalismo (emitido por e sobre os jornalistas), passando a integrar outros atores, sobretudo as fontes e o público, nos processos de atribuição identitária dos jornalistas. É o que faremos nas próximas seções.

6.1.2.1 – Fontes: cooperação, reputação e escolhas

Ao analisar o material coletado, foram encontradas poucas referências sobre as interações dos entrevistados com suas fontes. Contudo, é inegável o papel delas na produção noticiosa e na construção identitária dos jornalistas. Boas fontes rendem bons textos. Bons textos permitem que o jornalista adquira prestígio no mundo social. Por isso, é preciso abordar pelo menos de forma breve essas relações.

Alberto Dines, por exemplo, atribui parte do sucesso da biografia *Morte no Paraíso* ao fato de Abraão Cougar, único editor de Stephan Zweig no Brasil, ter-lhe dado acesso aos seus arquivos sobre o escritor austríaco. As informações, inéditas ao público e aos demais estudiosos sobre a vida de Zweig, resultaram, segundo ele, no diferencial do seu trabalho. Da mesma forma, embora o sucesso editorial de *1968: o ano que não terminou* possa ser

atribuído à escolha do tema e à qualidade do texto de Zuenir Ventura, existiu também uma apuração bem feita junto a fontes importantes: foram 300 entrevistas realizadas com intelectuais, artistas, políticos, etc.

Não é apenas através do produto final que é possível aferir o papel das fontes na atribuição da reputação dos entrevistados. Em certos casos, o simples fato de ter acesso a uma fonte importante ou reclusa, quando tornado público, também possibilita ao jornalista adquirir legitimidade e reconhecimento social e profissional. Ser escolhido por uma boa fonte permite ao repórter ser visto como alguém competente, confiável ou bem articulado. Não é por acaso que as fontes são personagens importantes nas memórias jornalísticas dos entrevistados. Figuras políticas marcam, por exemplo, *O Dia em Getúlio matou Allende* de Flávio Tavares e *O Castelo de Âmbar* de Mino Carta. Relações com fontes no meio intelectual e cultural marcam a biografia de Juremir Machado da Silva e Zuenir Ventura. Este último, aliás, faz um relato interessante de uma entrevista com Carlos Drummond de Andrade para a revista *Veja*. Na narrativa, Zuenir deixa implícito que o fato de ter conseguido chegar a uma fonte notória e inacessível como Drummond – mesmo que por acaso – contribuiu para a sua reputação como jornalista da área cultural:

A história desse trabalho, cujo mérito não é meu, mas da sorte, continua um mérito para mim. Ao completar 75 anos, o poeta resistira bravamente a um cerco implacável da imprensa e agora, três anos depois, mandava um recado pela divulgadora da editora José Olympo dizendo que queria me dar sua primeira grande entrevista. Por quê?

(...)

Ao chegar, Drummond estava lá, tímido, todo sem jeito, mais que eu, desculpando-se, imaginem, por ter me chamado para anunciar que gostaria de dar uma entrevista, evidentemente se eu quisesse. Não sei o por quê – nem ali, nem depois, nem jamais – daquela surpreendente decisão (Ventura, 2006: 226).

A interação com as fontes também pode ser usada para que um jornalista associe à sua reputação valores profissionais e atributos importantes na construção da sua reputação. No livro *Castelo de Âmbar*, Mino Carta (2000b: 197), cita um discurso em que o ex-presidente João Baptista Figueiredo fala de sua imagem como jornalista crítico e independente: “*Mino é um chato, um criador de casos, com aquele viés de questionar tudo. Algum dia, ele vai querer fazer a revisão do Evangelho. Mas não ficou com o rabo preso*”. Em outra situação, ao fazer referência às conversas que mantinha com o General Golbery de Couto e Silva – o grande teórico do regime de 1964 e sua principal fonte política nesse período –, Mino Carta explica como suas relações com essa fonte não limitavam às convenções institucionalizadas pelos

papéis sociais, mas abordavam também assuntos ligados a outras esferas de interesse dos dois, reificando aspectos distintos da sua identidade:

Às vezes você não procura a fonte simplesmente porque ela tem boas informações. Devo dizer que uma razão muito forte para eu procurar uma fonte é porque ela me ajuda a pensar.

(...)

Além de ser uma pessoa que tinha as informações mais up-to-date sobre os movimentos do regime militar, Golbery era também uma pessoa muito inteligente, que me ajudava a raciocinar. Era excelente conhecedor do Brasil e do gênero humano nativo (Carta, 2003: 200; 201).

As fontes participam ainda das escolhas realizadas pelos entrevistados no âmbito das suas carreiras profissionais. Em seu depoimento, Flávio Tavares fala da relação com o político trabalhista Leonel Brizola, iniciadas no período em que era repórter pela *Última Hora* de Porto Alegre e cobria o Palácio Piratini. Na época, Brizola era governador do Rio Grande do Sul. A amizade entre os dois acabou influenciado na decisão de Tavares de ingressar em um movimento guerrilheiro de resistência ao regime militar, do qual o político gaúcho foi líder: *“No dia-a-dia com o Brizola, acabamos tendo uma relação muito íntima, que depois continuou durante a ditadura militar, nós participamos juntos da luta armada. Continuou até o fim da vida dele”* (Entrevista ao autor).

Brizola também foi importante na história de vida de Carlos Chagas. Segundo ele, a admiração com o líder trabalhista começou em 1961, na militância brizolista pela posse do presidente João Goulart. Dessa relação, resultou a filiação de Chagas ao PDT – embora ele afirme que nunca tenha realmente militado – e explica também o posicionamento político do entrevistado: *“O fato é que eu me identifiquei muito com o programa nacionalista do Brizola. Nunca acreditei nessa globalização fajuta, nesse neoliberalismo, o sistema de ‘cada um por si’. Modestamente, sempre fui contra isso. Por isso me identifiquei com a pessoa do Leonel Brizola”* (Chagas, 2006b).

Como já havíamos afirmado no capítulo anterior, os contatos adquiridos por Antônio Hohlfeldt na cobertura de assuntos culturais influíram no modo como ele orientou sua carreira para o mercado literário. É possível que algo semelhante tenha acontecido nos casos de Zuenir Ventura e Juremir Machado da Silva, embora isso não tenha ficado explícito no material analisado.

6.1.3 – O público

Um terceiro grupo de atores que participam ativamente da atividade jornalística é o público. Diferente dos pares e das fontes, dificilmente ele pode ser objetivável enquanto grupo social. “O público não existe, ele é múltiplo assim como são os objetivos a partir do qual se pretende alcançá-los (neste caso, os produtos midiáticos) e ele é polímorfo (os leitores de um jornal não constituem uma unidade, mas um agrupado do qual é difícil extrair irregularidades” (Ruellan, 2006: 05). Por isso, os jornalistas negociam suas identidades e práticas a partir de tipificações que fazem do seu leitor. Ou seja, enquanto emissores, os profissionais da imprensa partilham de certas representações audiência que lhe garantem legitimidade social, além de fundamentarem suas rotinas produtivas a partir do que ele imagina ser as expectativas da audiência e os desdobramentos que essa relação pode adquirir (Gadini, 2007)¹²¹.

Pelas próprias características do público, o material disponível sobre ele no nosso *corpus* também é bastante limitado. Trabalharemos a forma como os jornalistas percebem o público no âmbito das escolhas realizadas no mundo social e também na forma de negociar seus estatutos e construir uma reputação.

6.1.3.1 – Formas de cooperação do público no mundo social

Mesmo que seja definido a partir de tipificações, o público integra as redes de cooperação do mundo social, influenciando nas escolhas realizadas pelos produtores. Dentro de uma redação ele pode ser evocado nos processos decisórios ou durante as negociações com as equipes, de forma a eliminar os conflitos de interesse em uma redação, “porque, se o efeito da rotina de trabalho jornalístico torna raros os momentos de questionamento, a definição do que interessa ao receptor e a maneira de se dirigir a ele está sempre sujeita a eliminar os conflitos de interesse” (Ruellan, 2006: 07). Além disso, não se pode ignorar que, ao desempenhar um papel social, a audiência também interioriza parte das convenções da

¹²¹ Podemos ilustrar essa situação com o famoso caso do telespectador Homer Simpson. No dia 23/11/2005, o jornalista e editor do Jornal Nacional William Bonner causou mal-estar junto a alguns professores da Universidade de São Paulo convidados para conhecer um pouco sobre o funcionamento do telejornal. Ele afirmou que suas decisões editoriais partiam da idéia de que o perfil médio do brasileiro que assista o noticiário era similar ao do preguiço personagem da série de animação norte-americana Homer Simpson. A fala de Bonner rendeu um artigo onde o professor da USP Laurindo Lalo Leal Filho relata o episódio e critica a atitude do apresentador do Jornal Nacional. O texto foi publicado na revista a *Carta Capital* (disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=358ASP010>). Bonner respondeu também com um artigo que foi publicado no *Observatório da Imprensa* onde explica que as referências que faz a Homer Simpson não deveriam ser tomadas como uma imagem depreciativa da audiência (disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=358JDB004>).

atividade jornalística: os gêneros redacionais, o *design* e a linha editorial de um veículo, o estilo de texto do profissional (em uma matéria, em uma crônica ou mesmo em um romance). Por isso, mesmo que de forma indireta, as modificações na base convencional do mundo dos jornalistas devem sempre ser negociadas com o leitor.

Segundo Ruellan (2006), existem duas instâncias de participação do público no mundo dos jornalistas. A primeira ocorre no âmbito dos produtos editoriais (onde o emissor orienta sua produção pela representação que faz do público). A segunda, nos espaços institucionais de troca entre esses atores, como as cartas e e-mails do leitor, os fóruns debate na Internet, as pesquisas de opinião, a coluna do *ombudsman*, a participação em debates, as palestras, os seminários e o contato face-a-face etc.

Para abordar a primeira instância descrita por Ruellan podemos citar o caso de Juremir Machado da Silva. O entrevistado explica como o público integra as escolhas que ele realiza na produção de suas crônicas. Quando perguntamos sobre sua preocupação em adaptar teorias de filósofos e sociólogos para o cotidiano dos seus leitores, Juremir conta como ele orienta os assuntos abordados tendo como referência o tipo de público que ele quer atingir:

Dá para fazer essas transposições e elas funcionarem. Claro que, de vez em quando tem que escolher. “Hoje, vamos fazer um texto que não é para todo o mundo. Vou fazer um texto hoje sobre o Michel Maffesoli”. Eu sei que a maioria do público leitor vai ficar excluído daquilo. Vai ser focalizado para um determinado público e fazer o quê? Assim como tem outro dias em que eu escrevo sobre futebol. E aí, eu ganho um grande público, mas perco também um público, claro. “Não, não. Esse cara aí está escrevendo sobre futebol hoje, eu gosto quando ele escreve sobre o Michel Maffesoli”. São escolhas que a gente faz (Entrevista ao autor).

Embora pareça contraditório, muitas vezes o fato de decidir por não orientar sua produção segundo as exigências da audiência pode remeter a uma forma sutil de participação do leitor nas escolhas realizadas no mundo social. Este é o caso de Carlos Heitor Cony. Ao dizer que o leitor não é importante na sua prática literária, Cony, não só reconhece a existência desse público como integrante das redes de cooperação necessárias à realização da sua atividade, como se utiliza dele para impor seu estatuto de escritor que se legitima justamente por essa recusa em submeter seu trabalho aos gostos da audiência:

Tem várias maneiras de você se relacionar com o leitor. No meu caso, por exemplo, eu não dou muita bola para o leitor, eu dou muita bola para mim. No jornal, eu sou obrigado a pensar no leitor, a pensar em quem está lendo. Já no livro é um fato isolado, um veículo isolado. No jornal colocam na página você

junto com o anúncio de azeite, de farinha. Realmente você tem outro approach da sua função. Já no livro, não. O livro é uma coisa minha, uma coisa visceral, do meu esperma. Então eu não vou pensar nos leitores. Se os leitores gostam, tudo bem, se compram, eu estou muito satisfeito. Mas não é necessário, não é por isso. Eu quero que o livro me agrade, me agrade no sentido de... Porque os livros não são agradáveis. São agradáveis aos outros, menos a mim. Mas justamente essa taxa de desgosto que eu coloco nos meus livros é que importante. No dia em que eu escrever um livro que me agrade muito, eu já desconfio. Tem que ser um livro que seja crítico em relação não só com a sociedade, mas até mesmo às minhas perspectivas mais caras, religião etc. Então é essa atitude do “eu sozinho”. Se o leitor ler, muito bem, eu estou satisfeito. Esse livro meu, o Quase memória está na 27ª edição. Eu tenho um livrinho infanto-juvenil, que está na 29ª edição, muito usado em escola. Mas é problema deles. Já os livros que eu mais gosto, os mais característicos, praticamente vendem pouco. O livro que eu mais gosto evidentemente é o Pilatos, que é um livro que está na 5ª edição, mas é um livro radical, pornográfico (Entrevista ao autor).

Carlos Heitor Cony e Juremir Machado da Silva também explicitaram em seus depoimentos situações em que a percepção do público é construída a partir das manifestações expressas nos espaços institucionais de participação do leitor. Cony comenta sobre as interações que realiza com o público por meio de e-mails e palestras. Outra maneira, segundo ele, de conhecer o seu leitor é por meio das pesquisas de opinião realizadas pela *Folha de São Paulo* sobre a audiência das suas crônicas. Nesse caso, mesmo que o público continue sendo apreendido a partir de tipificações¹²², ele participa da inserção de Cony no mundo social, ao definir, por exemplo, a sua permanência no jornal:

A Folha sabe quantos leitores me lêem, quantos lêem o José Simão, quantos lêem o Clóvis Rossi, quantos lêem a Danuza (...). No dia em que o nível cair muito, eles acabam decidindo: “Vamos reformar tudo”. Eu estou no mercado até hoje [risos], mas se não me lerem, eu vou para casa! (...) O donos dos jornais, aqueles, que me pagam, que gastam espaço comigo, eles querem saber o que se eu estou fazendo. Se não fizer, não sou atrativo para eles (Entrevista ao autor).

Já Juremir Machado da Silva explica como as reações que recebe do público via correio eletrônico ajudam a definir o grau de superficialidade/profundidade de suas crônicas:

¹²² Para uma discussão mais aprofundada sobre a legitimidade das pesquisas de opinião, ver BOURDIEU, P. ‘A opinião pública não existe’. In: *Questões de Sociologia*. São Paulo: Marco Zero, 1983. p. 173-182 e CHAMPAGNE, P. ‘La e‘publicisation’’. In: PAILLIARD, I (org). *Espace public et entreprises de la communication*. Grenoble: Ellug, 1995, pp. 17-36.

Eu tenho jogar com os dois. Normalmente, da seguinte maneira. Eu procuro escrever o que eu gosto. Mas eu sei que existe um contexto, uma situação concreta. Lá pela altura em que as pessoas começam a me mandar e-mail dizendo assim: “Você está muito intelectual. Você está muito abstrato! Você está muito restrito!”, aí eu dou uma parada e vou atender os outros. E existem os casos contrários: “Pô, faz uma semana que você só fala de futebol”, aí eu penso, quem sabe não é o momento de focalizar mais (Entrevista ao autor).

As instâncias de participação do público no mundo dos jornalistas expressas acima, ajudam a explicar como Cony e Juremir definem e orientam suas práticas a partir do modo como antecipam as motivações do leitor e a imagem construída sobre ele. Esse processo possui ainda conseqüências nas questões relativas à identidade dos entrevistados, pois o público participa dos processos de negociação estatutária e de atribuição de reputação no mundo social. Trataremos disso a seguir.

6.1.3.2 – Público: legitimidade e reputação no mundo social

Durante a análise do *corpus*, percebemos que certos entrevistados fazem referência ao público nos processos de negociação de estatutos, muitas vezes visando legitimar escolhas realizadas no âmbito das carreiras profissionais. Assim, quando o objetivo é reificar certos elementos da identidade jornalística, é possível que o indivíduo busque instrumentalizar a audiência, explicando como ela desempenha um papel complementar ao do emissor, como afirma Alberto Dines (1996: 54): “*O jornalista e o leitor são os que melhor se entendem e sintonizam, pois se os primeiros são treinados para sentir as necessidades do último, este foi domesticado para receber aquilo que certamente lhe agradará*”.

Em outros momentos, um jornalista pode fazer referência ao leitor tendo como base o que seria a verdadeira função do jornalista na sociedade, para explicar a adoção de vias alternativas na sua trajetória profissional. É o que faz Raimundo Pereira quando fala da sua proposta de uma imprensa calcada nos movimentos populares, como já havíamos mencionado no capítulo IV.

Carlos Heitor Cony se utiliza do público para impor o estatuto de escritor, embora reiterando uma relação de desapego, quase desprezo, para com a avaliação dos leitores de seus romances. Cony coloca essa posição de forma bastante enfática. Se por um lado, mostra que *Pilatos*, que ele considera seu melhor romance, foi incompreendido ou não aceito pela audiência (incapaz, portanto, de avaliar corretamente uma produção literária de qualidade),

em outra situação, ele explica que *Quase memória*, seu maior sucesso junto ao público adulto, está aquém do que ele define como um bom livro:

Acho que o livro ocupa um lugar muito modesto, inclusive na minha produção. Qualquer pessoa formada em literatura percebe os saltos da narrativa e a oscilação da linguagem. Uso a linguagem chã, a linguagem objetiva da reportagem, a linguagem subjetiva da crônica e até certo ponto a linguagem fantástica do romance. Eu juntei essas três linguagens meio arbitrariamente e deu um todo. Mas eu me sinto como se estivesse vestido com a calça de um terno, o paletó de outro e o sapato de um terceiro. Sinto-me não exatamente apalhado, mas arlequinizado (Cony, 1996: 02).

Em Cony, percebemos uma tensão entre o reconhecimento pelo público e a satisfação pessoal. Satisfação que, na verdade, remete a uma dimensão coletiva, porque o que ele interioriza como “bom”, “inovador” ou “bem escrito” depende das convenções criadas e negociadas pelos demais membros do mundo das artes (os pares, críticos, teóricos e professores de literatura). De todos os entrevistados, a situação de Cony talvez seja a que melhor corresponda aos pressupostos da teoria bourdieusiana (Bourdieu, 1966; 1997), pois ele opõe, na definição de si e de suas práticas, as dicotomias que marcam o campo intelectual ou artístico. Ou seja, Cony se coloca na posição de agente que adquire sua legitimidade por meio do reconhecimento pelos pares, recusando ou desprezando certas obras menores (*Quase memória* e também toda a sua produção jornalística), cuja posição se fundamenta em valores mercadológicos (Costa, 2005).

Cony ilustra o papel do leitor na atribuição da reputação no mundo social e a forma como isso interfere no processo de construção identitária. De fato, embora o autor de *Quase memória* se defina como escritor, não há como negar que, para uma parte dos leitores de suas crônicas, ele também é visto como um jornalista. Durante a entrevista, Cony explicou que esse tipo de confusão (achar que um cronista é um jornalista, por exemplo) seria uma “deformação” por parte da audiência e dos jovens jornalistas. Em outro momento, conta como essas intervenções nos mundos do jornalismo e da literatura, amparadas em bases convencionais diferentes, implicam em processos distintos de atribuição de reputação, o que o obriga a assumir (mesmo sem querer) um outro estatuto (de cronista) frente a uma parcela dos seus leitores:

A dicotomia que há, é entre a crônica e o romance. Em geral, quem gosta dos romances, não gosta das crônicas. E vice-versa. Quem gosta do romance não gosta das minhas crônicas.

Acha que existem dois Conys diferentes?

Não, sei, é uma coisa bastante típica. Eu digo isso porque quando eu vou fazer palestras, a gente vê nitidamente essa divisão. Pessoas que me aceitam na crônica e não me aceitam no livro. Acham que eu sou muito pessimista, muito negativista. E as pessoas que não me aceitam na crônica porque a acham que a minha crônica – embora às vezes violenta – ela é conformada, ela é careta (Entrevista ao autor).

Situação análoga vive Zuenir Ventura. Embora se defina como jornalista e afirme ter redigido seu primeiro romance “por acaso”, o entrevistado acabou adquirindo junto ao público a reputação de bom escritor, que permitiu, por um lado, o ingresso na carreira literária e, por outro, obrigou-o a assumir um novo estatuto: “*O livro [1968: O ano que não terminou] fez sucesso, muito mais do que eu esperava – ele hoje está na 40ª, são 40 edições já (...). E, como o livro teve essa boa aceitação junto no mercado, do público, eu logo em seguida, tive proposta de fazer outro, fazer outro e não pude mais me livrar dessa outra tarefa de escritor*” (Entrevista ao autor).

O público também participa da construção da reputação de Adísia Sá como uma jornalista e intelectual crítica e combativa. Comentarista de rádio desde 1984, quando começou a trabalhar no programa ‘Debates do Povo’ da *Rádio AM do Povo* de Fortaleza, Adísia conta que, em querer, muda o jeito como se porta diante da audiência quando está no ar: “*Houve uma coisa fantástica: quando eu me vi no microfone, eu mudei. Não tinha nada de Adísia, foi uma outra mulher que apareceu no microfone. Quando eu saía do rádio, eu era eu mesma. Sempre fui muito combativa, muito viva, muito agitada, mas no rádio eu extrapolei, soltei os cachorros*” (Entrevista ao autor). Essa mudança talvez tenha a ver com a relação entre o dispositivo midiático adotado e o modo como Adísia interioriza o público ouvinte – mas isso é apenas uma suposição. De qualquer forma, a atuação no rádio contribuiu bastante para a construção da reputação da entrevistada. Na biografia que tratou da jornalista e professora cearense, Amorim (2005) explica que ela ainda hoje é conhecida na rua como “Adísia do Rádio”. Conta ainda que o sucesso do programa ‘Debates do povo’ lhe rendeu convites de partidos políticos para se candidatar à vereadora, deputada e até prefeita de Fortaleza, todos recusados por Adísia.

6.1.4 – Os padrões

No mundo social dos jornalistas, os proprietários das empresas de comunicação desfrutaram de um estatuto ambíguo. Eles participam da rede de cooperação viabilizando a

produção do noticiário. Ao mesmo tempo, possuem seus interesses – lucratividade, influência – nem sempre ligados à deontologia e ao discurso de legitimação da profissão, a partir dos quais impõem certas condições para a realização do trabalho nos jornais. Observa-se, portanto, um processo de negociação que define a margem de manobra do jornalista no mundo social. É ainda a partir das relações com os chefes que emergem valores ligados à imagem do jornalista (independência ou subserviência) que ajudam a construir sua reputação no mundo social.

6.1.4.1 – Papéis sociais: mestres e vilões

Nas relações com seus empregados, o proprietário de um jornal pode assumir diferentes papéis sociais. Para alguns, ele pode se portar como um jornalista experiente que, talvez por questões de mérito, tornou-se também dono da sua empresa de comunicação. Nesse caso, desempenha o papel de mestre, ajudando no processo de interiorização das convenções do mundo social. Sem necessariamente atuar de forma coercitiva (como se espera de um patrão), ele ensina aos seus empregados/discípulos as normas de conduta necessárias ao exercício da profissão. Citaremos aqui os exemplos de Zuenir Ventura (na época em que trabalhava na *Tribuna da Imprensa* sob a direção de Carlos Lacerda), Carlos Chagas (sob a chefia de Roberto Marinho em *O Globo*) e Adísia Sá (que trabalhou sob o comando de Olavo Araújo na *Gazeta de Notícias* em Fortaleza):

Zuenir Ventura: *A influência do Carlos Lacerda foi muito forte. Ele foi o meu professor de jornalismo. Eu não tinha faculdade de jornalismo, fiz faculdade de letras, ele acabou sendo, na prática, o meu professor*” (Entrevista ao autor).

Aprendi jornalismo diretamente com o Carlos Lacerda, no jornal dele. Ele fechava o jornal de manhã e ia dar aula para a redação: parava tudo e ele comentava o jornal, criticava, ensinava... A redação virava uma sala de aula” (apud Horta & Priolli, 1989: 06)

Carlos Chagas: *O Roberto Marinho disse: “Vá trabalhar. E vou lhe dar um conselho: nunca escreva uma matéria e entregue a matéria sem reler antes. Perca 10 minutos, 15 minutos relendo. Você vai ver que você vai deixar de cometer uma porção de erros”. (...) E eu segui aquilo até hoje* (Entrevista ao autor).

Adísia Sá: *Meu chefe dizia: “Jornalista quando sai a serviço não fica nem na ante-sala do governador. Quando a senhora não está no seu trabalho, a*

senhora não tem nada. Mas, como jornalista, a senhora não espera na antesala”. Quando eu saía, eu estava com três metros de altura. Então ele me passou um orgulho justo pela profissão (Entrevista ao autor).

Para outros jornalistas, o chefe pode assumir o papel de ‘proprietário’ ou ‘dono’, no sentido pejorativo da palavra. Ou seja, como alguém com conhecimento limitado de jornalismo, que usa o veículo em benefício dos seus interesses financeiros e ideológicos, sem respeitar os princípios da profissão. Assim, tanto Raimundo Pereira como Mino Carta chegam a atribuir aos patrões a responsabilidade pela má qualidade da imprensa atual (ver capítulo VII, 7.4).

Para Raimundo Pereira, esse problema deve ser atribuído à estrutura econômica dessas empresas, fundamentada na lógica do grande capital. Já Mino Carta define os patrões como pessoas prepotentes e incapazes de colocar a prática jornalística e o projeto de uma imprensa de qualidade acima das suas ambições. Além disso, eles podem perfeitamente tomar partido contrário ao interesse do país sempre que se sentirem política e economicamente ameaçados: *“Os patrões estão sempre de um lado só. Normalmente se odeiam entre si – porque eu conheço os patrões e posso afirmar que é assim mesmo –, mas, na hora que eles consideram que um fantasma está surgindo no horizonte, eles se unem contra esta ameaça comum. Isso é inescapável”* (Entrevista ao autor). É nesses termos, por exemplo, que Mino (2000b) define em seu livro *O Castelo de âmbar* a atuação dos proprietários de jornais durante a história recente do Brasil – com destaque a família Civita, dona da Editora Abril: *“Os vilões [descritos em seu livro O Castelo de Âmbar] de certa maneira são os patrões da imprensa nativa. Eles trabalham eficazmente a favor do regresso e não do progresso”* (Carta, 2000a: 02).

6.1.4.2 – Autonomia e escolhas

Pelo fato de exercer relativo controle das redações dos veículos, o patrão pode impor de maneira direta ou indireta normas de conduta com o objetivo de integrar (ou submeter) o indivíduo à base convencional da sua empresa. Estudos sobre os processos de socialização no jornalismo (Breed, 1993; Ribeiro, 1994) descrevem esse atitude do proprietário pelo modo como ele se utiliza de mecanismos nem sempre evidentes de recompensa-punição. Seria o caso do uso da autoridade institucional e de sanções; critérios de progressão na carreira profissional; sentimentos de obrigação e estima para com os superiores e imposição de uma “tensão fabricada” com a finalidade de extrair maior produtividade do jornalista.

Nesse processo, o patrão participa das atividades do mundo social, delimitando as escolhas que podem ser realizadas pelos jornalistas. Alberto Dines, por exemplo, quando ocupou cargo no *Jornal do Brasil*, já conhecia os limites das suas atribuições como empregado: “*O meu negócio era fazer jornal, porque eu sabia que quem fazia a opinião do jornal era o dono*” (Dines, 2003: 95). Da mesma forma, Raimundo Pereira entende que é preciso deixar de lado algumas convicções políticas e ideológicas, nos períodos em que resolve trabalhar para os veículos da imprensa das grandes empresas: “*Eu sou socialista, mas eu não vou fazer matérias, procurar assuntos para fazer propaganda das idéias socialistas num jornal burguês*” (2006f, s.p.).

Esses pressupostos remetem a um componente estrutural subjacente ao jogo de papéis patrão-empregado. Contudo, tal fato não nos permite concluir que essa relação reflete obrigatoriamente mecanismos de distinção de classe ou estruturas de dominação. Ao trabalharmos com a noção de mundo social, percebemos que essas relações estruturadas são apreendidas e negociadas de forma subjetiva. Pode haver variações, por exemplo, na forma como dois jornalistas (Carlos Chagas e Flávio Tavares), trabalhando em um mesmo veículo (*O Estado de São Paulo*), no mesmo período (final da ditadura, início do processo de democratização), assumem pontos de vista distintos sobre a autonomia que desfrutaram na redação:

Carlos Chagas: *O Estadão é o melhor lugar do mundo para você trabalhar quando tem ditadura porque ele te dá toda cobertura. É contra a censura, você é processado, manda advogados para cá para te defender e tudo. Mas, quando acaba a ditadura, o Estadão vira apenas um jornal reacionário, conservador* (Entrevista ao autor).

Flávio Tavares: *A minha volta ao Estadão foi a coisa mais gratificante que eu tive porque eu tinha trabalhado no Brasil num jornal que, em termos políticos, era o oposto do Estadão. Vou trabalhar no Estadão e foi, de fato, um jornal onde eu tive absoluta liberdade (...). La, sob certos aspectos, até mais liberdade, porque era um jornal conservador. Tive liberdade até quando fui editorialista político do Estadão*¹²³ (Entrevista ao autor).

¹²³ Uma possível explicação para a relação de Flávio Tavares com a direção do *Estado* está na postura adotada pela direção do jornal durante seu seqüestro em Montevidéu. Diz Tavares: “Eu morava na Argentina e em 1977 numa cobertura que realizei em Montevidéu, fui seqüestrado pelo exército uruguaio. Fiquei 28 dias seqüestrado, mais cinco meses e meio preso. O *Estadão* se portou com uma dignidade impressionante. Mais que o *Excelsior* do México, o *Estadão* é que fez a grande campanha internacional que me impediu a morte. Eu ia ser morto porque estava há 28 dias desaparecido. Ele e forçou a minha libertação, me mandou para Portugal, me conseguiu asilo. O Julinho, o Júlio César Mesquita, que era um menino, filho do Júlio Mesquita Neto, me acompanhou no vôo de Montevidéu a Lisboa, para me entregar ao Mário Soares, que é o primeiro-ministro de Portugal”. Sobre esse evento, Mayrink (1992: 223) comenta: “Foi Júlio César, o Julinho, que segurou o jumbo Boeing 747 na pista, impedindo que o jato fechasse as portas quando os militares argentinos tentaram sumir com Flávio (...). Flávio Tavares jamais disfarçou sua gratidão”.

Mesmo trabalhando na condição de empregado, um jornalista pode negociar diretamente com o patrão o grau de autonomia na redação. É o que explica Mino Carta (2000: 175), ao falar das regras negociadas com os proprietários da editora Abril por ocasião do seu ingresso em *Veja*: “*As condições apresentadas ao chairman of the board se resumiam assim: a Abril definiria características e objetivos de publicação e Mino a dirigiria se estes não machucassem sua alma e negassem princípios e crenças que ele cultivava. No dia-a-dia, os Civita não teriam interferência e só poderiam discutir cada edição depois de publicada*”.

Também Raimundo Pereira, descreve como o seu projeto de dirigir *Opinião* resultou de uma negociação prévia com o Fernando Gasparian, empresário idealizador e financiador do periódico. O interessante nesse caso está justamente no fato de que até mesmo a própria percepção da posição social e ideológica do proprietário expressa por Raimundo não impede que se chegue, logo a seguir, a um consenso que é efetivado com o surgimento do jornal (embora não necessariamente expresso nas bases propostas por Raimundo):

Esteve aqui a burguesia nacional em pessoa e me propôs fazer um semanário em bases inglesas – um dono que paga e acha dinheiro e um editor que edita – no Brasil. Todas as idéias foram discutidas rapidamente com ele (...). Pergunta: e os grupos nacionais, os compromissos com as linhas nacionalistas? Resposta: nenhuma; eu (Raimundo) faria um jornal independente etc. Resta agora só a questão essencial: É uma pessoa honesta, decente, com a qual se possa embarcar nessa canoa por um mar de trevas e tempestades? (...). A uma certa altura a gente se alia ao próprio demônio para trabalhar com um mínimo de decência, mas é preciso saber exatamente que diabo é ele (...) (Carta de Raimundo Pereira a Bernardo Kucinsky, c. 1972, arquivo BK *apud* Kucinsky, 2003; os grifos no original).

Outra situação pode ser ilustrada pelo depoimento de Carlos Chagas. Nele, o entrevistado evidencia como a autonomia também pode ser adquirida quando o patrão não interfere em certos segmentos do veículo que ele não considera importantes ou estratégicos:

O Sílvio Santos me liga e diz: “Ah, quero que você venha para cá fazer um comentário por dia”. Eu disse: “Está bom, eu vou, mas a sua televisão não é propriamente uma televisão política”. Ele disse: “Não, não tem problema nenhum”, ele até foi muito simpático: “Você pode vir aqui comentar tudo o que você quiser, não vou te cercear, te pedir nada. Agora, a responsabilidade é sua. Eu sou responsável só pelos shows. Se você for responsabilizado, o problema é seu”. E estamos assim até hoje (Entrevista ao autor).

Além das negociações face-a-face, descritas pelos entrevistados, podemos ilustrar outras situações em que a relação com o proprietário também definem o grau de autonomia dos jornalistas. É possível mencionar o fato de que liberdade criativa que desfruta Carlos Heitor Cony na *Folha de São Paulo* é resultado da política do jornal de dar espaço aos cronistas de sucesso junto público, segundo as sondagens de opinião. Ou como a indicação de Adísia Sá para a coluna do *ombudsman* do jornal *O Povo* pode ser vista como uma forma do presidente do grupo, Demócrito Rocha Dummar, negociar um espaço onde ela pudesse exercer o seu talento de forma a beneficiar o veículo (do ponto de vista da audiência e de legitimidade), ao mesmo tempo em que evitava que ela o indispusesse contra grupos políticos, como acontecia quando era comentarista do programa ‘Debates do Povo’.

As normas impostas nas relações patrão-empregado sempre podem ser desobedecidas pelos dois lados. Zuenir Ventura (2005: 243) conta das suas relações com José Antônio Nascimento Brito, proprietário do *Jornal do Brasil*: “Um não gostava do estilo do outro. Da parte dele, suspeito que me achava irresponsável. Da minha parte, era pura reação”. Para provocar o patrão, Ventura (2005: 244) podia, por exemplo, publicar uma capa escandalosa em um fim de semana em que trabalhava como plantonista, no fechamento das edições de domingo ou de segunda feira: “Uma delas foi uma foto que publiquei com indevido destaque de Caetano e Gil beijando-se na boca, quando isso ainda era transgressão e não moda. Sei que ele ficou uma fera (...). Me divertia em preparar-lhe surpresas parecidas”.

Da mesma forma, Kucinsky (2003) conta que as bases de colaboração negociadas entre Raimundo Pereira e Fernando Gasparian em torno de *Opinião* foram em certo momento desrespeitadas pelas duas partes. Primeiro porque Gasparian não pôde manter uma política de salários compatível com mercado. De sua parte, Raimundo, junto com o restante da redação, passou a se considerar como o verdadeiro dono do jornal, enfrentando ou desprezando eventuais posições de Gasparian.

Ao admitirmos a existência de uma margem de negociação, não estamos negando a existência das relações de poder entre patrões e empregados. Elas existem e são exercidas sempre que necessário. Problemas com a chefia explicam de Mino Carta de *Veja* (1976) e da *Isto É* (1994) e sua postura posterior de “inventar seus próprios empregos”. Explicam também a demissão Alberto Dines do *Jornal da Noite* (1961) e do *Jornal do Brasil* (1973); e a de Raimundo Pereira do alternativo *Opinião* (1972). Além disso, muitas vezes o poder patronal é exercido de forma sutil, delimitando em muitos casos a reputação e a evolução das carreiras profissionais dos entrevistados – promoções, demissões, mudanças de estatuto –, embora essas ocorrências nem sempre tenham sido explicitadas nas entrevistas. Contudo, as

negociações entre esses dois atores sociais são suficientemente fluidas porque dependem da reputação do jornalista, dos interesses do patrão, do contexto sócio-histórico, etc. Por isso, podemos afirmar que elas não se limitam apenas às relações de dominação descritas, por exemplo, pela sociologia bourdieusina ou por certas correntes marxistas que analisam a questão a partir de uma estrutura de classes.

6.1.4.3 – Padrões e a reputação dos jornalistas

Ao delimitarem as escolhas que os jornalistas realizam no mundo social, os padrões são responsáveis, até certo ponto, pelo produto final veiculado em suas empresas. Eles também influem na construção da reputação adquirida pelos jornalistas. Na medida em que garantem maior ou menos autonomia ao profissional, delimitam até que ponto ele pode se utilizar do jornal para assumir algum tipo de posicionamento político, por exemplo. A reputação de Mino Carta como um jornalista crítico e independente não é recente. Ela remete aos tempos em que a Revista *Veja* – cujos donos preferiram não intervir na linha editorial – combatia a censura durante o regime militar. Da mesma forma, a relação de autonomia adquirida por Raimundo Pereira e pela redação de *Opinião* lhes permitiu se posicionarem como um grupo de resistência à ditadura militar a partir de 1973.

Outro exemplo interessante aconteceu em 14 de dezembro de 1968, quando Alberto Dines, diretor do *Jornal do Brasil*, resolveu assumir uma posição política contra a instituição do AI-5, utilizando-se para isso da autonomia adquirida junto ao patrão, Nascimento Brito. O resultado foi uma edição considerada histórica (ver também seção 6.2.2), sempre citada nos depoimentos e biografias de Dines:

Quando ouvimos a notícia sobre o AI-5, a redação toda parou e pensamos “esse negócio aí é sério, agora vem a censura!”. E cerca de uma hora depois da edição da Hora do Brasil, alguém liga da portaria do prédio dizendo que tinham chegado alguns militares fardados para falar comigo, se não me engano eram cinco majores. Eu era o editor-chefe do jornal, eu os recebi, os coloquei na sala de reuniões e pedi para trazerem água ou qualquer coisa assim. Subi para a direção do jornal e disse olha, tem um fato novo e eu acho que agora nós temos uma obrigação, parece que isso vai durar muito tempo, temos uma censura instalada aqui, pelo menos uma vez, e tem que ser amanhã, precisamos avisar ao leitor que estamos sob censura, basta uma vez só; e não pode ser depois de amanhã, tem que ser amanhã, depois de amanhã a gente não sabe o que é que vai acontecer”. Aí o Nascimento Brito me falou “Dines, se você assumir a responsabilidade desse ato, você faz, mas faça do seu jeito. Respondi “deixa comigo!” (Dines, 2002: 14).

Um patrão também pode trabalhar contra a reputação de um jornalista. Se ele não reconhece a competência de um empregado, é possível que ele o relegue em um segundo plano, impedindo sua ascensão na carreira. Foi o que acontece no início com Adísia Sá: “*Os meus artigos, o diretor não admitia que assinasse. Ele achava que eu estava entrando ali só para aparecer. Depois de alguns anos, quando ele se desfez do jornal ele pediu perdão porque ele tinha me massacrado muito, mas ele achava que eu era mais uma que queria aparecer dentro de jornal. E reconhecia que eu era um jornalista*” (Adísia Sá, entrevista ao autor).

No extremo oposto, a reputação de um jornalista pode tornar-se suficientemente grande para que o patrão se sinta incomodado: “*A presença de profissionais competentes, de grandes jornalistas respeitados pelas redações, atrapalha a sucessão no feudo e compromete os interesses de quem manda na instância intermediária e na suprema*”. (Carta, 2000b: 228). Nesses casos, o proprietário pode intervir para minar a reputação do seu empregado, reduzindo sua autonomia na redação, demitindo-o (ex.: Mino Carta), colocando seu nome nas “listas negras” do meio profissional (ex: Alberto Dines), etc.

6.2 – As interações com outros membros do mundo social

O processo de construção identitária não se limita às interações que os entrevistados estabelecem com as pessoas envolvidas diretamente na produção e na recepção do noticiário. Se o que caracteriza um mundo social é justamente a forma como os laços que compõem a rede cooperativa se estendem por toda a sociedade, é preciso agregar à análise outros atores sociais mencionados no *corpus* de pesquisa. Embora a maioria dos entrevistados se situe como jornalistas, essas interações transpõem os limites das atividades consideradas como pertencentes ao “âmago” do mundo social. Elas remetem a uma rede de interdependências que abrange a sociedade como um todo, se imiscuindo nos domínios de outros mundos (político, artístico, entre outros). Por essa razão, deixaremos de lado questões relativas ao papel dos atores como colaboradores da produção jornalística para nos centrar na maneira como essas relações estão associadas à evolução da carreira profissional e da construção da reputação e da identidade social dos entrevistados.

6.2.1 – Os intelectuais

Dos grupos e papéis sociais analisados neste capítulo, as relações com os intelectuais merecem destaque. Se estamos falando em jornalistas-intelectuais, é importante levarmos em conta como as relações com a intelectualidade participam do processo de construção identitária dos entrevistados. Durante a análise do material, percebemos diversas referências a espaços e a atores sociais ligados ao meio intelectual e que estão presentes na história de vida dessas pessoas. Seria ingênuo acreditar que essas relações implicam automaticamente em uma identidade ou legitimidade intelectual. Elas evidenciam, contudo, a existência de redes de sociabilidade que ajudam a explicar traços da trajetória dos entrevistados em termos de escolha e reputação.

6.2.1.1 – Uma sociabilidade compartilhada

Em diferentes momentos de suas vidas, os entrevistados compartilharam de espaços de sociabilidades comuns aos intelectuais. Partimos aqui do conceito de sociabilidade definido por Sirinelli (1994: 12) como “um grupo(mento) permanente ou temporário, em qualquer grau de institucionalização, no qual escolhe-se participar”¹²⁴. Ao escolherem ou ao serem escolhidos por grupos intelectuais, esses indivíduos negociam seus estatutos com os demais membros do mundo social, interiorizando convenções, adequando-se às exigências do grupo de acordo com suas hierarquias pessoais (Strauss, 1992). “A identidade coletiva (...) ajuda a desenhar a identidade individual, bem como na experiência das outras pessoas. Nenhum indivíduo cresce sem essa ancoragem da sua identidade pessoal na sua identificação com o grupo ou grupos”¹²⁵ (Elias, 1994: 109).

Um indivíduo pode compartilhar conscientemente de uma sociabilidade intelectual com o objetivo de se legitimar socialmente. Se seguirmos a análise de Rieffel (1993; ver capítulo I), a aquisição de um status de intelectual depende da forma como o indivíduo ingressa nesse meio, como escolhe os modos de afiliação adequados. Ele pode, por exemplo, entrar em determinadas rodas intelectuais, como fez Adísia Sá durante sua juventude em Fortaleza. “*Eu*

¹²⁴ Tradução do autor de: “un groupe(met) permanent ou temporaire, quel que soit son degré d’institutionnalisation, auquel on choisit de participer”.

¹²⁵ Tradução do autor de: “The collective identity (...) help to fashion his individual identity his own as well as in other peoples experience. No individual grows up without this anchorage of his personal identity in the identification with group or groups”.

citava mais autores do que escrevia texto meu. Eu tinha que mostrar que eu era uma pessoa lida, né? Intelectual! Bobagem!” (apud Amorim, 2005: 40).

Pode-se ainda ingressar, ao acaso, em ambientes capazes de proporcionar contato com um clima de efervescência política e cultural da época, que lhe dê acesso a redes nodais de convergência intelectual, nas quais certos atores adquirem alguma formação. É o caso da Universidade de São Paulo dos anos 1960 (ver capítulo VII). Segundo Ridenti (2003), a USP, nessa época, era considerado um espaço de circulação de dramaturgos, escritores, profissionais liberais, músicos, professores e militantes ligados aos movimentos estudantis e às organizações de esquerda. Esse ambiente foi freqüentado por Raimundo Pereira (Kucinsky, 2003), o que explica algumas escolhas realizadas durante sua trajetória de vida: *“Naqueles anos, começo dos anos 60, havia um ambiente de muita politização. A gente se envolvia com aquilo, era mais ou menos o meu caso, embora fosse um envolvimento mais pelo lado literário, cultural (...). Eu era uma pessoa que escrevia, gostava escrever, gostava de literatura, de teatro e foi por esse caminho que eu me tornei redator da imprensa”* (Entrevista ao autor).

Outro exemplo semelhante no espaço geográfico de sociabilidade intelectual, mas que remete a uma outra geração, foi descrito por Alberto Dines, quando fala do Rio de Janeiro dos anos 1940-1950:

O Rio de Janeiro era isso, era a capital, com uma vida cultural intensíssima representada por um polígono: o Teatro Municipal em frente; o Museu Nacional de Belas Artes; um pouco mais ao lado, a Biblioteca Nacional; mais adiante, um prédio moderníssimo, um dos pilares da arquitetura moderna, que é a ABI [Associação Brasileira de Imprensa]; outro pilar da arquitetura moderna, o Ministério da Educação – não tinha muitas atividades, mas tinha uma boa biblioteca e lá trabalhavam grandes figuras como o [poeta modernista] Carlos Drummond de Andrade. E ali estava a cultura brasileira (...). E estavam lá os jornalistas (...). Então, esses ambientes vão te conduzindo... Porque as cidades, naquela época, permitiam essa concentração (...). Eu sou muito fruto desse ambiente cultural do Rio de Janeiro e consegui me encaixar (Entrevista ao autor).

Um curioso ambiente de socialização da intelectualidade brasileira durante o regime militar foram as prisões. O fato de que, durante a ditadura, numerosos intelectuais terem sido detidos, estranhamente fez do ambiente prisional um espaço de encontro entre essas pessoas. Nesse caso seria um contra-senso dizer que se trata de uma escolha intencional de afiliação. Entretanto, essa idéia dos “companheiros de prisão” marca a biografia de diversos intelectuais, sobretudo da geração que viveu de forma mais intensa o período do regime

militar. Dos seis jornalistas que iniciaram no jornalismo sua carreira antes do golpe de 1964, apenas Adísia Sá e Carlos Chagas não foram presos.

A passagem pelos “porões da ditadura” atesta, antes de tudo, a opção pelo engajamento contrário ao regime, a partir do militantismo político e intelectual em defesa das liberdades democráticas. Essas prisões remetem ainda ao fato de jornalistas, artistas, políticos e intelectuais partilharem, durante esse período, de pontos de vista comuns e de laços de amizade, como explica Zuenir Ventura ao falar dos seus companheiros de prisão:

Por equívoco, parece que me confundiram com um dirigente do Partidão que tinha o mesmo sobrenome. Fiquei preso três meses com o Zivaldo, o Geraldo Mello Mourão, Osvaldo Peralva e Hélio Pellegrino. Então, aproveitei para fazer análise com ele. Ninguém sabe por que, fomos colocados na mesma cela às cinco da tarde e, nesse primeiro dia, conversamos sem parar até o amanhecer. E continuamos conversando (apud Horta & Priolli, 1989: 04).

Eram todos mais ou menos ligados. O Zivaldo era jornalista também, o Hélio Pellegrino, embora fosse psicanalista, era um colaborador ativo da imprensa diária, dos jornais, ele escrevia artigos, ele tinha uma militância muito grande no jornalismo, embora não fosse uma militância diária, fosse a militância de articulista. Mas, enfim, todo o mundo ligado, todos eles presos por opinião e presos juntos (Entrevista ao autor).

As redes de sociabilidade podem ainda se formar em ambientes onde as interações com / entre os intelectuais se realizam de forma mais institucionalizada. Os jornais até a década de 1960, constituíram-se em espaços de convivência entre os profissionais da imprensa e os *hommes de lettres*. “Num momento em que as universidades ainda não concentravam a produção cultural do país, a maioria dos intelectuais era autodidata, formada na vida e em centros de convergência como a imprensa” (Costa, 2005: 96).

Nesse contexto, redações inteiras também se transformavam em espaços de troca entre jornalistas e intelectuais. Trocas que resultavam em “fagulhas¹²⁶”, nas palavras de Alberto Dines: “*Eu sou fruto dessa concentração em torno das redações (...). Você tinha todo um circuito onde as pessoas se conheciam, se intercambiavam, tinham uma interlocução. E as redações eram o foco*” (Entrevista ao autor). Um dos exemplos mais notórios desse fenômeno foi a redação do *Correio da Manhã*, jornal influente nos anos 1950-1960 – o mesmo veículo,

¹²⁶ Um dado curioso sobre o uso do termo “fagulha” por Dines é o fato de que essa metáfora já havia sido utilizada por Lênin (1978) para descrever o papel do jornal como um “organizador coletivo”: “Esse jornal seria parte de um gigantesco fole de uma forja que abrigasse cada fagulha da luta de classes e da indignação popular, para fazer surgir um grande incêndio”. Difícil saber se o uso do termo por Dines é uma referência consciente ou não ao texto de Lênin, mas coloca-se aqui a referência a título de ilustração.

aliás, onde Cony publicou suas crônicas contra o golpe militar em 1964. Em depoimento, o redator-chefe do Correio, o escritor e jornalista Antônio Callado (s.d, *apud* Moraes, 1992, *apud* Costa, 2005: 96) descreve a relação entre os jornalistas e os intelectuais que integravam a redação desse periódico:

Era uma estrutura intelectual impressionante (...). Creio que não se repetiu no país uma redação tão impressionante como aquela, inclusive porque havia uma simbiose, uma ligação maior entre o intelectual e o redator do jornal. Hoje os jornais estão mais profissionalizados e, sob muitos aspectos, mais fortes do que os daquela época. Isso tirou outro brilho, o brilho intelectual que existia em redações como a do Correio.

Já havíamos comentado a influência que Alberto Dines sofreu com a convivência junto aos editorialistas do *Jornal do Brasil*. Alguns deles eram jornalistas, outros escritores como Luiz Alberto Bahia, o próprio Antônio Callado e o cronista Otto Lara Resende. Também Zuenir Ventura trabalhou com intelectuais nas redações da *Tribuna da Imprensa* (Ledo Ivo) e em *O Cruzeiro* (José Candido de Carvalho) e com o polemista e político Carlos Lacerda, proprietário da *Tribuna*.. Juremir Machado da Silva conviveu com os escritores gaúchos Luiz Fernando Veríssimo (com quem se envolveu numa polêmica), Moacir Scliar e David Coimbra. Da mesma forma, *Opinião*, um dos jornais dirigidos por Raimundo Pereira, funcionou como um espaço de “comunicação entre intelectuais e jornalistas perseguidos pelo regime militar e seu público, devolvendo o direito de expressão aos pesquisadores e pensadores expurgados das universidades” (Chinem, 2004: 109; ver também Kucinski, 2003 e capítulo VII). O periódico deu espaço a figuras como Fernando Henrique Cardoso e Aloysio Biondi; aliás, esse tipo de sociabilidade é comum em veículos da imprensa alternativa:

A imprensa alternativa surgia da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo que se encontrava o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. Compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social, ou seja, um mesmo conjunto de crenças, significações e desejos, alguns conscientes e até expressos na forma de uma ideologia, outros ocultos, na forma de um inconsciente coletivo (Kucinski, 2003: 16).

A visão do jornalismo como espaço de sociabilidade intelectual não se limita ao espaço redacional. Muitas vezes, a própria prática jornalística permite que se entre em contato

com pessoas do meio acadêmico, artístico e cultural. São relações institucionalizadas a partir de papéis, como o de fontes de informação, e que podem posteriormente evoluir para relações de coleguismo ou amizade. Isso é bastante comum nos jornalistas que cobrem editorias de cultura (Antônio Hohlfeldt, Juremir Machado da Silva, Zuenir Ventura), como explica Costa (2005: 168):

É uma estratégia que oferece a esses autores uma posição privilegiada no campo literário por seus contatos com editores, críticos e outros escritores, além de permitir um conhecimento sempre atualizado sobre tendências, normas e lançamentos do mercado editorial. E que permite ao jornalista especializado a acumulação de capital cultural, conhecimento teórico e técnico, além de uma melhor compreensão da lógica do jogo intelectual.

Outro ambiente que favorece essa sociabilidade é o meio acadêmico. Dos dez entrevistados, sete tiveram alguma experiência como professores: Adísia Sá, Alberto Dines, Antônio Hohlfeldt, Carlos Chagas, Flávio Tavares e Mino Carta. Espaço reconhecido de atuação e recrutamento da intelectualidade (Hamon & Rotman, 1981), a universidade possibilita que o jornalista estabeleça contato com intelectuais, sobretudo das áreas de Jornalismo e Comunicação.

Certas sociabilidades no meio universitário podem, inclusive, se institucionalizar em espaços de troca e produção intelectual. As amizades que Adísia Sá estabeleceu junto aos teóricos pioneiros da Comunicação, por exemplo, permitiu que ela constituísse, com o apoio do professor José Marques de Melo, a “Escola do Ceará”. Trata-se de um grupo de professores universitários de áreas diversas que discutia, estudava e escrevia sobre Comunicação. Dessa escola, surgiram obras como *Fundamento científico da comunicação*, organizado por Adísia em 1972, e a *Revista de Comunicação da Universidade Federal do Ceará* (Lima, 2004).

A existência de espaços de sociabilidade comuns entre jornalistas e intelectuais remete aos laços que atividade jornalística estabelece com domínios vizinhos. Evidencia-se a forma como esses ambientes estão ligados a processos históricos e sociais concretos, aos espaços nodais que se formaram na imprensa, na universidade, nas prisões, além do caráter geracional dessas sociabilidades (Sirinelli, 1994; ver capítulo VII). Isso sem falar nas relações informais, que se estabelecem entre os intelectuais (Hamon & Rotman, 1981). Estas nem sempre são fáceis de serem apreendidas na análise do *corpus*. Podemos, contudo, citar as relações de Flávio Tavares com os escritores argentinos Jorge Luís Borges e Ernesto Sábato; de Zuenir Ventura com o escritor mineiro Rubem Fonseca e com o cineasta Glauber Rocha; de Dines

com o filólogo Antônio Houaiss; de Juremir Machado da Silva com um grupo expressivo de intelectuais franceses; de Adísia Sá com Raquel de Queiroz; de Antônio Hohlfeldt com escritores ligados à literatura infantil; entre outros.

Sociabilidades e carreiras profissionais

O ingresso em uma rede de sociabilidade, por mais espontâneo ou natural que seja, resulta sempre de um processo de negociação identitária. Funcionando de modo semelhante ao que Rieffel (1993) chama de “modos de afiliação intelectual”, essas redes permitem que o indivíduo, como que num duplo reflexo, interiorize visões de mundo e convenções do grupo, mas também expresse socialmente uma posição identitária. Essas duas constatações são de difícil apreensão porque não resultam de uma relação causal do ponto de vista estatutário. Seria precipitado pensar que, simplesmente por ter amizade com literatos, uma pessoa possa adquirir o interesse e as técnicas literárias e, conseqüentemente, tornar-se um escritor. Porém, fica claro que essas filiações permitem que o ator justifique e organize sua experiência pessoal. Elas ajudam a explicar certas posturas em termos de carreiras e de práticas profissionais adotadas pelos entrevistados, remetendo, portanto, às análises realizadas no capítulo anterior. Fazendo essa ligação podemos trabalhar brevemente a relação entre sociabilidades e carreiras profissionais a partir de duas vertentes:

(I) As interações com o meio intelectual podem ser utilizadas para explicar como a trajetória do indivíduo é situada – em termos de continuidade e ruptura – na forma como ele define sua formação intelectual ou nas práticas de uma geração.

Assim, para Alberto Dines, a idéia do jornalismo como atividade cultural é resultado da sua formação no ambiente cultural do Rio de Janeiro dos anos 1950. Algo, aliás, que é comum às pessoas que integravam a sua geração, como Paulo Francis (“*O Francis só era possível porque ele era um produto típico do Rio de Janeiro*”¹²⁷ – Entrevista ao autor). Da mesma forma, Raimundo Pereira justifica sua trajetória “política” no jornalismo popular como uma escolha comum a uma geração forjada no clima de efervescência política e cultural dos anos 1960. Situações parecidas podem ser discernidas no ingresso de Adísia Sá na

¹²⁷ Kucinski (1998: 89) chega a uma conclusão semelhante sobre o Rio de Janeiro ao falar da formação cultural e intelectual de outro jornalista-intelectual, Paulo Francis: “Teve também a sorte de nascer no lugar certo e crescer no melhor momento: no Rio de Janeiro, no rico período democrático que vai do fim do Estado Novo ao golpe de 1964. Trombava numa esquina com Jaguar e na outra com Jorge Amado, ia tomar cafezinho com Millôr ou com Ênio Silveira. Aprendeu teatro tendo Niemeyer como cenógrafo. Foi editor assistente, ainda jovem, de *Senhor*, melhor revista produzida no Brasil, criada por Nahum Sirotsky e dirigida por ele, por Luiz Lobo e por Nelson Rodrigues, e na qual escreveram os melhores jornalistas e ficcionistas da época”.

universidade; de Flávio Tavares, na política; de Carlos Heitor Cony, no jornalismo, como foi colocado no capítulo anterior.

Finalizaremos esse tópico com mais um exemplo. Trata-se de Juremir Machado da Silva. Ao falar sobre seu atual estilo como cronista, o entrevistado explicita as referências intelectuais adquiridas no período em que esteve imerso no meio acadêmico francês:

Bom, eu acho que, primeiro tem a ver com a minha personalidade, o meu jeito de olhar as coisas e talvez tenha muito a ver com as influências intelectuais que eu sofri. Eu te diria assim, eu sofri muita influência de três intelectuais franceses. O Michel Maffesoli, que foi o meu orientador de tese, foi o cara que me resgatou para a vida acadêmica e que, na verdade, o meu encontro com ele se deu porque eu já lia os livros dele e achava as idéias interessantes, a questão da pós-modernidade e tudo mais. O Maffesoli me influenciou muito numa certa maneira cética, um tanto niilista das coisas. Mas não num niilismo amargo, um niilismo, no fundo, divertido. Do tipo, as coisas não tem sentido e isso não é nenhum problema, vamos dar um jeito de viver sem sentido, com alegria, vamos festejar, vamos viver intensamente a vida, justamente porque ela não tem sentido (...). Depois eu sofri uma grande influência do Edgar Morin. São as pessoas todas com as quais eu convivi. E o Morin é um pensador mais tradicional, um pensador, de uma certa maneira, tem uma tendência mais política “Vamos melhorar o mundo, vamos lutar pelos excluídos. Vamos tentar, se não dá para fazer o melhor dos mundos, vamos fazer um mundo melhor”. Eu tenho um pouco esse lado sim (...). Mas eu sofri uma influência decisiva do Jean Baudrillard, que trabalha com a ironia, com o paradoxo, tem o que os franceses chamam de “um olhar décalé”. Sabe aquela coisa assim de um olhar meio de viés, de um olhar ao lado, de deslocar o sentido para justamente fazer vir à tona o absurdo das coisas. Eu sofri do ponto de vista do texto essa influência total. Eu percebi também, tateando, tentando buscar o meu estilo, que era o estilo que praticava melhor. Eu fiz de tudo no jornalismo, do jornalismo sério, para o jornalismo de reportagem, para o jornalismo de idéias e, chegou um dia assim que, praticando todos eles, eu descobri que o que eu pratico melhor é esse tipo de texto (Entrevista ao autor).

(II) A existência dessas relações permitem ainda aos entrevistados explicarem como certas incursões no meio intelectual foram previamente negociadas. Podem, portanto, legitimar essas escolhas tanto para o pesquisador, mostrando que não foram atitudes irrefletidas ou pueris do ponto de vista das carreiras profissionais. E também para os demais integrantes do mundo social. Nesse caso, elas agregam ao trabalho o aval de uma figura reconhecida no meio. Este é o caso, da escritora Adísia Sá, por ocasião da publicação do seu primeiro romance, *Capitu contra Capitu*: “Eu não tive coragem de publicar aí mostrei a Raquel [de Queiroz], mostrei a Moreira Campos e a um professor de literatura. E todos me estimularam” (Entrevista ao autor). Na mesma situação enquadra-se Alberto Dines:

Quem foi muito importante e eu acho que eu conto no Prólogo do livro foi o Antônio Houaiss, que era um grande intelectual, com quem eu tinha uma relação não muito constante, mas respeitosa. Foi uma das primeiras pessoas que eu procurei quando eu decidi escrever o Morte no Paraíso (...). Ele me deu uns exemplos de grandes biografias que eu precisava ler, uma do Napoleão. Mas ele falou uma coisa que é fundamental: “Olha, seja jornalista, você está aí com um instrumental que é muito bom” (Entrevista ao autor).

Em termos de identidade, as relações com o meio intelectual não se limitam apenas à participação de atores nas motivações implícitas ao processo de definição de si e organização das carreiras profissionais. Delas emergem ainda uma dimensão coletiva que influi na aquisição de alguns atributos com diferentes graus de institucionalização, ligados à construção da reputação dos entrevistados.

6.2.1.2 – A reputação intelectual: o reconhecimento dos pares

Quando falamos em jornalistas-intelectuais em alguma medida queremos dizer que eles são reconhecidos como pares por outros intelectuais. Seria exagerado dizer que esse processo decorre de uma estratégia consciente de mudança estatutária (Hamon & Rotman, 1981), como já mostramos nos capítulos IV e V. O olhar que lançamos sobre o nosso objeto deriva não só da forma como sua condição foi negociada em uma dimensão micro-sociológica (no face-a-face com o pesquisador), mas também por meio de formas mais concretas de adquirir os atributos necessários para uma identidade intelectual. Ou ainda, se tomarmos como verdadeira a premissa de Rieffel (1993) de que “sempre se é intelectual para alguém”, podemos dizer que, para parte da intelectualidade, alguns entrevistados são, de fato, reconhecidos como integrantes dessa categoria.

Em certos casos, o simples fato de ter um trabalho bem avaliado por outro intelectual possibilita que o entrevistado situe sua produção em outro patamar. Podemos ilustrar essa assertiva com o depoimento de Flávio Tavares: “*Eu vou te citar aqui o Ernesto Sabato, que é um grande escritor argentino (...). O Sabato, me dizia: ‘Ah, o senhor escreve muito bem’ – umas coisas que eu escrevi sobre ele no México e ele leu. ‘O senhor devia se dedicar à literatura’ (...). Ele me disse: ‘Claro, o jornalismo não deixa tempo’*” (Entrevista ao autor).

Outro caso interessante são as relações que Adísia Sá estabeleceu com professores ligados à pesquisa em comunicação, sobretudo José Marques de Melo¹²⁸, e que sem dúvidas, influíram na sua reputação no meio:

O Zé Marques foi um dos meus examinadores no meu concurso de titular Universidade Federal. Ele se ligou muito à gente, deu força muito grande, nos ajudou a criar a Revista de Comunicação da Universidade Federal do Ceará, no curso de jornalismo, onde eu publiquei meus primeiros comentários sobre jornalismo em caráter mais filosófico. E, também, ele me estimulou muito a escrever Fundamento científico da comunicação, que era a minha disciplina (Entrevista ao autor).

Juremir Machado da Silva é outro que acredita que sua legitimidade também foi parcialmente adquirida nas relações que estabeleceu com outros intelectuais, sobretudo os franceses: “A gente organiza muitos seminários, traz muita gente. Isso também criou uma espécie de legitimação. Normalmente, quando tem um evento aqui que envolva grandes intelectuais estrangeiros – agora mesmo tem um grande evento chamado ‘Fronteiras do pensamento’ – eu estou envolvido nisso” (Entrevista ao autor). Ele chama atenção para um outro papel freqüentemente associado ao seu reconhecimento público: o de ser amigo do colunista da *Veja* Diogo Mainardi. Essa associação – equivocada, segundo Juremir, porque reduz sua obra a essa relação de amizade – foi inclusive assunto de uma de suas crônicas:

Por onde eu passo, sou apresentado como amigo de Diogo Mainardi. Declaro-me honrado. Afinal, Diogo é maravilhoso e famoso. Se não consegue derrubar o presidente, ao menos o faz com ministros mesmo sem querer. Eu nunca derrubei sequer um secretário, nem um ASPONE que fosse. Sem dúvida, passar de inimigo de Veríssimo a amigo de Diogo Mainardi é um grande progresso. Continuo, porém, alimentando uma ambição arrogante: ser Juremir Machado da Silva. Apenas (Silva, 2007b: 01).

[Ao comentar a crônica:] *O Diogo Mainardi é um grande amigo meu, eu gosto dele. E por várias razões. Primeiro, ele escreve muito bem. O estilo dele é contundente, é sarcástico, é maravilhoso. Segundo, ele é como pessoa é maravilhosa, doce, agradável, inteligente. E terceiro, muitas vezes eu até concordo com algumas posições do Diogo. Às vezes até concordo com muito do que o Diogo diz. Outras vezes, não. O que eu escrevi no meu texto, é uma coisa bem típica de mídia, o jornalista gosta de rótulos, de deduções. No Rio Grande do Sul, o cara olha para mim e diz: “Ah, o Juremir é o Diogo*

¹²⁸ José Marques de Melo é um dos teóricos pioneiros nos estudos sobre comunicação no Brasil, tendo sido o primeiro brasileiro a defender uma tese sobre jornalismo. Foi também o primeiro presidente da Intercom. Atualmente, é diretor-executivo da Cátedra Unesco/Umesp de Comunicação, presidente da Rede Alfredo de Carvalho, professor titular e emérito da ECA-USP.

Mainardi dos Pampas”. Eu digo: “Olha, primeiro, eu comecei antes. Segundo, eu tenho as minhas próprias posições. Terceiro, eu acho que é uma redução: eu sou eu”. Acho que não vale a pena reduzir um ao outro. Claro que é honroso ser o Diogo Mainardi, o sujeito é importante, escreve bem, é temido, é corajoso, que é outra vantagem que eu admiro. Mas eu tenho as minhas particularidades, eu tenho minha vida (...). As pessoas de cara pensam assim: “Existe o topo e existem aqueles que imitam o topo” (Entrevista ao autor).

O reconhecimento intelectual é adquirido, em muitos casos, por meio de instâncias institucionais de atribuição estatutária. A publicação de livros, realizada por nove dos dez entrevistados (capítulo III, seção 3.2.1.2), é um ainda dos canais fundamentais de legitimação nesse meio. Muitas vezes, ela funciona como uma espécie de batismo intelectual, “ingressar no circuito”, como afirma Dines (2003) ao se referir ao lançamento de *Morte no Paraíso*. Mas pode ser vista como a materialização do conhecimento, de experiências e também de relações sociais adquiridas no decorrer das trajetórias de vida dos atores e que culminam numa obra de caráter mais duradouro.

O reconhecimento intelectual é expresso ainda nos prêmios literários (Antônio Hohlfeldt¹²⁹, Flávio Tavares¹³⁰, Carlos Heitor Cony¹³¹, Zuenir Ventura¹³²), prêmios acadêmicos (Adísia Sá¹³³, Juremir Machado da Silva¹³⁴, Antônio Hohlfeldt¹³⁵), nas traduções dos seus livros para línguas estrangeiras (Alberto Dines¹³⁶, Carlos Heitor Cony¹³⁷, Juremir Machado da Silva¹³⁸, Zuenir Ventura¹³⁹). Ainda no fato de se tornar objeto de artigos, livros, monografias, dissertações e teses acadêmicas (Adísia Sá¹⁴⁰, Carlos Heitor Cony¹⁴¹, Juremir

¹²⁹ Prêmio Açorianos de Literatura; Finalista categoria Infante-Juvenil, Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre em 2000.

¹³⁰ Prêmio Jabuti, 2000, categoria reportagem.

¹³¹ Prêmios: Manuel Antônio de Almeida (em 1956 e 1957); Jabuti (em 1996, 1998 e 2000) categoria romance; Livro do Ano (em 1996 e 1998 e 2000); Prêmio Nacional Nestlé (em 1997); Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto de obra, em 1996.

¹³² Prêmio Jabuti, 1995, categoria reportagem.

¹³³ Prêmio Luiz Beltrão, 2006, categoria “maturidade acadêmica”.

¹³⁴ Prêmio Luiz Beltrão, 2001, categoria liderança emergente.

¹³⁵ Prêmio Luiz Beltrão, 2007, categoria “maturidade acadêmica”.

¹³⁶ *Tod im Paradies. Die Tragödie des Stefan Zweig*. Frankfurt/Main: Edition Büchergilde, 2006. Uma edição espanhola estava sendo produzida durante esta pesquisa.

¹³⁷ *Pessach: la travessia*. Cidade do México: Editora Extemporaneos, 1973; *Quasi-mémoires*. Paris: Gallimard, 1999.

¹³⁸ *Brésil, pays du présent* [tese de doutorado]. Paris, Desclée de Brouwer, 1999.

¹³⁹ *Cidade Partida*: Traduzido como *Viva Rio*. Itália, Feltrinelli, 1997.

¹⁴⁰ AMORIM, L. H. Adísia Sá: uma biografia. Foz de Iguaçu, Omni, 2005. Livro-reportagem resultado da Monografia de Graduação em Jornalismo. Universidade Integrada do Ceará; OLIVEIRA LIMA, M. E. 'Ensaio da trajetória e do pensamento de Adísia Sá'. II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis, 2004; SOUZA, M. I. A. R. 'A trajetória jornalística de Adísia Sá'. XII Colóquio Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional (RegioCom). Fortaleza, 2007.

¹⁴¹ ADORNO, C. T. *A ironia no romance Quase Memória, de Carlos Heitor Cony*. Dissertação de Mestrado em Letras. Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras, 2006. Ano de obtenção: 2006; NUNES, R. V. *Um homem como nós, mas também diferente: imagens do século XX nas crônicas de Carlos Heitor Cony*.

Machado da Silva¹⁴², Raimundo Pereira¹⁴³, Zuenir Ventura¹⁴⁴). Igualmente no ingresso em círculos fechados como a Academia Brasileira de Letras (Carlos Heitor Cony), no fato de ocupar cargos em associações científicas (Antônio Hohlfeldt¹⁴⁵, Juremir Machado da Silva¹⁴⁶, etc) ou pelas homenagens prestadas por instituições políticas e culturais (Alberto Dines¹⁴⁷, Antônio Hohlfeldt¹⁴⁸) etc.

Destacamos ainda o papel das conferências feitas em espaços como o *Sempre um papo* (Carlos Heitor Cony, Mino Carta e Zuenir Ventura¹⁴⁹) e *Rodas de Leitura* (Carlos Heitor Cony, Mino Carta e Zuenir Ventura¹⁵⁰). Afonso Borges, coordenador do *Sempre um papo*, embora não o defina como uma instância de legitimação, explica que a participação nesses eventos muitas vezes atesta o talento de determinado intelectual, abrindo caminho para a consagração junto ao público:

Monografia de graduação em História. Universidade Federal de Goiás UFG/CAC. Ano de obtenção: 2005; MELO, M. M. *A intertextualidade bíblica em Carlos Heitor Cony*. Monografia de Graduação em Letras. Universidade Estácio de Sá - UNESA. Ano de Obtenção: 2005; FURTADO, A. M. *Estilhaços do passado: o incansável resgate de Carlos Heitor Cony*. Monografia de Pós Graduação em Literatura Brasileira. Universidade Federal do Ceará - UFC. Ano de Obtenção: 2004; SILVEIRA, E. V. *Argumento de autoridade na crônica de Carlos Heitor Cony: um enfoque intetextual*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, USP. Ano de Obtenção: 2004; ASSIS, I. G. *As crônicas fim de século de Carlos Heitor Cony*. Monografia de Iniciação Científica. Centro Universitário do Triângulo, Uberlândia, Minas Gerais. Ano de Obtenção: 2004; BUENO, R. I. *Os invólucros da memória na ficção de Carlos Heitor Cony*. Tese Doutorado em Literatura Brasileira. Universidade de São Paulo, USP. Ano de Obtenção: 2002; POLETTO, J. *História, memória e ficção em obras de Carlos Heitor Cony*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, UFPR. Ano de Obtenção: 2001; BORGES, M. C. *O Homem Social na travessia de Cony*. Monografia de graduação em Letras. Universidade de Franca. Ano de obtenção: 2001; KUSHNIR, B. 'Depor as armas: a travessia de Cony e a censura do partidão'. In: REIS FILHO, D. A. (Org.). *Intelectuais: História e Política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, v.1, p. 219-246; BUENO, R. I. 'Dom Casmurro e o Ventre: Machado de Assis e Carlos Heitor Cony nos subúrbios do homem'. *Revista Scripta*, Belo Horizonte - PUCMG, v. 3, n. 6, p. 175-182, 2000; BUENO, R. I. 'Romances de filhos: Quase-memória de seus pais'. *Revista de Ciências Humanas*. Curitiba - PR: editora UFPR, v. 7-8, p. 137-151, 1999; CORDOVILLE, M. F. *Carlos Heitor Cony: o filósofo do cotidiano*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Ano de Obtenção: 1997; DUARTE, L. P. *Pessach, a travessia: narrativa especular*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Ano de Obtenção: 1980.

¹⁴² COSTA, C. *Pena de aluguel. Escritores jornalistas no Brasil 1904-2004*. Cia das Letras, 2005.

¹⁴³ KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003; GONÇALVES, M. C. O. *O jornalismo radical de Raimundo Rodrigues Pereira*. Monografia de graduação em Jornalismo. Unifae Centro Universitário, 2007.

¹⁴⁴ BARBOSA, Jadna Rodrigues. *A vitrine e o escombros - Uma cidade maravilhosamente partida*. PUC/RJ, 2000.

¹⁴⁵ É coordenador do Núcleo de pesquisa de jornalismo da Intercom. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-RS.

¹⁴⁶ Foi vice-presidente de Compós e o atual coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-RS.

¹⁴⁷ Prêmio Austrian Holocaust Memorial Award (AHMA) em 2007. O AHMA é concedido anualmente a uma pessoa residente fora da Europa que investe o máximo dos seus esforços para a memória do Holocausto.

¹⁴⁸ Foi patrono da 57ª Feira do Livro de Porto Alegre.

¹⁴⁹ Dados obtidos pela análise do site: <http://www.sempreumpapo.com.br/>

¹⁵⁰ Dados obtidos junto a Suzana Vargas, organizadora do evento.

Quando um convidado participa do *Sempre Um Papo*, seja qual for a cidade, a mídia passa a reconhecer aquela pessoa como importante e, conseqüentemente, o público também. A chancela do projeto faz bem para a carreira do autor. A Lya Luft, por exemplo, participa conosco há mais de 10 anos, quando ela ainda não era famosa. Hoje, vende 700 mil livros, reúne milhares de pessoas. O sucesso é mérito do trabalho dela, mas temos uma parcela de “culpa” nisso também¹⁵¹.

Dentro dos próprios livros publicados pelos entrevistados, a existência de prefácios, dependendo de quem assina, demonstra influência e reconhecimento junto à intelectualidade. O livro *Capitu contra Capitu*, de Adísia Sá, como dissemos, foi prefaciado pela escritora Raquel de Queiroz. *Brésil, pays du présent* (“Brasil, país do presente), versão francesa da tese de doutorado de Juremir Machado da Silva recebeu o prefácio do sociólogo francês Edgar Morin e integrou a coleção *Sociologie du Quotidien* (“Sociologia do Cotidiano”), dirigida por Michel Maffesoli. *O Papel do Jornal*, de Alberto Dines (1986), foi prefaciado pelo professor e teórico em Comunicação, José Marques de Melo, que define a obra como um “clássico”, “que ocupa um lugar privilegiado nos estudos sobre a imprensa no Brasil”. Marques de Melo destacou também o seu caráter “científico-jornalístico” e, citando o professor Alceu Amoroso Lima, definiu o Dines como sendo o “príncipe do jornalismo brasileiro”. Pelo seu *Memórias do esquecimento*, Flávio Tavares recebeu uma carta elogiosa do escritor português José Saramago (Prêmio Nobel de Literatura em 1998), posteriormente publicada na orelha do segundo livro de Tavares, *O Dia em que Getúlio matou Allende*.

A crítica literária também é uma instância importante na atribuição de reputação no meio intelectual e será tratada mais adiante (seção 6.2.3.1). Receber um título de doutor *honoris causa* (Alberto Dines), ser convidado para palestras em universidades e para eventos acadêmicos (prática corrente entre todos os entrevistados) também demonstram certa notoriedade no meio intelectual. Finalmente, o fato de trabalhar como professor universitário permitiu que alguns entrevistados associem sua identidade à legitimidade do meio acadêmico. Mesmo que não sejam vistos como teóricos ou pensadores da área, alguns desses jornalistas-intelectuais podiam, ao menos, se posicionarem frente aos profissionais da imprensa como atores sociais cujo conhecimento lhes permitiu transmitir e produzirem uma reflexão teórica sobre suas práticas (ver também a seção 6.2.3.4)

¹⁵¹ Entrevista ao autor, por e-mail.

6.2.2 – As interações com o Estado

Na análise do material percebemos que um número expressivo de entrevistados definiam aspectos da sua relação com o Estado como componentes importantes do desenvolvimento da sua identidade. Nesse caso, as considerações feitas por Becker (1982) sobre o papel do Estado na rede de cooperação do mundo das artes podem ser também adaptadas ao nosso objeto. Por isso, analisaremos a seguir como essa relação está presente na construção identitária desses indivíduos, no que se refere às suas carreiras profissionais no jornalismo, na literatura e na política.

6.2.2.1 – As intervenções durante a ditadura militar

O golpe de 1964 e a instauração do AI-5 em 1968, como veremos no capítulo seguinte, alteraram profundamente o cenário político e intelectual brasileiro, refletindo nas histórias de vida de parte dos entrevistados. Como explica Zuenir Ventura: *“Você tinha uma censura muito atuante, tinha restrições à liberdade, a ponto de você ser preso por delito de opinião, ser preso por opinião, por externar suas idéias. Eu não acho estranho que ser preso por causa da oposição ao regime conste da biografia”* (Entrevista ao autor). Atuando como jornalistas ou intelectuais, Alberto Dines, Carlos Chagas, Carlos Heitor Cony, Flávio Tavares, Mino Carta, Raimundo Pereira e Zuenir Ventura de alguma forma se engajaram politicamente contra o regime militar. A partir dessas relações, foram delimitadas as práticas e as bases convencionais do mundo social, mas ainda o desenvolvimento das carreiras profissionais e a reputação dessas pessoas.

Escolhas e convenções: a questão da censura

Quando observadas no cotidiano de jornalistas e intelectuais, uma das formas mais diretas de intervenção de regimes de exceção é a censura. Ao proibir ou cortar textos que versam sobre assuntos que considera indesejado, o Estado altera as condições de produção cultural. Por isso, para se contrapor aos censores, o indivíduo passe a integrá-los nas escolhas que realiza ao produzir livros ou reportagens. As definições interiorizadas por outros integrantes que cooperam no mundo social também são afetadas. Como afirma Becker (1982), há uma tendência de que os textos adquiram para demais os atores sociais (leitores, patrões, editores.) um sentido político, mesmo que não seja essa a pretensão do emissor.

A necessidade de driblar a censura explica a opção por mudanças na forma de produção textual, muitas vezes adotando uma linguagem mais metafórica. Isso fica evidente no jornalismo, embora também esteja presente em qualquer tipo de produção artística e cultural. É o caso de Alberto Dines. Ao produzir a famosa capa do *Jornal do Brasil*, do dia 14 de dezembro de 1968, em que tentava alertar o leitor sobre o caráter autoritário do recém baixado Ato Institucional nº 5, Dines recorreu a uma série de referências sutis, como inventar uma previsão meteorológica para se referir ao clima político do País¹⁵² ou publicar uma foto descontextualizada do jogador de futebol Garrincha sendo expulso de campo em um jogo ocorrido seis anos antes¹⁵³.

Mino Carta, no período em que a dirigiu a *Veja* também fala de episódios em que utilizou recursos metafóricos nos textos jornalísticos para enganar os censores:

Nós começamos a publicar estranhos textos, debaixo, se não me engano, da rubrica História. Eram fantasias que inventávamos para ludibriar os censores e divertir as nossas famílias. Reescrevemos a história das Cruzadas com destaque para o general Drapeau, que era uma sátira do general Bandeira... [Abreu e Lattman-Weltman]: Nos divertimos muito lendo esses textos sobre a iminente “volta dos anjos”, que certamente se referia à distensão e ao fim da censura. Havia o padre Sean, que devia ser o general Golbery, havia o Feio.... Salah Al-Pinh, o Feio. Eu precisava ler para me lembrar, mas esse devia ser o Buzaid. Falcão era o monge Falcus. Al-Selh devia ser o Geisel. Mas os censores não entendiam nada (Carta, 2003: 187).

Já Carlos Chagas, na época em que trabalhava *Estado de São Paulo*, chegou a inventar um país fictício para que uma matéria sobre a economia pudesse furar o bloqueio da censura:

Em 1974, o Geisel ia assumir a presidência. Um ministro dele garantiu-me que a censura iria acabar. Eu pensei: “já que vai acabar, tenho mais liberdade para escrever”. Eu não entendo de economia, então fui à UnB e falei com alguns professores que me ajudaram a escrever um artigo chamado “O Falso Milagre Brasileiro”. Ele desmontava, ponto a ponto, aquilo que o governo dizia sobre a economia do país. Mas a censura não acabou naquele momento. O governo Geisel demorou ainda uns dois anos para iniciar a abertura. No dia seguinte à posse de Geisel, o censor cortou o meu artigo. Aí fiquei realmente chateado. Artigos políticos, ele podia proibir 300 que eu escrevia de novo. Mas esse, não. Eu tinha pesquisado, ouvido especialistas em cada ponto. Sentei à máquina e escrevi um outro artigo, chamado “O Falso Milagre Baldônico”. Inventei um país, chamado Baldônia Interior, e reescrevi o artigo usando os mesmos números, os mesmos argumentos. Era o artigo de antes,

¹⁵² “Tempo negro. Tempestades sufocantes. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos”. 14 de dezembro, na verdade foi um dia de sol.

¹⁵³ Com a legenda: “Garrincha foi expulso quando o Brasil vencia o Chile na Copa de 62”.

mas eu havia trocado o nome do país. Quando o artigo chegou lá em São Paulo, dizem que o censor falou: “Até que enfim esse Carlos Chagas resolveu escrever sobre política externa!” (2006b: s.p.).

O uso de uma linguagem metafórica, de formas diferentes de falar sobre um assunto, tinha como finalidade apenas transmitir uma informação. Curiosamente, essa interação com o Estado permitiu, entretanto, que alguns jornalistas apurassem o estilo textual, introduzindo mudanças mais duradouras em suas práticas profissionais e em todo o mundo social. É o que afirmam Mino Carta e Flávio Tavares:

Mino Carta: *Devo confessar... Aliás, confessar não, devo afirmar em alto e bom som, que a censura foi uma dádiva. Ela nos levou a repensar a conjuntura em que vivíamos de forma bem diferente da do início da revista. E mais: levou a revista a se esmerar na informação de qualidade. A censura foi muito benéfica. Por incrível que possa parecer (Carta, 2000a: 03).*

Flávio Tavares: *Nós passávamos a escrever melhor para burlar essas restrições (...). Eu me soltei muito mais depois de 64. É uma total contradição isso, dizer de que eu me soltei mais como jornalista num período autoritário, ditatorial, de total vigilância, mas é verdade. Apurei meu estilo, passei a dizer tudo de uma forma mais elegante, que segundo todo o mundo até hoje eu sou assim. No ano de 65, mas se baseando em 64, me deram um prêmio em Brasília de melhor colunista político do ano e quem estava na comissão de julgamento era o Carlos Castello Branco que era o grande jornalista político do Jornal do Brasil. Isso foi contraditório como, para fugir da opressão, nós tínhamos que ser mais sofisticados, mais profundos, que não podíamos largar as coisas assim, como nos outros dias (Entrevista ao autor).*

As tentativas de burlar os censores também contribuíram na construção na reputação dos entrevistados. O simples fato de citarem episódios de luta contra a censura em suas biografias já demonstra que esse tipo de ação adquire junto a (alguns) membros do mundo social uma aura de heroísmo. Dos entrevistados, quem foi mais enfático ao afirmar essa relação (desafio à censura e legitimidade profissional) foi Mino Carta. É interessante observar como o seu depoimento busca desconstruir o mito de que toda a imprensa se opôs ao regime militar. A intenção de Carta, nesse caso, seria a de separar o joio do trigo, atribuindo notoriedade apenas a quem teria, de fato, enfrentado a censura:

Eu não sei se você conhece bem a história da censura no Brasil, é uma história que normalmente as pessoas não conhecem. Sobretudo os jovens como você não têm a menor idéia de como foi. Mas a verdade é que ninguém foi censurado porque não precisava. O golpe de Estado de 64, que criou essa

nefanda ditadura cujos erros pagamos até hoje, foi desejado, implorado por toda a grande mídia brasileira. Eles queriam o golpe (...) O Estadão foi censurado em função de uma briga interna entre eles porque os Mesquitas e o Carlos Lacerda, queriam partilhar o poder e os militares não queriam. E quem estava atrás dos militares não queria. Então, o Lacerda acabou cassado e o Estadão acabou censurado, mas é uma censura muito branda, executada na redação e permitia-se ao Estado colocar nos espaços, deixados vazios pela tesoura censorial, versos de Camões e receitas de bolo. A Veja e os alternativos – Movimento, Opinião, Pasquim, o jornal do D. Paulo Evaristo, O São Paulo, da cúria de São Paulo – foram censurados brutalmente e submetidos a humilhações diárias (...).

Então essa história então da resistência da imprensa é um pouco balela?
Total! Total! Não teve resistência alguma! Mas como?! Eles pediram o golpe! A Veja foi censurada. Eu saí da Veja para que a censura saísse porque comigo não haveria mudanças na linha da revista, bom, aí a censura saiu de Veja e saiu de todos outros aos poucos (Entrevista ao autor).

Sem entrar no mérito sobre a veracidade da afirmação de Mino Carta, observamos o fato de que, para ele, a atuação contra a censura é fundamental para a atribuição da reputação de um jornalista. O próprio entrevistado se beneficia dessa situação. Parte da sua trajetória pessoal é profundamente associada ao seu engajamento na direção de *Veja* contra o regime (Lattamn-Weltman, 2003). Casos como a cobertura da sucessão do general Costa e Silva e da capa sobre torturas publicadas pela revista em 1969 são sempre lembrados quando se comenta sobre a biografia de Mino e de toda a equipe, como ilustra depoimento de um dos integrantes, o entrevistado Raimundo Pereira:

Fizemos uma primeira matéria explorando umas fofocas de bastidores que não tinham nada de verdadeiro, mas alguém lá disse, um dos assessores do Médici, que ele não ia admitir torturas e nós demos uma capa dizendo que o presidente não admite torturas. Depois repercutimos essa capa. O próprio ministro da Justiça, que era o Alfredo Buzzati, achou que o presidente realmente ia apurar as torturas e deu declarações dizendo que ia apurar. Fomos apurar e aí fizemos uma capa “Torturas no Brasil”, que era um levantamento amplo, com muitos casos. A matéria ficou na história inclusive porque o Mino, com muita coragem, mandou desligar os telefones da redação para que a censura não nos informasse porque os patrões, com certeza, não aceitariam, se a censura proibisse, eles também proibiriam. Mas o Mino mandou desligar os telefones e, no final, a matéria saiu (Entrevista ao autor).

A atuação de Dines no *Jornal no Brasil* é geralmente lembrada por causa de duas capas publicadas com o objetivo de burlar a censura. A primeira é justamente a capa sobre o AI-5, já descrita nesta seção: “*Nós fizemos uma edição em que enganamos os censores: eles*

diziam uma coisa, nós íamos à oficina e fazíamos outra. E saiu uma edição que é considerada histórica (...). Foi realmente espetacular” (Dines, 1996: 97, grifo nosso). A segunda, desafiou a proibição dos censores e deu destaque à morte do presidente socialista do Chile de Salvador Allende, em 11/09.1973. Finalmente, Raimundo Pereira, como todos os jornalistas que atuaram na imprensa alternativa, também deve parte da sua reputação aos enfrentamentos contra a censura.

Outras formas de engajamento contra o regime

Além da intervenção direta na produção jornalística via censura, o Estado também participa das histórias de vida dos entrevistados, delimitando escolhas individuais no engajamento pelas liberdades democráticas. Elas são vistas como um dever moral a ser exercido por jornalistas e intelectuais. Essa postura, que para a maioria dos entrevistados, aparece como inevitável, se manifesta por meio de manifestações públicas (como o manifesto realizado por Cony em 1965 frente ao Hotel Glória por ocasião da reunião da Organização dos Estados Americanos, motivo da sua primeira prisão), publicação de textos (as crônicas publicadas por Cony no *Correio da Manhã*, todo o trabalho da imprensa popular de Raimundo Pereira), pelo engajamento político-partidário (as relações informais de Raimundo Pereira com o PCdoB; ver seção 6.2.3.3) e revolucionário (o ingresso de Flávio Tavares na luta armada), etc.

Essas interações explicam mudanças na condução das carreiras profissionais de alguns entrevistados. Podem ser radicais, como no caso de Flávio Tavares e Raimundo Pereira, conforme descrevemos no capítulo anterior. Ou podem consistir em alterações menos bruscas, sem impactos profundos do ponto de vista da evolução estatutária. Foi o que aconteceu com o ingresso de Carlos Chagas como assessor de imprensa do Presidente Costa e Silva, a demissão de Cony do *Correio da Manhã* e de Mino Carta de *Veja*.

De qualquer forma, essas manifestações são essenciais na construção da reputação desses atores no mundo social. Em alguns casos, fundamental. Não se fala, por exemplo, de Flávio Tavares sem remeter ao seu engajamento na luta armada. Da mesma forma, a reputação de Raimundo Pereira está intimamente associada ao seu trabalho na imprensa alternativa. Ele, inclusive, reconhece a ajuda que o regime deu ao desenvolvimento da sua carreira: “*Fui anistiado, mas nunca pedi nenhuma indenização. Não mereço nenhum tostão. Eu é que deveria pagar pelo favor que me fizeram*” (apud Gonçalves & Veloso, 2007: 11). Carlos Chagas ganhou seu primeiro Prêmio Esso de Jornalismo pelas reportagens publicadas em *O Globo*, sobre a morte e a sucessão de general Costa e Silva. Carlos Heitor Cony chega a

se sentir incomodado pela reputação adquirida pelas crônicas publicadas no *Correio da Manhã*: “Existem pessoas que me conheceram da imagem pública. Eu me tornei conhecido com minhas crônicas contra os militares, em 1964, então me tornaram como aquilo, quando não sou” (Cony, 1997: 41).

Engajar-se contra o regime contribuiu para a reputação desses indivíduos e para a renovação das bases convencionais do mundo social. Contudo, o ato de sair dos padrões delimitados pela estrutura vigente requer que o ator social “pague um preço” (Becker, 1982). É o que se verifica no caso dos entrevistados.

A consequência mais direta no caso dos enfrentamentos contra a censura é corte de matérias¹⁵⁴, proibições de publicação de livros ou de determinada edição de um jornal. Podem levar ainda à retirada de um programa de TV e à apreensão de jornais na banca ou de livros diretamente na editora. Outro procedimento comum era atrasar ou atrapalhar a edição de um jornal, exigindo de seus proprietários o envio dos originais para que a censura fosse realizada na sede da Polícia Federal em Brasília. Todas essas ações acarretam em prejuízos financeiros e simbólicos para o produtor do jornal ou do livro.

Soma-se a isso atentados diretos contra a vida pessoal e profissional de jornalistas e de intelectuais que enfrentaram o regime: demissões, prisões, ameaças de morte, a abertura de processos pela Lei de Segurança Nacional, tortura, exílio ou banimento. Todas essas atitudes do Estado tiveram consequências diretas nas trajetórias de Alberto Dines, Carlos Chagas, Carlos Heitor Cony, Flávio Tavares, Mino Carta, Raimundo Pereira e Zuenir Ventura.

6.2.2.2 – Quando a ditadura não faz diferença...

Abriremos aqui um pequeno parêntese para falar de três entrevistados cuja biografia não está ligada à oposição contra a ditadura militar. Embora pertença à mesma geração dos demais entrevistados que vivenciaram diretamente o regime de 1964, Adísia Sá tem uma posição bastante singular sobre suas relações com o Estado, pois acredita que o regime não promoveu perseguição a jornalistas¹⁵⁵: “Não, não sofri, como nenhum jornalista sofreu, na

¹⁵⁴ Num levantamento feito por Raimundo Pereira sobre o jornal *Movimento* (1990 *apud* Kucinsky, 2003), das 153 edições censuradas pelo jornal, foram cortadas pela censura 3.162 ilustrações e 3.093 matérias, sobretudo das editoriais de política e editorial. O jornal, aliás, foi censurado desde o número zero, em 1975, quando a censura já havia saído da grande imprensa. Outro que reflete sobre o número de matérias cortadas é Carlos Chagas (2006a): “Tive mais ou menos 200 artigos censurados”.

¹⁵⁵ A opinião de Adísia é ilustra perfeitamente as teses construtivistas sobre o caráter sempre parcial dos processos de interiorização da realidade social. Ver: BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento. 2 Ed. Petrópolis: Vozes: 1974; SCHUTZ, A. *Collected papers* : The problem of social reality. 2 ed. Holanda : Martinus Nijhoff / The Hague, 1967, entre outros.

minha visão. Tivemos colegas comunistas que foram presos, não por ser jornalista-comunista, mas comunista-jornalista (...). Para mim é até bom que você fale nisso porque eu não me convenço de que jornalistas foram presos” (Entrevista ao autor). Curiosamente a própria Adísia admite ter sofrido retaliações por conta do regime. Ela teria impedida de fazer um curso sobre sindicalismo nos Estados Unidos e quase teve a eleição para chefe de departamento de jornalismo da Universidade Federal do Ceará abortada por pressões dos militares. Contudo, isso não alterou a visão que ela tem sobre o regime de 1964.

O poder público está fortemente presente na biografia de Antônio Hohlfeldt, que ingressa a partir dos anos de 1980 na carreira política – nesse caso com implicações distintas na construção da sua identidade. Já na trajetória de Juremir Machado da Silva não se observa menções à relação com o Estado. O fato desses dois últimos entrevistados estabelecerem uma relação distinta com o poder público evidencia explicitamente como as diferenças de geração influem nos processos de construção identitária.

6.2.3 – Outros integrantes

Outros grupos de atores, embora sem tantas referências no material coletado, parecem desempenhar um papel importante nas histórias de vida dos indivíduos pesquisados. Nesse caso, faremos uma referência mais breve sobre as interações que os entrevistados realizam (ou realizaram) com os críticos, editores, os partidos políticos, os movimentos sociais e sindicais e os alunos.

6.2.3.1 – Críticos

Dentro do mundo das artes, os críticos ocupam um papel central na medida em que interiorizam um conjunto de convenções que lidam diretamente com as definições estéticas do meio. Sua posição permite, portanto, julgar se um trabalho deve ou não ser considerado arte e se ele é um trabalho de qualidade superior ou não (Becker, 1982). Segundo as análises de Howard Becker, esses julgamentos podem até aparecer como algo inquestionável e exótico aos membros, mas, na verdade, nascem de relações concretas estabelecidas no interior do mundo social. Trata-se, portanto, de convenções.

No nosso caso, ao falarmos das intervenções dos entrevistados no meio literário, podemos aplicar algumas considerações feitas por Becker sobre o papel dos críticos no mundo das artes. O que a crítica faz é estabelecer também parâmetros institucionais de

reconhecimento e de atribuição de reputação no meio intelectual, algo que já havíamos explorado na seção 6.2.1.2. As menções feitas pelos entrevistados apontam justamente para esse fato. Um comentário de Juremir Machado da Silva explicita, por exemplo, a forma como o reconhecimento pelos críticos às vezes é tão importante quanto a aquisição de atributos sociais nos processos de imposição estatutária: *“Sempre quis ser escritor. Publiquei vários livros e deixei o jornalismo. Mas, para a crítica, continuo jornalista e nem sequer mereço, rigorosamente, a etiqueta de escritor. Há um preconceito contra o exercício de múltiplas atividades”* (Silva, 2005: 02).

Outra forma de delimitar a reputação de um autor é através dos juízos emitidos sobre determinado livro. Nesse caso, a crítica pode influir decisivamente na visibilidade de obra e do escritor, bem como na percepção que dela terão os diferentes públicos (o leigo, o intelectual, etc.), conforme ilustram os depoimentos de Alberto Dines e Carlos Heitor Cony:

Alberto Dines: *Não é problemas de modéstia. A crítica alemã existe, lá se faz crítica literária, aqui não (...). Alguns críticos que examinaram o livro, observaram justamente essa justaposição entre o retrato da entre-guerras, entre 1920 e 1939, o Brasil nisso e o percurso do Stephan Zweig! (...) Por sorte, eu botei a mão numa bibliografia boa, que me ajudou muito a compreender tudo isso. (...) Mas eu me surpreendi com um crítico alemão me elogiando* (Entrevista ao autor).

Carlos Heitor Cony: *Não se falou muito de Travessia na época em que foi lançado e no caso de Pilatos o silêncio foi total, nem uma linha na imprensa. Mas sempre fui muito criticado ou elogiado. Lembro-me de que quando saiu O Ventre me encontrei com Guimarães Rosa, que era meu vizinho em Copacabana. “Guimarães Rosa quer falar com você” – ele falava na terceira pessoa... [ri]. E começou a falar do meu livro daquele jeito dele – o Guimarães falava mais ou menos como escrevia... Lá no fim, disse o seguinte: “Pois é, tem caviar e tem pão. Teu livro é caviar. Tem gente que não gosta...” Tem gente que sabe ler Guimarães. Ele não quis dizer que o meu livro era caviar, no sentido de uma coisa cara, refinada sofisticada. Era uma advertência: muita gente não ia gostar de O Ventre. Como realmente aconteceu* (Cony, 1997: 50).

Embora em geral os escritores se portem como se a crítica não influenciasse no momento de conceber a obra, os julgamentos que ela faz, sem dúvida, integram as escolhas realizadas no âmbito do mundo social. Mesmo que não admitam, os autores também interiorizam o papel da crítica nas suas atividades. Aliás, negar seus julgamentos é também uma forma de escolher. Além disso, como as avaliações dos críticos afetam a reputação do

escritor junto a outros atores sociais (como o público e os editores), esses passam a definir, mesmo que de forma indireta, a inserção dos autores no mercado editorial.

6.2.3.2 – Editores

Nas suas intervenções no meio literário, os entrevistados devem sempre recorrer a um grupo de atores sociais ligados ao mercado editorial, encarregados de selecionar, corrigir e publicar livros: os editores¹⁵⁶. Os editores são importantes, pois lidam não apenas com as convenções que permitem julgar a obra do ponto de vista estético e intelectual (como fazem os críticos), mas possuem conhecimento sobre forma como essas convenções serão apreendidas pelo público (Becker, 1982). Por isso, sua ação é fundamental para entender os modos de inserção dos entrevistados no meio literário.

O trabalho de edição geralmente é associado aos indivíduos que trabalham nas editoras (estatuto institucionalizado), mas esse papel pode ser desempenhado informalmente por colegas e amigos. Como já havíamos afirmado, Adísia Sá chegou a submeter o romance *Capitu contra Capitu* à avaliação de Raquel de Queiroz e de Moreira Campos antes de publicá-lo. O romance-reportagem *Cidade Partida*, de Zuenir Ventura (1994), foi previamente lido por Rubem Fonseca. Em uma reportagem, Flávio Pinheiro e Márcia Vieira citam a reação do romancista e contista mineiro ao ler o livro: “ ‘Joga fora essa m...’, foi a recomendação do escritor Rubem Fonseca para a introdução sobre a década de 50. “Você tem uma obra-prima na mão, que é Vigário Geral”, disse” (*apud* Pinheiro & Vieira, 1994: 02)

Durante a entrevista, Carlos Heitor Cony conta que a amizade e o valor atribuído às opiniões do jornalista Paulo Francis garantiram-lhe o papel de primeiro leitor dos seus livros:

Eu gosto dele, eu fui amigo do Paulo. Eu era leitor dele. Quando eu conheci o Paulo, ele era o meu primeiro leitor. Eu dava os originais para ele ler. O sonho dele era ser ficcionista, mas não tinha... Não era que ele fosse reflexivo, ele era muito inflexivo. Gostava de botar rótulos. E exagerado. Eu me lembro, por exemplo, quando o Saramago ganhou o prêmio Nobel, ele veio ao Brasil, onde recebeu muitas homenagens. O Paulo escreveu contra Saramago. “Eu sou muito mais o Cony” [risos]. Porque era o meu amigo. Por amizade, o Paulo Francis fazia qualquer vilania (Entrevista ao autor, as palavras grifadas foram enfatizadas por Cony durante a conversa).

¹⁵⁶ Os editores de jornal, que sem dúvida possuem peso importante no mundo social, estão mais próximo do grupo de “pares jornalistas” (ver seção 8.1.1).

No caso dos entrevistados que se relacionam com pessoas que já possuem institucionalmente o estatuto de editores, os indivíduos podem escolher intencionalmente ingressarem nesse mercado, procurando a editora com o livro ou a proposta em mãos. Antes de tudo, estabelecem uma hierarquia das editoras, cuja reputação lhe parecem mais adequadas para a publicação de sua obra. Depois, passam a negociar começando pelas mais reputadas. À medida que alguma editora se recusa a publicar o livro ou que a proposta não parece interessante aos autores – do ponto de vista de direitos, autorais, tiragem, distribuição –, estes passam para a empresa seguinte em sua lista¹⁵⁷.

Da sua parte, o editor avalia o livro a partir dos critérios de venda, sua qualidade e a reputação do autor junto à audiência e aos intelectuais. É cada vez mais importante a análise das condições materiais de publicação da obra (Vende facilmente? Encalha? Que recursos precisam ser mobilizados para colocá-la nas prateleiras?). Como explica Carlos Heitor Cony: *“Muitas vezes, as editoras faliram no passado porque terminaram fazendo capital de giro intensamente, na base de que vende pouco (...). O estoque vai se acumulando. Aí você pode entulhar a Baía de Guanabara de livros de estoque. Se você pegar os estoques das editoras, de todo o Brasil, dá para você ir a Niterói com o pé enxuto”* (Entrevista ao autor).

Após essa avaliação, os editores decidem pela publicação ou não e em quais condições. Do resultado dessa negociação, podemos estabelecer as formas de inserção de um ator no mercado editorial, o que pode ser melhor ilustrado por depoimentos de Antônio Hohlfeldt e Carlos Chagas:

Antônio Hohlfeldt: *Eu fazia os comentários de literatura no Caderno de Sábado, ensaios mais longos e, em algum momento, me chamou a atenção de que começa um movimento diferenciado de literatura infantil, com o lançamento dos colegas como a Lígia Boyunga Nunes pela José Olympo em 1972, também com a coleção Comunicação, do André Carvalho em Belo Horizonte, que tinha a proposta de uma editora com textos infantis mais realistas. Na verdade, [meu primeiro romance infantil] “Porã” escrevi para essa coleção, só que não mandei porque a coleção já tinha acabado, já tinham fechado os dez títulos da primeira e da segunda série. O André me disse: “Olha, Antônio, eu queria, mas não vou fazer uma terceira série”. Aí procurei outro lugar, apesar do livro ter sido escrito para a coleção do André Carvalho* (Entrevista ao autor).

Carlos Chagas: *Preparado em maio de 1970, o presente livro [113 Dias de Angústia] apenas pôde ser editado e impresso em dezembro. Surgiram problemas de diversas espécies, o primeiro deles o de encontrar um editor com*

¹⁵⁷ Esse processo foi, na verdade, descrito por um dos entrevistados, durante uma conversa informal, não-gravada.

suficiente coragem para publicá-lo. Não foi fácil, apesar da peregrinação (...). Para quase todos os editores que procurei, tratava-se de “cutucar a onça com vara curta”, e, muito justificadamente, eles se eximiram. Afinal, não podiam arriscar-se a cair nas iras do Governo Médici (...). Enfim, um querido amigo, Yedo Mendonça, recentemente falecido, proprietário da Editora Imagem, sucumbiu à tentação. Prontificou-se a editar os 113 Dias de Angústia e arriscou. E perdemos, pois mesmo depois de cumprida as exigências legais (os originais foram submetidos à Polícia Federal, lidos e aprovado), o livro se viu arbitrariamente retirado das livrarias (Chagas, 1979: 21).

Pequenas diferenças são observadas quando os entrevistados são procurados pelas editoras para publicarem um livro. Nesse caso, a análise feita pelo editor do estatuto do jornalista, da obra e dos recursos que devem ser utilizados ocorre geralmente antes do processo de negociação. Para isso, conta bastante a reputação do indivíduo junto ao leitor (como jornalista e escritor) e a forma como o editor avalia isso:

Zuenir Ventura: *Eu não pretendia escrever o livro, ele surgiu na minha vida porque num dia em 1987 minha mulher se encontrou com o Sérgio Lacerda, que era o editor da Maior Fronteira e que tinha sido o meu patrão na Tribuna da Imprensa. (...) Eles sabiam do meu interesse especial por aquela época, pelos anos 60 até porque toda a minha geração, a geração que viveu essa década considerou muito importante para a nossa formação cultural. Eu tinha uma espécie de fixação pelos anos 60, especialmente por 68, tinha vivido muito intensamente. Ele disse: “Ah, o Zuenir podia fazer um livro sobre 1968, vinte anos depois”. Foi assim que surgiu a idéia de fazer esse livro (Entrevista ao autor).*

Carlos Heitor Cony: *Eu tenho alguns livros de crônica que a editora chega e diz assim: “Vamos publicar essas crônicas?” Se você pegar últimas, os dois últimos livros, a escolha das crônicas foram eles que fizeram. Um foi a Publifolha que pegou umas crônicas minhas que eu publicava na “Ilustrada” e o outro foi a Boitempo a escolha foi deles. Nos dois primeiros livros, eu mesmo fiz a seleção, mas estava ainda no início da carreira (Entrevista ao autor).*

Dessas descrições, podemos entender como os editores participam da criação das convenções ligadas ao mercado editorial, definindo que tipo de livros podem ser publicados. Esse papel é desempenhado através do processo de seleção de autores e livros e também por meio de intervenções diretas, em que o editor negocia com o autor alguns aspectos da sua obra¹⁵⁸. Para o editor, é preciso publicar livros e autores que vendam ou – o que é cada vez

¹⁵⁸ As seções de ‘Agradecimento dos livros estão cheias de exemplos sobre o papel do editor no produto final. Citaremos aqui trecho do livro de Gaspari (2002: 19) *A ditadura envergonhada*, que exemplifica perfeitamente nossa opinião: Como o trabalho de edição do texto desaparece em benefício dos autores, muita gente pensa que

mais raro – garantam notoriedade intelectual à editora. Esses também são os anseios do autor, com a diferença de que ele também está interessado em defender valores estéticos, associados ao processo de criação. Tal relação explícita como o produto final é, em parte, resultado dessas negociações entre editores e autores.

No material coletado, pouco se falou de interferências diretas dos editores na produção dos livros. Em certo momento da conversa com Dines, percebemos que certas mudanças realizadas nas versões alemã e espanhola de *Morte no Paraíso* consistiam em concessões editoriais, tendo em vista o público dos países onde o livro seria publicado. Em outras situações, é comum que os editores dêem total liberdade ao escritor. Na verdade, o simples fato de darem essa liberdade é também resultado de um processo de negociação que busca delimitar as escolhas no interior do mundo social. Podemos ilustrar essa situação com o caso Zuenir Ventura ao falar da redação do romance *Inveja, o mal secreto*, feito em estilo *making of*:

[Regina Zappa]: Esse estilo de narrativa foi elaborado ou surgiu naturalmente? Quando terminei o livro, a Isa (Pessoa, coordenadora editorial) e o Bob (Feith, editor da Objetiva) fizeram uma série de modificações de estrutura, de ordem de capítulo etc., misturando as histórias. Isso fez muito bem ao livro, dando uma dinâmica e um vigor à narração. Ficou então uma miscigenação interessante (...).

[Regina Zappa]: Não houve nenhuma orientação por parte da editora em relação ao livro?

Nenhuma. Tive total liberdade. Houve até um momento em que eu não sabia direito que tipo de livro eu tinha parido, o que ia sair dali. (Ventura, 1998: 06; 07)

Outra consequência decorrente dessa relação é a forma como os editores influem – de forma decisiva, até – na reputação dos autores que ingressam no mercado editorial. Um trecho já citado do depoimento de Flávio Tavares mostra, por exemplo, como a escolha da Editora Globo em inscrever o *Memórias do Esquecimento* no Prêmio Jabuti foi fundamental para a consagração literária do livro. Em outros casos, a reputação da editora, a sua capacidade de promover e distribuir a obra influem no sucesso de um autor (Hamon & Rotman, 1981; Rieffel, 1993; Silva, 2000), conforme ilustra um trecho do depoimento de Juremir Machado da Silva: “É adequado que os autores e os livros sejam avaliados, tenham um espaço, antes de tudo em função das editoras que eles publicam? Se eu publicar pela Record, o meu livro

eles escrevem sem erros e acredita que, por isso, fazem parte de uma casta de iluminados. Neste caso, isso seria uma lorota”.

tem um espaço no jornal, se eu publicar pela Sulina ele tem outro. E sou eu. E talvez o livro que eu tenha feito pela Sulina seja melhor do que o da Record, ou vice-versa” (Entrevista ao autor).

6.2.3.3 – Sindicatos, movimentos sociais, partidos e ideologias políticas

Em suas trajetórias, os entrevistados também intervêm e interagem em espaços de militância política, social e sindical. Essas relações delimitam as escolhas realizadas em termos de engajamento, que podem ou não serem integradas às carreiras profissionais. Elas influem também na reputação desses jornalistas-intelectuais. Em muitos casos, é a partir delas que um ator social é considerado comunista, conservador, liberal, progressista, reacionário, militante, alienado, etc.

No caso de alguns entrevistados, as relações com esses movimentos são suficientemente fortes para influírem de forma decisiva em suas reputações. Em Adísia Sá, a associação entre a trajetória pessoal e a militância sindical é tão estreita que seu nome tornou-se uma referência obrigatória para os estudiosos do tema: *“Eu voltei para o jornalismo engajada nas entidades de classe. Antes de me profissionalizar eu já era da Associação Cearense de Imprensa. Em seguida, quando me profissionalizei e tirei o registro, entrei no sindicato, onde fui a primeira mulher a nele me filiar e passei por mais de 12 anos sendo a única mulher sindicalizada”* (Entrevista ao autor) *“Não se escreve sobre um sindicato, sobre a imprensa brasileira sem que passe por mim. Quer dizer, eu serei sempre um atalho (apud Amorim, 2005: 57). Adísia, aliás, publicou dois livros sobre o sindicalismo no jornalismo brasileiro: *Biografia de um sindicato* e *O Jornalista Brasileiro: Federação Nacional dos Jornalistas profissionais, de 1946-1999*.*

Antônio Hohlfeldt é outro entrevistado cujas interações com sindicatos e com partidos políticos foi fundamental na definição da sua reputação. No seu caso, o interessante é a forma como as amizades e as competências adquiridas em diferentes instâncias delimitaram as escolhas no modo de ingresso no mundo político:

Na Unisinos, como professor, eu participei da criação da associação de docentes. No jornalismo, eu entrei, no sindicato, para diretoria do sindicato com um velho líder sindical, que era o Lauro Hagman, vinculado ao PC, ao Partido Comunista, numa diretoria na qual, inclusive, o Antônio Brito fez parte (...). Dessa experiência do sindicato e da associação de docentes, eu acabei... Já tinha uma bela relação com o Olívio Dutra, quando o Olívio era o presidente do Sindicato dos Bancários. O Teatro de Arena em Porto Alegre,

dirigido pelo Jairo Andrade, que fazia um teatro bem militante, bem participante e eu participava muito das sessões especiais do teatro do Sindicato dos Bancários, no debate a posteriori. Eu saía da redação do jornal, ia ao teatro, participar do debate e voltava para fechar o jornal depois. Então tinha essa relação com o Olívio e acabei, então, me aproximando do PT, a idéia era fazer política, o período era final dos 70, início dos 80. Na primeira eleição que o PT participa, em 82, eu entro como candidato para experimentar (...) E, realmente, no final de seis dias, sete dias, contaram os votos, eu fiz cinco mil e poucos votos, o PT fez vinte mil e pouco, eu era o mais votado e acabei entrando (Entrevista ao autor).

Outros entrevistados possuem uma relação informal com essas instituições – uma simpatia ou identificação ideológica – que mesmo assim influencia na reputação adquirida. Às vezes, uma amizade com um militante político ou a simpatia por determinada ideologia é suficiente para construir uma reputação. É o caso das relações de Juremir Machado da Silva com o cronista reacionário, Diogo Mainardi. E também do suposto envolvimento de Raimundo Pereira com o Partido Comunista do Brasil¹⁵⁹: “Tenho vontade de entrar num partido. Estou pensando em fazer uma proposta, primeiro para o PCdoB, porque todo mundo acha que eu sou do PCdoB. Preciso me livrar desse problema – de ter o problema de ser considerado do PCdoB, sem ter as vantagens de ser do PCdoB (Entrevista ao Blog do José Dirceu, em 09/11/2006).

No extremo oposto, alguns entrevistados tiveram passagens esporádicas nessas instituições durante suas trajetórias, ocupando cargos em sindicatos (Alberto Dines) e associações políticas e profissionais (Carlos Chagas) sem que isso influenciasse de forma marcante nas suas carreiras profissionais e reputações.

Junto a outros entrevistados, observamos como o não-engajamento partidário ou sindical também marca uma posição no mundo social. Nesse caso, a influência dessas entidades, do ponto de vista das escolhas nas trajetórias profissionais, está ligada a uma estratégia de imposição estatutária (como alguém a-partidário) e de inserção das redes de cooperação da sociedade, que porventura pode remeter a uma reputação social.

O caso de Carlos Heitor Cony é bastante singular sobre esse tipo de relação. Existe a crença – segundo ele, equivocada – da passagem do intelectual alienado, que ganha notoriedade a partir das denúncias contras as arbitrariedades do golpe com as crônicas publicadas no *Correio do Povo*. Finalmente, em um terceiro momento, ele teria se tornado novamente um traidor das esquerdas, a partir da publicação em 1967 do romance *Pessach: A*

¹⁵⁹ Kucinsky (2003) descreve as relações do Raimundo Pereira com o PC do B e com o movimento clandestino de resistência à ditadura, a Ação Popular (AP) e a forma como essas interações influíam nos rumos de *Opinião* e, sobretudo, *Movimento*.

travessia. Nele, o escritor narra a história do engajamento de um escritor em um movimento de guerrilha clandestina contra a ditadura e que, no final, é traído pelo Partido Comunista Brasileiro (Cony, 1967/2007; Kushnir, 2000). Essa reputação é tão arraigada e incômoda que, em diversas passagens da nossa pesquisa, Cony faz questão esclarecer o que considera um equívoco:

No início da minha vida profissional eu me recusava a tratar de política, não entrava nem na minha ficção nem nas minhas crônicas. Só que veio 1964 (ano do golpe militar) e aí política passou a ser um assunto cotidiano para mim, com meus amigos todos presos, assim como eu também comecei a sofrer algumas violências. Assim a política virou meu cotidiano e entrou no meu trabalho. Mas não falo dela com muito gosto, não. Faço por uma questão de revolta, que foi muito marcada pelo golpe de 1964. Continuo achando a política um assunto muito desagradável (Cony, 2000c: 04).

A boa repercussão que teve a minha crônica naquela época se deve a justamente isso, porque eu não tinha partido nenhum. Os jornalistas naquele tempo viviam uma dicotomia muito grande, ou era jornalista de esquerda ou de direita (...) Nesse intermezzo, surgiu a possibilidade de um jornalista alienado como eu era – e como eu sou até hoje – de entrar e expor uma visão de mundo contrária à política dominante no momento, que era ditatorial, mas sem ser de esquerda ou ser de direita. Até hoje há esse equívoco a meu respeito, achando que eu era de esquerda, virei de direita, era de direita, virei de esquerda, mas na verdade, até hoje eu não sou de esquerda, nem de direita (...). Eu fiz isso daí de gaiato, deixando bem claro que eu considerava a esquerda um aglomerado de imbecis (...). Havia a necessidade de liberdade, havia uma classe militar que estava oprimindo a massa, contra isso que eu me voltei (Entrevista ao autor)

Aliás, no meu discurso da Academia Brasileira de Letras, eu fiz questão de dizer isso: “Eu não tenho disciplina para ser de esquerda – porque eu fui sempre indisciplinado, para aceitar regra de cima – e não tenho apego às minhas idéias como o pessoal de direita. Também não gosto de ser de centro, porque eu acho o centro oportunista. Então para mim só falta ser um anarquista triste e repressivo”, que é o que eu sou (...). Em 64, se o golpe tivesse sido feito pela esquerda, se a esquerda tivesse feito os desmandos que fez a direita, eu estaria... Aí eu não estaria vivo (...). Está dito várias vezes na minha obra, eu acho a esquerda um aglomerado de imbecis.

Além da questão reputacional, a imagem de traidor e reacionário rendeu a Cony inimizades dentro da esquerda brasileira que tiveram efeitos diretos na sua trajetória intelectual. Intelectuais do PCB, colocados em pontos-chave no meio editorial, boicotaram amplamente o escritor e o romance *Pessach* (Kushnir, 2000). Cony (1997) conta que a

segunda edição do livro foi esquecida no depósito da editora e o seu nome é vetado nos suplementos dos jornais.

Outro entrevistado que prefere não associar sua reputação a um partido ou ideologia é Juremir Machado da Silva. Quando perguntamos sobre uma possível contradição entre sua amizade com o cronista Diogo Mainardi e as relações com que mantém com intelectuais franceses (a maioria de esquerda), Juremir negou esse tipo de vinculação ideológica:

Eu não sou ideológico, eu sou absolutamente não-ideológico. Eu tenho relações intensas, amizades com pessoas que se dizem de direita, como com pessoas que se dizem de esquerda. Para mim, existem diferenças entre esquerda e direita e eu sou capaz de ter relações de amizades profundas com os dois campos. Não me espanta em nada, não tenho incompatibilidade nenhuma. Eu tenho amizades com pessoas com as quais eu não concordo muitas vezes nas idéias (Entrevista ao autor)

As relações com movimentos e ideologias engendram situações distintas em termos de reputação a identidade. Elas são indissociáveis das interações com o Estado, com os pares jornalistas, com intelectuais, com editores e críticos. Além disso, o peso da militância política, em termos de reputação no mundo social, varia conforme o momento histórico. No período de 1950-1970, quando o clima de politização foi maior, o engajamento político, social ou sindical freqüentemente era mais valorizado do que nas décadas seguintes, quando a importância desse tipo de militância declinou (ver capítulo seguinte).

6.2.3.4 – Os alunos

Para os entrevistados que, em determinado momento das suas trajetórias, atuaram como professores universitários, as interações com os alunos são também significativas como mecanismos de construção identitária. Em uma relação previamente estruturada por papéis (docente-discente), o professor assume ou reifica um estatuto que garante certa notoriedade social. O uso de títulos institucionais como ‘Mestre Zu’ e ‘Professora Adísia’, nesse caso, é bastante significativo, pois mostra como interessa a essas pessoas o reconhecimento como docente. Um exemplo prosaico sobre esse processo foi dado por Flávio Tavares. Ele explica que, durante seu período como professor da UnB, na época com 31 anos, foi um dos poucos docentes a ir à universidade de paletó e gravata, “*para não ser confundido com alunos*” (Entrevista ao autor).

Ser professor de jornalismo implica ainda, em participar da manutenção/subversão do sistema de convenções no mundo social, na medida em que ocupa uma posição influente junto às novas gerações de jornalistas – papel semelhante ao que é ocupado pelos profissionais que ocuparam cargos de chefia nas redações. Além disso, se o professor deixa uma boa impressão, isso contribui na construção da sua reputação dentro do meio jornalístico e universitário. O contrário também acontece: uma má atuação como professor pode pesar negativamente na sua reputação.

Na apresentação de uma entrevista publicada no blog do Centro Acadêmico de Comunicação Social da UnB, o aluno Gabriel Castro se refere a Carlos Chagas (*apud* 2006a) como: “talvez o professor mais querido da Faculdade de Comunicação da UnB”. Em uma reportagem sobre Zuenir Ventura, o compositor e jornalista Nelsinho Motta, ex-aluno de Ventura na Escola Superior de Desenho Industrial do Rio de Janeiro (Esdi), afirma que: “As aulas do Zuenir eram tão boas, tão interessantes, que larguei a Escola. Fui direto para o *JB* ser repórter, em 67. E não reivindico isso, mas eu já o chamava de Mestre Zu naquela época”. (*apud* Horta & Priolli, 1989: 02)

Juremir Machado da Silva acredita que parte da sua legitimidade no jornalismo também deve ser atribuída às interações estabelecidas com os alunos: “*Boa parte dos repórteres e do pessoal que está por lá, foram meus alunos (...) Hoje eles me chamam assim: ‘E aí professor!’.* Isso muda um pouco o meu estatuto. Eu sou o professor que vai à mídia, que escreve crônicas, que opina, que tem uma legitimação diferente”. Já havíamos mencionado o caso de Adísia Sá, que atribuiu parte da sua legitimidade profissional às gerações que formou como docente. De fato, enquanto gravávamos a entrevista, uma ex-aluna, jornalista, ligou e, quando soube que Adísia seria tema desta tese, se dispôs a publicar uma nota sobre o assunto em sua coluna no jornal *O Povo*.

6.2.3.5 – O julgamento da história

Finalmente, alguns entrevistados também orientam suas escolhas em torno da forma como sua reputação seria avaliada no que eles chamam de posteridade ou julgamento da história, algo que foi analisado por Becker (1982) na seção ‘Morte e Consagração’ (*Death and Conseacration*) do seu livro sobre o mundo artístico. O sociólogo norte-americano explica que os atores sociais organizam e hierarquizam sua obra de acordo com a reputação que podem vir a adquirir no futuro. Eventualmente tomam providências que impedem a destruição

física de seus trabalhos. Podem também promover livros que acreditam expressarem melhor o sentido de sua obra. Ou ainda aqueles que terão mais chances de serem consagrados no futuro.

No ato de redigir um livro ou uma reportagem, o autor dificilmente tem ciência da reputação que ele vai adquirir quando for publicado. As motivações que o levam a fazê-lo geralmente ligam-se a dimensões específicas da produção artística: contar uma história, expor uma visão de mundo, experimentar esteticamente. Ao publicar a obra, a recepção dela junto ao público, à crítica, aos pares intelectuais e jornalistas, bem como a forma como o ator social organiza sua história de vida (algo como “esse livro é o melhor que eu pude fazer...”) permitem que ele avalie o status da sua obra, a partir das convenções do mundo social, e a situa em termos de posteridade. Podemos exemplificar essa assertiva com a avaliação feita por Flávio Tavares a respeito do seu livro de maior sucesso: “*O Memórias do Esquecimento foi a minha catarse pessoal (...). Depois, ele se transformou num livro que, segundo todo o mundo, vai passar para a História*” (Entrevista ao autor). Claro, essas avaliações são feitas tanto do ponto de vista de produções, como da própria trajetória pessoal e profissional e, sobretudo do respaldo adquirido a partir da interação com outros atores (leitores, editores, críticos).

Muitas vezes, um ator social que se considera notório, pode ter a preocupação de preservar elementos da sua biografia e obra. Trata-se de produzir um arquivo pessoal, mas também de uma forma de expressar o sentimento de realização e sucesso na carreira profissional (para si e para quem o consulta). Essa percepção de si induz a pessoa a criar esse um banco de dados que facilita recuperar no futuro sua trajetória, a partir da edição ou do uso que outros fazem desse material. Segundo Becker (1982: 224), “o que sobrevive a essas escolhas constitui no *corpus* de trabalho no qual um artista ou gênero ou um formato, é conhecido, o que é perdido não contribui para nenhuma reputação¹⁶⁰”.

Carlos Chagas, por exemplo, possui em seu escritório diversos tomos contendo todos os textos publicados ao longo da sua carreira jornalística – material que ele fez questão de nos mostrar ao final da entrevista. Na sala de estar de Adísia Sá, além da produção jornalística, literária e acadêmica, encontramos recortes de jornal sobre o seu jubileu como jornalista, depoimentos de pessoas, troféus e medalhas que recebeu. “*Chega a ser uma obsessão minha a preocupação com o julgamento da história. Não perco de vista ao falar ou ao escrever, que estou sendo ouvida, que serei lida e que responderei um dia por tudo o que disse*” (apud

¹⁶⁰ Tradução do autor de “what survives those choices constitutes the corpus of work which an artist or a genre or medium, is known, what is lost contributes to no reputation”

Amorim, 2005: 70); “*Eu sou um pouco vaidosa, exponho meus troféus, minhas medalhas, mas eu digo sempre: ‘Se eu não cuidar delas, quem vai cuidar?’ [risos]*” (Entrevista ao autor).

6.2.3.6 – Um mundo social sem limites

Existem ainda vários atores sociais que, sem dúvida, cooperam na atividade dos entrevistados. Não cabe aqui uma análise aprofundada sobre eles. Durante nossa pesquisa, tivemos, por exemplo, contato com as secretárias de Alberto Dines, Carlos Heitor Cony, Mino Carta e Carlos Chagas. São pessoas que participam ativamente do cotidiano desses entrevistados, delimitando suas escolhas e trabalhando na construção da sua reputação. Uma secretária geralmente administra aspectos da carreira profissional desses jornalistas-intelectuais, gerenciando a concessão de entrevistas, as intervenções públicas, o contato com editores, patrões, público, etc.

Observamos ainda a ação dos *webdesigners* e dos *webmasters*. Zuenir Ventura e Carlos Heitor Cony, por exemplo, dispõem de páginas pessoais desenvolvidas por técnicos da área, cujo trabalho certamente influi na notoriedade dessas pessoas: a facilidade em acessar essas informações permite que uma pessoa seja mais conhecida pelo público. Amizades pessoais, relações de parentesco, também, estão ligadas à produção no âmbito do mundo social. Zuenir (1988; 1994; 2005), em diversos momentos, fala da importância da sua esposa, a jornalista Mari Ventura, na redação de seus livros. Raimundo Pereira (*apud Gonçalves & Veloso, 2007: 12*) também atribui grande parte da sua reputação à família:

Do ponto de vista pessoal, também tive uma sorte imensa ao formar uma família do jeito que é a minha, uma família ótima, que me apoiou muito. Minha mulher é uma pessoa lutadora. Aprendi demais com ela. Também tive sorte por minhas filhas não terem nenhum problema grave. Elas cresceram em um mundo onde havia muita gente boa em torno de mim.

Em uma entrevista concedida à *Revista Playboy*, Cony (1997: 41) explica que a qualidade de *Pilatos* está profundamente associada a um momento de sua vida, a um casamento que ele considerava ideal: “*O livro foi um subproduto da minha felicidade. Uma fase bonita, essa, não se repetiu mais*”.

O mercado sem dúvida desempenha um papel fundamental no mundo dos jornalistas e na trajetória desses atores. Preferimos, contudo, não trabalhar diretamente as interações com essa dimensão econômica, que se encontra diluída nas interações com o público, os patrões, os editores. Trabalharemos também de forma mais detalhada o papel do mercado nas transformações do mundo social no capítulo seguinte.

Existem ainda vários atores ligados a esse processo. Seria impossível tratar de todos. Limitamos-nos a analisar aqueles considerados mais interessantes a compreensão das dinâmicas de construção identitária no mundo social.

6.3 – A identidade construída por meio de um mosaico

Neste capítulo, trabalhamos as diferentes interações realizadas pelos jornalistas-intelectuais no âmbito do mundo social. Demos um tratamento propositalmente descritivo a essas relações. Tentamos encontrar explicações para o papel desses diferentes atores na construção da reputação dos nossos entrevistados, sem estabelecer relações causais. Não nos permitimos, por exemplo, afirmar que as relações de Raimundo Pereira com os movimentos sociais fazem dele um político ou se os atributos de Dines como intelectual situam-no dentro dessa categoria.

Evitamos também situá-las em um ordenamento temporal. Com a exceção das relações com o Estado, as interações com atores de diferentes épocas são tratadas simultaneamente. Essa abordagem foi inspirada no modo como Howard Becker (1982) descreve o funcionamento dos mundos artísticos. Adotamos esse tom tendo em vista o nosso objetivo de destacar o caráter coletivo, processual e fragmentado do processo de construção identitária, nem sempre evidente nas definições de si, expressas no capítulo anterior.

Quando analisamos uma história de vida, temos geralmente a impressão de que as ações dos atores são produtos de motivações individuais. Nesse sentido, as escolhas realizadas em termos de práticas e as mudanças nas carreiras profissionais aparecem, a princípio, como as mais coerentes tendo em vista a visão de mundo do indivíduo. O risco é pensar que existira uma racionalidade, um caminho natural na construção da identidade dessas pessoas. O que buscamos tratar aqui é justamente o modo como todas essas escolhas envolvem uma série de processos interativos, em que a dimensão coletiva se mostra a partir das relações face a face, das referências ao outro generalizado, das convenções negociadas no mundo social, entre outras.

Ao opormos a questão da definição de si e a reputação adquirida pelo ator social, mostramos como essa identidade aparentemente estável remete a uma infinidade de processos interativos nos quais ela foi e é negociada. Durante todo o capítulo, observamos como essa dimensão coletiva da construção identitária é pulverizada nos atores sociais e negociada de diferentes maneiras com cada um deles. Nesse sentido, é possível oferecer um contraponto à definição de si apresentada na interação com o pesquisador – esta quase que totalmente controlada pelo entrevistado – mostrando em que medida certas reputações são adquiridas à revelia dos jornalistas-intelectuais.

Como em um mosaico, podemos dizer que diferentes contextos situacionais exigem do ator novas formas de se apresentar, algumas delas coincidentes ou cumulativas, outras distintas e mesmo contraditórias. Esse caráter fragmentário oferece uma descrição bastante adequada do mundo social, da sua extensão variável, da imprecisão das fronteiras que regem essas atividades (Literatura, Arte, Ciências Sociais, Política e Jornalismo). Resta-nos ainda aplicar essas a essas análises uma dimensão temporal para compreendermos como a identidade dos jornalistas-intelectuais se situa historicamente. Este é o tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO VII: JORNALISTAS-INTELECTUAIS E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO SOCIAL

Neste último capítulo, abandonaremos as dimensões micro e meso-sociológicas para analisar as relações entre a identidade dos entrevistados e as transformações na base convencional que compõe o mundo social. Trata-se de encontrar explicações que poderíamos chamar de estruturais, nas quais podemos entender as histórias de vida desses atores¹⁶¹.

Nos três últimos capítulos, trabalhamos o processo de construção das identidades a partir da organização das histórias de vida por ocasião do face-a-face interacional e das negociações coletivas produzidas no âmbito do mundo social. A análise que se segue, nos permitirá avançar em questões fundamentais sobre a forma como essas interações dialogam com o processo de criação de novas convenções que vão transformar, segmentar ou perenizar o mundo dos jornalistas.

Optamos por operacionalizar nossa proposta adotando a linha desenvolvida por Becker (1982) sobre as transformações na base convencional dos mundos das artes. O autor trabalha os processos que resultam em mudanças evolutivas ou revolucionárias dos mundos sociais e também de fenômenos mais localizados de segmentação, que atingem um grupo restrito de atores e práticas. Não temos a pretensão de situar os jornalistas-intelectuais como os protagonistas dessas dinâmicas, mas tentaremos entender como eles, enquanto integrantes da rede de colaboradores do mundo social, participam das transformações (seção 7.1), segmentações (seção 7.2) e continuidades (7.3) que atingem o espaço jornalístico e intelectual.

7.1 – As mudanças no mundo dos jornalistas: uma ópera em dois atos

Certos problemas surgem quando trabalhamos as mudanças no mundo dos jornalistas a partir da perspectiva macro-sociológica. O primeiro diz respeito ao âmbito da abordagem e a forma como ela delimitará o nosso escopo de análise. Se nos restringirmos à história do jornalismo, estaríamos ignorando a forma como certos entrevistados reivindicaram uma identidade que se aproxima mais do estatuto do intelectual ou do produtor de cultura. Por

¹⁶¹ Sobre o uso do interacionismo simbólico na análise de situações micro, meso e macro-estruturais, ver o trabalho de CLARKE, A. E. & e GIRSON. 'Symbolic interactionism in Social Studies Sciences'. In: BECKER, H. S. & MACCAL, M. M. (orgs) *Symbolic interacion and Cultural studies*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1990, pp. 179-214.

outro lado, não é viável trabalhar separadamente essas duas instâncias (jornalismo e cultura), como espaços que evoluem distintamente na sociedade. Isso seria admitir um *a priori* que atentaria contra concepções expressas por alguns atores (de que o jornalismo é naturalmente uma atividade intelectual). Ao admitirmos existirem confluências entre jornalistas e intelectuais, que levam a uma identificação entre os dois estatutos, é preciso que consideremos a princípio as duas carreiras como ligadas a um mesmo mundo social e que são socialmente objetivadas no decorrer das mudanças históricas. Nesse caso, além de articular conjuntamente a análise sobre a evolução dos espaços jornalístico e intelectual¹⁶², é preciso explicitar que, embora para fins operacionais recorramos a palavras diferentes para defini-los, nosso foco de análise parte do pressuposto de que, na década de 1950, jornalistas eram considerados intelectuais ou ao menos um grupo que integrava e se misturava com essa categoria.

Um segundo ponto diz respeito ao tipo de trabalho realizado aqui. Não se trata de uma pesquisa historiográfica, nem de uma revisão dos trabalhos sociológicos sobre as mudanças no meio jornalístico e intelectual no Brasil. Na verdade, faremos uma leitura bastante particular de temas amplamente debatidos na literatura acadêmica e revisados no capítulo I desta tese. São eles: as mudanças que induziram à emergência de um novo paradigma no jornalismo (o jornalismo de mercado) e as conseqüentes transformações na identidade do intelectual. Para desenvolver essas duas questões nos apropriaremos livremente de análises fundadas em tradições teóricas distintas (funcionalismo, marxismo, análises bourdieusianas e gramscianas).

Ao trabalhar com as transformações no mundo social, é preciso ter em mente o grau de alteração nas atividades de cooperação e na linguagem convencional, que podem dar origem a alterações gradativas ou revoluções (Becker, 1982). Elas podem ter origem na difusão de novas tecnologias e conceitos, na introdução de uma nova audiência, entre outros. Como conseqüência, observa-se mudanças do ponto de vista ideológico e organizacional de uma atividade.

Tomados em conjunto esses pressupostos – a análise mais abrangente das transformações no meio intelectual brasileiro e a apropriação dos estudos sobre o tema à luz da teoria de Becker –, podemos definir a história da relação entre jornalistas e intelectuais no Brasil a partir de três momentos: (I) Um marco inicial de definição identitária, a partir da

¹⁶² Uma proposta semelhante sobre o assunto foi desenvolvida por Cristina Costa (2005) que, em sua análise sobre escritores-jornalistas, esteve ancorada no estudo simultâneo das transformações dos meios jornalístico e literário.

criação de um conjunto de convenções e uma representação social que possibilita estabelecer parâmetros para atividade jornalística, além de um princípio de delimitação estatutária, sem que isso acarrete um fechamento formal das fronteiras profissionais junto aos intelectuais (período 1945-1968); (II). Um processo gradativo de reorganização das redes de cooperação no meio cultural, com a criação de modos de acesso e de sistemas próprios de consagração e ascensão nas carreiras profissionais de jornalistas, artistas, professores etc. (de 1969 até meados da década de 70); (III) A consolidação dessas mudanças através da formação de redes de cooperação autônomas (produtores, financiadores, público etc.) e também pela interiorização e reificação de um conjunto de ideologias calcadas no profissionalismo, na delimitação de atividades que compõem o âmago dos diferentes mundos sociais etc. (a partir do final dos anos 1970).

Todos esses processos foram vivenciados pelos entrevistados em alguma medida, embora as decalagens geracionais do nosso *corpus* impliquem em processos distintos de interiorização. Os limites epistemológicos de uma análise calcada no interacionismo simbólico (e nas ciências sociais de modo geral) impossibilitam entender quais as motivações que levaram esses atores a interagirem a essas mudanças em determinado período histórico. Contudo, partindo da proposta defendida por Hale (1990) analisaremos a forma como essa história é (re)construída através da atribuição posterior de significados pelos jornalistas-intelectuais. Algumas dessas avaliações, além de explicarem a questão da identidade, também podem fundamentar nossas análises sobre essas transformações, ajudando-nos a reconstruí-las.

De forma esquemática trabalharemos a seguir esses três momentos. Infelizmente, é impossível incluir o impacto dos fenômenos de digitalização e da introdução das redes de computadores nesse processo. Admitimos que o mundo dos jornalistas sofreu transformações profundas com a introdução dessas tecnologias. Contudo, é pouco prudente propor uma avaliação precisa desse processo, que ainda não se consolidou no cenário midiático brasileiro.

7.1.1 – Primeiro ato: os novos contornos da atividade intelectual no Brasil

O período que vai do fim do Estado Novo (1946) à decretação do Ato Institucional nº 5 (1968) é considerado um marco para o meio intelectual e para o jornalismo brasileiro. É nesse momento que se iniciam as mudanças nas bases convencionais que vão delimitar os novos contornos da produção de cultura, como será analisado a seguir.

7.1.1.1 – Política e cultura nos anos 1950 e 1960

Já é lugar comum na sociologia e na história dos intelectuais brasileiros situar esse período como um momento de efervescência política e intelectual, uma espécie de divisor de águas da cultura nacional (Czajka, 2004; Mota, 1990; Pécault, 1990; Ridenti, 2003; 2005; entre outros). Sentimento, aliás, partilhado alguns entrevistados. É o caso de Raimundo Pereira: “*Naqueles anos, começo dos anos 60, havia um ambiente de muita politização. Era meu caso, embora fosse um envolvimento mais pelo lado literário, cultural (...). Eu era uma pessoa que gostava escrever, gostava de literatura, de teatro e foi por esse caminho que me tornei redator da imprensa*” (Entrevista ao autor). E também de Flávio Tavares: “*Todas as grandes conquistas intelectuais brasileiras são dessa época, do final do governo Juscelino, início do governo Jânio Quadros, depois todo o governo João Goulart (...). Foi uma época de descobrimento cultural do país, intelectual e científico muito grande. O país realmente desabrochou*” (Entrevista ao autor).

O que há de particular nesse período é a convergência entre cultura, política e o projeto de uma modernização à esquerda da sociedade (Czajka, 2004; Pécault, 1990; Ridenti, 2003), baseado na crença de que Brasil vivia uma revolução socialista em curso¹⁶³ (Ridenti, 2003). No plano intelectual, isso se reflete em um reforço às teorias nacionalistas e desenvolvimentistas nas ciências sociais e na busca de uma identidade nacional em que se valorizava o povo brasileiro, suas raízes, rompendo, assim, com os padrões de produção anteriores, ligados às oligarquias tradicionais¹⁶⁴.

Para Marcelo Ridenti (2003; 2005), a principal particularidade desse “romantismo revolucionário” está justamente na forma como o projeto modernizador, calcado na recusa do modelo capitalista, buscava no povo, o seu modelo de novo homem socialista. Essa aspiração se estendia nas diferentes manifestações culturais de vanguarda – arquitetura, artes plásticas, literatura, música e cinema – que tinham em comum a preocupação de fazer uma reflexão crítica sobre a produção existente e a aspiração de construir o novo.

¹⁶³ Parte dos intelectuais partilhava, por exemplo, na teoria das “duas etapas”, proposta pelo Partido Comunista Brasileiro, organizador de uma “sociedade civil de esquerda” no Brasil. Em primeiro lugar, era preciso unir forças com setores da burguesia nacional para superar o subdesenvolvimento. Com tempo, se avançava progressivamente na instituição de um regime de esquerda. “Claro que a perspectiva geral era a da ‘modernização’ e da superação do Brasil ‘arcaico’, e da resolução dos problemas das disparidades regionais. Mas a tônica era radical, e a meta socialista” (Mota, 1990: 191). “O PCB “via a revolução não como um objetivo imediato, e sim como um lento processo, que poderia até culminar numa ruptura, desde que fosse o resultado gradual da organização da sociedade civil e da acumulação de força” (Ventura, 1988: 62).

¹⁶⁴ Sobre esse antigo modelo, ver: MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

É nesse contexto que podemos situar o processo de reformulação das ciências sociais no Brasil pela incorporação de teorias marxistas¹⁶⁵ como ponto de partida para uma releitura e reinterpretação da condição do país. O marco fundador dessa mudança foram os ‘Seminários Interdisciplinares de Leitura sobre o Capital’, realizados a partir de 1958, sob a coordenação de Florestan Fernandes e com a participação de jovens pesquisadores como Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Essa mudança rompe com as interpretações funcionalistas e ligadas à mestiçagem do povo e da cultura brasileira, dando lugar a noções como subdesenvolvimento e dependência:

A necessidade de compreender, discutir e reformular a nova conjuntura nacional que emergia durante os primeiros anos da década de 1950 – período de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais também executadas num plano internacional – se mostra num sintomático processo de transformação que se produz no interior dos grupos de esquerda, como nos seus respectivos grupos de formação de uma consciência e de construção de identidades nacionais e populares. E a proposição de um novo vocabulário por esses artistas e intelectuais mostra a necessidade de estabelecer essa identidade a partir dos seus aspectos sociológicos e filosóficos (Czajka, 2004: 42).

Essa configuração se reflete diretamente nas manifestações políticas e culturais das décadas de 50 e 60. Primeiro, com a aproximação entre organizações intelectuais e os movimentos de esquerda. Buscava-se, na verdade, difundir e operacionalizar o aspecto cultural de uma revolução em marcha. É dessa época que proliferam iniciativas de transformar a cultura em um instrumento revolucionário de conscientização das massas, como os Centros Populares de Cultura, os Movimento de Educação de Base, o Movimento de Cultura Popular difundido pela Igreja Católica, a difusão da pedagogia de Paulo Freire e o teatro engajado promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

Esse sentimento pré-revolucionário se intensifica no governo João Goulart¹⁶⁶, com o aumento da participação da esquerda nos rumos da política nacional. A partir desse período, passam a orbitar em torno do Estado atores ligados ao Partido Comunista, ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), à União Nacional dos Estudantes e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Além disso, o governo Goulart se apropria paulatinamente de algumas bandeiras ligadas aos setores progressistas, sobretudo na sua mobilização em torno das “reformas de base”: agrária, bancária, administrativa, fiscal, urbana escolar, jurídica, trabalhista.

¹⁶⁵ Marx, Sartre e Althusser. Mas também autores ligados ao “marxismo cultural” como Gramsci, Adorno, Marcuse etc.

¹⁶⁶ Segundo Czajka (2004) o próprio movimento legalista, responsável por garantir a posse de Goulart 1962 acabou proporcionando essa confluência de interesses entre a esquerda brasileira e o Estado.

O golpe militar de 1964 foi justamente uma reação dos setores conservadores, dentre eles parte da intelectualidade e praticamente toda a grande imprensa (Amado, 2007), a essa esquerdização do Estado brasileiro. Tratava-se de utilizar, logo após o golpe, da violência política – censurando a produção artística, apreendendo livros, cassando direitos políticos – para expurgar certas ideologias subversivas da cultura e da política nacional (Gaspari, 2002). Embora tenha eliminado a possibilidade de uma transformação político no âmbito estatal, a ditadura não representou, de imediato, uma ruptura no romantismo revolucionário de parte da intelectualidade local. As formas de manifestação política e intelectual da década de 50 ainda perduram nos primeiros anos do regime e serão interrompidas somente com a instituição do AI-5, em 1968¹⁶⁷.

7.1.1.2 – Os anos 1950-1960 na imprensa: revendo a hipótese da profissionalização do jornalismo

O período 1946-1968 também afeta profundamente o jornalismo brasileiro. Diferentes tipologias da história da imprensa no país tendem justamente a descrevê-lo como o fim de um jornalismo romântico, boêmio, conduzido por diletantes, atrelado a grupos políticos e sua transformação em uma atividade empresarial. São característicos dessas mudanças, o início do processo de profissionalização dos jornalistas, a reconfiguração das rotinas produtivas, a introdução de novas práticas e uma nova linguagem (sobre o assunto, ver: Lustosa, 1996; Medina, 1988; Ribeiro, 1994; Ribeiro, 2003; Seabra, 2002; Sewra, 1997; Sodré, 1999, entre outros). É nesse período que se constitui o primeiro grande grupo midiático nacional, os Diários Associados. É também o momento de introdução da televisão no país e da criação dos primeiros cursos de jornalismo.

Nessas circunstâncias se situam as três grandes reformas da imprensa brasileira. No âmbito da linguagem, a introdução do *lead*, da pirâmide invertida e dos manuais de redação é atribuída à iniciativa pioneiro do *Diário Carioca. A Última Hora*, de Samuel Wainer (1998), por sua vez, inova na maneira de informar e opinar, produzindo um jornal vibrante, voltado para as classes populares. Ao pagar melhores salários aos jornalistas, Wainer contribuiu ainda para o início do processo de profissionalização da categoria. Finalmente as reformas realizadas no *Jornal do Brasil*, iniciadas por Reynaldo Jardim em 1956, prosseguidas por

¹⁶⁷ Sobre o assunto, além da biografia citada sobre as transformações da cultura no Brasil, ver também a descrição feita por Zuenir Ventura (1988) sobre a geração que vivenciou o ano de 1968 e a forma como as manifestações e os debates dos grupos de esquerda perfuraram até a edição do AI-5.

Odílio Costa Filho e finalizadas por Alberto Dines a partir de 1962, alteram a qualidade gráfica e a estrutura interna das redações.

Não cabe aqui rever e detalhar todas essas inovações, mas identificar como elas podem se associar ao nosso objeto de trabalho. A teoria e o senso comum geralmente situam esse momento como o início da mudança do jornalista beletrista, intelectual, para uma categoria profissional, calcada em novos padrões técnicos. Esse é também o entendimento de entrevistados como Carlos Heitor Cony: *“Os jornalistas, naquele tempo, seguiam mais próximos do intelectual, no sentido amplo do intelectual, porque eles tinham que criar alguma coisa, devido, justamente, a essa enxúndia do texto. A partir da segunda metade do século XX, a partir dos anos 50, os padrões da imprensa americana tomaram conta do mercado”* (Entrevista ao autor); Zuenir Ventura: *“Era a época do jornalismo boêmio, sem horário nem disciplina, com jeito anárquico e muita liberdade. Não havia a imposição industrial do tempo e do espaço. Era como se cada um fizesse o que queria”* (apud Travancas, 1992: 64); e ainda Alberto Dines: *“Talvez nesse período de ouro, em 1952, o jornalismo tenha se separado da literatura, justamente para se organizar tecnicamente, estabelecer padrões técnicos, ele vira um ofício mecânico”* (Entrevista ao autor).

Se tomarmos apenas essa explicação como pressuposto, poderíamos chegar à conclusão de que o jornalismo teria deixado de ser uma atividade intelectual, ou praticada por intelectuais, para se tornar uma profissão fechada ainda em meados da década de 1950. Tal compreensão, evidentemente, geraria uma série de contradições. Antes de tudo, entraria em conflito com a categoria evidenciada em nosso *corpus* de pesquisa, os jornalistas-intelectuais e nas conclusões estabelecidas na análise das suas histórias de vida (capítulo IV, V e VI). Essa visão ignora ainda as relações nada empresariais dos proprietários dos jornais com o Estado. Durante esse período e em momentos posteriores¹⁶⁸, bem como a sua tomada de posição em eventos significativos da história do País. Contradiz também o próprio clima cultural do Brasil naquele período. Ou seja, como explicar a politização das vanguardas artísticas e intelectuais e a tendência do jornalismo de se fechar em torno da técnica?

A questão está justamente em explorar as “falhas” dessa explicação sobre as mudanças no jornalismo brasileiro para situar melhor nosso objeto de pesquisa. Nesse sentido, é possível

¹⁶⁸ “Ainda nos anos 50, a imprensa brasileira tinha como anunciantes, basicamente, pequenos comerciantes – a indústria nacional não alcançara sua maioria e tampouco havia grupos financeiros de grande porte. Como os recursos obtidos com as vendas em bancas e assinaturas eram insuficientes, os meios de comunicação precisavam valer-se de outras fontes de renda, utilizando como moeda de troca seu peso político junto à opinião pública. Graças a esse triunfo, os barões da imprensa sempre mantiveram relações especiais com o governo, que tanto lhes prestava favores diretos como beneficiava seus amigos – amigos que sabiam retribuir a ajuda recebida” (Wainer, 1998: 224).

recorrer a duas ordens de explicação: a tese defendida por Ruellan (1993) sobre as imperfeições do processo de profissionalização do jornalismo; e a idéia de que a configuração da ordem política e intelectual no período levou à criação de novas convenções no jornalismo e de uma substituição *apenas parcial* das redes de cooperação. De fato, essas mudanças evoluem de forma mais lenta e são somente finalizadas no final dos anos 1970. Trabalharemos conjuntamente essas duas hipóteses na explicação se segue.

7.1.1.3 – O jornalismo, de fato, se transforma...

Segundo Becker (1982), para que uma transformação de mundo social seja considerada revolucionária, ela deve reorganizar todo o sistema convencional e as bases de cooperação entre os atores. Do ponto de vista das convenções, verifica-se no jornalismo uma renovação radical na forma de se fazer o jornal. Esse é o resultado das reformas e inovações já analisadas. Assim, “a imprensa ganhava valores estéticos próprios e seus próprios mecanismos internos de consagração” (Costa, 2005: 100).

Do ponto de vista das redes de cooperação, existe uma substituição de boa parte dos jornalistas, incapazes de dominar os novos padrões técnicos, estéticos, e a tecnológicos. O jornalismo também deixa de ser considerado um bico e passa a ser exercido por profissionais: “Aos poucos foi desaparecendo a figura do aventureiro, que fazia do jornalismo apenas um lugar de reconhecimento ou que buscava no jornal a possibilidade de ascensão social através de negociatas, suborno ou chantagem” (Ribeiro, 2003: 06). Esse processo pode ser melhor ilustrado nos diferentes depoimentos de Carlos Heitor Cony, em que descreve a passagem da geração do seu pai, Ernesto Cony, para a nova geração de jornalistas, já adaptados às mudanças na base convencional:

A geração do meu pai tinha um apelo de boemia. (...). Era uma boemia romântica. O cara gostava de ficar na rua até tarde, freqüentava cabarés e cafés. O jornal não tinha hora pra sair, o expediente ia até de madrugada. Essa geração foi aposentada pela máquina de escrever (Cony, 2005a: 06).

Nem a ‘antiga’ linguagem, nem o ‘antigo’ conteúdo poderiam ser aceitos em jornal-modernizado que disputava o mercado com outros veículos como o rádio, a televisão e os concorrentes, que despiam a roupagem amadora e romântica para se transformarem em empresas (Cony, 2000d: 194).

Após as mudanças convencionais e a substituição dos jornalistas, seguiu-se um ataque ideológico à antiga ordem no mundo social. O paradigma da objetividade no jornalismo surgido nas redações nessa mesma época é um bom exemplo disso. Esse é também o papel desempenhado pelos manuais de redação e pelos copidesques. Por meio desses instrumentos, se veiculou uma crítica contundente ao velho estilo de texto, ao nariz de cera, à linguagem adjetivada, ao beletismo literário. Ao mesmo tempo, se estabeleceu a defesa dos novos padrões calcada no profissionalismo.

7.1.1.4 – ... mas o mundo dos jornalistas não se limita aos jornalistas

Se o mundo dos jornalistas fosse composto apenas por jornalistas, talvez fosse possível estabelecer uma separação definitiva entre os meios jornalístico e intelectual. Quando estendida a análise aos demais atores sociais que participam das escolhas, convenções e reputação dessa atividade, compreendemos como o processo de transformação do estatuto profissional dos jornalistas ocorre, mas de forma imperfeita.

Uma mudança radical em um mundo social exige, antes de tudo, a criação de uma nova audiência. A literatura corrente estabelece uma relação entre as transformações no jornalismo da primeira metade do século XX, com o processo de industrialização e a emergência de uma classe média urbana no Brasil. Mais do que opiniões políticas e divagações literárias, essa nova audiência exigia informações sobre a atualidade, apresentadas de forma direta e objetiva (Marcondes Filho, 1986; Medina, 1988; Sodré, 1999). Por isso, jornalistas da antiga geração, além dos escritores e políticos, não eram mais necessárias à nova ordem.

Se em sua maioria o público apóia essas mudanças, isso não significa que o caráter literário, político ou acadêmico do jornal tenha desaparecido por completo. Certas iniciativas distintas dos padrões convencionais são aceitas pelo público e concorrem para manter alguns intelectuais dentro das redações. É o caso de Carlos Heitor Cony, cuja definição do papel do cronista em um jornal, ilustra bem nossa hipótese:

A melhor definição quem deu, inclusive, foi Kafka, que era um romancista muito inteligente. Ele comparava o jornal a um trem, que tem um horário a cumprir. Ele tem que sair da plataforma tal em determinada hora para chegar à outra plataforma na hora marcada. Mesmo estando vazio, ele tem que cumprir esse itinerário. O jornal é como um trem, tem horário certo de chegar ao consumidor. Mas não pode levar assentos vazios. É um trem que é obrigado a partir cheio. Só que nem sempre há passageiros para isso. Então o que ele

fez? Inventou, entre outras coisas, a crônica. Eu não diria que ela pode encher lingüiça, mas ela pode preencher o jornal. Então a crônica tem que ser atrativa, pois quem vai lê-la não procura nem informação nem opinião. Quem as quer procura o noticiário ou os editoriais. A crônica é passageiro volátil, aleatório, entra porque não tem nem opinião nem informação. O cronista não é obrigado a ter nem uma nem outra. Desde que escreva bem, o cronista pode falar sobre o que quiser, sobre a janela, sobre a namorada dele. O fundamental para a crônica não é a informação nem sua opinião. Elas não importam. O importante é a qualidade do texto. Cada cronista tem que ter um diferencial, um charme (Cony, 2000c: 03).

O jornalismo é o seguinte. Há pessoas que compram o jornal para lerem determinados cronistas ou para lerem determinados colunistas, ou colunistas ou cronistas. (...) Há pessoas que realmente lêem o jornal para estarem informados. Esses geralmente já não dão bola para os cronistas. Lêem o cronista na medida em que o cronista aborda um assunto que interessa a ela, mas em geral procuram no jornal uma informação (Entrevista ao autor).

Observam-se ainda resquícios de grupos e instituições ligadas ao meio político e intelectual. Estes ainda colaboram ativamente com o mundo dos jornalistas na década de 1950. Na verdade, ao mesmo tempo em que a imprensa buscou objetivar sua linguagem e profissionalizar parte do seu contingente, ela se envolveu ativamente nas discussões políticas e culturais que marcam a época. Kucinski (1998) explica que nesse momento a imprensa teria realmente assumido no Brasil a função de “espaço público”, uma arena de enfrentamentos políticos, constituída por um grupo de jornais altamente ideologizados e combativos, mesmo que a informação fosse privilegiada na construção da notícia. É notória a posição da *Última Hora* – socialista, trabalhista e nacionalista – frente ao liberal *Correio da Manhã* e aos conservadores *O Estado de São Paulo* e *Tribuna da Imprensa* nos debates que permearam as décadas de 1950 e 1960. Aliás, a politização não era restrita à grande imprensa. Em um contexto em que a esquerda buscava influenciar o Estado e a sociedade, era natural que suas organizações também constituíssem veículos próprios, conforme explica Raimundo Pereira: “O golpe (...) procurou liquidar as organizações revolucionárias do país que tinham e que possuíam uma imprensa expressiva. Mesmo sem estar legalizado, o Partido Comunista, teve vários diários, com grandes jornalistas, nomes da cultura brasileira até hoje, tipo Jacó Brendel, Jorge Amado etc. Fazia jornais em vários lugares São Paulo, Rio, Salvador” (Entrevista ao autor)¹⁶⁹.

¹⁶⁹ Ao analisar esse espaço público, Kucinski (1998) concorda com a tese de Raimundo Pereira de que golpe teria dizimado não só as aspirações nacionalistas, socialistas, mas também essa arena de discussões promovida pelos jornais.

Os momentos que precederam o golpe potencializaram a polarização entre os setores políticos e culturais brasileiros. A imprensa não só ecoou esse processo, mas participou ativamente dele. O *Correio da Manhã*, por exemplo, foi um dos defensores da posse do presidente João Goulart em 1962. Dois anos mais tarde, participou do golpe. Alguns editoriais que ele publicou na época, como o ‘Basta!’ e o ‘Fora!’ evidenciam esse fato¹⁷⁰. Logo em seguida, o próprio *Correio* foi o primeiro a denunciar a violência do novo regime, publicando diariamente casos de tortura, o que foi feito, inclusive, por um dos seus colunistas, o entrevistado Carlos Heitor Cony (Gaspari, 2002).

Ademais, outros espaços de expressão opinativa também explicitaram os posicionamentos políticos dos jornais da época, como explica Tavares: “*Se lermos as minhas colunas na época, elas são isentas. (...) Como o Carlos Castello Branco, do Jornal do Brasil, também era isento. Se bem, que o Castello Branco, na isenção dele, sempre tinha o que se chamava de ‘viés da UDN’, que era um partido da época, liberal-conservador. Como das minhas colunas, tinha o viés de esquerda*” (Entrevista ao autor, grifo nosso).

No plano da produção cultural, as sociabilidades existentes entre jornalistas e intelectuais também reforçaram aspectos de uma fronteira parcialmente aberta. Costa (2005) explica, por exemplo, como um dos veículos protagonistas das reformas no jornalismo brasileiro nos anos 1950-1960, *O Jornal do Brasil*, foi também o palco de discussões que marcaram as vanguardas artísticas daquele período (como o movimento concretista), publicando, no âmbito do seu suplemento dominical, textos de Ferreira Gullar, Mário Faustino, Reynaldo Jardim, Carlos Heitor Cony, Clarice Lispector, Carlinhos de Oliveira, além de jovens intelectuais, como o cineasta Glauber Rocha.

As análises que realizamos no capítulo anterior também apontam para essas sociabilidades comuns e para a forma como marcaram a biografia dos entrevistados. A verdade é que naqueles anos 1950 e 1960 jornalistas e intelectuais não estavam prontos ou tinham interesse em uma separação definitiva entre suas identidades, como mostra Ribeiro (2003: 12):

¹⁷⁰ Sobre o assunto, ver: AMADO, J. ‘Idos de março: Os jornalistas e o golpe de 1964’. *Observatório da Imprensa*, 03/04/2007, disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=427MCH002>; SODRÉ, N. W. *história da Imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999; GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002; entre outros.

Muitos escritores ainda eram jornalistas e muitos jornalistas se aventuraram na vida literária. As duas atividades eram muito próximas e o contato entre elas, inevitável. Na realidade, literatura e jornalismo pertenciam a um mesmo sistema de bens simbólicos, que só se separaram (e adquiriram uma autonomia relativa) na medida em que foram capazes de constituir mercados distintos, associados a lógicas produtivas diversas.

O ambiente político e cultural da época e os eventos que levaram ao golpe de 1964 sugere que o engajamento intelectual ainda estava bem presente nos diversos setores da sociedade. Além disso, mesmo que não ambicionassem seguir carreira literária a partir da imprensa, muitos jornalistas ainda partilhavam da cultura letrada da geração interior, “no sentido em que o seu aprendizado intelectual e sua percepção estética foram forjados pela leitura” (Ventura, 1988: 51).

Finalmente, embora as mudanças no mundo do jornalismo apontassem para expulsão dos diletantes, não haviam sido criados ainda espaços institucionais que possibilitassem a profissionalização dos diversos grupos intelectuais. Por isso, a imprensa continuava sendo um veículo de atuação dessas pessoas. Ela remunerava (Costa, 2005) e também permitia ao intelectual que expressasse suas opiniões. Não temos, é claro, a pretensão de Kucinsky (2003) de afirmar que o espaço público da época era ocupado apenas pela grande imprensa. Mas, na medida em que o perfil do intelectual também se transformava, deixando de ser o de funcionário público, vinculado ao Estado (sobretudo depois do golpe), para se dotar de valores como autonomia e liberdade de intervenção, começa a haver a necessidade de se construir novas frentes de atuação política (Czajka, 2004). Nesse processo de reestruturação, a imprensa transforma-se em um novo espaço de articulação dos intelectuais, como ilustra a convocação contra o regime feita por Carlos Heitor Cony por meio do jornal *Correio da Manhã*, ainda em 1964¹⁷¹:

Acredito que é chegada a hora de os intelectuais tomarem posição em face do regime opressor que se instalou no País. Digo isso como um alerta e um estímulo ao que têm sobre os ombros a responsabilidade de serem a *consciência da sociedade*. E se, diante de tantos crimes contra a pessoa humana e contra a cultura, os intelectuais brasileiros não moverem um dedo, estarão simplesmente abdicando de sua responsabilidade, estarão traindo o seu papel social e estarão dando uma demonstração internacional de mediocridade moral (...). Estão sendo presos ou perseguidos sacerdotes, professores, estudantes, jornalistas, artistas, economistas, todos os escalões da vida nacional. Os cárceres continuam cheios e, sem falar nas abomináveis cassações de mandatos, novas prisões são feitas, todos os dias.

¹⁷¹ Czajka (2004) afirma que Cony teria publicado no *Correio da Manhã* outras 18 crônicas em que convocava os intelectuais a resistirem ao regime.

No campo estritamente cultural implantou-se o Terror. Reitores são substituídos de suas cátedras e presos. O pânico se generalizou por todas as classes e por todas as cidades. A qualquer hora se pode bater um policial à porta e levá-lo – sabem Deus e a Polícia para onde. Os intelectuais brasileiros precisam, urgente e inadiavelmente, mostrar um pouco mais de coragem e de vergonha. Se os intelectuais não se dispuserem a lutar agora, talvez muito em breve não tenham mais o que defender (Cony, 1964 *apud* Czajka, 2004: 49).

Contextualizadas dessa maneira, as décadas de 1950-1960 podem ser vistas como o momento de estopim de um processo mais longo de reconfiguração do mundo dos jornalistas e das atividades políticas e culturais no Brasil. Contudo, nesse período, essas fronteiras ainda não haviam sido estabelecidas com clareza.

7.1.2 – Entreato: oposição ao regime e construção de espaços institucionais de exercício intelectual

No período que vai da instituição do AI-5, em 1968, ao início da distensão do regime militar, o processo de profissionalização e separação entre jornalistas e outros grupos intelectuais começou a se consolidar. Não é especificamente um momento de ruptura. Na verdade, fora o surto da imprensa alternativa que se intensificou nesse período (ver seção 7.2.2), observa-se, em termos de organização das redes cooperativas do jornalismo, uma evolução do quadro iniciado na década de 1950-1960. Não obstante, jornalistas, artistas, professores e militantes ainda conviviam, conjuntamente com as ambigüidades da política cultural instituída pela ditadura, que censura e reprime, mas, ao mesmo tempo, investe e incentiva a produção intelectual. Essas duas características orientam, portanto, nossa análise.

7.1.2.1 – Um novo modo de acesso ao jornalismo

O processo de profissionalização do jornalismo, iniciado nos anos 1950, terá continuidade nas décadas seguintes. Na imprensa, a gestão de Alberto Dines no *Jornal do Brasil* introduziu inovações na forma de administrar a redação e organizar sua produção jornalística. Dentre elas, destacamos uma política empresarial de cargos e salários, a estruturação e o melhor aproveitamento do arquivo do jornal, transformando-o numa editoria de pesquisa, e a introdução de uma rotina de reunião entre os jornalistas, de forma que buscasse transformar a atividade numa produção coletiva: “*O jornal era feito muito personalisticamente. Às vezes havia conversas com dois, três, mas não havia a sistemática de*

criar um produto em conjunto, de fazer uma criação coletiva” (Dines, 2003: 86). Dines também é responsável pela organização do *JB* a partir de um sistema de divisão em editorias que perdura ainda hoje no jornalismo brasileiro. Todas essas inovações teriam contribuído para dar ao jornal o aspecto de produção racionalizada e profissional.

Desde os primeiros momentos no Jornal do Brasil, eu me preocupei muito com a organização da redação, que sempre foi muito caótica na imprensa brasileira. (...) Criamos categorias de repórteres para resolver os problemas de salários e criamos fluxos para que o trabalho fosse mais rápido porque o jornal naquela época era feito duas vezes, o repórter escrevia e depois o copidesque reescrevia, se perdia um tempo enorme. Criamos fluxos mais rápidos e subdividimos a redação em mais editorias. Criamos várias editorias para ampliar o espaço de cobertura. (...) Como você tinha um comando muito bem distribuído, você tinha editores, subeditores, tudo isso ajuda a balancear, a não deixar vácuo (Entrevista ao autor).

Em 1968 surge *Veja*, publicação da Editora Abril dirigida por Mino Carta e que altera o paradigma vigente das revistas semanais no Brasil. Até aquele momento, o padrão de prestígio era ditado pelas publicações ilustradas – como a *Cruzeiro* e a *Manchete* –, cuja ênfase era dada às fotografias e informações de *fait divers*. *Veja* passou a apresentar uma síntese semanal dos principais acontecimentos do país, oferecendo ao público um conjunto de notícias úteis e de leitura prazerosa (Lattamn-Weltman, 2003). Abre-se um novo filão que dará origem a publicações como *Isto é*, *Senhor*, *Carta Capital* e *Época*.

É nessa mesma época que se estruturam os serviços de assessorias de imprensa e tem início a indústria dos *press releases* (Kucinsky, 2003; Lima 1995). Outro fato que deve ser remarcada foi a ascensão da televisão no cenário midiático brasileiro, processo que é subsidiado pelo próprio regime, através de investimentos em infra-estrutura e tecnologia (Ribeiro, 1994).

Devemos também destacar a instituição do decreto-lei 972, que criou o registro profissional dos jornalistas, por uma junta militar, em 1969. O decreto-lei reiterou o processo de clivagem dos jornalistas dentro do meio intelectual, introduzindo uma definição explícita do âmago dessa atividade. Seu artigo 3º vai justamente situar a empresa jornalística como aquela encarregada pela “distribuição do noticiário”. Partindo dessa conceitualização, busca estabelecer condições para o ingresso no jornalismo – o que é reforçado pela introdução da obrigatoriedade do diploma. Tratava-se, nesse caso, de evitar que outros profissionais liberais exerçam essa atividade (Medina, 1982), a não ser sob o estatuto de colaborador. É o que

explica Adísia Sá, uma das jornalistas envolvidas nos debates que culminaram na instituição do registro profissional:

Hoje o ingresso exige o diploma. (...) Eu fiz parte do grupo no Rio Grande do Sul que elaborou o texto do decreto-lei 972, que cria o curso de jornalismo. “Vamos colocar a figura do colaborador!”. Eu era tão radical que disse: “Não, senhor! Tudo tem que ser feito por jornalista!”. “Adísia, nós temos que criar porque, às vezes, é um engenheiro, é um médico”. Então, criamos a figura do colaborador, aquele que escreve dentro da sua especialidade (Entrevista ao autor).

Segundo Le Cam & Ruellan, (2004) a instituição do registro profissional é resultado da confluência de interesses do Estado e das entidades classistas ligadas aos jornalistas. O regime, seguindo a política de repressão e de investimentos na produção cultural, acaba concedendo aos jornalistas um dos estatutos profissionais mais favoráveis do mundo. Seria também uma forma de suprir as demandas da indústria cultural em expansão, fornecendo-lhe mão de obra qualificada e barata (Medina, 1982). Mas foi também uma reivindicação dos próprios jornalistas, como ilustra a participação de militantes sindicais, como Adísia Sá na sua elaboração. Além de permitir o fechamento da fronteira profissional aos diletantes, a exigência do diploma eliminou das redações as pessoas que exerciam a atividade jornalística como segunda ocupação, dividindo-a geralmente com o serviço público, como explica Antônio Hohlfeldt: *“E era a barganha de espaço porque o cara editava ou escrevia sobre tema no qual ele trabalhava lá no emprego público (...). Eu acho que o diploma, nesse sentido, criou o piso, criou alguns controles maiores, melhorou, sem dúvida nenhuma”* (Entrevista ao autor). Mudança que está presente ainda na fala de Carlos Chagas: *“O diploma deu dignidade à profissão, deu unidade à profissão, coisa que os patrões não querem. Os patrões querem é poder convidar o filhinho do amiguinho do seu filho para ir trabalhar lá, mas sem nenhum compromisso com a ética, com os próprios conhecimentos de jornalismo”* (Entrevista ao autor).

Outra consequência das relações entre jornalistas e o Estado nesse período é a maneira como o engajamento contra o regime garantirá prestígio à profissão ao ser associada à luta pelas liberdades democráticas (Sewra, 1997). Do ponto de vista do discurso sobre o jornalismo, observamos, portanto, um movimento oposto à idéia de que a profissão estaria ganhando contornos próprios fundamentados em torno de uma competência técnica. A resistência ao regime, na verdade, representou uma sobrevida na vocação política do jornalista

que, ao lado de militantes e intelectuais, tornou-se um dos grandes protagonistas da época (Costa, 2005).

No campo da literatura, observamos essa mesma ambigüidade. Apesar da consolidação das técnicas jornalísticas, esse é um período marcado pela emergência do jornalismo literário no Brasil (ver seção 7.2.2) e também de um surto neo-realista protagonizado por jornalistas-escritores. Eles se utilizariam, segundo Costa (2005), dos livros para contarem eventos que não podiam ser publicadas na imprensa periódica: “Em época de censura, o jornalista tem uma posição privilegiada em relação ao resto da população. Ele vê, é informado, acompanha de perto os dramas sociais e movimentos políticos” (Costa, 2005: 142-143). Assim, a literatura, mesmo censurada, passa a ocupar a “função jornalística de informar”: “Em meio à ditadura, esses romances falavam a um público interessado em buscar na literatura uma representação da realidade que não conseguia espaço nos meios de comunicação construídos literalmente com retalhos de jornal – apuração, notícias, manchetes do dia, telex de agências internacionais, contavam a história que não podia ser escrita” (Costa, 2005: 156).

7.1.2.2 – A consolidação da indústria cultural no Brasil

No plano mais abrangente da intelectualidade brasileira, a publicação do AI-5 representou um duro golpe no imaginário das esquerdas, pois colocou um fim nas ambições de uma transformação política do país a partir do Estado (Coutinho, 2005; Czajka, 2004; Ridenti, 2003; 2005). O regime se voltou justamente contra as instituições envolvidas nesse processo de politização da sociedade (CPCs, UNE, ISEB e outras), além de movimentos culturais, como o teatro engajado, promovendo a desintegração dessas entidades. Observa-se, portanto, uma ruptura entre a teorização sobre o papel social dos intelectuais e as formas possíveis de militância política durante a ditadura.

Os modos de intervenção intelectual à esquerda e à direita, ligados à antiga ordem chegam a um impasse. Para parte dos setores conservadores da intelectualidade, que haviam apoiado o golpe, o projeto de expurgar os grupos socialistas, nacionalistas e comunistas do Estado havia descambado na uso da violência política pelo regime, muitas vezes não-provocada. Gaspari (2002) cita o exemplo das reações desses intelectuais à prisão de Ênio Silveira, editor esquerdista da editora ‘Civilização Brasileira’. Segundo ele, esses atos levam inicialmente a um silêncio envergonhado tais setores e que começam em seguida a combater a ditadura.

À esquerda, uma parte expressiva da nova intelectualidade, sobretudo os estudantes, reage ao fechamento das vias institucionais de militância através da radicalização política, aderindo aos movimentos de luta armada. “A guerrilha”, afirma Pécault (1990: 247), “é um sintoma, entre outros, de que a política dos intelectuais não pode mais assumir as modalidades habituais”. Esses movimentos serão progressivamente aniquilados pelo regime militar no início da década de 1970.

Junto a um grupo de expressivo de intelectuais observamos um deslocamento dos modos de intervenção da esfera política para a cultural. É nesse período que eclodem movimentos de contra-cultura, como o tropicalismo e o cinema novo. Em uma análise de cunho gramsciano, Coutinho (2005) procura desconstruir esse processo, mostrando como intelectualidade se desloca para o domínio subjetivo da esfera artística e cultural, relegando a um segundo plano seu papel na construção efetiva de uma sociedade civil brasileira: “O mal [criticado por esses intelectuais] já não é tanto a ditadura ou mesmo o capitalismo enquanto formação econômico-social: era todo um legado cultural que, baseado na razão e na ciência, funcionaria essencialmente como instância repressora da subjetividade humana¹⁷²” (Coutinho, 2005: 86).

Esse processo de subjetivação da produção cultural é incentivado pelo próprio regime, que passa a investir na consolidação das carreiras intelectuais no Brasil (Costa, 2005; Coutinho, 2005; Mota, 1990; Pécault, 1990; Ridenti, 2003; 2005). Assim, da mesma forma que o Estado punia jornalistas, professores e artistas que julgava ameaçadores, atribuíu um lugar dentro da ordem àqueles que se dispunham a colaborar – ou mesmo a uma parcela da oposição. Nesse contexto, ocorre uma modernização da produção cultural financiada pelo Estado, em uma “via prussiana, pelo fato de ser sido realizada de “cima para baixo” (Coutinho, 2005). No plano da educação, a ditadura militar será responsável por uma massificação do ensino fundamental e médio, pela realização de uma reforma universitária – com o fim do regime das cátedras e instituição da ordem departamental, baseada no modelo norte-americano – e pela criação de um sistema nacional de pós-graduação e de apoio à pesquisa que perdura até os dias de hoje.

São criadas também diversas instituições estatais de apoio e financiamento à produção artística – Funarte, Embrafilmes, Secretaria de Cultura Instituto Nacional do Livro –, responsáveis por cooptar parte dos intelectuais para o Estado. Uma parte ainda mais expressiva será integrada aos espaços privados, ligados ao mercado editorial, à indústria

¹⁷² Esse tipo de imaginário é decorrência direta da grande influência sofrida pelos intelectuais da época das teorias do filósofo frankfurtiano Hebert Marcuse.

fonográfica, das agências de publicidade. Além disso, os investimentos na infra-estrutura de telecomunicações feita pelo governo (Embratel, Telebrás etc.) darão suporte à hegemonia da mídia eletrônica no cenário cultural brasileiro:

O fato é que a sociedade brasileira foi ganhando nova feição e a intelectualidade que combatia a ditadura aos poucos se adaptou à nova ordem, que até mesmo instituiu um nicho de mercado para produtos culturais críticos, censurando e selecionando alguns deles. Universidade, jornais, rádios, televisões, agências de publicidade, empresas públicas e privadas tendiam a fornecer ótimas oportunidades a profissionais qualificados, dentre os quais se destacavam os que se consideravam de esquerda, expoentes da cultura viva do momento imediatamente anterior (Ridenti, 2003: 203-204).

Verifica-se, assim, uma confluência entre o processo de profissionalização do jornalista e a de outros grupos intelectuais, em que se delimitam de forma mais explícita seu papel nas redes de colaboração dos respectivos mundos sociais. O intelectual diletante não é necessariamente expulso dos jornais, mas passa a intervir de uma forma diferente, dentro de espaços institucionalizados destinados à colaboração dessas pessoas:

O jornalismo como carreira, cada vez mais profissional e hierarquizada, e a nascente dramaturgia televisiva (Cony, Carlinhos Oliveira e Aguinaldo Silva seguem esse caminho) permitiram que o escritor rompesse seus tradicionais vínculos com o governo, muito embora passassem a ser cada vez mais profundos com uma indústria cultural beneficiada pelo milagre econômico e pela expansão industrial (Costa, 2005: 154-155).

A criação e a consolidação de novos espaços de intervenção no setor cultural, promovidas pelo regime, estão ligadas a um processo de diferenciação dos grupos intelectuais. A oposição ao regime, contudo, ainda funcionava como um amálgama que reunia, pelo menos do ponto de vista ideológico, esses diferentes atores. Com a redemocratização e a consolidação do paradigma do jornalismo de mercado, esse processo se acentua: a técnica passa a compor a representação dominante na atividade jornalística. Entramos agora na última etapa do processo de transformação desse mundo social.

7.1.3 – O último ato: uma nova identidade intelectual

É durante o processo de redemocratização e de transformações políticas e econômicas dos anos 1980 que se estabelecem os parâmetros para se pensar a identidade de jornalistas na sua relação com os diferentes atores que interagem com seu mundo social. Como pano de

fundo para essa mudança, ocorre um processo de despolitização do meio cultural, comum a jornalistas e intelectuais, conforme analisaremos a seguir.

7.1.3.1 – Os intelectuais e o fim de um paradigma

A partir de meados dos anos 1970, tem início um processo de renovação dos parâmetros da esquerda intelectual no Brasil. Ele reflete a forma como as mudanças nas redes de cooperação que integram a produção cultural redefinem a identidade do intelectual e o seu sistema de convenções. Desse processo, emergem novos valores ligados à inserção do intelectual no regime democrático e na indústria cultural, consolidada por meio dos investimentos feitos pelo regime militar.

Na esfera política, observamos o fim do modelo bolchevique de engajamento, do ideário ligado ao Partido Comunista Brasileiro, que centrou sua ação na transformação da sociedade a partir do Estado (Czajka, 2004; Pécault, 1990; Ridenti, 2003; 2005). Ou ainda na tomada do poder através dos movimentos de guerrilha, que haviam se proliferado logo após a instituição do AI-5. A verdade é que a defesa da bandeira da redemocratização começou a se tornar o centro do engajamento político do intelectual. Não se tratava apenas de lutar pelo fim do regime, mas de aceitar a democracia como uma condição *sine qua non* para a expressão dos conflitos da sociedade no quadro de um sistema de Direito (Pécault, 1990), no qual se deslocam os conflitos pela mudança/conservação da ordem social.

Esse cenário, baseado na simbologia de um despertar da sociedade civil e no esgotamento da noção de partido de vanguarda formado pelo marxismo-leninismo, está subjacente aos debates que vão desembocar na emergência de uma nova esquerda, da qual o Partido dos Trabalhadores é, sem dúvidas, um das expressões mais bem acabadas. A verdade é que os intelectuais ligados a esse movimento passam a enfatizar o contato com a realidade no lugar de uma doutrina, muitas vezes se apoiando em movimentos espontâneos recém-surgidos: o novo sindicalismo, as Comunidades Eclesiásticas de Base. Assim, sintetizam a idéia de um novo *ethos*, em que o engajamento político deixa de se apoiar no discurso de ruptura com o subdesenvolvimento nacional e a exploração das classes, abrindo espaço para questões como o acesso individual ao desenvolvimento globalizado (Kucinsky, 2003; Ridenti, 2003; 2005)¹⁷³. “Por força natural das coisas, abre-se uma era em que os intelectuais

¹⁷³ Dois jornalistas do nosso *corpus* abordam, no material coletado, a forma como esse processo é percebido pela sociedade. Vale a pena cita-los, a título de ilustração. Carlos Chagas (2006^a: s.p.) conta como essas mudanças se refletiam nas visões de mundo dos seus alunos: “*Quando eu dava aula de Ética, precisava dar uns fundamentos*

participam da política pretendendo menos atuar de imediato na sociedade do que influenciar seu próprio meio” (Pécault, 1990: 222).

Ao mesmo tempo, como explica Sorj (2001), os próprios partidos, desfalcados após o período ditatorial, abrem espaço para o ingresso de intelectuais com ambição política, cuja atuação passa a se restringir à esfera partidária ou administrativa. O caso mais notório é sem dúvidas o do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, mas uma situação análoga pode ser atribuída ao entrevistado Antônio Hohlfeldt.

Observa-se o mesmo processo no âmbito da produção acadêmica e cultural. O desenvolvimento da indústria cultural, as transformações no mundo universitário e a conseqüente abertura de postos nesses espaços possibilitaram uma inserção profissional do intelectual no mercado: “De casta fechada, de corporação de notáveis, os intelectuais passam a ser uma parcela do mundo do trabalho” (Coutinho, 2005: 36). Ridenti (2003; 2005) observa a integração parcial das propostas revolucionárias dos intelectuais contestadores dos anos 1960 à indústria cultural, cuja herança mais caricata talvez seja a do produção ficcional feita pela Rede Globo.

Essa apropriação explica-se pela reorganização radical das redes de cooperação do mundo das artes, em que certos atores sociais (audiência, mercado etc.) passam a influir de forma mais incisiva nas convenções que delimitam essas atividades. Essa hipótese pode perfeitamente ser aplicada ao jornalismo, como veremos a seguir, e é ilustrada pelo depoimento de Zuenir Ventura:

Eu acho que basicamente que mudou na cultura mesmo foi a presença do mercado determinante do mercado. O mercado hoje é fundamental para

de filosofia. Eu mostrava como os filósofos viam a ética (...). Desde os Pré-Socráticos, passando pela Idade Média, a Escolástica, até Noam Chomsky, incluindo Maquiavel, Kant, Hobbes, Marx, Nietzsche e até Jesus. (...) Na última aula, eu punha no quadro o nome de cada um desses que havíamos estudado, e dizia: ‘Agora vocês vão votar. Vamos ver porque vocês são éticos’. No começo, há 25 anos, Marx ganhava por uns 70%. Claro, o país estava na ditadura militar e os estudantes tinham o comunismo como forma de reação ao regime. Na verdade, não eram comunistas coisa nenhuma, só uns três ou quatro. Mas isso refletia o posicionamento dos estudantes naquela época. Depois voltou a democracia, mudaram as mentalidades, e aí passou a ganhar Hobbes, que era ético por egoísmo, para o colega do lado também ser ético, depois Weber, ético para ganhar dinheiro, e Aristóteles, para sentir-se bem consigo mesmo. Na última eleição que fiz antes de me aposentar, ganhou Noam Chomsky, aquele intelectual que critica o neoliberalismo. Isso reflete as tendências de cada época. Em 25 anos ministrei Ética para 50 turmas, e pude observar essa mudança”. Já Raimundo Pereira, em entrevista ao autor, faz uma crítica à participação do Partido dos Trabalhadores nesse processo, na forma como abandonou os ideais desse novo socialismo para chegar ao poder: “Eu acho que no Brasil, a partir do fim da ditadura, começou um movimento, que é o PT a principal representação, que imaginava ter achado um caminho alternativo entre a esquerda tradicional e a democracia burguesa. Isso chegou num impasse. Ao negar o caminho revolucionário que a esquerda representava antes e, se aproveitando também do fracasso de uma democratização mais avançada especialmente na União Soviética, o PT levantou uma expressão nova, mas foi desistindo disso e abraçou a idéia que as correntes burguesas tipo PSDB tinham adotado nesse mesmo processo”.

condicionar e determinar a criação artística em qualquer área, seja música, seja o teatro, enfim, você não pode fazer um filme, fazer uma peça, fazer o que seja sem considerar a presença do mercado. É fundamental que você atente para as leis do mercado, você precisa de dinheiro para produzir, você precisa que esse produto, para usar uma expressão que é muito do mercado, dê lucro. Não há mais aquela aventura amadorística do meu tempo, por exemplo. Quando eu comecei no jornalismo, você podia fazer um jornal, você não tinha problema de saber qual era o preço do jornal, qual era o preço do papel, se ia ter ou não leitor, isso aí era o secundário, era sempre uma aventura. Isso hoje se aplica também a qualquer produto cultural. Você vai fazer um filme, primeiro você precisa ter dinheiro para a produção, depois você precisa que este filme seja assistido e que ele se pague. Esses valores do mercado estão hoje muito presentes na cultura como não estavam no meu tempo, logo quando eu comecei no jornal. (...) Existia já, começava a existir já a presença do expectador, do ouvinte, do leitor como consumidores, mas era ainda uma coisa muito incipiente. Hoje, a gente sabe, esses elementos são parte de um circuito econômico (Entrevista ao autor).

Finalmente, é possível comparar observações desse processo de profissionalização dos intelectuais no Brasil com a análise dos estatutos, carreiras profissionais e interações no âmbito do mundo social, empreendidas pelos atores que compõem nosso *corpus* de pesquisa.

Na medida em que a universidade passou a se constituir em um espaço autônomo a partir da década de 1970, instituindo seus próprios valores e convenções, ligados à aquisição de títulos e à busca de legitimidade junto aos pares, podemos entender as nuances no processo inserção e na carreira profissional dos diferentes jornalistas-professores entrevistados.

O ingresso da primeira geração dos entrevistados no mundo universitário – Alberto Dines, Adísia Sá, Carlos Chagas, Flávio Tavares e Zuenir Ventura – ocorre de forma ocasional. Não há a necessidade de se adquirir os atributos institucionais exigidos atualmente para o exercício ou a ascensão social na carreira – como a de titulação e produtividade acadêmica exigidos pela Capes –, nem a interiorização das novas convenções que integram o meio. Isso explica o desprezo desses jornalistas-intelectuais pelo teorismo universitário. O oposto acontece nos casos de Antônio Hohlfeldt e Juremir Machado da Silva, justamente dois entrevistados que assumem plenamente o estatuto de professor, o primeiro como jornalista-professor-escritor-político, o segundo como professor-escritor que intervém no jornalismo.

Algo semelhante pode ser aplicado à análise sobre as mudanças nas formas de militância política. Por um lado, o grupo mais antigo tende a situar o seu engajamento como derivado da prática profissional, (Raimundo Pereira, através da imprensa alternativa, ou

Adísia Sá, com a militância sindical) ou ainda como uma atividade ligada aos anseios da sua geração (como Flávio Tavares¹⁷⁴).

A partir do processo de transformação da atividade política dos anos 1980, emerge a figura do político profissional, Antônio Hohlfeldt, cuja carreira está ligada às novas modalidades de intervenção partidária. Isso explica o fato de o entrevistado definir sua identidade a partir de estatutos distintos (jornalista e político) que não podem ser misturados, pelo menos do ponto de vista deontológico. As mudanças nesse cenário possibilitam ainda a ascensão do intelectual a-ideológico e pós-moderno. Este é o caso de Juremir Machado da Silva, cuja identidade e os modos de intervenção no espaço público se fundamentam num discurso de desconstrução da sociedade, no lugar da adoção ou defesa de utopias políticas. Esse tipo de perfil teria sido enfaticamente condenado nos anos 1960, como aconteceu, por exemplo, com Carlos Heitor Cony.

No caso dos escritores, constata-se uma relação entre as estratégias de gestão estatutária e de autodefinição e as decalagens geracionais. Assim, Antônio Hohlfeldt e Juremir Machado da Silva, tendem a assumir suas incursões literárias como distintas da atividade jornalística. Por outro lado, Zuenir Ventura, Mino Carta, Flávio Tavares, Carlos Chagas, Adísia Sá, Alberto Dines se portam hegemonicamente como jornalistas, mesmo quando redigem livros. Da mesma forma, Carlos Heitor Cony só admite ser identificado pelo estatuto de escritor, apesar das suas intervenções no jornalismo.

Essa situação pode ser explicada pela forma como a profissionalização desses espaços delimitou as distinções entre os estatutos de jornalista e de escritor. Se, para a geração anterior, a literatura integrava a sua formação intelectual, de forma que podia ser exercida paralelamente ou dentro da própria atividade jornalística, para os mais novos, o exercício literário é uma profissão. Mesmo que poucos ainda sobrevivam de livros no Brasil, o próprio mercado editorial oferece atividades capazes de remunerar os escritores profissionais – como revisores, tradutores, pareceristas e *ghost writers*. (Costa, 2005).

Embora um grupo expressivo desses novos escritores ainda recorram ao jornalismo como segunda atividade, isso é realizado dentro de novos parâmetros, a partir dos espaços institucionalizados dentro do jornal destinados aos intelectuais e não como um trampolim

¹⁷⁴ Flávio Tavares, embora tenha separado seus estatutos de jornalista e integrante de um grupo de oposição armada ao regime militar também partilha da idéia de que as atividades jornalística e política podem estar intimamente ligadas: “*Eu não acho ruim o jornalista ser candidato a deputado, ser ministro porque eu acho até que o jornalismo te dá um conhecimento global do mundo que os políticos convencionais não têm e que poucas pessoas, em termos profissionais, têm. (...) Não acho mal em si para o jornalista preparado, acho mal que o jornalismo entre na política só por oportunismo. Eu acho que o jornalista, o bom jornalista, o experiente jornalista tem um cabedal político imenso*” (Entrevista ao autor).

profissional para os diletantes, como acontecia antigamente (ver seção 7.3). Hoje, as intervenções de escritores no jornalismo seguem a idéia do jornal como um espaço que oferece serviços capazes de agradar seus diferentes públicos, como explica Carlos Heitor Cony: “*O escritor tem uma outra embocadura, é opiniático. Ele é pago para dar sua opinião, que, por algum motivo, tem valor de mercado. (...) O jornalismo de hoje não é mais aquele balaio, aquele mix, que era antigamente. É mais técnico e profissionalizado*” (Cony, 2005a: 07); “*O jornal vai sempre abrigar essas pessoas, não as celebridades, mas as pessoas que, por uma questão de vivência têm, digamos assim, leitores garantidos*” (Entrevista ao autor).

Isso explica, por exemplo, a forma como Juremir define o seu retorno ao jornalismo, dentro de novas bases estatutárias. Já Hohfeldt ilustra uma situação intermediária, em que a aquisição de competências para os dois espaços foi realizada separadamente (duas formações: em letras e em jornalismo), mas cuja sociabilidade comum, como jornalista da área de cultura, permitiu-lhe adquirir um novo estatuto.

7.1.3.2 – Jornalistas: modernização, técnica e profissionalismo

As transformações no meio intelectual a partir do final da década de 1970 também se refletem na emergência do jornalismo contemporâneo. Na medida em que o processo de consolidação da indústria cultural afeta as convenções de todo o segmento de produção artística e intelectual, observam-se analogias entre a construção das atuais identidades e as práticas de jornalistas e intelectuais.

A emergência de um novo jornalismo, submetido aos valores do mercado e do marketing, da produção standardizada da informação, já mereceu investigações detalhadas, no Brasil e no exterior, cujas conclusões são coincidentes, variando apenas no grau de pessimismo das análises. Por isso, da mesma forma como fizemos na seção 7.1.1, não temos a intenção de revisar ou exaurir essa literatura, mas abordá-la a partir dos nossos objetivos de pesquisa¹⁷⁵.

¹⁷⁵ Sobre o assunto, ver: ACCARDO, A. ‘Une intelligentsia précaire’ in ACCARDO, Alain (org.). *Journalistes précaires*. Bordeaux: La Mascaret, 1998; CHARRON, J et BONVILLE, J. ‘Typologie historique des pratiques journalistiques’. In : BRIN, C ; CHARRON, J et BONVILLE, J (org.). *Nature et transformation du journalisme. Théories et recherches empiriques*. Québec : Les Presses de L’Université Laval, 2004, pp.141-217; HALLIN, D. ‘Comercialidad y profesionalismo en los medios periodísticos estadounidenses’ *Cuadernos de Información y Comunicación (CIC Digital) n° 3*, 1996, acessado em 11/07/2003. <http://www.ucm.es/info/per3/cic/cic3ar13.htm>; KOVACH, B. & ROSENSTIEL, T. *Os Elementos do Jornalismo. O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo; Geração, 2003; MARCONDES FILHO, C. *Comunicação & Jornalismo. A Saga dos Cães Perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000; MARSHALL, L. *O jornalismo na era da publicidade*. São Paulo: Summus, 2003 ; MORETSZHON, S. *Jornalismo em “tempo real”: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002; NÉVEU, E. *Sociologie du journalisme*. Paris: La Découverte, 2001; PEREIRA, F. H. ‘Da

As transformações observadas no jornalismo impresso no decorrer da década de 80 e capitaneadas pela *Folha de São Paulo* vão introduzir novas convenções no sentido de complementar ou radicalizar as reformas iniciadas nos anos 1950. Essas mudanças passam pela readequação gráfica e editorial dos jornais, com o objetivo de mimetizar o meio de comunicação hegemônico, a televisão. Aparecem as infografias, os textos passam a ser enxutos e objetivos, há uma relativização da opinião institucionalizada do jornal e uma despolitização do seu conteúdo. Parte dessas convenções resulta da introdução de parâmetros oriundos da gestão do marketing, algumas delas veiculadas por consultorias contratadas em Miami (EUA) e Navarra (Espanha). Também, no plano tecnológico, a informatização das redações (anos 1980-1990) garantiu maior agilidade nas rotinas de edição e diagramação do jornal. Esse fenômeno acelerou o caráter industrial da atividade jornalística e possibilitou maior planejamento da produção e distribuição da notícia.

Essas mudanças afetam claramente os modos convencionais de produção e de colaboração da atividade jornalística. Fecham-se mais cedo as edições, transformando o ritmo de praticamente todos os que participam do mundo social, dos repórteres aos donos das bancas de revista¹⁷⁶. Também se alteram as relações entre os jornalistas e as fontes, com a consolidação das estruturas de comunicação institucionais e o aproveitamento crescente dos *press releases* pelas redações (Sant'Anna, 2005; Chaparro, 1993). Já a interação com o público, perde progressivamente o caráter ideológico que delineava as afinidades editoriais entre o jornal e o seu leitor, sendo substituída por uma ênfase das empresas de comunicação pelo perfil médio da audiência, determinado por razões mercadológicas.

Além das mudanças nas formas de cooperação, observa-se o expurgo dos antigos jornalistas, com a entrada de outra nova geração. Esta partilha de outros valores e possui uma formação técnica adquirida nos cursos universitários de jornalismo. Teria havido “*uma série de medidas de caráter institucional, político, que resultou na juvenilização das redações*”; “*Em oitenta e poucos, não tenho data certa, quando o Otavinho [Frias Filho, diretor de Redação da Folha da São Paulo desde 1984] já se sente forte para entrar na redação, ele traz os amigos que estudaram junto na USP, traz essa garotada toda para fazer o jornal e sai todo mundo mais velho*” (Dines, 2003: 128; 129). O resultado é que “*hoje você tem uma garotada*

responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão’. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, Corvilhão, 2004. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>; RAMONET, I. *A tirania da comunicação*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 2001; RIBEIRO, J. C. *Sempre Alerta – condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Brasiliense, 1994; entre outros

¹⁷⁶ Um excelente estudo sobre o processo de aceleração do jornalismo foi produzido por: MORETSZHON, S. *Jornalismo em “tempo real” : o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

que não sabe escrever, que não tem uma atitude intelectual porque o problema não é só saber escrever, é ter uma atitude de intelectual perante a vida, de se sentir: 'Eu sou um agente cultural'.” (Alberto Dines, entrevista ao autor).

O ingresso dessa nova geração permite ao proprietário do jornal eliminar o que Kucinsky (1998) chama de “ranço ideológico” dos antigos jornalistas. Raimundo Pereira, ao comentar essa mudança, atenta para os efeitos desse processo reduzindo a diversidade de pontos de vista e ideologias nas redações:

Você já não contrata mais profissionais com uma visão diferente da sua. Era o caso, inclusive, na época da ditadura. O Roberto Marinho costumava dizer que ele tinha os comunistas dele. Hoje já não se procura comunistas para fazer os jornais, tem muita gente de direita na cúpula e gente, inclusive, que é mais realista que o rei, mais realista do que os patrões. Então esse é um problema. Não tendo um ambiente, como é que vai se formar o jovem repórter, o jovem redator? (Entrevista ao autor).

Essas mudanças no perfil profissional estão associadas ao próprio ataque ideológico da velha ordem, do jornalista partidário e militante. Nos manuais de redação e nos seminários promovidos pelas consultorias, a noção de jornalismo como um serviço público tende a ser descaracterizada em nome dos valores do mercado. “*Estão tentando acabar com o resto do humanismo que havia no jornalismo brasileiro. Hoje o jornalismo brasileiro é tecnocrático mercadológico. (...) Existe um processo de standardização ideológica*”, afirma Dines (2003: 130). Ao mesmo tempo, o discurso sobre a profissão tende a reificar a idéia de que o jornalista deve ser visto como um estatuto assalariado, associado a uma competência técnica¹⁷⁷.

À visão anterior do jornalismo como missão, em virtude da qual o profissional estava imbuído de um importante papel político e social veio se substituir uma figura de atuação diferente, inserida numa cadeia de produção, contemplada com tarefas fragmentadas e em parte já desenraizadas da chamada realidade. O jornalista se tornou, assim, perfeitamente substituível (Sewra, 1997: 22).

Para os jornalistas, estas alterações representam um duro golpe na compreensão da profissão. Em toda a atividade jornalística foi corroído o velho *espírito de missão*. Dentro dos jornais ocorre um desencantamento do mundo, devido à

¹⁷⁷ Roxo da Silva (2002) mostra, por exemplo, como a nova visão do profissionalismo dos jornalistas se refletiu na postura dos atores envolvida na greve de 1979. Por um lado, alguns defendiam o jornalista como integrante da classe trabalhadora, assalariada, sendo a greve resultado de uma disputa característica das relações patrão empregado. Outros ainda partilhavam a concepção vanguardista do jornalista formador de opinião, vanguarda e porta-voz da classe operária. O autor explica que essas tensões refletiam disputas entre o velho sindicalismo, nascido ainda no Estado Novo e novo, surgido após as greves operárias da década de 1970 e o nascimento de entidades como a Central Única dos Trabalhados (CUT). No campo partidário, tratava-se de as concepções de esquerda defendidas pelo PT e pelo PCB.

eliminação dos elementos políticos e românticos, incompatíveis com uma produção cultural industrializada (Ribeiro, 1994 54).

O fato é que as relações de sociabilidade entre jornalistas e demais intelectuais ainda perduram, embora de forma distinta. Novos valores atingem espaços de interseção entre jornalistas e intelectuais, como os cadernos e editorias dedicadas à cobertura de cultura. Já é corrente a constatação de que estes deixaram de ser um espaço de discussão e crítica intelectual para tratarem apenas da divulgação de produtos da indústria cultural (Costa, 2005; Dines, 2003). A figura do repórter, editor ou o crítico jornalista, com uma formação acadêmica ou intelectual que lhe permitia cobrir com profundidade assuntos ligados à cultura, tende a desaparecer. É o que explica Hohlfeldt, considerado o único crítico de teatro do Rio Grande do Sul: *“Eu me sinto meio uma múmia. No Jornal do Comércio é o Hélio Nascimento no cinema e eu. Não tem outro cara”* (Entrevista ao autor). Segundo o entrevistado, a tendência é que a atividade do crítico seja parcialmente absorvida pela universidade, por meio das revistas acadêmicas:

Há uma certa correspondência com a entrada dos cursos de pós. Academia não é culpada disso, eu quero deixar bem claro isso. Felizmente ela cobre em parte essa perda que você tem nesse jornalismo, que se deve muito às tecnologias, sem dúvida nenhuma. Por sorte, a academia acabou fazendo pelo menos parte disso. Agora, efetivamente essa função do jornalismo está desaparecendo completamente (Entrevista ao autor).

Observa-se uma mudança semelhante nos intelectuais escolhidos pela imprensa para colaborar nessas editorias. Dines (2003) explica que antes havia uma tendência a selecionar como colaboradores, “pessoas luminares”, com formação e talento para escrever sobre cultura. *“Você pegava o texto de um grande articulista, você tinha o que ler. Hoje as coisas são feitas de uma forma meio lambuzada”* (Entrevista ao autor). Nesse ponto, a análise bourdieusiana sobre a hegemonia do intelectual midiático (ver Capítulo I, seção 1.2.2) pode ser aplicada a essa mudança no status dessas pessoas, como explica Juremir Machado da Silva: *“A mídia acaba transformando normalmente esses intelectuais mais vulgarizadores nos grandes intelectuais. Dou um exemplo: a mídia hoje acha que o historiador do Brasil é o Fernando Morais. (...). Ele não é um historiador, é um jornalista que fez grandes reportagens, boas e grandes reportagens, é tudo”* (Entrevista ao autor).

Essa constatação não parece se limitar apenas à questão de uma dominação do campo jornalístico sobre o universitário. De fato, a criação de uma nova base convencional para esses espaços exigiu mudanças para todos os atores pretendem intervir domínios alheios, que

adquiriram autonomia sócio-discursiva. Da mesma forma que um jornalista que quer seguir a carreira acadêmica precisa se submeter às regras do meio universitário, o professor ou escritor que intervêm no jornalismo acaba interiorizando as convenções que lhe permitem fazer sucesso junto ao grande público, mesmo que ele não se considere um “intelectual midiático” (ver o caso da relação de Juremir Machado da Silva com o público das suas crônicas, capítulo VI, seção 6.1.3.1).

Na medida em que se acentua o processo de profissionalização do meio intelectual, atividades que antes dispunham de convenções e de uma rede de colaboradores comuns começam a se dispersar, sendo reconfiguradas a partir de uma lógica própria. Assim, os debates intelectuais que se concentravam nos jornais estão agora distribuídos nos partidos políticos, nas redes de pesquisa e sociedades acadêmicas, nos demais ramos da indústria cultural etc (Pécault, 1990).

Existe ainda uma sociabilidade que se mantêm, mesmo que informalmente, e uma conversão da reputação adquirida no meio jornalístico para intervir no intelectual e vice-versa. Observamos esse fato junto ao grupo mais expressivo de entrevistados oriundos da geração mais antiga. Além disso, uma parte dessa configuração sobrevive nos gêneros opinativos (ver seção 7.3) e em um conjunto de atividades resultantes do processo de segmentação do mundo dos jornalistas (seção 7.2). Finalmente, é preciso constatar que o fato de um novo conjunto de convenções e que uma nova visão de mundo sobre o jornalismo terem sido socialmente objetivados, não significa dizer que todos interiorizam esse processo mesma forma (ver 7.4 desta tese). Todas essas imperfeições, que desconstroiem a visão determinista sobre as transformações no jornalismo em técnica, serão analisadas a seguir.

7.2 – Os processos de segmentação no mundo dos jornalistas

Além das transformações mais gerais que afetam o mundo dos jornalistas, é possível perceber clivagens, resultantes das interações, que são firmadas entre os membros que compõem o âmago do mundo social e os colaboradores situados em outros espaços vizinhos e concatenados. Na análise do mundo das artes, Becker (1982) descreve esse processo de segmentação ao falar, por exemplo, das relações entre artistas e artesãos. Segundo ele, alguns artesãos podem começar produzir objetos que partilham de algumas convenções artísticas, como o valor estético, por exemplo. Mesmo que mantenham certas características do mundo original, o fato de serem aceitos pelos membros do mundo das artes possibilita produzir um segmento intermediário entre esses dois espaços, onde encontram um novo conjunto

organizacional. Nesse caso, não se fala em desaparecimento ou transformação de um mundo social, pois as duas atividades continuam a existir. Embora os novos segmentos alterem ou enriqueçam suas bases convencionais, o impacto dessa segmentação vai estar sempre limitado ao grupo de atores inseridos nessa atividade.

No nosso caso, observamos que os entrevistados participam de três segmentos que emergem no âmbito do mundo dos jornalistas. Na confluência entre jornalismo e literatura, alguns atores sociais se dedicam à prática do “jornalismo literário”. Outro segmento bastante particular do contexto brasileiro é a surto de jornais alternativos surgido, na década de 1960. Embora esse tipo de imprensa tenha declinado a partir da redemocratização, ele ainda sobrevive a partir da iniciativa de alguns profissionais, com destaque a Raimundo Pereira. A imprensa alternativa pode ser considerada um segmento do jornalismo, na medida em que busca atribuir ao veículo funções e valores ligados ao militantismo político e intelectual. Finalmente, no caso particular de Alberto Dines, podemos situar o seu trabalho de crítica da mídia, institucionalizado a partir do *Observatório da Imprensa*, como um espaço de confluência entre atores e convenções ligados ao mundo dos jornalistas e ao meio acadêmico.

Pela densidade dos temas e bibliografia disponível, cada um desses segmentos mereceria uma pesquisa à parte. Evitaremos a tentação de produzir uma análise aprofundada de cada um, nos atendo apenas às suas características dentro do processo de segmentação dos mundos sociais e à sua relação com nosso *corpus*.

7.2.1 – Quando o jornalismo vira literatura

Seria temerário fazer aqui uma arqueologia do jornalismo literário. Convencionou-se associá-lo ao movimento do novo jornalismo (*new journalism*), surgido nos Estados Unidos nas décadas de 1960-1970, cujo principal representante brasileiro foi a Revista *Realidade*, que aparece em 1966. Para os franceses, contudo, esse tipo de produção aparece no final do século XIX, nas relações que alguns jornalistas estabeleceram com o romance naturalista (Delport, 1995, Ferenczy, 1993). Na sua tese de doutorado, Paniago (2008) prefere situar o nascimento do gênero aos romances realistas publicados na Inglaterra do século XVII.

Em linhas gerais, o jornalismo literário (ou seus congêneres: jornalismo narrativo, novo jornalismo, jornalismo de reconstituição, etc.) consiste na adaptação de técnicas ficcionais às reportagens (Costa, 2005). “A diferença entre esse jornalismo e a literatura de ficção”, explica Zuenir Ventura (1989: 06-07), “não está na qualidade do texto, está na matéria-prima com que se trabalha”. Do ponto de vista do mundo social, trata-se de atribuir

elementos estéticos a uma produção atualmente associada ao seu valor utilitário (informar e entreter o público). Sérgio Villas Boas, criador do *Instituto Texto Vivo*, dedicado à prática do jornalismo literário e pesquisador sobre o tema, afirma que se trata de uma forma de “oxigenar as rígidas práticas tecnicistas/mecanicistas/cartesianas [do jornalismo] e escapar do quadrilátero ‘estatísticas, efemérides, serviço e opinião’, que é um “samba de uma nota só (e de sonoridade ruim, o que é pior)”¹⁷⁸.

Segmento consolidado, o jornalismo literário é apropriado por integrantes dos dois mundos sociais. Ele pode aparecer tanto em publicações periódicas (sobretudo revistas, como *The New Yorker* nos Estados Unidos, a pioneira *Realidade* e a *Piauí*¹⁷⁹, no Brasil), como em livros. Dentre os defensores e praticantes dessa modalidade estão grandes nomes da literatura e do jornalismo nacional e internacional, como Tom Wolf, Truman Capote, Ian Gibson, H. R. Lotman, Gabriel García Márquez, Fernando Morais, Ruy Castro, entre outros.

Dos entrevistados, Alberto Dines e Zuenir Ventura reivindicam claramente a sua afiliação a esse segmento. Para Dines, é por meio do jornalismo literário exercido nas biografias *Morte no paraíso* e *Vínculos do fogo* que ele consegue conciliar os estatutos de jornalista e escritor¹⁸⁰ (ver capítulo V, seção 5.2.2). Zuenir Ventura também explicita suas incursões na literatura por meio dessa modalidade jornalística iniciada já no seu primeiro livro *1968 o ano que não terminou*. A dois outros entrevistados, Flávio Tavares e Raimundo Pereira, podemos atribuir incursões no jornalismo literário. Embora Tavares não se utilize desse rótulo, o *Memórias do esquecimento*, carro-chefe da sua obra literária, consiste na narrativa de eventos reais através de uma linguagem esteticamente mais próxima do mundo das artes. Raimundo Pereira não tem nenhum livro publicado, mas participou de edições da *Revista Realidade*, publicou grandes reportagens em diversos veículos da grande imprensa e atualmente realiza um trabalho semelhante, pelo menos do ponto de vista da profundidade da apuração, em *Retratos do Brasil*.

Em termos de mundo social, o fato de o jornalismo literário ser socialmente consagrado como um espaço ligado ao mundo das artes produz efeitos importantes na

¹⁷⁸ Em correspondência com o autor, por e-mail. Aos interessados recomenda-se o site do Instituto texto vivo: <http://www.textovivo.com.br/conceitos.htm>

¹⁷⁹ Embora negue o rótulo de “literário” aos textos da publicação, o diretor da revista *Piauí* explica que existe uma orientação para que “o jornalista seja presente, ele vá ao local, fale com as pessoas. (...), que o texto tenha um aspecto de narração, que seja um pouco mais pessoal” E ainda que “o envolvimento do jornalista apareça, que esteja presente, que ele escreve as cenas, os detalhes, a coisa que é mais reveladora, para mostrar um pouco de vida concreta, essa coisa que se perdeu no jornalismo. Contar que a pessoa é, como é que ela anda, se mexe. Enfim, tentar um retrato mais acabado das pessoas” (Entrevista ao autor). Ora, esse tipo de abordagem converge com as definições correntes do jornalismo literário.

¹⁸⁰ Dines, inclusive, acredita que o objeto “jornalistas-intelectuais”, a que me refiro seria justamente uma forma de abordar esse “jornalismo literário”.

reputação dos atores. De modo semelhante às instâncias de legitimação intelectual descritas no capítulo anterior, esse novo jornalismo permite que o seu praticante se posicione em um patamar semelhante ao dos escritores. Além disso, ao excursionar nesse gênero, o jornalista acena aos demais membros do mundo social como detentor de um domínio das convenções jornalísticas e literárias, que é amplo o suficiente para que sua produção possa ser apreciada não apenas em termos de qualidade da informação, mas também pelo seu valor estético.

O jornalismo literário contribui também para o enriquecimento do mundo social. Além das inovações em termos convencionais (linguagem, técnica narrativa etc.), esse segmento também aporta um novo grupo de participantes, entre produtores (jornalistas e escritores), colaboradores diversos (editores, críticos e outros) e o público. Costa (2005: 307) explica que em meio à crise que atualmente atinge os meios jornalístico e intelectual – encolhimento dos mercados de poesia e ficção, enxugamento dos quadros das redações e quedas sucessivas das tiragens dos jornais –, apenas as obras ligadas ao jornalismo literário parecem sobreviver: “Os livros de não-ficção escritos por jornalistas teriam a seu favor uma credibilidade, ou suspensão de descrença que o romance, por mais realista que seja, não permite”. Zuenir Ventura também partilha desta opinião, juntamente com Dines e outros defensores do jornalismo literário. Para Zuenir, “*os jornais reclamam de queda de tiragem, de crise econômica, crise de vendas, de crise de leitores, e os livros de jornalismo literário quase todos eles são muito vendidos, quase todos entram em listas de best sellers*” (Entrevista ao autor).

7.2.2 – Imprensa alternativa: o jornal como instrumento de luta política

No contexto imediato de oposição à ditadura surgiram, nas contas de Bernardo Kucinsky (2003: 16), cerca de 150 jornais, ligados à imprensa alternativa ou nanica. Apesar da grande variedade de estilos e de linhas editoriais adotadas, “o que identificava toda a imprensa alternativa era a contingência do combate político ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao *imperialismo*, dos quais a ditadura era vista como uma representação”. Nesse sentido, se constituíram como espaços de articulação de intelectuais e militantes durante a ditadura.

Não pretendemos examinar o fenômeno da imprensa alternativa em profundidade, o que exigiria trabalhos de maior fôlego, como o realizado por Kucinsky (2003). Cabe aqui apenas enquadrá-la como um segmento produzido no interior do mundo dos jornalistas, que passa a afetar a trajetória de dois entrevistados, Raimundo Pereira e Mino Carta. Por isso,

excluiremos da análise uma parte importante desses veículos. São aqueles definidos por Kucinsky (2003) como os jornais opináticos ligados aos movimentos de contracultura, como o *Pasquim*, *Bondinho* e *Pif-Paf*. Centraremos nossa análise apenas nos jornais de caráter político, que tiveram atuação dos jornalistas acima citados.

Esses veículos, na verdade, teriam incorporado ao seu sistema de convenções propostas ligadas à teoria gramsciana do intelectual orgânico, tornando-se um espaço de expressão de uma consciência coletiva homogênea, através da prática de um jornalismo integral. Ao mesmo tempo, tornaram-se instrumentos de luta pela ampliação da força política dos partidos de esquerda na sociedade. Estes buscavam assumir o seu controle e utilizá-los posteriormente na imposição de uma ideologia dogmática, bem ao gosto do organizador coletivo defendido por Lênin (1978). “Era como se houvesse um consciente gramsciano, expresso nos programas e estatutos, compartilhado principalmente por jornalistas independentes e intelectuais, e um inconsciente leninista trazido pelo ativismo político, que acabava se impondo” (Kucinsky, 2003: 20).

Ao mesmo tempo em que permitiam aos seus integrantes transformar o jornalismo em um instrumento de engajamento político e intelectual, os veículos alternativos eram também espaços de articulação entre diferentes atores – jornalistas, intelectuais e militantes – engajados na oposição ao regime. Mais do que uma experimentação consciente, no sentido de atribuir valor a um produto com o objetivo de se destacar no mundo social – como acontece com o jornalismo literário –, a imprensa alternativa nasce da necessidade direta desses agentes em encontrar novos espaços de intervenção. Afinal, as atividades que compõem o âmago dos seus mundos sociais de origem (jornalismo, política, universidade etc.) encontravam-se obstruídas pela censura e pela repressão impostas na ditadura militar.

Grande nome desse tipo de imprensa, Raimundo Pereira¹⁸¹ certamente tem sua legitimidade associada aos periódicos criados e dirigidos nesse período: *Amanhã* (1967), *Opinião* (1970) e *Movimento* (1975). No caso dos alternativos, o processo de atribuição de reputação é distinto do praticado pelo jornalismo literário. A segmentação produzida pelo novo jornalismo está associada à certa nobreza, que só seria obtida pelo domínio de convenções ligadas a dois mundos, jornalismo e literatura. Já no caso dos alternativos, o contexto específico em que surgem e a situação precária que partilhavam – por questões, financeiras e políticas – acabava por atribuir aos seus protagonistas uma reputação ligada a valores como engajamento político, heroísmo e resistência. No caso de Raimundo Pereira,

¹⁸¹ Chamado de: “o gigante da imprensa nanica”, nas palavras de Lúcio Flávio Pinto (2007 *apud* Gonçalves & Veloso, 2007).

havia ainda um outro componente: a notoriedade prévia como grande repórter, adquirida em publicações como *Veja* e *Realidade*. Ou seja, além de militante, ele também era considerado um bom jornalista. Por isso, a passagem na sua trajetória da grande imprensa para a imprensa popular deve também ser explicada pelo desejo de criar espaços onde fosse possível produzir um jornalismo diferente, melhorado, segundo suas próprias convicções.

Do ponto de vista do mundo social, o surto alternativo foi praticamente eliminado no momento da abertura política. As transformações nos espaços político e intelectual explicam esse processo. O surgimento de uma nova esquerda apontava justamente para um declínio das concepções ligadas ao dogmatismo leninista do PCB. Ao mesmo tempo, a profissionalização dos espaços de militância política e intelectual e a consolidação do jornalismo de mercado esvaziaram a função dos veículos alternativos como espaços de articulação da intelectualidade. Parte de suas convenções foi incorporada pela grande imprensa, pelos partidos políticos, movimentos sociais e sindicais.

Alguns projetos como as páginas de Opinião/Debates da *Folha de São Paulo*, implantada pelo jornalista Cláudio Abramo são um reflexo dessa apropriação convencional pela parte mais institucionalizada do mundo dos jornalistas. Os veículos independentes dirigidos por Mino Carta (*Isto é; Jornal da República, Senhor; Isto é senhor* e *Carta Capital*) são outros herdeiros do segmento alternativo. Ele também se institucionalizou nos diferentes jornais produzidos pela sociedade civil, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais etc., dando origem, mais tarde, ao que Francisco Sant'Anna (2005) chama de “mídias das fontes”. Finalmente, o próprio Raimundo continuou como criador e defensor desse jornalismo popular, alternando suas intervenções na grande imprensa com publicações alternativas, como a Revista *Reportagem* e a série de fascículos *Retratos do Brasil*.

7.2.3 – E os jornalistas assumem ares de cientistas sociais

Nascido originalmente de um projeto ligado à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e tendo como referência o jornalista Alberto Dines, o *Observatório da Imprensa (OI)* é considerado aqui como um terceiro espaço resultante de mecanismos de segmentação do mundo social do jornalismo. Em linhas gerais, o *Observatório* é uma publicação jornalística, aberta à colaboração de todos interessados em analisar e criticar os meios de comunicação no Brasil, “um fórum sobre jornalismo combinado a um veículo jornalístico” (Dines, 2008:03). Iniciado em 1996, com um site atualizado mensalmente (hoje a cada semana), ele também conta atualmente com um programa televisivo e outro radiofônico.

O processo de segmentação do jornalismo observado no *OI* se assemelha um pouco ao da imprensa alternativa. Ele surge de uma situação de fechamento da mídia brasileira a qualquer referência crítica às suas atividades. Nasce também da relativa falta de acesso de jornalistas e público aos trabalhos de análise e reflexão universitária produzidos sobre os meios de comunicação. A idéia seria a de atribuir valor reflexivo ao produto jornalístico, dentro de um segmento antes inexistente no Brasil de *media criticism*. Por outro lado, também permite que intelectuais e acadêmicos divulguem seus trabalhos sobre essa atividade a um público leigo.

Em termos de reputação, é inquestionável a forma como a carreira de Alberto Dines é atualmente associada à direção do *Observatório de Imprensa*, considerada por ele como “o auge da sua carreira”. Seu trabalho de Dines no *OI* possibilitou um reconhecimento acadêmico, sobretudo pelo pioneirismo. Do ponto de vista dos mundos sociais, sua existência levou parte da mídia e dos jornalistas a se readequarem à existência de um olhar crítico. É comum que jornalistas reputados, mesmo que não mudem suas linhas de conduta, se dêem ao trabalho de responderem às análises publicadas no site. Pesquisadores, além de colaborarem com o *OI*, construíram uma Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (Reno), na qual vinculam projetos de investigação e divulgação, todos relacionados à crítica da mídia. Finalmente, houve uma reorganização das bases de cooperação do público. Primeiro porque parte da audiência interessada em discutir os meios de comunicação no Brasil, teve acesso a um produto específico. Segundo, pela reorganização da noção de audiência, que deixou de participar apenas como entidade anônima e instrumentalizada pelos jornalistas, passando a influir mais diretamente, via publicação de artigos, na construção desse mundo social.

7.3 – Uma breve revisão sobre os gêneros opinativos

As mudanças e os processos de segmentação do mundo dos jornalistas apontam para a forma como as interações entre jornalistas, intelectuais, Estado, movimentos sociais e outros alteram ou produzem desvios na percepção socialmente partilhada do âmago da profissão. Os segmentos descritos acima voltam-se contra a definição objetivada de jornalismo como uma técnica de coleta e transmissão de informações. Eles buscam afirmar formas distintas de produção jornalística, agregando-lhe valores estéticos, intelectuais, acadêmicos e políticos. Existe um segundo grupo de práticas que diferem das atividades ligadas ao âmago do jornalismo e são também adotadas pelos entrevistados: os gêneros opinativos.

Esses gêneros devem ser vistos como resquícios do período em que jornalismo, literatura e política permaneciam misturados. Remetem à explicação de Ruellan (1993; 1994) sobre o processo de fechamento das fronteiras profissionais, cuja imperfeição permite que elementos de diferentes espaços sócio-discursivos permaneçam na formação do mundo dos jornalistas. Possibilitam ainda o uso do jornalismo como espaço de intervenção política, literária e universitária (através de crônicas, artigos, colunas, editoriais, comentários etc.), sem que isso incorra em questionamentos do ponto de vista convencional, nem rupturas nas trajetórias dos praticantes. Aliás, o espaço para o exercício desse tipo de jornalismo muitas vezes está associado a um reconhecimento anterior na carreira profissional, identificado como sucesso no jornalismo, correndo paralelamente, por exemplo, à aquisição de cargos de chefia.

Mesmo que teoricamente atente contra uma suposta essência do jornalismo, os gêneros opinativos integram os periódicos atuais, como produto de uma negociação prévia entre os membros do mundo social, dentre os quais se destacam os jornalistas e o público, conforme explica Teixeira (2004: 117):

Um jornalista que os conheça sabe o que significa redigir uma notícia ou um editorial – compreende que, em linhas gerais, um comporta informação e o outro, informação e comentário –, enquanto o leitor, embora poucas vezes saiba pronunciar-se teoricamente sobre isto, reconhece quando o espaço é legítimo para o exercício da opinião e queixa-se quando este padrão de leitura é quebrado.

Nesse caso, a incursão num gênero opinativo dificilmente implica em uma mudança de estatuto, pois não exige alterações radicais na composição das redes de colaborações do mundo social. Atribuir valor estético a uma crônica é convencionalmente aceito pelos padrões do mundo dos jornalistas. Redigi-la em um estilo ligeiro, leve, jornalístico, também faz parte dos padrões definidos pelo mundo das artes. Não é por causa das crônicas que Zuenir Ventura teria se tornado um escritor. Da mesma forma, o fato de redigi-las não significa que Juremir Machado da Silva esteja reassumindo o estatuto de jornalista. Como produções aceitas pelo sistema convencional desses dois mundos, os gêneros opinativos foram naturalizados como uma prática comum entre jornalistas e escritores ¹⁸².

¹⁸² O breve comentário feito nesta seção, sem dúvidas, e não esgota a questão da opinião no jornalismo. Admitimos que, para um estudioso do tema, partindo de áreas como a lingüística ou a semiologia, a questão é muito mais complexa. Contudo, seria impossível tratar desse tipo de abordagem nesta tese, de forma que nos limitamos a mostrar como os gêneros opinativos devem ser situados pela teoria dos mundos sociais. Para mais detalhes sobre o assunto, ver: BAKHTIN, M. 'Os gêneros do discurso'. *Estética da criação verbal*. 3ªEd. São Paulo, Martins Fontes, 2000, pp. 279-330; MARCUSCHI, L. A. 'Gêneros textuais: definição e funcionalidade'. in DIONÍSIO, MACHADO E BEZERRA (orgs.). *Gêneros e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, pp.19-36; MELO, J. M. A. *opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985; PINHEIRO, N. 'A noção de gênero

7.4 – A interiorização dessas transformações: a avaliação dos entrevistados

No decorrer de três décadas, o mundo dos jornalistas e dos intelectuais sofreu profundas transformações que explicam o seu estado atual e a sensação de uma oposição entre as convenções que definem o âmago do jornalismo e os diferentes espaços, criada a partir da profissionalização do meio intelectual. Contudo, acreditar que essas transformações são prontamente aceitas, adotando o determinismo estrutural/funcional que tanto criticamos, seria um contra-senso. Com exceção do escritor Carlos Heitor Cony, os demais entrevistados não compartilham do pressuposto de uma separação definitiva entre a atividade/estatuto de jornalistas e intelectuais. Existe, portanto, um antagonismo entre a definição ideal do jornalismo e as mudanças ocorridas a partir da década de 1950. Essa contradição se explica pelo fato dessas pessoas partilharem de uma avaliação bastante negativa sobre o estado atual da imprensa.

Durante a leitura do material constatou-se que, com a única exceção de Adísia Sá, que considera a imprensa brasileira “*uma grande imprensa*”, para os demais entrevistados o jornalismo já teve dias melhores. Atualmente, ele vem sendo praticado por profissionais sem tempo ou competência para fazer uma boa apuração (Raimundo Pereira, Alberto Dines, Zuenir Ventura); que redigem mal (Alberto Dines, Flávio Tavares, Mino Carta, Carlos Chagas) e que não sabem escolher e priorizar as informações que divulgam (Flávio Tavares).

Alguns atribuem essa situação à tentativa fracassada da imprensa em copiar a linguagem televisiva ao invés de investir na qualidade da apuração e do texto jornalístico. É o que dizem Mino Carta e Zuenir Ventura:

Mino Carta: *A tentativa de se adaptar à televisão, de concorrer com a televisão foi desastrosa. Há um tipo de cobertura que a televisão pode fazer de uma forma infinitamente mais eficiente que o jornal diário. Então, no jornal diário, eu preciso encontrar um caminho que me permita ainda servir o meu leitor, sem aborrecê-lo com aquilo que ele já sabe”* (Carta, 2003: 206).

Zuenir Ventura: *Sou da geração da palavra escrita. Só me parece arriscadíssimo querer enfrentar a televisão mimetizando-a. Para não ficar na abstração, entre o USA Today e o El País, fico com o último, que é uma experiência vitoriosa e que acredita que a palavra escrita não morreu. Hoje,*

para análise de textos midiáticos’. In: MEURER, J & MOTTA-ROTH, D. *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem*. São Paulo: Edusc, 2002; UTARD, J-M. ‘O embaralhamento dos gêneros midiáticos. Gêneros de discurso como conceito interdisciplinar para o estudo das transformações da informação midiático’. *Revista Comunicação e Espaço Público*, ano VI, n° 1 e 2. Brasília, 2006, pp. 65-82.

fazemos manchete como há 40 anos, como se o jornal fosse a única fonte de informação que o leitor tem. Há uma preocupação com a televisão porque os jornais não descobriram como replicá-la (apud Horta & Priolli: 07).

Do ponto de vista ético, existiria uma excessiva partidarização da cobertura, refletindo na adoção de uma ideologia específica (a dos patrões), negligenciando o compromisso com a verdade e com o público:

Alberto Dines: *O jornalismo virou uma coisa extremamente partidarizada. Aliás, a palavra seria partisan. E jornalismo não é isso. Jornalismo é campo, ir lá, descobrir as coisas. Isso também se enquadra um pouco dentro da visão romântica. Descobrir o mundo (Entrevista a Abreu, Lattman-Weltman & Rocha, 2003: 158).*

Mino Carta: *A imprensa no Brasil serve ao poder, porque é parte fundamental do poder. E os profissionais, normalmente servem aos seus patrões (Carta, 2003: 184).*

Carlos Chagas: *Os jornalistas, principalmente a geração mais nova, ficou muito de nariz em pé, achando que são formadores de opinião. Formadores coisa nenhuma, nós somos informadores, quem se forma é a própria sociedade. Houve uma espécie de presunção demasiada por parte, não só dos repórteres, mas dos donos também, daqueles que fazem negócios por baixo do pano: “Não, nós mandamos no Brasil, nós fazemos isso, fazemos aquilo” (Entrevista ao autor, grifos correspondem às palavras enfatizadas pelo entrevistado).*

Haveria ainda uma instrumentalização do princípio de liberdade de imprensa, de forma a legitimar abusos cometidos pelos jornalistas (Ortega & Humanes, 2000). Para Raimundo Pereira, “os jornalistas se escoram numa idéia de liberdade de imprensa que é um desastre”; “Esse tipo de liberdade de imprensa que se defende – vejo juízes achando que o que esse menino da Veja faz, o Diogo Mainardi, é bom jornalismo, que aquilo é liberdade de imprensa, no seu sentido amplo – é uma besteira”. (Entrevista ao autor). Esta é também a opinião de Mino Carta: “Liberdade de imprensa é liberdade de fazerem o que eles bem entendem, sempre alinhados de um lado só” (Entrevista ao autor).

Acrescente-se a isso o denunciamento (Juremir Machado da Silva, Carlos Chagas e Raimundo Pereira), os laços de convivência com o poder político (Mino Carta, Raimundo Pereira) e econômico (Mino Carta, Juremir Machado da Silva, Raimundo Pereira e Flávio Tavares) e com a indústria cultural (Juremir Machado da Silva, Zuenir Ventura). O resultado é uma cobertura uniforme e, conseqüentemente, de baixa qualidade: “é tão pasteurizado, é tão

bitolado pelas regrinhas de redação, que termina ficando os textos parecidos, não dá mais para você improvisar” (Carlos Heitor Cony – Entrevista ao autor).

Seguindo essa avaliação, a imprensa deixaria de cumprir com os pressupostos que definiriam a essência do jornalismo como o respeito aos fatos, a escolha de assuntos de interesse público, a necessidade de iluminar o leitor:

O vernáculo bem tratado é uma coisa muito importante, porque eleva quem lê. Acho que isso é fundamental no jornalista: melhorar a inteligência de quem lê através da língua, que é o passo inicial de tudo. E o que a imprensa brasileira faz, hoje, é exatamente o oposto, é aviltar a língua constantemente, embrutecer o leitor, imbecilizá-lo se possível, partindo do pressuposto de que ele já é um imbecil (Carta, 2003: 199).

Esse cenário explica a situação de crise do jornalismo, sua “miséria” nas palavras de Juremir Machado da Silva (2000). E também a relativa falta de prestígio da profissão na sociedade: *“Mesmo as pessoas mais pobres, mais humildes, que trabalhavam em jornal, consideravam a atividade jornalística uma atividade eminentemente cultural (...). Hoje, você não vê essa atitude devotada ao jornalismo como coisa de cultura. Virou comércio de informação”* (Dines, 2003: 174). O diagnóstico dos entrevistados converge, portanto, com algumas análises e manifestos publicados sobre o assunto no âmbito acadêmico, como os de Bourdieu (1997), Kovach & Rosenstiel (2003), Marcondes Filho (2000), Neveu (2001) e Ramonet (2001)

Certamente, em meio às críticas, alguns entrevistados reconhecem que houve avanços, sobretudo do ponto de vista tecnológico (Carlos Chagas, Mino Carta, Zuenir Ventura, Raimundo Pereira). Carlos Chagas aponta também para uma melhora na renda dos profissionais, o que reduziu drasticamente o número de jornalistas que se dividiam entre as redações e as repartições públicas: *“O jornalismo hoje ficou mais ético, mais respeitado, porque hoje, você já consegue viver razoavelmente bem sendo apenas jornalista, sem picaretagem, sem ter emprego público”* (Entrevista ao autor). Além disso, praticamente todos concordam que a exigência do diploma mudou o perfil dos profissionais, permitindo uma melhoria dos salários em relação aos pagos nos anos de 1950.

7.5 – Amarrando arestas: os jornalistas-intelectuais e as formas de inserção no mundo social

Em termos teóricos, podemos dizer que a interiorização parcial das mudanças no jornalismo expressa o resultado de sucessivas interações desses atores com a prática jornalística vista como entidade socialmente objetivada (*generalized other*). Da mesma forma que os diversos atores descritos no capítulo anterior influem na reputação e nas escolhas realizadas pelos entrevistados, percebemos que a transformação no mundo dos jornalistas é decisiva para a compreensão aspectos das identidades profissionais desses atores.

Podemos sistematizar as interações entre mudanças no mundo social e mudanças nas carreiras profissionais a partir de três escolhas que explicam o status atual desses indivíduos, tendo em vista a relação que eles estabelecem com o jornalismo atualmente. São elas: I) Continuar colaborando em espaços socialmente legitimados no mundo dos jornalistas, através de gêneros opinativos (crônica, artigo, crítica e comentário); II) Realizar incursões em novos segmentos produzidos no interior mundo dos jornalistas; III) Ingressar em outros mundos ou espaços sociais, adquirindo reputação e adotando de forma decisiva seu sistema de convenções. Sistematizamos essas escolhas no quadro 10, apresentado a seguir:

Entrevistado	Tipo de escolha adotada (I, II ou III)	Descrição da escolha
Adísia Sá*	I e III	I) Comentarista de rádio, TV e jornal; III) filósofa e escritora.
Alberto Dines*	II	Praticante do “jornalismo literário” e editor e colaborador de um produto de crítica da mídia.
Antônio Hohlfeldt	I e III	I) Crítico de teatro, III) Professor, escritor e político profissional”.
Carlos Chagas*	I e III	I) Comentarista de rádio, TV e jornal; III) Escritor
Carlos Heitor Cony	I e III	I) Cronista e comentarista de rádio, TV e jornal; III) Escritor
Flávio Tavares*	I e III	I) Articulista; III) Escritor
Juremir Machado da Silva	I e III	(I) Cronista e comentarista de rádio, TV e jornal; III) Escritor e professor
Mino Carta**	I/III	Diretor de uma revista semanal de informações
Raimundo Pereira	II	(I) <i>Free lancer</i> da grande imprensa, II) Diretor de um produto, ligado à imprensa alternativa
Zuenir Ventura*	I e II	Cronista de jornal; II) Praticante do jornalismo literário

Quadro 10: Como a interiorização das transformações no jornalismo explica a situação atual do entrevistado

* Consideramos que o estatuto de professor desses entrevistados não se aplica pelo fato de não haver uma interiorização das normas ligadas à atual configuração do meio acadêmico.

** Há dúvidas se a revista *Carta Capital* é ligada à grande imprensa ou à imprensa alternativa. Em termos de tiragem, reputação, padrões convencionais, ela oscila. Mesmo Raimundo Pereira, que colabora com essa revista, não parece seguro sobre o seu caráter, ao afirmar: “Mais recentemente numa imprensa que você pode chamar de grande – embora a *Carta Capital* seja uma revista relativamente pequena, comparada com as outras – eu fiz algumas colaborações”. Mino não dá grandes explicações sobre isso. Ele não é considerado como protagonista do segmento da imprensa alternativa, mas também prefere não associar a *Carta Capital* à imagem da grande imprensa brasileira.

Todos os entrevistados, embora de alguma forma sejam considerados jornalistas – por auto-definição ou reputação–, participam de atividades que escapam ao que seria o âmago da profissão (i.e., a produção do noticiário em uma grande imprensa jornalística). Se situadas a partir do discurso funcionalista, suas trajetórias e práticas seriam definidas como desviantes. Essa constatação, de certa forma apenas comprovar o primeiro olhar sobre o objeto, o que nos levou a situá-los como jornalistas-intelectuais.

Nossa análise sobre as transformações do mundo dos jornalistas mostrou, por outro lado, os equívocos de classificar essa situação como um desvio, pela forma como esse fechamento das fronteiras profissionais é sempre imperfeito (Ruellan, 1993). E também pelo fato de que as relações que os atores estabelecem na sociedade são muito mais amplas do que sugere a definição objetivada do âmago do mundo dos jornalistas (Becker, 1992). Essas conclusões, coletadas numa dimensão estrutural, encontram correspondências nos processos de auto-definição ocorridos na interação face-a-face e nas visões de mundo expressas sobre o jornalismo, os jornalistas e os intelectuais. De fato, nenhum entrevistado problematiza a sua situação enquanto jornalistas-intelectuais. Preferem oferecer respostas que consideram coerentes em termos de identidade.

O que o muda, nesses casos, é o modo de organizar essas identidades, tendo em vista a visão que eles possuem do jornalismo e sua vinculação geracional. Por isso, embora a condição atual dos entrevistados seja aparentemente análoga, por trás desse primeiro olhar sobre esse objeto, escondem-se diferentes formas de se definirem se posicionarem no mundo social. Não podemos, nesse caso, falar na institucionalização do grupo enquanto categoria social, pois não existe modos de acesso, ascensão ou um discurso de legitimação do grupo na sociedade. A identidade dos jornalistas-intelectuais só existe, de fato, quando apreendida a partir dos aspectos abordados nesta tese. É nesse sentido que se dirigem nossas conclusões.

CONCLUSÕES

Nesta tese de doutorado, analisamos o processo de construção identitária de um grupo de dez jornalistas-intelectuais. Para isso, utilizamos o método das histórias de vida, reconstruídas por meio do uso de entrevistas semi-estruturadas e de pesquisa documental. No decorrer desse percurso, nossa visão teórica abandonou progressivamente a pretensão de definir o grupo enquanto uma categoria social, preferindo abordar identidade enquanto processo. Recorrendo a uma metáfora já utilizada por Aubin (2006) podemos dizer que saímos de uma problematização fundamentada em perguntas sobre ‘O que são os jornalistas-intelectuais?’ ou ‘Por que eles são assim?’, para trabalhar nosso objeto dentro da perspectiva de ‘Como esse status é negociado?’.

Mais do que um jogo retórico, essa mudança de abordagem representou um de apreensão da identidade enquanto processo dinâmico, construído e reconstruído sempre a partir da perspectiva do outro. Acreditamos, portanto, que só é possível compreender a questão identitária quando situamos quem é esse outro e em que contexto essa interação acontece. Se não abordarmos essa dimensão processual da construção de si, o risco maior seria o de adotarmos uma definição tipológica ou funcional dos jornalistas-intelectuais.

Nesse caso, podemos dizer que algumas conclusões apresentadas nesta pesquisa são aplicáveis ao nosso objeto de estudo, mas também podem ser apropriados por qualquer trabalho que ambicione estudar o jornalismo e os jornalistas. Podemos sistematizá-las brevemente nesse primeiro conjunto de pressupostos:

I) O jornalismo está em constante transformação. Embora à distância essas mudanças se apresentem como uma dimensão estrutural, elas estão diretamente ligadas à forma como os atores sociais negociam suas escolhas com diferentes membros do mundo social;

II) O termo negociação, na verdade, envolve um processo de interação em que o ator social interioriza o mundo objetivo – em suas diferentes instâncias, que vão do face-a-face ao outro generalizado – e, a partir da sua interpretação, realiza escolhas que vão influir sobre esse mundo;

III) As histórias de vida dos jornalistas mostram as tensões entre a institucionalização do mundo social e a forma como, no processo de interiorização, eles vão aceitar parcialmente essa realidade;

IV) Nesse sentido é que vão procurar diversas maneiras de se realizar como jornalistas. Essas nuances mostram que a definição ampliada do mundo social – com a sua fronteira aberta – engendra diferentes formas de adquirir reputação. Algumas são previstas nas convenções do jornalismo, outras implicam na criação/inserção em espaços segmentados no mundo social, outras ainda geram ruptura com as carreiras institucionalizadas ou adoção de outros estatutos;

V) É a partir da exteriorização dessas escolhas nos processos interativos que os jornalistas participam da construção do mundo social. O grau dessa construção depende sempre da reputação do indivíduo, do nível de transformação pretendida por ele e dos recursos mobilizados para isso.

Além dessas conclusões gerais, outras podem ser aplicadas diretamente ao nosso objeto, no modo como suas identidades foram articuladas nos diferentes momentos interacionais, do face-a-face com outros indivíduos às relações com a estrutura social. Um olhar sobre a realidade social sugere que essas instâncias participam simultaneamente no processo de construção identitária. Por questões operacionais, preferimos dividir os enfoques adotados em cada capítulo, articulando-os no decorrer da análise. Assim, trabalhamos com o *corpus* sempre a partir de dois cortes analíticos. O primeiro, divide o estudo a partir de escala adotada (micro, meso e macro-social). Nesse caso, trabalhamos os jornalistas-intelectuais nas suas relações com o pesquisador, com demais os atores que compõem o mundo social e com a ordem estrutural. Num segundo corte, dividimos os entrevistados dentro de uma dimensão temporal, de forma que a negociação identitária eventualmente podia ou não ser historicamente situada. Pela combinação desses aspectos organizamos nosso olhar sobre os jornalistas-intelectuais, cujas conclusões podem ser sistematizadas da seguinte forma:

Visões de mundo (dimensões: micro/macro-social e a-temporal)

Durante a investigação, os entrevistados expressaram visões de mundo associadas à maneira como eles definem e convivem com suas atividades e estatutos sociais. A partir delas, observamos a articulação da dialética entre indivíduo e sociedade, ou seja, o modo pelo qual as fórmulas legitimadoras da realidade social são confrontadas com as experiências individuais dos jornalistas-intelectuais. Podemos dizer, por exemplo, que a definição de engajamento intelectual utilizada por Juremir Machado da Silva remete, ao mesmo tempo, à

dimensão social desse conceito, expresso pelo amálgama francês do intelectual e também à forma como ele tomou conhecimento deste, a partir de aspectos particulares da sua trajetória.

Ao serem expressas, essas definições permitem entender as diferentes nuances, no modo como os entrevistados se relacionarem com diferentes categorias sociais (jornalismo, jornalistas, intelectuais, política, entre outras). Sua articulação é também uma maneira de o entrevistado explicar, justifica e legitimar suas visões de mundo, subjacentes ao processo de negociação identitária, mesmo que isso não seja decorrente de uma reflexão consciente. Assim, se um jornalista-intelectual prefere se definir como escritor, cabe sempre perguntar o que essa categoria significa para ele. Se ela se apresenta como uma ruptura na sua trajetória de vida, idem. A centralidade dessa dimensão, na verdade, encontra explicações diretas no caráter simbólico das interações (Mead, 1934) e na idéia corrente de que toda ação só é compreensível na forma como o indivíduo atribui a ela uma motivação (Shutz, 1967).

Quando se fala em jornalistas-intelectuais, observamos freqüentes articulações no âmbito dessa dimensão simbólica entre as definições normativas e idealizadas, suas práticas e identidades, a organização das trajetórias e práticas individuais e a avaliação que eles fazem do jornalismo, da produção intelectual e da sociedade. Por isso, questões de ordem ideológica apareceram no decorrer de toda a análise.

Gestão de estatutos (dimensões: micro-social e a-temporal)

Na superfície das interações, os entrevistados tendem a se apresentar como jornalistas, escritores, políticos e professores sem compartilhar do estranhamento proposto pelo pesquisador com relação às suas identidades. Ocasionalmente, eles apresentam explicações de ordem vocacional e essencialista. Ou ainda mostram as correspondências e complementaridades funcionais entre essas práticas. Essa forma de se apresentar não remete necessariamente a uma tentativa de se justificar frente ao interlocutor e, muitas vezes, evidencia como nos momentos de construção de si, por meio da conversa interior, os entrevistados tendem a dar coerência à sua história de vida, eliminando tensões e conflitos, de modo que suas identidades se apresentem estáveis e unitárias.

A questão de ‘Quem sou eu?’ remete, na pesquisa, a uma dimensão subjetiva, em que os entrevistados organizam diferentes estatutos a partir de uma hierarquia e uma lógica pessoal, de forma a sentirem seguros na hora de se apresentarem. Nesse caso, podemos concluir, que o processo de negociação identitária para o grupo de jornalistas-intelectuais

consiste, no âmbito da gestão de estatutos, em encontrar soluções para si e para o outro, para situações de múltiplos pertencimentos, observadas e questionadas durante a interação.

Carreiras profissionais (dimensões: micro-social e temporal)

A gestão das carreiras profissionais é também um processo de atribuição de coerência aos diferentes momentos de uma trajetória pessoal, de forma que a identidade que emerge desse processo não apareça – para o entrevistado e o entrevistador – como obra do acaso. A diferença, nesse caso, é a dimensão temporal, das histórias pessoais que são articuladas nesse tipo de negociação. Ou seja, a resposta sobre ‘Quem sou eu?’ é estruturada em termos de ‘Como cheguei até aqui?’. Sua organização, contudo, ainda remete a um discurso essencialista porque as noções subjetivas de continuidade e mudança na carreira profissional têm sempre como parâmetro o fato de que a pessoa se enxerga como uma entidade inteiriça que eventualmente se transforma no decorrer do tempo – e nesse ponto recorrem minimamente a um contexto macro-social.

O que podemos concluir, no caso dos jornalistas-intelectuais, é que a gestão das carreiras profissionais, na interação com o pesquisador, remete a um conjunto de escolhas – ingressar em um jornal ou em uma universidade, engajar-se politicamente, escrever um livro – , que são legitimadas pelo entrevistado como as mais coerentes tendo em vista a sua ideologia pessoal e das situações concretas encontradas no decorrer da sua história de vida.

Ideologia, carreiras e estatutos, quando situadas lado a lado na interação com o pesquisador, sugerem a existência de uma identidade construída a partir de uma série de encadeamentos lógicos que vão justificar a reputação adquirida pelo entrevistado no momento em que conversamos. É como se existisse um caminho natural para ser um jornalista-intelectual: possuir um talento extraordinário (como jornalista, professor, escritor.); a crença de que é o preciso fazer o melhor dos jornalismo, ou melhor, fazer algo superior ao jornalismo cotidiano; fazer escolhas que estão de acordo com natureza pessoal e com as circunstâncias sociais, etc. A análise mais aprofundada da interação serve justamente para desconstruir os processos subjacentes a essa apresentação legitimadora.

Relações com o mundo social (dimensões: meso-social e a-temporal)

Quando analisado do ponto de vista das relações com os diferentes atores que compõem o mundo social, a trajetória de vida dos jornalistas-intelectuais perde sua dimensão

onipotente. Se ao ordenarem seus estatutos e carreiras, os entrevistados controlam a forma como a sua identidade deve aparecer, os conceitos de reputação e escolhas mostram justamente que o seu status atual depende sempre do outro. Mesmo sem negar o talento e a competência dessas pessoas como jornalistas, escritores, professores e militantes, mostramos que esse status adquirido foi previamente negociado e dependeu do reconhecimento social.

Concluimos dizendo que não existe um caminho natural para se tornar jornalistas-intelectuais, mas que há formas comuns de adquirir uma reputação (ser bem visto pelos pares, ter sucesso com o público, se engajar pelas liberdades democráticas, etc.), dispersas por toda sociedade a partir de diferentes graus de institucionalização. Em alguns casos, basta ser bem visto por um colega. Em outros é preciso publicar um livro de sucesso ou ganhar um prêmio acadêmico. Esse mosaico de interações serve como fundamento à representação social adquirida pelos entrevistados durante suas histórias de vida. Eles resultam em uma identidade suficientemente estável para que eles sejam bem vistos e reconhecidos simultaneamente como jornalistas e intelectuais. Ao mesmo tempo, evidencia-se a impossibilidade de se definir com total segurança as identidades profissionais, recorrendo a modos fechados de ingresso, ascensão e legitimação social, como geralmente fazem os teóricos funcionalistas. Pelo contrário, esses status são resultado de incontáveis negociações que variam conforme os interlocutores e, por isso, nunca poderão ser exatamente repetidas.

Transformações no mundo social (dimensões: macro-social e temporal)

Finalmente, os jornalistas-intelectuais se reportam a um processo mais abrangente de transformação no meio político cultural brasileiro, na qual se objetivou uma separação imperfeita entre as diferentes atividades e estatutos que compunham a categoria de intelectuais. É a partir dessas mudanças que passamos a associar o jornalismo a uma competência técnica, distinta da visão romântica que tendia a lhe atribuir um caráter humanístico. Quando situamos as carreiras dos entrevistados nesse contexto mais amplo, visualizamos as nuances na forma de se situar e se definir estatutariamente, ligadas, inclusive, às diferenças de geração. Observamos ainda o modo como essas pessoas subjetivamente interiorizam essas mudanças e, a partir das suas motivações (as ideologias e valores), agem sobre a realidade social.

Desse processo, compreendemos como cada um se situa do ponto de vista da identidade. E também como eles são situados ao atuar socialmente, se inserindo no mundo

dos jornalistas por meio da produção de gêneros opinativos, da criação de novos segmentos ou no ingresso em novas atividades, adquirindo novos estatutos.

Concluindo, o status dos jornalistas-intelectuais evidencia formas subjetivas de interação no âmbito do mundo social que possibilitaram a construção de uma reputação, lhe permitindo atuar em outros domínios sem perderem a vinculação com o jornalismo. A maior parte deles adquiriu essa posição sem a necessidade de abandonarem o título de jornalista ou adquirirem novos estatutos. Nesse caso, professam de uma ideologia profissional que situa a prática jornalística em um patamar semelhante ao do intelectual. Um grupo menor se tornou jornalista-intelectual pela mudança ou acúmulo de novos estatutos sociais e, de certa forma, na adoção de um novo sistema convencional ligado a esses espaços de atuação. Grosso modo, este seria o perfil dos jornalistas-intelectuais. É nosso ponto de chegada, mas também o ponto de partida. Nosso interesse nunca foi o resultado, mas o processo.

Diário de Bordo (a trajetória do pesquisador)

Trabalhadas as conclusões sobre o objeto, apresentarei brevemente o meu diário de bordo, ou seja, a forma como as diferentes negociações que relizei no decorrer desses quatro anos e meio de pesquisa, modificaram minha visão de mundo enquanto pesquisador em comunicação.

A princípio tinha em mente a idéia dos jornalistas-intelectuais como uma categoria extraordinária que contrariava a visão convencional do jornalismo e que se assemelhava a uma visão idealizada essa prática. Bastou uma primeira conversa com o professor Denis Ruellan para que entendesse que não havia nada de singular nesse objeto. Diante da minha decepção, Ruellan me explicou uma das diferenças fundamentais entre o jornalista e o pesquisador: enquanto o primeiro olha a realidade a partir do seu aspecto mais singular, o segundo vê e problematiza os fenômenos cotidianos em busca de explicações sobre os processos sociais. O resultado dessa pesquisa, a forma como dirigi meu olhar para as negociações identitárias dos jornalistas-intelectuais, são um reflexo direto dessa lição.

Das teorias de matriz construtivista, sobretudo o interacionismo simbólico, aprendi a desconfiar das fórmulas legitimadoras que pululam no caso de jornalistas e intelectuais. Sem necessariamente descartá-las entendi que muitas delas deveriam ser tomadas como resultado de longos processos de construção da realidade. Essas explicações, em parte lugar-comum nas

ciências sociais, muitas vezes são citadas sem serem realmente aplicadas nos estudos sobre o jornalismo e a sociedade em geral.

Dos conceitos desenvolvidos por Howard Becker e Anselm Strauss compreendi que uma boa pesquisa deve se assentar na sensibilidade teórica, na qualidade do material empírico e também na experiência pessoal. Reunir esses três elementos não é uma tarefa fácil. Tentei, ao menos, desconstruir analiticamente os jornalistas-intelectuais, sem recorrer a isso a uma base teórica esotérica do ponto de vista do mundo cotidiano. Conceitos como *estatutos*, *carreiras profissionais*, *reputação* e *escolhas* são de fácil compreensão e repetidos no dia-a-dia das pessoas. Eles remetem, ao mesmo tempo, a processo complexos e a uma fina articulação entre indivíduo e estrutura, entre a ordem dada e às construções subjacentes a ela. Procurei no decorrer desta tese trabalhar dentro desse ponto de vista, que considero ideal.

Finalmente, junto aos jornalistas-intelectuais tentei entender como essas pessoas compreendiam suas vidas, suas práticas e o mundo em que viviam. Nos doze encontros que tive com eles, ouvi críticas duras contra o jornalismo e seus praticantes, contra a política, contra a ordem social, contra a conjuntura brasileira. Mas ouvi também, mesmo dos mais cínicos, declarações apaixonadas aos seus ofícios e suas trajetórias, onde transparecia em alguns casos, uma dose sutil de orgulho pessoal e nostalgia. Tratou-se de algo gratificante.

Posso dizer, concluindo, que se a reflexão teórica me permitiu aprender a desconstruir as ideologias e valores implícitos no processo de construção das identidades e do mundo social, o contato empírico com essas pessoas me lembrou da necessidade de olhar de vez em quando a realidade com uma boa dose de idealismo.

Sem dúvidas, um aprendizado e tanto.

DOCUMENTOS E OBRAS CONSULTADAS SOBRE OS JORNALISTAS- INTELECTUAIS

Adísia Sá

AMORIM, L. H. *Adísia Sá: uma biografia*. Fortaleza: Ed. Omni, 2005.

CHAPARRO, M. C. 'Em Adísia Sá, a palavra que gera e perpetua'. *Jornal Intercom Notícias*, Ano 2, nº 24, 22/09/2006.

LIMA, M. E. O. Adísia Sá, uma biografia. Resenha publicada na *Revista Brasileira de Inovação Científica em Comunicação (Inovcom)*, Vol 1, nº2, 2006.

_____. 'Ensaio da trajetória e do pensamento de Adísia Sá'. *Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*. Florianópolis, 15 a 17/04/2004.

SÁ, A. *Biografia de um sindicato*. Fortaleza: Edições UFC, 1981.

_____. *Capitu conta Capitu*. Fortaleza, Multigraf Editora, 1992.

_____. *Ensino de Jornalismo no Ceará*. Fortaleza: [s.n.], 1979.

Alberto Dines

DINES, A. 'Entrevista a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Waltman'. In: ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN F. & ROCHA D. (orgs). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 75-175.

_____. 'Escritor aceso, jornalista ligado' (Pós-fácio). In: ROTH, J. *Berlim*. São Paulo, Cia das Letras, 2006.

_____. 'Memória da imprensa carioca/UERJ'. *Entrevista a Maria Aparecida Costa e Antony Devalle*. Rio de Janeiro, 21/08/2002. Disponível em: http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/sobre_dines/memoria.htm

_____. *Morte no paraíso. A tragédia de Stefan Zweig*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

_____. 'Observação & Participação – da física quântica à dinâmica da sociedade civil' (Prefácio). In: CHRISTOFOLETTI, R. e MOTTA, L.G. *Observatórios de Mídia: olhares da cidadania*. São Paulo: Paulus Editora, 2008 (no prelo, versão disponibilizada pelo autor).

_____. *O papel do jornal*. São Paulo: Summus, 1986.

_____. 'Stefan Zweig: um pacifista como Freud'. *Entrevista a Com Ciência*, s.d. Disponível em: http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/sobre_dines/zweig.htm. Acessado em: 08/02/2007a.

GRIZZO FILHO, A & SCHOR, G. 'O Observatório da Imprensa: "O ápice do meu trabalho"'. *TVE Brasil / Observatório da Imprensa*. Disponível em: http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/sobre_dines/apice_trabalho.htm. Acessado em: 08/02/2007b.

Antônio Hohlfeldt

_____. 'Antonio Carlos Hohlfeldt'. *Currículo do Sistema de Currículos Lattes*. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=S1726>. Acessado em: 30/07/2008.

HOHLFELDT, A. C. 'As origens antigas: A comunicação e as civilizações'. In: MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. & HOHLFELDT, A. C. (Org.). *Teorias da Comunicação – Conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 61-98.

VVA. 'Antônio Hohlfeldt'. *Wikipédia*. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Carlos_Hohlfeldt. Acessado em: 30/07/2008.

Carlos Chagas

CHAGAS, C. *113 Dias de angústia. Impedimento e morte de um presidente*. Porto Alegre: LP&M Editores, 1979.

_____. Especial - Entrevista com Carlos Chagas (1ª Parte). *Blog do Cacom*, 01/04, 2006a. Disponível em: <http://cacom.blogspot.com/2006/04/especial-entrevista-com-carlos-chagas.html>. Acessado em: 10/11/2007.

_____. Especial - Entrevista com Carlos Chagas (2ª Parte). *Blog do Cacom*, 10/04, 2006b. Disponível em: End. http://cacom.blogspot.com/2006_04_01_archive.html. Acessado em: 10/11/2007.

CASTRO, A. A. 'Carlos Chagas se aposenta'. *UnB Agência*, 28/10/2004. Disponível em: www.secom.unb.br/unbnoticias/un1104-p12.htm. Acessado em: 04/12/2007.

Carlos Heitor Cony

_____. 'Carlos Heitor Cony: biografia'. *Projeto releituras*. Disponível em: http://www.releituras.com/cony_bio.asp. Acessado em: 10/10/2007.

CONY, C. H. 'Discurso de posse'. *Academia brasileira de letras*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/>. Acessado em: 12/06/2007.

_____. 'Entrevista a Daniel Piza'. In: PIZA, D. *Perfis & entrevistas. Escritores, artistas, cientistas*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. 'Entrevista a Cristiane Henriques Costa'. *Pena de aluguel*, 2005a. Disponível em: <http://www.penadealuguel.com.br/cony/>. Acessado em: 12/06/2007.

_____. 'Entrevista: "A felicidade que Paulo Coelho me dá, eu não preciso dela"'. *Maringá.com*, 27/01/2000a. Disponível em: http://www.carlosheitorcony.com.br/clipping/show_clipping.asp?id=35. Acessado em: 10/10/2007.

_____. 'Entrevista a Sex Way'. *Revista Sex way*, 01/08/2000b. Disponível em: http://www.carlosheitorcony.com.br/clipping/show_clipping.asp?id=19. Acessado em: 10/10/2007.

_____. 'Entrevista a E'. *E*, n° 84, 05/01/2000c. Disponível em: http://www.carlosheitorcony.com.br/clipping/show_clipping.asp?id=117. Acessado em: 10/10/2007.

_____. 'Entrevista a Carlos Haag'. *Revista Cult*, n° 100, 03/03/2006. Disponível em: http://www.carlosheitorcony.com.br/clipping/show_clipping.asp?id=114. Acessado em: 10/10/2007.

_____. 'Entrevista: "Ainda não encontrei profundidade"'. *Revista Entrelivros*, n° 3, 01/06/2005b. Disponível em: http://www.carlosheitorcony.com.br/clipping/show_clipping.asp?id=125. Acessado em: 10/10/2007.

_____. 'Entrevista: "Cony repudia o neoliberalismo"'. *Extra Classe – Informativo do Sindicato dos professores do Rio Grande do Sul*, 09/01/1997. Disponível em: http://www.carlosheitorcony.com.br/clipping/show_clipping.asp?id=34. Acessado em: 10/10/2007.

_____. *Quase memória. Quase romance*. 18ª ed. São Paulo, Cia das Letras, 2000d.

_____. *Pessach: a travessia*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

_____. 'Playboy entrevista Carlos Heitor Cony'. *Revista Playboy*, julho 1997.

GRILLO, C. 'Carlos Heitor Cony é eleito como imortal da ABL'. *Folha de São Paulo*, 28/04/2000. Disponível em: http://www.carlosheitorcony.com.br/clipping/show_clipping.asp?id=93. Acessado em: 10/10/2007.

Flávio Tavares

TAVARES, F. *Memórias do esquecimento*. 4ª ed. São Paulo: Globo, 1999.

_____. *O dia em que Getúlio matou Allendei*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Juremir Machado da Silva

_____. 'Juremir Machado da Silva. *Currículo do Sistema de Currículos Lattes*. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhepesq.jsp?pesq=2393503669129057>. Acessado em: 12/06/2007.

SILVA, J. M. 'As antas de cada um'. *Revista Press & Advertising*, nº 113. Disponível em: http://www.revistapress.com.br/root/materia_detalhe.asp?mat=93. Acessado em: 23/02/2008a.

_____. *As misérias do jornalismo brasileiro: as (in)certezas da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. 'Entrevista a Cristiane Henriques Costa'. *Pena de aluguel*, 2005. Disponível em: <http://www.penadealuguel.com.br/entrevistas/news.asp?cod1=15>. Acessado em: 12/06/2007.

_____. 'Entrevista ao Saia Justa'. *Saia justa. Adonline*, 24/08/2005. Disponível em: http://www.adonline.com.br/ad2005/saiajusta_detalhe.asp?id=16. Acessado em: 20/08/2007.

_____. 'Entrevista a Record.com'. *Grupo Editorial Record*, 13/09/2004. Disponível em: <http://www.record.com.br/entrevista.asp?entrevista=43>. Acessado em: 20/08/2007.

_____. 'O amigo do Diogo Mainardi'. *Revista Press & Advertising*, nº 110. Disponível em: http://www.revistapress.com.br/root/materia_detalhe.asp?mat=61. Acessado em: 23/02/2008b.

Mino Carta

CARTA, M. *Blog do Mino*. Disponível em: <http://blogdomino.blig.ig.com.br/>.

_____. 'Entrevista a Alzira Alves Abreu'. In: ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN F. & ROCHA D. (orgs). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 184-211.

_____. 'Entrevista: O senhor do Castelo'. *Diário do Nordeste*, 27/11/2000a. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/2000/11/27/030005.htm>. Acessado em: 04/12/2007.

_____. *O Castelo de âmbar*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2000b.

SZNEJDER, V. 'Mino Carta'. *Jornalistas*. Rio de Janeiro, Mauad, 2003.

Raimundo Pereira

GONÇALVES, M. C. O. & VELOSO, M. S. 'Raimundo Rodrigues Pereira: símbolo da imprensa alternativa'. *Revista PJ:Br Jornalismo brasileiro*, nº 9, 2007. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/entrevistas9.htm>. Acessado em: 18/01/2008.

KUCINSKY, B. *Jornalistas e revolucionarios. Nos tempos da imprensa alternativa*. 2 ed. Sao Paulo: Ediusp, 2003;

PEREIRA, R. 'Entrevista: "Como criar uma imprensa popular de expressão nacional"'. *Blog do Zé Dirceu*, 09/11/2006a. Disponível em: http://www.zedirceu.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=112&Itemid=61 Acessado em: 14/06/2007.

_____. 'Entrevista: Raimundo Pereira: Um grande repórter'. *Núcleo Piratininga de Comunicação*, 01/05/2006b. Disponível em: http://www.piratininga.org.br/novapagina/leitura.asp?id_noticia=2297&topico=Entrevistas. Acessado em: 18/01/2008.

_____. 'Entrevista: "Vai Raimundo, ser gauche na vida'. *Jornal Opção*, março, 2005. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Especiais&subsecao=Especiais&idjornal=177&idesp=20>. Acessado em: 14/06/2007.

_____. 'Entrevista a Paulo José Cunha – Programa Comitê da Imprensa (Bloco 1)'. *TV Câmara*, 07/07/2006. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/TVcamara/default.asp?selecao=MAT&velocidade=100k&Materia=39246>. Acessado em: 14/06/2007.

_____. 'Entrevista a Paulo José Cunha – Programa Comitê da Imprensa (Bloco 2)'. *TV Câmara*, 07/07/2006. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/TVcamara/default.asp?selecao=MAT&velocidade=100k&Materia=39355>. Acessado em: 14/06/2007.

_____. 'Entrevista a Paulo José Cunha – Programa Comitê da Imprensa (Bloco 3)'. *TV Câmara*, 07/07/2006. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/TVcamara/default.asp?selecao=MAT&velocidade=100k&Materia=39356>. Acessado em: 14/06/2007.

Zuenir Ventura

_____. 'Cronologia'. *Portal literal*. Disponível em: http://portalliteral.terra.com.br/zuenir_ventura/bio_biblio/cronologia/cronologia.shtml?bio. Acessado em: 12/06/2007.

_____. 'Um jornalista de estilo'. *Jornal do Brasil*, 08/10/1988. Disponível em: http://portalliteral.terra.com.br/zenir_ventura/bio_biblio/sobre_ele/imprensa/10um_jornalista_de_estilo.shtml?bio. Acessado em: 12/06/2007.

HORTA, B. & PRIOLLI, G. 'Suave Vampiro da Juventude'. *Revista Imprensa*, dezembro, 1989. Disponível em: http://portalliteral.terra.com.br/zenir_ventura/bio_biblio/sobre_ele/imprensa/05suave_vampiro_da_juventude.shtml?bio. Acessado em: 12/06/2007.

KONDER, L. 'Para escapar da repetição' *Jornal do Brasil*, 08/10/1988. Disponível em: http://portalliteral.terra.com.br/zenir_ventura/bio_biblio/sobre_ele/imprensa/09para_escapar_da_repeticao.shtml?bio. Acessado em: 12/06/2007.

NORONHA, L. 'Carinho de mestre'. *O Globo*, 24/01/1999. Disponível em: http://portalliteral.terra.com.br/zenir_ventura/bio_biblio/sobre_ele/imprensa/01carinho_de_mestre.shtml?bio. Acessado em: 12/06/2007.

PINHEIRO, F. & VIEIRA M. 'Um estranho no ninho dos pobres'. *Revista Veja Rio*, 07/09/1994. Disponível em: http://portalliteral.terra.com.br/zenir_ventura/bio_biblio/sobre_ele/imprensa/03um_estranho_no_ninho.shtml?bio. Acessado em: 12/06/2007.

TRAVANCAS, I. S. 'Zuenir Ventura'. In: *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1992.

VENTURA, Z. 1968: *O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

_____. *Cidade Partida*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

_____. 'Entrevista a Cristiane Henriques Costa'. *Pena de aluguel*, 2005. Disponível em: <http://www.penadealuguel.com.br/zenir>. Acessado em: 12/06/2007.

_____. 'Entrevista: No coração da selva'. *Revista Leia*, julho de 1989. Disponível em: http://portalliteral.terra.com.br/zenir_ventura/bio_biblio/sobre_ele/imprensa/06no_coracao_da_selva.shtml?bio. Acessado em: 12/06/2007.

_____. 'Entrevista: Pecado Inconfessável'. *Jornal do Brasil*, 16/08/1998. Disponível em: http://portalliteral.terra.com.br/zenir_ventura/bio_biblio/sobre_ele/imprensa/02pecado_inconfessavel.shtml?bio. Acessado em: 12/06/2007.

_____. 'Mestre Zu: Sobre jornalismo – trechos de artigos, palestras, discursos e aulas'. *Portal literal*. Disponível em: <http://portalliteral.terra.com.br/literal/calandra.nsf/0/AEC2D8187853306D83256C75006A090A?OpenDocument&pub=T&proj=Literal&sec=Mestre%20Zu>. Acessado em: 12/06/2007.

_____. *Minhas histórias dos outros*. São Paulo: Planeta, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. *Decreto Lei, 972/69 – Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista*. Brasília: outubro de 1969.

ABRAMO, C. *A regra do jogo. O jornalismo e a ética do marceneiro*. 4ª ed. São Paulo: Cia das letras, 1988.

ACCARDO, A. 'Une intelligentsia précaire' in ACCARDO, Alain (org.). *Journalistes précaires*. Bordeaux: La Mascaret, 1998.

AMADO, J. 'Idos de março: Os jornalistas e o golpe de 1964'. *Observatório da Imprensa*, 03/04/2007, disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=427MCH002>. Acessado em 03/04/2007.

ARON, R. *O Ópio dos Intelectuais*. Brasília: Ed. UnB, 1980.

_____. 'Fidelidade dos Renegados'. In. MELO, R (org.). *Os Intelectuais e a Política*. Lisboa: Presença, 1964, pp. 275-301.

AUBIN, F. *La nouvelle résistance. Strategies de publicisation déployés par des intellectuels critiques de la globalisation (1994-2005)* (Doutorado em Comunicação) - Grupo de Pesquisa Interdisciplinar sobre Comunicação, Informação e Sociedade (Gricics), Université de Québec à Montréal, Montréal, 2006.

BAHIA, J. *Jornal, História e Técnica – as técnicas do jornalismo*. 4ª ed. São Paulo, 1990.

BAKHTIN, M. 'Os gêneros do discurso'. *Estética da criação verbal*. 3ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2000, pp. 279-330.

BARDAWILL, J. C. *O repórter e o poder: uma autobiografia*. São Paulo: Alegro, 1999.

BARONAS, R. R. L. 'Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade'. SARGENTINI, V & NAVARRO-BARBOSA, P (orgs.). *M. Foucault e os domínios da linguagem*. São Carlos : Claraluz, 2004, pp. 45-62.

BECKER, H. S. *Art worlds*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1982.

_____. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BENDA, J. *La Trahison des Clercs*. Paris: Bernard Grasset, 1927; BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997;.

BERGUER, C. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Editora da Universidade/ UFRGS, 1998.

BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes: 1974.

BLUMER, H. *El interaccionismo simbólico: Perspectiva y Método*. Barcelona: Hora, 1982.

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997.

BOSI, E. *Memória é Sociedade: Lembranças dos velhos*. 13ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

BOURDIEU, P. 'Champ intellectuel et projet créateur'. *Les temps modernes*, 246, 1966, pp. 865-906.

_____. 'O campo científico'. In: ORTIS, R. (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, pp. 122-155.

_____. *Homo academicus*. Paris: Éditions de Minuit, 1984;

_____. *La Noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

_____. *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

_____. 'À propos de la famille comme catégorie réalisée'. *ARSS*, Numéro: 100. Décembre 1993

_____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

_____. *Meditações Pascalinas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Quéstions de sociologie*. Paris : Les Editions de Minuit, 2002.

BOUVERESSE, J. 'Intellectuels médiatiques et penseurs de l'ombre'. *Le Monde diplomatique*, maio 2006, p. 23 ; 29.

BREED, W. 'Controlo social na redacção: uma análise funcional'. TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: Questões, teorias, estórias*. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1993, pp. 152-166.

BUXTON, D. & JAMES F. (orgs.). *Les intellectuelles des médias en France*. Paris: L'Harmattan: 2005.

BUXTON, D. 'Un problème de définition'. In: BUXTON, D. et JAMES F. (orgs.). *Les intellectuelles des médias en France*. Paris: L'Harmattan, 2005, pp. 11-26.

CARDON, D. ; HEURTI N, J-P. & LEMIEUX, C. 'Parler en Public'. *Parler en public (2). Dispositifs contemporains*. Paris : Presses de Science Po, 1995, pp. 05-19.

CHAGAS, C. 'Na cozinha das redações'. In: CHAGAS, C.; MAYRINK, J. M. & PINHEIRO, A. *Três vezes trinta: os bastidores da imprensa brasileira*. São Paulo: Best Sellers, 1992, pp. 13-150.

CHAMPAGNE, P. 'La vision médiatique'. In: BOURDIEU, P. (org). *La misère du monde*. Paris: Éditions du Seuil, 1993, pp. 95-123.

_____. 'La "publicisation"'. In: PAILLIARD, I. (org). *Espace public et entreprises de la communication*. Grenoble: Ellug, 1995, pp. 17-36.

_____. 'Sur la télévision'. In: CHAMPAGNE P. CHARTIER, R. *Pierre Bourdieu et les médias. Rencontres Ina/Sorbonne*. Paris: L'Harmattan: 2004, pp. 43-51.

CHAPARRO, M. C. *Pragmática do jornalismo*. São Paulo, Sumus Editorial, 1993.

CHARLE, C. *Naissance des 'intellectuels'. 1880-1900*. Paris: Minuit, 1990

CHARRON, J. & BONVILLE, J. 'Typologie historique des pratiques journalistiques'. In : BRIN, C.; CHARRON, J. & BONVILLE, J. (orgs.). *Nature et transformation du journalisme. Théories et recherches empiriques*. Québec: Les Presses de L'Université Laval, 2004, pp.141-217

CHINEN, R. *Jornalismo de guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à Internet*. São Paulo: Disal, 2004.

CHUPIN, I. & NOLLET, J. 'Jalons pour une sociologie historique des interdependences du journalisme a d'autres univers sociaux'. In : CHUPIN, I. & NOLLET, J. (orgs.) *Journalisme et dépendances*. Paris, Harmattan, 2006, pp. 15-36.

CLARKE, A. E. & e GIRSON. 'Symbolic interacionismo in Social Studies Sciences'. In: BECKER, H. S. & MACCAL, M. M. (orgs.) *Symbolic interaction and Cultural studies*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1990, pp. 179-214.

CONNEL, R. W. & WOOD, J. 'Globalization and scientific labour: patterns in a life-history study of intellectual worker in the periphery'. *Journal of Sociology*, 38, 2002, pp. 167-190.

CONTI, M. S. *Notícias do Planalto. A imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

COSTA, C. *Pena de aluguel: escritores-jornalistas no Brasil: 1904-2004*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

_____. *Cultura e Sociedade no Brasil. Ensaio sobre idéias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CZAJKA, R. 'Redesenhando ideologias: cultura e política em tempos de golpe. *Historia: Questões & Debates*. Curitiba: Editora UFPR, 2004, pp. 37-57.

- DEBRAY, R. *Le pouvoir intellectuel en Franc*. Paris :Ramasay, 1979.
- _____. *Le scribe: Genèse du Politique*. Paris: Grasset et Fasquelle, 1980.
- DELPORTE, B. 'Constructivisme: une approche pretinente du journalisme'. *Questions de Communication*, 6, 2004, pp. 111-134.
- DELPORTE, C.. *Histoire du journalisme et des journalistes en France (du XVIIème siècle à nos jours)*. Paris: Press Universitaires de France, 1995.
- _____. *Les journalistes en France (1990-1950). Naissance te construction d'une profession*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.
- _____. 'Journalisme et journalistes engagés au XXème Siècle'. *Cahiers d'histoire immédiate*, n° 19, 2001.
- DEMO, P. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.
- _____. *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, 2000.
- DENZIN, N. 'Interpretative ethnography for the next century'. *Journal of Contemporary ethnography*, vol. 28, n° 5, 1999, pp. 510-159.
- DINES, A. *O papel do jornal*. São Paulo: Summus, 1986.
- DOSSE, F. *La marche des idées. Histoire des intellectuels – Histoire intellectuel*. Paris: la Découverte, 2003.
- ELIAS, N. *La société des individus*. Paris: Arthème Fayard, 1991.
- ELIAS, N. & SCOTSON, J.L. *The established and the outsiders. A sociological enquiry into community problems*. 2^a ed. Londres: Sage, 1994.
- ELLIOTT, P. 'Media Organizations and Occupations: an overview' in CURRAN, James; GUREVITCH, M. & WOOLLACOTT J. *Mass Communication and Society*. Londres, Edward Arnold, 1977, pp. 142-173.
- FERENCZI, T. *L'invention du journalisme en France. Naissance de l apresse moderne à la fin du XIXème siècle*. Paris: Plon, 1993
- FERNANDES, F. 'Cláudio Abramo e o jornalismo'. *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*. São Paulo: Ática, 1995, pp. 166-170;
- FLACKS, D. 'Making History and Making Theory: Notes on How Intellectuals Seek Relevance. In. LEMERT, C., C. *Intellectuals and Politics. Social Theory in a Changing World*. Newbury Park: Sage Publications, 1991, pp. 03-18
- FLORIS, B; MIEGE, B. & PAILLIART, I. 'Introduction'. In: PAILLIART, I. (org). *Espace public et l'emprise de la communication*. Grenoble : Ellug, 1995, pp. 07-15.

FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.

_____. *L'Archéologie du Savoir*. Paris, Gallimard, 1969.

GADINI, S. L. 'Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade'. *Revista Famecos*. Porto Alegre, 2007, pp. 79-88.

GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GENRO FILHO, A. *O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 1987.

GILMORE, S. 'Art worlds: developing the interactionist approach to social organization'. In: BECKER, H. S & MCCALL, M. M. (orgs.) *Symbolic interaction and cultural studies*. Chicago & Londres: The University of Chicago Press, 1990, pp. 148-178.

GONZALEZ, H. *O que são intelectuais?* São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Concepção Dialética da História*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. 'O caos da esfera pública'. *Folha de S. Paulo*, 13, agosto, 2006.

HALL, S. 'Quem precisa de identidade?' In: SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 103-133.

HALL, S.; CHRITCHER, C.; JEFFERSON, T.; CLARKE, J.; ROBERTS, B. 'A produção social das notícias: o mugging nos media'. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993, pp. 224-248.

HALE, J. 'Social interaction, cultural and historical studies'. In: BECKER, H. S & MCCALL, M. M. (orgs.) *Symbolic interaction and cultural studies*. Chicago & Londres: The University of Chicago Press, 1990, pp. 16-45.

HALIMI, S. *Os novos cães de guarda*. Petrópolis: Vozes, 1998.

HALLIN, D. 'Comercialidad y profesionalismo en los medios periodísticos estadounidenses' *Cuadernos de Información y Comunicación (CIC Digital) n° 3*, 1996, acessado em 11/07/2003. <<http://www.ucm.es/info/per3/cic/cic3ar13.htm>>.

HAMN, H. & ROTMAN, S. *Les intellocrates. Expédition en haute intelligentsia*. Paris: Ramasay, 1981

HARVEY, N. 'As tipologias dos pesquisadores engajados: análise sobre o engajamento de colaboradores acadêmicos do Le Monde Diplomatique'. *Comunicação e Espaço Público*, Ano X - n° 1 e 2 – 2007, pp. 138-148.

HEINZ, W. R. & KRÜGER, H. 'Life course: innovations and challenges for social research'. *Current Sociology*, v. 49, n° 2, 2001, pp 29-45.

HERITAGE, J. C. 'L'Ethnomethodologie : une approche procédural de l'action et de la communication'. *Réseaux*, 50, 1991, pp. 89-123.

HUNTER, F. *Community Power Structure - A Study of Decision Makers*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1953.

IANNI, O. *O príncipe eletrônico*. Mimeo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS POLÍTICOS (IBEP). *Os formadores de opinião do País e a reforma do Estado – Relatório de Pesquisa*. Brasília, 1997.

JANOWITZ, M., 'The journalistic profession and the mass media'. In: BEM-DAVID, J. & CLARK, T. (orgs.). *Culture and its Creators*. Chicago: University of Chicago Press, 1977, pp. 72-96.

JAMES, F. 'Foucault, philosophe-journaliste'. In : BUXTON, D. & JAMES F. (orgs.). *Les intellectuelles des médias en France*. Paris: L'Harmattan: 2005, pp. 87-127.

JÄRVINEN, M. 'Negotiating Strangerhood: interviews with homeless immigrants in Copenhagen'. *Acta Sociologica*, 2003, pp. 215-230.

KELLER, S. *O destino das elites*. Rio de Janeiro: Forense, 1963.

KUCINSKY, B. *Síndrome da antena parabólica. Ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

_____. *Jornalistas e revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

KOVACH, B. & ROSENSTIEL, T. *Os Elementos do Jornalismo. O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração, 2003.

KUNCSIK, M.. *Conceitos de jornalismo: Norte e Sul*. São Paulo: Edusp, 1997.

LAGE, N. *Ideologia e técnica da notícia*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

LATTMAN-WELTMAN F. 'VEJA: Status, informação e influência política'. In: ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN F. & ROCHA D. (orgs). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 176-183.

LAVILLE, C. & DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas/ Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LAVOINNE, Y. 'Le journaliste, l'Histoire et l'historien. Les avatars d'une identité professionnelle (1935-1991)'. *Réseaux*, N° 51. Paris : Cnet, 1992, pp. 39-53 ;

LE CAM, F. & RUELLAN, D. 'Profesionalisme, professionnalisation et profession de journaliste au Brésil, en France et au Québec': un essai de comparaison'. In: LEGAVRE, J-B (org.). *La presse écrite: objets délaissés*. Paris: Le Hamartan, 2004, pp. 53-69.

LENIN, V. I. *Que fazer?* São Paulo: Huitec, 1978.

LETTIERI, C. & SAITTA, E. 'Identité journalistiques à l'intersection des champs politique et intellectuel. Une comparaison France/Italie'. In : CHUPIN, I. & NOLLET, J. (orgs.) *Journalisme et dépendances*. Paris : Ed. 'Harmattan, 2006, pp. 61-83

LIMA, G. M. '*Releasmania*' – uma contribuição para o estudo do 'press release' no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Sumus, 1995.

LIPMANN, W. 'Esterótipos' e 'A natureza da notícia'. In STEINBERG, C. (Org.) *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo, Cultrix, 1970 pp. 149-159 e 186-198.

LUSTOSA, J. E. *O texto da notícia*. Ed, UnB. Brasília, 1996.

MARCHETTI, D. 'Les sous-champs spécialisés du journalime'. *Réseaux*, 111, Paris: Hermès-Lavoisier, 2002, pp. 21-56.

MARCONDES FILHO, C. (org.). *Imprensa e Capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1984.

_____. *O capital da notícia – Jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Comunicação & Jornalismo. A Saga dos Cães Perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARCUSCHI, L. A. 'Gêneros textuais: definição e funcionalidade'. in DIONÍSIO; MACHADO & BEZERRA (orgs.). *Gêneros e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, pp.19-36.

MARSHALL, L. *O jornalismo na era da publicidade*. São Paulo: Summus, 2003.

MARTIN, M. *Medias et journalistes de la République*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1997.

MARTINO, L. C. 'Os cursos de teoria da Comunicação à Luz do Jornalismo: obstáculos e impropriedades'. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28*, Rio de Janeiro, 2005.

MAYRINK, J. M. 'Vida de repórter'. In: CHAGAS, C.; MAYRINK, J. M. & PINHEIRO, A. *Três vezes trinta: os bastidores da imprensa brasileira*. São Paulo: Best Sellers, 1992, pp. 151-248.

MÁXIMO, A. C. *Os intelectuais e a Educação das Massas: O Retrato de uma Tormenta*. Campinas: Autores Associados, 2000.

MCCALL, M. M. & WITTNER, J. 'The good news about life history'. In: BECKER, H. S & MCCALL, M. M. (orgs.) *Symbolic interaction and cultural studies*. Chicago & Londres: The University of Chicago Press, 1990, pp. 46-89.

MEDITSCH, E. & SEGALA, M. 'Trends in three 2003/4 journalism academic meetings'. *Brazilian Journalism Research*, vol 1, n° 1, 2005, pp. 47-60.

MEAD, G. H. *Mind, Self & Society: From the Standpoint of a Social Behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

MEDINA, C. *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *Notícia: um produto à venda – jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2ª ed. São Paulo: Summus editorial, 1988.

MELO, J. M. A. *opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MERTON, R. 'Sobre as teorias sociológicas de médio alcance'. In: MERTON, R. *Sociologia: Teoria e Estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970, pp. 51-79.

MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MILLS, C. W. 'A Política da Cultura'. In: MELO, R. (org.) *Os Intelectuais e a Política*. Lisboa: Presença, 1964, pp. 128-145;

_____. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

MOLOTCH, H. & LESTER M. 'As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico dos acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos'. In: TRAQUINA, N. (org.) *Jornalismo: Questões, teorias, estórias*. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1993, pp. 34-51.

MORETSZHON, S. *Jornalismo em "tempo real": o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MOTA, C. G. S. S. *Ideologia da Cultura Brasileira, 1933-1974*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

NATANSON, M. 'Introduction'. In : SCHUTZ, A. *Collected papers I: The problem of social reality*. 2ª ed. Hollande: Martinus Nihoff / The Hague, 1967, pp. XXV-XLVII.

NÉVEU, E. *Sociologie du journalisme*. Paris: La Découverte, 2001.

ORTEGA, F. & HUMANES, M. L. *Algo más que periodistas – sociología de una profesión*. Barcelona: Ariel, 2000.

ORTEGA Y GASSET, J. *A Rebelião das Massas*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1962.

ORY, P & SIRINELLI, J-F. *Les intellectuels en France, de l'affaire Dreyfus à nos jours*. 2ª ed. Paris: Armand Colin, 1992.

PALMER, M.. *Des petits journaux aux grandes agences. Naissance du journalisme moderne 1863-1914*. Paris: Aubier Montaigne, 1983

PANIAGO, P. *Um retrato interior. O gênero perfil nas revistas The New Yorker e Realidade*. Tese de doutorado inédita. Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, 2008.

PÉCAUT, D. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PELLETIER, J. 'L'intellectuel est-il mort?'. In: BRUNET, M & LANTHIER, P. (orgs.). *L'inscription sociale de l'intellectuel*. Les Presses Universitaires de Laval / L'Hamarttan, 2000, pp. 367-374

PEREIRA, F. H. 'Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão'. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, Corvilhão, 2004. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>

_____. 'As relações entre jornalismo e história: um jogo de distinção e justaposição entre espaços'. *Verso e Reverso*, v. 44. São Leopoldo, 2006. Disponível em: <http://www.versoereverso.unisinus.br/index.php?e=8&s=9&a=68>

_____. 'Jornalismo e Construtivismo: a atividade como realidade socialmente construída'. *Revista PJ:Br*, v. 5. São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos9_e.htm

PINHEIRO, A. 'Do Correio de Minas ao Correio Braziliense. Trinta anos de estrada'. . In: CHAGAS, C.; MAYRINK, J. M. & PINHEIRO, A. *Três vezes trinta: os bastidores da imprensa brasileira*. São Paulo: Best Sellers, 1992, pp. 249-288.

PINHEIRO, N. 'A noção de gênero para análise de textos midiáticos'. In: MEURER, J & MOTTA-ROTH, D (orgs.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem*. São Paulo: Edusc, 2002.

POIRAUD, E. 'Chronique d'un retour en grâce médiatique : à propos de Bernard-Henri Lévy'. In : BUXTON, D. et JAMES F. (orgs.). *Les intellectuelles des médias en France*. Paris: L'Harmattan: 2005, pp. 135-155.

POIRAUD, E. & TEBAUL, T. 'De Vukovar à Sarajevo, des intellectuels en cause'. In : BUXTON, D. et JAMES F. (orgs.). *Les intellectuelles des médias en France*. Paris: L'Harmattan: 2005, pp. 157-182.

POPPER, K. *Conjecturas e Refutações (O Progresso do Conhecimento Científico)*. Brasília: Ed. UnB, 1980.

PORTO, M. *Enquadramentos da Mídia e Política*. Mimeo, 2002.

RAMONET, I. *A tirania da comunicação*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 2001.

REBERIOUX, M. *La République radicale?. 1894-1914*. Paris: Editions du Seuil, 1975.

REIS FILHO, D. A. 'Intelectuais e Política nas Fronteiras entre Reforma e Revolução'. In: REIS FILHO, D. A. (org.). *Intelectuais, História e Política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, pp. 11-34.

RIBEIRO, A. P. G. 'Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950'. *Estudos Históricos, Mídia*, nº 31: 2003.

RIBEIRO, J. C. *Sempre Alerta – condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIDENTI, M. 'Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60?'. In: BASTOS, E. R.; RIDENTI, M, ROLLAND, D. (orgs.). *Intelectuais: sociedade e Política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003 pp.197-212.

_____. 'Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960'. *Tempo social, vol 17*. São Paulo, 2005.

RIEFFEL, R. *L'élite des journalistes*. Paris: PUF, 1984.

_____. 'Journalistes et intellectuels: une nouvelle configuration culturelle?'. *Reseaux, 51*. Paris, CNET 1992, pp. 11-24.

_____. *La Tribu des clercs. Les intellectuels sous la V^e République 1958-1990*. Paris: Calmann-Lévy, 1993.

RINGER, F. K. *O Declínio dos Mandarins Alemães: A Comunidade Acadêmica Alemã, 1890-1933*. São Paulo: Edusp, 2000.

RINGOOT, R. 'Por que e como analisar o discurso no contexto dos estudos sobre jornalismo?'. *Comunicação e Espaço Público*, ano IX, 1 e 2, 2006, pp. 133-139.

RINGOOT, R. & UTARD, J.-M. 'Genres journalistiques et "dispersion" du journalisme'. In: RINGOOT, R. e UTARD, J.-M. (orgs.). *Le journalisme en invention. Nouvelles pratiques, nouveaux acteurs*. Rennes : PUF, 2005 pp. 21-47.

RIUTORT, P. 'Genèse et évolution d'une catégorie floue'. In : BUXTON, D. et JAMES F. (orgs.). *Les intellectuelles des médias en France*. Paris: L'Harmattan: 2005, pp. 27-36.

RUELLAN, D. Le professionnalisme du flou'. *Reseaux*, 51. Paris: Cnet, 1992, pp. 25-37

_____. *Le Professionnalisme du Flou. Identité et savoir-faire des journalistes français*. Grenoble: PUG, 1993.

_____. 'Las fronteras d'une vocation' in LACAN J-F.; PALMER M. & RUELLAN, D. *Les journalistes: Stars, scribes et scribouillards*. Paris: Syros, 1994.

_____. *Les pro du journalisme. De l'état au statut, la construction d'un espace professionnel*. Rennes: PUR, 1997.

_____. 'A roupa justa do jornalista: O estatuto profissional à prova da jurisprudência'. *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Compós)*. São Bernardo, 2004.

_____. 'A pesquisa em jornalismo e o interesse público: pensar o corte e a costura'. *IV Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo*. Porto Alegre, 2006.

SAID, E. W. *Representaciones del intelectual*. Barcelona: Paidós, 1996.

SANT'ANNA, F. *Mídias das Fontes: o difusor do jornalismo corporativo*. Brasília: Casa das Musas, 2005.

SANTOS-SANIZ, M. *L'élite journalistique et son pouvoir*. Paris: Editions Apogée, 2006.

SARLO, B. 'A voz universal que toma Partido?' *Paisagens imaginárias*. São Paulo: Edusp, 1997, pp.159-168.

SARTRE, J-P. *Plaidoyer pour les intellectuels*. Paris: Gallimard, 1972.

SCHLESENER, A. H. *Hegemonia e Cultura: Gramsci*. Curitiba: Editora da UFPR, 1992.

SCHLENSIGER, P. 'Repenser la sociologie du journalisme: Les stratégies de la source d'information et les limites du média-centrisme'. *Reseaux*, n° 51. Paris: Cenet, 1992, pp. 75-98.

SCHUTZ, A. *Collected papers I: The problem of social reality*. 2^a ed. Hollande : Martinus Nihoff / The Hague, 1967.

SEABRA, R. 'Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da Internet'. In: MOTTA, L. G. *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora UnB, 2002, pp. 31-46.

SEWRA, S. *O último jornalista: imagens de cinema*. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

SIIRNELLI, J-F. *Génération intellectuelle: khâgneaux et normaliens dans l'entre deux guerres*. Paris: PUF, 1994.

SODRE, M. 'A crise, os intelectuais e a mídia'. *Observatório da Imprensa*, 28/11/2005. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=357JDB001>. Acessado em: 10/04/2007.

SODRÉ, N. W. *história da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SOUSA, J. P. *As notícias e os seus efeitos*. Coimbra: Minerva, 2000.

STRAUSS, A. L. *Miroirs et masques : une introduction à l'interactionnisme*. Paris: Métailié, 1992.

STRAUSS, A; SCHATZMAN, L; BUCHER, R; EHRLICH, D & SABSHIN, M. *Psychiatric Ideologies and Institutions*. Glencoe: The Free Press, 1964.

TEIXEIRA, T. 'A crônica e os gêneros opinativos: um estudo comparativo'. *Comunicação e Espaço Público*, Ano VII, Nº 1 e 2. Brasília, 2004, pp. 116-127

TÉTU, J-F. 'Transformation et dispersion du journalisme en France'. In: AUGÉY, D; DEMERS, D; TÉTU, J-F (orgs.). *Figures du journalisme. Brésil, Bretagne, France, La Réunion, Mexique, Québec*. Québec: PUL, 2008, pp. 19-45.

TRAQUINA, N. 'As notícias' in TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: Questões, teorias, histórias*. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1993, pp. 167-176.

_____. *O Estudo do Jornalismo no Século XX*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.

_____. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAVANCAS, I. S. *O Mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1992.

UTARD, J-M. 'O embaralhamento dos gêneros midiáticos. Gêneros de discurso como conceito interdisciplinar para o estudo das transformações da informação midiático'. *Revista Comunicação e Espaço Público*, ano VI, nº 1 e 2. Brasília, 2006, pp. 65-82.

VENTURA, Z. 1968: *O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WAINER, S. *Minha razão de viver; memórias de um repórter*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

WEBER, M. *Economía y Sociedad: Esbozo de Sociología Comprensiva*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1964.

_____. 'Towards a Sociology of the Press'. *Journal of Communication*, vol. 26, n° 3, 1976 (Summer), pp. 96-101.

_____. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

WOLFINGER, N. H. 'On writing fieldnotes: collected strategies and background expectancies'. *Qualitative Research*. Londres: 2002, pp. 85-95.

ANEXOS

ANEXO I – CRISE DOS INTELLECTUAIS NA EUROPA E NA AMÉRICA DO NORTE: BREVES CONSIDERAÇÕES

Embora, as discussões em torno de uma crise ou declínio dos intelectuais tenha se concentrado na França, em outros países observamos manifestações similares sobre a questão. Nesse caso, as reações às mudanças no modo de atuação dos intelectuais são menos intensas e remetem a outras representações sociais sobre a categoria. Por isso, embora parte dos argumentos se assemelhem aos contextos francês e brasileiro preferimos excluir esses autores da redação desta tese, dada a dificuldade em situar essas análises dentro de uma perspectiva comparativa¹⁸³. Apenas a título de ilustração, faremos uma brevíssima descrição sobre as mudanças na identidade dos intelectuais nos Estados Unidos, Canadá e Europa.

Num estudo sobre os intelectuais norte-americanos, Dick Flacks (1991: 09) fala da perplexidade do grupo diante da adoção de políticas neoliberais nas décadas de 70 e 80. Essa intelectualidade fundamentava seu engajamento político-partidário tendo o Estado como ponto de referência. Como o Estado reduzido, esse modelo de atuação no partido de massas tornou-se obsoleto. Por isso, parte desses intelectuais reorientaram suas carreiras para as instituições universitárias – o que Jacoby (1987 *apud* Aubin, 2006) chama de “profissionalização” da categoria.

Nesse processo, os intelectuais nos Estados Unidos progressivamente deixam de intervirem em ambientes próximos ao grande público – nos cafés e nas redações de jornal – e passam a depender do reconhecimento dos pares: “A necessidade, urgentemente expressa nos anos 1960 e no início dos anos 1970, de conectar o trabalho intelectual com a experiência diária e com os movimentos sociais parecem ter sido substituídos por uma necessidade urgente de ser reconhecido pelos amigos intelectuais”¹⁸⁴. (Flacks, 1991: 12). Além disso, busca por subvenções de pesquisa e de uma ascensão rápida nas universidades, requer dos

¹⁸³ Sobre a comparação dos intelectuais em contextos nacionais distintos, ver: ADGHIRNI, Z. L. ; PEREIRA, F. H. . Intelectuais e mídia: um estudo comparado entre Brasil e França. Comunicação. Veredas (UNIMAR), v. 6, p. 41-64, 2007.

¹⁸⁴ Tradução do autor de: “The need, urgently expressed in the 1960s and early 1970s, to connect intellectual work with everyday experience and with social movement seems to have been replaced by an urgent need to be recognized by fellows intellectuals”

intelectuais maior especialização, o que atrapalha a aquisição de saberes interdisciplinares necessários ao engajamento político.

Ao analisar o contexto da província canadense de Québec, Aubin (2006) explica que, mais do que uma crise, os intelectuais quebequenses estariam vivenciando um silêncio frente às questões nacionais. Faltaria, segundo ela, a vontade do grupo de “se imiscuírem no que não é das suas contas” (“se mêler de ce qui ne les regarde pas”) (Sarte, 1979). Ao se restringir apenas aos assuntos que domina, o intelectual canadense teria desertado o espaço público, tornando-se mais um erudito, um *expert*.

Uma terceira abordagem sobre a crise dos intelectuais foi feita por Habermas (2006), tendo como referência um modelo genérico da intelectualidade “européia”. Para ele, o intelectual moderno, capaz de influir com argumentos retoricamente afiados na formação da opinião pública, outrora dependia dessa esfera para lhe servir de caixa de ressonância, alerta e informada. E também de um público de pares, em que se misturavam destinatários e oradores potenciais, capazes de discutir uns com os outros. A mudança estrutural na esfera pública reorientou os espaços de intervenção dos intelectuais da imprensa para a TV e a Internet. No primeiro caso, o fato de a televisão misturar a atribuição de notoriedade com a de celebridade altera a competência necessária para se dirigir à audiência. No lugar de procurar falara a partir de uma argumentação racional, o intelectual deve agora se auto-representar, tarefa que políticos, jornalistas e *experts* realizam com mais eficiência. Já a Internet ampliou a esfera pública, permitindo que intercâmbio de informações se intensificasse. Para intervir na Web, o intelectual precisa levar em conta a existência de um público maior e mais diversificado do que os colegas acadêmicos. E “os intelectuais parecem morrer sufocados diante desse elemento vivificador, como se ele lhes fosse administrado em overdose” (Habermas, 2006: 4).

ANEXO II –CURRÍCULO E ÍNTEGRA DAS ENTREVISTAS COM OS JORNALISTAS-INTELECTUAIS

Adísia Sá

Adísia Sá é filósofa, jornalista, professora, escritora e militante sindical. Sua carreira acadêmica foi iniciada na Filosofia. O ingresso no jornalismo profissional em 1954 a conduziu à pesquisa e à docência campo emergente da Comunicação. O primeiro curso de Jornalismo no Ceará surgiu a partir de sua iniciativa, organizando o grupo fundador do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC), na qual se aposentou. Formou várias gerações de jornalistas na UFC, universidade da qual é professora emérita. Foi também a primeira mulher a assumir a função de *ombudsman* na imprensa nordestina. Como jornalista, ocupou diversos cargos de direção em entidades de classe, em diferentes mandatos: Associação Cearense de Imprensa, Sindicato dos Jornalistas do Ceará e Federação Nacional dos Jornalistas. Publicou as seguintes obras: *Metafísica para quê?*, *Fenômeno Metafísico*, *Introdução à Filosofia*, *Ensino de Jornalismo no Ceará*, *Biografia de um Sindicato* (sobre o Sindicato dos Jornalistas do Ceará), *Capitu conta Capitu* (no qual a história de “Dom Casmurro”, o livro de Machado de Assis, é contado sob a perspectiva da personagem feminina), *Clube dos Ingênuos* (a respeito de sua experiência como *ombudsman*), *Traços de União* e *O Jornalista Brasileiro*. Em parceria publicou *Ensino de Filosofia no Ceará* (coordenadora), *Fundamentos Científicos da Comunicação* (coordenadora) e *Ombudsmen/Ouvidores: Transparência, Mediação e Cidadania* (coletânea de textos sobre o assunto). Em 2005 ela foi homenageada pela Universidade Federal do Ceará com a publicação do livro *Adísia Sá – Uma biografia*, de autoria de Luíza Helena Amorim.



Entrevista

Eu gosto sempre de começar com a trajetória pessoal do entrevistado. Eu queria que a senhora contasse sobre o seu ingresso no jornalismo, a criação do curso de jornalismo da UFC, o período da ditadura, até os dias de hoje.

Eu ingressei no jornalismo em janeiro de 1955. Me formei em filosofia pura em dezembro de 1954 e em janeiro ingressei oficialmente porque eu já mantinha colaboração em jornal. Também, como universitária, eu tinha páginas universitárias e um jornal universitário que editava com companheiros, colegas meus de faculdade e também um jornalzinho na nossa própria faculdade de filosofia, a Faculdade Católica de Filosofia, que eu dizia que era de filosofia católica, nós não saímos de Tomás de Aquino. Depois foi que eu vi o mundo de Tomás e pedi perdão pela minha ignorância de não ter sabido aproveitar tanto. Eu me submeti a uma seleção, houve uma seleção da *Gazeta de Notícias* e eu então me inscrevi – não disse nada à família – e fui chamada. Os próprios mestres de oficina, que já me conheciam: “Não, o lugar é dela, ela que tem que ficar”. Eu sei que o jornal me chamou e eu fui avisar a família que agora ia trabalhar em jornal. Minha mãe imediatamente se rebelou e disse: “Não vai trabalhar não, jornal é coisa de homem”. Foi que o meu pai retrucou de lá: “Ela é filha de homem e a coisa que ela mais conhece é homem” – porque nós tínhamos um pequeno hotel, uma pequena pousada – “Então ela está no ambiente que quer”. Foi assim que eu entrei na imprensa. Fiquei primeiro na *Gazeta de Notícias*, durante quinze anos ininterruptos. Depois me afastei um ano e meio para dirigir um grande colégio de Fortaleza. Então, eu voltei para o jornalismo engajada nas entidades de classe. Antes de me profissionalizar eu já era da Associação Cearense de Imprensa. Em seguida, quando me profissionalizei e tirei o registro, entrei no sindicato, onde fui a primeira mulher a nele me filiar e passei por mais de 12 anos sendo a única mulher sindicalizada.

Por que isso?

Porque nós não tínhamos mulher profissional, no sentido de carteira assinada, de expediente, de dentro de jornal. Profissional, na acepção da palavra. Nós tivemos escritores, como a Raquel de Queiroz, por exemplo: foi uma grande colaboradora. Ela era uma intelectual dentro do jornalismo, como quase todos. O jornalismo foi no Brasil, e no Ceará não foi o contrário, sempre um instrumento de ascensão política, social e intelectual. Eram os que sabiam ler, sabiam escrever que entravam em jornal e dali era um passo... Para você ver. Eu precisei com um grupo de companheiros estimular a Universidade Federal a criar o curso de jornalismo e, à medida que as turmas iam saindo, eu fazia um proselitismo para que os estudantes freqüentassem o sindicato. Fazia mesmo, ostensivamente, e dali saiu um grupo muito bom. A primeira mulher que presidiu o Sindicato dos Jornalistas foi minha ex-aluna, aqui de Fortaleza, a jornalista Ivonete Maia, depois professora do curso [de jornalismo da UFC]. Sem falar em outros ex-alunos meus que também presidiram o sindicato. A gente conseguiu levar essa consciência classista, corporativista. Eu sou, ainda hoje, muito corporativista, eu defendo muito a privacidade, a exclusividade do exercício profissional para o jornalista. O jornalismo é para jornalista, e jornalista saído dos cursos de jornalismo. Esse é, para mim, um slogan que eu não mudei. Para criar o curso de jornalismo da Universidade Federal, primeiro nós criamos cursinhos preparatórios. A surpresa de Fortaleza foi muito grande porque houve uma corrida de jovens para esses cursinhos e mostramos para a Universidade que havia campo para isso. E, por decisão do reitor Martins Filho, eu saí percorrendo escolas de jornalismo no Brasil para trazer conferencistas para o primeiro curso livre de jornalismo. E trouxemos alguns conferencistas: Carlos Rizzini, da Cásper Líbero, de São Paulo; Henrique de Carvalho, do Rio de Janeiro. A partir daí, o reitor prometeu criar, e criou realmente, o curso de jornalismo e a primeira turma de professores foi justamente o grupo fundador do curso. Houve um fato

interessantíssimo. Vindas as vagas para o curso, eu tive que ir ao Rio de Janeiro resolver um problema de vista e nessa partilha dos lugares, não sobrou para mim. Foi preciso um movimento dos estudantes [para eu entrar]. Não era justo, diziam os jovens, que eu, que tinha estado com os companheiros, na hora da distribuição de cargos, fosse alijada. O certo é que, quando eu voltei, a briga estava feia, os alunos em greve. Eu era a única que tinha formação Pedagógica, os outros eram formados em direito, economia etc. Essa é a história do curso de jornalismo. Hoje é um curso firme, pioneiro, com mais de quarenta anos. A partir daí, começaram a surgir faculdades e universidades e todos eles criando cursos de jornalismo. Hoje, quase todos os professores foram meus ex-alunos. Eu digo que já tenho quase que bisnetos dos meus alunos no curso de jornalismo. E continuo a atividade, não me afastei do jornalismo porque mal me aposentei das duas faculdades – porque eu não abandonei a filosofia pura, que eu lecionava na Estadual –, e praticamente na semana seguinte eu fui chamada para o jornal *O Povo*, onde eu estou até hoje. Foi uma ex-aluna minha, casada, com o presidente desse jornal que disse: “Olha, a Adísia está aposentada e o que é que se faz?”. Ele disse: “Eu quero uma cabeça branca aqui dentro”. Foi quando entrei também em rádio. Foi uma experiência riquíssima para mim porque eu tenho certeza que prejudiquei gerações de jornalistas combatendo o ingresso de jornalista em rádio porque eu achava que o rádio era vitrolão. Mas quando eu entrei na *Rádio AM do Povo*, que era do nosso grupo, descobri que era uma rádio jornalística praticamente em toda programação. Houve uma coisa extraordinária comigo: estava um dia na redação, trabalhando no jornal, quando passa a diretora da Rádio a mando do nosso presidente. Ela disse: “Adísia, eu estou procurando alguém para substituir um jornalista num debate. Me quebra esse galho!”. Eu: “Não quero saber de rádio, eu não tenho nada com rádio”. Ela: “Mas me faça esse favor”. Então, houve uma coisa fantástica: quando eu me vi no microfone, eu mudei. Não tinha nada de Adísia, foi uma outra mulher que apareceu no microfone. Quando eu saía do rádio, eu era eu mesma. Sempre fui muito combativa, muito viva, muito agitada, mas no rádio eu extrapolei, soltei os cachorros. Chegou ao ponto do jornal, a presidente que era, nesse tempo viva, a Albanisa Sarasate, um dia passar por mim e dizer: “Olha, de governador a comerciante tem gente me pedindo a sua cabeça. Você mexe com todo o mundo, mas enquanto eu for dona dessa rádio, você não deixa a rádio”. Eu fiquei doze anos com os companheiros num programa que abalou Fortaleza. O então e atual presidente, Demócrito Rocha Dummar, me convidou para dirigir a rádio: “Você vai ser nossa diretora-executiva”. Eu: “Mas eu não entendo de administração.” “Mas vai, para você conhecer o outro mundo”. Trabalhei um ano. Então ele voltou e disse: “Agora, vamos passar para a outra etapa”. Eu respondo: “Não, eu quero voltar para os debates”. Ele disse: “Não, você vai ser *ombudsman* do jornal”. Eu fui *ombudsman* por quatro mandatos: 1994, 1995, 1997 e 2000. Fui a primeira *ombudsman* da imprensa cearense, a primeira do Norte-Nordeste e a segunda do Brasil - a primeira foi a Júnia Nogueira de Sá da *Folha de S. Paulo*. Nesse caminhar, eu nunca deixei de trabalhar minha cabeça, de refletir e de escrever em revista, de ler meus livros e escrever artigos. Artigos como eu tenho hoje, artigos semanais às terças-feiras no *Povo*, às sextas-feiras no jornal *O Estado*, onde eu comecei como articulista e cheguei a dirigir, de 1970 a 1972, quando da violenta agressão de que foi vítima seu diretor-presidente, Venelouis Xavier Pereira, por oficiais e cadetes da Polícia Militar, por sua atuação crítica aos desmandos policiais de então. Foi um momento difícil, com militares cercando o jornal dia e noite. Este fato, a agressão, teve repercussão inclusive internacional. Desde então eles nunca deixaram de me mandar um exemplar. Um dia, eu disse para a presidente: “Olha Dra. Vanda, vocês me mandam o jornal e eu queria, como uma forma de agradecimento, mandar uma colaboração para vocês”. Então eu colaboro para rádio, jornal e televisão. Uma vez por semana, eu comento na TV Fortaleza, que é da Câmara Municipal, com a condição de que eu só falo aquilo que eu quero falar. E a minha trajetória é isso.

A senhora tem formações distintas. A filosofia, que é mais reflexiva, a de jornalismo que é uma prática cotidiana. Como conciliar essas formações, essas atividades?

Não, eu acho que é um todo, você não separa. O intelectual, o pensador, o filósofo brasileiro, que é essa grande importância que eu dou... É claro que eu tenho uma formação filosófica dos clássicos, eu sou uma estudiosa dos clássicos, mas a minha preocupação é pensar a realidade brasileira, a realidade cearense, as circunstâncias que nos cercam. Então, não deixei esse espírito de engajamento com a realidade do país, a realidade da terra, com o exercício do jornalismo. O exercício do jornalismo nada mais é do que a exposição daquilo que eu penso. Eu ponho para fora, eu escrevo, eu falo – porque ainda hoje eu sou comentarista diária de rádio. Eu falo aquilo que a minha cabeça está colocando. Acima de tudo, um compromisso, vamos dizer, com uma verdade factual e circunstancial, ao ponto de nunca me engajar em partido político e nunca me deixar ser funcionária de ninguém. Servidora do Estado, não serviçal de governantes. Eu faço sempre a distinção. Fui servidora do Estado brasileiro, tanto na Universidade Federal, como na Estadual, mas eu não servia a governo. Essa independência me é muito forte, a ponto dos meus alunos de filosofia me questionarem sempre: “Afim, qual é o seu pensamento?”. Eu sempre gostava muito – e gosto – do Kant porque ele dizia que não ensinava filosofia, e sim a filosofar. Eu digo: “Eu não tenho filosofia. Eu estou aqui para apresentar os filósofos”. Então, não houve separação. Essa conversa toda é para lhe dizer: não há ruptura entre a mulher que pensa, a mulher que escreve [livros, artigos científicos e filosóficos] e a que escreve em veículo diário. Se eu tenho compromisso com a minha realidade, a realidade brasileira, a realidade em que eu estou e vejo, eu vou comentá-la, criticá-la, eu critico e escrevo dentro dela. Evidentemente que o ciclo da mensagem vai chegar ao grande público e isso eu tenho consciência de que pesa bastante.

Isso não vai contra ao jornalismo que se faz hoje, que é muito menos crítico, muito menos pensante. O jornalismo mudou? Ou o caso da senhora é uma exceção por formação ou trajetória?

Acredito que sim, que seja devido à minha trajetória. Não é que tenha mudado. Porque o jornalismo continua tendo espaço para a notícia, para a informação, mas, acima de tudo, há espaço para o artigo, o comentário, a análise. O jornal tem colaboradores de vários segmentos da sociedade e tem a participação do público através de cartas, etc. O que nos falta muito é pensamento na universidade brasileira, na universidade de jornalismo principalmente. Há muita visão da realidade, há muita observação da realidade, há a busca de entender a realidade, mas não há a crítica a esta e desta realidade. Eu acho que a nova geração foi feita muito rapidamente para *informar*.

Acabou se centrando demais na técnica.

Agora há pouco, o Frias, o Otavinho, para diferenciar do pai, dizia que a imprensa não precisa de ética, e sim, de uma técnica, se a técnica for respeitada, para quê a ética. Já eu acho que é diferente. É claro que se eu cumpro as regras de uma boa técnica jornalística, se eu sou fiel aos fatos, eu estou dentro da ética. Mas mesmo quando há oportunidade de, dentro da técnica, eu resvalar para a inverdade, a ética tem que estar presente. Eu acho que a ética é o parâmetro do procedimento jornalístico. Eu acho que o que falta muito nos jovens é uma observação mais meticulosa, é aquilo que eu chamo de verdade factual, não é a verdade ontológica porque a verdade factual quer dizer o respeito aos fatos. Eu tenho uma idéia muito nítida que a única coisa concreta, real, absoluta e imutável é o fato. O fato acontece no tempo e no espaço e como tal se cristaliza: é imutável. Eu sei que, portanto, quando nós vamos nos reportar – e nós só nos reportamos sobre fatos – nós não podemos alterar o fato. Você tem que ter uma visão do fato, mas não pode alterá-lo. Por exemplo, se eu fosse dar uma notícia de jornal hoje, que

eu estava sendo entrevistada por você, eu não poderia dizer que fui entrevistada por você às 16 horas no *hall* do prédio. Eu estaria faltando com a verdade factual porque não foi no *hall* no prédio. Esse respeito ao fato, à intocabilidade, à imutabilidade do fato, se você não tiver essa visão, você falseia o jornalismo. Se você usa artifícios para criar um fato, você foge aos ditames do jornalismo. O que importa é o fato, ele está ali. Você tem que respeitar. Naturalmente com a visão multifacetada, você vê aspectos daquele fato, mas não pode alterá-lo porque ele aconteceu num momento, numa circunstância, com pessoas, etc. É como se estivesse congelado. Então, lhes falta muito, às vezes, dessa visão da intocabilidade do fato. Muitas vezes, você pode dar uma informação falsa porque você quis alterar aquele fato, quis mexer, manusear o fato. E não pode manusear.

Mas a senhora acha que isso é por questão de pressa, de formação?

Eu considero de formação. De formação técnica e de formação ética. Formação técnica porque você sabe que tem que apresentar o fato, você tem que passar para o leitor aquele fato, que você também não viu muitas vezes, mas que lhe foi passado e que você tem que colocar aquilo dentro de uma corrente absolutamente respeitosa do que você vai transmitir. Eu acho, por exemplo, quando você me pergunta sobre a filosofia, para mim, a filosofia está muito presente no fazer jornalístico, dentro dessa visão, do respeito à intocabilidade, à imutabilidade dos fatos, a verdade factual, você tem que respeitar aquele fato. Ao transmitir o fato, é como se você o passasse realmente para o leitor, como se tivesse testemunhado, tão fiel você foi reportar o fato. A pressa também se deva à falta de conhecimento técnico mais aprofundado. Muitas vezes você está vendo em faculdades de jornalismo: cursos de jornalismo, professores de técnicas jornalísticas que são doutores e nunca passaram numa redação, nunca vivenciaram uma redação. Hoje eu estou vendo isso aqui na Universidade Federal [do Ceará], professores de técnicas jornalísticas que nunca entraram numa redação, quer dizer, nunca viveram aquele momento do fato jornalístico.

A estrutura da universidade, na verdade, se fechou de um jeito que eles pararam e olhar isso. Começaram a fazer a seleção por títulos

Virou uma volúpia muito grande pela titulação, sem ela não se pode fazer carreira. Eu sou de uma geração, por exemplo, que não fez doutorado e o governo criou então a livre-docência para os graduados. Hoje, a livre-docência é para os pós-doutores. Eu fui de uma geração que, repito, não se ausentou para fazer mestrado e etc.. No meu caso, eu nem podia porque estávamos lá fazendo nascer o curso. Eu entrei para fazer a minha livre docência e fiz a minha livre docência na mesma época em que se abriu aqui no Ceará, abriu em Pernambuco, em algumas universidades brasileiras. Eu não quis fazer aqui porque senão iam dizer que todos são amigos da professora Adísia. Então eu fiz em Pernambuco, que nessa época, Roberto Benjamin era diretor da Faculdade de Jornalismo da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pernambuco se dá ao luxo de ter duas universidades Federais no Recife, uma a Federal e a outra, a Federal Rural. Coisas do Brasil. Eu acho que a juventude na hora que tira o título, ela se esquece de continuar a ler, continuar a estudar, continuar a pesquisar... Nós temos jovens que hoje fazem o que hoje chamam de “jornalismo investigativo”. Mas o grosso é a pressa, é o “vi, ouvi e passo adiante”. Daí a figura do *ombudsman* ser tão importante para advertir o jornalista para o seu texto. Eu acompanho o trabalho do atual *ombudsman* e vejo como os jovens, quando chamados a rever o texto como eles vêm se justificando, não assumem o equívoco, o erro. Nós somos muito petulantes, muito arrogantes, muito donos da verdade. Eu tive uma aluna, brilhante aluna, que era jornalista e tive de chamá-la à minha sala porque, no meu entendimento, ela tinha cometido um equívoco doloroso. Ela foi à minha sala e eu disse: “Olha, o teu texto não está claro”. E ela disse: “Não, mas eu quis dizer isso”. Eu digo: “Jornalista não quer dizer, jornalista diz. ‘Eu quis dizer’, e o leitor vai saber o que você

quis dizer?”. Então, essa passagem, o fato, o ver no sentido *latto*, tomar conhecimento e passar aquilo para o leitor é a grande dificuldade.

É justamente isso que eu queria perguntar. Como é possível falar de forma profunda, não ficar na superfície, fazer com que o leitor compreenda?

Essa é a arte do jornalista, essa é a técnica do jornalista, essa é a ética do jornalista. Então, se você não tem o preparo técnico, se você não tem o que eu chamo de o “preparo epistemológico”, de riquezas de conhecimento, se você não tem uma formação ético-profissional... Porque, para mim a ética profissional sobrepõe-se até mesmo à ética individual. Você vem cheio de defeitos, de falhas, mas esses seus defeitos, essas suas falhas não podem interferir no seu trabalho. É ali, ao entrar nessa transposição, nesse salto, nessa passagem, você precisa da ética. Você pode ser cheio de inverdades, de defeitos, de tudo mais, de ideologia, de partidos, a ética está ali para dizer: “O seu compromisso não é com o seu patrão, o seu compromisso não é com a sua religião, o seu compromisso é com o fato para o público. Isso é a ética. Você não pode ser um bom jornalista se não for um bom leitor. Se esse acúmulo de disciplinas para a formação do jornalista fosse realmente levado a sério nós teríamos bons jornalistas. Aliás, eu considero a imprensa brasileira, nesse tocante também, uma grande imprensa”.

E para a senhora quem seriam grandes jornalistas?

Aqui no Ceará?

No Brasil em geral.

No Brasil eu não saberia citar. Mas considerando revistas e jornais nacionais, temos bons profissionais. Critica-se, por exemplo, o trabalho de *Veja*. Mas considero o trabalho de *Veja* altamente benéfico para o Brasil. Tem suas falhas e quem não tem? Mas se não fosse a imprensa, nós não sabíamos das coisas. *A Folha de S. Paulo* também é um paradigma, *a Zero Hora* no Rio Grande do Sul, o próprio *Correio Braziliense* tem bons profissionais. Eu acho, por exemplo, que o Kotscho foi um grande profissional. O Cláudio Humberto é um bom jornalista. O Mainardi, que falamos tanto nele, tem o seu papel. Aqui no Ceará nós temos jovens muito bons que são do setor de jornalismo investigativo: Demitri Túlio, Cláudio Ribeiro, Rita Célia. Nós temos bons profissionais e temos uma coisa que sem a qual nós não teríamos imprensa, que é o “Seu Cozinheiro”, que é o secretário de redação, figura que não existe mais. Ele é quem sabe o espaço, a importância da matéria naquele espaço. Hoje os editores fazem parte do colegiado também, eles que escolhem, mas o secretário é a alma do jornal, e ninguém sabem quem é, nem o nome dele. Sabem o nome do colunista, do articulista, e quem é que está fazendo realmente o jornal? Este, para mim, é um grande desconhecido e, sem ele, nós não teríamos uma imprensa boa. Eu acho que temos bons profissionais. Como você vê, eu não estou por dentro desta nova nomenclatura de redação.

E quais são os seus autores preferidos?

Quando eu era mais jovem, eu me dava o prazer com a literatura clássica. Eu tive a sorte porque nós tínhamos um hóspede no hotel do meu pai, um hóspede inválido, e ele tinha obras-primas da literatura mundial. Ele viajou, antes de se formar e deixou essa coleção. Eu me deleitei com aquilo. Eu conhecia desde *O paraíso perdido* do Milton, às obras de Shakespeare. Eu tinha um irmão, o pai de Jacó de Sá, meu sobrinho [Jacó de Sá acompanhou nossa entrevista] e nós dois encenávamos peças. Encenamos *Otelo*, a morte da Desdêmona: “Apaguemos essa luz, depois aquela...” Quase meu irmão me enforcava. Eu lia bastante sem perder, já como acadêmica de filosofia, o estudo de filosofia. Eu digo sempre que, na minha casa, meu pai, minha mãe diziam: “Dinheiro para roupa, para sapato, só na época necessária.

Agora, livro, se pedir...”. “Mamãe, papai, faculdade pediu tal livro”, “Aqui o dinheiro, agora mostre o livro”. [risos]. Eu venho, há cerca de uma década, estudando o judaísmo que abriu muito a minha cabeça, principalmente no campo da ética. Leio também *best seller*. Por exemplo, eu adorei esse livrinho: *Marley e Eu* [do escritor John Grogan, vendeu mais de 2 milhões de cópias e narra a história de um cachorro]. Eu leio tudo. Estou lendo até Bento XVI, que escreveu uma obra interessantíssima sobre Jesus Cristo. Eu não sou preconceituosa [ri].

Voltando para o jornalismo. A senhora vê diferenças nas redações da época em que a senhora entrou para hoje?

Vou te contar. Quando me aposentei do magistério e voltei para a redação, eu disse: “Meu Deus, o que é isso?”. Eu sou uma pessoa que começou no manuscrito, depois fui para a máquina de escrever, cuja máquina era desse tamanho, uma Hemmington. Depois fui para um menor, portátil. Hoje eu sou uma mulher do computador. Então, eu sou do tempo e estou no tempo. Uma vez, minha velha mãe – ela gostava muito de conversar, de provocar as pessoas. Eu estava na sala escrevendo e ela também estava com visitas. Ela chamou um senhor para conversar: “Como vai?”, “E a senhora?”. Aí ele perguntou a ela: “Me diga como era no seu tempo?”. Aí eu parei de escrever para ouvir a resposta dela: “Mas que tempo?”. “O tempo da senhora”. “Eu não estou com senhor agora? Meu tempo é esse”. Pronto, ela me deu uma aula de Sartre e ela nem sabia quem foi Sartre. É o aqui e o agora. Foi um choque muito grande quando eu voltei à redação, gente jovem, cada um na sua mesa e no seu computador: ilhas. Na prática, os postulados e os alicerces do jornalismo são os mesmos. É aquilo que nós falamos: conhecer os fatos, transmitir os fatos com a maior fidelidade possível a este fato, informar a integridade do fato ao leitor. Isso não mudou. Outrora publicávamos romances inteiros. Hoje sintetizamos tudo. Eu acredito que logo mais vai restar à imprensa apenas as grandes colunas de críticos e comentaristas porque a informação é jogada em cima da gente através de Internet, de televisão, etc. Mas vai ficar para nós isso que eu acho que nós temos que formar: um jornalismo crítico, analítico, esse é o que interessa. No tempo da Raquel [de Queiroz] era um jornalismo de literatos, depois, um jornalismo de passar o fato muito político, a imprensa era muito política. Mas sempre a gente em busca do fato. Engraçado, para onde você se vire, era o fato. Desde as *Actas romanas*, você tinha que transmitir o fato: “Vai chegar um navio tal”, “Vende-se isso”, “Olha o crime”, “Vai chegar isso”, “Veio a guerra” – o fato e o mais fiel possível. É essa a natureza do jornalismo, você encontra esta raiz, esse filão, esse veio passando no tempo, mas é a mesma coisa. Pode mudar a técnica, pode mudar o lugar, a forma de apresentação, a ilustração, tudo você pode fazer, mas tem que ter o fato.

E o perfil do jornalista? Mudou?

As faculdades de jornalismo não estão passando essa concepção para os jovens e eu acho justamente que há falta de uma vivência de redação. Tem horas que cada um de nós vai fazer a sua matéria, mas há um momento em que a gente está discutindo, está passando para o outro, está vendo a explicação de um editor, de que esta matéria já está num assunto tal, no caderno tal, na editoria tal. É na vida que se aprende a viver, não se aprende fora dela. Não se faz jornal que não seja dentro da redação. Por exemplo, o *free lancer* deve ser uma pessoa extremamente infeliz porque ele está sozinho com o fato. O que falta a essa nova geração é essa relação com o fato, com o respeito ao fato, e essa convivência de companheiros, de troca de idéias. Isso é fundamental.

A senhora falou da época dos jornalistas literatos e políticos. Por que o jornalista se interessa tanto por essas duas áreas?

O Celso Kelly tem um trabalho muito interessante “Jornalismo como gênero literário”. O jornalismo é um gênero literário? Eu acho que seja. Você tem uma crônica de Rubem Braga, tem o Veríssimo. O cronista é um repórter, vem da redação, vem do jornal. E é aquele do cotidiano e, ao mesmo tempo, é o literato, ele é da fantasia. A Danuza Leão, por exemplo, também está muito bem nesse aspecto. E aquela escritora de *Veja*...

Lia Luft?

Lya Luft. Ela também. Como tivemos Raquel de Queiroz, David Nasser e o nosso Castelinho, jornalistas-cronistas. Retornando à Lya Luft, ela trata do cotidiano e, ao mesmo tempo é uma literata muito forte. É isso que acho que é importante, o literato tem que estar na imprensa nesse sentido. Eu acho que é esse o caminho da literatura no jornalismo. Eu tenho um colega, o Dimitri Túlio do jornal *O Povo* que é um grande repórter policial, investigativo. Mas aos sábados, ele faz crônica tipo Gregório de Matos, meio irreverente, meio pornográfico, mas extremamente inteligente. Ali é um literato. Tenho uma colega também, e eu até estava fazendo um trabalho sobre os dois, que é a Tânia Alves. Enquanto ele é pornográfico, é de galinagem mesmo, ela é aquela saudosista do interior, mas muito interessante. O jornalista mesmo explode nele o cronista-literato, tem momentos em que ele é um literato. Até o editorial, às vezes você sente aqui e acolá, explode o literato, é uma citação, é uma figura. Então, eu acho que a literatura sempre esteve muito casada com o jornalismo, a despeito desse jornalismo hoje. Você vê, por exemplo, essa reportagem sobre a tragédia da TAM, aqui e acolá você vê a emoção do jornalista. Porque o literato, o escritor, o poeta, ele é muita emoção, ele se põe muito dentro do texto. Eu vejo isso. Já o jornalista político, aqui no Ceará, três governadores foram jornalistas: o Paulo Sarasate, diretor do *Jornal o Povo*, o Parsifal Barroso, e Plácido Castelo. Os três foram jornalistas.

O jornalismo acaba dando uma maior visibilidade à pessoa? Ou é por vocação política desses jornalistas?

Não. Porque hoje você sabe que o acesso do jovem à imprensa não se faz mais por vocação ou porque sabe escrever, hoje há uma seleção. Antigamente, se dizia: “Olha, a Adísia, aquela menina que está aparecendo, ela sabe escrever”. “Então, manda aqui para fazer um artigo”, eram as amizades que nos conduziam. Depois já tivemos mais o aspecto político: “Olha, lá no meu partido tem um menino que é inteligente”, “Vem pra cá”. Hoje não, a seleção é muito técnica: “Está aqui este texto, reescreva. Faça reportagem. Transforma isso numa notícia. Transforma isso num editorial”. É mais pragmático, mais imediatista. Mas sempre com a necessidade de transmitir um fato à realidade. O editorialista geralmente é um analista, uma pessoa que tem uma visão, mais conhecimento, mais maturidade. Então, ele é necessário. Os comentaristas de assunto internacional têm que ter uma visão mais universal. Também se diz do comentarista de esportes, que ele assista tanto jogo, chegando lá, como ele vê o Flamengo caindo. Tem que estar com tempo. O Fortaleza hoje, que é o meu time, vai ganhar e o Ceará carniça vai perder [risos]. Eu acho que é assim. Cada um na sua: imparcialidade.

E como a senhora conheceu o José Marques de Melo e o Luiz Beltrão?

Quando eu saí nesse périplo pelas faculdades de jornalismo procurando conferencistas – que eu te falei no início – para o curso livre da Universidade, passei em Pernambuco e lá eu conheci Luiz Beltrão. Pelo Luiz Beltrão eu cheguei a Zé Marques, cheguei a Jomard de Brito, cheguei a Neli Camargo, que foi professora da USP, cheguei a Ana Maria Fadul, cheguei a Cremilda Medina, cheguei a todos eles. Ao mesmo tempo, como representante do sindicato, fui a todos os congressos e conferências, quando tive oportunidade de me relacionar com

peças que mais tarde estariam no magistério em jornalismo. Então, o José Marques de Melo foi através do Luiz Beltrão. Trouxemos aqui o Luiz Beltrão, que eu considero o pai das escolas de jornalismo no Brasil. E, em seguida, a maior figura, sem ofender os outros, sem ofender outros companheiros que têm no Brasil todo, é o Zé Marques de Melo. Para mim, o Zé Marques de Melo é o substituto imediato do Luiz Beltrão, é sempre disponível. O Luiz Beltrão deu toda a estrutura do curso de jornalismo no Ceará e o Zé Marques de Melo acompanhou. Por exemplo, o Zé Marques foi um dos meus examinadores no meu concurso de titular Universidade Federal. Ele se ligou muito à gente, deu força muito grande, nos ajudou a criar a *Revista de Comunicação da Universidade Federal do Ceará*, no curso de jornalismo, onde eu publiquei meus primeiros comentários sobre jornalismo em caráter mais filosófico. E também, ele me estimulou muito a escrever *Fundamento científico da comunicação*, que era a minha disciplina. Juntamos um grupo e fizemos esse livro que a *Vozes* publicou, que teve depois uma segunda edição e não fizemos a terceira porque o grupo se desfez, se dispersou. Então, o Zé Marques foi muito importante para o Ceará e para o Brasil. Acho que ele é o centro das escolas de comunicação no Brasil porque é um viver catalisador. O Zé Marques tem uma virtude muito alta: ele se doa, ele cobra, ele está disponível, ele também não é homem para querer só para ele, muito pelo contrário. Não é porque ele tenha chegado ao cume das coisas. Eu o conheci muito mais jovem e ele sempre foi esse homem que, onde tinha alguém que ele sabia que estava capengando, ele ia lá dar a mão, para promover. Isso ele faz porque é da natureza dele. Era como o Beltrão, uma figura admirável sob todos os aspectos. Então, a minha aproximação com o Zé Marques foi via Luiz Beltrão. Aí ficamos ligados, ele sempre dando muita assistência ao nosso curso de jornalismo. Eu cheguei à chefia de departamento, mas nunca cheguei a diretora disso ou aquilo, eu não gostava da carreira burocrática. Eu nunca gostei de *bureau*. Eu uso meu *bureau* hoje para fazer meus arquivos e passar algum livro para o computador. Eu não gosto desse nome burocracia. Eu não gosto de burocrata, não, parece aquela nomenclatura soviética.

Mas a tendência, tanto na carreira acadêmica, como na jornalística é colocar as pessoas nos escritórios.

É verdade. Elas são levadas. Mas seu sempre fui avessa a isso. Como no sindicato! Sempre fui de sindicato e de associação de imprensa: “Adísia, você vai ser a candidata.” Tive a oportunidade até de ser presidente da Federação [Nacional dos Jornalistas, Fenaj], “Não quero. Querem me dar cargo, me dêem, a secretaria geral de congresso”. Porque eu gostava de mandar nos congressos [risos]. No sentido de que tudo tinha de passar pela mão da gente. Eu achava, e acho ainda, que o presidente é muito mais uma figura de representação, quem representa mais o aspecto político da entidade classista é a Secretaria. É ela quem administra o expediente, que seleciona isso. Eu gosto muito desse aspecto político da coisa. Mas nunca me liguei a um partido político. Nunca. Não faz a minha natureza, esse reino não é o meu. Eu não gosto de partido político. Tive oportunidade, mas estou feliz por isso, porque posso entrar e sair em qualquer roda. Podem dizer que eu sou feia, mas outra coisa não. Não é fácil, mas estou aqui.

No final, essa turma que a senhora citou mostra que o grupo de pesquisadores em comunicação e jornalismo no Brasil era muito restrito.

Como eu estava te dizendo, minha ligação com os comunicadores, os comunicólogos, os estudiosos da comunicação, foi via Beltrão e José Marques e a militância sindical foi através do meu sindicato e da minha federação. Mas, coincidentemente, esses grupos se juntavam. Primeiro porque quase todos eles eram de jornal, eram jornalistas, também eram estudiosos da comunicação. Muitos daqueles jovens se tornaram muito conhecidos e participaram das universidades. Hoje eles ainda participam. O Dimenstein participa de universidade e tantos

outros jovens, cujo nome não me vêm à memória, mas os tenho todos na lembrança. Eram dois grupos aparentemente separados, mas que se juntavam. O Antônio Firmo de Oliveira Gonzáles, por exemplo, do Rio Grande do Sul, era dirigente sindical, militante de puxar tapete, de brigar ao mesmo tempo, foi para os cursos de jornalismo. Muitos eram da geração da militância sindical e do magistério de jornalismo. Porque todos vêm da mesma época. Os cursos de jornalismo surgiram na mesma época. Surgiu o do Ceará, o de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Minas. Todos foram surgindo e aquele era o grupo catalisador e começamos a nos dar por isso, tínhamos os encontros, tínhamos a Abpec (Associação Brasileira de Ensino da Comunicação). A todos os congressos nós íamos. Então ali, quando menos esperávamos, nós estávamos com um grupo, discutindo. Obviamente tinha aquele grupo que tinha filiação partidária, até filiação mais ideológica. Não foi o meu caso. Eu transitava muito bem por eles porque eu não estava querendo saber se você era comunista, se eu você petista. Não, para mim era um companheiro, não me importava a rubrica. Mas eu convivia e convivo muito bem com eles. Outro dia, a Ana Maria Fadul, numa palestra que eu fiz aqui e eles vieram, ela disse: “Adísia, cada dia parece que estou lhe conhecendo”. “Pois é, a gente se via nas reuniões, eu sou essa mulher esquisita, contraditória. Você, de repente me vê citando Marx, como eu posso citar o Cristo, contanto que eu pense a realidade”. Isso é que a minha proposta, é a minha realidade, a realidade cearense, a realidade brasileira. Quando eu era jovem, eu tinha um artigo muito bom *Crítica da razão tupiniquim*, eu até publiquei no meu livro de *Introdução à filosofia*, tratava da filosofia brasileira. O pessoal tinha as suas ideologias, mas queria uma filosofia brasileira que pensasse o Brasil, questionasse o Brasil. O que todos tínhamos em comum era um pensamento brasileiro, nós queríamos discutir o Brasil, a imprensa brasileira, a filosofia brasileira, a literatura brasileira, como foram os grandes regionalistas, Raquel, etc. Eles trataram da realidade. Nós tínhamos Eça de Queiroz em Portugal com uma literatura meio francesa. Não, nós queríamos uma coisa brasileira. Eu acho que isso ainda precisa ser desenvolvido. Ou seja, hoje nós já temos um grupo de pensadores, Celso Laffer, a própria Marilena Chauí, pensando a realidade brasileira. Cada uma na sua ótica, mas é o Brasil. Eu acho que um dia nós teremos um pensamento brasileiro voltado para a nossa realidade.... Nós somos aquilo, nós somos um pouco Macunaíma. Mas eu acho que é por aí, brasileiros acima de tudo. Cheguei a cometer uma coisa muito grave. Meus pais, tudo o que nós queríamos em termos de estudo, eles diziam: “Tem que ter”. Então eu tive aulas de francês, de italiano, de inglês, de alemão. Um dia, eu disse “Por que eu tenho que aprender a língua desse povo se esse povo não sabe a minha língua?!”. Olha, que ignorância! Eu cheguei a radicalizar de um tal forma que me fechei para o mundo. E, quando eu comecei a viajar, eu disse: “Como eu fui ignorante, me fechei para o mundo!”. Porque aquilo era um instrumento até para eu levar o meu mundo para aquele povo. “Por que eu vou aprender francês, se eles não falam a minha língua? Por que eu vou aprender inglês?”. Mas, olha, eu podia dar de chinelo neles era na língua deles [riso]. Eu cometi isso, eu não me perdôo, um exagero do meu nacionalismo levado ao extremo. Eu sou essa mulher sem mistério que tem uma capacidade de trabalho intelectual muito grande. Estou escrevendo aqui um livro, já estou fazendo artigo, enquanto eles esperavam já fiz o artigo de *O Estado*. Porque a minha cabeça é muito doida.

A senhora escreve e versa sobre temas bem distintos.

Sobre atualidade, assuntos atuais. Critico o governo, meto o pau aqui, se merece um elogio, eu elogio. Eu sempre digo, o jornalista não deve se envolver com o poder, porque acaba sendo envolvido por ele. Não faça concessão. Claro que você sendo um colunista político, de sociedade, você tem que circular, mas não se envolva. Tenho a capacidade de equidistância, como você deve ter equidistância com o fato. Você não pode se entregar ao fato, se envolver com o fato. O mesmo se diga em relação ao poder: não se envolva com ele. Porque se você quer manipular o fato, vai chegar o momento em que você não sabe qual é o fato. Ele lhe

envolveu de tal maneira que você não sabe sair dele porque você botou coisas que não estavam nele. O mesmo é com o poder. Você começa com o poder: “Vem para cá! Deixa comigo! Olha aqui um presente!”, quando menos você espera, chega uma notícia: “Ih, vai ser com o Fulano que me trata tão bem”. Você se acaba envolvido com o poder. O jornalista não deve se envolver com o fato, nem se envolver com o poder. Se ele se envolveu com o fato, ele muda o fato. Se ele se envolveu com o poder, ele se descaracteriza como jornalista. Vai ter sempre uma notícia na cabeça. E isso eu aprendi com o meu primeiro diretor de redação, Olavo Araújo.

[Ela me pergunta com quem eu já havia conversado]

E mulher? Só eu até agora?

Só. Eu não encontrei nenhuma outra mulher da sua geração que tenha esse perfil intelectual. Por que isso?

Não tinha [mulheres] na redação. Tinham as escritoras, a Raquel de Queiroz, tivemos também a Suzana Alencar, a própria Henriqueta Galeno, mas eram beletistas. Foram grandes escritoras no Ceará, sem sombra de dúvidas. Nós tivemos, no Rio Grande do Norte, também escritoras que tiveram jornais, a Alta de Souza, poetisa. Aqui no Ceará tem uma que o historiador Geraldo Nobre disse que foi a maior jornalista de todos os tempos, teve atuação na Abolição, no movimento pela República, foi divorciada, quer dizer, era muito avançada. Era Francisca Clotilde. Talvez eu tenha ficado mais em evidência, primeiro porque eu continuei o trabalho, tenho 52 anos de trabalho. Entrei numa carreira e formei uma geração, que não me deixa solta, estou sempre na mídia por causa deles. Acho que é por isso que eu sou mais lembrada. Não quer dizer que eu tenha algo excepcional que elas [outras mulheres jornalistas e intelectuais] não tiveram. Pelo contrário, elas não tiveram foi quem desse continuidade e visibilidade a isso. Isso é o que eu lamento. Isso que você está vendo aqui são álbuns de recortes meus.

Isso são matérias publicadas?

Matérias e artigos publicados ao longo do tempo. Muitos não servem como documento porque não localizamos a data. Outros são recortes do meu jubileu e depoimentos de pessoas. Eu sou um pouco vaidosa, exponho meus troféus, minhas medalhas, mas eu digo sempre: “Se eu não cuidar delas, quem vai cuidar?” [risos]. Sou solteira, não tenho filhos, tenho um sobrinho muito apegado, mas ele também tem a família dele. Então eu digo como o Manuel Bandeira: a mesa esta posta... tudo no seu lugar. Mas essa jornalista que eu citei, a Francisca Clotilde, não tem nada dela. Criou jornal, revistas e não tem nada. Quer dizer, não teve ninguém que desse continuidade a isso. A mulher, como eu estou lhe dizendo, participou de movimentos libertários, abolicionista, republicano, defendia o divórcio, se separou. Para aquele tempo, uma coisa fantástica. Tinha muitos filhos, não se sabe se todos os maridos ou de um, não interessa. Foi uma mulher acima do seu tempo.

A senhora acha que, de certa forma, essas amizades, esse reconhecimento acabaram contribuindo?

Não esqueça que continuo na ativa e isso ainda hoje surpreende. Outro dia eu estava fazendo compra, um cidadão perguntou: “A senhora ainda dirige?”. Eu disse: “Sim, você vende carro?”. “Não, senhora”. “Não, porque o senhor perguntou se eu guio, podia ter um carro para me vender”. Aliás, eu vou dizer que é o único vício que eu tenho é carro. Eu digo para ele: “Eu gosto de carro. Se eu pudesse tinha sempre carro novo”. Meu sobrinho é que diz: “Você

não resiste [a querer trocar de carro], ainda não tem um ano e você já quer trocar”. Ah, eu adoro carro. Não tem cheiro melhor do que cheiro de carro novo.

A senhora conheceu a Raquel de Queiroz?

Conheci. A Raquel inclusive faz um comentário em cima do livro de Capitu [o romance *Capitu contra Capitu*]. Eu não tive coragem de publicar, aí mostrei a Raquel, mostrei a Moreira Campos, e a um professor de literatura. E todos me estimularam. Mas não entrei mais na literatura. Quando eu era mais jovem, eu fui alucinada por literatura policial, ainda hoje gosto e eu andei escrevendo uns contos policiais.

E a senhora também trabalhou como repórter policial?

Cobri, quando eu entrei. Os meus artigos, o diretor não admitia que assinasse. Ele achava que eu estava entrando ali só para aparecer. Depois de alguns anos, quando ele se desfez do jornal ele pediu perdão porque ele tinha me massacrado muito, mas ele achava que eu era mais uma que queria aparecer dentro de jornal. E reconhecia que eu era um jornalista. Eu devo muito a ele porque ele dizia: “Nunca aceite presente”. Eu fui articulista, repórter política por muito tempo na Assembléia Legislativa do Ceará e ele sempre dizia: “Não aceite presente, eles vão lhe pedir alguma coisa em troca”. Eu fumava muito e ganhava pacotes de cigarros americanos. A primeira coisa que eu fazia era distribuir os cigarros com todos os colegas de bancada. Chegava na redação, ele olhava: “Eu recebi um cigarro, mas eu dei para todo mundo”. Ele dizia: “Jornalista quando sai a serviço não fica nem na ante-sala do governador. Quando a senhora não está no seu trabalho, a senhora não tem nada. Mas, como jornalista a senhora não espera na ante-sala”. Quando eu saía, eu estava com três metros de altura. Então ele me passou um orgulho justo pela profissão, foi muito importante.

Além dele, como foi o seu aprendizado?

Muito interessante porque minha mãe achava que jornal era coisa de homem, mas eu nunca tive nenhuma rejeição por parte dos colegas. Pelo contrário, foram eles os mais companheiros possíveis, me ensinaram tudo que sabiam e eu aprendi tudo que me ensinaram. À vezes eles diziam: “Adísia, fica aí na redação que nós vamos tomar um café”, e não voltavam. Então, eu comecei a fazer coisas pela necessidade. Chegava o mestre de oficina: “Menina, o Arabá Matos (secretário de redação) não chegou e tenho que fechar o jornal e que se faz?”. Eu aprendi muito quando eles me orientaram e depois, com a falta deles, eu comecei a fazer tudo em jornal. Eu gostava do cheiro do jornal. É um amor muito grande.

E como surgiu a idéia de se criar o curso? Porque o jornalista geralmente tem na cabeça que o jornalismo é uma prática, que não se ensina.

Vou contar. Eu entrei na Associação Cearense de Imprensa, dois anos mais ou menos antes de me profissionalizar. E comecei a ler os estatutos da Associação. Lá estava: “Pugnar pela criação de um curso de jornalismo”. Pugnar, uma palavra hoje fora de uso. “O que é isso aqui?” Aquilo entrou na minha cabeça: “lutar pelo curso de jornalismo”. E comecei a mexer. No livro *O Ensino de jornalismo no Ceará*, está contada a história. Eu comecei a pesquisar e vi que já tinham tentado por duas vezes criar o curso. E pensei: “Mas comigo é diferente. Eu vou lutar por ele na Federal”. Então eu comecei a pensar na criação desses cursinhos e bati na porta dos colegas. “Flávio, vamos montar esses cursinhos?”. “Não, Adísia, tu é doida. Só tu mesmo. Vamos trabalhar para botar esses meninos que amanhã tomam o emprego da gente”. “Mas, quê isso, o mundo vai ser diferente”. “Não, vamos não”. É aí que encontrei um único caminho. Cheguei para alguns companheiros e disse: “Olha, deixem de ser tontos que um dia a Universidade vai criar”. Tive uma visão, uma premonição. Não sei. Eu não pensei duas

vezes, eu realmente fiz. Eu disse: “Olha, vocês não precisam ter medo. Porque no dia em que criarem esse curso de jornalismo, nós vamos ser os seus professores”. “Você acha, Adísia?” Aí se engajaram. E realmente foi de uma tal forma, como eu lhe disse no começo, que na minha viagem, estavam distribuindo cargos sem deixar um lugar para mim. Se não fossem os estudantes, eu tinha ficado de fora.

Por que hoje não existe tanto participação dos beletristas na redação?

Porque hoje o ingresso exige o diploma. E eu acho que deve exigir mesmo porque ainda tem gente que não é formado e está por lá. Mas o grosso hoje é de jornalistas, inclusive em rádio. Então, o espaço diminuiu. Eu fiz parte do grupo no Rio Grande do Sul que elaborou o texto do decreto-lei 972, que cria o curso de jornalismo. “Vamos colocar a figura do colaborador”. Eu era tão radical que disse: “Não, senhor! Tudo tem que ser feito por jornalista!”. “Adísia, nós temos que criar porque, às vezes, é um engenheiro, é um médico”. Então, criamos a figura do colaborador, aquele que escreve dentro da sua especialidade. Está lá, na 972, fruto dos jornalistas. As pessoas dizem: “Ah, mas foi feito na época da ditadura!”. Ditadura, sim, mas feito por jornalistas. Fomos nós, nos congressos, nas comissões, nas conferências.

Que só foi aprovado pelo governo.

Pela junta militar. Mas foi feito por jornalistas.

E como foi a sua atuação na ditadura? A senhora sofreu perseguição?

Não, não sofri, como nenhum jornalista sofreu, na minha visão. Tivemos colegas comunistas que foram presos, não por ser jornalista-comunista, mas comunista-jornalista. Não era pelo fato de você ser jornalista porque você não podia escrever o que quisesse, você não poderia ser preso como jornalista. Para mim é até bom que você fale nisso porque eu não me convenço de que jornalistas foram presos. Não, eles não foram presos porque eram jornalistas. Ou porque eram comunistas ou porque eram contestadores do sistema. Eles não escreveram porque não podiam escrever, tanto na ditadura Vargas como na ditadura dos militares. Havia censura e nós não tínhamos liberdade de expressão. “Você foi perseguida?”. Não fui perseguida, não militava em partido. Fui perseguida sim, porque me impediram.... Engraçado, os companheiros comunistas quiseram criar aqui o Instituto Brasil-União Soviética em 1982, no governo de Virgílio Távora. Então eles vieram a mim, o Aníbal Bonavides, o Francisco Auto Filho (hoje secretário de Cultura do Estado), o Evandro Carneiro Martins, entre outros. “Adísia, nós queremos criar um Instituto Cultural Brasil-União Soviética, mas nós não podemos tomar a frente. Também não vamos atrás de um cara radicalmente de direita. Para nós, comunistas, você é de direita. Para os de direita, você é comunista. Você aceita a presidência?”. Eu disse: “Aceito”. Então, eu fui a presidente deste Instituto. Trouxemos até o embaixador da União Soviética ao Brasil, conseguimos ser recebido pelo governador, que afrontou os militares. Outro fato que merece ser ressaltado sobre este período. O Francisco Auto e Noel Martins, dois ex-alunos meus de Filosofia, fizeram concurso para professor da Faculdade de Filosofia do Ceará e foram aprovados, mas a nomeação não saía. Fui procurada por eles sobre o fato. Dirigi-me ao diretor, padre Luis Moreira, e indaguei o motivo da não nomeação. Ele respondeu: “São ordens superiores.” Decidi e fui ao governador Virgílio Távora e contei o que estava acontecendo. Imediatamente ele chamou o chefe de Gabinete, que era um oficial do Exército, confabulou com ele e voltando-se a mim disse: “Isso não vai ficar assim.” Pouco depois, saiu a nomeação dos dois. Então disse a eles: “Agora vamos ao governador agradecer.” Eles reagiram e disseram que não iam. Mas terminaram indo. Para surpresa do próprio governador. Por causa do Instituto Cultural, eu visitei a União Soviética. Aí a humanidade se convenceu que eu era comunista... Outro fato que merece ser citado. Ganhei uma bolsa para fazer curso sindical nos Estados Unidos, já estava no Rio de Janeiro

quando veio a ordem para eu não embarcar. Nunca soubemos quem deu a ordem. Tomaram meu passaporte, minha passagem e mil dólares que tinham me dado. Depois veio o convite para visitar a Alemanha como jornalista. A indicação foi rejeitada pela Universidade. Mas eu me dava muito com a mulher do diretor da Casa de Cultura Alemã e falei-lh que não ia mais viajar. Ela perguntou por que. Eu disse: “A universidade não me libera”. Ela falou para o marido, o marido foi bater na Universidade: “Por que a professora não pode viajar? Eu vou pedir ao meu governo para o oficial do governo brasileiro saber o por quê de uma cidadã não pode visitar o meu País”. Aí veio a ordem, eu viajei. Depois, veio a eleição para chefe de departamento do curso de jornalismo. Os colegas lançaram minha candidatura. Recebo um chamado do reitor: “Adísia, desista da sua candidatura”. “Por que?”. “Porque eu tenho ordens, se você insistir, você vai para fora da Universidade. Você é uma moça pobre, você tem família, sua mãe para sustentar”. “Está bem, o senhor tem razão mesmo. O que eu posso fazer? Eu vou para minha casa”. No dia seguinte, bem cedo fui esperar o reitor Pedro Barroso para dizer-lhe que ia me candidatar. “Mas Adísia, vão lhe cortar”. “Pois que me cortem. Mas eu digo para o senhor: eu vou viajar para um congresso de jornalistas em Goiânia e eu vou denunciar este fato”. “Você vai fazer isso?”. “Vou, sim senhor”. Eu ia abrir a boca. Quando retornei, houve a eleição, e eleita fui nomeada. Mesmo assim à 10ª região, ao SNI perguntar sobre a proibição de ser candidata. “Aqui ninguém nem sabe nem dá satisfação”. É de enlouquecer.

A senhora falou que muda, quando fala na rádio. Por que?

Não sei. Acontece.

O jornalismo é um ofício ou uma vocação?

Hoje ele é uma técnica. Mas, para mim, ele era vocação. Eu queria ser jornalista.

O jornalista é naturalmente um intelectual ou alguns jornalistas conseguem fazer da sua profissão uma atividade intelectual?

Olha, não é sua natureza ser uma atividade intelectual. É uma técnica. Uma técnica e uma ética, evidentemente.

No curso de jornalismo a senhora ensinou *Fundamentos Científicos da Comunicação*?

Lecionei *Fundamentos Científicos*. Depois me dediquei mais a *Técnicas de redação. Ética*. Porque a disciplina seria *Legislação e ética*, mas eu dei só ética e outro companheiro do sindicato dava legislação.

A senhora trabalhava o código de ética também?

Muito. Eu estava no grupo que criou o código, em 1988. Agora mesmo fui eleita para a comissão de ética do Sindicato, eu ia para Santa Catarina onde foi votado o novo código de ética e eu ia apresentar umas propostas lá. Mas eu já tinha mandado minhas sugestões por um companheiro de Pernambuco.

A senhora participou das discussões sobre o Conselho Federal de Jornalismo?

Particpei. Inclusive mandei trabalhos sobre isso. Mas eu acho que foi até bom que não tivesse sido aprovado agora, para que nós refizéssemos alguns pontos. Eu sempre fui contrária tanto à Ordem, como a Conselho, porque eu achava que esvaziava a Federação. Eu sempre considerei que a Federação é que deveria ser forte. Discuti, fiz proposta, mas quando o grupo fechou, eu fechei com o grupo. Defendo e acho que nós vamos ter [um Conselho], mas alguns pontos precisam ser revistos. Mais cedo ou mais tarde, ele sai. Agora, na prática, eu acho que, nos

primeiros momentos, vai ser muito difícil separar o que é atribuição da Federação e o que é atribuição do Conselho. Mas é a prática que diz, a teoria só a prática rejeita ou referenda.

Eu vi que a senhora vai apresentar um artigo sobre Internet.

É, na Intercom

A senhora está agora fazendo pesquisa sobre isso?

Estou. Já mandei o trabalho. Mas eu vou fazer um pouco diferente. Eu fiz uma reflexão mais de caráter filosófico sobre o tempo e o espaço. Engraçado, essa última *Veja* tratou sobre as novelas [Fala de uma matéria sobre a aceleração das tramas nas novelas Globo na revista *Veja*, edição 2019, 01/08/2007} Então, por exemplo, naquela novela *Direito de nascer*, precisaram de não-sei-quantos quantos capítulos para o camarada dizer que era pai. Quando hoje, nos primeiros capítulos você sabe logo quem é quem. Isso tudo é fruto dessa pressa. Então, eu questiono o tempo e o espaço, a referência que você passa a ter. Você está escrevendo aqui, sentado e está sendo lido imediatamente no Japão, que não é a mesma hora. Essa luta do tempo e do espaço, o problema da memória e a pressa das coisas. Como que vive um povo sem o seu acervo de lembranças, se é tudo apagado com tanta rapidez? Eu fiz reflexões nesse sentido. Eu termino perguntando: como é que vai ser?

Por que existe essa contradição entre o jornalismo ideal – o das grandes reportagens, bem apurado – e o que é praticado nas redações – mais imediatista?

Antigamente, os outros veículos competiam com a imprensa. Hoje nós competimos com a Internet. Haja vista, por exemplo, a *Veja*, o meu jornal mesmo, *O Povo*, tudo ali diz assim: “Para maiores detalhes, blog tal”. Quer dizer, você nunca tem uma informação completa, eles lhe chamam imediatamente para outra mídia, da qual você passa a ser caudatária. Mas ou ele faz isso, ou não sobrevive. É isso que eu estou vendo agora. Esse é o tipo de discussão que eu vou fazer: é mais pensar, refletir, do que chegar numa solução. As perguntas poderão até estimular a trabalhar juntos porque se alguém disser “eu tenho uma resposta”, está sendo leviano.

Entrevista realizada em Fortaleza, em 07/08/2007.

Alberto Dines

Alberto Dines é jornalista, escritor e professor. Ingressou na profissão em 1952. Trabalhou e dirigiu diversas revistas e jornais. Em 1962 foi convidado para ser diretor de redação do *Jornal do Brasil*, periódico que havia iniciada uma grande reforma gráfica e editorial. Sua passagem pelo JB marcou a história do jornalismo brasileiro pelo conjunto de inovações que introduziu. Entre 1963 e 1973 trabalhou como professor de Jornalismo Comparado na PUC-RJ e em 1974 foi professor visitante da Universidade de Colúmbia nos Estados Unidos. É pioneira na atividade de crítica da mídia no Brasil, iniciada ainda na década de 1970. Atualmente dirige o site *Observatório da Imprensa*, apresenta e edita um programa semanal com um mesmo nome transmitido pelas TVs Educativa do Rio de Janeiro e Cultura de São Paulo e outro diário veiculado em diversas rádios. Escreveu mais de 15 livros, entre eles *Morte no paraíso, a tragédia de Stefan Zweig, Vínculos do fogo – Antônio José da Silva, o Judeu, e outras história da Inquisição em Portugal e no Brasil, Tomo I* e *O papel do jornal*.



Entrevista

A idéia da minha pesquisa é tentar definir ou analisar o que eu estava chamando de jornalistas-intelectuais...

Pois é, eu acho... Porque a atividade jornalística é intelectual. Quer dizer, no Brasil, é que, num determinado momento, a gente começou a separar isso. Se você pegar o nosso primeiro jornalista, que é o patrono da classe, da instituição, que é o Hypololito José da Costa, é um senhor intelectual, um estadista, quase. Não sei se você alguma vez folheou, nós reeditamos 29 volumes do *Correio Braziliense*, ali é um trabalho intelectual de altíssimo nível. Sem falar no que ele escreveu. Aliás, escrevia muita coisa ali, escrevia tudo. É que, ao longo do tempo, no século XX já, quando a indústria jornalística ganhou essa dimensão industrial mesmo, começou a haver o jornalista-apurador, “ele é bom apurador, mas não sabe escrever”, e aí ficava por assim mesmo, alguém reescrevia. E criou-se essa disparidade, que é intrinsecamente errada. É como se você tiver um cirurgião que detesta ver sangue, que não sabe costurar. Essa é uma ponderação que valia a pena fazer, inclusive para mergulhar um pouquinho nesse passado, aonde é que deu essa divergência, aonde é que as coisas se separaram, em que o jornalista deixou de ser um intelectual e aí passou a criar uma nova categoria de jornalista-intelectual, que passa ser uma minoria.

Eu gostaria de tentar saber aonde é que muda, em que geração que você fala: “O jornalismo agora vai ser técnica e alguns poucos realmente vão ter a capacidade ou a iniciativa...”

Eu vou te dar um exemplo muito interessante, que eu vivi e foi uma lição para mim. Eu acabei sendo jornalista por acaso, não era o meu sonho. Primeiro, eu comecei a escrever contos, novelas, que era um pouquinho mais do que conto. Depois eu me fascinei com o cinema e entrei para o cinema de corpo e alma, ia fazer lá o Instituto IDEC [Institut d’Etudes Cinématographiques] de Paris, mas não consegui a bolsa. Acabei crítico de cinema e, de crítico de cinema, jornalista. Evidentemente, você encontra semelhanças, similitudes entre o cinema, essa arte total, e o jornalismo, que também pode ser uma arte total. O meu primeiro emprego mesmo foi na revista *Visão*, quando ela surgiu, era americana ainda, onde eu aprendi muito mesmo. Fiz cinco anos. Depois eu fui para a *Manchete*, para ser repórter, mas por circunstâncias, o diretor da Revista, o Naoum Sirotsky, que tinha me levado – hoje ele vive em Israel, é correspondente do iG – falou: “Não, olha, eu estou com um problema, você vai ser assistente de direção porque eu vou ter que me afastar um pouquinho”. E aí, eu e o chefe de reportagem, que infelizmente já morreu, uma grande jornalista baiano chamado Darwin Brandão – ele era muito mais velho do que eu, muito experiente – nós fizemos uma tabelinha e ficamos tocando a revista. Isso em 56. Um dia veio ao Brasil um grande jornalista israelense – você sabe, eu sou judeu – e ele era um redator-chefe do talvez o maior diário de Israel, na ocasião, um jornal trabalhista, um jornal dos trabalhadores, aliás. O jornal se chamava *Davara, A palavra*, acho que hoje ele acabou. A central CUT de lá é que financiava, era um jornal de altíssimo nível. E ele veio visitar a *Manchete*. Depois ele se transformou no presidente de Israel [Shneur] Zalman Shazar O nome dele era Rubashov, o nome verdadeiro. O Arthur Koestler, não sei se você já ouviu falar nesse escritor, que viveu na então palestina, criou um personagem naquele livro, *O Zero e o Infinito*, Zalman Rubashov, tinha se inspirado nele, no Shazar. Ele virou depois presidente da república de Israel, aquilo é um cargo honorário, mas é uma figura importante. Eu sei que ele foi visitar a *Manchete* ou eu fui visitá-lo, já não le lembro, fui muitos anos atrás. E eu levei para ele as últimas edições de *Manchete* e mostrei para ele. Eu acho que ele falava inglês, mas a gente se falava em ídiche. Ídiche é a língua, você sabe, o dialeto alemão que os judeus europeus orientais falam. Que eu falo, porque estudei numa escola hebraica, aprendi gramática, tudo, que me deu condições hoje de ler alemão pelo menos, de entender alemão, porque é o dialeto alemão. A gente se comunicava em ídiche, só para encurtar essa história. E aí eu mostrei a revista para ele e ele me fez uma pergunta que eu nunca esqueci. Ele falou assim: “E onde está a beletrística?”. Quer dizer, onde estão as belas letras? Onde tem os grandes textos? Porque a *Manchete*, naquela época, era melhor do que o *Cruzeiro* evidentemente, era grandes fotos, ainda não estava na fase espetacular das fotos coloridas, mas tinha grandes fotos, muito visual, muito rápida, muito ágil. Graças a isso venceu o *Cruzeiro*. Mas a pergunta dele me pegou: “Onde está a beletrística?”, “Onde estão as belas letras?”. Hoje é uma palavra quase desconhecida e até desprezada e naquela época talvez até mais. Eram os anos 50 das grandes revoluções modernistas da literatura, belas letras era uma coisa a ser ignorada. Mas eu nunca esqueci isso. É claro que na *Manchete* eu não pude fazer nada, mas eu pude fazer isso sim no *Jornal do Brasil*. Eu já peguei o jornal transformado pela turma que fez a reforma em 56, mas tudo o que eu podia botar de beletrística, eu botei lá. Um jornal denso, um jornal bem escrito, um jornal com remissões históricas, o departamento de pesquisa... Ali o Zalman Shazar estava presente, ele teria gostado. Eu acho que esse é o caminho. Agora, nós vamos criando paradigmas ao longo do tempo, paradigmas comerciais e você vai deixando de atender a essa estrutura orgânica, de que o jornalismo é uma atividade cultural, o jornalista é um agente cultural e você vai separando isso, vai separando, vai botando num departamento à parte. E hoje você tem uma garotada que não sabe escrever, que não tem uma atitude intelectual

porque o problema não é só saber escrever, é ter uma atitude de intelectual perante a vida, de se sentir: “Eu sou um agente cultural”.

Quando o senhor entrou no jornalismo, o senhor tinha dito numa entrevista que era um pouco a “idade de ouro do jornalismo” nos anos 50...

Mas era o jornalismo como técnica, como organização de jornal. Inclusive, hoje, graças a você, a gente pode até fazer uma revisão. Essa modernização da técnica jornalística talvez até tenha contribuído para afastar o jornalismo da beletrística. É um paradoxo porque o *lead*, organizado cientificamente, é anti-literário, se você pegar o que a gente chama de jornalismo literário. Tem aí um grupo de pessoas no Brasil, o García Marquez e também nos Estados Unidos que falam no jornalismo narrativo. Os nomes variam, jornalismo narrativo, jornalismo literário, nos Estados Unidos, *new journalism*. Não sei se você conhece o Sérgio Villas Boas. No ano passado, ele tirou o doutorado na ECA, até com uma tese a meu respeito, como biógrafo. Ele tem um instituto, um centro que discute o jornalismo literário. A Companhia das Letras tem – tinha, acho que parou – uma coleção chamada “Jornalismo Literário”, de pegar textos de jornalistas que trabalham com a literatura. Eu até fiz o pos-fácil do último ou penúltimo texto dessa coleção Joseph Roth, o alemão que escreveu *Berlin*. O Roth, era um jornalista, era um repórter, um homem e redação. Agora, com uma visão tremenda, uma capacidade de dramatizar e de botar emoção no texto e daí ele deu um pulo para virar um dos grandes escritores da Alemanha, do período final da República de Weimar. No exílio ele matou-se praticamente, quando os alemães ia chegar a Paris. Você vê que o *lead*, toda essa modernização do jornalismo, de certa forma não intencionalmente, ele acaba tornando o jornalismo uma coisa mais técnica, mais mecânica. Isso, levado às últimas consequências, simplifica, extrai essa parte de conteúdo. Porque o grande *lead* não técnico, é aquele literário, é aquele que você começa com uma frase de impacto que não tem nem o “quem”, “quando”, não responde às cinco perguntas, não é a pirâmide invertida, mas é um senhor *lead*. Eu, inclusive, nessa tese do Sérgio, localizei para ele (não sei se ele tem, é preciso falar com ele, mas depois eu posso botar você em contato com ele) algumas matérias minhas, como repórter, ainda no período da *Manchete*, quando eu não era o assistente de direção, quer dizer, eu ainda estava fazendo matéria, em que eu realmente sentava e ficava um dia pensando no meu *lead*. Não como *lead* jornalístico, mas como início de uma história. Na *Visão*, eu fiz algumas matérias assim, matérias de capa, e depois na *Manchete* eu fiz matérias assim também.

Aquelas duas matérias que o senhor fez para o *Jornal do Brasil*, na Rússia e em Israel?

Talvez sim. O *lead* da matéria de Israel, me lembro que foi um *lead* também muito elaborado, não-técnico, sem as cinco perguntas, não-*keapliniano*, mais elaborado, elaborado *literariamente*. Eu fiquei umas 20 horas com o Sergio porque era um outro trabalho, era uma meta-biografia, quer dizer, eu biógrafo, sendo biografado e discutindo *a biografia*, o gênero biográfico. Resultou num trabalho muito interessante. Mas ele talvez tenha, depois eu te dou os contatos dele, e ele é muito interessado, ele é um batalhador dessa idéia do jornalismo literário ou narrativo, os nomes variam. E quem defende muito isso é o García Márquez. A Fundación para el Nuevo Periodismo Iberoamericano, que o García Márquez criou em Cartagena, o objetivo central é desenvolver o jornalismo narrativo. Porque ele foi jornalista e ele foi um jornalista nessa linha. Talvez aí, nesse período de ouro, vamos chamar de 52, o jornalismo tenha se separado da literatura, justamente para se organizar tecnicamente, estabelecer padrões técnicos, ele vira um ofício mecânico. Talvez aí, mas eu não sei, você vai dizer isso.

E você vê diferenças entre os jornalistas que entraram quando você entrou e que entraram nas gerações que vieram depois?

Não. O mercado vai estabelecendo paradigmas, padrões, exigências que o candidato vai se conformando. Eu entrei no *Jornal do Brasil* em 62, em 63, eu já estava lecionando na PUC-Rio e fiquei quase dez anos. Eu via jornalistas que chegavam com essa chama “literária”. Outros não, não estavam a fim, estavam ali para ter diploma. Ao longo do tempo no *Jornal do Brasil* e depois nos outros jornais em que eu trabalhei, no fins dos anos 70, depois anos 80, você encontra jornalistas com essa preocupação, mas estatisticamente, dois em dez. Houve alguns esforços, algumas publicações, revistas principalmente que procuraram valorizar esse jornalismo literário ou narrativo. Você tem a *Realidade*, você tem a própria *Veja*, onde você tinha textos excepcionalmente bons. Infelizmente o autor desaparecia porque aí eram três, quatro pessoas reescrevendo mas, de qualquer forma, o produto final tinha uma densidade narrativa, literária. E depois, por incrível que pareça, a *Playboy*. A *Playboy*, nos seus primeiros tempos, sobretudo a *Playboy* do diretor Mário de Andrade – não o modernista, mas o Mário de Andrade, que foi um jornalista, que a dirigiu, morreu na função, inclusive. O Mário de Andrade, na fase dele, além das matérias, das coelhinhas, aquelas coisas todas, tinha a matérias de densidade. Eu me lembro que eu fiz para ele algumas coisas, eu trabalhava na Abril e já morava aqui em São Paulo, em 82. Por exemplo, eu que entendo de futebol como todos os brasileiros, mas não era especialmente um jornalista esportivo e ele me mandou cobrir a Copa da Espanha para fazer o romance da Copa. Não é cobrir porque a revista é mensal e quando a revista saísse, o Brasil já tinha ganhado ou perdido a Copa, mas ele queria que eu escrevesse o romance da copa. Fiquei seis semanas lá com a equipe e foi, para mim, uma experiência muito, muito interessante. *Literária*, quer dizer, aonde realmente não havia exigências de *lead*, *sublead*, era criar um clima na Espanha. Comecei até com um poema do García Lorca, aquele *A las cinco de la tarde*, a história de um toureiro que morre às cinco da tarde e às cinco da tarde que o Brasil levou aquela... [ri]. Quer dizer, até não foi vergonhosa, a partida, mas o Brasil perdeu para a Itália. Essa coisa, eu mantive dentro de mim. Depois, eu fui ser articulista da *Folha*. Em 75, quando eu voltei dos Estados Unidos, a *Folha* me fez colunista político, diário, coisa que eu nunca tinha feito na vida. E eu fiz questão de fazer aquelas peças pequenas – até hoje a *Folha* tem na página dois aqueles artigos pequenos, a paginação era ligeiramente diferente. Eu realmente queria escrever com sonoridades mais literárias. Eu nunca escrevi um editorial no *Jornal do Brasil*, embora tenha ficado lá mais de 10 anos, mas eu participava da reunião dos editorialistas. E passaram pelo corpo de editorialistas grandes jornalistas e escritores. O poeta Mário Faustino, por exemplo, não sei se você já ouviu falar nele, ele morreu prematuramente um desastre de avião, ele recitava os gregos no original com aquela música. E eu me lembro quando ele ia escrever um texto, ele ficava cantando o texto para ver se...

Se tinha a sonoridade e o ritmo.

Exatamente. Um louco, bichérrimo, mas uma figura com uma força vital muito grande. O outro que tinha aí, um panfletário, o Luiz Alberto Bahia, morreu há pouco tempo, acho nonagenário. Sabe, um trotskista. Tinha uma densidade literária herdada do próprio Trotsky talvez, que foi um grande intelectual. O Antônio Callado, um grande escritor, que também foi editorialista, o Otto Lara. Toda essa gente estava ali fazendo editoriais para o *Jornal do Brasil*, não digo juntos, porque isso foi ao longo de muitos anos. Eu fui ouvindo a música literária de uma peça jornalística. E quando eu fiquei com essa tarefa inédita de ter que escrever um artigo diário, todos os dias, eu procurei dar esse tom. E eu tenho certeza que consegui – e aí não é problema de modéstia –, fez algum sucesso. Primeiro porque a *Folha* inovou, criando uma página de opinião num período em que a imprensa estava sob censura. Nós escrevíamos com iniciais, não tínhamos assinatura, eu assinava como AD, o Samuel

Wainer, era SW. Eu tenho certeza de que se criou ali, pelo menos de minha parte, uma auréola porque realmente não eram artigos de apenas de 60 linhas, 70 linhas. É que eu lia, escrevia, lia, reescrevia, para criar uma coisa sonora, ritmada, com força. Agora, isso tudo, tentando lhe responder, vai por conta da pessoa. O Cláudio Abramo, que me contratou, não disse: “Olha, quero peças literárias”. Ele sabia quem eu era e sabia que estava comprando um pacote que continha isso também. Noutro dia, eu dei uma entrevista sobre o Paulo Francis, saiu no jornal *O Tempo* de Belo Horizonte. Eu acho que foi reproduzida no *Observatório da Imprensa*. Era um entrevista sobre os dez anos da morte do Paulo Francis. E eu me surpreendi... Me dei com ele, desde essa época de *Manchete*, eu conheci o Francis justamente por causa do Naoum Sirotsky. Eu fiquei lendo o Francis e eu ficava muito decepcionado porque um cara de uma enorme cultura, de uma vitalidade intelectual fantástica e era tão descuidado com o texto dele. Eu comentei isso [na entrevista]. Eu me lembro que, muitas vezes, os artigos dele, de Nova Iorque, vinham, iam para a *Folha de São Paulo*, em São Paulo, mas pasasvam pela sucursal do Rio por problemas de telecomunicações, esse negócio de teletipo, acho que São Paulo estava com problemas. Ele botava no teletipo em Nova Iorque, vinha para o Rio, o Rio perfurava – isso é uma tecnologia que você não conhece – e depois ia para São Paulo. E muitas vezes eu lia antes. Eu muitas vezes ficava surpreso, como eu disse na matéria, que ele não reescrevia os próprios artigos, ele botava uma errata: “Na linha 32, troque a palavra tal por.... Na linha 45, é isso, troca a linha inteira”. Quer dizer, ele não tinha tempo, mas o não é o tempo cronométrico, cronológico, mas o interior, para ele chegar e: “Eu vou dar uma acabada nesse negócio”. E assim os seus romances. Você pega os romances dele, você diz: “Pôxa, mas essa frase aqui, se ele parasse mais meia hora, ele ia escrever uma coisa literária”. O Francis tinha aquela coisa alemã de ser demasiado, mas ele não era demasiadamente elaborado e esse eu acho que foi um dos grandes desperdícios. E aí ele ia ganhando mais, patronato pagava bem a ele, mas exigia muito. O cara morreu de excesso de trabalho! Escrevendo uma página por dia de jornal, isso não existe! Mas, agora, poucos são assim, a máquina jornalística seleciona alguns, tira o couro deles, se eles não souberem resistir, eles entregam os pontos. Foi, de certa forma, o caso do Francis. Poucos jornalistas, hoje, na imprensa, que elaboram os seus textos, que fazem uma certa masturbação em cima dos seus textos. É um embrulha e manda.

O senhor podia citar alguns desses poucos?

Olha, você pode pegar um exemplo é na revista *Piauí*. A revista *Piauí* ela saiu agora, tem quatro, cinco números, mas tem o mérito de estar aí para para reviver esse jornalismo literário, narrativo. Ela tem defeitos, não estamos aqui para discutir isso, mas o objetivo dela são textos bem elaborados, narrados, textos literários. A gente não pode ter medo dessa palavra, o texto “literário”, porque o jornalismo é uma arte literária e a gente tem que ter isso presente. Às vezes não dá, mas você nunca pode também fazer o contrário da literatura. Às vezes, você não consegue boa literatura, mas também não tem que fazer a anti-literatura. Tem que ter um mínimo de compromisso com o idioma, com a narração, com uma certa emoção, com a invenção. Não ficaria bem eu dizer. Eu citei o Sérgio Vilas Boas como um estudioso dese tipo de jornalismo, mas você tem aí uma dezena de outros que procuraram fazer. Outros, simplesmente, embrulham e mandam, eles não se importam. Por exemplo, o Cony, que é um grande escritor, um excelente escritor, os textos jornalísticos dele são de um desleixo porque ele botou na cabeça que a arte, ele vai guardar para os livros e o jornalismo não é arte (Eu acho que, inclusive, o Cony está muito doente porque já está há algum tempo sem escrever na *Folha*, só fala na rádio). Isso é terrível! Isso é tremendo! Porque você já estebele o lixo. O jornalismo não é lixo, a arte jornalística, ela existe. Quando começou o jornalismo inglês, no século XVIII, você tem grandes figura da literatura inglesa, com intensa atividade jornalística, o Swift, por exemplo. Um monte deles eram jornalistas “militantes” que não tratavam o texto

jornalístico assim: “Isso é lixo, isso aqui é literatura”. Claro, você não vai fazer uma fabulação num jornal porque o jornal é o para tratar da realidade mas, em tratando da realidade, você pode usar as técnicas da fabulação, da organização do material, principalmente da emoção.

Dos diversos Alberto Dines, o jornalista, o biógrafo, o da crítica da mídia, qual você se define?

A pergunta é cabível, mas a resposta não vai te atender porque eu não me divido, eu sou um todo, eu e todo o mundo. Eu me vejo como um todo em que o crítico aparece como uma reação justamente a um gênero de jornalismo que vamos chamar de comercial só para simplificar, mas nesse comercial compreende uma série de coisas, inclusive toda a parte técnica, estrutural. Enquanto jornalista, e isso é importante, começando a trabalhar em jornalismo e me jogando na profissão – porque realmente eu vi que, naquela época, o cinema não existia, não existia cinema novo, a Vera Cruz aqui em São Paulo e as outras estavam todas quebradas – eu vi que o jornalismo ia ser parte da minha atividade. Mesmo me empenhando em jornalismo, como o repórter que eu era, eu sempre mantive um grande interesse literário. Eu chamo isso de literatura de fundo de gaveta, literatura da madrugada, você chega do trabalho e aí vai tirar da gaveta o seu texto trabalhado e ia até a madrugada, às escondidas. Eu escrevi contos, eu publiquei livro de contos, eu escrevi roteiros de cinema. Essa atividade ficou mantida, nunca abandonada, mas dividida. Era o homem que tinha tocar a sua vida profissional, com parâmetros às vezes que não lhe agradavam, mas tinha se preservado para tentar fazer outras coisas, as coisas iniciais. Então tem esse contista. Depois você tem, no *Jornal do Brasil*, o emprego em que eu fiquei mais tempo exceto do *Observatório da Imprensa*, em que eu produzi muito pouco, mas foi um dos períodos mais criativos meus porque eu achava que a minha função no *Jornal do Brasil* não era escrever, era passar o que eu poderia escrever para os outros. Isso era explicitado: “Olha, eu tenho aqui uma matéria para você fazer” e aí, eu boatava a matéria na cabeça da pessoa. Essa é a função do redator-chefe ou do editor-chefe, que nome tenha. Eu produzia muito pouco no *Jornal do Brasil*, foram mais emergências – Guerra dos Seis Dias, depois da Guerra da Índia com o Paquistão e a visita à Rússia – mas eu me realizava muito através do jornal em si. É aquela coisa, o maestro, o regente, ele não compõe nada, mas ele se realiza artisticamente regendo aquela orquestra. É uma criação artística tão importante quanto a do compositor. Alguns regentes se transformam em compositores, é o caso do [Gustav] Mahler o mais conhecido entre nós, mas muitos grandes regentes são meramente regentes, grandes artistas enquanto regentes. Nesse período em que dirigi o *Jornal do Brasil*, escrevi pouquíssimo, de forma irrisória, quase insignificante se comparar o tempo que eu passei lá e o volume que eu produzi mas, ao mesmo tempo, eu me senti plenamente realizado. E aí nós chegamos a um capítulo em que você vai convergir ou tangenciar o trabalho do João Amado. É esse livro que a gente organizou no *Jornal do Brasil*, *Os Idos de Março*, que agora, eu acho que agora ele compreendeu – eu vou me encontra com ele semana que vem. Aquele não é um livro político e não pode ser visto apenas como um reportagem sobre um momento político brasileiro ou mesmo uma tomada de posição. Aquilo é um desenvolvimento natural da arte jornalística. O *Jornal do Brasil* fez uma cobertura do golpe militar, da revolução, que nome tenha, que foi uma cobertura tão intensa, de tão grande qualidade, que eu achei que aquilo tinha que ser aproveitado de outra forma. É jornalismo por outros meios. Como já não cabia mais no jornal, foi assim que concebi: “Vamos fazer um livro em que tudo aquilo que o jornal fez, acompanhou e cobriu vai ser posto de uma forma mais perene, com mais perspectiva”. E nesse sentido, o livro foi importantíssimo. Não é só um livro de história instantânea. Também é porque flagrou um episódio com todos os seus lados, tinha esquerda, tinha direita, tinham os militares, tinha Rio, São Paulo, Minas. E, ao mesmo tempo, procurou dar continuidade a essa arte jornalística, num formato mais definitivo e com um toque, vamos chamar,

“literário”, que começa no título. O que significa *Os idos de março*? É chupado do Sheakespeare mesmo, do *Júlio César*, quando tem lá uma das profecias, não sei que passagem é em que diz: “Beware of the ides of march”, “Fique atento aos idos de março”. Como o negócio aconteceu realmente no fim de março, eu proveitei. Não sei por quê razão a peça do Sheakespeare estava presente em mim, porque foi um filme que tinha sido apresentado naquela ocasião, ou porque eu tinha lido de novo a peça, não sei. Eu não sei porque o *Júlio César* do Sheakespeare estava muito presente naquela ocasião, com as traições, com os apunhalamentos, com os amigos que traem os mestres. Toda aquela coisa da condição humana aviltada pela política, eu achei que tinha uma simetria com o caso do Jango. As pessoas e o próprio João pegaram o livro sob um ponto de vista estritamente político, esquerda-direita, ideológico, mas muito simplificado. O livro pretendeu ser uma transposição, tentar botar uma dimensão dramática, teatral, trágica a um episódio que estava sendo tratado de forma cotidiana, triturado pela crônica política. Eu acho que esse foi um grande mérito. Infelizmente, depois nós tentamos fazer um outro, chamado *O mundo depois de Kenedy*. Eu não organizei, só escrevi um capítulo, mas não resultou e depois não fizemos mais. Me lembro depois disso, ainda no *Jornal no Brasil*, tentamos fazer outras experiências para tentar entrar na área de revistas, fizemos, quando o Allende morreu, foi morto, uma espécie de revistinha em papel jornal, mas com o formato da *Veja* de hoje, grampeado, refilado bonitinho, com capa em duas cores. Acho que se chamou *Tudo sobre o Chile*, alguma coisa assim. Com um material que realmente tinha mais perspectiva, que permitira ao leitor, quinze, vinte dias depois, ter uma visão mais completa, mais intelectual do acontecimento. Eu estou citando isso para responder a tua pergunta. Essa coisa do jornalismo literário, narrativo esteve sempre presente. Embora o *Jornal do Brasil* me satisfizesse, eu percebia que podia gerar mais coisas, quer dizer, o que nós estávamos fazendo com a história não poderia ficar confinado apenas àquele jornal que sai todo o dia. Por exemplo, nos criamos no *Jornal do Brasil*, o *Caderno Especial*, que foi uma criação feita num sábado à tarde que tinha muito anúncio, não dava para rodar um caderno só com as matérias, aí eu falei: “Vamos criar um cadernos especial com textos maiores”. Pegamos o texto que tinha uma vocação mais ensaística, publicamos. Mas isso foi assim, improvisado! No domingo seguinte, falamos: “Ah, quem sabe vai começar a fazer isso e produzir matérias mais ensaísticas?”. E a coisa começou. Durou muitos anos, não sei quantos anos durou esse *Caderno Especial*. O que era? Era o caderno *Mais!* de hoje, era o caderno *Aliás*. O *Caderno Especial* foi uma necessidade de ter que ter anúncio, você tem que botá-los e tem que aproveitar de uma forma boa. Mas eu conto isso para mostrar que isso não foi uma coisa espasmódica, foi a tal beletrística. Eu não estava lembrando do Zalman Shazar, mas tinha isso fervilhando, a idéia de que o jornal tem que ter essa densidade maior que equilibre a sua periodicidade, o seu caráter efêmero.

Quando senhor falou sobre o *Morte no Paraíso*, a impressão que eu tive era de que você tinha finalmente tido a oportunidade de sentar e escrever

Exatamente. Eu acho que eu digo isso em algum lugar. Pela primeira vez eu fiz literatura à luz do dia.

Não houve um ruptura, no final das contas?

Houve uma ruptura porque eu estava desempregado, eu tinha sido demitido da *Folha*. Tinha havido uma ruptura. Mas o trabalho se desenvolvia à luz do dia. Até então eu fazia contos, novelas, o que fosse, de noite, de madrugada, aos sábados e domingos, quando podia. Com o *Morte no Paraíso*, não, eu assumi como tarefa, de nove da manhã às seis, sete da tarde, fazer literatura à luz do dia. E, de repente, eu descubro a grande convergência, o grande paralelismo entre jornalismo e biografia. Biografia é bom jornalismo, nada mais do que isso. A gente fala em biografia e põe num escaninho separado, mas a biografia é uma atividade jornalística. E

talvez, das mais nobres porque é uma tentativa de você resgatar vidas humanas. Eu realmente me encontrei com o biografismo, como gênero literário e gênero jornalístico porque ali deu a pororoca e o entusiasmo com que eu abracei isso. E era um gênero totalmente desprezado pela nova literatura brasileira: “Ah, biografia era coisa da Academia, dos velhos, aquela coisa chata, acadêmica, maçante”. Realmente a biografia no Brasil, naquela época, embora você conte com grandes textos biográficos, mas era muito cultivada na Academia Brasileira de Letras. O próprio Ivan Marçílio, o próprio Rui Barbosa fez biografias, o Pedro Calmon, o Raimundo Magalhães Júnior, a Lúcia Miguel Pereira. Em suma, você tem aí os acadêmicos – a Lúcia não foi acadêmica – que faziam a biografia, mas era uma coisa que ficava na estante, muito separada. E era ou apologética ou iconoclasta, ela não conseguia ficar no meio, você escrever bem de alguém que você não gostava, você sempre tinha que tomar partido. Então, o *Morte no Paraíso* representou, para mim essa ruptura, de que eu podia escrever à luz do dia. Foi um projeto que, antes de sair e depois de sair, as pessoas tomaram conhecimento e se encantaram. Por exemplo, em algum lugar, acho que no prólogo do *Morte no Paraíso*, eu conto que eu ainda não tinha terminado e eu fui me encontrar com Paulina Francis em Nova Iorque – eu ia constantemente em Nova Iorque – e ele falou: “O que você está fazendo?”. Eu disse: “Eu estou escrevendo a biografia do Stephan Zweig”. Ele parou e disse assim: “É o livro que eu gostaria de escrever”. Isso, eu estava começando o projeto. E outras pessoas foram se encantando. Depois que saiu, eu fui procurado por pessoas que, depois, se transformaram nos grandes biógrafos, o Fernando de Moraes. Um dia, eu ainda morava no Rio, mas vinha a São Paulo uma vez por semana. Ele marcou comigo para a gente almoçar porque ele queria que eu falasse, discorresse sobre o gênero biográfico. Ele estava escrevendo *Olga* e não tinha pensado numa biografia e ele queria que eu discorresse sobre o que distingue uma biografia. Ele não fez. *Olga* não é uma biografia, evidentemente. É uma montagem, um flagrante, mas não é uma biografia. Aliás, eu acho que ele não conseguiu fazer uma biografia. O Ruy Castro, outro que me procurou muito depois para discutir biografia, esse faz biografias muito mais tecnicamente como biografia. O *Chatô* não chega a ser uma biografia, é uma coleção apreciável de casos e de episódios, uma colagem riquíssima, mas não é uma biografia não tem aquela estrutura genética de uma biografia. Mas o livro [*Morte no Paraíso*] marcou muito porque nenhum jovem fazia biografia naquela época. Isso foi em 81, em 82, eu fiz 50 anos, era um jovem. E não era comum isso, era um gênero em que as pessoas com 70, 80 anos iam fazer. Surpreendeu muito. Hoje tornou-se um gênero corriqueiro e eu acho ótimo. O Brasil precisa aprender a descobrir as pessoas, os bons e os maus. Você não precisa só fazer biografia laudatória, pode fazer biografia contra também. Também não pode esquecer a diversidade do ser humano, dentro de um, sempre tem dois. Então eu acho que a biografia me ajudou muito a encontrar esse caminho do jornalismo literário, em que eu posso ser perfeitamente qualificado como biógrafo e também qualificado como jornalista dentro do mesmo trabalho.

Eu gostaria que o senhor falasse como do processo de redação do *Morte no Paraíso*

Deu muito trabalho. Não se esqueça que eu ainda estou envolvido com isso. Esse livro [a edição que eu estava em mãos] saiu em 2004, a primeira edição é de 81. De 81 a 2004, você tem 23 anos. Embora eu não tenha ficado esse tempo todo imerso no trabalho, houve aí dez anos em que eu praticamente esqueci. Não que eu esqueci, eu tinha quatro, cinco grandes pastas, onde eu ia botando o material que eu achava que um dia eu poderia usar. Isso é uma coisa de jornalistas, ter o seu banco de dados. Eu fui fazendo o meu banco de dados. É claro que, tão logo eu terminei o livro, eu doei os originais para Biblioteca Nacional, porque quem dirigia era o Afonso Romano, um grande amigo, mas a base de dados eu fui mantendo. Qualquer coisa que eu lia, recortava e botava lá uma anotação, eu botava ali na pasta. E isso foi ficando. Fui para Portugal e foi ficando. Foi em Portugal que eu percebi: “Não, eu tenho

que reescrever o livro porque tem muita coisa nova”. E essa também é uma atitude jornalística, não é literária apenas. Porque o jornal não acaba você tem que estar cobrindo um fato, acabou, botou o ponto final, mas você percebe que, daqui a três semanas está obrigado a retomar isso. Só que eu levei isso ao delírio. Tudo bem, isso são os exageros. A edição alemã é muito mais completa do que essa e a edição espanhola, que eu estou fazendo agora, vai ser muito mais completa do que a alemã. E não é porque eu escondo informações, é porque vão surgindo. Onde um jornalista põe a emoção de procurar, ele acha coisas. A biografia, assim como o jornalismo, é interminável, é imparável – seria a expressão que em Portugal se usa, aqui no Brasil não é dicionarizada. Você não pára uma biografia. O Ruy Castro disse: “Essa é a biografia completa de Carmem Miranda”. Não é completa. Não que ele tenha feito alguma coisa ruim, é que não é completa porque amanhã aparece um bilhete, uma cartinha, uma fotografia, um trocinho que pode mudar tudo. A edição alemã, que é muito mais completa que essa que está aí com você, tem muita mais coisas do que tem aí. Eu estou agora no texto básico [da edição espanhola] trabalhando porque tem coisas novas. Eu digo sempre, a biografia é uma luta contra a morte. O ser humano morre, é enterrado, a biografia é uma forma de mantê-lo vivo. E aí, você mantém ele vivo para sempre. Isso não é um malabarismo intelectual, isso é normal, pelo menos em mim funciona. Eu tenho outros personagens que eu acompanho, no intervalo entre essa edição e a anterior, eu fiz uma obra inacabada, que é sobre o Antônio José da Silva, o judeu. Saiu só o primeiro tomo. Entrementes, eu publiquei alguns livros que são, digamos, complementares, uma peça inédita dele, mais outras coisas assim. Se houver tempo, eu vou fazer o segundo tomo, eu sei que eu tenho outros personagens para tratar, outros paradigmas para desenvolver. Eu acho que no jornalismo você não põe ponto final, você está no jornal, tem a edição seguinte, você não acaba. Eu me surpreendo vendo alguns biógrafos tratando de cinco, seis personagens ao mesmo tempo. Eles acabam de escrever, põem o ponto final e é ponto final mesmo. O próprio Ruy Castro, eu li, emocionado, *O Anjo Pornográfico*, até contribuí também, e depois eu li, e falei “Poxa, tem algumas coisas aqui que você precisava consertar ou acrescentar”. Ele falou: “Ah, não, o livro acabou para mim”. É uma pena porque é como se você saísse do jornal e deixasse ele sem uma produção. Você vê, tudo isso são fases que vão se superpondo, em que eu pelo menos não vejo aonde está a fase do crítico do jornal, do repórter do editorialista, do comentarista político, ou do biógrafo, ou do mero contista, tudo isso vai se concatenando. Por que? Porque eu também percebo que eu também tenho que concatenar, eu não sou feito de gavetas separadas, as gavetas se intercomunicam, eu acho que é isso que um ser humano tem que fazer.

Você tinha falado que antes da *Morte no Paraíso*, a biografia era vista como uma coisa de acadêmico. E quando você escreveu houve algum de reação dos acadêmicos contra você, jornalista?.

Não, teve surpresas. Bom, primeiro, eu tinha 50 anos e o Raimundo Magalhães devia ter 70. Eu estou pegando ele porque era um jornalista, um bom jornalista com quem eu me encontrava praticamente diariamente na Biblioteca Nacional – ele era frequentador da Biblioteca Nacional e eu também frequentava. Então, eu já não era um jovenzinho, eu era aceito e tinha um certo renome. Não houve nenhuma rejeição por parte dos chamados acadêmicos, ao contrário, todos me receberam muito bem e acharam até apreciável essa contribuição. Quem foi muito importante e eu acho que eu conto no Prólogo do livro também foi o Antônio Houaiss, que era um grande intelectual, com quem eu tinha uma relação não muito constante, mas respeitosa. Um dia, eu telefonei para ele, foi uma das primeiras pessoas que eu procurei quando eu decidi escrever o *Morte no Paraíso*. Eu procurei e disse: “Eu queria falar sobre biografias”, a mesma coisa que o Fernando de Morais fez comigo. Ele falou: “Ah, então vamos almoçar juntos”. Ele me tratava muito bem, por várias razões, uma

delas é porque ele trabalhava com o Abraão Cougar, que foi o único editor do Stephan Zweig no Brasil e é um personagem e ele aparece aqui [no livro], um amigo, em suma, confidente – Confidente não, testamentário. Ele trabalhava com o Cougar e o Cougar foi quem abriu os seus arquivos para mim. Então ele, de certa forma, queria me favorecer um pouco por causa disso, mas tínhamos uma boa relação, por outras razões. Ele falou: “Ah, então vamos almoçar” e me levou para almoçar na Rua do Ouvidor lá no Rio de Janeiro. Lá no fim tinha alguns restaurantes fantásticos de peixe. Eu acho que na primeira edição eu dou o nome do restaurante. Ele ia lá praticamente todo o dias e ele dizia para o cozinheiro como fazer o tal prato, porque ele era um grande *gourmet*. Comemos uma coisa de camarão que eu não me lembro exatamente. Fortíssimo! E ficamos algumas horas comendo e conversando, bebendo e conversando, e ele me falando sobre biografia. Ele me deu uns exemplos de grandes biografias que eu precisava ler, uma do Napoleão, eu cito aí no Prólogo. Mas ele falou uma coisa que é fundamental: “Olha, seja jornalista, você está aí com um instrumental que é muito bom”. Eu não sei se depois, ou um pouco antes, quando o Abraão Cougar, o editor abriu os arquivos para mim tinha um material fantástico – tem ainda porque isso está hoje tudo na Biblioteca Nacional – mas, o mais importante, ele me mostrou a agenda de telefones do Stephan Zweig e eu reagi como regi como repórter de polícia: “Eu quero isso”. E ele copiou. Aquilo, eu tenho até hoje. Ali tinha a lista dos endereços, dos telefones, mas, sobretudo das amizades do Stephan Zweig em seus últimos anos de vida. Aquilo foi definitivo. Não sei qual a sua experiência de jornalista, mas o repórter de polícia, antigamente, quando tinha um desastre, a primeira coisa que fazia, era pedir ao policial para pegar do cadáver, o livro de telefones para, através do livro de telefones, chegar à família, reconstituir tudo. Eu reagi como um repórter de polícia, pega aquele livro de telefones e vai reconstituir a vida. Claro que depois eu comecei a ler as cartas e as outras coisas também. Mas esse conselho o Houaiss me deu e me deu algumas biografias para ler. Essa do Napoleão, do Eugênio Tarlet, eu nem me dei o trabalho de ler porque não ia ser importante. Mas esse conselho dele eu levei em conta: não esquecer que eu era jornalista, dar as duas fontes, procurar dar os dois lados. Infelizmente, eu tinha um *deadline*, isso é ruim. Quando eu comecei a escrever o livro, eu já estava com um prazo curto, que era o centenário do nascimento dele. Então eu tive, para escrever o livro, só dois anos, eu acho pouco. Uma vasta literatura em línguas para consultar. Inglês e francês não eram problemas, mas tinha coisas em alemão que eu tinha que ler, correspondências. Eu comecei logo abrindo, não ficando só na vida dele no Brasil, como era o projeto inicial. Eu falei: “Eu não posso contar a vida dele no Brasil sem contar a vida dele antes do Brasil”. Você não secciona uma vida e diz: “Não, agora vamos tratar só disso”. Tem de pegar os antecedentes. Foi essa coisa do Antônio Houaiss que eu achei um conselho importante. E, de novo, ele percebeu que essas coisas não são desvinculadas uma da outra, eu como biógrafo poderia me servir muito bem da minha experiência como jornalista.

No livro senhor das três pessoas que forma pais espirituais do Stephan Zweig. Houve alguém que teve esse tipo de relação com o senhor?

Não. Intelectualmente, não. Eu posso dizer que duas delas, dois dos ícones do Stephan Zweig são, de certa forma, meus também. O Romain Rolland foi importantíssimo no meu desabrochar intelectual, meu e de muita gente da minha geração. O livro do Romain Rolland que me refiro no livro, *Jean Cristoph*, foi reeditado pela Globo (ou Record) recentemente em três volumes. Eram cinco volumes pequeninhos, agora retraduziram e reeditaram. Foi um livro que eu li aos 15 anos e que foi o meu primeiro contato, não com a arte literária, mas com toda coisa existencial, a grandeza, com todos os fenômenos que estão incluídos dentro da arte. Eu e uma geração porque, naquele momento, eu estava ligado a um grupo de jovens judeus socialistas e sionistas, que era, digamos, a juventude do partido que construiu o Estado Israel no início. O Romain Rolland, principalmente, como pessoa, e o *Jean Cristoph* como obra,

eram um espécie de bíblia do nosso movimento. A gente ia, discutia, parodiava, absorvia, foi um livro que realmente me marcou profundamente. E, de repente, eu descobri, já trabalhando a biografia, que o Romain Rolland também foi decisivo na vida do Stephan Zweig. Isso deu uma cimentada, uma aproximação extraordinária. Muito embora, depois, quando eu desenvolvi a leitura das cartas, eu percebi que os dois se separaram por problemas ideológicos. O Romain Rolland seguia muito a linha stalinista, o Stephan Zweig, evidentemente, não, e eu compreendo o Stephan Zweig. Mas, de qualquer forma, eu pude perceber que o Rolland, de uma figura frágil que era o Stephan Zweig, construiu, cimentou, fez dele alguém importante. Então, eu fiquei muito feliz, ao descobrir os três mestres que eu considero do Stephan Zweig. O primeiro, o Romain Rolland. O segundo, hoje a gente chamaria de psicanálise, naquela época eu chamava apenas de psiquiatria. O meu pai era ativista da comunidade judaica do Rio de Janeiro, ele era ativista profissional. Era funcionário do negócio da imigração, acolheu os refugiados, tudo isso estava ligado à atividade dele. Uma das coisas que ele fazia era a Policlínica Israelita do Rio de Janeiro, que estava destinada a ser o Hospital Abert Einsein muito antes, mas só que o Rio de Janeiro não tinha a grana de São Paulo e aí não resultou, mas funcionava enquanto policlínica. E lá tinha, em volta dessa policlínica, médicos judeus e não-judeus que, parte do dia, dedicavam-se à filantropia, não ganhavam nada. Um desses médicos era um psiquiatra. Eu estou falando do fim dos anos 30, princípio dos 40. E me chamava a atenção – mas garoto, eu tinha 10, 12 anos – um médico da alma. Esse era o psiquiatra chamado Jaime Gabois. Esse sobrenome ficou hoje, de certa forma, famoso porque um dos irmãos dele é o Maurício Gabois que foi morto no Araguaia, ele e o filho. Agora mesmo saiu matéria da Guerrilha do Araguaia. Ele era comunista, era baiano, depois se separou da linha Prestes, fez o PC do B e depois o PCBR, entrou para a guerrilha e foi morto no Araguaia. Meu pai conhecia todos os irmãos, todos médicos, e um desses era psiquiatra. E, como eu freqüentava ali, garoto, ouvi falar do “O médico que trata da alma”. Isso foi muito importante para mim, durante muito tempo, eu achava que aquele é um tipo de medicina que [eu gostaria de fazer porque] não tinha nada a ver com sangue, é o negócio da alma. Durante algum tempo, no fim da infância, princípio da adolescência, ou adolescente, a psiquiatria, como era então chamada, era uma coisa que me atraía. Depois, nos anos, 60, com todas as transformações que o mundo passava, eu comecei a me aproximar, aí sim da psicanálise, de Freud. Fiz até algumas experiências no *JB*. Infelizmente, foi frustrante, mas nós fizemos uma experiência de dinâmica de grupo na redação. Isso foi início dos anos 70, uma coisa muito inovadora dentro da redação, em determinados níveis, com um especialista. Eu achava que, para desenvolver a equipe, para vencer certos problemas e idiosincrasias... Em suma, eu fiz e não estava inventando nada, tinha lido que se fazia isso e apenas tentei fazer isso numa redação. O resultado foi muito bom. Depois, por outras razões, políticas, eu acabei sendo demitido, mas aí não tem nada a ver, era por causa do pseudo-psicólogo que desenvolvia esse trabalho lá, contrado pelos militares, é toda uma história que não tem nada a ver com isso. Mas eu sempre me interessei pelas coisas da psicanálise, aí já como psicanálise mesmo. E nesses anos 70, eu comecei a fazer análise no Rio de Janeiro e fiz durante muito tempo. Fui morar nos Estados Unidos, interrompi, depois voltei, retomei com a mesma pessoa. E quando comecei a fazer [a biografia do] Stephan Zweig, eu estava fazendo análise, análise intensa, três vezes por semana, divã, com uma das grandes psicanalistas brasileiras, kleinianas. Até que chegou um momento em que eu só estava falando no Stephan Zweig. Primeiro porque o Stephan Zweig era amigo do Freud e tinha ali uma relação que você tinha que examinar psicanaliticamente. Então, eu só estava levando para o divã não os meus problemas, mas os problemas dele. Até que um dia ela percebeu: “Nós temos ma outra pessoa aqui no divã. Já não é mais você”. Aí eu percebi que realmente, não é que ela estava me mandando embora, era estava dizendo que a minha fase já estava acabando. Aí continuamos amigos e ela morreu de câncer, acho que de cólon [baixa a voz]. De repente eu vejo, no

Stephan Zweig, também a relação dele com o Freud e como ele não soube estupidamente aproveitar essa relação, esse carinho que o Freud tinha por ele. Ele não soube aproveitar. O Freud gostava dele, gostava daquela figura frágil, tanto que a família escolheu o Stephan Zweig para fazer o discurso na cerimônia fúnebre. Foram dois discursos, um do Ernest Jones, em nome dos psicanalistas de todo o mundo e o Stephan Zweig em nome dos amigos judeus de Viena. Foram dois discursos feitos na ocasião. Então, duas das figuras lapidares, ícones do Stephan Zweig eram minhas também, isso facilitou muito essa aproximação, não ver apenas o personagem como uma coisa quadrada, ter identificações. Eu não sou um cultivador da obra do Stephan Zweig, eu sei o que ele vale literariamente. Agora, eu sou fascinado com o personagem. Assim como o Francis. O Francis, se fosse escrever o tal livro que ele ia querer escrever, ele não ia dizer que o Stephan Zweig era um gênio literário, ele não diria isso, mas a vida do Stephan Zweig era um pretexto extraordinário para você contar coisas que, com outro personagem você não conseguiria. O biografado é o pretexto, é uma alavanca para você contar a sua vida, contar os tempos, contar as coisas todas que você... De outra forma não teria como arrumar.

Na produção do livro, o que foi mais complicado? Porque eu vi que, ao mesmo tempo que tem a questão dele, dos conflitos dele, tem um retrato da Europa e, mais tarde, do Brasil naquela época. Como é que o senhor conseguiu conciliar os dois, o micro e o macro?

Isso, eu vou te dizer, realmente foi o mais difícil, mas eu percebi que tinha que ser assim, eu não podia recortar o Stephan Zweig do seu tempo e do seu ambiente. Ao mesmo tempo, eu tinha que recortá-lo para colocá-lo aqui. De novo não é problema de modéstia nem nada. Primeiro, a crítica alemã existe, a Alemanha se faz crítica literária, aqui não se faz. Alguns críticos que examinaram o livro, observaram isso, justamente essa justaposição entre o retrato da entre-guerras, entre 1920 e 1939, o Brasil nisso, e o percurso dele. Porque isso é a história do Stephan Zweig! Ele surgiu no fim da Primeira Guerra Mundial, foi quando o Romain Rolland fez dele um pacifista. É exatamente isso: o Romain Rolland fez dele um pacifista. Você tem aí o 1918 e tem, em 42, já no meio de um conflito mundial, destruído por ele. Esses dois marcos, eu tinha que levar em consideração. Agora, como eu estava escrevendo para um leitor brasileiro – isso é muito importante – eu tinha que explicar o que é Viena. Viena não é apenas uma cidade, não é apenas um monumento, não é apenas o Danúbio, não é apenas a valsa. Viena é uma civilização, é um século, o século vienense é uma realidade da cultura ocidental. Isso eu tinha que contar para o leitor brasileiro. Por sorte, eu botei a mão numa bibliografia boa, que me ajudou muito a compreender tudo isso. Eu acho que isso está no capítulo 2. De novo, eu me surpreendi com um crítico alemão elogiando. Houve até momentos que, quando a gente ia fazer a tradução alemã, a tradutora muito amiga minha e eu falei: “E se eu cortasse esse capítulo? Porque para os alemães e austríacos, tudo isto aqui é conhecido”. Ela falou assim: “Não!” Ela é jovem, tem 30 anos. “Isso é importante. Claro que eu estudei isso na escola, mas você amarrou isso, isso tem que ficar!”. E assim, amarrando as coisas, foi ficando. É claro que o livro para a edição alemã eu estirpei muito detalhe brasileiro que não tem importância mas que, para a edição brasileira tinha, porque o leitor brasileiro tinha que situar tudo isso, o que foi Getúlio Vargas, o integralismo, etc. Tudo isso será mantido, mas eu vou espremer um pouco porque eu tenho que falar agora também da Argentina. O Stephan Zweig passou pela Argentina, ele teve uma ligação com alguns argentinos muito importantes. Está no livro, mas eu tenho que dar uma puxada um pouquinho. Então eu vou ter que botar no liquidificador para homogeneizar um pouco. É claro que o Brasil continua o protagonista, a partir do título, o “paraíso” é o Brasil.

E começa justamente com ele chegando no Brasil.

E eu achei que isso era o importante porque eu tinha lido e em seguida procurado por carta o primeiro biógrafo dele, o Plater, de quem eu me tornei, não vamos dizer amigo, mas um correspondente e vi no trabalho dele, que ele tinha estado no Brasil, uns dez dias, mas ele é um inglês, um diplomata inglês, não teve tempo de entender o Brasil. Eu falei: “Aqui está o meu diferencial, o meu delta. Aqui é explorar a coisa brasileira”. O título surgiu antes, o livro começou com um título. Eu acho que conto em algum lugar também. Eu estava fazendo uma sátira para a editora do *Pasquim*. Em 79, o João Figueiro tinha sido escolhido presidente e eu fiz uma sátira política chamada “E por que não eu?”, de um sujeito, um cidadão brasileiro, que se pergunta: “Pô, mas se esse cara é escolhido presidente, por que não eu?”. Na capa do livro está um sujeito recortado em branco, mas com a faixa presidencial e “por que não eu?”. E é a história de um sujeito comum que quer transformar o Brasil, mas não foi ungido para ser presidente. É uma crítica à maneira de escolher da ditadura. E discorrendo sobre esse episódio, eu falo: “Que país esse aonde aquele que inventou o paraíso acabou se matando nele?”. A frase era mais ou menos assim. De repente, surgiu. Você escreve a coisa e surge a frase seguinte: “Morte no paraíso”. Eu já estava querendo escrever sobre o Stephan Zweig e decidi que o título da obra iria ser esse: *Morte no paraíso*. Terminei essa sátira e em seguida comecei a trabalhar o Stephan Zweig, já com essa visão: *Morte no paraíso*. Era o diferencial, isso que ia me diferenciar do Plater. Se o título é “Um europeu de ontem”, que é um título bom também, mas eu tinha que eu manjar: “Não, esse europeu de ontem veio acabar nas praias do Brasil e aqui se matou”.

Eu queria que o senhor descrevesse um pouco esse clima cultural do Rio de Janeiro nos anos 1950.

Um clima cultural intensíssimo. De novo, me reportando à entrevista que eu dei sobre o Francis, eu falei: “O Francis só era possível porque ele era um produto típico do Rio de Janeiro”. Não o Rio de Janeiro, do samba, mas do Rio de Janeiro, uma capital européia, a capital de um país que tinha um segmento de cultura muito denso. E o Rio de Janeiro era isso, era a capital, com uma vida cultural intensíssima representada por um polígono. Se você for ao Rio, você identifica ele. Que é assim: o Teatro Municipal; em frente, o Museu Nacional de Belas Artes; um pouco mais para o lado, a Biblioteca Nacional; mais adiante, um prédio moderníssimo, um dos pilares da arquitetura moderna, que é a ABI, que hoje não nada lá, mas que, naquela época, era muito importante; adiante da ABI, outro pilar da arquitetura moderna, o Ministério da Educação – não tinha muitas atividades no Ministério, mas tinha uma boa biblioteca, e lá trabalhavam grandes figuras como o Drummond. Aquilo era um polígono, era difícil descrever o formato, mas era um polígono e ali estava a cultura brasileira por razões compreensíveis. Todo o pessoal do cinema se reunia no fim da tarde, cinco horas, num café que hoje existe, mas é uma lanchonete, chamado “O Vermelhinho”. Ficava todo mundo ali em pé na calçada, os mais felizes pegavam cadeiras. A gente ficava se encontrando, conversando. Estavam ali, o nascente cinema brasileiro, o pessoal de teatro, porque na ABI tinha o Serviço Nacional de Teatro, um curso, que hoje seria superior, de teatro. E a ABI era um centro cultural importantíssimo. Havia, num dos andares, uma sala de estar, de sinuca, um esquema de altíssimo nível, com uns tabiques assim, com máquinas de escrever, resma e tal. Ali o jornalista *free lancer* escrevia. Eu escrevia muita coisa lá. E quem você encontrava ali de tarde, jogando sinuca? Todo o dia, eu via o [Heitor] Villa-Lobos, ele era um hábil jogados de sinuca e adorava. Estava ali com aquel charutaço. Eu hoje penso: “Por que eu não fui fazer uma entrevista com ele?!”. Todo aquele ambiente era muito favorável à cultura. E ali perto também, já do outro lado da praça, era a Cinelândia, você tinha ali, cinco, seis cinemas muito bons, os melhores do Rio, e muitos teatros. Você tinha o Teatro Serrador, você tinha quatro

ou cinco teatros com sessões todo o dia. Você tinha uma vida cultural muito intensa. É claro que isso estimula esse seu lado. Estavam lá os jornalistas também porque não era só panelinha de cineastas ou de gente de teatro não, ali transitavam jornalistas. Assim como eu era jornalista que mexia com cinema, gostava de cinema, tinham jornalistas que mexiam com teatro e muitos – Sabat Magal, quyando viveu no Rio – e um monte deles frequëntava lá. O Drummond, o Manuel Bandeira vinham todo o dia lá. Atrizes. O Santa Rosa, um grande cenógrafo do Teatro Municipal, morreu num desastre de avião na Índia, ia lá sempre, estava habitualment lá. Diretores de cinema, o pessoal de *jazz*. O pessoal de música popular reunia-se separadamente, porque era gente de rádio e ganhava muito bem. Ia não muito longe dali, no Vilarinho, que era uma uisqueria, tomar o seu uisquezinho. Era Vinícius, o Lúcio Rangel, Antônio Maria, esse pessoal ia para lá porque eles eram mais abonados, eles viviam do rádio, então eles tinham grana. As coisas aconteciam muito ali, ali surgiam as pautas. Eu sou fruto desse ambiente, que durou alguns anos, até que cada um foi se encaixando numa atividade e depois, com a transformação da cidade, acabou. Mas ali vinha o Darcy Ribeiro porque em frente tinha o Serviço de Proteção aos Índios, do qual o Darcy era o diretor, ele era um antropólogo, especializado em índios e trabalhava em frente. Ele frequëntemente vinha ali tomar um café no fim da tarde, era um intelectual. Você tinha todo um trânsito que era extremamente interessante. Eu sou muito fruto desse ambiente cultural do Rio de Janeiro e consegui me encaixar. Fui crítico de cinema numa revista que, teve uma época em que foi importante, mas depois decadente, chamaba-se *A Cena Muda*, era um semanário de cinema. Eu era o chamado “crítico sério”. O resto era *release* das companhias de cinema. Eu tinha que ver um filme por dia para fazer duas páginas por semana. Mas depois eu fui trabalhar na *Visão*, onde o redator chefe era o Luiz Jardim, um grande contista pernambucano, com os seus amigos. Então, esses ambientes vão te conduzindo porque as cidades, naquela época, permitiam essa concentração. Hoje está tudo muito espalhado, as próprias redações hoje já não existem. Antigamente, as redações dos jornais, eram centros de fagulhas, estavam ali fagulhando, um talento batendo no outro. Hoje as redações não existem. Na mesma época, logo depois, eu vim morar em São Paulo, em 52, 53. E em São Paulo também era a mesma coisa. Por sorte, eu fui trabalhar ao lado do antigo Masp, na Rua 7 de Abril, o prédio da *Visão* era ali ao lado. O prédio era dos Diários Associados e um dos anadares era o Masp – não chamava Masp, era Museu de Artes só. Lá tinha um barzinho onde, seis da tarde, todo o mundo se encontrava, Aldemir Martins, um bando de artistas iam para lá. Eu tinha amigos porque lá também era a TV Tupi, onde tinha um departamento de jornalismo muito bom, realmente, o primeiro departamento de telejornalismo do Brasil, isso em 53. As coisas eram concentradas, nesses ambientes, não é que você circulava, você recebia mais *inputs* e mais facilmente. Hoje estão todos desgarrados. Você está em Brasília, por exemplo e não sei se existe um ponto central, claro, um pouco as universidades. Mas, mesmo no hoje Rio você não vê mais isso e em São Paulo, você não tem. Você até encontra as pessoas, mas naquela época havia uma concentração que favorecia muito o trânsito, a meditação. A cidade hoje se desconcentrou. De certa forma, eu sou fruto dessa concentração em torno das redações, o que era muito comum. O meu chefe na *Visão*, na segunda fase quando eu voltei para o Rio, era um jornalista político, o Otacílio Lopes, mas velho do que eu, e ele frequëntava muito o *Diário Carioca*. Muitas vezes ele dizia: “Termina a sua matéria e vamos lá para o *Diário Carioca*” e aí eu ia com ele. Quem eu encontrava lá? Carlos Castello Branco, o Castellinho. Depois onde é que você ia? Eu ia tomar um uísque ao lado do *Diário Carioca*. Então, você tinha todo um circuito onde as pessoas se conheciam, se intercambiavam, tinham uma interlocução. E as redações eram o foco. Isso nunca mais vai voltar a ser. A redação deixou de ser uma usina de centelhas. Antigamente, as pessoas iam na redação, conversavam cinco minutos, mas já ficava alguma coisa. Essa conversa já era ouvida, já era empurrada. Hoje você dispersou, com o computador, você não vai à redação, às vezes nem lê o jornal.

E, para o senhor o que é um intelectual?

Ah, não sei!. Quem inventou essa palavra foram os franceses no *Caso Dreyfus*. Pessoas que desenvolvem as suas aptidões intelectuais, espirituais também, onde a sua existência não é apenas um conjunto de dias vividas, mas você procura dar sentido a esses dias que você viveu. É um existencialismo, digamos. Eu não saberia definir isso. A única coisa que eu sei é que nós jornalistas temos que ser mais beletristas [ri], retomando o conselho de um ex-presidente do Estado de Israel que, naquela ocasião, era apenas o redator-chefe de um grande jornal.

Primeira Entrevista realizada em São Paulo, em 22/02/07

Queria retomar alguns pontos da última entrevista e tem algumas coisas também que eu acabei não perguntando. Primeiro, eu gostaria que o senhor contasse um pouco sobre a sua rotina semanal de trabalho.

[ri]. É uma loucura. É uma loucura porque realmente você vai adiando a coesão, mas em algum momento, as duas atividades, vamos chamar assim, s acabam colidindo. Eu estou chegando nesse momento a essa colisão e não estou conseguindo administrar. Tenho uma atividade intensa jornalística, que é essa coisa do *Observatório*, que cada vez exige mais. E a minha atividade ligada à literatura ou sei-lá-o-quê está cada vez mais absorvente porque resolvi levar as coisas até as últimas consequências. Eu resolvi mexer na edição espanhola do meu livro porque tinham coisas muito específicas, sobre Argentina, que eu estava guardando justamente para ela.

Sobre o período em que o Stephan Zweig esteve na Argentina?

Ele esteve duas vezes muito brevemente, mas ele tinha muitos amigos lá e era muito querido talvez tanto quanto no Brasil. E eu precisava dizer certas coisas. Você sabe, você começa a fazer uma pesquisas, você quer pegar um fiapinho e aí você começa a puxar um fiapo e vem um monte de coisas. Em suma, nos fins de semana é uma loucura porque é quando eu consigo escrever. Esse ano eu não tive nenhum fim de semana para mim, para ler, para descançar. E a coisa vai piorar até o fim do ano que seria o meu prazo para a entrega da versão espanhola do livro. Dei azar porque a editora trocou a tradutora não sei por quê razão e eu tenho que reexplicar tudo ao novo tradutor, que parece ser um cara muito competente – eu não o conheço. Vou perder um tempão para explicar a ele. Depois tem, ligado ainda ao Stephan Zweig, esse projeto que eu fiz lá em Petrópolis, nós vamos fazer um museu. Eu juntei umas pessoas lá no Rio e que compraram a casa e vão fazer um museu lá. Não é bem um museu, é um centro de memória, ligado à 2ª Guerra Mundial, os refugiados que vieram para o Brasil, o Stephan Zweig inclusive. Por isso, está me dando um trabalho desgraçado. E eu estou a 500 km de distância, então eu vou ao Rio e acabo ficando sempre mais tempo do que eu precisaria porque eu tenho que resolver problemas lá da casa. Nós vamos fazer um *site* muito bom. Agora, se você perde tempo numa coisa, esse tempo acaba prejudicando a outra. O tempo não é elástico, a gente pensa que é, mas não é. A minha rotina estava mais ou menos organizada, era intensa, louca, mas eu consegui dividir. Agora as coisas cresceram demais, se agravaram demais. O *Observatório* está num momento em que está se institucionalizando, estamos querendo realmente fazer disso uma coisa mais profissionalizada. Isso leva tempo demanda um grande esforço. Toda essa coisa da TV Pública, a gente tem que ver como é que a gente vai se situar dentro desse panorama porque nós estamos na TVE, mas só na TVE, a gente não alcança o público de São Paulo, aqui em São Paulo estamos meio de pára-quadras. Em suma, a coisa está exigindo muito, mas cada vez mais e eu pensei que eu conseguiria administrar, mas

estou sentindo que eu não sei como é que vou administrar justamente a atividade intelectual da jornalística. Nessa última segunda-feira, me convidaram para fazer uma palestra no Rio de Janeiro sobre o Stephan Zweig, negócio fechado, seria mais demorado. Eu gostei, aceitei, mas é um esforço brutal. Segunda-feira é o dia em que eu fecho a minha parte do *Observatório da Imprensa*, eu tive que fazer no domingo porque a palestra era segunda-feira às seis horas da tarde e, com esse negócio dos aviões, você não pode deixar para última hora, eu tive que sair daqui ao meio dia. Cada vez que você quer desenvolver um desses dois pólos, você está confrontando com o outro. Eu pensei que eu ia administrar e eu não estou conseguindo. Não sei o que está acontecendo, mas eu não estou conseguindo.

A impressão que eu tenho é que as duas atividades cresceram demais.

Cresceram. Cresceram e as demandas, as exigências são grandes e aí entra a minha loucura, eu não gosto de fazer com o pé nas costas. A edição espanhola poderia ser exatamente como a edição alemã e eu não me conformei. “Não, eu vou fazer mais coisas”. E aí...

E você tem algum outro plano para depois dessa edição espanhola?

Não, a edição espanhola vai ser a última. Quer dizer, o texto brasileiro da edição espanhola, eu espero que seja o último, eu não quero mexer mais. A não ser que, de repente, na edição francesa, eu acrescento uma coisinha. Se houver edição francesa, se houver edição italiana ou americana. Mas a Casa Stephan Zweig é uma atividade tão intensa, o projeto e nós queremos editar ou co-editar livros dele ou sobre ele. Nós queremos fazer muita coisa lá em Petrópolis e parece que a gente encontraria apoio, mas não adianta você ter apoio, você tem que ter o projeto, a coisa, pessoa, então está muito complicado. E eu ainda tenho outros projetos, tenho que retomar o Antônio José da Silva, que eu parei no meio, lancei o primeiro tomo e, ou eu faço o segundo tomo ou eu começo tudo de novo e faço um volume só. Eu não sei o que vou fazer. Enquanto isso, o Antônio José da Silva também está indo. Tem um grupo lá em Araraquara, na Unesp, uma professora de literatura que criou lá um nucleozinho de estudos sobre Antônio José da Silva na cadeira de literatura. Eles me convidaram para fazer uma palestra, há dois anos por ocasião do tricentenário de nascimento dele, e eu fui lá. Aí eu, louco, falei: “Escuta, por que vocês não criam aqui um site para botar tudo o que tem sobre o Antônio José da Silva?”. “Boa idéia!”. Estou aqui com uma pilha de coisas que eu tenho que mandar para esse site porque eles estão esperando. Essas coisas são tremendas porque você dá uma idéia, você quer ajudar, mas porque o Brasil ainda não tem uma estrutura, eu não sei, vira um bumerangue, você dá uma idéia e ela obrigatoriamente volta para você porque você não tem estrutura, você não tem gente.

Mas eu acho também que você foi abrindo os caminhos, todo o mundo começou a se interessar porque...

Claro, você deu um empurrão grande, essa velocidade que você botou lá, tende a continuar, não é? Quando eu saí daqui tinha uma moça que foi assistir essa palestra, uma jornalista do *Globo* que eu gosto muito dela e eu não sabia que ela tinha assistido essa palestra no Rio. Me manda um e-mail desse tamanho. Era meia-noite e eu já queria ir embora para casa, mas falei: “Não, vou responder a ela porque amanhã eu não vou poder”. Se a pessoa te manda um e-mail grande, você tem que responder no mesmo tamanho. E aí pronto, é um envolvimento que, ou você toma uma decisão drástica – tem pessoas que tomam, não atendem telefone, não atendem convite, não fala – ou você tenta atender. E como eu disse, o tempo não é elástico, o tempo é de chumbo, ele é fecho.

Eu queria que o senhor falasse um pouco das relações que teve com a universidade porque às vezes eu sinto que existe uma certa richa entre jornalistas e acadêmicos e, lendo a sua trajetória, eu vi que em vários momentos o senhor transitou de um para outro, dando aulas, fazendo um curso nos Estados Unidos, depois com o Labjor.

É mas é diferente, quer dizer, não seria um caso paradigmático. Primeiro porque eu, por razões muito particulares minha, singulares, eu parei de estudar, por vontade própria, no segundo científico, eu não sei se eu contei isso para você.

Não, mas eu li em algum lugar.

Eu parei de estudar. Eu estava envolvido com aqueles movimentos sionistas socialistas, em que a gente tinha que romper com a burguesia, o diploma era um sinal de burguesia e eu parei. Terminei o segundo científico, naquela época tinha científico e parei, tranquei. Não precisava trancar, era um colégio particular. Parei de estudar e nunca mais. Teve uma época em que eu já era jornalista, tentei terminar o científico de noite, mas não dava porque às vezes tinha uma reportagem para fazer de noite e não foi possível terminar. Também nunca me importei com isso porque achava que o importante era você estudar, você ler, você fazer a sua formação pessoal. Eu estava errado, mas nada acontece por acaso. Havia uma vocação de estudo dentro de mim. Nesse próprio movimento que a gente participava, nós tínhamos muitos seminários onde a gente levava tarefas, não era uma universidade, mas você tinha tarefas intelectuais para cumprir, preparar trabalhos e apresentar textos. E isso ficou dentro de mim. Aí aconteceu que, quando eu já estava bem na profissão, tinha dez anos de profissão, estava há um ano e meio no *JB*, em 63, a PUC do Rio estava começando a sua faculdade de jornalismo. Eu acho que chamava jornalismo naquela época. Ela me convida para dar aula. Aliás, para cobrir uma licença de um professor. Tinham poucos professores de jornalismo, a maioria deles era gente que estava relacionada com relações públicas. Eu falei: “Eu vou aceitar. Mas, olha, eu queria inventar uma cadeira nova. Como eu já tenha boa experiência de revistas, boa experiência de jornal, tinha passado por rádio e um pouquinho por televisão, eu queria uma cadeira chamada...”. Eu acho que, na ementa, tinham várias disciplinas que eu podia escolher e eventualmente criá-las, porque ainda não havia dito nenhum professor. Eu falei: “Jornalismo comparado porque assim eu vou tentar fazer comparações com as várias modalidades de jornalismo”. E foi muito bem sucedido. Eu fiquei acho que nove anos na PUC com essa cadeira é claro que depois ela ia evoluindo. Eu dava aula uma manhã por semana, mas também era a manhã inteira, uma coisa terrível, dava quatro horas seguidas de aula. Não era bom, era muito cansativo para mim, mas eu tinha saúde e ia fazendo isso. Fiquei esse tempo todo e muitos alunos e alunas, muitos bons jornalistas passaram lá por mim. Foi uma experiência muito boa porque serviu para eu, de certa forma sistematizar – era isso que eu queria – a minha experiência. Foi uma forma que eu encontrei, de uma forma muito pessoal, de sistematizar essa experiência, tentar teorizar, ou como se diz hoje, de pensar o meu fazer. Então foi extremamente positivo. Aí aconteceu Colúmbia, que foi um acidente e eu vi realmente o que era uma universidade do primeiro time americano. Realmente eu vi que era um negócio que aqui no Brasil era impensável, sobretudo no campo do jornalismo. E, evidentemente, quando em em 93, eu comecei a ficar preocupado com o panorama da imprensa no Brasil, logo ocorreu criar um centro de estudos e esse centro de estudos teria que ser numa universidade. Foi por indicação de um amigo que falou: “Quem sabe a Unicamp? A Unicamp não tem curso de graduação, talvez queria fazer um negócio mais avançado”. E colou. A gente teve essa felicidade de encontrar um reitor, que era o Carlos Vogt da Unicamp, que comprou essa coisa, tocou, deu algumas condições para a gente ir para frente. Foi muito bom. Mas, de qualquer forma, essa minha trajetória “acadêmica”, ela é muito particular. Porque, se por um lado, eu acho que a academia é indispensável na vida de qualquer pessoa,

sobretudo se você está ligado à uma atividade que exige pensamento, a universidade no Brasil, ela burocratizou o pensamento, ela esmaga qualquer possibilidade de você ter uma criação, de você até ter um crescimento. Eu vejo teses, dissertações, que me chegam, eu fico abismado, com as simplificações, com as reduções, a coisa fica reduzida, achatada. Fico muito feliz em ver: “Que bom que eu não entrei nesse processo porque fico com a chance de, pelo menos, pensar diferente, de ver maior”. Então é uma relação controversa. Também aqui é uma relação contraditória, cheia de conflitos.

O OI continua ligado ao Labjor?

Não. Afetivamente sim, porque o *Observatório* foi uma criação do Labjor, mas hoje não há nenhum vínculo material. Nós primeiros saímos para o Instituto Uniemp, Universidade Empresa. No Uniemp, como nós estávamos grande demais, criamos o nosso próprio instituto, que está, por acaso, hospedado, no sentido, físico, na sede do Uniemp, lá na Av. Paulista. Mas a gente tem uma mesa, uma funcionária nossa e é só. Agora, temos relações muito boa com a Unicamp, como nos Estados Unidos se chama de *alma mater*, quer dizer, a Unicamp é, de certa forma, nossa *alma mater*, nós nascemos lá. Há projetos da gente fazer coisas juntos, mas a universidade no Brasil hoje está muito complicada, ela não permite você quebrar aqueles formatos e rituais. Foi uma sorte que nós conseguimos, o Labjor foi uma coisa nova porque a Unicamp era flexível. Ela não era dividida em departamentos, eram institutos, os institutos tinham os núcleos, os núcleos tinham os laboratórios e aí a gente engrenou nessa. Mas acho que mesmo hoje na Unicamp seria difícil começar um projeto diferenciado.

Eu tinha lido no site do Observatório que vocês se basearam no *Observatoire de la Presse*.

Apenas o nome

Ele mantém alguma relação com os *Observatórios* fora do país?

Não. A gente tem uma relação também afetiva com o português. Quando eu tive a idéia do Labjor, eu estava em Portugal. A história é diferente. Eu vim para o Brasil me tratar, eu peguei uma tuberculose lá e não conseguiram identificar, eu estava muito mal, vim para cá e fiquei aqui. Depois eu me curei e voltei para Portugal. Nesse meio tempo, eu já estava envolvido com a criação do Labjor. Com amigos portugueses, jornalistas, eles me procuraram, por coincidência, porque queriam fazer um centro de discussões, ligados à imprensa. Eles também estavam preocupados, mais ou menos de uma forma paralela, como eu estava com a imprensa brasileira. Me convidaram para integrar esse grupo. Eu falei: “Que bom!”. Eu contei o que a gente estava fazendo, que ia se chamara Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, eles gostaram muito. Eu falei: “Por que que vocês não criam com o mesmo nome, a gente faz uma entidade”. E os portugueses são muito orgulhosos: “Nós, vamos pensar”. Aí, um deles me trouxe um recorte que tinha saído num jornal francês do *Observatoire de la Presse*, que era uma entidade que tinha sido criada lá para dar cursos, era diferente. Eu falei: “Olha, o nome é muito bom, o nome é muito bom mesmo. Está bom”. Criamos em Lisboa um observatório. Eu até falei para ele: “Quem sabe, no futuro, o Laboratório gera um Observatório”. E ficou assim. Então, eu sou fundador daquele observatório português e o nosso negócio foi indo. Só que o nosso negócio teve uma velocidade espantosa comparada com a deles. Eles até hoje, passados 12 anos, não conseguiram fazer um *site*.

É impresso que ele sai?

Nem impresso! O negócio deles é darem cursos, seminários e congressos. Foi uma coisa muito errado, eu acho. Eu também não podia mudar. Quando a gente estava no Laboratório

vimos que era preciso operar, criar um mecanismo para falar com a sociedade porque só com a sociedade é que você valida a crítica à imprensa. Essa é uma doutrina minha particularmente. Não adianta você ficar masturbando, discutindo na academia sobre mídia, é a sociedade quem vai dizer como ela quer essa mídia, ela é a consumidora. Eu falei, quem sabe, um dia, a gente faz um subproduto, que vai se chamar Observatório. Quando nós começamos a discutir e vimos que precisávamos de fazer isso, eu pedi autorização a eles – claro, não é uma patente –, eles ficaram muito contentes e criamos aqui o *Observatório da Imprensa*, que cresceu tanto, que se sobrepôs ao Labjor. De certa forma ele matou os pais [ri]. A força dele veio dos seus dois acenstras, que é o Laboratório e o observatório português. Da França, nunca mais ouvi falar nada. Eu acho que eles não foram adiante. Realmente o conceito foi muito bom e foi isso que eu vi de positivo no título português. O conceito de observar é um conceito realmente novo, ele é uma forma de você intervir de uma forma branda, de uma forma indireta e democrática. Eu comecei a ler sobre o conceito da observação, me caiu nas mãos o famoso princípio daquele físico alemão, o Heisenberg. Ele tem uma teoria quântica em que e fala que o ato de observar é uma forma de intervir nso fenômenos, sem fazer uma intervenção direta, o objeto observado passa a atuar diferentemente, quando está sendo observado.

Para um físico falar isso...

Eu fiz um texto para o livro do pessoal do Cristofolletti, eles pretendem editar um livro, que era sobre o conceito de observatório da imprensa. Eu fiz um prefácio em que, de certa forma, eu explico esse conceito. Eu posso te dar, eu só te peço, como ainda não foi publicado...

...Esperar o livro ser publicado para poder citar.

Não, pode citar [procura o prefácio no computador e manda imprimir]. É o princípio da incerteza. Ele diz: “O observador, na medida em que influencia as propriedades dos objetos observados”. Eu achei essa coisa muito interessante porque você não está fazendo nenhuma pressão, você não está intervindo num processo indevidamente, mas você está se fazendo presente enquanto observador. E o objeto observado passa a se comportar diferentemente porque sabe que está sendo observado. Eu já usei isso várias vezes porque o que o *Observatório* deixou nesses 10, 11 anos de existência na sociedade brasileira é justamente o fato de a mídia hoje ter uma noção de que está sendo observada. E isso faz uma brutal diferença. Claro que ela não se corrige, nem passa a se comportar de uma forma perfeita, cavalheiresca, mas ela sabe que tem gente observando. Então, os excessos e abusos, eu acho que são...

E eu acho que, no mínimo ela se preocupa em responder às observações.

Exatamente.

Mudando de assunto, eu me lembro que o senhor tinha usado na última entrevista uma metáfora que eu achei bem interessante que dizia que, na verdade, ao dirigir o JB, o senhor ocupou um papel de maestro...

É, papel de maestro no sentido de que eu, nos quase 12 anos que trabalhei no JB, produzi uma quantidade ínfima textos escritos por mim. Eu não poderia calcular o número de laudas mas, sei lá, 100 laudas, 150 laudas no máximo em quase 12 anos. A não ser em duas ocasiões específicas em que eu fui cobrir como repórter, que foram duas guerras, uma casualmente e a outra eu escolhi para ir, eu produzi muito pouco. Agora, eu tenho certeza de que muiats coisas que gostaria de te escritor, eu passei para os outros. Eu acho que isso é uma das tarefas do editor – sei lá, redator-chefe, editor-chefe, que nome tenha. É você funcionar como um dínamo, uma usina, passar para os outros. Claro, isso não quer dizer que você tenha que

abdicar de tudo, mas à medida em que você está dirigindo, se você se desligar um pouco para escrever, eu tenho a impressão que você cria aí uns conflitos. Só para te dar exemplo. O [Paulo] Markun agora assumiu a presidência da TV Cultura – da TV, rádio e tudo. E ele tem um programa tradicional chamado “Roda Viva”. Eu acho que ele cria um conflito de interesses, na medida em que ele é o presidente, é editor ou produtor de um programa, evidentemente que ele dá mais atenção a esse programa. Num determinado momento ele corta, ele deixa de ser presidente e puxa a sardinha para ele. Eu fiz pouca coisa no JB, proporcionalmente ao período que eu trabalhei lá, eu produzi acho que pouca escrita porque realmente era um trabalho muito intenso de criação, de condução, de ensaios, de regência, de tudo isso. Ao mesmo tempo, como coisa paralela, nesses doze anos, produziu-se muita coisa. Por coincidência, isso aqui chama-se *Cadernos de jornalismo*, nós fizemos lá, entre 65 e 73. São 36 edições da primeira publicação regular para pensar a mídia. Criado no início de 65 e foi até o final da minha gestão lá. Ao mesmo tempo em que eu fui demitido, o dono da empresa mandava jogar fora os originais da última edição. Essa última edição, inclusive, tinha um artigo meu que foi perdido e eu não tinha cópia, mas eu tinha o título e em cima dele que eu escrevi o livro *O papel do jornal*. O título do meu artigo era *O jornal é de papel e o papel do jornal*, era um jogo de palavras e eu acabei pegando e só final e fiz o título *O papel do jornal*. Então, ao mesmo tempo que eu produzi pouco, criei condições para se fazer uma coisa dessas que é hoje um documento histórico. Tem uma série de bobagens aí, faz parte.

E como era o ambiente da redação, as suas relações com a “orquestra”?

Eu acho que nunca houve conflitos. Primeiro porque a gente tinha uma forma bastante – eu não sei se a palavra é democrática – mas a distribuição de responsabilidades era muito equilibrada. Eu sempre me preocupei com a administração. Não tenho nenhum curso, nenhuma formação em administrador, mas achava que, se você consegue criar uma máquina bem azeitada, ela rende mais, o desgaste é menor. Então, desde os primeiros momentos no *Jornal do Brasil*, eu me preocupei muito com a organização da redação, que sempre foi muito caótica na imprensa brasileira. Hoje ela ficou mais organizada e até excessivamente burocratizada, mas eu tentei dar uma organização. Criamos categorias de repórteres para resolver os problemas de salários e criamos fluxos para que o trabalho fosse mais rápido porque o jornal naquela época – até hoje ainda um pouco – era feito duas vezes, o repórter escrevia e depois o copidesque reescrevia, perdia um tempo enorme. Criamos fluxos mais rápidos e subdividimos a redação em mais editorias, criamos muitas editorias justamente para ampliar o espaço de cobertura. Não havia na redação brasileira serviços auxiliares como pesquisa. Realmente foi um trabalho de organização e isso ajuda muito a resolver os eventuais conflitos humanos. Se um profissional sente que a redação está se organizando para ele poder ser melhor aproveitado, evidentemente que isso não contraria ele. Como você tinha um comando muito bem distribuído, você tinha editores, subeditores, tudo isso ajuda a balancear, a não deixar vácuos. Claro você não pode ter muita chefia, mas como estava muito distribuído o poder, você tinha esse balanceamento e não chegava a mim as coisas porque isso era resolvido na esfera deles. Debaixo de mim, eu tinha o chefe de redação, debaixo do chefe de redação tinham dois secretários, depois você tinha o chefe de reportagem e o editor de notícias em cima dele. Em suma, o processo era muito distribuído, muito acolchoado e eu acho isso muito bom. Evidentemente que hoje as coisas seriam diferentes porque todos os procedimentos mudaram, até por causa da Internet. Mas eu não vejo grandes conflitos. Houve lá, quando eu cheguei, mas a coisa não me pegou. A direção estava discutindo salários para um grupo de jornalistas, acho que foram uns dois meses depois da minha chegada, eu não sei exatamente quando, e houve um conflito entre a direção e esses repórteres. Esses repórteres resolveram fazer greve, mas não era uma greve contra mim, nem as negociações foram comigo porque eu tinha recém chegado. Houve um impasse e a direção os afastou, depois voltaram quase todos.

Ao longo dos anos, há muito tempo, voltaram quase todos porque eu não tinham nenhum problema com eles, tinha sido um problema de caráter financeiro e administrativo, mas fora isso eu não me lembro... Claro, o chefe não gosta de um funcionário, demite, mas isso é inevitável.

Eu estava olhando o Ezra Pound [havia um jornal com uma matéria sobre o Ezra Pound na mesa] e eu lembro de ter lido em algum lugar das relações do Ezra Pound com o TS Elliot. A forma como o Pound era um leitor privilegiado das poesias do Elliot e acabou ajudando bastante. Na sua atividade literária teve algum leitor que te ajudou a...

Não, não, isso está por acaso aqui. Eu tenho uma pasta, eu trabalho com pastas, referências, não são muitas não. E eu tinha uns recortes de muitos anos atrás, de 76, da Revista Literária do *New York Times*. O recorte estava todo amarelado e se esgarçando, então eu pedi para a minha secretária mandar fazer aí uma cópia e eu joguei fora ontem. Eu fiquei com os originais aqui e vou botar na pasta. Era uma pasta de fascismo, aliás. Está aqui. Tenho uma pasta sobre o fascismo intelectual, porque a gente está sempre muito fascinado com a esquerda e deixa de perceber que houve muitos intelectuais – eu não chamaria fascistas, mas que são muito reacionários e o Elliot eu chamaria de reacionário, assumido – e que a gente deixa descartar e joga fora. Porque ele tem a etiqueta de reacionário, a gente não quer vê-lo como um poeta. Eu acho que a gente não pode ter essa atitude. O Ezra Pound, por exemplo, foi um traidor, o trabalho dele foi de traição aos Estados Unidos na Guerra, o que não invalida o valor dele como poeta. Nós tivemos aqui no Brasil, morreu há pouco, um Ezra Pound, o Gerardo Melo Mourão, que foi condenado à morte. Durante a guerra ele foi condenado à morte porque ele também participou de emissões radiofônicas, acho que ele era integralista. Como as melhores famílias tinham muitos integralistas, mas, durante a guerra, ele estava ligado aos integralistas. Eu não sei exatamente o que ele fez, eu sei que ele foi condenado à morte. Depois da guerra, ele foi absolvido e virou um homem, eu não diria de esquerda, mais muito próximo à esquerda, dado ao nacionalismo, ele era um nacionalista já, nesse momento. Do ponto de vista cultural, um poeta de mão cheia. Morreu há pouco tempo com uns oitenta e poucos anos. E justamente, não me lembro quem fez um necrológico dele, chamando ele de fascista, de não-se-o-quê. É muito injusto. Ele teve um momento na sua vida em que fez uma opção errada, mas evoluiu. Claro, que se ele tivesse cometido crimes, mas ele não foi um criminoso. Na Alemanha, na Itália e na França foi diferente, pessoas cometeram crimes, mandaram gente para campos de concentração. Isso é crime, é diferente. Aqui não, ele fez uma opção intelectual, você tem que dar liberdade a ela. O [??] lutou contra o stalinismo e hoje ele está, de certa forma, até apoiando o Putin e o Putin é o fascista. Eu acho que nessas coisas, você não pode ficar amarrado às etiquetas ideológicas, porque elas são sempre muito perigosas.

Sempre tem um jornalista que acaba ingressando como político ou assumindo um cargo. Por que o jornalista se interessa por política, por fazer política?

A atividade jornalística é política, essencialmente política, na sua essência. O quarto poder, é um poder informal da imprensa, é um poder político, o poder de contraditar, de fiscalizar. Então, atividade jornalística é essencialmente política e é natural que muitos jornalistas incorporem essa função política à sua natureza. Não apenas aquelas que cobrem só política, tem uns que não cobrem es acabam se encaminhando para a política. O Washington Novaes, por exemplo, ele é um dos jornalistas percussores da cobertura ambiental, mas eu acho que ele é uma entidade política. Ele escolheu a defesa do meio ambiente, mas é uma atividade política dele, ele é uma referência. Eu acho natural, normal, já que o jornalismo é essencialmente uma atividade política, que um jornalista também tenha, às vezes, essas opções. E alguns se transformam em políticos profissionais. O Sarney, por exemplo, no se início, ele era jornalista. Eu o demiti do *Jornal do Brasil* [risos]. Eu o demiti logo no início. Ele era

correspondente, mas já era deputado e ele fazia matérias beneficiando-se. Foi logo que eu cheguei, me trouxeram um dossier das matéria dele que eram absurdas e eu dei um fim. Mas era muito comum, você tem os grandes jornalistas do passado.

O Carlos Lacerda.

O Lacerda. Não, eu estou falando de outros, antes. E não é só no Brasil. Como é que chama o jornalista francês que virou primeiro ministro, que fez a manchete *J'accuse*?

O Clemenaceu?

Ele era jornalista. Foi político, deputado, não-sei-o-quê, mas naquele período do processo *Dreyfus*, ele era o redator-chefe do *Aurore*. Depois ele virou primeiro-ministro e conduziu a França para a vitória na Primeira Guerra Mundial. Ele é autor daquela frase de que a guerra é importante demais para ser entregue aos militares, aos generais porque ele tinha assumido o comando das operações. Ele é o típico exemplo do jornalista profissional, de redação, que... Como esse, você tem muitos outros, o Barbosa Lima Sobrinho, que era um jornalista, um estudioso de jornalismo e que foi governador de Pernambuco. Tem muitos na história do Brasil.

[Encerro, conversamos e acabo retomando a gravação]

Você me passou um contato [do Sérgio Vilas Boas], eu cheguei a passar um e-mail, a gente conversou.

Ele criou um instituto que se chama *Texto Vivo*. Mas o que eu acho interessante nele é que ele faz parte de um seleto grupo de profissionais da América Latina e do mundo preocupados com o que se chama hoje de jornalismo literário ou jornalismo narrativo, nos Estados Unidos era o *new journalism*. E ele trabalha muito isso. Todo o negócio da biografia dele tem a ver também um pouco com isso. Não adianta o jornalista ser também ou ter uma atividade intelectual. É que essa atividade intelectual tem que se manifestar através de uma qualidade do que ele produz.

No jornalismo?

É.

O senhor comentou que é preciso integrar as duas no final das contas.

Exatamente, mas no fazer, no seu texto mesmo. Não adianta você ficar elaborando uma série de coisas fantásticas, enquanto jornalista, mas o seu texto é um texto aborrecido, chato, ilegível. Você tem que trazer, já que você teve essas preocupações intelectuais, uma noção de literatura para o jornalismo. Essa ponte, eu acho muito importante. Por isso que eu te falei do Dr. Alceu, ele defendia que o jornalismo é literatura sob pressão.

E o contrário? O senhor acha que jornalismo leva alguma coisa para a literatura?

Ah sim.

Em termos de linguagem, de estética?

Você tem muitos textos literários que originalmente são peças jornalísticas. É o caso do Truman Capote, do *A sangue frio*. São as duas coisas, é o escritor influenciado o jornalista e o jornalista se beneficiando da condição de escritor. Eu acho que aí talvez você pudesse deixar uma contribuição para o futuro. Mesmo que o jornalismo seja um jornalismo de Internet, tem que haver um cuidado maior. Os textos hoje são ilegíveis. Você vê textos em jornal impresso, não é que está errado, não tem nada grafado errado porque isso se conserta. Mas é pobre,

estilisticamente pobre, mal apresentado. Às vezes não está bem concatenado, se ele estivesse tirado um parágrafo aqui de baixo e posto lá em cima ia ficar mais lógico. Trabalho de elaboração literária, o jornalista tem que fazer isso também.

E isso o senhor acha que é falta de formação, falta de tempo?

Não, eu acho que é falta de tempo e falta de exigência, não há quem exija. Não tem alguém que diz assim: “Porra! Isso aqui está... Tem que reescrever!”. Eu não sei se eu te contei, um dos meus primeiros textos na revista *Visão* – eu tinha 20 anos – o redator chefe era um grande escritor Pernambucano, o Luiz Jardim, um sujeito muito culto, aquela formação antiga. E ele lia tudo. A revista era quinzenal. Aí, um dos meus primeiros textos, senão o primeiro, me lembro ele devolveu e o texto estava todo riscado. Eu falei: “Ih... Ele deve ter...”. Ele falou assim: “Olha, está muito bom! Só que você vai ter que fazer isso, isso e isso”. Ele não estava dizendo que estava ruim, ele só queria que fosse melhorado. É isso que falta hoje ao jornalismo, qualquer que seja ele, impresso, de *web*, de televisão. Eu faço um comentário no meu programa de televisão, um editorialzinho, que é um minuto. Eu não sei quantas laudas porque aquilo é diferente, o formato é diferente, mas deve ser umas duas, duas laudas e meia. Eu levo ali uma hora fazendo porque eu tenho que pensar como é que eu vou dizer isso, se isso dito é compreensível, mas também, por outro lado, eu tenho que fazer com que coisa tenha uma certa forma literária, mesmo falando, mesmo lendo. E eu acho que essas coisa vêm do seu padrão de exigência. Se você não tem um chefe, você é o teu chefe. Você tem de dizer: “Isso está uma merda, eu vou fazer de novo”. Eu acho que esse tipo de padrão de exigência você hoje não tem muito na imprensa brasileira. Não tem mesmo! Eu acho ruim, eu acho que a literatura sofre também. Se a imprensa é mal escrita, a literatura também é. Então eu acho que, se você estabelece um padrão literário, um padrão de escrita, um padrão mais exigente de escrita, a sociedade toda sai beneficiada.

Porque acaba cobrando isso...

As pessoas acabam absoverndo uma forma de se expressar muito mais clara, muito mais correta. Eu estava observando, eu não sei se você acompanhou, o caso dessa doméstica que foi espancada, a Sirley. É impressionante, toda vez que eu a vi falando, ela fala com uma correção. Não é correção gramatical, ela é clara! Ela não tem “ãh”, “hum”, “né”, “sabe como é?” Não, ela faz as frases corretamente. Ela deve ter curso primário. Mas ela absorveu uma forma de se expressar clara, correta, talvez porque ela estivesse diante de uma situação muito difícil e ela precisava ser correta, não sei. Mas eu achei isso extraordinário porque o brasileiro *não se expressa bem*. Você vê até esses grampos, em que as pessoas ficam falando pelo telefone, são *incompreensíveis*. Não é porque eles estão tentando esconder, é que eles não sabem se expressar, fica o “né”, o “sabecomé”, “não-sei-o-quê”, cheios de bordões porque brasileiro se expressa mal. Você pega um motorista de taxi português, pelo menos quando eu morava lá, o cara coloca os pronomes, coloca a vírgula certa, põe a frase completa e depois vem a frase complementar. Agora, se a nossa imprensa, os nossos meios de comunicação são mal redigidos, isso afeta o falar. “Escrever bem é pensar bem” – tem uma frase famosa aí, eu não sei de quem é, mas que se usa em todas as redações. Quando você pensa bem, você escreve bem ou, você escreve bem, acaba pensando bem também. Então por isso que eu acho que, se você pudesse (eu não quero intervir no seu trabalho) ter uma conversa com o Sérgio Vilas Boas, mesmo por e-mail, ler alguma coisa, ver os trabalhos dele, para que você tivesse um viés também sobre essa coisa do jornalismo narrativo. Olha, quem é o grande o defensor na América Latina disso, o campeão, é o Garcia Marquez. Ele tem a Fundación Latinoamericana para el Nuevo Periodismo, que justamente é voltada para o estímulo ao “novo periodismo”. E qual o novo periodismo deles? É o literário, o narrativo. Ele vai a seminários, ele participa, ele faz coisas de cinema, mas também no cinema ele quer que as

coisas sejam bem narradas. Eu acho que isso é muito importante numa sociedade como a nossa, latino-americana, que não tem um substrato cultural que tem o primeiro mundo. E ele insiste muito nisso. Eu já participei do júri em 2006 e uma das coisas fundamentais, é a matéria tem que estar bem escrita. Não adianta um furo, uma investigação, um trabalho fantástico, se não está bem escrita, se não tem a força dramática.

E, por quê que tem esse tipo de decalagem entre o jornalismo que a gente espera que seja ideal, que é um jornalismo mais bem escrito e às vezes muito mais aprofundado, do jornalismo do cotidiano, que é muito mais rápido?

É isso, não falta chefe que dê esporro, chefe que tenha isso dentro dele: “Pô, eu vou pegar esse garoto aqui e vou fazer dele um bom narrador”. Falta esse desafio. É por isso que eu estou falando com você, você joga um pouco disso e é uma bolsa de neve. Alguém vai ler esse teu trabalho, você vai publicar, em suma, você tem uma cadeia produtiva. Eu acho indispensável. Eu te dei o negócio do Roth. Ele é um caso típico! Ele é um jornalista. Aliás, ele dizia: “Eu sou um repórter”. Mas o cara era um escritor! E a passagem que ele fez foi...

... quase que automática.

É, automática. Foi um episódio dramático, justamente o assassinato de uma figura importante da república de Weimar, quando o nazismo estava começando a engrenar, que ele pegou aquilo, fez um folhetim, capítulos. Eu acho que, na medida em que o jornalismo melhora, a literatura melhora também. Melhora tudo, o falar, o relacionar-se, o pensar.

Ela melhora porque os jornalistas e escritores acabam entrando em contato e havendo algum tipo de renovação estilística?

Você gera um ambiente, você gera padrões ambientais que te obrigam. É o caso dessa Sirlei, em algum lugar, ela se acostumou a ouvir frases bem expostas. Parece que o pai dela, que deu umas entrevista, também era uma pessoa muito simples, mas que expunha direito o seu pensamento, com muita clareza. E ela também, claro. E é isso que a gente precisa, de pessoas que consigam se expressar com clareza, dizer o que eles querem, que é isso o que nos diferenciam dos animais.

Você tinha comentado que, quando você escrevia para a *Folha*, você escutava a sonoridade dos editorialistas do JB, o Otto Lara Resendo, o Antônio Cândido. Depois, quando você parou para escrever o Stephan Zweig, isso também virou uma opção de fazer um trabalho assim, só que num espaço maior?

Muito. Inclusive, o livro *Vínculos de fogo*, que literariamente eu acho que muito mais elaborado, realmente é uma masturbação, eu não digo literária, mas de texto. Inclusive tem a morte dele, do personagem, que é o início do livro e que, de repente, dentro da frase, começa a rimar. Mas não é versinho não, é a frase, porque ele é um poeta e vai ser morto. Eu fiz isso de propósito porque é a morte do poeta, então o texto tem que ser versejado, mas sem estar dividido em estrofes e tudo. Mas, é claro, é por isso que o livro não acabou. Porque eu não aguentei fazer dois volumes assim, fica esse primeiro volume como uma experiência e depois eu vou adiante. Mas eu acho muito importante esse capricho, esse esmero porque a palavra é que faz a diferença. Eu estou lendo muito alguns artigos que eu separei para ler, sobre o comportamento moral dos irracionais. Têm muitas experiências nos Estados Unidos e no Brasil também, com macacos para tentar descobrir, dentro do comportamento deles, coisas morais. Quer dizer, morais no sentido amplo da palavra, não é no sentido moralista. Por exemplo, macacos que apóiam as boas ações do outro, boas ações no sentido de salvar o mais fraco. Então tem experiências interessantíssimas, mas fascinantes, fascinantes mesmo. E científicas, de observação anotada e estudos comparadas, é muito interessante. Mas,

justamente, o artigo que eu estou lendo é que, confrontado em diferentes situações, o que separa o homem do chimpanz é a capacidade de se expressar.

E inclusive de sistematizar esse tipo de opção moral....

Exatamente, com legislação, com códigos, com os dez mandamentos. Mas, o que distingue um do outro é a capacidade de verbalizar, o ser humano verbaliza o seu Moralismo, o chimpanzé não o faz. Mas é por isso que a gente tem que melhorar nossa capacidade de se expressar, de verbalizar. É um artigo muito bem feito e aí ele pega o Chomsky, que diz que tem a natureza universal da gramática, que todas as línguas mais ou menos se organizam da mesma forma. O autor, um americano, diz que, da mesma forma, todas as espécies superiores de animais têm uma moral e essa moral é mais ou menos universal para as espécies. É uma reflexão interessante. O que me importou mais nisso foi a idéia de que o que distingue o homem do chimpanzé é que nós sabemos verbalizar o nosso senso moral e eles não. Se nós temos essa capacidade de verbalizar, de nos explicar, de estabelecermos estatutos que são escritos, a gente tem que melhorar essa capacidade.

O senhor acha que a imprensa, de lá pra cá piorou ou piorou?

De lá pra, quando?

Dos anos 50-60.

Em alguns aspectos melhorou, ela ficou muito mais presente. Ele é realmente um poder e não é de hoje, isso já vem crescendo, a partir dos anos 50 e vem vindo. Mas, por outro lado, nesse aspecto intelectual, ela decaiu muito, você pegava o texto de um grande articulista, você tinha o que ler e hoje as coisas são feitas de uma forma meio lambuzada. É o sistema todo, são os meios de produção que se transformaram numa coisa muito comum, são máquinas. Você pega uma jornalista como a Miriam, leitão, que é uma grande jornalista de economia, é uma pessoa séria, esteve ligada com a resistência, em suma, é uma excelente jornalista, pessoa, tudo. Essa mulher escreve ou participa de quatro, cinco programas por dia, só dos que eu ouço. De manhã ela tem um comentário no Bom dia Brasil, depois ela tem um negócio na CBN de manhã, depois, ao meio-dia, ele tem outro negócio na CBN, depois ela faz o artigo do *Globo* e ainda tem um negócio na *Globonews*, que eu não sei se é diário, que é um programa que ela tem de entrevistas, mas eu acho que não é diário. É um loucura! Ela não tem tempo de recarregar a pilha, de ler um texto para renovar até o seu vocabulário. Ganha muito bem, mas é triturada. Era o caso do Paulo Francis. Aí tinha vários problemas dele, mas ele não lia os seus textos, ele lia depois. Eu te contei isso que ele escrevia o texto, depois ele escrevia uma errata: “na linha 3, troque a palavra tal por isso”, “na linha 4, frase é essa e não essa”. É muita arrogância dele também. Eu não, eu fico sofrendo em cima de cada palavra, troco, depois ponho de volta, depois ponho de volta, não ponho mais, depois jogo para cá. Então, eu acho que o sistema está empurrando o descuido.

Durante as nossas conversas o senhor citou vários jornalistas e literatos, a começar pelo Hipólito José da Costa. Eu tenho a impressão que não existe uma certa renovação desse pessoal nas redações.

Não hoje não existe.

Ou eles acabaram indo para outros cantos, o Sérgio Vilas Boas criou um instituto. Você acha que perdeu-se...

O sistema não está mais interessado nisso. Eu, noutro dia, peguei uma redatora chefe de um portal e ela me perguntou: “O quê que você está achando?”. Eu falei: “Olha, eu vou te dizer, mal-escrito, a organização é péssima, as matérias somem ao longo do dia”. Eu sei que eu

comecei a falar e ela falou assim: “Puxa, você tem que dizer as coisas aqui para a minha equipe porque...” – ela não tinha percebido. E não é que ela seja burra, ela pensou que ela estava fazendo correto. Tem um dado aí que é importante, antigamente a redação era um ponto de encontro em que você pegava um texto e dizia: “Ô Fulano!”; “Peraí, José”. E aí vinha um outro e dizia assim: “Mas eu acho...”. As redações eram assim. Você não pegou isso, certamente, mas redações eram um convívio, onde os talentos geravam fagulhas que incendiavam o cara que estava lá na última mesa, mas que ouvia isso e dizia: “Porra, o cara falou isso, nunca mais vou esquecer”. Não tem mais isso. Virou um: eu estou aqui no meu artigo, o outro embrulha e manda. É claro que você não vai voltar a ter as redações antigas, mas podia ter um meio termo. Você precisava ter nas redações um certo convívio intelectual para que essas coisas fossem incentivadas. E muda a escala de valores.

O senhor acha que os próprios jornalistas já não vêm as redações como esse espaço de produção cultural?

Não, olha ontem nós tivemos uma reunião aqui com o Egyto [Luiz Egyto, editor do OI]. Nós estamos aí planejando muitas mudanças, até na nossa forma de operar. E o Egyto falou: “A gente precisa ter uma redação”. O Egyto, acho que tem cinquenta e poucos anos, ele é muito jovem, porque começou muito cedo, mas ele pegou a redação antiga. Ele é um homem de Internet, um craque, mas ele pegou a redação antiga. E ele, sem querer, falou: “Não, a gente precisava ter uma redaçãozinha”. Eu acho isso formidável porque ele sentiu a necessidade que, embora nós todos nos expressemos através da Internet, que precisa ter um mínimo de convívio para se transmitir, a coisa é meio sensorial. Senão, você vai mecanizar tudo.

Eu acho que essa conversa toda feita por e-mail não é a mesma coisa.

Imagina essa conversa toda que a gente está tendo por e-mail. Ela até podia ocorrer, mas ela ia levar um tempo muito grande. E não ir ter essa interatividade que tem, o contato pessoal. Eu acho que o jornalista tem que ter essa interatividade com os seus companheiros, colegas, para que depois ele produza isso. O escritor também! O escritor ficar sozinho na sua masturbação... Claro, tem algum gênio, J.L Salinger, aquele americano. Ele até hoje está fechado lá, mas é um louco. É um caso único. O Balzac escreveu trinta e tantos romances assinados, sem falar nos outros que ele não assinava, mas ele tinha uma vida exuberante, inclusive em jornal.

Eu me lembro do senhor falando também do Stephan Zweig, muito do que ele fez era Viena e os amigos dele.

Os cafés e as cartas que ele trocava e as viagens que ele fazia para conhecer pessoas. O homem é um produto do seu meio e, na medida em que a gente ignora isso, a gente não consegue fazer um processo de comunicação integral, você se comunica, mas o conteúdo acaba diminuindo, ficando mais raso.

Segundo entrevista realizada em São Paulo, em 05/07/07.

Antônio Hohlfeldt

Antônio Carlos Hohlfeldt (Porto Alegre, 23 de dezembro de 1948) é um jornalista, escritor, professor universitário e político brasileiro filiado ao PMDB. É formado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado e doutorado em Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). É autor de treze livros de ficção infanto-juvenil e também quinze obras de ensaio e pesquisa acadêmica em Comunicação. Foi professor nas universidades gaúchas Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Universidade Luterana do Brasil, e atualmente encontra-se vinculado a PUC-RS. Docente no curso básico e no mestrado em Comunicação Social, foi também coordenador do programa de Pós-Graduação em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da PUCRS de 1999 até 2002. Durante dezessete anos foi jornalista do *Correio do Povo*, e integrou a equipe do *Diário do Sul*, sempre na área de jornalismo cultural. Atualmente, é o único crítico teatral em atividade na capital gaúcha, mantendo sua coluna semanal no Jornal do Comércio, às sextas-feiras. Atuou como relações públicas na Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, foi diretor do Teatro São Pedro e do Museu de Arte do Rio Grande do Sul. Ainda na área cultural foi assessor da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre (1972), assessor da Secretaria de Estado da Cultura, Desporto e Turismo do Rio Grande do Sul (1978-1981) - tendo trabalhado na Secção da Rádio Canadá Internacional (1974) -, assessor de imprensa da Fundação Sinfônica de Porto Alegre e do Instituto Goethe (1976). Em 1982 foi o primeiro membro do Partido dos Trabalhadores a se eleger para cargo público no Rio Grande do Sul. Tomou posse como vereador em 1983. Seria reconduzido à Câmara dos Vereadores de Porto Alegre por cinco vezes, apenas abandonando o cargo ao ser eleito vice-governador, no final de 2002. Em 2007, foi eleito patrono da 53ª Feira do Livro de Porto Alegre.



de

Entrevista

Eu geralmente começo pedindo para a pessoa contar a sua história de vida para depois entrar nas questões sobre o jornalismo.

Eu acho que na trajetória de vida já aparece claro isso que te interessa. Na verdade, desde menino, eu gostava muito de ler e de escrever, era aquilo que a gente chama de “um bom aluno”, principalmente em português, claro. Eu era de um colégio lassalista e tinha uma prática de, pelo menos uma vez por semana, o irmão, na área de língua portuguesa, entrava com as gravuras, com umas imagens grandes, enormes, botava na parede e dizia: “Hoje é narração” – então, tu tinha que inventar um história”. “Hoje é descrição”, tu tinha que fazer uma descrição. Isso me apurou muito a questão de escrever e eu gostava disso. Por outro lado, eu tinha um teatrinho de fantoches. Eu criava os bonequinhos, a minha avó fazia as roupas e eu inventava as histórias, fazia as apresentações. Desde criança, eu tinha essa vontade de ler e essa prática de escrita, na minha cabeça eu queria ser escritor, esse era o meu projeto de vida. Evidente que no ginásio, o segundo grau – eu entrei no Clássico, sabendo que iria por esse caminho – me levou a fazer um vestibular para letras. Ao mesmo tempo, eu tinha alguns amigos que estavam fazendo vestibular para a jornalismo, então eu acabei fazendo jornalismo também. Porque eu acabei me dando conta de aqui eu não ia sobreviver como escritor, eu ia ter que ter que ter uma coisa afim, que não me atrapalhasse e me permitisse fazer o projeto que eu queria, que era escrever, ainda que intermediariamente fazendo outra coisa, que era o jornalismo. Acabou havendo esse casamento: jornalismo e letras. Claro que depois essa idéia de escrever virou muito mais o crítico e ensaísta do que propriamente criador de ficção. Mas, na verdade, eu tenho 18 livros de ficção infantil. Tenho escrito e tenho alguns projetos, quem sabe, logo vai dar para fazer uma novela ou romance, até hoje não realizei. Acabou juntando a parte do jornalista, a parte do escritor, muito mais do ensaísta, do crítico. O jornal me deu essa possibilidade também através do suplemento literário que se tinha aqui, o Caderno de Sábado, que era um suplemento extremamente importante nos anos 70-80 e que nós tínhamos uma relação com todo o Brasil. Publicava aqui normalmente o Drummond, a Clarice, aquelas matérias que eram distribuídas nacionalmente, que saíam em suplementos e escritores com quem nós fizemos contato direto na época como, por exemplo, João Antônio. Todos do conto mineiro, tu encontra textos de todos eles aqui dentro desses contatos que a gente tinha.

Quais eram as suas leituras nessa época?

Bom, criança, basicamente minha leitura foi Karl May, os romances de aventura do Karl May. Do meu pai eu tinha ganho alguns velhos volumes do Tarzan, do Edgar Rice Burroughs, ele me comprou a edição nova porque eu gostava muito. Eu tinha o Tarzan inteiro. O Karl May, era aquela edição de capa dura da Globo, dez volumes, três volumes com o Winnetou e sete volumes depois com as aventuras na África. E eu não tinha dinheiro para aquela coleção, era muito caro, mas um vizinho meu tinha, então ele me emprestava. Claro, quando eu brigava com ele, ele me tirava o livro, eu tinha que fazer as pazes com ele de novo. Enfim, isso me marcou tanto que, para tu ter uma idéia, agora, quando eu estava escrevendo o meu doutorado, há dez anos atrás, eu comprei uma coleção daquelas usada, num sebo. E eu ficava num sítio, escrevendo até a madrugada, mas eu não dormia sem dar uma lidinha. Na verdade, eu comprei todos os romances do Karl May, tenho a coleção inteira, são quase 40 livros. Um cara que exagerava, que nunca saiu da aldeia dele, é um professor de história, de geografia e que tem aventuras na África, na Ásia, tem aventura que passa aqui em Porto Alegre. A aventura começa aqui, o cara atravessa ao Rio da Prata, vai para os Andes, Bolívia e vai se embora. É fenomenal. Eu continuo tendo a mesma boa impressão do romancista de aventuras. Desses dois, eu passei para o Conan Doyle. Aqueles romances da coleção Terra, Mar e Ar principalmente, que a *Companhia Editora Nacional*, que era antigamente do Monteiro

Lobato. era fantástica nesse sentido. Tem umas histórias de Rafael Sabatini, de piratas, os romances do Fu Manchu, todo aquele acervo de romances de aventura que a *Terra, Mar e Ar* publicava eu tinha, lia e relia. Quando eu estou chegando no vestibular porque no 2º grau eu faço bons estudos de história, eu tive um belo professor de história, aí eu já começo a ter outra percepção. O meu salto é radical, eu saio dessas coisas e vou direto para Kafka, para Simone de Beauvoir, Graciliano. E eu abri um outro caminho. Claro, depois, na Faculdade de Letras, eu fiz não só as cadeiras de teoria, como eu fazia os seminários de crítica literária, aí realmente abriu um universo fantástico, mudou a visão.

E quando você terminou, foi trabalhar com jornalismo de crítica?

Sim, na verdade, pela faculdade de jornalismo, que eu fazia aqui, na Famecos, eu conheci colegas que já faziam algumas coisas em rádio e jornal. Na verdade, um deles trabalhava numa pequena emissora, a *Rádio Metrópole* e fazia um programa aos domingos à tarde, evidente que de graça. O programa passava a tarde inteira, das duas horas às seis. E fazia comentário de música popular. Eu comecei a fazer comentários de teatro e de cinema. Depois passei para outra rádio, a *Rádio Pampa*, que hoje ainda existe, trocou de dono, mas naquela época era *Pampa*. Eu comecei a fazer inclusive alguns programas de música clássica, alguma coisa de jornalismo já pago, com carteira assinada, diretinho. A partir daí acabei me aproximando do *Correio do Povo*, do editor de cultura, o velho Paulo Fontora Gastau, porque eu já tinha uma relação com o *Correio* via página infantil. Então, com aquele meu teatrinho de fantoches, eu tinha aparecido numa reportagem na página infantil do *Correio* e conheci o pessoal. Da rádio, acabei chegando lá, e comecei a escrever alguns artigos de crítica de cinema no jornal, fiquei uns três, quatro anos como colaborador. Eu ganhava tanto dinheiro que o dono do jornal resolveu me empregar porque eu ganhava mais dinheiro como não-empregado – ele me pagava por artigo –, do que se eu tivesse carteira assinada. Então, eu acabei entrando no jornal. A minha profissionalização se deu por esse caminho, o rádio, o jornal, enquanto eu fazia o curso de jornalismo e o próprio curso de letras. O curioso é que eu abandonei o curso de jornalismo no meio porque eu tinha que passar para o curso da noite e, na verdade, o meu pai teve um problema econômico, financeiro, ele tinha um escritório de contabilidade e foi roubado pelos sócios, daí eu tive que ajudar ele a segurar a peteca porque senão a coisa ia ficar russa. Resultado: acabei continuando o curso de letras, nessa altura eu estava apaixonado, e larguei o jornalismo. Nesse meio tempo sai a lei da regulamentação da profissão em 68. Bom, aí eu tinha dois anos e pico de jornal, de rádio, comprovados, com artigo e carteira inclusive. Fiz o registro e parei. O curioso é que eu continuei profissionalmente no jornalismo e, ao mesmo tempo, mantive e fui aumentando permanentemente o meu vínculo com a literatura, inclusive porque no curso de letras eu acabei fazendo também um curso de teatro na parte teórica. Todas as cadeiras teóricas, História da Dramaturgia, História do Espetáculo, Teoria do Teatro, Direção, eu fiz. O que me levou um dia a poder escrever tranquilamente sobre teatro no jornal. Como eu cheguei no *Correio do Povo* via cultura, eu acabei me tornando um jornalista da área cultural. Acabou fechando, a formação ajudava o meu trabalho e o meu trabalho aumentava ainda mais o meu interesse pela formação específica. No jornal eu fiquei com a área de literatura, com a área de teatro, fundamentalmente essas duas e, eventualmente escrevia também sobre artes plásticas. Quando o jornalista que trabalhava no *Correio* nessa área se aposentou, eu acabei assumindo. Depois tinha um outro cara para música, mas teatro e literatura eram assim os dois espaços mais presentes meus.

Mas era só na parte de crítica?

Não, aí entrava reportagem, entrava tudo, reportagens, críticas. Para tu ter uma idéia, o *Correio do Povo* naquela época era *standard* e nós tínhamos em cultura, em geral três páginas

por dias, no domingo, seis. Claro, que incluía horário de cinema, horário de missa, essas coisas todas. E olha, as reportagens normalmente eram aquela coisa, sete laudas, oito laudas, eram entrevistas longas, reportagens, conversas. Eu acabei formando um bom arquivinho de endereços, tinha contatos em nível nacional. Eu tinha a vantagem de falar línguas, dominava bem o francês e o espanhol, quebrava bem o meu galho com o inglês, um pouco de italiano. Eu era inclusive mandado muito para Rio, São Paulo para assistir espetáculos, eventualmente para Buenos Aires, quando vinha uma coisa de fora. Não tinha grandes dificuldades de entrevistar artistas e escritores estrangeiros exatamente porque eu conseguia normalmente ter um contato direto, não estar dependendo de intermediário, de tradutor ou coisa parecida.

E a formação em Letras nessa hora ajudava?

Eu acho que ajudava, evidentemente. Minhas perguntas não eram: “Como é que começou?”, não eram aquelas perguntas idiotas, eu já podia questionar diretamente em cima de algumas questões do próprio trabalho do cara. E eu tinha hábito, desde o início, Fábio, de, por exemplo, nas artes plásticas, eu sabia que eu não entendi muito de artes plásticas. O que eu fazia? Quando eu tinha as pautas para cobrir, a partir do meu editor ou a partir do material que chegava de notícias, de informação, de *folders* de lançamento, eu ia estudar a respeito. Eu ia no arquivo do jornal, o *Correio* sempre teve um bom arquivo, ver quem era o cara. E comecei a querer entender o que era uma gravura, uma lito, uma xilo, a pintura a óleo... Eu dava uma estudada, eu não ia assim de qualquer maneira, sempre fui um cara bem organizadinho nisso. Isso aí evidentemente te dá um outra qualificação, a entrevista rendia muito mais e o cara ficava também com mais disposição para conversar.

O senhor falando sobre isso. Ontem eu peguei o *Correio do Povo* e praticamente não tem mais editoria de cultura.

Não.

O que mudou nesse tipo de cobertura de lá para cá?

Eu diria que tem duas coisas. Uma, institucional no Brasil é aquela virada dos anos 80, quando entram os chamados segundos cadernos, que passam a trabalhar com indústria cultural e não mais com cultura propriamente dita. Eu acho que essa é uma mudança genérica e que afetou em parte o *Correio*, nós diminuimos muito o tamanho naquela época. Quando entrou a diagramação, por exemplo, isso também teve um complicador bastante grande, você tinha que baixar a matéria mais cedo. Nos meus anos maiores do *Correio do Povo* era aquele negócio, até 10 de noite tu estava baixando matéria. Tu ia para a oficina e não tinha diagramação, tu tinha uma idéia: “Olha, essa matéria tem que sair, tem que sair lá em cima, são quatro colunas, são três colunas”. Tu ia fechar o jornal duas da matina mais ou menos e a gente ia fechar o jornal ao vivo lá dentro na oficina, com aqueles truques das fincadinhas embaixo nas galecas. Deu um furadinho, tu pegava um fincadinha daquelas e botava para fechar a página. Se ficava muito grande, tu cortava um pedaço da matéria para fechar. Era no olho! A gente ia baixando as matérias, ia fazendo uma lista das retrancas e botava três colunas, duas colunas. Agora, às vezes tu tinha que dizer assim: “Olha, troca esse título aqui de três para quatro” porque abria a matéria e cobria melhor. O troço era assim, no improvisado. Eu acho que a virada para a diagramação já começou a mudar um pouco, tinha que previamente ter uma dimensão, não dava mais para mexer. Eu acho que no caso, entra o problema específico do *Correio do Povo*. Quando o jornal faliu, evidentemente que quando é recomprado, ele entra com uma outra idéia de jornal completamente diferente. Tu pode ver que o jornal hoje não só é um tablóide, como é um jornal de *lead* fundamentalmente. O *Correio* publica fundamentalmente *leads*, matérias curtíssimas. Tchê, eu acho que não tem matérias de três laudas no *Correio*. Raríssimo. Em geral é duas, duas laudas e meia as grandes porque a pequenininha é 10 linhas,

15 linhas. Agora é curioso isso, Fábio. Da minhas experiência de leitor, eu leio todos os dias de manhã, no café da manhã, os quatro jornais básicos de Porto Alegre. Evidentemente que, para mim, o melhor jornal aqui ainda é o *Jornal do Comércio*, jornal onde hoje eu trabalho, tanto no jornalismo comum do dia-a-dia, como no jornalismo cultural, eles continuam tendo um suplemento, que cobre a indústria cultural, mas também é um espaço de cultura. É onde eu escrevo minha crítica e tem, inclusive, o crítico de cinema talvez mais antigo em atuação no Brasil hoje, um dos melhores, que é o Hélio Nascimento. Ele é lá do velho tempo, escreveu nos *Cadernos de cinema* do Instituto Nacional de Cinema, um bocado de coisas. Eu acho, então, que houve essas duas mudanças. Uma mudança foi a entrada dos segundos cadernos, que é uma mudança geral. A segunda, que afetou diretamente o *Correio* é que ele é relançado com a idéia de ser um jornal ágil, de ser um jornal que atenda realmente a um leitor apurado. Um leitor de negócios que não tem muito tempo para perder com matérias mais profundas. O curioso é que o *Correio* não perdeu o público dele tradicional. A imagem do *Correio do Povo* é um negócio tão forte que, você vê, eles agora trocaram de novo, a terceira vez, passou para o grupo Record e não tiveram coragem de mexer no jornal. O jornal está basicamente o que ele foi nos últimos anos, desde a *rentrée* dele. Então eu acho que houve essas duas intervenções. E uma surpresa porque eu confesso que, quando eu vi o jornal no novo tamanho, no novo formato, eu disse: “Isso aqui não dura”. Para a minha surpresa, não só durou como, do ponto de vista de assinaturas, em tudo, aumentou em relação ao velho jornal. Conseguiu enfrentar a *Zero Hora*, o que era uma coisa complicada porque, nesses anos de ausência do *Correio*, é evidente que a *Zero Hora* se afirmou. O *Correio*, na verdade, entrou e recuperou credibilidade, que era um dos grandes desafios principalmente no interior. Em Porto Alegre é mais a *Zero Hora*, mas no interior, tchê, a credibilidade e a presença do *Correio* é imensamente superior. Ainda é, voltou a ser. Ele recuperou esse espaço, com toda certeza.

O senhor ficou quanto tempo no *Correio do Povo*?

Dezessete anos. E saí porque o jornal quebrou. Porque, senão pirigava de até hoje eu estar lá ainda, independente de qualquer outra coisa. Saí porque o jornal quebrou e porque, na verdade, houve um momento em que eu fui saído. Quando houve a greve dos jornalistas – para tu ver a ironia da situação – na assembléia que nós fizemos na oficina do jornal, houve dois jornalistas que votaram contra a greve: o presidente da ARI, o Antônio González, e eu. Porque nós dois tínhamos absolutamente claro que o jornal não sairia da greve, ou seja, ele quebrava ali, no momento. Na verdade, o jornal não quebrou, nem não saiu porque a greve foi se estendendo, a Justiça doi dando ganho de causa para nós, nós acabamos voltando devagarzinho, quando o jornal nos demitiu, mas o jornal, na verdade, nunca voltou a ser mesmo. E acabou realmente, mais adiante, falindo. Nós tínhamos a clareza, o Antônio González e eu, de que era a pá definitiva nas dificuldades do *Correio* nós fazermos a greve. Nós votamos contra. Ao mesmo tempo, decidida a greve, bom, é um problema de respeito com os colegas, a gente acatou a greve, eu, inclusive, me tornei presidente do fundo de greve. Eu já era vereador nesse momento, e disse: “Olha, eu não vou votar a favor da greve porque eu tenho outro ganho”. É sacanagem minha votar a greve tendo uma outra alternativa. Isso é muito fácil! É irresponsabilidade da minha parte. Eu não vou assinar esse troço”. Mas, já que decidiram a greve, decidiram absolutamente – só eu e o Antônio votamos contra – eu participei da greve e fui uma das lideranças, exatamente nisso, porque eu usava muito, a minha função de jornalista, a minha chegada nas emissoras, a minha relação política inclusive, para evitar que a polícia nos incomodasse muito. E montamos um fundo de greve. Foi um fundo de greve eficiente, para tu ter uma idéia, certas categorias do jornal viveram melhor na greve, com o fundo de greve, do que nos últimos meses na própria Caldas Júnior. Mas claro que isso marcara e aí eu fui demitido como grevista. Entrei na Justiça, ganhei, fui

reintegrado. Mas aí eu era proibido de assinar as matérias. Como a editora da área de cultura era minha amiga particular, ela tinha começado pela minha mão, a Carla Nigarai, eu acertei com a Carla que ia assinar a matéria por dentro. Então, abria um parágrafo dizendo: “A matéria seguir fala sobre um grupo novo. A matéria foi realizada pelo jornalista Antônio Hohlfeld”. Como, na verdade, a direção do jornal, ninguém lia o jornal, as matérias todas saíram assinadas e eu guardei toda essa documentação, o que permitiu entrar com o segundo processo contra a empresa. Essa foi uma fase importante do jornal. Quando ele, na verdade, volta, aparece numa outra idéia completamente diferente. O Breno Caldas era *literalmente* um liberal, ele acreditava na função do jornal, na responsabilidade dele, na vinculação com o nome do pai, que tinha criado o jornal em 1895. O Dr. Ribeiro é um produtor de arroz, é um criador de vacas. Por que ele quis o *Correio*? Ele queria, na verdade, não pagar imposto de renda. Ele ia ter prejuízo e ia abater isso no jornal. Para o azar dele, o jornal passou a dar lucro, aí ele teve que repensar o projeto. É um negócio irônico, é curioso isso, o jornal acabou dando lucro para a família Ribeiro. E o Dr. Carlos, o irmão do Renato, é que acabou assumindo o jornal porque era o que, digamos, entendia um pouco mais do assunto porque, para o resto da família, o negócio todo era vaca e arroz. Para você ter uma idéia, o Renato Ribeiro é um dos maiores produtores de arroz *nos Estados Unidos*, imagina para nós aqui. A região sul toda é produção dele. Aí inventaram esse jornal novo, a idéia, pelo que eu sei, é do José Barros Neto [?], que era o antigo editor de política do *Correio do Povo*, nessa altura estava no *Zero Hora* e que voltou para o *Correio* quando o jornal reabriu. Ele bolou um modo novo de jornal e saiu esse modelito aí, que eu digo “jornal de lead”. Mas que atendeu o público porque, na verdade, como eu te disse, eu não acreditava que o jornal emplacasse como ele emplacou. Claro que herdou muito da fama do antigo jornal, mas o jornal conseguiu manter credibilidade, conseguiu enfrentar a *Zero Hora* no mercado do ponto de vista da informação. Só não ganhou mais, só não recuperou nunca mais o espaço do anúncio classificado. Esse realmente a *Zero Hora* tinha solidificado. Embora o *Correio* tenha recriado os classificados, se você pegar uma edição de sábado é ridícula, em comparação com a *Zero Hora*; e no domingo ou mesmo numa quinta-feira, por exemplo. Isso o *Correio* não conseguiu mais recuperar. Mas eu acho que aí tem um detalhe importante da história da *Zero Hora*. É que a *Zero Hora*, além de pegar o espaço dos classificados, que eles queriam, já era uma disputa que eles tinha com o velho jornal, na verdade, ela promove o classificado de maneira diferente. Ela dá percentual para o agenciador, ela é sócia do anúncio, ou seja, se ela está anunciando um apartamento, ela não te cobra o anúncio num primeiro momento e depois ela participa do ganho que a agência teve quando vendeu o apartamento ou quando alugou. Porque, na verdade, a RBS tem toda uma parte dos seus sócios na área imobiliária, que são investidores, empreendedores. Mas eu acho que isso mudou um pouco, facilitou a entrada deles no anúncio classificado. Enquanto o *Correio* continuou com a história antiga, tantas linhas custa tanto, tu bota lá anunciozinho, o que faz o *Estadão*, o que faz a *Folha*, o *Globo* ou coisa parecida.

Eu vi numa das suas biografias que o senhor é o único crítico de cultura do Rio Grande do Sul.

O único crítico de teatro de Porto Alegre. É porque infelizmente, nesse momento, de alguns anos para cá... Veja, nós tínhamos o Cláudio Reva na *Zero Hora*; no *Correio*, tinha eu e o velho Aldobino; a *Folha da Tarde* tinha o Décio Presser; depois o *Correinho* tinha a Maristela; o *Jornal do Comércio* depois passou a ter a mim. Hoje fechou isso tudo, não tem mais espaço. O único lugar que tem continuamente é no *Jornal Comércio*, onde eu estou há dez anos, onze anos, a coluna de crítica, de teatro, quem faz sou eu. A *Zero Hora* de vez em quando publica umas coisas, mas não é nunca o mesmo cara, não é formal, às vezes tem, às vezes não tem. Eu participei outro dia no júri do Prêmio Açorianos, que é o prêmio de teatro

adulto aqui. Nós estávamos numa reunião do júri e eu estava vendo que, dos seis que estavam ali, eu era o único que tinha visto todos os espetáculos. O resto do pessoal, alguns tinham perdido um ou outro, eu não tinha perdido *nenhum* espetáculo. Eu faço isso com adulto e faço isso com o infantil também. Claro, o infantil tem que escolher um pouco mais porque senão tu vê cada coisa horrorosa. Mas assim mesmo procuro acompanhar o movimento, está tudo registrado no jornal. Eu acho a questão da resenha extremamente importante. Minha tese de doutorado foi sobre o romance-folhetim. Eu tive que consultar os jornais do século XIX. E se eu não tivesse esses registros lá? Eu ia fazer o quê? Hoje em dia, o que me preocupa é isso, como é que tu vai recompor a história cultura do século XX, do século XXI em Porto Alegre? “Há, mas bota num site”. Sim, mas quanto tempo dura um site? Tu parou de pagar um provedor e depois o teu site foi para o bebeléu, não tem mais! Enquanto um jornal, bem ou mal, a coleção está guardada num museu, na biblioteca, arquivo histórico. Eu acho muito complicado. Então, eu tenho procurado o mais possível na coluna... E infelizmente é isso, eu acho muito ruim para mim e para os grupos, a responsabilidade que fica para mim, se eu disser que espetáculo é uma merda, não tem outro para dizer outra coisa. Eu posso errar, posso estar num dia ruim ou não perceber certas coisas do espetáculo e fazer uma injustiça, não vai ter outro cara para equilibrar isso. Para os grupos, é péssimo porque eles dependem de mim. Se eu disser “bom”, que bom, se eu disser “ruim”, azar o deles. Claro, a vantagem é que ninguém lê muito a crítica, aquilo não tem grande peso na decisão das pessoas. Mas, do ponto de vista do registro histórico, tem sim. Para o grupo que quer depois pedir um financiamento, ou pedir um apoio do governo ou um patrocínio do governo, tem. Tu chegar lá e dizer: “Ah, eu queria...”, “Ah, mas o cara aqui do jornal disse que o espetáculo é ruim”. Então fica uma responsabilidade. Em primeiro lugar, eu acho que é importante. Mas, por outro lado, é um droga ficar só um cara dando opinião. Mas, enfim a culpa não é minha.

E o senhor acha que esse tipo de trabalho tende a desaparecer do jornal?

No jornal eu acho que sim, infelizmente. Eu acho que vai ficar um pouco na revista, embora cada vez com espaço menor. Para tu ver, eu escrevi para *Isto é*. No meu tempo de *Isto é*, que era o Geraldo Ferraz, o editor, eu tinha, em geral 30 linhas para o comum e 40 linhas para o livro mais importante. Hoje é ridículo em *Veja* ou *Isto é*, a *Época* é pior ainda, porque tem 20 linhas, 15 linhas. Na coluna de teatro do *Jornal do Comércio*, a minha briga é por 30 linhas. Eu tenho que ficar de 30 a 40. Então eu forço a barra, até 40 linhas eu consigo, É um comentário já razoável, mas, quando eu me lembro que eu fazia no caderno Sábado, que era o suplemento do *Correio*, seis, sete *laudadas*, 120, 140 linhas, era fantástico o troço. E, infelizmente, eu acho que isso vai desaparecer. Você tem substituição pela crítica acadêmica da universidade, estão nas revistas. Mas não vai cumprir aquela função básica que o jornalismo cumpria, que é de informar em primeira mão. O livro acabou de sair, a peça está em cartaz, o filme está sendo lançado, o CD recém-editado: “Compro ou não compro? Deixa eu dar uma olhada aqui, o que diz um, o que diz outro. Ah, eu vou comprar”. Isso não vai ter porque a crítica acadêmica, por mais rápida que ela seja, sai sempre algum tempo depois. No mínimo, pela execução da revista e segundo lugar porque na academia, tu não pega o cara de um primeiro livro. Tu vai esperar o cara dois, três livros, uma premiação significativa, aí então, eventualmente, esse texto vai entrar para leitura. O que eu estou dizendo é o normal porque tu pode até ter um disciplina que seja *o dernier crie da literatura* mas, pô tu não vai escolher os últimos caras. Vamos pegar um exemplo aqui no Rio Grande. Apareceu um gurizada que conseguiu um apoio da prefeitura, publicou um coleçazinha de uns livrinhos de bolso chamdos *Livros do mal*. De repente, um desses caras, o Daniel Galera, vai para São Paulo e Rio, está lá publicado pela *Companhia das Letras*. Mas é um, quantos mais estão publicando e tudo? Enquanto que a resenha publicada constantemente no jornal ajuda a chamar a atenção, ajuda a separar o joio do trigo e faz o registro. Três coisas diferentes, a

última para a história, para pesquisa. Primeiro é aquele primeiro momento, notícia, tanto que, lá no jornal, tinha uma regra bem clara: “A notícia era notícia”, não interessava se eu tinha gostado ou não do espetáculo, a notícia eu tinha que dar. A informação para o leitor do jornal eu tinha que dar, vai aconteceu, não aconteceu, trocou de teatro. Eu tinha que dar, se eu gostei do espetáculo ou não, não interessa. O espetáculo às vezes era bom ou ruim, tinha lá o espaço do comentário, eu separava claramente as duas coisas.

E, nesse processo o jornalismo perde um pouco esse caráter...

Sem dúvidas. É como eu te digo. Hoje nós temos - Rio, São Paulo, como aqui – muitos sites com comentários e tudo, mas isso não é pesquisável daqui a pouco. A curto prazo é, mas a médio e longo prazo não é porque esses sites não vão ser mantidos porque o cara morreu, não pagou mais o provedor, o site sai do ar.

Existe então, na parte da crítica literária, uma profissionalização do intelectual acadêmico enquanto o jornalista declina?

Eu acho que há certa correspondência com a entrada dos cursos de pós. Eu diria que a academia não é culpada disso, eu quero deixar bem claro isso. Felizmente a academia cobre em parte essa perda que você tem nesse jornalismo, que se deve muito às tecnologias, sem dúvida nenhum. Por sorte, a academia acabou, parte disso pelo menos, fazendo. Agora, efetivamente essa função do jornalismo está desaparecendo completamente. Eu me sinto meio uma múmia. No *Jornal do Comércio* é o Hélio Nascimento no cinema e eu. Não tem outro cara.

Voltando à sua vida. Na época do Correio do Povo, o senhor já começou a publicar livros?

Sim. O meu primeiro livro é de 1977. É um livro sobre dramaturgia do Rio Grande do Sul e que foi um livro encomendado pela área cultural da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. A Assembléia estava fazendo uma coleção de livros, a diretoria cultural da área era uma pessoal bem legal e eu que escrevia no *Correio do Povo* sobre teatro, me convidaram para escrever sobre dramaturgia do Rio Grande do Sul. Em seguida, em 78, eu organizo, uma antologia da literatura do Rio Grande do Sul para LP&M, que está aí até hoje. Uma antologia em dois volumes em que eu reunia conto, romance, poesia e crônica, daqueles escritores que estavam naquele momento e tudo. Mas sempre o meu contato qual era? O jornal. Eu, Antônio Hohlfeld estava aparecendo no jornal, o *Correio* tinha um peso naquela época fantástico. Então, publiquei essa antologia. Em 78 também eu estava dando aulas em Caxias do Sul, na Universidade de Caxias do Sul, no curso de literatura e estava fazendo o mestrado aqui na UFRGS em letras. Eu publiquei o primeiro livro de ensaios meus sobre cultura, pela Universidade de Caxias do Sul. Tinha alguns ensaios sobre literatura, coisas que eu fazia nas aulas de pós-graduação e tinha alguma coisa sobre teatro e sobre cinema. Eu tenho um ensaio sobre os jornais da tela, uma teoria dos jornais da tela, por que o jornal da tela é importante para o povão? Porque ele se vê ali, tem a chance de se ver ali. Naquele tempo que não tinha televisão, que ela não era o forte, o jornal da tela semanal, canal 100, aquelas coisas, cobria isso. Em 80 eu publiquei o primeiro livro infantil, o *Porã*, já para um editora do Rio, a Antares, que era do Hélio Pólvora, pelo seu lado, crítico e resenhador de literatura do Caderno Livros do *Jornal do Brasil* e um dos grande contistas desse país. Eu tinha conhecido como o crítico literário que ele era e como autor – ele tem livros de contos realmente fora do sério. Ele é do sul da Bahia, da região do cacau e tem livros admiráveis. A gente tinha ficado muito amigos e eu comentei com ele: “Bah, estou com dois textos infantis”, “Me manda pra cá que eu estou interessado”. Aí mandei e publicou de cara e isso me botou no mercado. Em seguida, a FTD me chamou, eu passei quase 20 anos publicando pela FTD, a

maioria dos meus livros infantis são da FTD. Depois por editores locais daqui: o *Mercado Aberto*, a *Ws*, a própria *LP&M*. Em São Paulo, a *Ática*. Minas eu tenho lá uma editora, não lembro mais o nome, que publicou uma noveleta minha histórica. Agora eu estou com uma editora no Rio de Janeiro. Quer dizer, eu tenho coisas variadas. Ao mesmo tempo, continuei com o trabalho de jornalista, tanto que, mesmo no período de vereador e agora de vice-governador eu continuei normalmente com a coluna. O único momento em que eu parei foi durante a campanha eleitoral porque realmente não tinha como dar conta porque sábado e domingo era o momento principal de fazer campanha, não tinha saída. Então, naqueles seis meses, eu parei. E provavelmente vou parar – isso vai ser um acerto que eu vou ter que fazer – no ano que vem, no primeiro semestre, eu pretendo fazer o meu pós-doutorado. Eu quero ver se eu saio em janeiro e volto em julho/agosto, pegar seis meses de pós-doutorado. Aí também não tem condições. Bom, posso mandar matérias de lá, evidentemente, mas não é a mesma coisa do que fazer a coluna daqui. Não sei como é que eles vão resolver isso, é problema para depois.

E como dá esse contato com as editoras?

Na verdade, eu fazia os comentários de literatura no Caderno de Sábado, ensaios mais longos e, em algum momento, me chamou a atenção de que começa um movimento diferenciado de literatura infantil. Lançamento dos colegas, da Lígia Boyunga Nunes pela *José Olympo* em 1972, a coleção Comunicação, do André Carvalho em Belo Horizonte, que tinha a proposta de uma editora com textos infantis mais realistas. Então, na verdade, *Porã* eu escrevi para essa coleção, só que eu não mandei porque a coleção já tinha acabado, já tinha fechado os dez títulos da primeira série e da segunda. O André disse: “Olha, Antônio, eu queria, mas não vou fazer uma terceira série”, e aí eu procurei outro lugar, apesar do livro ter sido escrito para a coleção do André Carvalho. Eu passei a ter contato com esses caras, recebia o livro, comentava. Mais ou menos uma vez por mês, uma vez a cada dois meses, eu fazia uma página inteira de livro infantil, sobre livros infantis. Fiquei nos contatos, passei a ir nos congressos pela área de letras – você vê que o casamento [entre jornalismo e letras] era bom por causa disso –, passei a conhecer os editores. Na verdade, foi um momento em que todas as editoras pedira, mas eu fiz um pouco a opção pela FTD porque eu achava que ela tinha um tratamento cuidadoso com o livro. A editora, a Melone Massa, que hoje é a minha editora numa outra editora em São Paulo, a *Mercúrio Jovem*, tinha um cuidado muito grande com o livro, a gente teve uma boa relação. A FTD era uma editora em quem eu confiava no sentido de que não ia fazer uma edição extra sem pagar direito autoral, até porque é um editora ligada aos irmãos Maristas. Então eu fiquei mais ali. Depois os outros contatos, através das entrevistas, dos congressos, dessas viagens e tudo, a gente foi conhecendo mais gente.

E a entrada na política?

Eu te conto uma sucessão de coisas. Eu, brincando um pouco, eu digo assim: “O jornalista é aquele cara que sempre fala mal de alguma coisa, o professor é aquele cara que sempre tem solução para alguma coisa e o político é o que tem que resolver o problema”. Eu acho que um pouco a sequência foi essa. Eu comecei como jornalista, inclusive em 74-75, eu trabalhava na Rádio Canadá Internacional. Na verdade, foi o único momento em que eu larguei o jornalismo cultural. Aqui eu continuei mandando matérias sobretudo sobre jornalismo cultural, mas lá o serviço era jornalismo geral para as edições de ondas curtas. Foi uma tive experiência boa porque, pela primeira vez que eu sai da redoma do jornalismo cultural, tive que experimentar outras coisas. Fazia automobilismo num dia, quando tinha um Grand Prix, por exemplo, no outro dia fazia sobre política, no outro dia sobre economia e assim por diante. Na volta, surgiu o convite da Unisinos para eu dar aulas no jornalismo. O coordenador do curso era o Antoninho González, meu colega de Caldas Júnior – ele era da *Folha da Tarde*, eu era do

Correio do Povo, a gente era super-amigos. Ele me convidou para dar aulas, era a primeira vez em termos de faculdade. Claro, que eu já tinha experiência de aula, pela própria faculdade e eu tinha dado aula em cursinho. O primeiro cursinho que se criou aqui em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o IPV, onde o Fogazza foi professor, por exemplo. Onde o Clóvis Duarte, que era do Câmara 2, agora Câmara Pampa, trocou agora de emissora, era um dos diretores. Eu tenho uma relação antiga com esse pessoal todo. Eu fui dar aulas na Unisinos na área do jornalismo. Na Unisinos eu fiquei de 76 a 82, de lá eu vim para cá, para a PUC, mas em regime de CLT, ou seja por horário, horistas. Por que? Porque o Sérgio Caparelli tinha ido para UFRGS. O Sérgio era professor aqui, mais ou menos na mesma área que eu, fez concurso para a UFRGS, abriu a vaga e me chamou para ir. Colega meu da Caldas Júnior, o Sérgio Caparelli trabalhava na *Folha da Manhã*. É um repórter brilhante, já tinha publicado algumas coisas de ficção, que eu já tinha comentado. Eu, às vezes, dava aula junto com ele aqui e me chamou para vir dar aula aqui como horista e a partir de 94, fiquei por aqui. Mas, nesse meio tempo, eu dei aula em Caxias do Sul, na que hoje é a atual Unijuí, lá na cidade de Juí, no interior, dava curso de verão sobre literatura. Dei aula aqui na Ubra de jornalismo, na Unisinos, como eu te falei. Dei aulas de passar o semestre inteiro, o ano todo, com vínculo e dava muitos cursos isolados nas universidades, palestras. Viajava bastante nesse período aí. Quando eu voltei do Canadá, eu já voltei com essa idéia de fazer política mas, na verdade, levou um tempo. Na Unisinos, como professor, eu participei da criação da associação de docentes. No jornalismo, eu entrei, no sindicato, para diretoria do sindicato com um velho líder sindical, que era o Lauro Hagman, vinculado ao PC, ao Partido Comunista, numa diretoria na qual, inclusive, o Antônio Brito fez parte. Chegamos até a editar uma revista de jornalismo do sindicato que, modéstia a parte, é famosa. Teve quatro números, um sobre radiojornalismo, um sobre literatura e jornalismo – que eu coordenei – e os outros eu não me lembro. Dessa experiência do sindicato e da associação de docentes, eu acabei... Pô, já tinha uma bela relação com o Olívio Dutra, quando o Olívio era o presidente do Sindicato dos Bancários. O Teatro de Arena em Porto Alegre, dirigido pelo Jairo Andrade, que fazia um teatro bem militante, bem participante e eu participava muito das sessões especiais do teatro do Sindicato dos Bancários, no debate *a posteriori*. Eu saía da redação do jornal, ia no teatro, participar do debate e voltava para fechar o jornal depois. Então tinha essa relação com o Olívio e acabei, então, me aproximando do PT, a idéia era fazer política, o período era final dos 70, início dos 80. Na primeira eleição que o PT participa, em 82, eu entro como candidato para experimentar. Naquele tempo levava um semana para contar os votos. A Caldas Júnior tinha a mania de dar os santinhos de presente para a gente no jornal. Então, a minha campanha, na verdade, foi santinho no *Correio do Povo* e na *Folha*, algum debate que me convidaram – porque me conheciam enquanto jornalista mais nada. Mas eu era professor na UTD naquele tempo. E para a minha surpresa, boa parte dos meus alunos votou em mim – eu sei porque me ligavam, pediam o meu número depois. Porque teve a campanha eleitoral: “Sou Antônio Hohlfeld. Sou professor. Sou jornalista. Número tal. Vote em mim”. Ponto. Não podia dizer porra nenhuma, não podia fazer nada. No quarto, quinto dia, um colega da rádio – casualmente voltou para a rádio esta semana, o Rogério Wendelvski – que cobriu essa área de eleição me chamou – eu sempre ia cedo para redação nesses dias – e disse: “Olha, Antônio, tu piriga a te eleger. Tá pingando votos por toda a cidade. Pouquinho, bah, mas em toda a cidade, não tem um lugar específico”. Eu digo: “Não, realmente eu não tenho um lugar específico, se der é voto por toda a cidade”. “Então, tu prepara que tu está eleito”. E, realmente, no final de seis dias, sete dias, contaram os votos, eu fiz cinco mil e poucos votos, o PT fez vinte mil e pouco, eu era o mais votado e acabei entrando. A partir daí, eu era o único vereador do PT, acabei tendo chances. Eu conhecia alguns vereadores pela área de jornalismo. E acabei sendo sendo o divisor de águas porque a Câmara tinha 33 vereadores, 11 do PDT, 11 do PP e 11 do PMDB, uma coisa assim, um deles tinha um vereador a menos e o

outro era eu. A esquerda contra a direita, nenhum dos três da esquerda querendo dividir para onde eu fosse, eu resolvia o problema. Resultado: recém-eleito, eu já estava na mesa-diretora da Câmara. E daí, claro, aquele primeiro mandato, por um acaso, foi um mandato de seis anos porque foi aquele momento em que trocou as datas para coincidir com não sei o quê, mas que não deu em nada. Mas, enfim, o mandato foi de seis anos, então me deu um tempo para pegar uma experiência muito legal. Eu era muito sério nos compromissos. O quê que o PT dizia? “O mandato é do Partido”. A minha suplente estava comigo sempre. E aí o contraste, eu era o jornalista, o cara com uma formação erudita e ela era literalmente uma líder de vila, lúmpem, absolutamente lúmpem, mal e porcamente assinava o nome. Mas era uma liderança admirável, uma senhora muito legal, D. Ana Godói. Eu levei ela para lá e acertei com ela: “Tu passa a semana inteira aqui, tu vai ser funcionária do gabinete junto comigo. Só tem uma coisa, o que o PT pedia, todo o mês, tu fica cinco dias de vereadora. Eu abro mão desse dinheiro, esse vai ser o teu salário”. Era um puta salário para ela, tu imagina uma mulher que nunca tinha ganho nada na vida. Ela também aprendeu muito. Então, de cara, gente conseguiu duplicar a bancada porque ninguém sabia nunca quando é que estava eu e quando é que estava ela. Mesmo quando eu estava, ela estava lá comigo sempre e quando eu não podia ir a um lugar, eu pedia para ela ir. Como ela assumiu, o prefeito era obrigado a recebê-la, não podia dizer não, tu imagina o escândalo. A gente montou um espaço muito legal e eu acabei metendo os peitos. Quando a Assembléia resolveu fazer uma comissão de deputados para discutir sobre não-sei-o-quê, eu digo: “O PT não tem deputados, eu quero ser o verador a participar”. E os caras me deram espaço, os caras do PDT, do PMDB me deram espaço. Então, eu ocupei muito rapidamente alguns espaços. Depois, em 90, eu fui presidente da Câmara de Veradores. Antes disso, eu tinha sido secretário de transportes, acabei tendo de fazer uma intervenção em todo o sistema de ônibus porque o nosso sistema era absolutamente corrupto, por omissão do poder público, e caótico. Hoje, a organização que a gente tem em Porto Alegre nasceu nesse momento. Então, tive uma série de experiências. Mas cedo começaram as brigas porque eu, dentro do PT, era a direita do PP, segundo a a DS, a Democracia Socialista. Isso desde o início. Eu tinha o apoio do grupo sindicalista do Olívio, o apoio do grupo do Tarso, mas não tinha o apoio das alas mais radicais, que era a DS, etc. Para eles, eu era a direita, então era uma tensão muito forte. Isso foi aumentando, gradualmente e chegou um momento, casualmente o Tarso era o prefeito, e a gente chegou a diferenças, não pessoal, eu e o Tarso, mas de posições, de como eu via as coisas, e que eram realmente irremediáveis. Isso em 93, estava fechando exatamente 11, 12 anos que eu tinha passado para o PT e da primeira eleição pra vereador. Eu disse: “Ah tchê, não tem porquê eu ficar me incomodando, me desgastando”. Eu era parlamentarista, o PT estava muito ambíguo nessa coisa. Eu digo: “Ah, está na hora de sair”, eu fui para o PSDB, de novo, voltei a ser líder de mim mesmo, de novo voltei a construir espaços e aí concidiu com o Fernando Henrique, me tornei um dos adversários maiores do PT na Câmara. Tanto que tem um livro, uma tese, que fala sobre orçamento participativo, mas mostra como é que a minha posição trocou, não no apoio à idéia do Orçamento porque essa eu continua a mesma coisa, mas como eu ajudei a construir, porque eu passei a denunciar a manipulação que de uma certa maneira o PT acabava criando já em Porto Alegre, muito pior no Estado. No PSDB, eu fui eleito vice-governador e a minha saída do PSDB no ano passado foi uma coisa estritamente pontual, dentro da idéia do Rigoto concorrer à Presidência da República. A gente projetando se deu conta de que, se ele conseguisse emplacar a candidatura, eu assumia o governo e ia ficar um negócio constrangedor. Eu seria o governador do PSDB no Rio Grande do Sul, ele seria o candidato à Presidência da República do PMDB, eu ia apoiar quem? O Rigoto, que ia apoiar o Rio Grande no PMDB? Ou o Alckmin ou o Serra – não se sabia quem do PSDB – contra o Rio Grande, porque eles iam fazer uma política de São Paulo? Quem se fodia era eu, num ou noutro. Ou eu traía o partido ou o Rio Grande, num ou noutro em me ralava. Eu tomei a

decisão de sair, mas não foi uma briga com o PSDB, nem uma discordância, foi simplesmente uma coisa bem pontual da disputa política. Eu fiz uma avaliação e disse: “Olha, eu já fui vereador, já fui secretário, já fui presidente da Câmara, já sou agora vice-governador, ou as pessoas me conhecem e sabem quem eu sou...”. É claro que eu criei um discurso forte do porquê disso, que e é isso que eu estou te contando. E me arrisquei. Não dava nem para dizer que eu oportunista porque o PMDB não me deu nenhuma garantia de que eu seria o candidato a governador, tanto que não fui e tanto que, quando me candidatei a deputado, sequer ganhei. Mas te confesso que não me arrependo, acho que fiz naquele momento que interessava basicamente para o Rio Grande do Sul e que eu podia me dar ao luxo de fazer. Ou seja, eu não estava dependendo de uma outra eleição, como não estou dependendo, neste momento, de uma eleição nem de nada. No PMDB, estou trabalhando normalmente na Fundação Ulisses Guimarães, sou o presidente da Fundação. Criamos agora cursos de ensino a distância para a formação de militantes. O partido é que decidiu que no ano que vem ninguém vai ser candidato sem ter feito esses cursos, é uma imposição. Não vai tornar ninguém melhor só com um cursinho mas, pelo menos dá um polimento um pouco melhor. Vai haver depois um segundo curso, específico para candidato. Então, estou envolvido nisso, eu estou fazendo hoje muito a retaguarda. E estou dando assessoria para uma prefeitura do interior, bem no extremo sul do Rio Grande do Sul, São José do Norte, que eu conheci nessas andadas. A gente fez um investimento muito forte na região sul do Rio Grande, que é uma região muito pobre, miserável. São José é a cidade que tem o último IDH do Estado, é o maior índice de analfabetos do Estado, mais de 20% e é uma cidade que não tem nada, a não ser produzir cebola. Em seis, sete meses que estou trabalhando lá, a gente conseguiu fechar uma negociação com a Aracruz, eles estão colocando um porto na cidade de 900 metros de comprimento, investimento de 4 milhões de reais, um porto grande, que vai levar evidentemente a outros investimentos, em cinco, seis anos, a cidade muda. Eu estou saindo agora em seguida, mais um, dois meses, eu saio, minha parte está feita. Vamos levar a primeira orquestra para tocar na cidade – nunca teve –, fazer a primeira feira do livro. Amanhã eu estou indo para lá exatamente para fazer essas reuniões. Então, a gente mexeu em algumas coisas. O prefeito é muito dinâmico. É do PSDB, não é do meu partido. Ele me convidou e eu aceitei pela idéia até de a gente ver uma coisa ser montada. Eu te digo isso, eu tive sempre o cuidado, em todos esses anos de política, são 26 anos de mandato, 22 de vereador e os 4 de vice-governador, de jamais deixar de escrever em jornal ou fazer eventualmente televisão, sem misturar as bolas, sempre um jornalista na área de cultura. O problema de televisão, para tu ter uma idéia, nas noites que eu ia, tu podia dizer o que tu quisesse do governo do Estado, eu estava ali, eu não me metia. Claro que o Clóvis estava ali para não me deixar pelo menos sentado, eu ficava fora, também é contrangedor. Mas eu não me metia, eu ia ali como jornalista e não como político ou coisa parecida. E eu usava um truque simples: quando eu ia de jornalista, eu ia de camisa aberta, sem gravata, quando eu ia de governador, eu ia formal. Isso foi tranquilo, sem problema nenhum, essa foi a minha condição para o Clóvis. Não parei com o jornalismo e nunca parei de dar aulas. Às vezes era só uma disciplina. Eu dava aula, mesmo quando eu fui secretário de transporte, foi o período mais duro. E consegui com o governador Rigoto de fazer um acordo, segunda e terça, tem horários que são sagrados, são as minhas aulas e ponto final. Chegou ao ponto, para tu ter uma idéia que, quando ele embarcou para a China, ele me disse: “Então, cinco horas no aeroporto”. “Não, governador, desculpe, quatro. Cinco, eu estou em sala de aula”. Aí ele: “Está bom, quatro”. Aí marcamos a transmissão às quatro horas, até a *Zero Hora* na época, fez uma notinha. Cinco horas eu estava aqui na sala de aula. Eu cuidava muito desse tipo de coisas. Chegava ali no estacionamento com o carro, os dois seguranças ficavam lá. Aqui eu entrava sozinho, aqui não entrava ninguém, aqui eu era professor. Dessas coisas eu sempre cuidei muito. E isso me valeu uma boa imagem com as pessoas. Aqui eu nunca falei de

política, a não ser quando sentava para conversar, bater papo. Em sala de aula muito menos, entrava o papo depois, no final da aula, no intervalo, se o pessoal viesse falar. Na pós-graduação, evidentemente, o papo era tranquilo. Na graduação, enfim, em hipótese alguma, tanto que teve aluno que, no primeiro, segundo semestre, não tinha a mínima idéia de que eu era vice-governador. Eu não tocava nisso, separava completamente porque eu acho que não tem nada a ver uma coisa com a outra. Cuidei disso sempre. Agora eu retorno plenamente. Estou coordenando o NP de jornalismo da Intercom, Estou saindo o ano que vem para o pós-doutorado, vou retomar a minha vida acadêmica. Essa assessoria para a São José termina. O pessoal da prefeitura de Porto Alegre até quer eu assuma a coordenadoria do livro, provavelmente essa ano eu vou assumir, tem um monte de projetos legais. O secretário é um amigo meu de sala de aula, o professor Sérgio Gonzaga, dono do cursinho, hoje Unificado, onde eu volta e meia dou umas aulas, fizemos isso agora sábado e domingo. Eles fazem um *tour* desses malucos, reúnem mil jovens em cada meio turno, ou seja, são 3 mil em um final de semana. Fazem palestra de 40 minutos sobre cada um dos livros que vai entrar no vestibular de liturgia. Eu sempre faço uma palestra. Nós somos 10, 12 caras e cada dá uma palestra. É aquela negócio de pegar a gurizada, coisa de cursinho mesmo. Mas é gostoso porque te obriga a ter agilidade, a pensar o romance na lógica daquilo que vai ser perguntado. Ele é o secretário de cultura no momento na prefeitura e é um cara que eu tenho uma excelente relação. Ele está me enchendo a paciência para eu assumir o livro porque está sem ninguém, provavelmente, agora em setembro eu faço isso. Então, eu tenho casado essas coisas. A avaliação que eu faço é de que uma coisa me ajudou na outra. Embora eu separe cada função, certamente a experiência como jornalista me ajudou muito como professor, me ajudou certamente muito como governador. Por exemplo, no episódio do ano passado, da invasão do MST aqui na Aracruz, na Barra do Ribeiro, o modo como eu lidei com a coisa toda, certamente foi muito a minha experiência como jornalista. E o governo me ajudou a trazer coisas, experiências para dentro da sala de aula ou para a experiência do próprio jornalismo.

O fato de estar refletindo sobre jornalismo ajuda também na hora de escrever?

Sem dúvidas. Ajudou na hora de escrever e ajudou na hora do governo, na hora da política. Porque eu procurava ter bem claro as posições, ser coerente com o que eu estava discutindo em sala de aula, ser também a minha ação evidentemente enquanto responsável pelo governo. Não podia fazer uma coisa diferente daquela que eu dizia. Na minha avaliação, sim. Na própria Compós ou na própria Intercom – a Zélia pode contar isso – o pessoal gozava a minha porque eu entrava, sentava bonitinho ali e, claro, viajava sozinho sempre. Ficava bonitinho como se eu fosse normal. E era normal, eu não era outra coisa, a não ser um professor dentro de um grupo de trabalho. O pessoal é que tirava sarro comigo, a Zélia que me conhece mais, o Mottinha, o Luiz Motta, mas fora disso era brincadeira.

Por que existe essa ligação do jornalismo com a política? O caso, por exemplo do Franklin Martins, ministro do Lula.

Olha, eu colocaria isso na lá na referência do século XIX, se tu pegares o texto do Balzac sobre os jornalistas, se tu pegares o *Ilusões Perdidas*, eu acho que ali está bem claro. O jornalismo se tornou, de um lado, uma sobrevivência para o escritor, normalmente o intelectual, que era basicamente o escritor, que encontra uma sobrevivência, um emprego. E, ao mesmo tempo, como mostra o Balzac no romance, o jornalismo te abre caminho para as letras ou te abre caminho para a política. Na minha experiência aconteceu exatamente isso em parte. Como eu escrevia sobre cultura e eventualmente criticava as áreas de cultura do governo – municipal e estadual – eles acabavam me chamando para eu fazer uma assessoria. Eu promovia, comparecia e eventualmente ia trabalhar para tentar ajudar, até porque o que eu

tinha dito, eu tinha que fazer agora. Os primeiros contatos meus com a área pública foram isso. Não foi como de vereador, eu fui como assessor do secretário, tanto no município quanto no Estado, trabalhei nos dois em momentos diversos. Nesse sentido, eu acho que há uma relação normal que continua, não é muito diferente. Claro, o que muda bastante é como é que tu usas isso. Eu, por uma questão ética minha, procurei sempre separar bem os troços. Agora, sou bem consciente também, não sei o quanto fiz, visto por outro olhar, que não seja o meu. Procurei separar, não sei se sempre consegui. Isso continua hoje em dia. Eu só digo que talvez na função do Franklin, ele está fazendo uma função de ministro-jornalista, é a área dele.

Sim, mas nós podemos pegar o caso de um Carlos Lacerda.

Evidente que sim. E o Carlos Lacerda é um exemplo, desse tipo, para bem ou para mal, admirável. Eu próprio, quando fui para a prefeitura pela primeira vez, fui como jornalista, fui como assessor de imprensa, estava dentro do meu campo. Mas logo em seguida eu estava fazendo assessoria para a área de cultura direto porque eu conhecia as pessoas e podia fazer isso com facilidade. Depois, na Secretaria de Estado, era na área de cultura, não era nem na área de jornalismo. Ou seja, nesse dia, eu precisei de um desvio de função, eu não estava lá como jornalista, eu estava lá como intelectual. A condição de jornalista, sem dúvida nenhuma, facilite evidentemente os contatos, tanto para fazer as ações, como para eventualmente divulgá-las. Eu não fazia aquele jogo de troca de moedas, mas a amizade, a relação simplesmente que tu tem com o cara evidente facilita o acesso, não há dúvidas que sim. Mesmo que tu não queira usar, é usado automaticamente, não adianta. Ninguém é insensível a uma relação, a uma amizade, a uma coisa parecida. Não tem como.

O senhor achar que a introdução do diploma de jornalismo e do registro acabou um pouco com esse perfil?

Eu acho que em parte acabou porque, na verdade, a consequência foi a melhora do salário. Fora algumas exigências mais específicas, como as que a *Folha* tem. A *Folha* hoje praticamente exige mestrado do pessoal, mesmo para quem não é jornalista e pretende escrever sobre uma área específica, eles querem um cara de mestrado. Eu acho que, nesse sentido, sim. Porque, veja, se eu pego a minha própria experiência do *Correio do Povo*, normalmente os caras tinham dois empregos, no mínimo. E era barganha de espaço realmente porque o cara editava ou escrevia sobre tema no qual ele trabalhava lá no emprego público. Era descarado. Era a maneira do cara receber porque ele ganhava mal dos dois lados. Eu acho que o diploma, nesse sentido, criou o piso, criou alguns controles maiores, melhorou, sem dúvida nenhuma. E tornou o cara, bem ou mal, mais especializado em alguma coisa. Mesmo que você tenha depois os cursos especiais que a *Zero Hora* faz, que a *Folha* faz, que a *Veja* fez, mas, bem ou mal, o cara chega lá com o mínimo. Eu acho que, nesse sentido, qualifica sim.

E no caso do escritor, do produtor cultura? Hoje em dia é possível viver disso ou precisa de um ganha-pão no jornalismo?

Olha, se tu pegares aquele primeiro levantamento do momento literário do João do Rio, tu vê que precisava. Se tu pegar a atualização disso, que é a Cristiane Costa no livro *Pena de Aluguel*, no fundo tu vê que continua igual porque toda essa safra nova de escritores... Eu posso começar aqui do meu lado, o meu chefe, o Juremir Machado da Silva, que é escritor, mas que é professor, e que é jornalista. Pega um Bernardo Carvalho, o Sérgio Arthur. Pode vir a deixar mais adiante, nos casos em que o cara ganha um, dois, três prêmios e consegue talvez juntar algum dinheiro. Mas são as excessões, a maior parte desse pessoal que está escrevendo ou é professor ou é jornalista, são ainda as duas atividades que te seguram. Pega um Charles Kiffer. O Charles Kiffer, é professor e criou uma laboratório de criação literária, é dos alunos

dele que ele sobrevive, não é tanto do direto autoral. Não acredito que, mesmo agora com *Record*, ele tenha recebido um dinheiro... E cheio de premiações. Eu acho que aí, infelizmente... Ou felizmente, também não sei é aquela velha briga, “o jornalismo te ajuda a escrever ou te atrapalha”, que está todo o mundo cansado. Eu diria que, do ponto de vista da técnica de escrever, sem dúvida eu aprendi muito do jornalismo. Da rapidez, da simplicidade com que eu resolvo problemas de texto que às vezes o pessoal está batendo a cabeça e não sabe como fazer, desta naturalidade com que eu começo a escrever um texto, tu me dá um tema e eu sento e escrevo, sem dúvida nenhum, o jornalismo me deu essa agilidade. Quanto ao fato de que tu acaba escrevendo demais no jornal e gasta a sua criatividade ou fica cansado ou fica sem vontade de escrever, bom, isso também não deixa de ser verdade. Tanto que, na maioria dos casos, tu pergunta ao jornalista quando é que ele escreve. É no final de semana, férias, de madrugada, no horário que não está no jornal. Tem um lado bom e tem um lado ruim. Mas isso ia servir para qualquer outra coisa. se tu pegavas um médico, eu não sei se também ele está fazendo um bico porque se você trabalhar com INPS é um desastre, se trabalhar com a prefeitura é pior e se trabalhar numa empresa privada desses de prestação de serviços é pior ainda. E nem todo o mundo tem dinheiro para montar escritório e nem tem público para pagar, nem tem cliente para pagar o custo que ela vai ter. Na verdade, bem ou mal, nós temos uma forte proletarização do trabalhador dito “liberal” no Brasil. O jornalista talvez até seja um dos que menos piorou porque estava ruim a vida toda, até, nesse sentido, a gente conseguiu dar uma equilibrada. Tanto em São Paulo quanto no Rio, a entrada da Internet abriu um outro campo, criou disputas novas, o mercado até foi ajudado nesse sentido. Aqui mesmo, agora com a chegada da *Record*, para nós é uma vantagem enorme, botou uma disputa no mercado de nomes e evidentemente melhorou um pouquinho os salários.

Na cobertura política, a fonte não é obrigada a conhecer a linguagem do jornalista. No seu caso, como a passagem pelos dois espaços ajudou na hora de dialogar com o jornalistas?

Vou te dar um caso clássico meu: a minha saída do PT. Por uma questão de ocupar espaço na mídia, eu quis fazer isso numa sessão de sexta-feira, que era de manhã, uma sessão matinal e evidentemente me dava manchete no sábado. O que eu fiz? Na quinta, eu liguei para os três colonistas de política: Carlos Fehlberg[?], o Carlos Bastos do *Jornal do Comércio* e, na época para o Armando Burti, no *Correio do Povo*. Disse para cada um: “Amanhã, eu estou saindo do PT. Eu vou fazer um discurso na Câmara e vou anunciar que eu estou saindo do PT. Agora, eu não quero que vocês publiquem isso amanhã porque daí não é novidade o meu discurso. Mas quero que vocês mandem um repórter lá com fotógrafo, até porque eu não sei a reação que o PT vai ter, eu preciso ter cobertura. Se qualquer um dos três publicar, eu não faço, vai virar barriga”. Claro, eu tinha uma boa relação com cada um deles. O Fehlberg[?] tinha sido meu colega de jornal, o Armando era meu amigo particular e o Carlos, que eu tinha uma relação um pouquinho mais distante, mas tinha uma excelente reação. Nenhum dos três publicou nada. O máximo que o Armando Burti colocou foi: “Teremos novidades na Câmara”. Bom, isso foi absolutamente sem nenhum problema, ele só quis sinalizar que ele sabia alguma coisa para depois, no outro dia: “Como dissemos, aconteceu ontem”. Truque de jornalismo, tudo bem, sem problema nenhum. No dia, eu fiz o meu discurso, estavam todos os jornalistas ali e realmente o resultado no outro dia foi excepcional. Valeu muito, como eu te disse, no episódio MST, agora já vice-governador. Na noite anterior, eu tinha visto na TV Globo uma pesquisa de opinião sobre o MST que tinha sido muito ruim para o MST, mais de 60% era radicalmente contrário ao Movimento. E eu estava como governador naquele dia, o Rigoto estava fora. Eu tinha pensado: “Bom, de manhã eu vou chamar a secretária de segurança, até para a gente dar uma prensa nesse negócio”, - porque nós estávamos com alguns problemas de invasão aqui - “Eu vou aproveitar essa onda aí, largar algum troço.

Enfim, vamos dar um apertão nos homens”. Quando eu chego às oito horas no Palácio, está o chefe da casa militar: “Governador, invadiram a Aracruz”. “É agora que nós vamos usar aquilo”. Eu usei claramente um dado jornalístico, sabendo de um clima de opinião que eu tinha e trabalhei esse clima de opinião. Eu tinha a absoluta clareza de que eu podia dizer: “Esses caras fizeram vandalismo porque eles quebraram uma pesquisa de antes, eles destruíram um muro de naquele dia, que era de pinus, que não era de mudas nativas”. Eu explorei aquelas imagens de televisão para dizer: “Não, são bandidos, com esse aqui o Estado rompe a sua relação”. E a opinião pública foi toda minha, eu dei de dez a zero nos caras. Mas usei claramente a minha experiência no jornalismo. Sei que não foi essa a avaliação que a *Caros Amigos* fez. Eu nunca li a matéria toda, sei que meteram o pau em cima de mim, mas eu tenho bem claro o que eu fiz. Certo ou errado, eu sei exatamente o que eu fiz naquele dia, o que eu busquei fazer e que clima que eu mantive naqueles dias. Tanto que, eu te digo, o relato que eu tenho depois é de que deveriam ter havido outras invasões em outros lugares do Brasil e a reação aqui foi tão pesada que os caras mandaram parar e suspenderam tudo. A posição foi decisiva, dizem os caras da Aracruz, para eles decidirem manter o projeto aqui porque eles iam retirar o projeto. Se o governo não tivesse agido numa certa linha, eles iam desistir. Eles já têm problema na Bahia e no Espírito Santo, não iam criar mais problema aqui. Quando demos essa posição, eles vieram firmes e têm mantido isso. Houve um outro episódio em que eu estava meio como governador, sempre por acaso, aquelas saídas rápida do governador e que foi muito gozado. Num domingo, o governador estava aqui o dia todo e às seis da tarde ele embarcava para Brasília – essas audiências com ministros. Nós tínhamos esse hábito, ele saía, eu assumia. Até porque tinha que assinar alguma coisa, eu estava ali, assinava e não tinha problema nenhum. Eu estava no sítio, ouvindo jogo de futebol no final de semana, sabia que ele ia às seis horas. Eu digo: “Bom, oito horas estou chegando a Porto Alegre, passava no Palácio, assinava o livro, sem problema nenhum”. Estou ouvindo o jogo de futebol – era Internacional com não sei quem, era alguma coisa de São Paulo – o jogo terminou e ouço: “pancadaria”, “porque a Brigada”, “porque o comandante da Brigada”, “a Secretaria”. E o troço foi subindo de tom, subindo de tom e eu mudava de rádio, todas metendo o pau, eu digo: “Daqui a pouco o pau é para o governador”. Aí é simples: “O governador é tu!” – eu não tinha me dado conta, que já era seis da tarde. “Porra, fecha a casa e vamos se mandar!” – porque no sítio eu não tinha nenhum contato de televisão nem nada de telefone. Eu não tinha telefone no sítio, nem fixo, nem celular porque não pega lá e eu não deixei instalarem nada porque se precisassem falar comigo, vinha o soldado de Nova Petrópolis, oito quilômetros longe, vinha lá no sítio, me avisava e eu subia. Fechamos a casa, fui para Nova Petrópolis, subi porque eu estou mais num vale. Dentro de Nova Petrópolis, eu liguei para esse rapaz que me ligou agora, meu assessor de imprensa. Eu disse: “Renato, me liga para a *Bandeirantes*, me liga para a *Guaíba* e me liga para a *Gaúcha* que eu quero falar com cada uma delas. Manda elas ligarem para o meu celular, eu vou ficar parado aqui esperando” – se eu decesse a serra, não pegava telefone. Ele fez os contatos, cada emissora me ligou, eu digo: “Eu quero deixar bem claro. Eu estou no governo do Estado. Eu estou afastando o major, comandante da operação. A partir de agora, ele não fala mais sobre nada, quem fala é o governador. Às nove horas da noite, nós vamos ter uma coletiva no Palácio, depois que eu me encontrar com secretário de segurança e o comandante da Brigada. Essa é a posição do governo do Estado”. Falei isso para cada um e toquei de carro para Porto Alegre. Evidentemente, liguei para a Casa Civil, mandei localizar o comandante da Brigada, mandei localizar o secretário de segurança. Quando eu cheguei, passei em casa, fui para o Palácio, já estava todo mundo lá, fizemos a reunião. Resultado: nós fizemos a reunião e às 21 horas a coletiva, pedimos desculpas publicamente para o Internacional e para o público em geral, reafirmei o afastamento do major e disse: “Não estou condenando, estou afastando. São duas coisas diferentes. Não estou usando nenhum adjetivo. Não sei se o major agiu certo ou errado, mas

agiu, depois, ao falar, aí sim, errado”. O ato, eu não sei, a fala dele era errada, porque tentou dar explicação que estava certo e aí, cada vez que falava, era pior o negócio, foi começando a irritar. No outro dia, nós visitamos formalmente o Internacional, o presidente do Internacional, para pedir desculpas. De novo, conversei com a imprensa e aí veio uma menina da *Band*: “Ah, quer dizer, governador, que o senhor acha que o major fez isso, que ele tem que ser condenado?”. “Minha filha, calma. Vocês cumpriram com a função de vocês de imprensa, vocês denunciaram. Eu cumpri com a minha função de governador, eu tomei providência. Agora, vocês não vão querer fazer o julgamento, deixa isso para depois, para a sindicância que nós vamos fazer. Não atropela!”. Aí chamei de lado o Rec da *Guaíba* e o outro pessoal da *Gaúcha*, meus amigos, e eu digo: “Tchê, me ajudem!”. Por que? Porque quarta-feira tinha outro jogo no Inter. Eu disse para a menina: “Olha, aqui, eu só quero dizer uma coisa para você. Se você resolver agora condenar a Brigada, eu faço uma coisa muito simples, eu proíbo a Brigada de cobrir o jogo na quarta-feira. Eu quero saber se vocês vão bancar isso, ou seja, se vocês, imprensa, vão assumir que, por culpa de vocês, não tem segurança no estádio. Isso eu posso fazer e vou fazer. Não joguem a culpa na Brigada. A Brigada pode ter errado, agora, um erro, vocês não podem condenar vinte, trinta, quarenta acertos”. Pedi ajuda, o pessoal montou um movimento de segurar a peteca. Eu disse: “Eu quero avisar uma coisa: quarta-feira eu estou no jogo. Vou eu e vai todo o Comando da Brigada”. Claro, trocando o comandante do jogo seguinte, fomos todos os coronéis e eu para o jogo. O Inter nos deu um espaço especial. Cinco minutos antes de acabar o jogo, eu disse: “Vamos sair fora”. Fui lá para a rua e fiquei com os coronéis, todo o mundo fardado ali. O pessoal chegava, passava, agradecia, batia papo. Foi tranquilíssimo o jogo, a Brigada funcionou tranquilo, matei a questão. Então, eu acho que, para mim me ajudou muito, em vários momentos, essa experiência do jornalista para resolver coisas de governo e para evidentemente, trabalhar com a mídia nos momentos que foram precisos.

O que é um intelectual no Brasil?

Olha, eu podia lembrar o livro do Said Ali, eu podia trabalhar com tanta coisa. Eu diria que basicamente a grande do função me parece que é pensar criticamente, eu acho que essa é a função básica. Em princípio, portanto, o intelectual tem que ser do contra, sempre, no sentido de que ele tem que ser contra mesmo ao que ele estava fazendo. E isso eu procurei – e aí eu não posso dizer se fiz ou não fiz –, fazer o tempo todo também nesse momento em que eu desempenhei funções, procurei ter essa posição sempre, me questionar, me perguntar “Isso que eu estou fazendo é o melhor?”. Eventualmente perguntar para outras pessoas, trocar idéias, procurei ter sempre essa posição. Mais estreitamente, procurei trabalhar muito a questão da cultura quando tive oportunidades. Freqüentar muitas comunidades no interior, nas suas festas, aquelas festas de municípios, que são as festas que eles gostam, os momentos em que eles se afirmam como tal, é um momento cultural fundamental para eles. Tive a sorte de estar no governo quando se fez o centenário do Érico Veríssimo e do Mário Quintana – são os nossos grandes escritores. Sugeriu ao governador, e ele aceitou, de fazer comissões especiais para coordenar isso tudo, ele me passou a coordenação. Nós criamos um projeto fantástico, praticamente sem gastar dinheiro. Nós fizemos edições especiais do Érico e do Mário para colocar nas escolas. Todas as escolas estaduais, três mil e poucas escolas, ganharam *kits* com livros. Fizemos programas de televisão com perguntas e respostas para as escolas de segundo grau disputarem concursos, os meninos ganhavam televisores ou MP3, as escolas ganhavam computadores. Foi um negócio fantástico, 40, 50 escolas disputando. No mínimo estudando um pouquinho a obra do Érico, a obra do Mário. A gente procurou fazer uma série de coisas diferentes. E viajei feito um louco para fazer palestras dentro dos colégios sobre o Mário porque a gente fomentou que as escolas trabalhassem muito isso e aí, claro, em convidavam, eu era professor de literatura. Eu tinha umas quatro, cinco palestrinhas diferentes, conforme o

tipo de escola. Então viajamos feito loucos por aí fazendo palestras. Podem dizer assim: “Ah, é um trabalho individual”. Mas criou um clima, foram dois anos que a gente passou falando... Outra coisa prática, o calendário o Banrisul, em vez de botar figurinha de paisagem, nós fizemos um calendário do Érico Veríssimo, que virou briga, todo o mundo queria ter. Tinha um calendário de mesa e tinha um calendário grande de parede, com fotos do Érico, o pessoal brigava para ter isso. E do Mário, idem, inclusive, do Mário, sempre com um poeminha, com pequenos pedaços de poemas dele. No que eu podia fazer, eu procurei promover a questão cultural, apoiando muito a TV Educativa, um sem-número de atividades culturais. O que eu fazia? Coisas que dava para fazer. Por exemplo, chamava as empresas do Estado. “Bom, preciso de 200 mil reais para fazer uma coisa cultural”. “Tudo bem”. Então, a Sulgás me bota 20 paus, o Banrisul me bota 70. Era o governador, o vice que determinava o que eles tinham que fazer. Eles iam fazer outras coisa, iam pagar uma doma de cavalo. Nada contra, mas puxa um pouquinho aqui para o outro lado também. Então, nesse outro lado, eu também procurei desempenhar nesse quatro anos, valorizar um pouco esses espaços culturais, criação de novas instituições, enfim, o que deu para fazer, eu procurei fazer. A função intelectual para mim é essa, sempre estar pensando criticamente. Mesmo quando eu estou te dizendo alguma coisa, que eu até defendo com veemência, no fundo eu estou dizendo: “Mas é isso mesmo?”. Essa é sempre uma posição muito forte do intelectual. Do outro lado, tinha questões objetivas que eram importantes para a gente poder trabalhar, grupos folclóricos, coisas desse tipo que eu procurei apoiar o máximo possível.

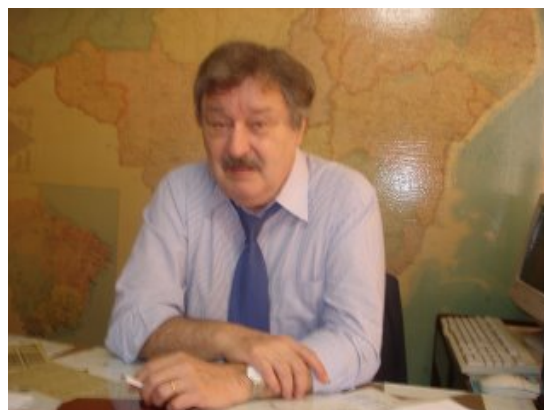
Sobre a questão do jornalista-intelectual. O senhor acha que a profissão de jornalista é naturalmente intelectual ou são alguns jornalistas que, em alguns momentos conseguem extravasar um pouco da sua prática e ter esse tipo de papel?

Eu arriscaria dizer que a condição natural do *bom jornalista* é a intelectual, partindo do conceito que eu te dei antes, o jornalista tem que ter um olhar crítico sobre a realidade. Isto é uma função intelectual. Eu inverteria a sua colocação para dizer que infelizmente a gente tem tido hoje talvez uma nova geração de jornalistas que não tem olhar crítico, não aprendeu a ter o olhar crítico, não teve a oportunidade de ter o olhar crítico. Então, esses são a excessão. Mas eu diria que, de um modo geral, a função do jornalista, que é o olhar crítico, é uma função intelectual. O que ele tem que fazer, o jornalista? Mostrar a verdade, procurar mostrar a verdade. Normalmente, nós sabemos que não vai conseguir, vai mostrar versões, mas ele tem que perseguir isso e, para fazer isso, ele tem que pensar, ele tem que ter olhar crítico, ele tem que ter o questionamento. Nesse sentido eu diria que, naturalmente o jornalista é um intelectual. Não sei, eu, a partir daquilo, não tenho tempo para pensar, tenho que baixar o site na Internet, mas isso é o desvio. Não estou dizendo que não vai haver uma mudança, infelizmente. Essa é uma outra questão. Pode ser que a gente acabe desqualificando, desclassificando o jornalista, mas eu acho que historicamente, de um modo geral, o jornalista está muito vinculado sim a uma atividade intelectual.

Entrevista realizada em Porto Alegre, em 22/08/07.

Carlos Chagas

Na imprensa desde 1958, Carlos Chagas é dos principais nomes do jornalismo político brasileiro. Atuou como repórter, editor, chefe de sucursal, comentarista, editor e apresentador de programa de televisão. Em pleno regime militar trabalhou como assessor de



imprensa do marechal-presidente Arthur da Costa e Silva que pretendia revogar o Ato Institucional nº5. Dessa experiência redigiu uma série de reportagens que garantiram o Prêmio Esso de Jornalismo. E também seu primeiro livro publicado: *113 Dias de Angústia*. Além deste, publicou mais seis obras: *Resistir é Preciso*, *Pedro Aleixo: Testemunhos e Lições* em co-autoria com Jose Carlos Brand Aleixo, *A Guerra das Estrelas*, *Explosão no Planalto*, *O Brasil Sem Retoque* e *O Índio sai da Sombra*. Foi, entre 1979 e 2004 foi professor de História da Imprensa e Ética e Legislação na Universidade de Brasília. Integrou durante 15 anos o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Associação Brasileira de Imprensa e, durante dois anos, o Conselho de Comunicação Social.

Entrevista

Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre como foi o início da sua carreira como jornalista.

Eu fui estudar direito na PUC do Rio de Janeiro, a Universidade Católica, que era uma universidade paga. O primeiro ano, o meu pai ainda me sustentou, mas eu digo: “Pôxa, não está certo isso” e fui procurar um emprego, mas tinha que ser um emprego de meio expediente porque as aulas na PUC eram pela manhã. Então, consegui uma recomendação, por intermédio do pai de um amigo, para trabalhar, para fazer um estágio como repórter no *Jornal do Brasil*. Isso foi em setembro de 1958. Fiquei lá no *Jornal do Brasil* um mês. Eu nunca tinha sido jornalista, caí na fogueira. Mas dos estagiários que estavam lá fazendo estágio, éramos quatro, só tinha vaga para um e não foi para mim, foi para um outro colega, um grande amigo meu. Imediatamente, eu disse: “Gostei de ser repórter” – apesar de apanhar um bocado. Consegui uma carta de apresentação para o Roberto Marinho, o poderoso Roberto Marinho. E a primeira coisa que você tem que ter para ser jornalista, é ser cara de pau, você tem que meter a cara. Então fui lá no *Globo*, soube que o Roberto Marinho chegava às 7 horas da manhã no jornal, às 15 para as sete, eu já estava lá. Me postei na ante sala dele, falei com a secretária – naquele tempo era fácil, você tinha acesso a todo o mundo, a políticos e tudo – e entreguei a carta para ele. Ele disse: “Tudo bem, você volta aqui na semana que vem”. Voltei na semana que vem e ele disse: “Ih, agora não posso falar com você, volta na outra”. Ele

estava me testando, para ver se eu tinha pique para ser jornalista. Eu sei que depois de umas quatro semanas, ele disse: “Tá bom, tá bom, vem cá”, me levou na redação e me apresentou ao Alves Pinheiro, que era o chefe de reportagem, e disse: “Aproveita esse menino aí, vê se ele dá para a profissão”. Eu comecei no *Globo*, em outubro de 1968 e lá fiquei até 1971. Segui a escala normal da profissão, comecei como repórter de Polícia – até hoje, se você me mandar subir o morro da Mangueira e descer, eu sei subir e descer direitinho – mas, logo em seguida, como eu era estudante de Direito, tinha lá o que eles achavam que era uma certa cultura, passei para a reportagem geral. A geral era aquela que você faz uma conferência e logo em seguida, você vai cobrir os camelôs que estão infestando a Cinelândia. Naquele tempo tinha uma peculiaridade, um repórter saía da redação, não era como hoje, com uma matéria para fazer e cercado de facilidades. Você saía, às vezes, até com cinco ou seis matérias. Pára aqui, depois vai ali, depois vai lá, não esquece de passar no departamento de meteorologia, para saber como é que vai ser o tempo amanhã. E eu fazia aquilo tudo. Todos fazíamos aquilo tudo. Mas fui tentando me afirmar. Depois eu te mostro, eu tenho recortes da minha vida profissional toda, não é tudo o que eu escrevi, mas quase tudo. Então, o que acontece, eu fui subindo na escala. Em 1960, era o último ano da Faculdade de Direito, eu estava me formando e apareceu – era solteiro – a oportunidade de alguém viajar com o Jânio Quadros na campanha presidencial pelo *Globo*. O Jânio viajava num avião DC3, com políticos, assessores e um monte de jornalistas dos principais jornais do país e eu fui designado para viajar. O chefe de reportagem perguntou se eu queria e ele mesmo disse: “Olha, você vai viajar” – isso era o mês de abril de 1960 – “mas você não sabe que dia que você vai estar aqui no Rio, você vai perder o ano na faculdade por presença”. Eu digo: “Paciência, é uma bela oportunidade de conhecer o Brasil inteiro, cobrir”. E foi aí que eu comecei a viajar pelo Brasil com o Jânio e a mandar reportagens todo o dia. E, pela primeira vez, comecei a ter matérias assinadas com meu nome. Naquele tempo os jornais só assinavam reportagens de quem viajava, isso era uma meio sacanagem porque eles não queriam que o repórter se tornasse conhecido e recebesse propostas de concorrentes. Os salários eram uma coisa catastrófica! Péssimos! A profissão de jornalista até então era uma profissão de segunda classe. Não os grandes jornalistas, mas a média era uma profissão que todo o mundo desprezava, faziam aquele gesto de tanger galinha: “Ah, tem aí uns jornalistas”. Mas o mundo começou a mudar. Começaram a aparecer as faculdades de jornalismo, faculdades, aliás, que eu nunca frequentei, nunca fiz curso de jornalismo normal. Fui fazer depois, alguns meses nos Estados Unidos, mas era outra coisa. Bom, mas de qualquer maneira, eu comecei a cobrir a campanha do Jânio Quadros, a escrever tudo e passava pelo Rio, quando o Jânio Quadros ia para o Rio, senão, era o Brasil inteiro. Naquele tempo, era difícilimo, não havia essas maquininhas diabólicas [apontando para o meu gravador digital]. Gravador não, você levava um caderno igual a esse seu e anotava as coisas todas no fim do dia. O Jânio viajava o feito um doido, ele fazia três, quatro cidades no mesmo dia e terminava sempre numa cidade maior, geralmente a capital do Estado, onde tinha o comício final. Então você tinha aí já quatro matérias para fazer. E mais as conversas que ele tinha com políticos. E mais, de vez em quando, no avião, ele ia até onde estavam os jornalistas. Era raro, mas ia, e a gente perguntava. Então, você tinha montes de matérias para fazer. E como é que você passava aquilo para a sede no Rio de Janeiro e os jornalistas de São Paulo para a sede em São Paulo? Não havia essa parafernália eletrônica que você escreve no computador, aperta um botão e aquilo já está lá na sua sede. Não, você tinha que, depois do dia inteiro, cobrindo aquilo tudo, uma poeira danada, comendo mal, descendo do avião, entrando no avião, correndo.... E o Jânio tinha um negócio, ele saía de um comício numa pequena cidade no interior e ia correndo – de carro é claro – para o aeroporto. Nós tínhamos que chegar antes dele porque, quando ele chegasse, ele mandava fechar a porta e quem ficasse, ficou. Uma vez, o Zé Aparecido, secretário particular dele, ficou lá no interior do Ceará, não sei se Quixadá, qualquer coisa

assim. Ficou e a turma dizia: “Doutor Jânio, olha o Zé Aparecido, está ali, olha ele está chegando, ele está...”. Ele disse: “Não me importa, ele que se vire”. E o avião saiu sem o Zé Aparecido. E saía sem ninguém, ele era o primeiro a chegar. O Jânio era muito engraçado porque ele tinha um medo pânico de avião, viajava agarrado na cadeira, sustentando o avião, com o cinto de segurança, janelinha fechada, ele não podia olhar pela janela. Uma vez em Manaus, primeira vez que a gente ia a Manaus e Manaus é um espetáculo visto de cima, o encontro das águas do Rio Negro com o Rio Amazonas [sic], umas são marrons, as outras são pretas, então, as águas brigam, não se misturam durante vários quilômetros. O piloto resolveu fazer uma volta em torno do encontro das águas, anunciando, pelo alto falante: “Estamos assistindo um dos grandes espetáculos da natureza...”. O Jânio deu uma bronca no piloto, mas daquelas violentíssimas: “O senhor colocou em risco, vida e a saúde de todos nós”. Bom, mas de qualquer maneira, você cobria o dia inteiro aquelas mil atividades e quando terminava o último comício, numa capital geralmente, o Jânio ia dormir, e nós aí é que íamos para o posto telefônico. Porque a maioria das capitais do Nordeste, a maioria das capitais do país, não tinha nem telefone no quarto. As ligações interurbanas eram feitas pelo posto telefônico. Então você ia para o posto telefônico, iam lá oito, nove jornalistas aqueles concorrentes, todos nós. E íamos para fazer fila na porta do posto telefônico. Naquela época para você falar de Manaus para o Rio, a telefonista de Manaus tinha que ligar para a telefonista de Belém; a de Belém, ligar para a de Fortaleza; a de Fortaleza para de Recife; a de Recife, para a de Salvador; a de Salvador, para o Espírito Santo; Espírito Santo, para o Rio. Então, elas tinham que gritar cada vez mais e qualidade do som, obviamente, ia diminuindo, era o interurbano daquela época. Quem ficava nos primeiros lugares da fila para passar a matéria, tinha vantagem, meia-noite, uma hora, a gente podia ir para o hotel dormir. Mas quem ficava no fim da fila, ficava até quatro, cinco da manhã – porque demoravam aquelas ligações –, mas tinha uma vantagem, você escutava os colegas ditarem as matérias deles todas e se você tinham perdido alguma coisa, você se apropriava daquilo. Bom, acompanhamos a campanha do Jânio toda. A gente comete mil erros. Eu cometi uma vez um erro no Rio, até. O Jânio fez uma programação enorme no Rio. Primeiro foi à missa, comungou – ele que não tinha nada de religioso –, conversou com o cardeal, foi tomar café com empresários. Depois foi a uma reunião de estudantes numa universidade. Depois, foi a uma favela. Depois, a um almoço com políticos. Em seguida, uma convenção partidária lá na ABI do Rio. E, depois de tudo, o comício final. E eu cobrindo tudo, anotando tudo. Quando cheguei na redação do *Globo*, lá no Rio, já mais de meia-noite e falei para o secretário que estava lá fazendo o jornal, paginando e tudo, ele perguntou: “O que você tem aí?”. Eu digo: “Eu tenho oito matérias”. “Meu Deus do céu, oito!”. “É, oito matérias, ele falou isso, falou aquilo”. Quando eram umas quatro da madrugada, eu tinha acabado de redigir as oito matérias, e o secretário pergunta (era um domingo para segunda): “Hoje o dia está horrível, eu não tenho nada para manchete, o Jânio não falou alguma coisa de diferente?” – porque o discurso dele era sempre o mesmo. Eu digo: “Ah, ele falou. Ele disse que vai dar uma *vassourada*” – o símbolo dele era a vassoura – “na Presidência da República. E isso é novidade”. E eu fui para a casa dormir, e o cara fez a manchete: “Jânio: vassourada na Presidência”. Fui dormir as quatro e meia, cinco horas da manhã, quando é às sete, o meu pai acorda e diz: “Olha, tem um cara aí no telefone, dizendo que é o Roberto Marinho, quer falar com você”. Eu fui lá meio sonso e o Roberto, então: “Venha imediatamente para a redação!”. Aí eu fui. Cheguei lá, a redação do *Globo*, era enorme, tinha um corredor no meio e a sala do Roberto era lá no fim. Quando eu passei naquele corredor, os colegas todos já viravam a cara assim, como quem diz: “Ih, lá vai o condenado à guilhotina”. O Roberto estava puto da vida. Eu cheguei lá, ele me deu uma bronca danada e disse que o Jânio Quadros tinha ligado para ele às seis e meia e dizendo que o *Globo* estava contra ele, estava *torpedeando* ele, estava *sabotando* a candidatura, se ele fosse eleito, o *Globo* não ia ter nada, e escolheu o Roberto. E o Roberto, então, me

esculhambou. Por que? Porque de tanto anotar na caderneta, tanta coisa, oito matérias, eu tinha anotado errado. A vassourada não era na *Presidência* da República, era a mesma vassourada de sempre na Previdência Social e *O Globo* dá Presidência. Aí eu digo: “Tô ferrado!”, pensei aqui comigo. Roberto me deu aquela bronca enorme e eu: “Tô demitido”. Lógico. Eu levantei e ele disse: “Vá trabalhar. E vou lhe dar um conselho” – conselho que eu sigo até hoje – “Nunca escreva uma matéria e entregue a matéria” – hoje você não entrega, hoje só aperta o botão – “sem reler antes. Perca 10 minutos, 15 minutos relendo. Você vai ver que você vai deixar de cometer uma porção de erros. Porque onde já se viu vassourada na Presidência da República, só mudando a Constituição”. E eu segui aquilo até hoje. Bom, aí chegou o fim do ano, veio a eleição, o Jânio venceu e eu não tinha presença. Mas verifiquei uma coisa fantástica, como as matérias eram todas assinadas no *Globo*, que era o maior jornal do Rio, do País, e os meus professores eram todos Jânio Quadros, naquela época, a burguesia, a classe média era toda Jânio Quadros, todos eles me deram presença e eu passei de ano e ainda fui o orador da turma. E aí comecei, já entrei na reportagem política, vieram aqueles anos todos: 61, 61, 63. Em 63, eu já tinha passado para editor de política e em 64 já fazia a coluna política do jornal. Aí vem o golpe de 64, que a gente... Não adianta dizer agora: “Todo mundo resistiu!”. Não, era um golpe de força, se você não aceitasse, ia preso, perdia o emprego. É claro que a gente não gostava, mas, como editor político, que fazia coluna política.... Vem o Castelo Branco, o general... E o Jango mesmo, antes do Castelo Branco, de vez em quando eu entrevistava o Jango, presidente da República. Depois vem o golpe, o Castelo chamava um grupo de jornalistas, cinco ou seis, para conversar de vez em quando, eu estava neles. Aí tem histórias maravilhosas. A primeira vez que nós fomos encontrar com o general Castelo Branco, o Castellinho também foi. Carlos Castello Branco, o maior jornalista. E o Castelo, general, para quebrar o gelo, porque era a primeira vez que ele ia conversar com jornalistas, se virou para o Castellinho e disse: “Ah, doutor Castello, eu li num jornal do Uruguai, imagine o senhor, que coisa” – para quebrar o gelo, né – “o jornal do Uruguai disse que o maior colunista político do Brasil é filho do presidente da república. Ora, que coisa engraçada, nós somos parentes, é?” O Castellinho, que era bravo como o diabo, não perdoava nada, dessa vez disse: “Não, senhor presidente. Eu também li esse jornal do Uruguai e ele disse que o maior colunista do Brasil era filho do ditador de plantão do Brasil”. O Castelo balançou assim, mas continuou a conversa. Depois vem o Costa e Silva e eu fui viajar também em algumas campanhas do Costa e Silva e ele conhecia a gente. Passou, depois de eleito – eleito entre aspas, imposto ao Congresso – a conversar também com jornalistas, de vez em quando. Vem o AI-5, e aí foi uma coisa horrorosa porque se restabelece a censura à imprensa, que não existia até então, uma censura violenta à imprensa. E lá no *Globo* eu tinha lá os meus desafetos. Um deles, que era o diretor de redação, era o Padilha, filho do Raimundo Padilha, que era um cara da direita também, e esse rapaz também da direita. Coitado, já morreu, não vou falar mal dele não. Mas ele chega e diz para o Roberto Marinho: “Não há mais política, vamos acabar com a coluna política, para quê coluna política, estamos sob censura”. E ele adorava a censura, apoiava a censura. Lógico. Mas a coluna política acabou. Isso depois do AI-5. O Costa e Silva tomou posse em março de 67, continuou tudo normal, mas em dezembro de 68, veio o AI-5 por pretexto dos militares radicais, nem adianta eu descer nisso. Mas vem o AI-5 e eles acabam com a coluna política e eu fiquei lá, fazendo matéria, mas muito desestimulado. Vem o AI-5, uma coisa horrorosa, mas um belo dia, já em maio de 69, aquela depressão danada no país, no jornalismo, censura, prisões, tortura, tudo, um ajudante de ordens de Costa e Silva, aquele que telefonava para a gente antes do AI-5 para ir lá, telefona, era uma sexta-feira até, seis horas da tarde, eu estava lá, tentando ver o que tinha – não tinha nem mais página política no jornal. O cara diz: “Ah, Carlos Chagas, o presidente está te chamando para conversar”. Eu digo: “Uai, voltaram as conversas, sinal de que as coisas podem estar mudando”. Cheguei e ele estava sozinho. “E os outros?”, eu

perguntei para o ajudante de ordens. Ele disse: “Não, não tem outros não, o presidente quer falar só com você”. “Tá bom”, entrei. Cheguei lá, o Costa e Silva, que já me conhecia, disse: “Olha aqui, eu te chamei pelo seguinte, você é respeitado, os políticos te conhecem e eu quero te dizer algumas coisas. Eu não passo a História como um ditador. Não passo a História como um general sul-americano que simplesmente golpeou as instituições. Eu vou acabar com o AI-5, vou abrir o país, vou reabrir o Congresso – que estava em recesso obrigatório. Vou convocar uma comissão de juristas, vou reformar a Constituição”. Aí o meu olho começou a se arregalar. Eu comecei a pensar... Naquele tempo, sem o gravador, você treinava a memória, eu era capaz de repetir uma hora de conversa inteira, quase *ipsis litteris* porque se você gravar, anotar num caderninho, você assusta o sujeito. Ele fica falando e ficando assustado, como o gravador assusta, então você gravava aquilo tudo e depois reproduzia. E eu arregalei o olho e disse: “Puxa” – falei aqui comigo – “isso dá umas três manchetes seguintes: sábado, domingo, segunda e terça com tudo o que ele falou”. Ai ele era esperto e disse: “É, mas você não vai publicar nada disso amanhã”. Eu digo: “Ah, presidente, por que? Isso é uma bela proposta”. Ele disse: “Não, eu te chamei porque eu quero que você venha a ser o meu porta-voz para dar para a imprensa essas notícias em pílulas, devagar, para não assustar ninguém. Você vai para casa, pensa, conversa com a família e vamos ver se segunda-feira você vem aqui e me dá sua resposta”. Imagina o fim de semana que eu passei. Eu nunca pensei em morar em Brasília, adorava o mar e adoro o mar até hoje. Mas cheguei lá segunda-feira e disse: “Presidente, eu aceito”. Nunca me arrependi disso. Era trabalhar com o regime militar, um general-presidente, mas era numa perspectiva de acabar com o AI-5, perspectiva de abertura Fui. Vim para Brasília naquele dia mesmo e comecei a dar aquelas notícias e aquelas notícias pegaram, os jornais publicavam e tudo. E a coisa foi andando, o presidente reuniu os juristas.

E qual foi a reação dos jornalistas, quando você falou que ia? Houve algum tipo de reprovação?

Não, ninguém, teve coragem de dizer assim. Mas todo mundo olhava pelas costas e dizia: “Ah, vai trabalhar com os militares”. A humanidade é má, intrinsecamente má. Ninguém para dizer: “Ah, você vai; que bom!”. Bom, aí chegamos já em agosto e tudo pronto: decreto pronto para acabar com o AI-5, o anteprojeto de nova constituição, o decreto para reabrir o Congresso. E o Costa e Silva marca para o 7 de setembro a solenidade para fazer aquilo. Ele ia fazer no Rio. Por que ele ia fazer no Rio? Porque no Rio estavam os generais que mais se opunham a abertura. Então ele fez questão: “Não, vai ser lá no Rio, na frente desses generais”. Os três ministros militares violentamente contra a abertura: “Ah, tem que manter o Ato”. Ele disse: “Não tem Ato coisa nenhuma”. Faltando dois para a gente viajar para o Rio onde haveria essa solenidade toda, ele tem uma trombose cerebral. Ele começa a ficar sem voz, sem movimento e a explicação dos neurologistas que o atenderam é que, conscientemente, ele estava decidido a abrir, mas o inconsciente dele entrou em parafuso porque ele era presidente feito por aqueles generais que estavam contra ele. Então entrou em parafuso. Ele foi para o Rio assim mesmo, fez questão de ir para o Rio, já sem voz. Chegou lá no Rio, no Palácio das Laranjeiras, tentou assinar o nome numa folha de papel em branco, mas o comando do cérebro já não chegava na mão direita, a caneta cai, ele começa a chorar violentamente, entra em estado de coma 15 minutos depois e aí vai sair da história. Vem um golpe militar terrível. Dois meses depois, ele já estava recuperado – quer dizer, ele nunca mais voltou a falar, mas ele entendia tudo o que se passava, ouvia rádio, corrida de cavalo. O oficial que estava com ele no dia em que ele adoeceu, perguntou – ele se exprimia por gestos – “Presidente, o senhor lembra aquele dia em que o senhor adoeceu?”. “Lembro”. (Lembro! Não disse lembro, balançou a cabeça). “O senhor queria fazer uma fezinha nos cavalos?”. Ele diz: “Não”. (Diz! Balança a cabeça: “não”). “Tinha algum pagamento para fazer?”. Balança a cabeça. “Era

algum bilhete para alguém?”. Balança a cabeça. Aí disse: “O senhor queria assinar o fim do AI-5?”. Ele concorda, começa a chorar também. E morreu pouco depois. Mas aí a gente volta. Ele adoeceu numa sexta-feira – sexta-feira está sempre junto. No sábado, em vez de o vice-presidente da República assumir, que era o Pedro Aleixo, que era favorável à abertura, era um político, jurista importante, em vez dele assumir, os três ministros militares prendem o Pedro Aleixo, mandam um avião aqui a Brasília levar o Pedro Aleixo preso para o Rio e assumem o governo, usurpam o governo no domingo. Baixam atos institucionais: “Em nome do presidente Costa e Silva, zelaremos pela segurança...”. Segunda-feira cedo eu apresentei minha demissão para quem era o meu chefe imediato, o Rondon Pacheco, chefe da casa civil. Apresentei a demissão, mas o Rondon disse “. Eu também apresentei a minha. Mas você fica aí porque o Presidente está lá no andar de cima, está vivo. Ninguém sabe se ele vai se recuperar ou não, ficaria péssimo, a gente abandoná-lo, sair”. Então fiquei lá, mas praticamente sem fazer nada. Então, nada mais burro do que um cara da extrema direita, do que um grupo da extrema direita, como um grupo da extrema radical esquerda. Não digo a esquerda normal porque essa é o futuro do mundo, mas os radicais de esquerda, os que jogam bomba, matam gente, também não pode isso. Como a junta militar tinha usurpado o poder, a esquerda radical, com o Carlos Lamarca, que a família agora ganhou indenização, a imagem dele foi reabilitada. Mas o cara desertou do Exército, matou gente, roubou armas e estava presente naquela semana lá no Rio, clandestino. Ele, o Gabeira, o Franklin Martins e outros. E resolvem fazer uma besteira dos diabos, seqüestram o embaixador americano. Naquele tempo não havia *know-how* de seqüestro no mundo porque, desde 1462, não me falhe a memória, ou 1438, depois você pesquisa, com o tratado de Westfália, que deu fim à guerra de 30 anos lá na Europa [o tratado, na verdade, foi assinado em 24 de outubro de 1648], fizeram lá um série de regras, as nações que estavam em guerra, e uma das regras foi a seguinte: a figura do embaixador de país, mesmo estando em guerra um com o outro será preservada. Ninguém pode matar um embaixador, cercear, um embaixador tem que ser respeitado. Pois bem, o Brasil dando lições para o mundo, seqüestra um embaixador. E os Estados Unidos não tinham *know-how* de seqüestro. Então, o presidente Jonhson, dos Estados Unidos, começa a mandar recados para a junta militar aqui: “Façam tudo o que os seqüestradores quiserem, mas salvem a vida do embaixador, senão o Brasil não tem mais dinheiro, não tem mais nada...”. A junta militar, sem saber o que fazer, começa a atender as exigências dos seqüestradores. A primeira delas foi que caminhões do exército distribuírem comida de graça nas favelas do Rio. A outra foi soltarem quinze presos políticos, mandarem para o México. E eles fizeram isso. A terceira foi a mais contundente de todas, que o *Jornal Nacional*, que tinha começado naquele período, lesse um manifesto dos seqüestradores ao País inteiro. Então aparece o logotipo da *Rede Globo*, do *Jornal Nacional*, aparece o Cido Moreira, mocinho naquela época ainda, tremendo, branco feito uma cera, e começa a dizer: “Brasileiros, essa ditadura imperialista que aí está, a serviços dos americanos, esses torturadores que aí estão...”, e começa a ler aquele troço, bem nervoso, suando frio. Numa bela hora, ele pega o papel que está lendo e diz: “É o manifesto que está dizendo, não sou eu não” [ri]. Aquilo foi a desmoralização total da junta militar, de tudo. Eles resolvem baixar outros atos impedindo o Costa e Silva, que não ia poder reassumir mesmo, e fazem uma eleição direta para a presidente da República. Imagine você, direta. Só que, com uma singularidade: só podiam votar os generais, almirantes e brigadeiros, o povo não. Votaram e escolheram o mais obscuro deles, o mais... Não, também não quero usar adjetivos com quem já morreu. Mas o mais obscuro dos generais era o Garrastazu Médici. Elegem o Médici, ele assume e aí o país vai continuar naquele horror de cassações, de censura total à imprensa, de tortura. E a esquerda radical também dando pretexto para a direita botar a pata em cima. Ele seqüestra mais embaixadores, tem luta armada, tiroteio, tudo o que acontece. Foi até nesse período que mataram o Lamarca, acharam o Lamarca e mataram. Mas mataram muito mais gente e também a esquerda matou os sentinelas, jogava bombas, matou

agentes bancários, agentes de segurança nos bancos, para assaltar banco, foi um horror. Vem o Geisel, eleito também pelos altos comandos. E o Geisel era até engraçado... Nesse tempo eu já era, a partir de 72, diretor da sucursal do *Estadão* aqui em Brasília. Aceitei o convite deles, não estava bem no *Globo* também. Ah não, mas nesse meio tempo, é o seguinte. Em 69, o Costa e Silva morreu. Eu ia de vez em quando visitá-lo, mas não podia falar, mas... O Costa e Silva morreu e eu digo: “Meu Deus do céu, a minha imagem de jornalista está pior que circo”. Eu ia ser o porta-voz da abertura e acabei sendo o porta-voz daquele horror que aconteceu”. Então eu digo: “Ah, eu vou escrever isso tudo”. Estava no *Globo*, sugeri ao Roberto Marinho contar os bastidores daquilo tudo, a luta do Costa e Silva para reabrir, as pressões militares e tudo. E fiz uma série de 22 artigos, de página inteira cada artigo, contando aquilo tudo. Chamava-se 113 dias de Angústia. Foi desde que o Costa e Silva adoeceu, até ele morrer, contando, dá 113 dias. Conteí aquilo tudo, inclusive a eleição do Garrastazu Médici, as brigas de generais, botei pra fora tudo o que eu sabia. Ganhei o Prêmio Esso de Jornalismo. Porque naquele tempo não era como hoje, hoje todo mundo ganhou o Prêmio Esso. O Prêmio Esso distribui prêmio disso, prêmio daquilo, para amaciar a imprensa. Naquela época, não. Naquela época havia um Prêmio Esso, o Prêmio Esso de Jornalismo e só. E eu ganhei. Pelos colegas. Ganhei também meu primeiro processo pela Lei de Segurança Nacional, por ter revelado segredos de Estado e tudo. Nesse meio tempo, eu sou convidado pelo *Estadão* para vir chefiar a sucursal aqui em Brasília. Vim, fiquei aqui 16 anos como chefe da sucursal do *Estado*. Ganhei mais três processos pela Lei de Segurança Nacional, faz parte do jogo. Mas aí veio a volta à democracia, com o Figueiredo ajudando, depois com Sarney, Tancredo e tudo. E o *Estadão* é o melhor lugar do mundo para você trabalhar quando tem ditadura porque ele te dá toda cobertura. É contra a censura, você é processado, manda advogados para cá para te defender e tudo. Mas, quando acaba a ditadura, o *Estadão* vira apenas um jornal reacionário, conservador. E eu acabei brigando lá, saí e fui ser diretor da *Rede Manchete* aqui em Brasília, onde fiquei 12 anos, até a *Manchete* falir. Aí é que eu tomei conhecimento com a parafernália eletrônica porque até então, até 1988, quando eu saí do *Estadão*, eu só entendia de jornal. Eu via os telejornais, mas nem sabia como é que eram essas máquinas terríveis que tem por aí. Mas tive o convite do Adolfo Bloch para ser o diretor das Organizações Manchete aqui em Brasília, aceitei – também eu estava desempregado – vim para cá. E aí eu comecei a tomar conhecimento da televisão, passei a fazer um comentário diário na televisão, e a participar de entrevistas e tudo, mas infelizmente a *Manchete* faliu, 12 anos depois. E faliu por que? Entre mil outros motivos, má administração e tudo, mas também porque a *Manchete* insistiu em ser uma televisão classe A. Então o Bloch, por exemplo, comprou na Alemanha, a preço de ouro, eu acho que 25 apresentações da Orquestra Sinfônica de Berlim, regida pelo Von Karajan, que era o supra-sumo e botou aquilo aos domingos. Mas aos domingos tinha o Faustão, tinha o Sílvio Santos e ninguém assistia o Von Karajan. A *Manchete* foi caindo, caindo e acabou falindo. Nessa hora, eu tive o convite para ir a *CNT*, *Central Nacional de Televisão*, a única rede com cabeça fora do eixo Rio-São Paulo, que era em Curitiba. Era o Martinez, o dono da rede era, deputado federal, presidente do PTB, que morreu num desastre de avião, infelizmente. O Martinez já vivia me cantando: “Vem pra cá, vem pra cá”. Eu digo: “Não posso, a *Manchete* ainda não faliu totalmente, eu tenho que ficar” Mas, quando faliu eu digo: “Olha Martinez, estou pronto”. Então fiquei cinco anos na *CNT* aqui. Levei para a *CNT* um programa que eu tinha na *Manchete* que chamava *Jogo de Poder*, que era um programa de 40 minutos diários, uma entrevista sempre com um político ou coisa assim. Mas a *CNT* foi vendida, agora, recentemente, no começo do ano, para o *Jornal do Brasil*. E o *Jornal do Brasil* tem lá umas figuras com as quais eu não me dou bem. E acho o *Jornal do Brasil* hoje lamentável, perdeu aquela qualidade de ter sido o jornal mais bem preparado do país. Hoje é um palco de negócios, falando a verdade. Só negócios e tudo. O dono lá já comprou a *Gazeta Mercantil*. O dono não é jornalista, é um empresário da indústria naval, mas quer comprar

coisas, estão comprando a *Isto é*, não sei se já compraram, quer fazer um império, sei lá para quê. Então eu não fiquei. “Não, não vou ficar não”. Eu tenho muita sorte, porque eu não preciso ficar saindo procurando emprego, procurei primeiro no *Globo*, e depois nunca mais. Nessa hora, o Sílvio Santos me liga e diz: “Ah, quero que você venha para cá fazer um comentário por dia”. Eu disse: “Está bom, eu vou. Mas a sua televisão não é propriamente uma televisão política”. Ele disse: “Não, não tem problema nenhum”, ele até foi muito simpático, disse: “Você pode vir aqui comentar tudo o que você quiser, não vou te cercear, te pedir nada. Agora, a responsabilidade é sua. Eu sou responsável só pelos shows. Se você for responsável, o problema é seu”. E estamos assim até hoje. Além disso, eu escrevo, desde 72, uma coluna diária, que já foi publicada em 38 jornais do país. Hoje está em menos de 20, acho que está em 18. Cem linhas diárias – é isso que eu estou escrevendo aqui agora – distribuídas para esses jornais. Faço quatro comentários diários para Jovem Pan, que é uma das emissoras mais ouvidas no país. E só, né? Chega. Durante 25 anos, acordei todos os dias às seis e meia da manhã para estar lá às 8 e dar aulas de Ética e de História da Imprensa. Também chega, eu já estou ficando velho, me aposentei. Fui também – me aposentei – do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana pela ABI, durante 15 anos. Fui do Conselho de Comunicação Social – esse criado há poucos anos atrás – mas também mandato de dois anos. Terminou o mandato, não pedi renovação, saí. E estamos aí. E isso. Em pouco tempo, é o resumo.

Como o senhor avalia o jornalismo que era praticado por sua geração e o jornalismo que é praticado hoje?

O jornalismo hoje ficou mais ético, mais respeitado, porque hoje, você já consegue viver razoavelmente bem sendo apenas jornalista, sem picaretagem, sem ter emprego público. Quando eu vim para Brasília, metade dos jornalistas era empregado na Câmara, no Senado, em Tribunais, mas não trabalhavam não. Eu nunca tive emprego público. Havia essa simbiose, entre o que era público e a função do jornalista. O jornalista que era empregado para ser redator do Senado, por exemplo. Como é que ele ia escrever sobre um escândalo do Senado? Sempre puxando a brasa para o Senado. Isso, infelizmente, houve durante muito tempo, mas hoje terminou, os jornais não aceitam mais um repórter que trabalha para uma empresa pública, cobrindo essa empresa pública. Poder trabalhar em uma empresa pública, sei lá, até nem isso pode mais. Então, eticamente, a imprensa melhorou. Tecnicamente, ela também melhorou porque hoje você com essas maquininhas pequenininhas, não precisa mais arrancar os cabelos porque a telefonista não está te atendendo e você tem que passar a matéria. Não, hoje é simples. Esse é o lado positivo. Agora, o lado negativo é que os jornalistas, principalmente a geração mais nova, ficou muito de nariz em pé, achando que são *formadores de opinião*. Formadores coisa nenhuma, nós somos *informadores*, quem se forma é a própria sociedade. Houve uma espécie de presunção demasiada por parte, não só dos repórteres, mas dos donos também, daqueles que fazem negócios por baixo do pano: “Não, nós mandamos no Brasil, nós fazemos isso, fazemos aquilo”. Houve um superdimensionamento do papel da imprensa. A imprensa deve apenas informar e também prestar serviços, servir para a publicidade e tudo. Mas a função principal da mídia é informar a sociedade. Passaram a exagerar, passou a haver aquela mentalidade – hoje melhorou um pouquinho - de: “todo político é corrupto, todo funcionário público é ladrão, então vamos partir para o escândalo”, isso, principalmente depois da volta à democracia, aconteceu muito. A imprensa perdeu um pouco o senso de que era um serviço da sociedade, para informar a sociedade, para passar a ser delegado, juiz, promotor, carrasco. Isso aconteceu realmente. E ainda acontece um pouco. A gente tem que tomar muito cuidado, a imprensa hoje, ao afirmar uma coisa que pode denegrir a honra de um cidadão, que dali a uma semana você vai ver que ele não tinha nada com isso, que era inocente, mas a honra do cara, o nome do cara está

perdido para sempre. Então, tenho que apurar a matéria. Mas aí vem o reverso da medalha. Eu estou com uma informação de que o ministro Fulano de Tal meteu a mão no dinheiro, recebeu 100 mil reais. Eu estou com essa informação, chego lá na redação e digo: “Estou com essa informação aí, tem indícios, mas não tem provas aí ainda...”. O chefe de redação diz: “Poxa, então o quê que nós vamos fazer”. Você diz, ou ele te diz: “Mas o jornal tal, nosso concorrente, a *Folha*, *Estadão* também têm. E eu soube que eles vão publicar”. “Então nós também temos que publicar”. E, às vezes, publicam-se matérias, informações sem a devida apuração. Isso é um mal muito grande na imprensa. Isso tem que ser corrigido, daqui a uns 200 anos, talvez seja. Mas, a grosso modo, melhorou muito, principalmente, com a entrada da imprensa eletrônica.

O diploma, o senhor acha que melhorou o perfil?

Eu não tenho curso de jornalismo, mas sou um defensor intransigente do diploma. O diploma deu dignidade à profissão, deu unidade à profissão, coisa que os patrões não querem. Os patrões querem é poder convidar o filhinho do amiguinho do seu filho para ir trabalhar lá, mas sem nenhum compromisso com a ética, com os próprios conhecimentos de jornalismo. “Não, porque é amigo, faz o que a gente quiser”. E assim vai, né? Quer dizer, porque o Seu Manoel, dono do açougue ali na esquina, é um craque na arte de cortar carne, nem por isso ele pode sair do açougue, entrar no distrital e operar alguém de apendicite. Porque o camelô da rodoviária é o craque da palavra, vende tudo o que tem na bancada dele, ele não pode entrar no Supremo e defender uma causa. A mesma coisa: saber escrever, não faz o jornalista, faz o escritor. Grandes escritores, às vezes. E a todo mundo é permitido escrever nos jornais, ninguém está proibido, mas você pode escrever como colaborador. Todo o mundo escreve. Agora, como jornalista não, tem que ter o diploma. Tem que ter noções de tudo, noções história, de geografia, de ética, de filosofia, de português, de tudo. Dizem os contrários ao diploma, até muitos professores nossos, traidores da causa, que “Não, jornalistas nascem com o dom de escrever e essas faculdades estão criando jornalistas que escrevem sal com ç”. E estão mesmo! Péssimos os cursos. Mas o quê que nos vamos fazer? Igual à piada do português que disseram para ele: “Olha, quando você sai para trabalhar, sua mulher te trai no sofá da sala da sua casa”. Dias depois encontraram o português: “Então português, o que você fez? Deu um tiro na sua mulher?”. Ele disse: “Não, tirei o sofá da sala”. Acabar com o diploma? Não, vamos tornar as faculdades de jornalismo mais rígidas, mas duras, só passa quem souber mesmo. E não ficar com esse negócio de “vamos acabar”. Isso é cíclico: volta e meia vem uma campanha para acabar com o diploma. Mas, paciência.

E quem você indicaria como bons jornalistas?

Só vou falar dos mortos. Não vou falar dos vivos. O Carlos Castello Branco foi o papa de todos nós da reportagem política... Ah, vamos ficar nele. Porque depois eu cito um, aí o filho do outro vem e: “Ah, você não falou do papai que foi melhor”. E desses novos eu não cito é nenhum. De jeito nenhum! Vamos concorrer.

E referências fora da redação? Leituras, autores?

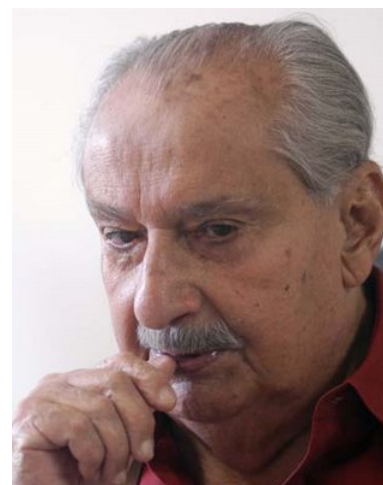
Eu gosto muito de história. Quando eu recebi o primeiro salário no Globo, em 58, a primeira coisa que eu fiz, foi comprar, à prestação, uma coleção de vinte e tantos livros sobre a história da humanidade do Will Durant. Até hoje eu tenho na minha cabeceira um daqueles livros. Essa noite mesmo, eu li um trecho bom sobre o Napoleão. E, quando acaba, eu pego outro livro, vou recomendar. Eu já li essa coleção algumas vezes e nunca me arrependo. Gosto de ler livros de história porque para mim é fundamental. Eu não sou dado a badalar, sair. Naquela época do *Estado de São Paulo* tinha que ir a muita festa, muita coisa porque era representando

o jornal. *Manchete* um pouco, também. Mas agora que eu não tenho essa obrigação, eu prefiro ficar em casa do que ficar badalando por aí.

Entrevista realizada em Brasília, em 15/06/2007.

Carlos Heitor Cony

Ingressou no jornalismo em 1947, substituindo o pai. Em 1960 foi para o *Correio da Manhã*, como copidesque, e, no ano seguinte, passou a assinar a coluna *Da arte de falar mal*. Foi demitido em 1965, após uma série de crônicas publicadas contra o regime militar. Passou um ano auto-exilado em Cuba e na volta é convidado para trabalhar no grupo Bloch. Colaborou por mais de 30 anos na revista *Manchete* e dirigiu *Fatos & Fotos*, *Desfile*, *Ele Ela*. De 1985 a 1990, foi diretor de Teledramaturgia da *Rede Manchete*, produzindo e escrevendo sinopses das novelas *A Marquesa de Santos*, *D. Beja*, *Kananga do Japão*. Em 1993 substituiu Otto Lara Resende na crônica diária do jornal *Folha de S. Paulo*, onde colabora até hoje e é membro do Conselho Editorial. É comentarista diário da Rádio *CBN* e da TV *Band News*. Escritor consagrado publicou dezenove romances, sete livros infantis/juvenis, diversas coletâneas de crônica, ensaios, 29 adaptações, uma telenovela, dois roteiros para cinema. Recebeu diversos prêmios literários. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em março de 2000.



Entrevista

As pessoas costumam achar o termo intelectual pejorativo

É um pouco pejorativo. Mas também o jornalista também está ficando. Hoje, jornalista é todo o mundo que escreve um artigo para um jornal é jornalista. Bota escritor e jornalista. E não é jornalista. Jornalista, no meu entender, é aquele que tem carteira assinada e exerce a profissão de jornalista.

Geralmente o quê? Repórter, editor?

Repórteres, editores, eventualmente os colunistas, alguns colunistas, algum tipo de colunismo, nem todos. Tem colunistas que mandam a crônica por e-mail. Eu, por exemplo, há quinze anos que eu mando as minhas crônicas pelo e-mail, eu não frequento a redação, não conheço a cara dos meus editores, conheço só a hora de fechamento, do *deadline*. Agora, o jornalista repórter, o copidesque, editor, editor-geral, diretor de redação agora eles estão afastados. Muita gente que nunca pisou numa redação e é jornalista. Quer dizer, tão amplo como intelectual. Mas vamos lá, já está gravando?

Estou. Eu queria primeiro que você fizesse uma comparação sobre o perfil do jornalista da geração do seu pai, da sua geração e da geração de hoje. O que mudou na atividade dessas pessoas?

O que mudou realmente foi na geração do meu pai, foi a geração do início do século XX. O jornalismo era romântico, as empresas não eram empresas, eram grupos praticamente, grupos também até certo ponto românticos ou políticos, não tinham a mentalidade empresarial para tratar o produto. E o modelo gráfico e literário era o do jornalismo francês, um jornalismo

cheio de adjetivos, um jornalismo rebuscado, barroco, por assim dizer. Os jornalistas, naquele tempo, seguiam mais próximos do intelectual, no sentido amplo do intelectual, porque eles tinham que criar alguma coisa devido, justamente, a essa enxúndia do texto. A partir da segunda metade do século XX, a partir dos anos 50, os padrões da imprensa americana tomaram conta do mercado, logo depois da guerra. Então os jornais começaram a se adaptar, vieram os copidesques, a revisão dos textos, a criação do *lead*, o *sublead*, a objetividade acima de tudo, o “quê”, “quando”, “onde”, aquelas perguntas clássicas e uma linguagem bastante despojada. As empresas, por sua vez, também se profissionalizaram. Viam que os custos são muito altos, o papel, as folhas de serviço, as agências que pagam, a distribuição, então foram obrigadas a se profissionalizar, se tornaram realmente empresas com olho no faturamento. Mas as empresas também procuram saber que a valorização do produto depende da qualidade do produto. Mas basicamente eles dão uma prioridade muito grande à empresa, ou seja, à sobrevivência empresarial, econômica, industrial da empresa. Essa são as duas coisas básicas lá em cima, no macro. No micro, o que mudou foi o seguinte. Os jornalistas criaram a chamada indústria da objetividade. Foi lançado o chamado “jornalismo investigativo”, ou seja, o jornalista tomou algumas coisas que pertenciam à polícia e à justiça, o jornalista ficou mais ou menos encarregado de apurar e julgar, o que é um exagero, sobretudo pela parte de julgar. Ele pode opinar, mas não julgar. E o jornalista se tornou uma espécie de árbitro da sociedade, o que já existiu no passado. Na Roma antiga havia um cronista, chamado Petrônio, o Petrônio Arbitro. Ele é quem dizia, dava o nome das coisas, se as coisas eram boas ou más. Isso o Ibrahim Sued fez nos anos dourados dele, ele dizia o que era Xangai e o que não era, o que era *in* e o que era *out*. E hoje ainda tem pessoas que insistem nisso, quem é gente boa, quem não é, está ali por dentro, quem não está, quem é careta, quem não. O jornalista tem essa vocação para distribuir rótulos. Isso, o jornalista que tem acesso aos setores de opinião dos jornais. Mas, quando se fala profissionalmente, o jornalista é aquele que é mais pautado, ou seja, ele recebe a pauta e apura a pauta. Ele chega na redação e o editor dele vai cobrar. É diferente de outro tipo de jornalista que pauta a si mesmo. Ou então, ele já está vinculado a uma editoria e já sabe mais ou menos o que vai fazer. “Vou fazer economia, vou fazer turfe, vou fazer música popular”. Agora, sobretudo no nível universitário, os jovens que vão para as universidades normalmente, não pensando basicamente no artigo e na crônica, achando que o jornalismo é isso. Esquecem que o jornalismo é um trabalho inglório, é cobrir cachorro atropelado, é fotografar defunto no necrotério, tem esse lado prosaico. Eu estou muito habituado para fazer palestras em faculdades de comunicação em que o pessoal fica pensando que o jornalismo é só o cronista, aquele que tem destaque, um espaço certo. Aí vem o Veríssimo, o Zuenir, o Clóvis Rossi, o Élio Gaspari. É horrível, o pessoal acha que isso é que é jornalismo. Não é jornalismo. Todos eles praticamente fazem o trabalho em casa, são mais próximos, digamos assim, do intelectual, na sua acepção mais entranhada, mais específica. O jornalista não, o jornalismo é uma função. É intelectual porque o médico também é, consome inteligência. O médico não é só para dar injeção e fazer operação, o médico tem que ser atualizado, tem que ler muito, tem de estar ao par das novidades do mercado. Hoje, o médico tem que ter computador, senão tiver computador, não pode exercer a medicina. E assim o engenheiro, o advogado, são todos, na acepção mais ampla da palavra, intelectuais. Mas não são intelectuais porque quando se fala em intelectual, seria aquele produtor de inteligência. Um produtor de inteligência, evidentemente, o jornalista não é, ele é um ofício e tem outras finalidades do que produzir inteligência. Ele não é obrigado a produzir inteligência. O intelectual não, o intelectual produz inteligência, são aquelas pessoas que se dedicam ao ensaio, à filosofia, à história e à literatura, na medida em que a literatura expressa uma visão de mundo. A gente pode dizer que um romancista é um intelectual, um poeta é um intelectual na medida em que ele produz inteligência, ou seja, produz uma visão de mundo, você concorde ou não com ela. Agora, os nossos grandes

escritores, os nossos grandes intelectuais, de uma forma ou outra também participaram muito da imprensa, no sentido de que foram colaboradores de jornais. O exemplo típico não vou dizer que é o Machado de Assis porque o Machado de Assis teve uma fase tipógrafo, não deixava de ser alguma coisa ligada ao jornal, mas nunca fez reportagem, nunca foi jornalista de banca. Quando ele começou a fazer as crônicas dele, ele já era o Machado de Assis, ele já era um intelectual e não um jornalista. Mas o intelectual pode ter outras funções. O Guimarães Rosa foi diplomata, o Machado de Assis foi funcionário do Ministério de Viação. O José Lins do Rego foi instrutor de ensino, o Graciliano Ramos também e foi prefeito. Drummond de Andrade foi funcionário do Ministério da Educação e Cultura. O João Cabral de Melo Neto foi diplomata, quer dizer, ganhava como diplomata e dizia que estava *full time* até se aposentar e exercia. Agora, era praticamente um grande poeta, com visão de mundo específica, todos eles tiveram uma visão de mundo específica. Esses são intelectuais mesmo. O jornalista mesmo, típico, um colunista, por exemplo, não é necessariamente um intelectual, nem pretende ser. Um colunista de turfe, um colunista de futebol, ao menos que ele tenha um texto muito elaborado e tal, aí começa e mudar... um *upgrade*. Aí é mais na qualidade do texto, mas o que se busca neles não é a qualidade de texto, o que se busca neles são as informações. No caso do turfe são as informações de cocheira. No caso do futebol, uma análise boa sobre o futebol. Televisão, uma pessoa bem informada, saber quem está dando pra quem, quem vai casar com quem. Essa separação fica muito nítida. Numa abordagem abrangente o jornalista é intelectual, agora, na realidade não, especificamente não é. O jornalista é praticamente comprometido com a realidade, com o dia seguinte, nada mais que o dia seguinte, o dia da véspera. Então isso limita muito a produção de inteligência. O intelectual não. O cenário do intelectual é o universo, é uma visão de mundo. Ele produz inteligência na medida com que tem uma visão própria de mundo, em que coloca a soma das informações que ele tem, dos estudos que ele fez, das pesquisas, até do gosto pessoal dele. E não se pede para o intelectual que seja necessariamente brilhante no texto. Há casos, poucos casos, em que há jornalistas militantes que também podem ser considerados intelectuais na medida em que fazem outros produtos. O caso do Machado de Assis talvez seja o mais notório. Ele escrevia em jornais, as crônicas dele, a semana dele, era, digamos assim um colunista. Os grandes cronistas, João do Rio, Humberto de Campos, Rubem Braga. Mas o Rubem Braga, por exemplo, teve uma vivência de reportagens, fez reportagens, ele tirava, botava o paletó na cadeira e batia na máquina. Depois passou a ser cronista e aí ficou diferente, ficou naquela parte de mandar as crônicas por e-mail. O Joel Silveira também, um grande jornalista que publicou muitos livros, romances, ensaios, reportagens internacionais. Há elementos de vida dupla, mas são poucos. O bom jornalista, na verdade, ele tem que ser voltado unicamente para a atualidade. Ele tem que saber se o Renan recebeu ou não recebeu o dinheiro.

Seriam a princípio atividades diferentes.

Sim, agora, na hora final ele obrigado a traduzir isso em texto. Também o próprio texto do jornal, ele sempre segue tantas regras, que ele já sai do texto literário. Ele é obrigado a apresentar redundantemente as informações que ele tem. Você repare que até hoje, quando falam do Renan, eles falam: “Renan, acusado e receber dinheiro de uma empreiteira para pagar a pensão do filho que ele teve com uma jornalista”, repetem até hoje isto. Porque fazem o chamado *background*, contextualizar a informação. Embora o fato novo completamente diferente, mas ele volta isso para deixar, com o pressuposto que o leitor ou não sabe nada ou não está informado, vai começar a se informar a partir daquele momento. Então eles fazem uma exibição do capítulo anterior. Isso evidentemente para o intelectual é exagerado. Quando o intelectual escreve um livro sobre do Maquiavel e Nietzsche pressupõe que o leitor tenha noção do pensamento de um e de outro, o quê que o Maquiavel fez, o quê que o Nietzsche fez

e por aí vai. Se tiver que fazer um romance ou uma poesia, ele vai expor uma visão de mundo, ele vai ter que ver a trilha que ele vai seguir. Ele não vai dar uma informação, ele vai dar uma observação. Então é diferente completamente do jornalista cuja função primordial, principal é informar.

Numa entrevista o senhor tinha dito que no seu caso o escritor precede o jornalista. Em que sentido é isso?

Porque eu escrevi antes de ser jornalista. Na verdade, eu fui ser jornalista no sentido técnico da palavra em 52 e eu já tinha textos escritos e um deles publicado, um ensaio sobre o Chaplin. Eu tinha um ensaio publicado em plaquete, depois virou um livro publicado pela Civilização Brasileira, um livro aumentado. Então, quando eu fui para o jornal pra valer foi cobrindo as férias do meu pai. Mas eu era um bagrinho, não era jornalista, não tinha carteira assinada. Depois, o meu pai era setorista, cobria um setor da prefeitura antiga do Distrito Federal (PDF). Então o meu pai era credenciado, ele se afastou por uns tempos e sugeriu ao *Jornal do Brasil*. O *Jornal do Brasil* aceitou, era uma substituição e eu fiquei fazendo no lugar dele. Mas era aquele troço, apanhar matéria: “O prefeito do Distrito Federal transferiu dinheiro do departamento de Águas e Esgotos”, era isso. Tinha que mandar porque interessava. Os jornais, naquele tempo, publicavam muito essas notícias administrativas. Havia então as salas de imprensa no Ministério da Justiça, no Ministério da Fazenda, nos hospitais principais, na delegacia de polícia, na prefeitura, no Palácio do Catete. Ainda hoje existe. São os jornalistas credenciados da Presidência da República, do Itamaraty, esses eram os setoristas. No meu caso, eu cobri as férias do meu pai, mas nessa fase de apanhar os dados antes que saísse no *Diário Oficial* e então publicar os atos, as obras, os orçamentos, as aberturas de concorrência pública. Eu recebia, ia lá no Palácio Guanabara, que era sede da prefeitura, hoje sede do governo, apanhava-se o material todo, dava um mexida, dava uma união e mandava. Isso não é jornalismo. Eu passei a ser jornalista em 52 no *Jornal do Brasil*, que era o jornal, onde eu estava substituindo o meu pai e fui ser redator da *Rádio Jornal do Brasil*, junto com o Reinaldo Jardim, que depois fez uma reforma grande no *Jornal do Brasil*. Ele continuou. Eu fui para o *Correio da Manhã* e o Reinaldo Jardim continuou no *Jornal do Brasil* e fez o Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil*. Praticamente os jornais de hoje são produtos desse trabalho do Reinaldo Jardim, do Jânio de Freitas que mudaram a feição, removeram os fios. Fizeram uma reforma de base profunda no jornalismo.

Essa precedência, no caso, é temporal e não profissional.

É temporal, mas eu também nunca pensei em ser jornalista e exerço a profissão de jornalista rotineiramente como uma coisa... Na realidade, o que eu me considero mesmo, o que eu gosto é de escrever. Eu gosto de escrever minhas coisas, sem ser pautado, a minha própria visão e mundo, sobretudo, do jeito que eu acho que se deva escrever e não obedecer as regras de *lead* e *sublead*. Botar adjetivo onde eu tenho que botar adjetivo.

E o que trabalho que você faz de jornal, ele é o trabalho de jornalista ou de escritor?

Hoje é mais de escritor. Hoje, praticamente é só de escritor. Eu só faço a crônica. Minha crônica, durante quinze anos eu fazia diariamente, mas agora depois dessa minha operação no fêmur, eu passei três meses sem escrever e agora eu passei a escrever apenas quatro vezes por semana.

Jornalistas, quando chegam num certo momento da carreira, ou eles acabam escrevendo ou se metendo na política. Por que?

Sobretudo os cronistas. Chega um momento, eles ficam com um volume muito grande, com a gaveta cheia de recortes e volta e meia procuraram as editoras ou as editoras os procuram e

eles lançam livros. Tem gente que tem uma porção de livros de crônicas. O Humberto de Campos, por exemplo, foi mais de cinquenta livros de crônicas que ele escreveu. O Rubem Braga, o Fernando Sabino. Bom, o Fernando Sabino tem três ou quatro romances, mas o principal da obra dele são as crônicas. Eu mesmo tenho alguns livros de crônica que a editora chega e diz assim: “Vamos publicar essas crônicas?” Se você pega as últimas, os dois últimos livros, a escolha das crônicas foram eles que fizeram. Um foi a *Publifolha*, que pegou umas crônicas minhas que eu publicava na “Ilustrada” e o outro foi a *Boitempo*, eu escrevi um livro sobre o Fernando Henrique Cardoso, a escolha foi deles. Os primeiros não, nos dois primeiros livros, eu mesmo fiz a seleção, mas estava ainda no início da carreira.

No seu discurso na ABL, o senhor falou que herdou do Otto Lara Resende a coluna na *Folha e*.

Não herdei a coluna.

A crônica.

Ser colunista, para mim é o jornalista encarregado de fazer um texto específico. Colunista de televisão, colunista social, colunista de fofoca, colunista de moda, colunista de astronomia, colunista político, são colunistas. Agora, o cronista é aquele que está sobrando, ele não pertence a nenhuma editoria, ele não tem assunto específico, ele não é obrigado a saber se Maria está dando a bunda pro Fulano, se o Fulano vai separar, qual vai ser a final da novela, qual vai ser a escalação do time para o próximo jogo do Brasil. Ele não tem a obrigação disso. Se quiser, ele pode fazer, mas ele não tem a obrigação. Ele é um produtor de inteligência na medida em que a cada crônica ele procura expressar a visão de mundo. Em geral é o próprio cronista que procura o editor, mas tem casos em que são os editores que procuram o cronista para fazer... Mas são livros de circunstância, que acabam. A crônica é muito temporal. Alguns cronistas que em épocas das passadas, o Humberto de Campos que foi eleito o melhor cronista da imprensa brasileira de todos os tempos, hoje é totalmente desconhecido. Não tem uma obra de ficção. O Rubem Braga é uma prova disso. Quando o cronista tem uma obra de ficção, como o Machado de Assis, o Sabino tem, aí é diferente porque a permanência deles é mais garantida.

E o caso do militantismo político?

Olha, é o seguinte. Hoje menos. Antigamente ainda mais do que hoje, o jornalista virava deputado, senador, governador. O jornalista, devido às facilidades de acesso, ele terminava adquirindo um status político bom. E em alguns casos, popularidade, acabava se tornando conhecido. E hoje tem as pessoas da televisão. Lá atrás, você tinha várias pessoas que foram entrar para a política. Até certo ponto, o jornalista faz parte do circo. É difícil você especificar se ele é palhaço. Muitos dizem que o jornalista é o bobo da corte, mas, de qualquer maneira ele tem uma exposição muito grande. E isso facilita ele ingressar na política. Hoje, as próprias empresas já não vêem com bons olhos o jornalista que se imiscui com bandeira partidária, o jornalismo perde pontos. No final de contas, todos sabem que o jornalista é PT ou PMDB ou PSDB, na medida em que você sabe evidentemente qual é a dele. Então, para o jornalista poder ser isento, imparcial e ao mesmo tempo plural, ele não pode se vincular previamente a uma corrente de pensamento.

Mas em casos de intervenções, como o texto que o senhor publicou em 65 no *Correio da Manhã* e que ficou famoso.

Em 64. Mas eu não era de partido nenhum. A boa repercussão que teve a minha crônica naquela época se deve a justamente isso, porque eu não tinha partido nenhum. Os jornalistas naquele tempo viviam uma dicotomia muito grande, ou era jornalista de esquerda ou de

direita. Então você ou era de direita ou lia o outro de esquerda. Era uma coisa muito estanque. E essa classificação não era dada pelo público, era dada pelo próprio jornalista: “Eu sou de esquerda. Eu não aceito a Guerra da Espanha, eu não aceito isso, eu não aceito a ditadura”. O outro dizia: “A ditadura é necessária, o brasileiro não sabe votar”. Então naqueles tempos estavam muito limitados. Nesse *intermezzo*, surgiu a possibilidade de um jornalista alienado como eu era – e como eu sou até hoje – de entrar e expor uma visão de mundo contrária à política dominante no momento, que era ditatorial, mas sem ser de esquerda ou ser de direita. Até hoje há esse equívoco a meu respeito, achando que eu era de esquerda, virei de direita, era de direita, virei de esquerda, mas na verdade, até hoje eu não sou de esquerda, nem de direita. Aliás, no meu discurso da Academia eu fiz questão de dizer isso: “Eu não tenho disciplina para ser de esquerda – porque eu fui sempre indisciplinado, para aceitar regra de cima – e não tenho apego às minhas idéias como o pessoal de direita. Também não gosto de ser de centro porque eu acho o centro oportunista. Então para mim só falta eu ser um anarquista triste e repressivo”, que é o que eu sou. O pessoal reclama: “Mas pô você está elogiando o Lula!”. “Vou elogiar o Lula sim, por quê que não?”. “Mas você ontem escolheu o Lula”. “E daí?”. Então é assim, em 64, se o golpe tivesse sido feito pela esquerda, se a esquerda tivesse feito os desmandos que fez a direita, eu estaria... Aí eu não estaria vivo. Ali, eu só fui preso, me sacanearam bastante, a minha vida foi ameaçada, mas não chegou a ser concretizado. Mas eu fiz isso daí de gaiato, deixando bem claro que eu considerava a esquerda um aglomerado de imbecis. Está dito várias vezes na minha obra, eu acho a esquerda um aglomerado de imbecis. Agora, em 64, eu não estava sendo de esquerda ou de direita, eu não estava pensando e Guerra do Vietnã. Eu estava pensando o seguinte. Havia a necessidade de liberdade, havia uma classe militar que estava oprimindo a massa, contra isso que eu me voltei.

Eu li um texto que fala nessa crônica como se fosse uma versão brasileira do *J'accuse* do Zola

Mas é bem isso. O Zola nunca foi um defensor da causa judaica, ele nunca se meteu em política. Quando ele viu aquela injustiça, quando ele viu a sacanagem que o Estado Maior do Exército Francês, sabendo que estava sendo uma injustiça, o criminoso lá, o espião já tinha se confessado, estava no exílio de Londres e o exército não deixava, continuava mantendo ele na Ilha do Diabo, o Zola ficou se sentiu obrigado a intervir. Eu fiz mais ou menos isso. Zola não era mesmo assim um defensor da causa sionista entre os judeus. Era um homem livre que se insurgia contra um homicídio, um assassinato da liberdade. Foi mais ou menos, reduzida a escala de importância, o que eu fiz. Agora, sinceramente eu estava me lixando para a situação política. E até hoje eu sou assim eu faço, sobretudo a minha parte crítica, eu não olho que pessoa está. Alguém leu uma crônica minha, estava fazendo uma revisão histórica e me citou o nome. Era um crítico teatral, me citou um nome numa questão de ideologia. No outro dia, eu fiz uma crônica e eu citei “Aonde estava o presidente”. [??] no aeroporto e pegou o microfone da repórter e falou: “[??]”. Então, eu lembre dois casos. Um era [??] sucedido e o outro do Lacerda. Então, o pessoal: “O Lacerda era fascista”. “Sim, é daí?”. Mas tem o seguinte: rompeu o adutor e ele ficou três dias dormindo lá no Guandu. Presente, vendo o pessoal trabalhar, assinando. “Precisa de verba”. “Precisa disso”. “Precisa chamar o Fulano”. “Precisa de escavadeira”. “Está não sei aonde”. “A máquina está parada”. “Mandem consertar”. Em três dias consertou. O Juscelino fez isso em Oroxé. Caiu a barreira no Açude de Oroxé, o Juscelino era engenheiro [sic], levou o governo todo. Despachou em Oroxé. “Estava precisando disso”. Chamava o ministro respectivo, acionava a máquina administrativa e resolvia o negócio. E o Lula está vendo esse “apagão aéreo” e não está fazendo isso. Ele está fazendo é: “Fala com o ministro. Fala com o Fulano. Fala com o Fulano”.

Uma coisa que eu vi ontem na biografia que eu vi sobre você na ABL. A biografia era curtinha, mas eu vi um parágrafo para dizer as pessoas que te fizeram companhia na cadeia, durante as prisões da ditadura. Por que existe esse tipo de mística no Brasil em dizer...

Os companheiros de prisão.

É, de companheiros de prisão. É a terceira pessoa que eu vejo que eles colocam isso como m fato relevante da sua vida.

Neste caso, eu fui preso seis vezes. Numa das vezes, eu fui preso num movimento coletivo. Foi em 65, numa manifestação feita no Hotel Glória, aqui perto. Combinados cinco mil pessoas, operários, estudantes, metalúrgicos, intelectuais, tinha gente de São Paulo. Não apareceu ninguém, apareceu apenas dezoito intelectuais. Fomos presos. Então foi uma prisão coletiva. Faziam parte então, o Glauber Rocha, o Flávio Rangel, Antonio Callado, Mário Carneiro, Jayme Azevedo Rodrigues Márcio Pereira Alves. O [??] chegou a escrever um artigo chamado *Os 9 do Glória*, nos comparando aos 18 do Forte. Foi diferente porque os 18 do forte o pessoal foi receber bala. Nós não recebemos bala, fomos presos, foi alguma violência, mas foi um movimento coletivo, daí essa situação. Eu já tive vários companheiros. O Joel Silveira não estava nessa, mas em outros momentos estava. No 13 de dezembro, quando foi promulgado o AI-5, eu fiquei preso três meses.

Foi quando o senhor disse numa entrevista que não havia comunistas na cadeia.

Eu nunca vi um comunista na cadeia. O Flávio Rangel havia sido comunista, mas tinha sido expulso. Expulso por mau comportamento.

Voltando nessa relação entre jornalismo e literatura. Existe, nos seus textos, algum tipo de uso de técnicas jornalísticas na literatura ou de literatura em jornal?

Existe, de um ponto de vista negativo, as avessas. Num dos meus romances, *Quase memória*, eu misturo técnicas de jornal, técnicas de crônica, técnicas de literatura, de ficção. Daí que eu botei *Quase romance. Quase memória, Quase romance*. Nas primeiras edições, até a 26ª edição está *Quase memória, Quase romance*. E eu dei a explicação dizendo que tenho repugnância de chamar aquilo de romance. Eu tenho realmente algumas partes escritas com técnicas de jornalismo, técnicas de crônica e algumas em técnicas de ficção. Tem os cortes que eu dou são mais ficção do que crônica.

E nas crônicas? Você adjetiva...

Na parte jornalística, menos adjetivo, mais objetividade, na parte literária, mais divagação, fusões de pensamento, coisas que você não pode fazer no jornalismo. E na crônica aquele troço de pegar esse texto engraçado, esparramar um pouco de óleo para lubrificar as engrenagens. Dessa mistura, dessa condição livre, que eu quis rotular o livro de *Quase Romance*. Mas nos outros romances eu não usei não. Eu usei técnicas que eu acho melhor para o romance. E mudei muito, mudei. Os primeiros romances eram lineares. Fiz um que tinha quatro visões diferentes, quatro personagens que apareceram na história. Mudei muito. Usei várias técnicas.

Você ficou um tempo fora.

Vinte e três anos sem fazer ficção. Eu fazia jornalismo.

Essa entrada depois como cronista, ela se valeu mais Cony jornalista ou do Cony escritor?

Eu comecei a crônica no *Correio da Manhã*. No *Correio da Manhã* e na *Folha de São Paulo* eu comecei nos dois jornais. Eu escrevi no *Correio da Manhã* e a *Folha* publicava os meus artigos. Depois eu parei, seis anos depois e aí eu fui para a *Manchete*. Fiquei cinco anos sem escrever, fui para fora, para o exterior, uma espécie de auto-exílio. Voltei e aí fui trabalhar na *Manchete*. A *Manchete* me chamou e eu fui. Aí na *Manchete* eu fiz as duas coisas: jornalista de banca, eu fui editor de revista. Dirigi *Ele e Ela*, *Desfile*, *Fatos e Fotos*, trabalhei também na *TV Manchete* e ao mesmo tempo fazia crônicas, fazia artigos, muita viagem, reportagem no exterior, foi quando eu fui jornalista realmente. Mas, no fim, eu já estava apenas limitado às crônicas. Não fazia mais reportagens, custava a viajar. Já no finzinho da *Manchete*, a *Folha* me chamou, morreu o Otto Lara. O Otto Lara ficou um ano e meio, me chamaram, eu aceitei e comecei a fazer, durante quinze anos, oito crônicas por semana: sete para a *Folha* (nas sextas-feiras eu folgava na página dois, mais fazia na *Ilustrada*) e uma crônica para *Pensata*, que era a *Folha* on-line. Eram oito crônicas. Isso eu fiz até o ano passado. Mas aí eu tive um problema de saúde sério, passei três meses sem poder escrever de jeito nenhum. Ainda por cima uma prótese que colocaram no meu fêmur, não podia sentar, não podia ficar sentado, ou ficava em pé, ou ficava deitado. Foi uma coisa chata. E quando eu voltei então, eu negocieei com a *Folha* “Eu não tenho condições de fazer a mesma coisa. Não tenho”.. Aí sugeriu-se o Ruy Castro, que ele enviasse mais três, o Nelson Mota faz uma, eu faço três na página dois. E faço a da *Ilustrada*, que um texto um pouco maior.

Numa entrevista, o senhor tinha falado que as pessoas que gostam do senhor como cronista dizem que é muito agressiva e vice-versa. Na hora de escrever, existe essa dicotomia?

Não, depende. Minhas crônicas são muito variadas. Evidente, quando eu pego pesado, eu pego pesado mesmo. Daí é que em 64, não só pelo conteúdo, mas a minha mãe é muito pesada, quando eu estou irritado, ela é muito pesada. Daí que, quando eu escrevi a crônica em 64, Costa e Silva, que era ministro da guerra me processou, me botou na cadeia. Os outros que escreviam não tiveram o mesmo tratamento porque eram mais suave, era mais *light*. Eu era mais *hard*, era mais violento. E hoje também. Hoje, quando eu pego pesado, eu pego pesado mesmo, então o pessoal reclama. Mas a dicotomia que há, é a dicotomia entre a crônica e o romance. Em geral, quem gosta dos romances, não gosta das crônicas. E vice-versa. Quem gosta do romance não gosta das minhas crônicas.

Acha que existem dois Conys diferentes?

Não, sei, é uma coisa bastante típica. Eu digo isso porque quando eu vou fazer palestras, a gente vê nitidamente essa divisão. Pessoas que me aceitam na crônica e não me aceitam no livro. Acham que eu sou muito pessimista, muito negativista. E as pessoas que não me aceitam na crônica porque a acham que a minha crônica – embora às vezes violenta – ela é não-conformada, ele não é careta.

Você tinha falado das mudanças no jornalismo. O senhor acha que houve mudanças no ambiente cultural do Brasil?

Houve. Houve porque o seguinte... Nesse ponto, a imprensa se profissionalizou. No tempo jornalista antigo, ela era essencialmente romântica na França, na Inglaterra, no próprios Estados Unidos, mas depois, devido ao alto culto e ao mesmo tempo da importância da informação, na idéia geral do país, da nação, deixa que o negócio fosse havendo uma seleção, havendo uma preparação para isso. Então apareceram as técnicas modernas, a própria pauta. Para você ter uma idéia, no dia em que morreu Euclides da Cunha assassinado, o *Jornal do*

Comércio, que era o maior jornal da época, fez uma matéria enorme, na última página e só na última linha que dava a notícia que ele morreu. Era o chamado nariz de cera. O jornalista, até certo ponto é uma classe nova que surgiu no panorama cultural. E esse jornalista precisou postular uma libertação do jornalista antigo, da própria literatura, do próprio teatro, do próprio cinema, que são guetos. Então ele adquire uma importância muito grande. Na soma de tudo isso, os jornais hoje representam um nível cultural, a meu ver mais abrangente. Os jornais antigamente não eram tão redundantes, mas eram muito específicos. Os jornais eram para defender posição. O milionário chegava: “Eu quero o jornal para defender isso, para defender aquilo outro”. Chateaubriand é o exemplo típico disso. Foi um bom jornalista, um bom texto, agora fazia os jornais para defender causas, causas específicas, causas, que eventualmente eram causas também do país, mas na maioria das vezes eram causas dele. E outros jornalistas também nessa época, o Samuel Wainer, grande jornalista, mas que também era um jornalista de causas. Hoje não, hoje os jornalistas, pelo menos os que têm causas, procuram disfarçar.

E essa imparcialidade, ela é melhor ou pior?

Hoje, é preciso ter o olho clínico. Muitas vezes o jornal sabe que muita gente acredita na imparcialidade. Agora, tem várias maneiras. Outro dia eu vi uma matéria na *Carta Capital*, propondo que os jornais eram parciais com relação ao PT, tomando como base a centimetragem, quantos centímetros eram dedicados a isso. E tomam isso como parcialidade. Porque eventualmente o PMDB ou um partido qualquer teve 25% de espaço e outros ó teve 23. Então toma isso como...

E no mercado editorial? Houve diferenças nas relações do escritor com a editoria e com a crítica?

Hoje de tarde eu tenho uma programação, a obra do Jorge Amado vai entrar em leilão. A filha dele botou em leilão. O Jorge Amado pertence à *Record* há muitos anos, mas eles resolveram fazer e cinco editoras vão entrar em leilão [*A Cia das Letras* é quem venceu o leilão]. É leilão! A *Record* chegou a reclamar bastante. Antes de aparecer o Paulo Coelho, o Jorge Amado era o autor mais vendido, disparado. Então, a *Record*, não aceitou. Mas a filha, que é herdeira dele, a detentora dos direitos autorais derrotou a *Record*. E o leilão prevê quem dá mais. Não só em termos de dinheiro, mas em termos de tratamento, visibilidade. E eu vou então a *Objetiva* pediu para fazer o [?] para fazer o pacote, o marketing da *Objetiva*. Hoje, eu estou na *Objetiva*, mas a *Alfaguara*, que é uma editora espanhola internacional poderosa que está lançando os livros, vai lançar agora o João Cabral de Melo Neto, vai lançar o João Ubaldo, tirou o João Ubaldo da *Nova Fronteira*, tirou o João Cabral da *José Olympo*, vai ver se pega o Jorge Amado. E vai aumentado... Estão editando muito bem, os livros são muito bem apresentados. Agora, tem uma coisa, elas estão aceitando capitais estrangeiro. A *Planeta* é espanhola, a *Alfaguara* é espanhola, a *Companhia das Letras* tem um banco atrás dela. Então tem sempre uma escora econômica para garantir a produção. A produção é grande... Menor, antigamente, uma edição de um estreante numa boa editora, era de cinco mil exemplares. Hoje é dois, mil e quinhentos. Quando eu publiquei meu primeiro livro pela *Civilização Brasileira*, já era então maior do país, o editor ficou todo constrangido: “Gostei muito do seu livro, mas não posso muito. Eu só vou poder imprimir cinco mil exemplares”. Hoje, o estreante não tem isso. O padrão hoje é dos mil, dois e quinhentos. Agora é muito mais fácil publicar um livro, não só porque há muitas editoras artesanais, mas também as próprias editoras não-artesanais precisam do livro. Embora seja uma coisa meio perigosa porque, muitas vezes, as editoras que faliram no passado, faliram porque terminaram fazendo capital de giro intensamente, na base de que vende pouco, vende 700 exemplares, então tira uma edição de dois mil, vende 700 e fica com capital de giro. O estoque, o depósito vai se acumulando. Aí você pode entulhar a Baía de Guanabara de livros de estoque. Se você pegar

os estoques das editoras, de todo o Brasil, dá para você ir a Niterói com o pé enxuto devido a isso.

Houve também uma profissionalização, uma mercantilização das editoras?

Houve também. Houve uma profissionalização dos profissionais. Tem muita gente que nega isso: “Ah, eu não sou profissional, não me vendo, não me alugo!”. Acho que, no fundo, todos eles têm aquela... Eu me assumo, eu sou profissional e está acabado e desprezo o amador, não respeito o amador. Mas, no fundo, há hoje uma profissionalização. As editoras nos tratam hoje como profissionais, haja vista essa do Jorge Amado entrar em leilão, se fosse uma peça de museu. O próprio Jorge Amado era profissional.

Voltando a uma coisa que você tinha chamado a atenção sobre dissonância entre que é o jornalismo ideal – crônica, artigo...

O jornalismo é o seguinte. Há pessoas que compram o jornal para lerem determinados cronistas ou para lerem determinados colunistas, ou colunistas ou cronistas. Saber, por exemplo, as fofocas sociais, o Anselmo Góis, vários que passaram por elas, o Boechat, a Danuza Leão, o Ibrahim Sued na época. O pessoal comparava o jornal para ler o Ibrahim Sued, as fofocas do Ibrahim Sued. Ou então na televisão, o futebol. Havia o João Saldanha, o pessoal gostava do João Saldanha, do Armando Nogueira.. Há pessoas que realmente lêem o jornal para estarem informados. Esses geralmente já não dão bola para os cronistas. Lêem o cronista na medida em que o cronista aborda um assunto que interessa a ela, mas em geral procuram no jornal uma informação, e é onde o jornal sofre a concorrência pesada da televisão, do rádio e hoje da Internet. Eu, por exemplo, no momento, apesar da minha idade, eu sou multimídia: eu estou com uma crônica na *Folha*, eu tenho um comentário na CBN, rádio, e tenho um comentário diário na *Bandnews*, que é o concorrente da *Globonews*, um canal só de notícias. Mas há então essa cultura de determinadas pessoas que são, digamos assim, pretensamente atrativos, os donos dos jornais consideram atrações. Evidente que eles têm lá as suas pesquisas próprias. A *Folha* sabe quantos leitores me lêem, quantos lêem o José Simão, quantos lêem o Clóvis Rossi, quantos lêem a Danuza. Eles têm lá e os outros jornais têm também. No dia em que o nível cair muito, que ele baixar, eles acabam decidindo: “Vamos reformar tudo”. Eu estou no mercado até hoje [risos], mas se não me lerem, eu vou para casa! Eu não posso obrigar ninguém, lê quem me quer. Agora, os donos dos jornais aqueles, que me pagam, que gastam espaço comigo, eles querem saber o que se eu estou fazendo. Se não fizer, não sou atrativo para eles.

Uma amiga tinha feito uma pesquisa mostrando que prêmio Esso quem ganha é só quem faz grande reportagem.

Pô, em geral é. Eu já fui do júri do Prêmio Esso. Nunca me deram o Prêmio Esso, mas eu também nunca concorri, até porque eu nunca fiz uma reportagem, do tipo reportagem mesmo. Fiz umas reportagens internacionais na França, na Inglaterra, o casamento da Lady Di, o acidente do papa, quando sofreu um atentado, eu fui a Roma, Guerra Israel-Egito. O Prêmio Esso é para reportagens criativas, a pessoa puxa um assunto e cobre o assunto de forma bem, brilhante. Essa é a finalidade do Prêmio Esso. Eu fui do júri uma vez e era uma turma boa. Tinha William Waqck, Zuenir Ventura. Eu não lembro de quem era o trabalho, mas nós premiamos o trabalho em que o sujeito escolheu e esgotou o assunto. E eu acredito que os outros Prêmios Essos, pela relação que eu vejo, os premiados, todos eles foram... Talvez o primeiro não. O primeiro foi mais emotivo, foi o Marcinho, foi o Márcio Pereira Alves. Ele foi cobrir uma crise lá no interior Alagoas, teve um tiroteio, ele foi ferido, foi ferido um tiro na perna [sic]. Então por causa disso, um herói. Pelo *Correio da Manhã*, Foi o primeiro a ganhar o prêmio Esso [sic].

Mas tem uma diferença entre o que é o repórter por excelência, que é uma pessoa que vai cobrir o geral, e o que todo o mundo acha é o grande jornalista, que é o articulista, o colunista...

Mas aí é deformação. Uma vez fizeram uma enquête perguntando quem eram os dez maiores jornalistas brasileiros. Foi eleito Cid Moreira, 63%. Outra enquête da *Manchete*. No meu tempo, nós tínhamos tinha uma sessão chamada “Notícias que valem manchete”, era, uma pescaria nos outros jornais, o *Times* deu isso, o *El País* deu isso, *Le Monde*. Qual é melhor artigos da *Manchete*? Saiu “Notícias que valem manchete”. Aí é uma abordagem do leitor equivocada. Eu sei que há pessoas que dizem, por exemplo “O grande jornalista é Fulano de Tal”. Não é bem assim. Eu acredito que haja pessoas que compram o jornal para ler determinados colunistas. O Humberto de Campos foi um deles. O pessoal comprava o jornal para ler o Humberto de Campos, tanto que o jornal tirava três edições: tirava a edição da manhã, ao meio dia e de tarde. Às vezes, o Humberto de Campos fazia três crônicas por dia. E o jornal não valia nada. O jornal nem mudava, um ou outro fato mais importante é que mudava, o que mudava era as crônicas do Humberto Campos. É possível que haja, sobretudo os colunistas, os grandes colunistas, que chamam o público porque são pessoas bem informadas, sobre o setor econômico, setor de esportes, setor político, sobre política – Tereza Cruvinel, Merval Pereira, colunistas políticos. Na *Folha* tem o Clóvis Rossi, Eliana Catanhede, o Jânio de Freitas, que é muito conceituado. Tem gente que compra os jornais por conta deles. Mas não é a vendagem garantida, garantido é o jornal como um todo, é a credibilidade do jornal.

O senhor acha que o seu estatuto e de outras pessoas, de jornalistas-escritores, ele tende a acabar com essa profissionalização do jornal ou...

Depende da conceituação que você faça de jornalista. Por exemplo, eu vi lá na academia o caso do Cândido Mendes de Almeida reitor da universidade Cândido Mendes. Ele escreve quase todos os dias para jornais, para vários jornais, *O Globo*, *O Estado*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*. É um cronista! Para todos os efeitos, ele se realiza nos jornais. Mas, na verdade, ele não é jornalista, ele nunca pisou numa redação, não sabe nem o que é um texto diagramado antigamente, não tem noção disso. Ele sabe, por exemplo, que tal dia assim, ele vai e sugere. E tem outros assim, o Sarney. Mas o Sarney, no início da vida dele, dentro do Maranhão, eu acho que ele foi repórter. O Roberto Campos publicava artigo deles em vários jornais do Brasil. Então, o jornal vai sempre abrigar essas pessoas, não as celebridades, mas as pessoas que, por uma questão de vivência têm, digamos assim, leitores garantidos. Mas o jornal, na realidade, tem de ser feito basicamente de jornalistas, ou seja, de reportagens mesmo. É ir lá no lugar, é cobrir as coisas, dar o furo, a luta pelo a furo, a abordagem dos fatos, a hierarquia dos fatos. Sendo que hoje dificulta muito porque tem a televisão, tem o rádio, tem a Internet.. Quando houve o desastre da Gol, dez minutos depois já tinha rádio, vinte minutos depois já tinha televisão. O jornal só no dia seguinte. O jornal, para poder sobreviver, o jornalista para poder sobreviver, é obrigado a procurar um ramo próprio para poder se justificar. Senão, ele vai ficar um repetidor.

E o senhor acha que o perfil do repórter que entra no jornalismo por acaso tende a acabar ou vai continuar um pouco aberto

O que era muito comum no jornal era o improviso. Tanto que, quando o meu pai quis ficar com a com a minha mãe para poder não perder a vaga, o meu pai foi lá no jornal e disse: “Vou viajar, passar o mês fora, mas o meu garoto vai fica aqui me substituindo”. E deixaram, ninguém me conhecia no jornal. Você imagina um time de futebol em que o jogador saiu e diz: “Vou deixar o meu irmão aqui”. Hoje seria impossível, seria impensável, o jornal não

aceitaria uma coisa dessas. Agora, era muito comum naquela época. Você pode pensar que foi anedótico, mas não é o. Eu oi outro dia um anúncio e pensei nele, o Pinto, eu não me lembro o primeiro nome, era o Pinto. Ele foi para o *Correio da Manhã* fazer uma consulta, aquela pessoa que faz um trabalho qualquer, estava fazendo consulta ao arquivo, mas o arquivo era no fim da redação e não havia uma divisão física entre o arquivo e a redação. Ele estava ali, falhou lá o repórter justamente do turfe. Esse é vivo o Mancha, Arlindo Mancha. Aí o editor chamou e disse: “Cadê o Arlindo Mancha? Você aí, você não quer fazer o turfe?”. Aí o camarada: “Faço”. Virou o cronista de turfe. Um mês depois estava assinando. Nunca ninguém fez teste. Havia também naquela época, o chamado “jornalista analfabeto”, que era muito bom, grandes furadores. O Ibrahim Sued era o maior nome. O pessoal passava um epitáfio para ele, um texto qualquer. Agora, poucas pessoas foram jornalistas como ele, um faro da notícia, difícil de ser furado, difícilíssimo tinha uma rede de informantes de boas fontes. Ele estava em Roma uma vez e morreu o papa. Foi para o Vaticano. A gente não deu o furo por causa dele. Lá na *Manchete*, nós tínhamos um rapaz também, já morreu também era o Targe Batista, furador, arranjava coisas quase impossíveis. Foi o único jornalista que entrou no apartamento do Frank Sinatra para entrevistá-los. Tinha uma rede policia, de seguranças que o Sinatra trouxe, não seguraram ele, que entrou. Entrou numa boa. E ainda fez o Sinatra comprar uma bicicleta para um amigo dele, o Sinatra comprou. É furador. Agora, o texto dele era ruim. Todo o texto ele passava por... Naquele tempo, havia redatores e havia os copidesques. Havia os repórteres, os redatores e os copidesques. E o copidesque em cima. Hoje não, hoje o texto tem que ir direto, não tem mais copidesque. Você pega o computador, manda o texto e sai. Se você escrever osso com “ç”, tem o corretor lá, mas se não tiver no corretor passa. Hoje seria impossível isso. Isso mostra que hoje não se improvisa mais. Antigamente se improvisava muito. Aliás, o melhor retrato que você tem da geração de antigamente, do jornalista antigo é um livro do Lima Barreto, *Memórias do Escrivão Isaías Caminha*. É um retrato das redações antigas. E hoje você não tem o equivalente disso aí. Porque também é o seguinte, o jornalismo hoje é menos folclórico. Antigamente o jornalista era muito folclórico, inventava notícia.

É, eu vi que o Nelson Rodrigues, por exemplo, era mestre nisso.

Eu na *Manchete*, inventei o um vidente, Hallow Richard Way, indiano, todo fim de ano fazia previsões. Eu inventei. Eu fazia o seguinte, fazia uma abertura dizendo que no ano anterior, eu havia acertado isso, isso e isso. Tudo mentira, se você fosse conferir. Que morreu Fulano de Tal, era muito comum isso.

Mas isso era por que o jornal não era tão fonte de informações ou por que as pessoas não ligavam?

O jornal talvez não fosse tão levado a sério. Só era levada a sério a parte pontual. No caso da *Manchete* era uma ilustrada, tinha fotos para comprovar os fatos e tal. O Olavo Bilac e o Eriberto revesavam no folhetim e pegavam gente, o Nelson fez um pouco nisso. O Nelson inventava as coisas mais absurdas, que alguém estava pulando a janela, ia deflorar a donzela, aí a luz acendia de repente [risos]. O sujeito velho, caquético, pulando janela para deflorar a donzela, saía isso! Saía isso! No livro do José Luiz de Carvalho *D. Pedro II, O Império e a liberdade de Imprensa, a sociedade de vítima* mostra como isso era terrível. Não se respeitava nada, a vida privada, nada. Então, D. Pedro II foi realmente, nesse particular, tolerante para burro, não se respeitavam nada. Invadida a privacidade, uma coisa terrível. Isto acabou. Hoje a seriedade dos jornais é mais séria. Você não pode inventar. Você tem que ter provas, ter documentação. Qualquer declaração que você faça, você tem que ter condições de pode provar se realmente existiu. Então realmente hoje é muito mais sério.

Mas, vira e mexe ainda acontece um ou outro caso.

Sempre acontece. Tem aquele caso do *New York Times*, não sei quem inventou a notícia. Por aí afora tem muita gente fazendo isso. Eu acredito que pelo menos os grandes jornais *O Mundo*, o *Clarín* de Buenos Aires, aqui *O Globo*, *Folha*, *O Estado*, *Jornal do Brasil*, *Correio Braziliense*, *Estado de Minas*, *Diário de Pernambuco*, em Paris, em todos os países sério é impossível fazer isso, mas ainda no chamado segundo escalão, aqueles tablóides inventam coisas. Nessa época, eu cheguei a inventar algumas coisas. Algumas eu cheguei a publicar, outras não. Estava sem matéria, cheguei a inventar que um fotógrafo-jornalista, repórter, tinha descoberto um rancho no Colorado aonde estava vivendo [??]. E tinha uma foto dos dois na cerca com aquele chapéu de cowboy. Estavam vivos e juntos. Depois eu pensei e fui publicar “Cadê a foto”. Aí era demais [risos]. Se fosse dez anos antes – isso foi logo depois da morte do Kenedy – a Marilyn Monroe morreu em 62 e o Kenedy morreu em 63 – publicava tranquilamente.

E isso com a conivência a chefia?

O Hermínio Menezes inventava muita coisa também. Hoje o jornalista não faz isso. Nesse ponto, os editores são muito pouco tolerantes. Errar, mesmo quando erram coisas pequenas, idade do sujeito, uma rua, eles checam, se não checar... E quando é uma denúncia tem que ter os checadores. Não pode gritar no vazio porque senão.... O caso do *Waltergate* mesmo, o caso no início já tinham muitas provas, já tinham suspeitas, mas ele já estava bem, a diretoria do jornal comprou a briga e depois veio tal garganta profunda e começou a dar [informações] e aí o negócio foi se fechando. O do Collor também! Aquela primeira entrevista do irmão dele, o Pedro Collor, foi um chute: “Ele esta roubando!”. Coisa de política, briga de irmão com irmão, mas depois começou a bola de neve a crescer e pronto. Nesse ponto o jornalismo teve um avanço muito grande. Agora, no meu entender, para meu gosto pessoal, perdeu muita coisa porque ficou muito redundante. Para eu, que faço crônicas, é difícil, às vezes, encontrar um assunto, não porque não tenha assunto, mas é porque, quando tem um assunto bom, todo o mundo está em cima. Então é muito comum, de vez em quando, eu pego a *Folha*, e tem o Clóvis Rossi com um assunto, a Eliana Catanhêde com esse assunto e eu com o mesmo assunto. Agora, eu já conheço mais ou menos o time jornalístico e eu procuro fazer bem diferente para poder, pelo menos não ficar redundante porque há muita redundância.

Eu vejo que os jornais estão cada vez mais parecidos. Você pega a capa de três e você que estão falando praticamente da mesma coisa.

É o mesmo, principalmente porque é tão pasteurizado, é tão bitolado pelas regrinhas de redação, que termina ficando os textos parecidos, não dá mais para você improvisar. É o contrário do *jazz*, você não pode improvisar, tem que seguir a pauta. Uma notinha fora da pauta, você começa a ter problema.

Você acha que a introdução do *lead* e de todas as reformas dos anos 1950 empobreceram o texto? Porque, cortaram o nariz de cera, mas deram um caráter bem uniforme ao texto.

Já está saindo um pouco [da uniformidade do *lead*], mas ainda prevalece aquela notícia: o importante em primeiro lugar, o segundo, depois os desdobramentos. Mas no início foi pior. O sujeito era criado para colocar o *lead* e “por outro lado”. “O Papa João de Tal vai assinar uma encíclica permitindo o aborto. Por outro lado, Paulo Maluf foi preso” [risos]. Era isso! Eram duas coisas importantes juntos e dava. Então havia esse troço, esse “por outro lado”. Até que um dia... Aliás foi o *Correio da Manhã*... Por esse lado mesmo, era por esse lado mesmo, não por outro lado [risos].

[Pergunta se eu trabalhei com jornalismo. Fala do *Jornal de Brasília* e do *Correio Braziliense*, do Ricardo Noblat.]

O Ricardo Noblat foi da *Manchete* por muitos anos, foi correspondente da *Manchete* no Recife. Fazia umas matérias muito boas. No *Jornal do Brasil*, por exemplo, quando o Castello Branco morreu também houve uma dificuldade em encontrar um substituto, custaram a encontrar. O *Jornal Brasil* tentou mas não encontraram Botaram vários no lugar, mas nenhum deles sustenta o lugar. O Castello Branco era setorista assim um... Por dentro, tinha fontes, escrevia muito bem. Tem um romance publicado. Tem um livro de contos e tem um romance.

Ele foi eleitor para a ABL também, não é?

Foi eleito. Mas ele foi eleito como jornalista. Ele tinha um livro de contas. O romance dele é fraco..

Um outro que criticam bastante a obra fora do jornalismo é o Paulo Francis.

Ele não tem [um obra consistente fora do jornalismo]. Eu gosto dele, eu fui amigo do Paulo.. Eu era leitor dele. Quando eu conheci o Paulo, ele era o meu primeiro leitor. Eu dava os originais para ele ler. O sonho dele era ser ficcionista, mas não tinha... Ele era muito, digamos assim... Não era que ele fosse reflexivo, ele era muito *inflexivo*, Gostava de botar rótulos. E exagerado. Eu me lembro, por exemplo, quando o Saramago ganhou o prêmio Nobel, ele veio ao Brasil, onde recebeu muitas homenagens. O Paulo escreveu contra Saramago. “Eu sou muito mais o Cony” [risos]. Não porque... Porque era o meu amigo. Por amizade, o Paulo Francis fazia qualquer vilania. Agora, ele podia aproveitar essas qualidades dele para um romance, mas ele tinha uma cultura muita grande e não era reflexivo, ele era inflexivo. Ele gostava mais de afirmar do que de conjecturar, do que botar dúvida. E um bom romancista, um bom poeta é aquele que abre um espaço, abre a lente, o foco, de tal maneira para os outros. Mesmo quando o assunto seja muito limitado. Você pega um detalhe, mas expõe ele.

Quando você solta o livro é o leitor que escolhe como ele se relaciona com essa visão de mundo.

Agora, tem o seguinte, tem várias maneiras de você se relacionar com o leitor. No meu caso, por exemplo, eu não dou muita bola para o leitor, eu dou muita bola para mim. No jornal, eu sou obrigado a pensar o leitor, eu sou obrigado a pensar em que está lendo. Já no livro é um fato isolado, um veículo isolado. No jornal colocam na página você junto com o [anúncio de] azeite, de farinha. Realmente você tem outro *approach* da sua função. Já no livro, não, o livro é uma coisa *minha*, uma coisa visceral, do meu esperma. Então eu não vou pensar nos leitores. Se os leitores gostam, tudo bem, se compram, eu estou muito satisfeito. Mas não é necessário, não é por isso. Eu quero que o livro me agrade, me agrade no sentido de... Porque os livros não são agradáveis. São agradáveis aos outros, menos a mim. Mas justamente essa taxa de desgosto que eu coloco nos meus livros é que importante. No dia em que eu escrever um livro que me agrade muito, eu já desconfio. Tem que ser um livro que seja crítico em relação não só com a sociedade, mas até mesmo às minhas perspectivas mais caras, religião, etc. Então essa atitude é bastante do “eu sozinho”. Se o leitor ler, muito bem, eu estou satisfeito. Essa livro meu, o *Quase memória* está na 27ª edição. Eu tenho um livrinho infanto-juvenil, que está na 29ª edição, muito usado em escola. Mas é problema deles. Já os livros que eu mais gosto, os mais característicos, praticamente vendem pouco. O livro que eu mais gosto evidentemente é o Pilatos, que é um livro que está na 5ª edição, mas é um livro radical, pornográfico. Pornográfico no sentido habermasiano, não é um livro erótico. O livro já é brochante. Tenho um amigo que leu o livro e que passou três meses sem trepar. Agora, é pornográfico, mas um livro que representam muito na minha visão de mundo. Tanto que,

depois do Pilatos, eu passei 23 anos sem escrever. Achei que não tinha mais nada para escrever. Pensava: “Se eu morreria nesse meio tempo, 23 anos” – eu já tinha 44 anos, mas 23, 67, era uma idade lógica para morrer. Não morri [risos]. Foi o que aconteceu Thomas Man. O Thomas Man dizia “Sobrevivi à minha obra”. Ele escreveu o *Dr. Fausto* e não era para escrever mais nada, mas ele continuava vivo, famoso, vivendo e todo mundo atrás dele: “O novo Goethe, O Goethe do século XX da Alemanha”. E ele continuou fazendo uma porção de livros, mas ele disse: “Não sou mais eu. Eu vivi mais que a minha obra”. Ele já sabia que a obra dele já tinha... E assim aconteceu com muitos autores. O Thomas Man teve coragem de dizer isso. Mas aconteceu com músicos também, músicos famosos. Não o caso do Beethoven Beethoven teve 78 sinfonias. Então, esse é o problema de você viver mais do que a obra. Eu fiz esse [??] de no Pilatos. Mas sobrevivi.

Entrevista realizada no Rio de Janeiro, em 28/06/07.

Flávio Tavares

Jornalista e advogado, Flávio Tavares foi dirigente estudantil no Rio Grande do Sul nos anos 50. Integrou o grupo fundador da Universidade de Brasília, da qual é professor aposentado. De 1960 a 1968, foi comentarista político da *Última Hora* do Rio e de São Paulo. Após o golpe, Flávio Tavares ingressou em um movimento clandestino de resistência à ditadura. Foi preso, torturado e



banido do País. Apenas em 1979, com a anistia política, pôde retornar. Nesse período foi redator do jornal *Excelsior*, do México, e logo seu correspondente latino-americano, com sede em Buenos Aires. Acumulou depois o cargo com as funções de correspondente internacional de O Estado de São Paulo na América Latina e na Europa. Foi, também, editorialista político do *Estadão* nos anos 80. Foi ainda correspondente da *Folha de São Paulo* na Argentina. É autor dos livros *Memórias do Esquecimento*, *O dia em que Getúlio matou Allende* e do ensaio fotográfico *O Che Guevara que Conheci e Retratei*.

Entrevista

Eu queria que você contasse um pouco essa sua trajetória como líder estudantil até o momento em que virou jornalista.

É engraçado, agora que eu estou me dando conta do seguinte, a minha atividade como dirigente estudantil é que acaba, por linhas indiretas, me levando ao jornalismo. Porque, logo depois desse meu encontro como o presidente da União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul, com o Getúlio, em junho de 1954, ainda com o Getúlio presidente, no dia 19 de agosto de 1954, eu viajo à Europa como dirigente estudantil para participar do Conselho da União Internacional de Estudantes, na Universidade de Moscou. Dia 24, o Getúlio se suicida, dia 25, eu estou na Universidade de Moscou e o intérprete lê o *Pravda*, o jornal mais importante da União Soviética na época, com a morte do Getúlio. Depois eu vou para a China. Ocasionalmente na China eu conheço o Salvador Allende, que era vice-presidente do Senado do Chile. Volto e no ano seguinte, em 1955, eu, ainda presidente da União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul e me levam para escrever as reportagens da viagem num semanário de Porto Alegre chamado *Hoje* – foi efêmero, muito bom semanário. Naquela época, era muito comum, quem ia à União Soviética, na chamada cortina de ferro, voltar escrevendo livros, escrevendo reportagens. Então eu fiz a série que se chamava *Fui hóspede do Kremlin*, que era uma metáfora. E aí, me disseram: “Mas olha aqui!” – eu estudava direito – “Olha aqui, tu é jornalista!”, foi quando eu comecei no jornalismo. E eu não tenho curso de jornalismo, eu tenho um curso de direito e um outro de biologia, que eu não concluí. Biologia fui até o terceiro ano e depois eu não concluí, direito, sim, eu concluí. Eu entrei para o jornalismo por linhas transversais, fui ser jornalista antes de querer ser jornalista, eu nunca quis ser jornalista. Depois, já fazia Direito, fiz vestibular para Medicina. Fui aprovado no

vestibular, mas rodei em química, naquela época tinha exame oral e não entrei. Eu tinha uma média até mais ou menos alta, mas em química eu tinha rodado. Então eu fui cair no jornalismo por um acaso. Naquela época, essa minha ida à União Soviética e à China – a China estava no quinto ano da Revolução – foi algo que me abriu um mundo diferente. Eu nunca fui do Partido Comunista, mas me abriu um mundo diferente. A China era um negócio encantador na época e houve uma coisa aventureira, nós fomos de trem de Moscou até Pequim.

Fizeram a Transiberiana?

A Transiberiana, oito dias de viagem. Eu tinha 20 anos de idade. Numa época em que o mundo era muito menos comunicado. As pessoas, por um lado, liam mais, mas, por outro lado, estavam menos atualizadas. Tu não tinha a história da televisão, do noticiário, da imagem. O mundo era outro, mais organizado, mais sério, mas conhecia-se menos do mundo. Podia-se até saber-se mais, mas conhecia-se menos. Isso eu acho que isso pesou muito para que, depois, eu me interessasse por uma série de coisas, principalmente por leitura. Ainda que haja um detalhe que antecede a minha história com o jornalismo, mas que explica também: é uma coisa chamada vocação (entre aspas ou não). No grupo escolar, que é o ensino primário, segundo ano, eu estava recém-alfabetizado e fazia, por indicação da professora, um jornalzinho que, de fato, quem fazia era ela, eu lia, era uma espécie de jornal-mural – jornal-coral, pois eu lia. E, eu me lembro que, nesse dia, poucas pessoas na minha cidadezinha tinham rádio. Nós tínhamos um rádio, não tínhamos luz elétrica, havia luz somente uma hora ou duas. Pelo rádio meu pai ficou sabendo que na França, na Normandia, os aliados, os americanos e os ingleses, tinham invadido os alemães. Todo o mundo acompanhava a guerra, todo o mundo, até a gurizada, acima de uns sete anos, todo o mundo acompanhava a guerra, sabia da 2ª Guerra Mundial. Eu leio no jornal, chego e digo para a professora que os aliados, as tropas inglesas e americanas entraram na França. Ela disse: “É verdade?”. Eu disse: “É verdade”. “Como é que tu sabes?”. Eu expliquei. Quando eu leio isso, todo o mundo ri, pensando que era uma gozação. E não era, era uma notícia, que eu dava em primeira mão para a gurizada, para a garotada de seis, sete até nove anos, para você ver como o mundo era diferente. Depois havia um jornal de Porto Alegre, o *Correio do Povo*, que o meu pai era o correspondente na cidadezinha onde nós moramos, Lajeado. O correspondente não era um jornalista, era sempre uma pessoa do lugar, era o juiz, era um advogado, que não era remunerado, eles ganhavam só a assinatura do jornal. De um modo geral, todo o mundo mandava notícia de aniversário, de batizado. O meu pai não, o meu pai mandava notícia mesmo, que ele sabia. Quando havia notícia de futebol, era eu quem escrevia. Só que o meu pai ficava muito irado comigo porque eu escrevia na máquina de escrever dele, era um Corona Typewriter, e eu escrevia, batia, sem os dez dedos, não como um datilógrafo – o meu pai era um datilógrafo, escrevia até sem luz – e eu escrevia catando milho como se dizia, um dedo de cada mão. Até hoje eu escrevo assim, só que hoje eu escrevo rápido, mas escrevo com dois dedos só. Eu escrevia aquilo, eram notícias de futebol que havia lá na minha cidade. Então, foi o meu indireto nascimento vocacional para o jornalismo, só que eu nem sabia.

O senhor lia muito?

Eu lia muito jornal, eu me alfabetizei lendo notícias da 2ª Guerra Mundial, me alfabetizei lendo um jornal de Porto Alegre da época, o *Correio do Povo*, que era um grande jornal, hoje é um jornal decadente. Na primeira página, como o *Estado de São Paulo* até os anos 60, só dava notícia internacional, *Associated Press*. Livros, literatura, eu fui ler mais tarde, depois de criança que eu fui ler Monteiro Lobato. Não li tudo do Monteiro Lobato, a maioria dos meus colegas leu muito mais Monteiro Lobato. *Os doze trabalhos de Hércules*, por exemplo, eu nunca li, li só pela metade. Mas aquelas histórias da Emília do Monteiro Lobato eu li todas.

Até hoje eu acho que Monteiro Lobato é a grande figura das letras brasileiras. Eu tenho aí os livros dele já da fase adulta, as crônicas dele, que ele fazia para jornais de São Paulo sobre o Rio de Janeiro. Tinha até uma visão de ecologia que não se conhecia nem a palavra na época, nos anos 20. Mas eu nunca fui aquele *leitor* de livros inveterado, que passa o dia lendo. Não, nunca fui, até hoje eu leio pouco, comparado aos chamados grandes leitores. Eu não leio um livro por mês. Eu *releio* muito, isso si, mas eu não leio um livro novo por mês. E, o pessoal de um modo geral que lê, lê dois, três. Até não acompanho a nova literatura. Eu releio muito, estou sempre relendo coisas que eu já li. Li muito jornal e revista. Mas talvez para um menino de 12 a 14 anos, lá na minha cidadezinha no interior do Rio Grande do Sul, em Lajeado, eu talvez lesse bastante porque eu tinha um irmão do meio que lia muito. Ele vinha de Porto Alegre e trazia muitos livros. Por exemplo, o García Lorca, eu fui conhecer ainda quando menino, 12 anos, eu achava bonito aquilo em espanhol. Não entendia direito. Tem coisas que eu decorei na época do García Lorca, um grande poeta espanhol, foi morto pelo Franco e que eu nem sabia direito o significado, eu lia em espanhol e achava bonito o ritmo. Eu gosto muito do ritmo, da sonoridade. Mas eu fui me tornar jornalista, de fato com essa viagem à União Soviética e a China. E aí eu saí, passei dois anos depois que esse jornal fechou, esse semanário que se chamava hoje, e depois só voltei ao jornalismo bem mais tarde.

E durante esse tempo?

Eu fiquei fazendo outras coisas. Fiquei terminando o meu curso. Depois trabalhei num órgão do Estado, lá no Rio Grande do Sul, mas sempre vinculado, digamos, à atividade intelectual ou política. No fundo eu queria me dedicar à política, toda a minha geração se preparou para a política. Nós líamos muito, a chamada literatura marxista, economia política. Eu tinha sido vinculado a um grupo católico e conheci, nessa época, os pensadores da esquerda católica, o [Pierre] Teilhard de Chardin, um francês e Marx. Marx e Engels nos influenciaram muito naquela época. Publicações que vinham da União Soviética *em espanhol*. Eu comecei a dominar o idioma espanhol nessa época. E comprávamos também muitos livros em espanhol, nos anos 50, em Porto Alegre, porque o livro aqui é muito caro, é caro até hoje. Nós compramos livros que vinham da Argentina, que eram muito baratos, era época do peronismo, o livro chegava aqui baratíssimo. Eu lembro que eram duas passagens de bonde, duas passagens de ônibus, um livro. Por exemplo, aquele livro do Josué de Castro, não sei se *Geopolítica da Fome* ou *Geografia da Fome*, eu comprei em espanhol e li em espanhol. Porque era mais barato a edição em espanhol feita em Buenos Aires do que a versão original, publicada no Brasil naquela época. Eu digo sempre que li pouco, mas li mais do que os que não lêem nada. E acho que li ordenadamente. Eu li pouco foi literatura, a chamada ficção, eu li pouco e leio pouco até hoje, eu tenho muita dificuldade em ler ficção. Eu leio muito a grande ficção, gosto muito da grande ficção. Tem uma mulher aí, uma belga, a Marguerite Yourcenar que é fantástica, ninguém escreve melhor do que ela. Mas a ficção brasileira, por exemplo, eu acho muito ruim. A ficção nova da América Latina, do Brasil, da Argentina, eu acho muito ruim, são estorinhas e historinha por historinha, está no nível da telenovela da Globo.

E o ingresso no jornalismo foi em qual jornal? Qual editoria?

Eu comecei num jornal diário, que quis ser um semanário, chamado *A Hora* de Porto Alegre, já tinha passado para os Diários Associados, e trabalhando para a editoria de Polícia, que é uma coisa onde se aprende muito. Todo o mundo, na época, começava pela Polícia. Eu cobria trânsito e crime e aprendi muito porque tu tinha que investigar, é o que se chama hoje de jornalismo investigativo. Na época não havia, todo o jornalismo era investigativo, todo o jornalismo é investigar. Hoje, eles acham que investigar é copiar da Internet, pesquisar no jornalismo para eles, é ir para a Internet, não há mais aquela figura do repórter. No jornalismo

de polícia, tu aprendias a ser o repórter, tinha que ir lá perguntar ao sujeito que sofreu um acidente como é que foi, tentar ir ao acidente. Havia uma coisa que era um jargão, era conseguir sempre uma fotografia do morto, que era aquela fotografia em 3x4 da identidade. A única coisa que me disseram: “A fotografia do morto! Consegue a fotografia!”. Do morto ou do acidentado. E, de polícia, eu passei, mais ou menos direto, para política.

Como era o aprendizado? Porque naquela época não existiam os cursos de jornalismo.

Já haviam cursos de jornalismo, tinha sido recém iniciado. O aprendizado – no meu caso, eu vou te contar, mas acho que cada qual tem que contar o seu caso – foi na prática, a prática foi me desenvolvendo. Eu me lembro que, numa ocasião, eu pensei: “Isso aí o que eu faço?”. Porque eu cheguei no jornal e o secretário de redação do jornal dizia para umas meninas, que estudavam jornalismo: “Olha aqui. Aqui é uma história que inventaram nos Estados Unidos, mas nós seguimos” – aí eu já estava na *Última Hora* em Porto Alegre – “que é: uma notícia tem que começar assim: quê, quem, quando, como e onde”. Para mim era novo aquilo! Novo, como norma, como regra, mas era o que eu fazia. Hoje quando me fazem essa pergunta, o jovem estudante de jornalismo, “Como se deve escrever?”, Eu digo: “Olha, deve se escrever com simplicidade e como se tu estivesse escrevendo uma carta. Uma carta, sem a introdução da carta, não precisa fazer a introdução da carta”. Só que hoje as pessoas não escrevem mais carta, só escrevem por correio eletrônico ou falam por telefone, telefone celular, onde se usa o tempo para nada. Mas, quando se escrevia carta, a carta era objetiva. Tu dizias aonde estava, o que querias o que estavas fazendo, o que pretendias. Foi intuitivo, pode-se dizer que vocacional. O jornalista é um informador ou informante nato. Eu sempre gostei de *saber* coisas, eu sempre gostei de transmitir o que eu sabia, eu sempre gostei de saber coisas novas, a todo momento eu estou sabendo coisas novas e aprendendo com todo o mundo. Sem perceber, eu fui sempre muito observador. E eu acho que, se o jornalista não for observador, ele nunca mais chega... Vai ser um papagaio repetidor de coisas.

E aí o senhor passou para política e então...

Passei para política e em 1960, final de 59, eu deixei um emprego que eu tinha no Rio Grande do Sul, uma empresa privada em que eu era diretor executivo, o Escritório dos Municípios. Era um órgão privado que atendia as prefeituras do interior. Eu me lembro que eu ganhava 15 mil cruzeiros e fui para a *Última Hora*, recém surgido – havia a *Última Hora do Rio e São Paulo* então se fez a *Última hora de Porto Alegre* – para ganhar cinco mil reais. Porque eu não gostava daquilo que eu fazia, ficava atendendo prefeitos, tendo que liberar verbas. Um mês depois, eu estava já, na *Última Hora* de Porto Alegre, ganhando 15 mil cruzeiros, que era um grande salário. De repórter, passei a chefe de reportagem, quando o jornal saiu em Porto Alegre. A *Última Hora* já existia no Rio e em São Paulo, era o jornal do Samuel Wainer e se abriu um jornal tablóide em Porto Alegre que começou a circular em janeiro de 1960. E que se começou a fazer as edições piloto do jornal em 1959. Depois eu saí da chefia de reportagem, eu fui um desastre porque eu não tinha formação para ser chefe de reportagem e não tinha idade, era muito jovem, tinha 25 anos, e entrei para ser repórter político, e aí fui ser também editor político. Ao mesmo tempo, eu era o repórter político – nós tínhamos mais dois repórteres políticos – e era o editor político do jornal, toda a parte política eu fazia. Nós tínhamos uma página aberta para nós todos os dias. Eu cobri o palácio do governo como repórter político e o governador era um jovem chamado Leonel Brizola. Eu fui cobrir o palácio do governo exatamente porque eu não era brizolista, eu não era do partido trabalhista do Brizola, eu era do Partido Socialista. No dia-a-dia com o Brizola, acabamos tendo uma relação muito íntima, que depois continuou durante a ditadura militar, nós participamos juntos da luta armada. Continuou até o fim da vida dele. Aquela época era um período de muita efervescência política no mundo inteiro e onde a juventude tinha uma posição muito diferente

de hoje. Hoje a juventude só está interessada em música, a música mais vagabunda que existe músicas “tum-tum-tum” – só quem tem a mesma posição sobre isso somos o Dines e eu. Então está tudo bom para eles. Naquela época não, havia muito mais interesse – eu era muito jovem – nas coisas concretas do mundo. O mundo era mais simples, ninguém tinha sequer telefone em casa, quanto mais telefone celular, telefone celular tem dez anos. Havia muito mais interesse pelas coisas, inclusive interesse intelectual. As pessoas podiam não ter lido um livro, mas queriam informa-se, sabiam das coisas, sabiam mais ou menos deformadamente, mas sabiam que havia perseguição racial nos Estados Unidos, que negro não votava, que havia uma guerra na Coréia. Essas coisas se sabiam meio mal, mas se sabiam. Hoje não, hoje há uma alienação total.

E as pessoas assumiam mais uma posição política?

Ah sim, assumiam mais uma posição política. Eu acho que as pessoas se interessavam menos por coisas banais do que naquela época. Não pensa que era uma maravilha, não pensa que era o paraíso, mas não havia a vulgaridade que há hoje, a vulgaridade que a televisão espalha hoje, que os programas de rádio espalham hoje, que a internet espalha hoje. Não havia. Então, o mundo era um pouquinho diferente. Bom, eu faço carreira na *Última Hora* de Porto Alegre, nele, eu vou fazer as minhas primeiras grandes coberturas internacionais. Por exemplo, em 1961, eu vou a uma conferência da OEA, Organização dos Estados Americanos, em Punta del Leste, onde eu conheço o Che Guevara, que é o representante de Cuba. Estou escrevendo até agora um livro sobre isso, vai ser um livro iconográfico, com fotos minhas do Che Guevara, fiz 62 fotos dele. Isso foi uma coisa muito marcante também, foram 15 dias de conferência e foram 13 dias que eu estive do lado do Che Guevara como repórter todo o tempo, fotografando. Depois, em função da atividade no jornalismo político em Porto Alegre, em 1962, já no governo João Goulart, no governo parlamentarista, eu comecei a ir muito a Brasília. No início de 63, quando há o plebiscito para decidir entre o parlamentarismo ou a volta ao presidencialismo, que dá plenos poderes ao presidente da república João Goulart, eu fui para Brasília para ser o colunista político nacional da *Última Hora*. A *Última Hora* saía no Rio, depois uma edição em São Paulo, depois uma edição em Curitiba, uma edição em Belo Horizonte, uma edição em Porto Alegre e, nesse ano começou a sair uma edição em Recife, seis edições. O Rio fazia ainda uma para Niterói. Eu era o colunista político da *Última Hora*, numa época em que os colunistas políticos também tinham muito prestígio. No *Jornal do Brasil*, o colunista era o Carlos Castello Branco, que foi o grande jornalista político, uma espécie de modelo estilístico para todos nós. Era uma época em que havia uma conturbação política muito grande, em função emenda para a reforma agrária que tomou todo o espectro político no ano de 1963 e que foi, de fato, o grande estopim para o golpe de 1964. A direita brasileira não soube entender o significado da reforma agrária que, feita naquela época, não teria formado os cordões de marginais que há hoje nas cidades brasileiras. Até que houve aquela história lá, que começou em Minas. Minas até sempre foi muito tradicional, mas não era um estado direitista, Minas ficou dividido também, metade a favor do golpe e metade contra o golpe, houve muita perseguição em Minas, muita prisão em Minas. Aí houve uma coisa muito estranha, positivamente estranha. Depois do golpe de 64, nós tivemos uma série de restrições na imprensa. Até porque a *Última Hora* era um jornal que tinha apoiado a política de reformas no governo João Goulart, a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma bancária, e teve que se cuidar muito. *Última Hora* começou até a ter dificuldades financeiras, mas ainda se saiu bem. Mas aconteceu algo muito estranho, como havia restrições, não havia ainda a censura, havia restrições à imprensa, nós passávamos a escrever melhor para burlar essas restrições. Para escapar da restrição, da vigilância, da quase censura, eu passei a ser muito melhor colunista do que quando eu era na época do governo democrático do João Goulart. Porque como a *Última Hora* apoiava a política de reformas do João Goulart, não é

que eu tivesse perdido a independência crítica, mas eu estava um pouquinho atrelado também à visão da *Última Hora* de apoio às reformas. Então, eu me soltei muito mais depois de 64. É uma total contradição isso, dizer que eu me soltei mais como jornalista num período autoritário, ditatorial, de total vigilância, mas é verdade. Apurei meu estilo, passei a dizer tudo de uma forma mais elegante, que segundo todo o mundo, até hoje eu sou assim. Foi estranho isso. No ano de 65, mas se baseando em 64, me deram um prêmio em Brasília de melhor colunista político do ano, e quem estava na comissão de julgamento era o Carlos Castello Branco que era o grande jornalista político do *Jornal do Brasil*. Isso foi contraditório como, para fugir da opressão, nós tínhamos que ser mais sofisticados, mais profundos, que não podíamos largar as coisas assim, como nos outros dias.

Só fazendo um parênteses, no seu livro, *Memórias do Esquecimento*, a linguagem tem uma sofisticação literária, embora seja um depoimento, embora seja um livro de memórias. Isso já vem dessa época?

Olha, eu acho que tudo se burila, tudo se apura aos poucos. Agora, eu fui ver duas ou três colunas minhas na *Última Hora* e já tinha um pouquinho disso, ainda que aquilo fosse escrito rapidíssimo porque a minha coluna tinha que estar no Rio seis e meia da tarde, sete horas, no máximo. Eu chegava na sucursal do jornal, mais ou menos, cinco, cinco e meia e eu tinha que escrever em uma hora, tinha que escrever num papel, e aquele papel era datilografado outra vez para o telex, para passar um telex. O telex é como uma máquina de escrever em que se escrevia num lugar e dava no outro, se escrevia em Brasília, saía letra por letra, como uma máquina de escrever, no Rio e em São Paulo. Mas aquilo era um processo longo e até o teletipista podia se equivocar, ele podia se enganar, datilografar errado. Então tinha que se fazer uma revisão daquilo. Eu não sei, eu não fiz uma apuração do que escrevi, mas algumas coisas minhas, que eu vi, já lembram um pouquinho esse estilo. Porque em tudo, eu tenho muito amor pelo som, pelo ritmo, por isso que se chama estilo. Eu acho que escrever é escrever bem, eu acho que falar é falar bem. Me chama muita atenção que pessoas hoje, inclusive de excelente nível intelectual, falem mal, falem errado. Pessoas deixaram no Brasil de conjugar os verbos. Tudo é “a gente”, a gente viu, a gente foi, a gente disse, a gente é bom, a gente beijou. Não há mais verbos, o nós – nós vimos, nós fomos, nós beijamos, nós nos amamos – não existe mais.

O Dines comentou a mesma coisa.

É?

Que hoje as pessoas independente do nível acabam falando mal.

Olha, eu tenho um casal de amigos meu, que ele é da Academia Brasileira de Letras, um tipo cultíssimo, a mulher dele é uma mulher cultíssima e eles falam errado. Eles chegam aqui e falam errado! Só faltam dizer “nós foi” porque eles não dizem mais o “nós”. Tudo é “a gente”. E, não sei se porque eu passei um tempo em Portugal, passei dois anos em Portugal e muitos anos na América Espanhola, quando eu cheguei aqui de volta, do exílio, em 1980, eu me confundia. Mas não havia tanto o “a gente”, era uma coisa do Nordeste, que começava a chegar ao Rio. E, às vezes, eu me confundia: “A gente?”, eu perguntava, “Que gente?”. “A gente viu”, eu dizia: “Que gente é que viu?”. Isso foi uma coisa que eu aprendi no ginásio e num colégio que eu cursei em Porto Alegre, onde eu tive excelentes professores. Expressar-se bem, todas pessoas se expressavam bem, até os políticos tentavam falar bem. Hoje, eu vejo muito aqui as sessões do senado, são um horror! Um horror! Além da estupidez que se diz, a forma de linguagem é um horror, as frases desconexas. Então, eu não sei te dizer, mas eu acho que, na época, escrevia-se corriqueiramente diferente porque eu acho que se falava diferente, se diziam as coisas, se expressavam as idéias de uma forma diferente, menos soltas talvez do

que hoje. As pessoas eram muito mais cuidadosas no que diziam. Mas isso também significava cuidadosas na forma de expressão, as pessoas falavam direitinho. O pessoal mais velho do interior, eles têm o vocabulário bom. Cada vez menos porque estão morrendo, mas têm um vocabulário bom, um vocabulário diversificado. Não sei como é no interior de Minas isso, mas no interior do Rio Grande do Sul, no interior do Nordeste é assim. Em 1980, eu fui dar umas palestras no Nordeste e as pessoas do interior se expressavam bem. Eu aprendi a ter preocupação com a linguagem, a linguagem oral e escrita. E com a linguagem escrita, eu às vezes tenho que fazer –agora estou meio habituado – uma força para escrever no coloquial. Porque a tendência, sempre no escrito, é de fazer uma coisa mais empolada, mais solene. Não sei se isso é influência dos antigos requerimentos que se faziam antes e que se fazem até hoje, são todos solenes, chegam a ser pedantes. Não há nada pior em termos de linguagem do que as petições dos advogados e as sentenças dos juízes. As sentenças dos juízes são terríveis! Terríveis! Uma linguagem, inclusive de palavras inventadas, que não existem ou que eles dão um significado diferente e empolado, ou seja, é uma forma inconsciente do sujeito demonstrar poder. Ele demonstra poder, dizendo coisas que só ele é que entende, inacessíveis. Acontece isso um pouquinho com os médicos. Em vez de explicar: “Você está com tal, tal” não, dizem o palavreado técnico, que às vezes eles também não entendem, mas sabem que isso é uma forma de impressionar e demonstrar prestígio. Talvez, isso tenha passada, sem que se quisesse, para a forma de escrever. Agora, eu acho que hoje os jornais são demasiado coloquiais, demasiado mal-escritos, não há nenhuma preocupação com o bem escrever. Nenhuma!

O senhor acha que isso é por falta de tempo dos jornalistas ou falta de formação?

Acho que são duas coisas: falta de formação e preguiça mental. Eu acho que há uma indolência na forma de raciocínio hoje, na forma de expressão da linguagem e a indolência é resultado de uma série de coisas. Por exemplo, tu vais comprar em qualquer farmácia, um remédio custa dois reais, outro custa três e cinquenta, a pessoa vai à calculadora, não sabe somar mais o 2 com 3,5, não sabe que aquilo é 5,5. Isso é uma indolência de raciocínio, que eu acho que tem muito a ver com o não saber mais se expressar. Porque as pessoas não raciocinam, então a preguiça mental leva a se escrever mal. Os jornais são muito mal-escritos, ninguém presta atenção. Há uma alienação, as pessoas estão alheias, os jornalistas hoje, que tinham por obrigação saber de tudo... O jornalista tem que saber de tudo. Não saber como um sábio, mas tem que estar a par de tudo, ele não pode dizer: “Ah, não isso eu não sei”. Ele tem que ter idéia, mesmo que ele não seja um especialista. O jornalista se diferencia das demais atividades porque ele é o grande comunicador. Ele vai entrevistar um físico, ele tem que saber, pelo menos tem que ter idéia, do quê que esse físico faz. Entrevistar o Einstein e perguntar: “O quê que o senhor faz?”, como os jornalistas fazem hoje. “Ah, sou físico”. “Ah, Sr Físico, o que o senhor fez como físico?”, “Ah, eu desenvolvi a lei da relatividade”, “Lei do quê? Da re-la-ti? Como é que se escreve? Relatividade? Ah”. Não pode ser assim. O jornalista tem uma responsabilidade social muito grande porque ele é o formador da opinião da sociedade. Por isso, que ele tem que ser independente, por isso que ele tem que ter critérios, por isso que ele não pode ser um fanático, ele pode até ser um apaixonado por determinadas visões políticas, mas ele tem que continuar com a visão crítica. Eu vou dizer uma brincadeira agora, o jornalista tem que ser “um ser superior”, nesse sentido. Ele tem que ter observação e ele tem que ter, inclusive, muita frieza intelectual ou psicológica para poder julgar.

Não se envolver...

Isso. Olha, eu me envolvia muito. Entre o crime e a justiça, eu sempre fiquei do lado da justiça. Em 1961, quando houve a renúncia do Jânio Quadros, nós fizemos uma edição do jornal *Última Hora* de Porto Alegre e foi a que lançou o movimento da legalidade pela posse

do João Goulart. Fizemos nos porões do palácio do governo, que era o Brizola o governador. Por que? Porque nós tínhamos medo que o exército fosse invadir a redação do jornal. Aí disseram: “Mas como? Fizeram?”. “Sim, senhor, nós tomamos posição contra o crime”. O golpe de estado, que foi dado em Brasília, que foi abortado por esse movimento que começou no Rio Grande do Sul, era um crime. Como foi em 64, em 64, eu fiquei contra o golpe porque era o crime, o mesmo que nós ficamos agora com o Fernandinho Beira-Mar, como ficaram com o narcotráfico, ficaram com o assalto, ficaram com o assassinato. Não! Eu acho que o jornalista tem de ser independente, agora independência frente ao crime, não existe. O crime é o crime, o crime institucional, ou o crime político, ou o crime pessoal.

E por que, em 64, fora o *Última Hora*, todos os jornais acabaram apoiando o golpe?

Porque todos eram jornais conservadores já vinculados a empresas, jornais empresariais, com exceção de um, *O Estado de São Paulo*, mas por posição ideológica. *O Estado de São Paulo* é o jornal mais independente que há nesse país, mas ele tem uma posição ideológica também definida. Agora, é independente, *O Estado de São Paulo*, por dinheiro, não modifica posição, o que não aconteceu com o resto da imprensa brasileira. Da grande imprensa brasileira, principalmente no eixo Rio-São Paulo, o *Estadão* é independente mesmo. Ideologicamente, ele estava contra a reforma agrária, porque achava, na divisão da Guerra-Fria, que o governo João Goulart, representava a opção pró-cubana, que era a opção pró-União Soviética. Eu acho que foi um erro de avaliação, mas a explicação é essa. A imprensa brasileira estava nas mãos de pessoas muito conservadoras, do ponto de vista político e não perceberam que a história do governo João Goulart, que começa, inclusive quando o Tancredo Neves era primeiro-ministro do João Goulart, era uma opção modernizadora do país. Não entenderam que nem sequer era uma opção socialista. O Brizola ainda não era socialista, ele se torna socialista depois, em 64. Um homem de esquerda? Ele só era um reformista. Não teve tato, o Brizola, as pessoas ou a grande imprensa se apavorou com a linguagem do Brizola, até pode ter sido, mas o Brizola não pregava a insurreição, ele pregava as reformas. A imprensa brasileira, na divisão da guerra fria, ficou muito sujeita às pressões dos Estados Unidos. A guerra fria, Fábio, foi um negócio brutal, porque tu tinha que fazer a opção ou com Deus ou o diabo. Então, cada qual tinha o seu Deus e cada qual tinha o seu diabo, dividiu desnecessariamente. Tinha ficado aquela história de que o comunismo era um horror. Mas até 1964, foi um período de grande desenvolvimento do País, principalmente do ponto de vista intelectual. Todas as grandes conquistas intelectuais brasileiras são dessa época, são de 61, de 60, final do governo Juscelino, início do governo Jânio Quadros, depois todo o governo João Goulart até 64. O Centro de Cultura Popular da Une, o Plano de Alfabetização do Paulo Freire, que depois comoveu o mundo inteiro, o redescobrimto da cultura nacional, o redescobrimto das idéias de nação do Brasil, da cultura nacional, do teatro, do cinema, da música nacional, tudo é nessa época, tudo começou aí. Foi uma época de descobrimto cultural do país, intelectual e científico muito grande, o país realmente desabrochou.

O senhor falou agora há pouco que foi uma época de efervescência política e agora de efervescência cultural. As duas estão ligadas de alguma forma?

Sim, claro. Enquanto não houver uma política definida para determinadas coisas, a efervescência cultural não existe. Por que agora há um caos cultural? Porque é um caos político, ninguém sabe para onde vai. O político, quando eu digo, não me refiro aos partidos, é a visão da sociedade inteira. Os partidos não representam a política hoje, os partidos hoje são – e há muito tempo que é assim, hoje mais ainda – uma reunião de interesses pessoais, de poder e de interesses de grandes negócios financeiros. Hoje existe um caos cultural, tu vê, qualquer sujeito inventa qualquer coisinha idiota, imbecil e tem espaço na televisão, tem espaço nos meios de comunicação, tem espaço no rádio, nunca se editou tanto livro ruim no

Brasil agora. Nunca se gravou tanta música ruim, como se grava agora. Nunca as rádios, que são um grande veículo de comunicação e as pessoas não percebem, divulgaram tanta música ruim como se divulga pseudomúsicas. A violência do país, a violência de hoje, do ano 2007 tem muito a ver fundamentalmente com essa visão cultural do país. A música ruim, a música violenta, o linguajar violento que a televisão divulga, que as rádios divulgam, a propaganda violenta, violenta e vulgar. Violência não é só ter uma faca ou um revólver e te dar um tiro. A vulgaridade incrementa a violência, a vulgaridade desenvolve a violência, a linguagem suesa, a linguagem vulgar, a linguagem cretina, idiota. A telenovela das oito agora, o grande personagem é uma prostituta, que é a Camila Pitanga, que é uma garota lindíssima. Até a novela das oito que eu acho que é o veículo cultural mais importante do país – literário, eu vou dizer mais – pela abrangência, porque é muito bem feito, com excelentes atores – até os atores ruins são bons. E o grande exemplo que eles dão o de uma prostituta. Prostituta belíssima, idiota e belíssima. Como é que se chega da baixa classe média para baixo? Nas favelas? As gurias, a garotada vai imitar: “Pô, é ela é que tem êxito na vida”. Então, eu acho que há uma vinculação absoluta entre a política (e a política não são os partidos, não são os políticos, não são os deputados, senadores, ministro, isso é outra coisa, isso é uma bandalheira não tem outro jeito) e a atividade cultural, intelectual, científica têm uma relação estreita com a política.

Como foi o seu ingresso na UnB?

Bom, quando eu vou para Brasília em 1962 (porque eu ia muito a Brasília e passava 15 dias), começava o Darcy Ribeiro a instituir a Universidade de Brasília. Eu acho que o Darcy Ribeiro era ainda, no governo parlamentarista, Ministro da Educação. Eu conheci o Darcy Ribeiro. Em 63, quando eu vou para Brasília, já em definitivo, para morar lá, me caso e o Darcy era reitor da Universidade e aí me leva para fazer um projeto em que eu dei só umas idéias, que se chamava a Faculdade de Teologia. O Oscar Niemeyer fez o projeto do edifício, o projeto mais bonito que ele ia fazer na Universidade de Brasília e o vice-reitor, que de fato passou a ser reitor, era um frei dominicano, trouxe um pessoal de São Paulo, outros dominicanos também, para fazer a Faculdade de Teologia. Frei Mateus, chamava-se ele, foi quem assume a Universidade, quando o Darcy vai ser chefe da Casa Civil. Ficamos no projeto da Faculdade de Teologia, que era uma coisa inovadora, era uma coisa fantástica! A minha idéia na época e dos demais, era a busca dos novos deuses. Quem são os novos deuses hoje? Hoje é até fácil identificar, naquela época não. Hoje, os novos deuses estão todos na sociedade de consumo. Eu digo sempre que as novas catedrais hoje são os *shopping centers*. E ditos assim, em inglês, nem sequer se diz centros comerciais.

Inclusive pela imponência.

Pela imponência! Antes a imponência era das catedrais, as catedrais góticas. Hoje não, são os *shopping centers*. Qualquer cidade fazia sempre a igreja, no interior de Minas, no interior do Rio Grande do Sul, a igreja era o mais importante, hoje não, é o *shopping center*. E dito em inglês: *shopping center*. O capitalismo degradante avançou totalmente. É o novo deus. A Faculdade de Teologia não era só para estudar as escrituras sagradas, era fundamentalmente para chegar a isso, para dar uma atualização na teologia, a teologia como forma de dominação, dominação no bom e no mal sentido. Nós ficamos nisso, meio que patinando um pouquinho nisso de instituir uma faculdade nova que é uma coisa meio difícil.

E estava dentro desse projeto interdisciplinar do Darcy Ribeiro

Exatamente, que era do Darcy Ribeiro e do Frei Mateus. O grande esquecido da Universidade de Brasília foi o Mateus. Houve três pessoas que fizeram a Universidade de Brasília: o Darcy Ribeiro, o Frei Mateus e o Anísio Teixeira. O que apareceu mais foi o Darcy e os que

trabalharam mais foram o Anísio Teixeira, o Dr. Anísio, e o Frei Mateus. Depois o Darcy foi para a Casa Civil do João Goulart, ficou como uma espécie de super-ministro e aí, claro, ele deixou a Universidade. Mas vem o golpe em 64 e a primeira coisa que eles fizeram foi terminar com a Faculdade de Teologia. Eles acharam que aquela Faculdade de Teologia era coisa de comunista. O Pompeu de Souza, que era um velho jornalista, que estava já na Universidade, dirigia um curso de jornalismo na Universidade, modificou a história e fez a Faculdade de Comunicação de Massas, chamava-se assim e me leva para a Faculdade de Comunicação de Massas. O Pompeu de Souza era bem mais velho do que eu. Essa era um nome que ele tinha copiado dos ingleses, ele tinha, durante a guerra, trabalhado na BBC de Londres e tinha vindo com aquela história dos ingleses: *mass communications*. Não se conhecia o termo no Brasil. A primeira coisa que fizeram depois de 64, foi tirar o “massa”, ficou só Faculdade de Comunicação, os imbecis achavam... Em 64, ainda ficou, depois, de 65 é que eles mudaram. O Pompeu tinha que explicar sempre: “Olha, aqui. Isso aqui é do *mass communications* dos ingleses. É *mass* [pronuncia “mas”, como os ingleses], não é nem *mass* [pronuncia “mes”, como os norte-americanos], com o “a” aberto, como se diz na Inglaterra”. Tu vê como o preconceito é uma coisa terrível. Eu caio na Faculdade de Comunicação de Massas e vou dar uma disciplina que chama-se História da Imprensa e da Opinião Pública, que era, no fundo, uma disciplina política. O que é opinião política? Política no sentido mais amplo, e não partidária, no sentido de política das idéias, as idéias da política. Dei todo o 64, todo o 65, até que vem a crise da Universidade, no segundo semestre de 65. E aí, demitem dois professores lá, foi uma crise política mesmo, e aí, o novo reitor, nomeado pelos militares – mineiro até, Laerte, que era um sujeito que chegava na Universidade bêbado – demite, por pressões dos militares, mais para puxar saco deles, 15 professores, entre os quais, eu. Eu era muito jovem, tinha 31 anos. Eu ia sempre de paletó e gravata para não ser confundido com aluno. Já os professores da universidade, naquela época, todo o mundo, de qualquer idade, usava paletó e gravata. Em Brasília não, o pessoal do Niemeyer ia sempre de camisa, arquiteto. O Pompeu de Souza – o Pompeu porque era o diretor da Faculdade, bem mais velho – e eu íamos de paletó e gravata para não ser confundido com os alunos, senão ia ser confundido com aluno. Tinha outro que ia de paletó, era o Afonso Arinos de Melo Franco, um diplomata, hoje é da Academia Brasileira de Letras. Eu sou demitido nessa lista de quinze professores. Eu não ia às reuniões de professores, às assembléias de professores que deram pretexto para as demissões. E não ia por que? Porque eu já estava participando de uma grã-conspiração, então, eu disse: “Eu já tenho a minha coluna na *Última Hora* todo o dia. Eu já estou nessas conspirações da luta armada. Ainda vamos abrir mais um flanco?”. Só fui a uma assembléia geral! Uma! E não fiz nada, dei um apartezinho lá. Mas entrei na lista para puxaram o saco dos militares pela minha coluna na *Última Hora*, acho eu que o reitor me demitiu por isso. E porque eu era muito ligado ao Pompeu de Souza também. O Pompeu foi um dos que encabeçou a lista. Nesta lista saiu o Pompeu, que era um dos grandes do jornalismo, era ele que tinha reformado o *Diário Carioca* no Rio de Janeiro. Saiu o Salmeron, que era um físico, um dos grandes físicos do Brasil, não lembro o primeiro ano dele. Saiu um pessoal da arquitetura, saiu um pessoal da química, que tinha a ver com um sobrenome alemão. Realmente o menor dos demitidos era eu, os outros todos eram grandes. E aí houve uma greve na Universidade de Brasília, a Universidade de Brasília se declarou em greve, os professores, e eles fecharam a Universidade. Todos os professores pediram suspensão de atividades ou demissão em solidariedade a nós, então eles fecharam a Universidade. A Universidade ficou um ou dois meses fechada.

Por que esse tipo de atitude contra a Universidade de Brasília?

Em primeiro lugar, porque estava em Brasília. Segundo pelo seguinte, eles botaram na cabeça que o projeto da Universidade de Brasília era um projeto comunista, a visão da

interdisciplinaridade, a visão da holística do pensamento. Porque o sujeito que estudava física, ele tinha que saber algo de humanidades, o sujeito que estudava humanidades ou letras, tinha que saber alguma coisa de ciência. Não era se especializar em ciências, a especialidade dele seria letras, literatura, jornalismo, ele tinha que saber alguma coisa de ciências, tinha que ter uma visão de mundo holística, como se dizia hoje. Esse nome nem se tinha na época, acho que nós chamávamos globalidade, globalismo, não me lembro o nome que se dava. E eles botaram na cabeça que a Universidade de Brasília era um projeto comunista. Para a aprovação da Universidade de Brasília no Senado em 1962 foi uma dificuldade, foi aprovado no grito. Teve que o João Goulart chamar por telefone todo o mundo, senador. Política é aquilo, tu acena com favores, o Presidente da República estava pedindo um favor, depois eles podiam pedir favores ao Presidente da República, assim se aprovou. Houve discursos brutais contra a Universidade de Brasília no Senado. Muito estranha aquela história, uma universidade onde não tinha catedrática, tinha uma coisa que se chamava “aula maior”, que eram duas horas, depois a aula menor debatia a aula maior. Achavam isso horrível, revolucionário. O projeto da Universidade de Brasília foi degradado, a Universidade de Brasília hoje é igualzinho às outras, eu acho que até pior porque ela ficou com a fama, a auréola, etc., Ela é até muito citada, mas eu não vejo nada de importante na Universidade de Brasília, acho que o mesmo burocratismo dos outros. Às vezes eu tenho ido lá, não vejo nada diferente. Vejo os professores muito interessados em gratificação. Eu acho que até tem gente boa, como tem gente boa em todas as universidades brasileiras, mas o projeto em si, na sua totalidade, estruturalmente não existe mais. Até o campus está feio! Eu gosto muito do Oscar Niemeyer, acho o Oscar Niemeyer um gênio, mas eu acho que na Universidade de Brasília, ele errou naquela história. Eu acho que tem umas coisas subterrâneas, ali onde houve aquela minha palestra.

Sim, lá na Pós graduação da Faculdade de Comunicação.

Aquilo ali é um absurdo! Um absurdo! Com tanto ar, em Brasília e fazer aquelas coisas subterrâneas. Para mim é insalubre! Agora, a minha grande frustração na vida é não poder ter voltado à Universidade de Brasília, ter sido impedido pela própria Universidade, de voltar.

Logo após a anistia?

É, houve a anistia. Em 1986, eu saí na primeira lista dos anistiados da Universidade de Brasília. Eram seis, os anistiados: José Paulo Sepulveda Pertence, que hoje é ministro do Supremo Tribunal Federal; Pompeu de Souza, que era senador recém-eleitor por Brasília; Roberto Las Casas; Waldir Pires, que hoje é ministro da defesa, que tinha sido recém-eleito governador da Bahia; eu; e mais um outro, Fábio Lucas. E eu nunca consegui dar um curso na Universidade de Brasília, eu fui readmitido e nunca consegui. Não fui boicotado por nada, fui boicotado porque a visão era outra. Houve dois ou três até lá que tentaram me ajudar, o professor Ubirajara Silva, que era diretor do departamento de comunicação, não sei se foi teu professor.

Não

Tentou me ajudar, teve muita boa vontade. Eu só consegui dar aulas na Universidade de Brasília na disciplina da professora Zélia, foram as únicas aulas que dei na Universidade de Brasília. Não consegui! Havia sempre um entrave burocrático. O Cristovam Buarque era reitor quando fomos anistiados, teve a melhor boa vontade, mas nunca soube resolver o problema. O Cristovam Buarque é um sujeito que pensa muito bem, inteligentíssimo, tem uma visão muito boa do mundo, mas não sabe resolver as coisas em termos práticos. Ele é incapaz, tem uma incapacidade prática absoluta! Ele pensa bem, é perfeito no raciocínio, talvez ninguém pense tão bem quanto ele no Brasil, e ninguém tem tanta inoperância quanto

ele. Ele não soube resolver o meu problema. Eu queria dar um seminário a cada semestre, um seminário sobre a minha experiência fora da Universidade porque eu tinha ficado mais tempo fora do que dentro da Universidade. A experiência que eu tinha que transmitir é a minha experiência extra-curricular e eu nunca consegui. Os apaniguados do Cristovam nunca deixaram, o procurador da Universidade disse que eu não podia, não-sei-o-quê. Eu passei mais tempo fora da Universidade do que dentro da Universidade. Contou só para a minha aposentadoria esse tempo, mas é uma coisa formal. Eu sou professor da Universidade de Brasília e dei pouco à Universidade de Brasília porque não me deixaram dar, havia sempre um empecilho. Eu nem sequer fui aposentado, tinha que ter sido, a lei dizia, como professor titular. O meu substituto, que deu uma cadeira parecida com a minha foi o Carlos Chagas, que tinha sido secretário de imprensa da ditadura, secretário de imprensa do Costa e Silva depois do Ato Institucional número 5. Ele deu uma cadeira parecida com a minha. Ele é professor titular aposentado, eu não. Uma das minhas frustrações é isso. Nos lançamentos dos meus livros em Brasília, não houve uma pessoa da Universidade da Brasília. Foram todos convidados, reitor, vice-reitor. A solenidade do Senado foi todo o mundo, ministério em peso, não foi ninguém da Universidade. Teve o pessoal da comunicação a professora Zélia, etc., mas eu acho que gosta de mim em termos pessoais, bom, pode até ser intelectuais mesmo. O pessoal da comunicação, eu fiz várias reuniões lá, participei de várias reuniões e nunca consegui dar aula. Eu ficava em Brasília, ganhando pela Universidade e não conseguia dar aula. Não conseguia, tinha um entrave formal, até que eu comecei a me sentir mal. Eu vinha de Buenos Aires, naquela época, eu era correspondente, primeiro do *Estadão*, depois da *Folha de São Paulo* em Buenos Aires, vinha, tirava uma licença do jornal, ficava em Brasília, também não conseguia. Então, a minha entrada na Universidade de Brasília foi isso. Primeiro, entrando nesse projeto, na Faculdade de Teologia, e depois, quando fecharam em 64, nós entramos na Faculdade de Comunicação de Massas, que foi a primeira faculdade de comunicação integral – porque as anteriores, até então, eram de jornalismo, curso de jornalismo e nós fizemos comunicação. O que era? Jornalismo, cinema, publicidade. Televisão é que não havia.

Tinha rádio?

Não, mas rádio entrava no jornalismo. Para o cinema, o Pompeu de Souza levou o Nelson Pereira dos Santos, que já era o grande diretor brasileiro, está vivo até hoje e o Paulo Emílio Sales Gomes, que era o grande teórico do cinema brasileiro, ninguém conhecia o cinema brasileiro e mundial como ele. Escrevia muito bem, tem vários livros publicados – teve porque morreu. Para a publicidade, levou o Décio Pignatari, que é um poeta concretista, que foi o grande inovador da publicidade brasileira. No jornalismo, era o Pompeu que dirigia. Depois fez aquelas disciplinas de história, que dava o Afonso Arinos Filho e eu que dava história da imprensa e da opinião pública. Até então os cursos de jornalismo eram para formar profissionais. Eram cursos de nível universitário, mas era de fato cursos técnicos para ensinar a redigir, técnicas de fazer jornal, diagramação. A Universidade de Brasília foi inovadora nesse ponto.

Oferecia uma formação mais humanística.

Uma formação mais humanística e, saindo da área do jornalismo e indo para a do cinema, publicidade. Havia em São Paulo, na Sede Sapiência, uma coisa meio parecida, mas que também era mais abrangente, numa faculdade católica que eu não sei se hoje está na PUC. Então, resumidamente, Brasília foi isso. O engraçado é o seguinte, eu estive um ano na Universidade de Brasília sem sequer ter sido nomeado para a Universidade. Eu não estava interessado, naquela época em nomeação, em dinheiro. O ano era 62, início de 63, eu não tinha nomeação na Universidade e estava todo o dia lá e não ganhei um tostão, se você for nos

arquivos, eu nem apareço. E não era só eu, tinha muita gente assim, o pessoal da arquitetura, o pessoal do Oscar Niemeyer, ninguém tinha nomeação na Universidade. O importante era dar um contribuição, não era ter uma nomeação formal.

O senhor conheceu o João Goulart no tempo que cobriu presidência em Brasília ou tinha conhecido antes?

O João Goulart eu conhecia de Porto Alegre, ainda de muitos anos, quando eu era dirigente estudantil. Eu era presidente do grêmio estudantil de um colégio secundário em Porto Alegre, chamado Colégio Estadual Júlio de Castilhos, e o João Goulart era secretário do interior e justiça. Depois, quando eu estava em Porto Alegre, na *Última Hora*, que eu ia muito a Brasília, que a relação se formalizou mais. Quando ele ainda, no governo Juscelino, era vice-presidente da República, que eu ainda era dirigente estudantil, também tinha muito contato. Porque o João Goulart era o chamado “quebra-galhos” no governo Juscelino. Chegava-se a tal através do João Goulart. Os dirigentes sindicais faziam isso no interior do país e pessoal do Rio Grande do Sul pedia uma coisinha ao João Goulart, até porque ele controlava também o Ministério da Indústria e Comércio e o Ministério do Trabalho. E o Juscelino estava preocupado mesmo era com a construção de Brasília, com aqueles mega-projetos, a hidrelétrica do São Francisco. O resto estava meio entregue para o João Goulart, a alguns prepostos do João do Goulart. Naquela época, se votava em separado, não era chapa, votava para presidente por um lado e vice-presidente, por outro. Por isso, que o João Goulart é eleito vice-presidente e o candidato da chapa dele, o Marechal Lott não é eleito, é eleito o Jânio Quadros.

O senhor explicou no livro a decisão de, mais tarde, ter passado para a luta armada. Eu queria saber como se faz essa passagem do jornalismo político, para a ação política de fato. Havia alguma ligação do senhor ser jornalista? Ou era uma coisa separada?

É engraçado, eu separava muito bem, quase ou muito aproximadamente numa relação de dupla personalidade. Do meio-dia ou das onze da manhã às oito da noite, eu era o jornalista que ia ao Palácio do Planalto em plena ditadura, que convivia com o pessoal do partido que apoiava a ditadura. O meu grande amigo, nessa época, no Congresso, era o senador Daniel Krieger do Rio Grande do Sul, que era presidente da Arena, o partido formado pela ditadura e líder do governo no Congresso. Meu amigo pessoal, um sujeito fantástico em termos humanos, foi meu grande amigo. Depois disso, eu saía do jornal às 7h30, 8h, mudava, tirava meu paletó e gravata, punha uma camisa esporte e ia conspirar em Brasília, ia para os arredores de Brasília, perto de Taguatinga. Era quase uma situação de dupla personalidade. Agora, o jornalista político, tenho certeza disso porque ocorre ainda hoje, ele sempre tem a sensação de que influi na atividade política. Naquela época, até mais. Até é verdade, por um lado, porque às vezes se força situações, se ajuda a encaminhar determinadas coisas. Mas, por outro lado, eu acho que o jornalista político é responsável também por uma série de coisas equivocadas que ocorrem no país. Às vezes querendo, como hoje, mas naquela época sem querer, nós, às vezes, patrocinávamos, promovíamos muita gente que não tinha condições. Aquela coisa que os jornalistas fazem muito hoje, se diz que por interesse financeiro. Naquela época não, era até mais para aparecer. O Fulano, o João da Silva que é um sujeito que sempre me dá informação dos bastidores do Palácio do Planalto, das reuniões, do Congresso, etc., eu promovo o João da Silva. O João da Silva pode ser bobalhão, ele dá aquela informação porque fica sabendo. Eu acho que nós, jornalistas políticos – estou fazendo um plural majestático –, somos também responsáveis por promover muita gente que não merece. Hoje, o jornalismo político não diz a verdade. Tem que pegar e dizer: “Olha, esses partidos não representam coisa nenhuma. Esses partidos são aglomerados de gente que estão lá só por interesse. Nem o PMDB, nem o PT, nem o PSDB”. Agora tem o partido da Igreja Universal

do Reino de Deus, que se proclama – o José Alencar veio mesmo dizer – o Partido Republicano. Tem dois, o Partido Republicano e o Partido Republicano Brasileiro, não sei qual é o da Universal. O PMDB é um aglomerado de gente, entra todo o mundo lá, o sujeito sai de um partido e entra no PMDB, uma espécie de lata de lixo, você bota todo o mundo, fica ali lixo orgânico, lixo inorgânico. O PT, que nós achávamos que era uma coisa diferente, se revelou um partidete igualzinho aos outros. E nós, os jornalistas políticos, eles, os jornalistas políticos hoje, ficam dando [voz empostada]: “o PMDB, o PT, o PSDB, o PDT, o PR”. Não, isso não existe, é uma mentira. É gente que se reúne e faz um partido e fica ali. Eu acho que nós, jornalistas políticos, ficamos com essa idéia de que nós é que divulgamos e achamos que somos muito importantes, até ao ponto de divulgar as coisas erradas. Eu acho que o jornalista político tem muita responsabilidade em não desmascarar, tinha que estar desmascarando tudo isso aí. Claro, as instituições são mais fortes, nas instituições, um fica protegendo o outro, na Câmara dos Deputados, por exemplo, um fica protegendo o outro; no Senado agora, um protegendo o outro. Isso dificulta, pode ser. Mas, no meu caso, no caso da conspiração da luta armada, eu separava muito bem. Ao tal ponto que, quando eu fui preso em Brasília na última vez, em 1966, foi a prisão mesmo. Em 64, eu fui preso porque todo o mundo era preso. Fui preso e fiquei preso dois dias e meio, três dias, fui muito bem tratado. Houve até um pedido de desculpas pela Voz do Brasil, que era um programa que todo o mundo escutava naquela época pelo rádio. Mas a segunda vez que eu fui preso, que aí já foi pior, eu fiquei seis meses, até que o Supremo Tribunal Federal me desse um *habeas corpus*...

Na época do Falcão.

Do Dr. Falcão. O Pedro Aleixo, de Minas, que era o vice-presidente da República, disse assim: “Pelo que escreve, esse homem não poderia ter sido preso”. Tinha dupla leitura, quer dizer, foi preso por outra coisa, não pelo que ele escreve. Realmente, eu tinha sido preso por outra coisa. Mas eu conseguia manter, eu era independente. Ia ao Palácio do Planalto – no tempo do Castello Branco, não, porque ele não recebia o pessoal da *Última Hora*, mas no tempo do Costa e Silva, eu ia muito, fala com o Costa e Silva. Não assiduamente, mas falei duas vezes com o Costa e Silva, ele já presidente. Tinha acesso também ao Ministério da Guerra em Brasília. Então, eu conseguia, e era meio duro isso, manter essa dicotomia ou, se quiser chamar também, independência. Claro, que eu não ia defender a ditadura, mas eu dava espaço, dava as razões da ditadura, dava as razões do governo. Se lermos as minhas colunas na época, são colunas isentas. Tu vê que não são laudatórias ao governo de jeito nenhum, mas são isentas. Como o Carlos Castello Branco, do *Jornal do Brasil*, também era isento. Se bem, que o Castello Branco, na isenção dele, sempre tinha o que se chamava de “viés da UDN”, que era um partido da época, liberal-conservador. Como das minhas colunas, tinha o viés de esquerda.

Mas não era panfletarismo?

Não! Não! Tanto que, olha, eu fui preso e nunca fui inquirido pelo que escrevia. Eu só fui inquirido, por um artigo que eu fiz, que eles tinham nas minhas fichas. Fiz no jornal da Universidade de Brasília, eu acho que era um jornal da Feub, da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília, quando eu era professor da Universidade, que eles tomaram já pelo título. Publicaram na primeira página do jornal: “Professor Flávio Tavares”. O título era: “Olho neles”. Eu começava o artigo assim: “Olho neles! Eles estão em todas as partes!”, que era uma forma de eu dizer: “Olha o pessoal do SNI!”. Mas eu não falava sobre SNI, falava sobre os criminosos de guerra nazistas que estavam pela América Latina porque tinham, naqueles dias, prendido um sujeito em São Paulo, Paul Franz Stangl, que trabalhava na Volkswagem, que era um criminoso de guerra alemão e que tinha um outro nome. Não, até com o próprio nome, mas era um criminoso de guerra, veio pra cá trabalhar na Volkswagem.

Tanto que ele foi preso, repatriado, foi condenado na Alemanha, morreu na prisão. A partir disso que, eu fiz à pedido da Feub.: “Professor, faz um artigo!”, “Está bom!”. Esse estava lá nos meus arquivos: “Mas isso aqui é evidência”. Eu disse: “Não, não senhor. Isso aqui são criminosos nazistas”. O sujeito que me indagava tinha sido da Feb, a Força Expedicionária Brasileira na Itália: “Se o senhor, coronel, que lutou na Feb” – e aí ele ficou alvoroçado, eles não querem que comentem isso – “Isso é sobre nazista. Esse Franz Stangl não foi preso em São Paulo?”, “Não, mas isso aqui!”, “Não”. “Olho neles, eles estão em todas as partes, eles me vigiam”. Não me lembro mais o artigo. Pena até que esse artigo se perdeu, não creio que haja arquivo desse jornal da Feub.

E quanto à posição dos jornais? Alguém [na verdade, o Raimundo Pereira] tinha comentado comigo sobre a imprensa de hoje e daquela época, dizendo que, pelo menos, naquela época, ao menos haviam vários espectros políticos representados nos jornais e que hoje a coisa meio que se reduziu. O senhor concorda com isso?

Eu acho que os jornais estão dominados hoje por várias situações diferentes das de antes. Uma delas é a ascensão da televisão, que fez com que os jornais cada vez tentem se parecer mais com a televisão. Por exemplo, pegue o *Estado de São Paulo*, a *Folha* e o *Globo*. Tu vê uma foto, por exemplo, do Lula no *Globo* desses dias: quase meia página! Desnecessário, é um Lula que todo o mundo conhece. Não tinha nada de diferente, não era o Lula dando um beijo, não era um Lula dando um tapa, era uma foto do Lula, quase 3x4, mais de ¼ de página, foto imensa. Isso era impossível naquela época. Naquela época, até a foto ocupava menos espaço e só se publicava o chamado flagrante, a foto dinâmica, foto que dissesse alguma coisa. O jornal era em preto e branco. Hoje não, o jornal quer se parecer de um *close*, primeiro plano. Deixa isso para a televisão. É igual ao do Lula, fotos tiradas ontem, é melhor pegar a foto do arquivo, quem não sabe como é a cara do Lula? Os jornais estão com uma influência muito grande da televisão, cada vez dando notícias mais sucintas. E – acho que é a grande diferença – desapareceu o repórter, que investiga, que pesquisa. Os grandes temas não estão mais nos jornais. Os jornais, só n caso da corrupção, que é tanta, que eles vão investigar alguma coisa. Mesmo assim, eu acho que a televisão investiga mais hoje que os jornais. Mais rápido também, muito rápido! A televisão investiga quando há algo que possa ser sensacional, no caso, a corrupção. Mas os grandes temas em si.... O *Globo* ainda fez isso até uns dois três anos atrás, me lembro sobre a destruição da Amazônia, a derrubada de árvores, O *Globo* ainda fez isso com umas fotos. Aí sim vale, eu me lembro que *Globo* publicou uma foto imensa na primeira página de um rio, não aparecia as árvores, eram só as madeiras como sendo levadas pelo rio para serem levadas para os Estados Unidos. Era belíssima a foto. Aí sim, a foto tem sentido. Aí tu podes aproximar o jornal da televisão, senão, não. Então, os textos são cada vez menores, cada vez mais superficiais e não se exige no jornalismo hoje aprofundar o assunto. Aprofundar o assunto não é escrever difícil, não é escrever com pedantismo, é entrar no assunto, ir lá nas causas do assunto. Eu não sei também se os jornais antigamente faziam isso, eu estou dizendo isso, mas tem que ir olhar. Mas havia nos jornais as grandes reportagens, as grandes séries de reportagens, que *O Estado de São Paulo* fez ainda até bem poucos anos. Eu fiz. Nos meus últimos anos no *Estado* eu só fiz grandes reportagens no exterior, no México, na Argentina, depois que terminou a Guerra das Malvinas, eu fiz, a *Tragédia Argentina depois da guerra*. Foram oito ou nove reportagens no *Estado*, página inteira. O *Estado de São Paulo* ainda fez isso há até pouco tempo, mas depois parou também, hoje já não faz. O *Globo* fazia isso. E era a grande especialidade da *Última Hora* que até sempre com textos menores, porque a *Última hora* era um jornal mais compacto, sempre teve menos páginas e era, na época, o único jornal bem redigido do Brasil. Antes se fazia, não sei se você ouviu essa palavra, o “nariz de cera”, adentrava escrevendo: “Quando chegamos na casa, o Fulano de Tal nos recebeu, depois nos serviu um cafezinho...”. Depois é que entrava no que disse o

entrevistado. *O Última Hora* não, o *Última Hora* entrou com a redação direta, concreta e os jornais continuaram fazendo nariz de cera. Até que o *Jornal do Brasil* fez a grande reforma, foi o Jânio de Freitas que fez e isso mudou. Hoje eu vejo os jornais, demasiado sucintos, compactos demais. Eu acho que os jornais dão muitos temas, muitos assuntos e não tem que dar, o jornal tem que saber dar hierarquia, não é tudo o que é notícia. Tem jornais aí que dão mais notícias de fofoca, de idiotice, do que de fatos concretos. Aquelas colunas de economia. Colunas de fofocas estão cheias, aquilo ali não tem nada, rapaz. Eu não quero dar o nome, mas tem colunas, as de maior prestígio no país, que não têm nada para ler, ler aquilo ali ou não ler é a mesma coisa, não te acrescenta nada. Até as fotografias que publicam são sem significado. A imprensa tem que te acrescentar. A imprensa, como a televisão e o rádio são veículos culturais, o rádio e a televisão mais ainda porque são concessões do Estado. Tem que acrescentar alguma coisa, hoje, depois de ver o jornal, eu sei mais do que ontem. Senão, não adianta. A televisão, então, é um horror, a televisão, que é uma concessão do Estado. A lei de rádio e televisão diz que são veículos culturais, de difusão cultural, cultural coisa nenhuma. O Ratinho é difusão cultural? A Xuxa é difusão cultural? O Gugu Liberato é difusão cultural? O Faustão é difusão cultural? Aliás, o Faustão é um sujeito muito inteligente. Eu sei, ele trabalhou comigo no *Estado de São Paulo*, fazia esportes é um sujeito muito inteligente, que faz um programa chato. Por que não se faz uma coisa boa, com uma temática boa? Pode até ter o mesmo cenário, o mesmo formato. Por que nós temos sempre que dar prioridade ao pior, ao vulgar? Na música a mesma coisa. Eu acho que essa seja a grande diferença de ontem para hoje. Hoje, os jornais são mais bonitos porque as técnicas são melhores. Os jornais antes eram mal-impressos. Não sabíamos, achávamos muito bem impressos, mas tu vê hoje e diz: “Pô, essa porcaria de fotografia saiu mal”. Nós tínhamos na *Última Hora* que retocar as fotografias porque a impressora da *Última Hora* era ruim – a do Rio, a de São Paulo era um pouquinho melhor, mas a de Porto Alegre era ruim. Tinha um retocador.

No fotolito?

Não havia o fotolito, a impressão era toda em metal, quase chumbo. Então, na foto se retocava, você fazia os contornos da pessoa, você fazia o clichê, que era uma gravação em metal. O fotolito entrou depois e aí já melhorou muito a impressão. Houve dois grandes avanços tecnológicos: na área das comunicações e na área da impressão. A impressão era demorada. E, mesmo assim, eu acho que os jornais hoje são pouco atualizados. Não sei porque, os jornais fecham muito cedo hoje. Na nossa época, a redação fechavam tardíssimo – fechar, no jargão jornalístico é encerrar os trabalhos da redação. Hoje não, a *Folha de São Paulo*, nos anos em que eu trabalhava lá, às sete da noite, oito horas, tinha que estar tudo na *Folha*. No Estadão era um pouquinho mais. E avançou muito em termos gráficos.

[Corte]

.... Se você ficar trancada num lugar, a portas fechadas, você pode ficar lendo mil coisas e tendo acesso até a Internet, mas se tu não tiver no meio das circunstâncias, no meio dos acontecimentos, se os acontecimentos não se sucederem ou se sucederem e tu fica longe deles, tu não participa.

Vamos sair um pouco do período da ditadura, porque tem muita coisa no seu livro. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco da sua volta para o jornalismo no Brasil.

Em síntese, é o seguinte. Eu vou para o exílio, saio da prisão. Eles sequestram o embaixador americano, eu vou para o México, para o exílio. A primeira coisa que eu fiz no México foi tradução de telenovela para a televisão, um trabalho que eu até ganhava bem. Era para a dublagem, traduzir e vendo como se dizia as palavras. Se se dizia: “to speak”, tinha que dizer

“falar”, mas que sincronizasse com a boca. E depois eu fui trabalhar na *Agência Prensa Latina*, que é uma agência cubana de informação. Depois saí dali e fui trabalhar no jornal *Excelsior*, do México, que era o grande jornal do México, que era uma cooperativa porque foi vendido agora e onde eu me tornei co-proprietário no jornal porque quem ficava seis meses no jornal tinha, ou tinha que ir para a rua, ou ser admitido na cooperativa. Eu fui ser pelo *Excelsior* correspondente para a Argentina, eu queria ficar mais próximo do Brasil. Não tinha documentos brasileiros, não tinha passaporte brasileiro, não tinha nada, mas tinha uma filha, do primeiro casamento, que eu queria ficar mais perto dela. Eu fui com a minha mulher o meu filho para Buenos Aires como correspondente do *Excelsior* do México.

Escrevia em espanhol?

Escrevia em espanhol. Houve uma época que escrevia em espanhol melhor do que em português. Às vezes, quando eu escrevo em português, tem palavras intraduzíveis que eu só sei dizer em espanhol. Por exemplo, uma expressão em espanhol “a lo mejor”, que não é “ao melhor” e eu não sei dizer em português. “A lo mejor”, quer dizer, “talvez fosse”, “talvez seja”, mas também não é isso. Tem coisas intraduzíveis. Eu manuseiei durante muitos anos só o espanhol. Quando eu estou em Buenos Aires, como correspondente do *Excelsior*, vai um pessoal do *Estado de São Paulo* para fazer uma cobertura e eu dou uma para eles uma matéria que fiz para o *Excelsior*, que era uma matéria sensacional e que eles mandam para o *Estadão*. Então sai no *Estadão* com o meu nome. Foi a única vez na imprensa brasileira em que sai uma notícia – foi até quase página inteira no *Estadão* – que o título está num idioma estrangeiro. O título era em espanhol. Era uma coisa da Isabelita Perón, que era a presidente da Argentina, dizendo que se, dessem o golpe, ela se matava. O título era assim: “Estoy enferma de asco, diz a presidente”, se lia em português, mas era *estoy* com “y”. Em função disso, eu passei a escrever para o *Estadão*, com o pseudônimo de Júlio Delgado.

Ainda era ditadura?

Ainda era ditadura, mas o *Estadão* sugeriu e eu disse: “Não, é melhor escrever com pseudônimo”. Em homenagem ao Júlio de Mesquita Neto, e eu estava muito delgado, eu estava muito magro, por um problema intestinal que eu tenho até hoje. Essa matéria era transcrição, eu dei a fita do telex para eles, eles transcreveram, mandaram a fita e traduziram em São Paulo – estava escrito em espanhol. As primeiras matérias que eu escrevi para o *Estadão*, o Júlio Delgado escreveu, eles me telefonaram gozando, por causa de uma expressão, que hoje é uso de corrente, eu acho que eu ajudei a popularizar: “respaldo”. Ninguém dizia, respaldo era encosto. “Com o respaldo do...”. E eu disse: “E não se diz respaldo?”. “Não, isso não se diz no Brasil! Nós entendemos o que é, mas não se diz, bobão. Nós vamos publicar assim”. E hoje todo o mundo usa respaldo. “Teve o respaldo do presidente”. Eu não sei quem lembrou esse tempo em São Paulo: “Você que inventou essa palavra” [risos]. É assim com as palavras, alguém começa. Eu tinha muita dificuldade de escrever em português porque saía com expressões em espanhol. De vez em quando isso acontece, se bem que agora é o contrário, eu já não escrevo direito em espanhol, faço as construções na ordem do linguajar português, que é diferente. A construção em espanhol, às vezes, você põe o sujeito no fim da frase, ou início, o contrário do português. Eu tenho hoje mais dificuldade com o espanhol, mas houve muitos anos que tive dificuldades com o português. Quando eu começo a falar espanhol, depois, quando falo português já mistura. Há dois anos atrás, eu fui a Brasília na inauguração do *Dia em que Getúlio matou Allende* e a embaixadora do México fez um jantar em minha homenagem na embaixada. Eu comecei a falar com ela em espanhol. Claro, em homenagem a ela. E aí, na mesa foi um problema! Na mesa estavam o Nelson Jobim, que era Presidente do Supremo, o Olívio Dutra, que era o Ministro de Cidades, estava o Franklin Martins também. Eu começava a falar em português e

começaram a disser: “Ah, você está falando português em espanhol em homenagem à embaixadora!”. Eu disse: “Não, não, não” – A embaixadora falava muito bem o português – “É porque eu troco mesmo”. Pela semelhança de idiomas. Mas eu estou saindo da conversa.

Falávamos justamente da sua volta à imprensa brasileira.

A minha volta ao *Estadão*, eu digo sempre, foi a coisa mais gratificante que eu tive porque eu tinha trabalhado no Brasil num jornal que, em termos políticos, era o oposto do *Estadão*. Vou trabalhar no *Estadão* e foi, de fato, um jornal onde eu tive absoluta liberdade. Eu tenho agora absoluta liberdade no jornal – porque eu escrevo para Porto Alegre, um artigo para a *Zero Hora*, um jornal do Sul. Mas é um artigo que eu faço. Num artigo, eu tenho a absoluta liberdade. É o artigo principal do domingo do jornal. Porque a *Zero Hora* é o sucedâneo – não o sucessor – da *Última Hora* de Porto Alegre. Ela se transformou em *Zero Hora*, foi vendida e hoje é o grande jornal do Sul, da RBS, cadeia de televisão, rádio. Na *Zero Hora* eu tenho absoluta liberdade, mas aí é um artigo que eu escrevo. Eu só tive absoluta liberdade no Brasil no *Estadão* e na *Última Hora*. No *Estadão*, sob certos aspectos, até mais liberdade, porque era um jornal conservador. Tive liberdade até quando fui editorialista político do *Estadão*. Ainda era o governo Figueirido, os editoriais de crítica ao governo. O *Estadão* estava numa posição muito crítica ao governo Figueiredo, a favor da abertura da redemocratização, mas de crítica à política econômica, criticando o Delfim Neto. Eu quem fazia, editoriais duros. Até o Júlio de Mesquita Neto me chamava de Cid Campeador. Cid Campeador é um personagem da literatura espanhola, que é sempre crítico. Foi muito gratificante a minha volta para jornalismo no Brasil porque eu era um exilado político, mais que isso, um *banido*, meu nome não podia, de fato, aparecer no Brasil, não tinha documentos brasileiros. Eu tinha, de fato, os direitos políticos cassados com o banimento. O banimento foi o instituto que eles criaram para os trocados pelo embaixador americano. Mais um detalhe do *Estadão*. Quando eu fui seqüestrado em Montevideu pelo exército uruguaio – eu morava na Argentina, em 1977, eu fui ao Uruguai, seqüestrado pelo exército uruguaio, 28 dias seqüestrado, mais cinco meses e meio preso –, o *Estadão* se portou com uma dignidade impressionante. Mais que o *Excelsior* do México, o *Estadão* é que fez a grande campanha internacional que me impediu a morte. Eu ia ser morto, ia ser morto porque estava há 28 dias desaparecido. Ele forçou a minha libertação, me mandou para Portugal, me conseguiu asilo em Portugal. O Julinho, o Júlio César Mesquita, que era um menino, filho do Júlio Mesquita Neto, me acompanhou no vôo de Montevideu a Lisboa, para me entregar ao Mário Soares, que é o primeiro-ministro de Portugal. O *Estadão* foi de uma dignidade absoluta, total. Depois, eu tive uma passagem pela *Folha de São Paulo*, que durou quase três anos. Fui correspondente da *Folha* em Buenos Aires. Cobri o famoso julgamento das juntas militares argentinas. Mas, na *Folha*, internamente, eu já tive muito mais restrições. A *Folha* estava com muito medo de Brasília, da redemocratização, da reabertura no governo Figueiredo, eles me pediam para não escrever sobre militares. Para cobrir o julgamento das juntas militares na Argentina, foi uma dificuldade, um julgamento público. Eu não sei, mas acho que o jornalismo se transformou numa coisa muito banal, muito sem incentivo. Essa história de jornais que acham que têm que dar tudo. *Ainda que*, se não fosse o jornalismo brasileiro, as grandes falcatruas não tinham saído, não tinham sido reveladas. Mas, por outro lado, se engaveta, como se dizia – punha na gaveta, se escrevia uma matéria no papel e antes de se dar ao chefe de redação, se punha na gaveta, então engavetar é isso – muita informação. Não na área política, mas na área empresarial. Eu acho que os jornais hoje deveriam ser muito mais isentos com relação à defesa do meio ambiente. Não, estão todos atrelados aí com... Dizem que se queixam do aquecimento global, mas as grandes safadezas que se fazem com o meio ambiente continuam sem sair na imprensa. Em todos os aspectos, as grandes empresas contaminando os rios, os agrotóxicos contaminando as pastagens, a terra e os rios, curtumes, a produção agro-industrial

terminando com a natureza. Por que a televisão, o rádio, mais do que os jornais, não podem educar as pessoas, em vez de estarem contando nas telenovelas as bobageiras do Fulano comendo a Fulana e o Beltrano namorando com a Sicrana? Por que não podem dizer coisas que façam as pessoas a criarem o hábito de respeitar o meio ambiente? Sabe o que é aquilo lá [aponta para uma fumaça na Bahia de Búzios]? Aquilo lá estão queimando lixo, queimando plástico.

Existe uma contradição entre o grande jornalismo – o que ganha prêmios e fica na memória – muitas vezes é mais identificado com a grande reportagem, do que o jornalismo que se faz no cotidiano, mais rápido, superficial. Por que existe essa contradição?

Isso eu acho que vem pela estrutura que se deu aos jornais. Eu vou contar uma coisa que aconteceu comigo com o Jorge Luiz Borges, o grande escritor Argentino, grande escritor no mundo inteiro. O Jorge Luiz Borges foi cego nos últimos trinta anos da vida dele, teve uma cegueira que ele não via nada. Uma dia ele queria saber como é que era essa história de ser jornalista. Ele me disse: “Estou fora do mundo. O senhor escreve para o jornal todos os dias?”. Eu disse: “Todos os dias”. Aí ele me disse uma coisa assim: “Porque eu acho que o jornal” – ele era muito irônico – “não deveria sair todos os dias”. Aí eu comecei a rir: “Borges, como? Me explica isso”. Ele disse, também numa palavra em espanhol que eu vou ver se consigo traduzir: “Solo quando ameritarse”, ou seja, só quando tivesse notícias importantes. Por que dizer que nasceu Fulano, que foi batizado Beltrano, que morreu Sicrano. “Eu acho que o jornal só deveria sair quando tivesse mérito na informação”. Era uma ironia dele, e verdadeira. Quantas vezes – e eu já fiz isso – os jornalistas não fizeram, aquela coisa que nós chamamos, “encher lingüiça”, ocupar espaço por ocupar espaço? Pegue os jornais e vê o que tem ali. Espaço ocupado para nada. Algumas vezes, pior, transformando a notícia boba – tem umas notícias que vêm de Brasília, aquelas notícias dos *press releases*, se diz até em inglês hoje, notícias que vêm dos serviços de informação dos ministérios, das agências de publicidade, das empresas de informação – nada, nada, nada. Realmente eu acho que essa história do jornalismo diário – o jornal, *jour à jour*, dia a dia – essa história da informação diária, não... Eu me informo aqui pelo Jornal da Band e pelo Jornal Nacional – o jornal da Band é muito bom também, pobre mais muito bom. Por que o Jornal Nacional tem que só ser 30 minutos? Por que um dia não pode ser 20 e no outro ser uma hora, uma hora e meia, quando for necessário, quando tenha uma coisa importante? Porque dentro da estrutura empresarial tem que ser trinta minutos, os outros espaços estão ocupados já estão ocupados. Mas isso é uma distorção da sociedade moderna. Não tem razão de ser. Por que no 11 de novembro [sic], as televisões ficaram transmitindo o dia inteiro? Porque foi, na capital do Império. Nova Iorque é a capital do Império, em primeiro lugar porque foi lá, se não tivesse sido lá, não teria sido isso. E porque era um fato que, pelo ineditismo, pelo insólito, pelo inesperado, superava todos os demais. Eu acho que essa tua pergunta tem muito a ver com isso, ou seja, há regras empresariais, industriais nos jornais – jornais em todos os sentidos, os impressos e os noticiários - que a formatação, o formato acabou incidindo no conteúdo da informação. Tu tem que encher espaço. Isso aconteceu muito comigo! A edição de domingo para segunda-feira, às vezes em janeiro, fevereiro que não tinha ninguém em Brasília, era uma dificuldade para se escrever. Nós ficávamos meio que “enchendo lingüiça”, como se dizia, todos os colunistas. Não tinha ninguém na cidade e nós tínhamos que dar a informação, não podia ser o comentário. Acontece muito isso nos jornais, além dessa outra coisa que me parece muito pior, de que é a cobertura do não-importante, a cobertura da idiotice. As crônicas chamadas “sociais”, aquilo não tem nada o que ver. A *Última Hora* fazia crônica social de um outro jeito. Era meio crônica da sociedade, falava dos grã-finos, mas tinha sempre um quê de... Tinha no Rio Grande, o apelido dele era, Jacinto de Thompson, escrevia

com esse nome, que era personagem do Eça de Queiroz, personagem da literatura portuguesa. O nome dele era Manuel Comilha, muito inteligente. Depois, um colunista da *Última Hora* de Porto Alegre, Luiz Augusto Gonçalves, também fazia a mesma coisa, falava dos grã-finos, mas sempre com um tom de ironia da sociedade. O horóscopo, que é uma coisa relativamente nova nos jornais – nova que eu digo, tem uns 50, 60 anos – quem fazia no *Última Hora* era o professor Prahdy. O professor Prahdy era um astrólogo muito inteligente e o horóscopo da *Última Hora* era meio político. Porque ele dizia: “As forças conservadoras...”. E, engraçado, houve uma coisa que ele acertou – ele disse: “Ah não, os astros não negam”. Foi o golpe militar na Argélia, dentro da revolução argelina. O [Ahmed] Ben Bella, que feito a independência da Argélia foi deposto pelo Ministro do Exército, o ex-chefe do exército, [Houari] Boumédiène. E na *Última Hora* saiu, um dia antes: “Os astros, a conjunção, mostram um golpe num país”, não sei como ele fez, mas tinha sempre um quê político: “As forças conservadoras...”. Hoje eu acho que o jornalismo está cada dia mais vulgarizado. O jornalismo impresso tem coisas muito boas, eu acho que sem os jornais seria muito pior. Se não fossem os jornais, o país estaria inerte e inerte. Todas as denúncias de corrupção vêm dos jornais e os jornais investigaram mais que o Congresso, agora é que a Polícia Federal está entrando. Mas se não fossem os jornais, se não tivesse o apoio da imprensa, essa história da Polícia Federal nem iria adiante. Eu acho que os jornais ainda são muito omissos no que hoje na raiz do grande crime de rua, que é o narcotráfico. Os jornais nunca tentaram ir na raiz da questão. Achar que o narcotráfico é fruto da favela ou nasce na favela ou está na favela é uma mentira. Quem é que dirige o narcotráfico? Acha que é o pessoal da favela? Aquele Elias Maluco que matou o Tim Lopes, que também foi preso com um chinelinho de dedo, fugindo nuns barracos lá numa favela do Rio? Ou aquele pessoal louco das favelas paulistas? Não! O narcotráfico tem gente, pseudos-industriais, pseudo-empresários, políticos, militares – hoje eu não sei se os militares estão desmoralizados. Bom, o narcotráfico maneja uma arsenal de armas sofisticadíssimas, que a luta armada nunca teve. Só pode entrar quando trazido por especialistas. Nunca se vai a isso. Tem gente importantíssima por trás do narcotráfico, quer dizer, os líderes do narcotráfico são gente muito importante, investigar é difícil. Tem que investigar junto com a polícia. Os escalões policiais estão todos metidos nisso. A grande cúpula política está toda metida. Tem que saber quem é o chefe do narcotráfico no Brasil. Fernandinho Beira-mar? Então tinha que ter eliminado o narcotráfico. Ele está preso, praticamente incomunicável, então tinha que ter terminado. No Rio e em São Paulo prenderam vários chefes do narcotráfico, então tinha que ter terminado. Por que não termina? Porque os chefes não são eles. Os líderes não são eles. Tem gente muito importante acobertando. Eu estou sendo muito crítico à imprensa porque eu acho que a minha visão sempre foi muito crítica porque aquelas coisas que amamos, nós temos que ser críticos. Eu amo tanto a imprensa, a função do jornalista que eu tenho que ser crítico com relação a isso. É o pai que é crítico com relação ao filho ou o filho que é crítico com relação ao pai. A situação de amor é tão recíproca, com o objeto amado, que tu tem que exigir que ele seja o melhor, porque senão é o mesmo que mover uma pedra ali, eu não posso mudar a composição dela. Eu sou muito crítico com relação à imprensa porque a imprensa é parte de mim. Até hoje, eu me sinto o repórter, ainda que não escreva. Eu vejo uma coisa e fico elocubrando na cabeça o que se poderia escrever, o que se poderia dizer, o que se poderia fazer na sociedade. Porque se a imprensa não for para melhorar a convivência com os cidadãos, não vale para nada. É como a política ou as igrejas. Se a religião não for para melhorar a convivência entre as pessoas não faz sentido. Se for só para tirar dinheiro como essas novas igrejas petencostais não tem sentido. E a imprensa, se for só para ganhar dinheiro... Dizem: “Ah, o jornal tal faturou tanto!”. E daí? “A televisão tal faturou tanto!”. E daí? Que significado tem isso?

No final, o jornal é muito mais do que uma empresa e o jornalista muito mais do que um funcionário de uma empresa.

É. E os jovens hoje, qualquer coisinha, estão todos à cata de um empreguinho. Hoje os jornais já não têm mais empregados. Você sabe, os jornais cada vez têm menos empregados. O *Jornal do Brasil*, pelo que me dizem, não tem mais nenhum empregado, são todos, como se diz, empresas, pessoas jurídicas. Obrigam a que o sujeito, aos vinte e poucos anos, registre uma empresa individual, o que devia ser proibido, então ele passa a vender um produto para o jornal. Ele não tem nenhum benefício social, não tem carteira assinada, não tem nem carteira do trabalho. Isso foi uma conquista longa porque o Getúlio Vargas não deu isso, o Getúlio Vargas foi levado pela situação social. Ele teve a visão da carteira do trabalho, do emprego, mas a legislação trabalhista não foi invenção do Getúlio. Foi feita por ele, mas foi consequência de todo um processo. E agora se terminou com isso. O *Estadão* sempre foi um jornal que fazia tudo, protegia o seu empregado. Mas a dizem que agora o pessoal novo que *Estadão* contrata também é pelo estatuto de pessoa jurídica. No novo *Jornal do Brasil* são todos pessoas jurídicas. Claro que o poder público tem culpa disso porque a despesa é tanta quando eu contrato um empregado, se eu pago 100 reais de salário, eu pago, de contribuições sociais, quase 100% disso. Se eu pago 100 reais de salário, 90% de contribuições. E para nada, para entrar no circuito burocrático, não volta nem para o empregado, nem para o emprego. Claro, o erro está aí, eu acho que o erro é esse. Mas tínhamos que dar uma solução para isso. Já até aproveitar que o presidente da república é um ex-trabalhador, operário, mas não estão nem interessados nisso. Então, os jornalistas ficam naquela história: “Pô, eu sou pessoa jurídica, não tenho nenhum vínculo”. Amanhã, o jornal pode dizer: “não quer o teu trabalho, pode embora”. Então, os jornalistas estão aceitando qualquer coisa, qualquer bobagem. O jornal manda fazer uma bobagem e eles fazem.

Ele acaba não tendo consciência da responsabilidade dele enquanto jornalista?

Ah, não tem! Eu acho que isso está se perdendo. A maioria do pessoal que se forma – não sei como é na Universidade de Brasília, eu vi isso em São Paulo, até no Rio Grande do Sul –, eles acham que vão ser entrevistadores de televisão. Quando se diz para povo que você é jornalista, eles: “Ah, eu nunca vi o senhor na *Globo* com o microfone” Ou: “Acho que já vi”. Eles acham que o jornalista é o cara de microfone, que aparece, que quer aparecer na televisão. Todo o mundo quer aparecer na imagem hoje. A história da profissão em si, se perdeu, está se perdendo. Não há mais vínculo, é tudo pessoa jurídica, com nota fiscal! Todos eles. Houve uma revogação da legislação trabalhista, sem que o Congresso tivesse revogado. Houve uma revogação de fato.

E com isso você perde o vínculo com a empresa, sua identificação com o jornal.

Sim.

Voltando à sua vida. O senhor ficou três anos na *Folha*?

Mais ou menos isso. Não sei se deu três anos.

E aí, depois?

Aí depois eu voltei para o *Estado*, como colaborador do *Estado* em Buenos Aires. E depois continuei no *Excelsior*. Eu continuei lá até cinco anos atrás.

Como correspondente em Buenos Aires?

Como correspondente em Buenos Aires e depois aqui também no Brasil e na Argentina. De fato, pela *Excelsior*, eu fui correspondente sul-americano. A *Excelsior* fica na América do

Norte, o México fica na América do Norte. Quando eu estava em Buenos Aires, eu cobria o Peru, o Chile. Indiretamente, sem ir ao Chile porque eu não queria ir lá, não tinha passaporte direito, era época do Pinochet, então eu não podia ir. Cobria o Paraguai, o Uruguai, que eu fui lá, quando eu fui seqüestrado. Depois, fui para Portugal. Em Portugal, é que comecei a trabalhar quase só para o *Estado*. Eu fiquei dois anos em Portugal, até vir a anistia. Foi quando voltei ao Brasil. Ainda voltei de novo a Portugal, como correspondente do *Estado*, fiquei mais seis meses por lá. Aí voltei definitivamente ao Brasil, quando fui editorialista do *Estadão*. Depois, no ano de 98-99, eu passei praticamente a só me dedicar à literatura. Eu escrevia umas coisinhas assim para *O Globo* da Argentina ainda, mas depois eu me dediquei só a escrever os meus livros, que é um trabalho muito duro, muito solitário. Agora eu faço esse artigo dominical para a *Zero Hora*, de vez em quando, eu amplio e faço para o *Estadão* também. Mas de vez em quando.

E durante a redação do livro. O senhor achou que houve uma confluência entre o jornalismo e a literatura?

Olha, deveria existir e no fundo não existe. Porque o jornalismo é uma coisa tão absorvente, que não te dá tempo para a literatura. E a literatura, por outro lado, também é tão absorvente, que não te dá tempo para o jornalismo. Então, as duas atividades ainda que muito próximas, são conflitantes. Tem pessoas que conseguem fazer as duas coisas ao mesmo tempo, eu não consigo, tenho muita dificuldade. Desde que eu passei a fazer esse artigo dominical na *Zero Hora* para Porto Alegre, eu passei a escrever menos os meus livros. Estou com três projetos parados porque tu desvias a tua atenção. Fico prestando mais atenção no dia-a-dia, para saber o que eu vou escrever para o domingo e desvio a atenção do que o livro exige. O livro te exige outra coisa. Tem gente que consegue isso. Eu vou te citar aqui o Ernesto Sabato, que é um grande escritor argentino, tem noventa e tantos anos, está lúcido e forte, é o Oscar Niemeyer da Argentina. Ele era muito amigo daquele que era dono do maior jornal da Argentina, o *Clarín*. Então as pessoas, quando queriam entrar no *Clarín*, falavam com o Sabato: “Ah me consegue um emprego no *Clarín*”. Ele começava a falar com a pessoa. E todo pessoal queria escrever: “Ah, quero escrever, quero ser literato, mas não tenho...”. O Sabato dizia assim: “Quando eu via que a pessoa não sabia escrever, eu arrumava um emprego. Quando eu via que ele sabia escrever, eu dizia: ‘Olha aqui, vai fazer qualquer atividade, vai vender bolacha, vai vender coca-cola, vai vender refrigerante e escreve. Porque senão, tu não vai ter tempo para escrever, vai te desviar’.”. É verdade. O Sabato, me dizia: “Ah, o senhor escreve muito bem” – umas coisas que eu escrevi sobre ele no México e ele leu – “o senhor devia se dedicar à literatura”, e me contou essa história. Ele me disse: “Claro, o jornalismo não deixa tempo”.

O senhor acha que é a linguagem do jornalismo diário que o deixa sem criatividade?

Não, eu acho que não. A indolência é que tira a criatividade no jornalismo. O jornalismo diário, ele apenas te dá determinados limites. Agora, por que não podes escrever bem no jornalismo diário, se souber escrever bem e quiser escrever bem? Em primeiro lugar, a pessoa tem que saber escrever bem, se não sabe, tem que procurar saber. Isso é que limita, é a indolência e essa tentativa hoje de se fazer tudo numa linguagem demasiadamente coloquial. Eu acho que o jornalismo diário te limita num aspecto, mas em outro ele te aprofunda porque te exige mais observação, maior síntese. É mais difícil eu escrever em 50 linhas do que escrever em cinco laudas. E a indolência faz com que tu... “Escreve qualquer coisa”. E, antes de tu escrever, tu tem que pensar no que tu vai escrever. Eu fazia sempre – faço ainda até hoje – um esqueminha. Às vezes, eu não o sigo. Inclusive, nos meus livros, nunca sigo porque a idéia vem e você desenvolve outra coisa, mas eu parto de um esqueminha. No dia-a-dia da minha coluna em Brasília, eu fazia um esqueminha, rápido assim, três quatro minutos. Nas grandes reportagens que eu fazia para o *Excelsior* e para o *Estadão*, eu fazia um esqueminha.

Eu queria que o senhor falasse um pouco sobre o processo de redação do *Memórias do esquecimento*. Foi quanto tempo para redigir o livro?

Olha, eu vou te repetir o que eu digo sempre. Para escrever esse livro *Memórias do esquecimento*, eu levei 30 anos. Para redigir, eu redigi em cinco meses e meio. Comecei em Porto Alegre, fui para Buenos Aires, vim para cá, para Búzios. O processo mental de escritura levou trinta anos, para redigir, para botar no papel ou no computador foram seis meses. Eu não quis virar escritor, a minha literatura, eu fiz pelos jornais. Nas grande séries de reportagem que escrevia, nas minhas colunas políticas, nos meus comentários, nos meus artigos. O *Memórias do esquecimento* foi a minha catarse pessoal. Ganhou o prêmio Jabuti, que eu nunca soube que tinha sequer se candidatado ao prêmio Jabuti. A editora Globo inscreveu e ganhou, não houve pressão nenhuma, não houve *lobby* nenhum. Depois, ele se transformou num livro que, segundo todo o mundo, vai passar para a História. Todo mundo me diz que é um livro muito bonito, o José Saramago me escreveu uma carta por iniciativa pessoal dizendo que tinha começado a ler o livro e não tinha podido parar. Está até na orelha dessa última edição e está também na orelha do *Dia em que Getúlio matou Allende*. Então o livro foi um processo de criação interior e eu acho que todo processo literário é um processo de criação interior. Até o jornalismo, eu acho que é um processo de criação interior. O fato tu recebes do exterior, você olha, observa, mas tem que sentir o fato. Se tu não sentir o fato dentro de ti – eu vou dizer uma coisa que parece meio piegas –, dentro do teu coração, dentro da tua mente, tu não exterioriza aquilo. Tu vai contar burocraticamente: “Dia tal, a tantas horas, João e Maria se encontraram”. E daí? Então, eu acho que tudo é um processo de elaboração interior.

Lendo o seu livro eu percebi que você combinava depoimentos com fatos que o senhor foi pesquisar depois e uma linguagem mais informativa, mais jornalística. Como foi esse processo?

Aí sim é que eu acho que foi o tratamento literário que eu dei propositadamente ao livro. Porque eu podia ter feito um livro cronológico do que me aconteceu na prisão, do que me aconteceu rapidamente na preparação da luta armada – porque para poder explicar a prisão, eu tenho que explicar a luta armada –, mas eu propositadamente dei uma forma literária ao livro. Eu começo contando, como se eu estivesse no avião, no vôo em que nós fomos libertados indo do Rio de Janeiro para a Cidade do México. O capítulo inicial da *Memórias do Esquecimento* é um capítulo muito duro em que eu conto do meu sonho, de um pesadelo que me acompanhou durante os meus dez anos de exílio, que é como se o meu pênis e eu desaparafusasse. Esse capítulo foi o único que eu escrevi em 1980, quando eu morava em São Paulo, logo quando eu vim do exílio. Esse eu escrevi naquela ocasião. Escrevi numa noite, me sentei na máquina, escrevi e depois disso não pude escrever mais. Depois disso, esperei vinte e tantos anos para escrever de novo. Eu tive dificuldades em encontrar esse capítulo, estava até escrito num papel já amarelecido, naquelas laudas do *Estado de São Paulo*. Eu só refiz um pouquinho no parágrafo final para poder dar continuidade e colocar aquilo como o primeiro capítulo do livro. Aí sim, eu dei um tratamento literário, fiz uma coisa que eu vi muito no cinema – eu vi muito cinema, bom cinema, na minha juventude, gosto do bom cinema até hoje –, aquele ir voltar. Eu começo o livro como se eu estivesse recordando a minha viagem no avião. E a primeira parte do livro termina com nós chegando ao México. Só que, no meio disso, eu coloco uma série de coisas, as minhas reações à prisão, as minhas reações fora da prisão, eu falo de um coronel lá que me salvou a vida porque foi o único que me tirou da tortura. Já me refiro ao Exército Brasileiro, como ele era antes de receber instrução norte-americana, quando tinha instrução francesa era um tipo de exército, depois da segunda guerra mundial recebeu instrução norte-americana, ficou um outro exército truculento, facinora. O

tratamento que eu dou é literário, aí sim, eu elaborei isso. Mas elaborei também porque tinha isso dentro de mim, dentro da minha mente, dentro do meu coração. Eu gosto de usar muito essa palavra coração.

E para escrever o *Dia em que Getúlio matou Allende*?

Bom, *O dia em que Getúlio matou Allende*, aí sim são as minhas memórias jornalísticas. Ainda que eu comece o livro contando coisas que eu fiz antes de jornalismo, quando eu era dirigente estudantil, o encontro com o Getúlio, o encontro com o Allende, quando o Getúlio já estava no auge, nos últimos meses da vida do Getúlio e quando o Allende praticamente não era nada. Mas eu não teria a percepção disso se eu não fosse jornalista, se eu não tivesse freqüentado os gabinetes do poder. Porque só a freqüência aos gabinetes do poder, em qualquer nível, que começou quando eu era líder estudantil – porque, como líder estudantil, como eu digo, naquela época eu tinha acesso fácil aos gabinetes do poder – e que concluiu ou se desenvolveu quando eu era jornalista político é que me deu os elementos para eu poder escrever *O dia em que Getúlio matou Allende*. O nome no início era outro, seria “As novelas do poder”. Tanto que ele tem o título *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*. Tem uma segunda parte do livro que eu digo que foi um erro meu porque eu devia ter publicado num livro separado, que é o que eu chamo: *As outras novelas do poder*, que são os meus encontros – estes sim, todos jornalísticos – com estrangeiros: De Gaulle, Che Guevara, Perón. Mas aí sim, foi o jornalismo que me fez penetrar nos labirintos do poder. O *Memórias do esquecimento* também é um livro jornalístico, até na narração, só que eu acho que é um jornalismo que te leva a pensar porque eu sofri muito quando escrevi *Memórias do esquecimento*. Eu morei aqui em Búzios. Eu me lembro que suava, suava numa época em que fez frio aqui em Búzios – faz muito frio aqui no inverno, é úmido pelo mar – e eu suava assim de gotejar por aqui e sentia frio e suava. Uma coisa assim até meio neurótico, eu sentia frio e suava. Aquela história do meu fuzilamento, bah, aquilo me gotejou, fiquei com a camisa encharcada de suor. Então, eu usei as duas coisas, a minha vivência, se eu não tivesse vivido aquilo eu não teria contado, a minha percepção como vítima no caso do *Memórias do Esquecimento*, mas também a minha percepção como observador, que isso sim, foi o jornalismo que me deu. Eu fico sempre indagando. Aqui mesmo eu indaguei aonde é que tu tinha nascido, indaguei sobre Governador Valadares. Eu não posso ficar sem indagar e ser indagado

O livro, na verdade, parte da sua história, mas ele mostra também a história do Brasil.

Sim. Pode-se dizer que o historiador também tenha a mesma visão. Porque o historiador e o jornalista são duas figuras muito parecidas. A diferença é a seguinte, é que o jornalista tem muito mais autenticidade, o bom jornalista, o grande jornalista, do que o historiador. Porque o historiador vai pesquisar sobre algo que ele não viveu, sobre a história morta, sobre documentos, até mesmo que ele ouça depoimentos, mas já são depoimentos fora do contexto, de anos depois, dez anos depois, vinte anos depois, documentos, às vezes, de séculos depois. E o jornalista não, ele está ali observando no fato, no ato. Pode até ser que aquilo fique na memória, na cabeça e que depois não seja exatamente aqui porque memória te trai. Memória é um elemento muito estranho, eu e tu vemos a mesma coisa e narramos de forma diferente, na hora de reconstituir, reconstituímos diferentes porque a tua memória é uma, a minha é outra. Claro, o essencial nós temos que coincidir, mas os detalhes nós podemos divergir. Mas o bom jornalismo te leva a essa visão de profundidade, o que passou. Nas minhas aulas de jornalismo eu cito sempre um exemplo. Numa ocasião, agora em Buenos Aires, eu dava aulas também lá numa faculdade de direito, sobre direito e imprensa e me perguntaram sobre a notícia. Eu falei: “Olha, a notícia é a síntese do que se vê”. Ninguém entendeu. Eu disse: “Por que? Porque o problema é o seguinte, em Lima, no Peru e no México, eu assisti a dois

terremotos, tremores de terra. Se eu tivesse descrito o que eu vi, eu teria que dizer o seguinte: ‘Hoje, houve um barulho. Depois, senti uma coisa tremendo. Depois, quando vi, uma casa desabou. Depois, quando vi, senti a terra tremendo’. Pronto. Não! Eu tenho que dizer a síntese: ‘Um tremor de terra sacudiu a cidade do México hoje à partir de tantas horas’. E depois eu tenho que contar os detalhes, mas primeiro eu tenho que fazer a síntese”. Eu digo que a notícia em si, o jornalismo em si, a capacidade de observação ela é a síntese e só se encontra na boa literatura e, dentro da boa literatura, na poesia. A poesia é muito sintética, não há nada mais sintético – a boa poesia. A boa poesia é sintética, tem que fazer a síntese. Às vezes, em três palavras tu faz a síntese do pensamento, da visão. Você pode dizer que eu estou querendo muito do jornalismo. Não é! Agora, na indolência atual do jornalismo, não se faz isso. Quando fazem a síntese, não dão minúcia. Porque tu tem que fazer a síntese e depois contar minúcia, tem contar as duas coisas, uma coisa não está separada da outra.

Fazendo outra comparação entre ontem e hoje, o senhor falou da forma como freqüentou o poder e na experiência que eu tive do jornalismo, com cobertura política, eu vi muitos repórteres fechados num comitê de imprensa dependendo do porta-voz ou de uma coletiva, você acabava não tendo acesso às fontes de informação. O que mudou?

Eu acho que mudou cada vez mais para pior. Já antes, na cobertura dos palácios, era um pouquinho assim. Nos estados não era tanto assim, as pessoas tinham acesso ao governador, tinham acesso a um assessor do governador, bisbilhotavam. Porque o jornalista é um bisbilhotador, ele tem que estar ali, furungando. Numa ocasião, a capital do Brasil ainda era o Rio de Janeiro, e eu fui a Buenos Aires, em missão pelo *Última Hora*. Me chamou a atenção que, na Casa Rosada, que é o palácio do governo em Buenos Aires, os jornalistas ficam todos na sala de imprensa e aí chegava o porta-voz e todos se levantavam e ouviam o que o porta-voz dizia. Eu achei aquilo estranhíssimo porque no Palácio do Catete no Rio era assim, mas não era assim. Tinha uma salinha de imprensa, mas o pessoal saía também e depois, de vez em quando, vinha o secretário do Getúlio ou do Juscelino – nem havia secretário de imprensa – e dizia algumas coisinhas ali: “Olha, o presidente vai atender o ministro tal”, aí os caras pegavam o ministro tal ou então esperavam quando o Getúlio saísse ou o Juscelino saísse – os dois eram muito bons de conversar. No Palácio do Planalto, depois quando eu chego em Brasília para ficar, eu já vi que era assim, os setoristas do Palácio do Planalto ficavam na sala de imprensa. Aí chegava o Raul Ryff, que era o secretário de imprensa do Jango Goulart e dizia: “Papapapa”. Eu, como não cobria exatamente a Presidência – a *Última Hora* tinha um setorista – eu ia falar com o Raul Ryff, mas nenhum deles ia. Com isso eu obrigava o Raul Ryff a me telefonar, de vez em quando, ele me telefonava de noite: “Olha aqui...”. Claro, a *Última Hora* era um jornal simpático ao governo, às reformas, mas o Jânio Quadros já era assim também. O Carlos Castello Branco, que era o grande jornalista, foi ser secretário de imprensa do Jânio Quadros. Ele foi um péssimo secretário de imprensa porque ele era um jornalista, ele era um repórter! Ele não tinha perfil para isso. Quando houve o encontro do Jânio Quadros com o Frondizzi, presidente da Argentina em Uruguaiana, o Carlos Castello Branco não nos deu informação nenhuma das reuniões. Porque ele sabia indagar, ela não sabia... Foi o Ministro do Exterior que deu as informações – o Jânio não falava com a imprensa. Mas eu acho que é uma anomalia hoje, para não dizer deturpação, no jornalismo de cobertura: os caras ficam na sala de imprensa do Palácio do Planalto esperando o porta-voz. Eu vou te contar um caso que houve comigo. O Collor não dava entrevista para jornalista nenhum. Para mim, ele deu duas entrevistas, para o *Excelsior* do México. A primeira que ele tinha marcado, que ia demorar trinta minutos, demorou uma hora e meia. Eu fui à sala de imprensa e nenhum jornalista se interessou em perguntar nada. Pô, naquele momento, eu era o jornalista estrangeiro que o Collor recebeu aquele dia lá, para uma entrevista ao jornal *Excelsior* do México. Se me perguntassem, eu teria dito na hora: “O presidente disse isso, isso

e isso”. Ele disse coisas fantásticas, o Collor. O Collor era maluco, ele tinha coisas de gênios, mas de gênio maluco. O que ele me disse dos Estados Unidos foi fantástico: “Os Estados Unidos são isso, é o poder imperial, é Roma”. O Collor era um cara cativante, quando ele falava com o sujeito. Eu acho que ele se preparava, metia uma cocainzinha e se preparava. Mas nenhum jornalista se interessou, não viram nem quanto tempo eu tinha ficado com o Collor. O secretário de imprensa do Collor, o Cláudio Humberto, entrou duas vezes na sala para dizer que tinha terminado. Depois eu vi que ligou no telefone e o Collor fez assim, atendeu e baixou de novo, como quem diz, não estou atendendo. Queria me dizer que a entrevista estava no fim, eu fiz de conta que não, o presidente que me diga. Eu vi que o Collor estava gostando, queria se exibir para o México, havia uma reunião de presidentes da América Latina no México, queria se exibir. Claro, no dia seguinte, o *Excelsior* deu primeira página com o Collor, ele estava falando mal dos Estados Unidos. Nenhum jornalista se interessou pela história. Nenhum! Outra vez, aí já foi antes com o Sarney, o Sarney dava entrevista para todo o mundo, mas também fiquei duas horas com o Sarney e ninguém quis saber o que o Sarney tinha dito. Para um jornal do México, não era para um jornal brasileiro! Eu vejo hoje os jornalistas, principalmente os chamados setoristas, muito em função do que dão a eles. O *Correio Braziliense* é igual ao *Estadão*, que é igual ao *Globo*, dão todas as mesmas notícias. Eles esperam o porta-voz do ministro. E outra coisa, hoje tem uma coisa deletéria, terrível que chama-se as agências de imprensa, os assessores de imprensa. Como é que chama? Tem um outro nome.

Assessorias de comunicação.

É, assessorias de comunicação. Os colunistas, os chamados colunistas, todos eles estão em função dos assessores de comunicação. Qualquer empresa tem um assessor de comunicação. Eu tenho uma amiga minha no Rio que ela tem um psicanalista para quem ela trabalha, cobra 500 reais por mês dele; depois tem um sujeito até que é médico, cirurgião plástico, deste cobra mais, para botar notícias nas colunas, coluna do *Globo*, do *Jornal do Brasil*, da *Folha*, do *Estadão*, na coluna da Sônia Racy. E é tudo informação promocional.

Eu vejo que o fato de haver essas relações entre jornalismo e a política, alguns jornalistas acabam entrando para a política. O senhor tinha citado o caso do Pompeu de Souza, que virou senador, tem o Franklin Martins que agora é ministro, tinha também o Carlos Lacerda. Por que o jornalista entra na vida pública?

O caso do Carlos Lacerda é diferente porque o Lacerda como jornalista, ele era sempre um militante político. Ele era primeiro da juventude comunista e escrevia para os jornais comunistas, que eram clandestinos e sempre foi as duas coisas ao mesmo tempo. No jornalismo, ele foi um polemista, ele tinha uma posição política, a história dele era ser contra o Getúlio. Então, a política foi uma continuação do jornalismo dele, como o jornalismo era uma continuação da política para ele. O Pompeu de Souza foi uma outra situação porque o Pompeu de Souza de fato nunca se dedicou à política. Quando veio a primeira eleição para senador por Brasília – Brasília não elegia senador, foi até para um mandato de quatro anos que ele se elegeu e depois dois – foi uma homenagem ao Pompeu porque o Pompeu era um dos pioneiros de Brasília, ele nunca teve vida partidária, vida política, no sentido que nós damos à palavra aqui. Há outros jornalistas que se metem em política de uma outra forma, promovendo política, isso eu acho que é o pior. E sempre com uma posição política. Um é de esquerda, outro é de direita e fica promovendo Fulano, Fulano e Fulano. Agora, eu não acho ruim o jornalista ser candidato a deputado, ser ministro porque eu acho até que o jornalismo te dá um conhecimento global do mundo que os políticos convencionais não têm e que poucas pessoas, em termos profissionais, têm. Quando eu me refiro ao jornalista, eu não me refiro a esse sujeito, o noticiante, que a dá a noticiantezinha. Não, é sujeito que busca ser observador, o

bom jornalista econômico. O bom jornalista econômico mesmo, que não fica só pegando informaçãozinha dos bancos. Ele tem um cabedal de informação e de conhecimento que pode servir muito para a política. O Franklin Martins, de quem eu gosto muito pessoalmente, eu não aceitaria o cargo que ele aceitou, que é um cargo eu não sei direito até hoje o que é esse ministério, essa secretaria, se é para distribuir verbas. Não sei, eu não entendi a função. Eu acho que um sujeito como o Franklin Martins podia ser muito melhor um chefe da casa civil, pala visão que ele tem, do que Secretário da Imprensa. Mas ele tem mais poder do que o Ricardo Kotscho não é?

É, porque o Kotscho era da Secretaria de Imprensa e Divulgação que era somente a assessoria do Lula.

Que é outra coisa. Um sujeito como o Kotscho... Sofreu tanto que pediu demissão, deve ter sofrido muito, houve aquele caso daquele jornalista americano. O Kotscho é um cara fantástico, no *Estado de São Paulo*, ele fez coisas fantásticas. A primeira reportagem sobre mordomias foi dele, a expressão mordomia foi ele quem criou no *Estadão*. Ele fez carreira no *Estado de São Paulo*, depois que ele foi para a *Folha*. Naquele episódio do jornalista americano, aquele que foi expulso e depois revogado, eu acho que legalmente ele está certo. É uma grande figura, o Kotscho, uma das melhores figuras do jornalismo brasileiro. Eu acho que o jornalista poderia ser melhor aproveitado na política. Eu não acho ruim o jornalista se meter em política, agora acho ruim ele ficar em coisas subalternas na política. Por exemplo, eu acho que o Franklin está em algo subalterno na política. Aquele Hélio Costa, Ministro das Comunicações, ele é um jornalista de televisão de... Ele é até mineiro, até teu conterrâneo. Não vou dizer que ele é de segundo nível, não era, era até um sujeito de bom nível, mas a atuação dele no jornalismo não foi nada mais profunda. Não acho mal em si para o jornalista preparado, acho mal que o jornalismo entre na política só por oportunismo. Eu acho que o jornalista, o bom jornalista, o experiente jornalista tem um cabedal político imenso. Se o jornalista pode ser assessor, como foi aquele Schlesinger, que foi assessor do Kenedy nos Estados Unidos, por que ele não pode ser ministro? O assessor, às vezes é a figura mais importante que o assessorado, ou tão importante quanto o assessorado, ele é quem sugere, ele é quem comunica o assessorado.

O senhor acha que a imprensa é um quarto poder?

Eu acho que é um quarto poder. Eu acho que a imprensa, sob certos aspectos, é um quarto poder desmerecido, mas sob outros aspectos, ele é um primeiro poder com influência. Ela não executa, o que faz o Executivo, mas eu acho que ela faz muito bem [a função de quarto poder], deve desempenhar muito bem. Eu não digo depreciativamente, eu acho que é um quarto poder e não depreciativo. É um quarto poder, eu acho que deveria ter orgulho de ser vista como um quarto poder, uma representação da sociedade, principalmente entre nós em que a sociedade que devia ser representada pelo Parlamento, não é. O Senado, a Câmara dos Deputados, a Assembléia Legislativa, as Câmaras de Vereadores não representam mais nada. Então, a imprensa está assumindo um vazio que foi deixado pelos poderes reais do Estado. O Parlamento é que devia estar tendo as funções que a imprensa está tendo, a denúncia. Não só a denúncia da corrupção, a denúncia até em termos de colaboração: “Falta coisa aqui”, “Estão queimando a Floresta Amazônica”. Isso, o Executivo, o poder Judiciário, através do Ministério Público, e o Parlamento é que deveriam estar fazendo e não, a imprensa. A *Última Hora*, a antiga *Última Hora*, tinha uma seção em que saía uma caminhonetezinha nas ruas para recolher as queixas das pessoas. E aquilo ajudou muito a administração do Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro. As pessoas diziam: “Ah, aqui nesse bairro está faltando isso”, funcionava como uma tribunal popular. “Fala o povo”, conheci uma coluna que se chamava assim. E eram coisas, de um modo geral, sempre comunitárias, ninguém pedia para

si próprio. “Olha aqui, aquela coisa lá caiu, tantos dias sem iluminação de rua; sem água porque furou um cano lá e o pessoal da água não veio”. Coisas assim. Era uma forma de se substituir a Câmara de Vereadores do Rio, que também já se chamava “Gaiola de Ouro”. O primeiro grande escândalo de nomeações de parentes foi na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Quando o Rio de Janeiro era a capital da República, só tinha uma Câmara de Vereadores. Eu acho que a imprensa é o quarto poder orgulhosamente porque os três poderes falharam. Então, ela cumpre funções que seriam próprias dos três poderes, cada um no seu setor. Teriam que surgir da aglutinação dos três poderes: do Executivo, do Judiciário e do Legislativo.

Por que jornalista acaba escrevendo livros?

Isso está de moda hoje, nos últimos tempos e eu acho que a maioria são muito ruins. Não é nem uma coisa nem outra, não era nem reportagem, nem... Antes, o que havia, no máximo, era reunir as grandes reportagens do jornalista Fulano de Tal. Reunia e publicava, mudava um pouquinho. Hoje não, os jornalistas estão fazendo livros. Eu não acho mal que jornalistas façam livros, agora, hoje, todo o mundo quer fazer livro, tanto que há uma literatura aí jovem muito ruim porque os caras querem publicar aos 20 anos de idade. Não, com 20 anos de idade, não se publica. Só uns gênios, só um Fernando Pessoa, que nem publicou, escreveu. Só aqueles gênios que o Brasil teve, como o Castro Alves, o Castro Alves morreu aos 24. Acho que publicar é uma coisa que tem que fazer depois, é amadurecer a idéia. Tem gênios que fizeram tudo aos vinte e poucos anos de idade, mas são pouquíssimos gênios. Eu não acho ruim que o jornalista faça livros, eu acho ruim que ele faça maus livros, que faça livros sem amadurecer, que transforme as reportagens nuns livros. Eu acho que tem que se pesquisar muito mais do que uma simples reportagem para tu escrever um livro. A reportagem, ela é lida, no outro dia pode até ser esquecida, fica lá no arquivo do jornal. Agora, o livro não, tu tem na prateleira ali, tu está a todo minuto consultando. Eu não acho mau que os jornalistas escrevam livros, eu acho mau que os jornalistas escrevam maus livros. O critério da pesquisa, o critério da observação tem que continuar sempre. Eu aqui mesmo, nesse lugar que nós estamos, já dei entrevistas a muitos colegas meus jornalistas que estão escrevendo livros. Depois, fui ver, alguns eram umas bobagens que não acrescentavam nada.

O senhor acha que as editoras estão sendo pouco seletivas na escolha dos livros? Mudou alguma coisa?

Eu não sei se mudou porque eu não conhecia antes. Mas eu acho que as editoras de livros hoje editam qualquer bobagem. Começam editando as bobagens do estrangeiro e eu acho que antes não era assim. Eu me lembro que, para publicar, o sujeito ia na editora, ia na outra. Para publicar pela *Editora Globo* de Porto Alegre, que tinha o Érico Veríssimo, que era um dos oráculos... A *Editora Globo* só publicava os grande europeus e norte-americanos e daqui, tu tinha que ter... Publicava jovens também, mas os jovens que tinham que... Eram livro mesmo. Hoje está cheio de romancinhos bobos, estorinhas. É aquilo que eu digo sempre, então fiquem com as estorinhas das telenovelas da *Globo*, que, pelo menos, são mais bonitas, bem interpretadas e são a cores. Eu acho que as editoras brasileiras viraram hoje uma empresa para ganhar dinheiro. Se diz o seguinte que um livro, se vender mais de 800 exemplares, já dá lucro, então, não há seleção. As bobagens que se tem publicado aqui são impressionantes. E agora, ainda mais, com essa invasão dos espanhóis nas editoras brasileiras, aí que estão comprando tudo, isso é a primeira quebra, inclusive, da identidade nacional, porque eles não têm compromisso nenhum com a identidade brasileira. Aqueles grandes escritores nordestinos, por exemplo, eu duvido que essas editoras estrangeiras que estão se instalando aqui publicassem: José Lins do Rego, Graciliano Ramos, o próprio Jorge Amado.

Raquel de Queiroz?

A Raquel até era a menos talentosa. Mas a Clarice Lispector ou o Érico Veríssimo, duvido que publicassem, querem umas estorinhas fáceis. As editoras chegam a fazer hoje, pelo que eu sei. Eu sei de uma editora estrangeira que se instalou por aqui e contratou dois ou três jovens talentosos, brilhantes até: “Vocês vão escrever um livro sobre tal coisa. Vão fazer um romance, uma ficção, a duas mãos ou a quatro mãos, ou a seis mãos” – não sei se já fizeram ou estão fazendo – “Sobre tal”. Que isso! Não é assim! Isso não é um trabalho que tu contrate, não é uma reportagem, não se faz por encomenda. Eu mando um sujeito cobrir a Guerra do Vietnã, bom, aí é outra coisa. Agora, decidir nos gabinetes um romance: “Vamos fazer uma estória?”. Então, não se escrevem mais romances aqui, se escrevem estorinhas, todas no fundo são estorinhas de amor que não te deixam nada: “Fulano namorou Maria. Foi para a cama com Maria. Maria foi com a cama com José. O José foi para a cama com Inês”. E assim por diante. Estorinhas que não têm nenhuma das grandes paixões humanas, nenhum dos dramas humanos. O Sheakespeare, por exemplo, ele escreve estórias. Mas por que o Sheakespeare ficou até hoje? O Sheakespeare tem 500 anos e está cada dia mais atual. Por que? Porque ali estão todas as paixões: o amor, a traição, o ódio, a inveja, a gula – até a gula! – contada de uma forma que todo o mundo podia entender. O Sheakespeare fazia teatro popular, para o povo, o Sheakespeare não escrevia para os letrados da Inglaterra. Hoje, para nós aquilo parece uma coisa profunda. Agora hoje não, são estorinhas! É um assalto a um banco que transforma numa história, já sabe todos os ingredientes. Pega um caso de amor aqui, se bota um caso de amor, tem que botar um caso de traição, tem que haver um mal e um bom, são fórmulas! Não há criatividade nisso. Não leva o leitor a pensar. Porque o livro que não leve o leitor a pensar, não cria, é perder tempo com a literatura. Então, vamos conversar ou acende a televisão. Eu acho que até a televisão tinha que levar a pessoa à pensar. Nós estamos equiparando o ser humano a um macaquinho, um macaco, faz sempre as mesmas coisas. Não, o ser humano, ele tem que se desenvolver, ele tem uma missão, a missão existencial do ser humano é se desenvolver como gente, como pessoa, ele tem que aprender a cada minuto. Na sociedade de consumo, que o capitalismo criou, as pessoas não estão interessadas em algo maior para si mesmo ou para servir a sociedade. O amor desapareceu nesse sentido, o máximo que se chega é a conquista amorosa, mas o amor, a solidariedade, a convivência no mundo... Não podemos viver no mundo como um bicho. Eu até acho que está errada a comparação, a metáfora porque os bichos têm uma relação amorosa entre eles. Nós estamos vivendo no mundo cada vez mais como objetos inanimados. E eu acho que essa é a grande contradição da Modernidade, com o próprio avanço que a Modernidade conseguiu: nós tecnologicamente estamos cada dia mais avançados e pensando sempre de uma forma cada vez menor, deixando que os outros pensem por nós. Aquela história que eu te disse há um pouquinho, as pessoas não sabem mais somar. Vai numa farmácia e compra um medicamento que custa dois reais, o outro custa dois e cinquenta e um que custa um e noventa. O meu pai fazia de cabeça. Eu já tenho mais dificuldades mas, de todo jeito, sei somar. Hoje não, as pessoas têm que apertar na calculadora, apertar com o dedo, com o dígito. Tanto que se usa a expressão digitar, que significa por o dedo – dígito é dedo. Nós estamos perdendo as características humanas. Ficam alguns pensando por nós, todo esse pessoal da engenharia eletrônica hoje, que criam essas coisas fantásticas, como é o computador, que facilita a vida. Só que nos facilita de um lado e emburrece de outro porque com o computador, tu perde a tua agilidade. Ele resolve tudo por ti.

O jornalista é um intelectual? Ou alguns jornalistas são intelectuais?

Eu acho que o jornalista por definição deveria ser um intelectual. O jornalista deve ser um intelectual. Intelectual no bom sentido da palavra, não no sentido depreciativo. Intelectual no sentido de que, pela observação – porque o jornalista é fundamentalmente um observador – tem de levar a observação ao processo intelectual de dedução. Ver o quê que significa aquilo. É aquele exemplo que eu te contei do terremoto. O que significa um barulho e uma casa caindo, abrindo uma fenda no chão? O que significa aquilo? O quê é? Um canhão? Não, é um terremoto. Esse é o método dedutivo. Nesse sentido, ele é um intelectual, ele tem que observar e deduzir e para chegar a isso, ele tem que ter conhecimento, conhecimento das ciências. Eu acho sinceramente que o jornalista deve ser um intelectual.

O jornalista, além de ter de produzir com qualidade, ele também precisa ter contato direto com o público, não é como um filósofo, que pode escrever para que somente meia dúzia de pessoas possam ler. Produzir de uma forma que as pessoas compreendam, o senhor acha que esse é o papel do jornalista e do intelectual?

É, está bem resumido. Eu acho que o jornalista tem que ter uma observação do mundo, levar a uma compreensão do mundo e saber transmitir. O jornalista que não souber transmitir, ele não é jornalista, ele é um observador. Agora, o filósofo, no seu tempo, ele transmitia de uma forma que era intelegível, eu não digo a todos, mas intelegível a camadas amplas. Ele não ficava numa linguagem que só ele entendesse, que só ele poderia entender, não ficava numa linguagem hermética. Não, ele podia ter uma linguagem metafórica como os gregos tinham, mas não era para ser entendido só por outros filósofos. Eu acho que isso se aplica também ao jornalista, o jornalista tem que saber transmitir. Eu acho, por exemplo, que os cursos de jornalismo deviam ter isso. Isso eu dizia na Universidade de Brasília, em 1963-64. Olha, eu era muito ignorante naquela época, eu não tinha a experiência que eu tenho, não tinha vivido o que eu vivi, mas o Pompeu de Souza também tinha um pouquinho essa idéia de que o jornalismo devia ser um curso de pós-graduação. O sujeito era advogado, outro era médico, outro era engenheiro, outro era economista e fazia uma pós-graduação para jornalismo. Só que o jornalismo passou a ser uma atividade, como outra qualquer, mal-remunerada. É jornalista para tudo o que é lado, o rádio contrata o jornalista, a televisão contrata jornalista, hoje qualquer jornal contrata jornalista, empresas de assessorias de comunicação contratam jornalista, então passou a ser uma profissãozinha banalizada. Todo o mundo se diz jornalista, os que são e os que não são. Pode ser que tu acha que tudo isso que eu estou dizendo seja muito crítico, mas eu acho que você tem que ter visão crítica das coisas, se ficar só no oba-oba, só no aplauso... Até as coisas que estão bem feitas, nós temos que ver o quê poderiam ser melhor bem feitas, o que elas poderiam ser melhor apuradas, melhor buriladas. Senão nós ficamos no estático, e suplantamos o dinâmico, não damos importância ao dinamismo.

Sabe quando sai o livro sobre o Che Guevara? Tem alguma previsão?

Vamos ver se sai antes da Bienal do Livro do Rio que é em meados de setembro

E depois disso tem algum projeto?

Tem. Um que eu estou fazendo a tempo e parei, também é meio catarse, seria uma espécie de “memórias do exílio”, que seria uma continuação do *Memórias do Esquecimento*.

Conta a sua experiência no México e na Argentina?

No México, na Argentina, no Uruguai, o final em Portugal. Mas a estrutura que eu dei ao livro é uma espécie de romance. Só que não é um romance, tem a técnica do romance, é o ritmo do romance, que tem um pouquinho o *Memórias do Esquecimento*. É uma história sobre um

personagem do exílio, que é realmente um personagem fascinante. É um personagem que convive comigo e que eu vou reencontrar depois em Portugal e que é o eixo do livro. Enquanto eu fazia *O dia em Getúlio matou Allende*, eu comecei, nas horas vagas em Búzios, eu estava com tempo aqui, uma espécie de ficção. Mas esse eu parei pela metade porque não sei como terminar. E chego à conclusão – o García Márquez já havia me dito isso – que às vezes eu começo um livro e não sei como terminar. Na ficção pode haver isso.

Entrevista realizada em Búzios, em 07/07/2007

Juremir Machado da Silva

Juremir Machado da Silva ingressou profissionalmente no jornalismo em 1986 como repórter esportivo do jornal *Zero Hora* de Porto Alegre. Foi correspondente, editor executivo de Internacional nesse mesmo jornal. Foi demitido em 1995 por envolver-se com uma polêmica com o escritor Luis Fernando Veríssimo. Trabalhou na revista *Isto é*, colaborou com o caderno de ensaios ‘Mais!’ da *Folha de São Paulo*. Atualmente cronista do jornal gaúcho *Correio do Povo* e publica comentários diários na *Rádio Guaíba* e na emissora local da Rede Record. É doutor em Sociologia pela Universidade de Paris V sob a orientação de Michel Maffesoli. Retornou a Paris em 1998 para fazer um pós-doutorado com Edgar Morin, Jean Baudrillard e Michel Maffesoli. É autor de várias obras de comunicação, entre as quais *A miséria do jornalismo brasileiro*, *Visões de uma certa Europa*, *O pensamento do fim do século*, e *Muito Além da liberdade de imprensa*, e atualmente coordena o Programa de Pós-Graduação em Comunicação PUC-RS. É ainda escritor, com diversos romances publicados.



Entrevista

Para começar eu queria que o senhor contasse um pouco a sua trajetória acadêmica, jornalística e como escritor.

Eu nasci numa cidade chamada Santana do Livramento, fica a 500 quilômetros de Porto Alegre na fronteira com o Uruguai. Eu sou o típico, como a gente diz aqui no Rio Grande do Sul, “guri da campanha”, eu nasci na zona rural. Meu pai era da Polícia Militar, o que a gente chama aqui de Brigada Militar, mas a minha mãe era muito interessada em educação, ela queria que os filhos estudassem. A gente morava num pequeno vilarejo, era chamado Palomas. Em 1970, eu tinha oito anos e a única coisa que tinha para fazer lá era escutar rádio, a Copa do Mundo de 70. Então, foi toda aquela coisa, o Brasil ganhou, aquele ufanismo, narrações. Acompanhei por uma rádio muito importante daqui do Rio Grande do Sul, chamada *Rádio Guaíba*, que transmitiu os jogos, com pessoas que ainda estão atuando hoje no jornalismo esportivo, só que na Rádio que é dominante hoje, que é a *Rádio Gaúcha*. Embora a *Guaíba* esteja ali, também faça esporte, ombreei com *Gaúcha*, a *Gaúcha* tem mais audiência hoje. Eu ficava escutando aqueles caras e pensava assim: “Poxa, isso deve ser deslumbrante, ir ao México, viajar”. Tudo aquilo era muito confuso na cabeça de um menino de oito anos, mas era apaixonante. E essa idéia que veio ali, quando os pais perguntam: “O que você vai ser quando crescer?”. “Ah, eu vou ser que nem esses caras aí, eu vou fazer isso daí também”, que eu nem sabia que era jornalismo. Normalmente, essas coisas passam, mas no meu caso não passou. E aquilo foi se consolidando, foi realmente cristalizando na minha cabeça, eu fui entendendo o que era aquilo. Quando eu fiz o primeiro grau, fiz o segundo

grau, já na cidade de Santana do Livramento, aquilo foi crescendo. Eu comecei a fazer teatro amador, a perceber que eu gostava dessa coisa do contato com as pessoas. E realmente eu vim para Porto Alegre, quando eu tinha 17 anos, para estudar jornalismo, foi uma coisa assim que realmente se consolidou. Eu tinha outras perspectivas também, eu vim para estudar jornalismo, eu vim para estudar direito. Acabei fazendo um semestre de direito, mas por uma série de outras razões, aquilo não prosperou. Aí abriu a possibilidade para outra coisa que eu também gostava muito, que era fazer a faculdade de história. Por alguma razão que eu não sei, são razões inexplicáveis, eu sempre quis fazer duas coisas ao mesmo tempo: jornalismo e ter uma vida de professor. Talvez por influência da minha mãe, que queria que a gente fosse professor. Então, eu acabei fazendo a faculdade de jornalismo e, ao mesmo tempo, a faculdade de história. Esse gosto pela vida intelectual talvez tenha uma origem muito prosaica, quase literária, que é a seguinte. Como eu te falei, o meu pai era um homem simples, era uma mistura de homem do campo com militar de baixa patente, o meu pai era cabo de Brigada e, num determinado momento, até para melhorar a renda da família que não era muito grande, ele aceitou uma proposta de um sujeito, o poeta fracassado da cidade, mas que era um homem muito rico, e que tinha sido vice-prefeito da cidade. Era um sujeito que tinha uma biblioteca estupenda na cidade e a mulher dele não agüentava mais todos aqueles livros. Ele tinha muitas fazendas, mas ele também tinha uma pequena chácara, a vinte quilômetros de Santana do Livramento, nesse lugar chamado Palomas, e ele resolveu colocar parte dos livros lá numa biblioteca e disse para o meu pai: “Pegas a terra que tem aí, podes plantar, fazer o que tu quiseres, criar animais e tudo. Tu tens um único compromisso, cuidar dessa biblioteca para mim”. Então, eu cresci dentro dessa biblioteca. E, claro, os invernos na região da campanha do Rio Grande do Sul, podem ser longos, chuvosos e muito frios. Então, lá pelas tantas, a gente passava meses ali, brincando no meio daqueles livros e tinha livro de tudo quanto é jeito. Tinha *Casa Grande & Senzala*. Tinha livros que davam para um adolescente entender e outros que eu ia olhando. Mas tinha, por exemplo, *A Ilha do tesouro*, tinha a boa literatura francesa do século XIX, tinha também os grandes livros brasileiros e os gaúchos, Érico Veríssimo, Simões Lopes Neto. Tinha tudo o que se pudesse imaginar, era realmente uma belíssima biblioteca. Aquilo me despertou profundamente o gosto pela vida intelectual. Somando, tu tens assim, tu estás isolado na campanha, tu tens uma biblioteca e o rádio. Junta essas duas coisas... Agora, é claro que é um mistério porque nós somos sete irmãos, as minhas irmãs são professoras, elas não tiveram essa vontade de sair de Santana do Livramento. Mas talvez tenha também aspectos mais sociológicos das coisas, elas casaram e ficaram por lá. De todos, quem realmente mais se interessou por isso aí fui eu, embora eu também tenha um irmão que é professor universitário em Rondonópolis. Mas o interesse dele já era mais específico nas coisas, fez administração, contabilidade, rapidamente, ele queria ter um carro, ele queria as coisas concretas da vida, que a mim nunca interessaram. Eu ainda hoje não tenho um carro, ainda hoje não tenho um telefone celular, nunca me interessou realmente. O que me interessou sempre foi isso, a coisa das viagens, das idéias e rapidamente a idéia de escrever. Muito cedo eu comecei a escrever, enchia cadernos com estórias, escrevia livros, aquele monte de coisas. Não serviriam para nada, eram livros de adolescentes. Escrevia peças de teatro. Então, tudo isso foi sempre fermentado e eu vim para cá, para fazer o jornalismo e acabei fazendo jornalismo e história. Estudei jornalismo aqui nessa faculdade, fiz jornalismo aqui. Eu fiz história aqui na PUC também. Aos poucos, eu fui percebendo que o meu gosto era muito mais pronunciado pela vida acadêmica. Algumas coisas ajudavam nesse sentido. Por exemplo, eu fazia faculdade de jornalismo aqui à noite e história eu fazia durante o dia. Então, eu praticamente morava na faculdade de história. Passava manhã e tarde, criei muito mais vínculos com a faculdade de história. Bom, fiz as duas faculdades e, quando terminou, o que fazer? Buscar um emprego ou não? Durante um ano, eu não fiz nada continuei aqui, dentro da universidade com os colegas, a gente vivia, meio assim como se diz, de expedientes,

no Centro Acadêmico e tal. Não estava muito apressado em entrar realmente no mercado de trabalho, então me veio a coisa de fazer um mestrado. Eu acabei indo para o mestrado de antropologia da UFRGS, eu comecei realmente abrir o leque. Eu tinha feito jornalismo e história, ao longo desse tempo de jornalismo e história o que me interessava mais mesmo era literatura e filosofia e, quando terminou, eu fui fazer um mestrado em antropologia e esse mestrado em antropologia foi muito importante para mim. Ele não terminou bem. Foi um dos poucos casos que eu conheço em que eu tive a reprovação na banca. Foi para a banca, eu briguei com a banca e eu fui reprovado na banca. Então, aquilo não terminou bem, mas o processo do mestrado, as leituras todas, elas mudaram a minha maneira de encarar as coisas. Até hoje, no que eu escrevo, tem as marcas daquele mestrado em antropologia. Como aquilo terminou mal e, já durante o mestrado, eu finalmente precisei trabalhar, eu não tinha como me manter, sempre foi muito complicado, eu fui trabalhar com jornalismo, eu fui trabalhar no jornal *Zero Hora* de Porto Alegre. Eu tinha feito todo tipo de jornalismo estudantil, amador. Fui fazer jornalismo comunitário numa cidade aqui perto de Porto Alegre, chamada Viamão, onde a gente criou o jornal, a *Folha de Viamão*. Tinha feito um jornalismo mais de classe média, tipo estudantil. Na época havia o *Planeta Diário*, nós fizemos uma espécie de *Planeta Diário* aqui de Porto Alegre, que se chamava *The Porto Alegre Times*. Todas essas coisas não duravam, nada disso durava. Realmente fui trabalhar na *Zero Hora* como repórter esportivo, mais ou menos reatando a minha idéia do rádio. Lá eu encontrei todos aqueles que tinham sido os meus ídolos de infância, que ainda estavam lá, os comentaristas, os narradores. Fiz alguns anos de jornalismo esportivo na *Zero Hora*. Na verdade, fiz uns dois anos e meio e aí passe a trabalhar no segundo caderno, na parte cultural da *Zero Hora*. No total, eu acabei ficando em torno de uns dez anos na *Zero Hora*. Eu fiz tudo, fui correspondente da *Zero Hora* em Paris, fiz muito jornalismo cultural na Europa, essa coisa de cobrir festivais de cinema, tinha que cobrir de tudo um pouco, fazia crônicas de viagem, até virar colunista na *Zero Hora*. Mas eu nunca abandonei perspectiva universitária. Apesar da reprovação da dissertação, que era uma questão polêmica e que tinha a ver com o meu próprio comportamento com relação à banca, eu continuei nisso e eu fui convidado por um filósofo e sociólogo francês, o Michel Maffesoli para fazer um doutorado com ele. Era uma maneira de eu retomar a vida universitária, que no Brasil estava meio bloqueada. Para a minha surpresa, eu pedi bolsa para o CNPq e para a Capes, ganhei bolsa do CNPq e da Capes e fui fazer meu doutorado em Paris, retomei a minha atividade acadêmica, que não ficou muito tempo interrompida. Fiz o meu doutorado lá e, ao mesmo tempo fui correspondente. Por dois anos, eu só fiz o doutorado. Depois, o Augusto Nunes, veio dirigir a *Zero Hora* e me contratou como correspondente lá na Europa. Quando eu terminei o doutorado em 95, voltei para Porto Alegre. Curiosamente, eu voltei determinado a não seguir a vida acadêmica. E como se eu tivesse dito: “Bom, agora que eu tenho o doutorado, eu não quero mais isso”. Eu já estava bem no jornalismo, estava ganhando um bom dinheiro, tinha vindo para ter uma função de editor de internacional, a carreira jornalística estava deslanchando bem, eu tinha página no jornal. Era uma página assim: um dia era o Paulo Francis, no outro dia era o Fernando Gabeira, no outro dia era eu e tinha um quarto que eu não me lembro quem era, mas também era um cara muito importante, eu não me lembro quem era... Era Arnaldo Jabor. Era muito legal fazer aquilo. Pensando assim: “Bom, não vou ficar acumulando das coisas”. Mas, quando eu cheguei aqui, eu tinha encontrado numa viagem, fazendo uma cobertura para o *Zero Hora*, prefeitos, governador, reitores daqui e o reitor da PUC disse: “Quando o senhor voltar, vai lá na PUC pelo menos para dar uma cadeira”. Foi o que eu fiz, meio tipo: “Bom, vou dar uma cadeira”. Mas a minha volta também foi complicada. Eu voltei em junho de 95, assumi esse cargo de editor internacional na *Zero Hora* e isso durou até setembro, isso durou dois meses. Aí eu tive uma polêmica com o Luiz Fernando Veríssimo. Eu critiquei o Luiz Fernando Veríssimo no jornal, critiquei o Érico Veríssimo em relação à posição dele durante a

ditadura militar. Isso criou uma enorme fleuma, uma enorme polêmica, abaixo-assinado dos colegas, do sindicato dos jornalistas. Criou a discussão nacional, o Paulo Francis falou bastante disso nos espaços dele e eu acabei sendo demitido da *Zero Hora*. Fui demitido porque eu não quis me retratar, era mais ou menos isso, ou retratação, ou demissão ou o próprio Veríssimo saía, então eu acabei sendo demitido. Eu estava aqui, tinha que trabalhar, era natural que eu ficasse aqui. Ainda sim, nos primeiros meses, eu meio que vacilei. Fui batalhar um novo emprego no jornalismo também e acabei sendo contratado pela *Isto é*. Aí fui trabalhar na *Isto é*. Não durou muito tempo, durou quatro meses e eu achei detestável. Foi a pior coisa que eu já fiz na vida. Era detestável, eu não gostava do ritmo, estava acostumado a um ritmo de jornal em que a gente fazia muitas pautas, eu escrevia muito, tinha uma página. Eu cheguei lá na *Isto é*, eu passava tardes inteira sem fazer coisa nenhuma, ou porque eles não estavam acreditando muito em mim ou porque não tinha muito mesmo o que fazer e as matérias, as pautas que me davam, eu achava assim lamentáveis, eram coisas frívolas, absolutamente sem nenhum interesse intelectual. E aí começou a se desencontrar.

Era sobre o quê lá? Era cultura?

Era na editoria internacional. Isso também é bem coisa de jornalista. Como eu tinha sido correspondente internacional, eles passaram a entender que eu tinha que estar em editorias internacionais e eu não tinha interesse nenhum por editorias internacionais, o meu negócio era cultura. Então, a gente começou a se desencontrar. Tinha gente legal lá, o próprio Hélio de Campos Melo, que virou o editor-chefe. Quando eu fui para lá, o diretor de redação era o Tão Gomes Pinto. Logo caiu, e assumiu esse Hélio Campos Melo, que era um sujeito legal. Mas, mesmo assim, criou-se um conflito com os outros colegas, os editores, os próprios jornalistas. Essa passagem pela *Isto é* foi rápida, teve muito incompatibilidade. Eles queriam fazer uma revista mais popular, eles queriam fazer a revista *Isto é Senhor*. Houve uma fase em que a *Isto é* era uma revista mais intelectual, que era o que eu gostava. Eu dizia para eles: “Vocês querem fazer a “*Isto é Caras*”. E eu tive um desentendimento com o Luciano Suassuna, que acabou criando uma “*Isto é Caras*” deles, que se chama *Isto é gente*. E nós tínhamos um problema que era o seguinte. Eu fui correspondente da *Zero Hora* em Paris e o Luciano foi correspondente antes de mim pela *Zero Hora* também. Bom, ele ganhava bem, ele era importante, ele era amigo do Augusto Nunes e tudo mais. Mas ele, não sei, por alguma razão fez um trabalho que não tinha agradado o público gaúcho. Tinha um pouco uma incompatibilidade nossa com relação a isso. Então foi uma passagem que não deu certo. Além de tudo, eu não gostava de morar em São Paulo. Eu era casado, minha mulher ficou aqui, eu ia na terça-feira e voltava no sábado, não foi uma experiência boa. Aí eu decidi: “Olha, o jornalismo acabou”. Eu voltei para Porto Alegre eu fui me dedicar à vida universitária. Mas, rapidamente eu comecei a colaborar com a *Folha de São Paulo*. Eu comecei a fazer colaborações, eu tenho um amigo na *Folha de São Paulo* que é o Alcino Leite Neto, e comecei a fazer colaborações com a *Folha*. Aí, eu decidi voltar para o exterior, fui fazer um pós-doutorado em 98, na França. Fiquei um ano na França e nesse ano eu colaborei todo ele fazendo entrevistas e matérias para a *Folha*. Foi um ano bem legal, do ponto de vista jornalístico. Embora eu não tivesse nenhum vínculo com a *Folha*, eu fiz muitas matérias para eles. Depois eu fiz até um livro com essas entrevistas. Quando eu voltei em 99 para o Rio Grande do Sul, aí eu já estava realmente envolvido com outras coisas, traduções, escrever romances. Eu já tinha pego definitivamente o gosto pela vida universitária e, para mim, o jornalismo, eu já tinha deixado para trás. Como, de resto, num certo sentido, ele ficou. Porque nos primeiros tempos, eu ainda tinha a famosa nostalgia da redação, saudades da redação, eu acabava achando que a verdadeira vida estava nas redações. Mas quando foi por 99, isso tinha passado completamente, eu já não tinha a menor vontade de ser repórter, passar o dia na redação, ir lá entrevistar os caras, eu já não tinha a menor vontade de fazer isso. Eu disse: “A

vida está boa aqui na Universidade. Eu vou ficar por aqui mesmo”. Tinha um monte de coisas para fazer, eu comecei realmente me inserir na vida, inclusive na política de pós-graduação no Brasil, acabei virando vice-presidente de Compós. O padrão da minha vida me pareceu extremamente satisfatório e, de acordo com os meus gostos, com a minha personalidade, até porque, no jornalismo, eu sempre tinha sido um pouco assim “o acadêmico do jornalismo”. Lá no jornal, os caras diziam: “Esse cara é um professor universitário, um acadêmico, ele faz umas coisas complicadas, que o público não entende direito”. Ainda que, na universidade, muitas vezes dissessem o contrário: “Esse cara é um jornalista, um tanto superficial”. A verdade é que eu fui consolidando o meu caminho na universidade. Só que, quando eu desisti do jornalismo, aí o jornalismo não desistiu de mim. Porque eu desisti mesmo e começou a acontecer uma coisa engraçada, eu comecei a receber propostas, uma atrás da outra, proposta de jornal, proposta de rádio... Teve um momento em que o próprio Augusto Nunes assumiu a vice-presidência do *Jornal do Brasil* e me convidou para ser editor do Caderno B do jornal. Eu não quis. Aí já era realmente a demonstração de que não queria. Para mim, era página virada e eu principalmente não queria sair de Porto Alegre. Eu, na verdade, saio bastante de Porto Alegre, viajo bastante, mas eu gosto de morar aqui. Não porque Porto Alegre seja melhor do que outro lugar, mas porque é o meu lugar, É um enraizamento. É aonde eu tenho as minhas referências. Eu comecei a receber muitas propostas e recusei todas. Nuns quatro anos, eu devo ter recebido umas quinze propostas de rádio, de jornal, de fora, daqui. Eu só não recusei uma proposta que foi a seguinte. Em 2000, um velho amigo meu desses jornais de juventude, o Telmo Flor, que é o diretor de redação do *Correio do Povo*, me convidou para escrever uma crônica dominical no jornal. Era um sonho dele. O jornal agora passou a pertencer à Igreja Universal, à *Rede Record*. Na época, estava na mão de um pessoal que ficou com a empresa durante vinte anos, que eram uns produtores de soja, não tinham muito interesse em investir no jornal, tudo era um pouco leigo. Mas ele estava querendo forçar um pouco ali para realizar algumas das idéias dele. Finalmente, ele me conseguiu um espaço no domingo. Eu ganhava bem pouquinho, não era realmente pelo dinheiro que eu fazia, era pelo prazer de escrever as crônicas. Ficou uns dois anos assim, até que ele disse: “Vamos escrever duas vezes por semana”. Eu comecei a escrever às quartas e aos domingos. E assim eu fiquei seis anos fazendo isso. Nesse meio tempo, uma colega, uma professora daqui, que é coordenadora do departamento de jornalismo, a professora Cristiane Finger – ela apresenta o telejornal do SBT, o SBT Rio Grande, o jornalismo do SBT local – me convidou para fazer um comentário semanal na televisão. Eu fui fazer, também ganhando bem pouquinho. A *TV Guaíba*, que agora passou para o controle da *TV Record*, era uma TV mais ou menos assim, as pessoas compravam espaço lá e faziam os seus programas. E tem um jornalista muito famoso aqui, muito conhecido, o Flávio Alcaraz Gomes, um sujeito já de 80 anos e que tem história, talvez tenha sido o maior repórter que o Rio Grande do Sul já teve, ele cobriu guerras, ele cobriu a Guerra do Vietnã, ele cobriu a Guerra dos Seis Dias, ele é um mito. Teve uma coisa na vida dele muito curiosa, ele esteve numa situação muito polêmica. Em princípio, meio por acaso, ele acabou matando uma moça com um tiro, ele se sentiu ameaçado na casa dele, ouviu um barulho, saiu, deu um tiro e a moça morreu. Ele acabou na prisão e fazia o programa de rádio dele lá da prisão. Um cara realmente muito conhecido, ele criou a programação da *Guaíba*, ele criou a programação da *Gaúcha*. E esse cara me convidou para participar de um programa de notícias que se chama “Os guerrilheiros da notícia”. Era um programa muito engraçado, eram os velhinhos lá, ainda tem, está na *Band*. Eu fui participar desse programa também. Eu fui voltando para os veículos, mas de uma outra maneira, fazendo opinião, participando de debates, não mais como repórter. E fiquei assim até agora, quando veio a *Record* para o Rio Grande do Sul. Quando isso aconteceu, o Telmo Flor foi confirmado como diretor de redação do *Correio do Povo* e aí me convidou para ter uma coluna diária no *Correio do Povo*. Eu passei a ter uma coluna diária no *Correio do Povo* e, ao mesmo tempo,

eles fizeram o pacote, me convidaram para ter um comentário diário na *Rádio Guaíba* e para ter dois comentários diários na *Rede Record*, local. Então é isso que eu estou fazendo. Claro, que aí é só opinião, eu continuo professor. Eu combinei bem com eles, do tipo: “Olha, eu sou professor, tenho viagens para fazer, eu tenho minha vida acadêmica, eu não vou largar isso, mas posso fazer isso que vocês estão pedindo”. Na redação do *Correio do Povo* eu vou muito pouco, eu faço os meus textos e mando. Hoje, a única redação que eu vou é a redação da televisão, porque na televisão não tem jeito tem que ir lá. Então, de alguma forma, eu me reencontrei com o jornalismo, mas nessas condições. Tanto que é engraçado o seguinte, para ver como isso se misturou. Primeiro que boa parte dos repórteres e do pessoal que está por lá, foram meus alunos. Claro, os mais velhos não, mas o que acontece que é que hoje eles me chamam assim: “E aí professor!”. Isso muda um pouco o meu estatuto. Eu sou o professor que vai na mídia, que escreve crônicas, que opina, que tem uma legitimação diferente.

O senhor acha que essa passagem do estatuto do repórter para o estatuto de comentarista foi por causa da legitimidade na universidade?

Eu acho que ajuda, eu acho que eles me respeitam mais na medida em que eles me vêem – mesmo que seja só no imaginário deles – com um lastro diferente. Eu também sou bastante conhecido pelas minhas relações com intelectuais franceses principalmente. A gente organiza muitos seminários aqui, traz muita gente. Isso também criou uma espécie de legitimação. Normalmente, quando tem um evento aqui que envolva grandes intelectuais estrangeiros – agora mesmo tem um grande evento chamado “Fronteiras do pensamento” – eu estou envolvido nisso. Os franceses que vêm normalmente têm alguma coisa a ver comigo, isso legitima um pouco também. Agora, eu acho que o essencial é isso, eu fui criando um espaço de crônica baseada... Normalmente os cronistas ou são cronistas mais líricos, como o próprio Cony, ou são cronistas de humor, como o Veríssimo, eu tenho feito uma linha mais, digamos assim, particular, que é a do cronista que trabalha a ferramenta ironia. Eu tenho criado ali o meu espaço, o meu estilo, é uma coisa regional, evidentemente, até porque os veículos com os quais eu trabalho não têm alcance fora do Rio Grande do Sul. Mas tem dado certo.

E por que esse tom de ironia?

Bom, eu acho que, primeiro tem a ver com a minha personalidade, o meu jeito de olhar as coisas e talvez tenha muito a ver com as influências intelectuais que eu sofri. Eu te diria assim, eu sofri muito a influência de três intelectuais franceses. O Michel Maffesoli, que foi o meu orientador de tese, foi o cara que me resgatou para a vida acadêmica e que, na verdade, o meu encontro com ele se deu porque eu já lia os livros dele e achava as idéias interessantes, a questão da pós-modernidade e tudo mais. O Maffesoli me influenciou muito numa certa maneira cética, um tanto niilista das coisas. Mas não num niilismo amargo, um niilismo, no fundo, divertido. Do tipo, as coisas não têm sentido e isso não é nenhum problema, vamos dar um jeito de viver sem sentido, com alegria, vamos festejar, vamos viver intensamente a vida, justamente porque ela não tem sentido. Isso me influenciou muito, uma influência, que eu diria assim, no nível do imaginário, na maneira de encarar a vida no seu cotidiano. Depois eu sofri uma grande influência do Edgar Morin. São as pessoas todas com as quais eu convivi. E o Morin é um pensador mais tradicional, um pensador, de certa maneira, tem uma tendência mais política “Vamos melhorar o mundo, vamos lutar pelos excluídos. Vamos tentar, se não dá para fazer o melhor dos mundos, vamos fazer um mundo melhor”. Eu tenho um pouco esse lado sim. Talvez um pouco até pela minha origem social, eu tenho um pouco esse lado. Então, eu misturei essas duas coisas. Mas eu sofri uma influência decisiva do Jean Baudrillard, que trabalha com a ironia, com o paradoxo, tem o que os franceses chamam de “um olhar *décalé*”. Sabe aquela coisa assim de um olhar meio de viés, de um olhar ao lado, de deslocar o sentido para justamente fazer vir à tona o absurdo das coisas. Eu sofri do ponto de vista do texto essa

influência total. Eu percebi também, tateando, tentando buscar o meu estilo, que era o estilo que praticava melhor. Eu fiz de tudo no jornalismo, do jornalismo sério, para o jornalismo de reportagem, para o jornalismo de idéias e, chegou um dia assim que, praticando todos eles, eu descobri que o que eu pratico melhor é esse tipo de texto.

Lendo as suas colunas, eu percebi que você tem a preocupação de adaptar ou usar as idéias deles para entender o cotidiano aqui no Brasil. O senhor acha que esse papel é o papel do jornalista ou do professor/pensador?

Olha só, eu acho que é de todo o mundo. Eu nunca consegui separar muito assim: “Ah, as idéias ficam num lugar e o mundo cotidiano noutro”. Eu acho que dá para ler o cotidiano com idéias. Eu acho que muitas vezes os jornalistas não fazem isso porque não têm bagagem. Não estou querendo dizer: “Eu sou melhor do que eles”. Não, estou querendo dizer que, por questões de circunstância, eu optei por um caminho que me dá alguns desses instrumentos. Às vezes, até são instrumentos que complicam, tem gente que acha o que eu escrevo um tanto confuso, enrolado, difícil de entender. Mas eu acho que a gente pode negociar, do tipo, nem tão ralo, nem tão obscuro. Eu acredito que o jornalismo, de uma maneira geral, é muito ralo. E também acredito que muitas vezes aqueles que não são ralos, são realmente obscuros. Então, eu fico tentando buscar esse caminho intermediário. Um dia eu fiz um texto sobre uma questão dos professores do Estado do Rio Grande do Sul muito importante para *milhares* de professores. Os professores tiveram um reajuste salarial no final dos anos 1990, uma lei garantiu esse reajuste e eles não foram pagos. Eles entraram na Justiça e perdiam sempre, uns ganharam e a maioria perdeu e ninguém conseguiu entender o porquê. Então eu fiz um texto. Depois até se descobriu porquê que a Justiça resolveu dar ganho de causa para o Estado que recorria, alegando o seguinte, que se pagasse, ultrapassava o teto da Lei de Responsabilidade Fiscal. Como os gastaram demais... Eu termino o texto dizendo o seguinte: “Olha, certamente o Poder Judiciário vai dizer que a decisão é técnica. Mas, como disse Martin Heidegger, a essência da técnica não é técnica”, uma coisa filosófica. E teve um efeito muito bom, os advogados, os juízes, os professores, todo o mundo começou a discutir, a mandar e-mail para dizer assim: “Mas se não é técnica é o quê? Como é que é? O quê que tem depois da técnica? Antes da técnica?”. E então, uma idéia filosófica, abstrata, aplicada ao cotidiano e que ali funcionou perfeitamente. É claro que em níveis diferente de interpretação. Um juiz, um desembargador mandou um tratado filosófico. Uma professora simples, lá do interior, mandou uma frase simples e correta, dizendo: “Não, tem o ser humano acima da técnica”. Dá para fazer essas transposições e elas funcionarem. Claro que, de vez em quando tem que escolher. “Hoje, vamos fazer um texto que não é para todo o mundo. Vou fazer um texto hoje sobre o Michel Maffesoli”. Eu sei que a maioria do público leitor vai ficar excluído daquilo. Vai ser focalizado para um determinado público e fazer o quê? Assim, como tem outros dias em que eu escrevo sobre futebol. E aí, eu ganho um grande público, mas perco também um público, claro. “Não, não. Esse cara aí está escrevendo sobre futebol hoje, eu gosto quando ele escreve sobre o Michel Maffesoli”. São escolhas que a gente faz.

Você faz essas escolhas pensando na sua satisfação pessoal ou no público? Ou tenta jogar com os dois?

Eu tenho jogar com os dois. Normalmente, da seguinte maneira, eu procuro escrever o que eu gosto. Mas eu sei que existe um contexto, uma situação concreta. Lá pela altura em que as pessoas começam a me mandar e-mail dizendo assim: “Você está muito intelectual. Você está muito abstrato! Você está muito restrito!”, aí eu dou uma parada e vou atender os outros. E existe os casos contrários: “Pô, faz uma semana que você só fala de futebol”, aí eu penso, quem sabe não é o momento de focalizar mais. Na verdade, a gente fica buscando sempre. Primeiro buscar um bom assunto. Como eu trabalho com essa coisa da ironia, do paradoxo, eu

preciso encontrar o assunto que se preste ao que eu chamo de “ponto de virada”. É preciso encontrar um assunto que permita ser invertido, colocá-lo do avesso e que surta um efeito que precisa ser um efeito engraçado. Eu busco fazer um texto em que, mesmo que seja sobre coisas muito trágicas, o sujeito pelo menos no final dê um sorriso. Eu estou querendo que o sujeito diga: “Puxa, é terrível, mas eu ri”, é essa idéia. É preciso buscar assuntos que permitam esse processo de reviramento. E nem todo assunto se presta, ou talvez todo assunto se presta, mas nem sempre eu consigo. Eu tenho que buscar um assunto em que eu possa fazer isso que Baudrillard chamaria de reversão.

No livro *A miséria do jornalismo brasileiro*, o senhor fala do universo de convivência entre jornalistas, intelectuais, produtores de cultura. Essas relações são de agora ou sempre existiram?

Não, elas sempre existiram. Basta ler o livro do Balzac, *Os jornalistas*, já diz tudo isso. Mas isso também não invalida que se diga de novo porque existem questões, primeiro de grau, de dimensão, que talvez nunca tenham existido tão acentuadas como agora. E também, isso não elimina o que é essencial, que é: tudo bem, isso sempre foi assim, mas deve se sempre assim? Porque sempre foi assim, não vale mais à pena falar, querer mudar? Porque é um discurso fatalista, que o pessoal da redação faz muito para se livrar dos incômodos: “Ah, mas isso sempre foi assim! Sempre teve compadrismo! Sempre teve lá o escritor elogiando o seu texto, o seu amigo devolvendo o elogio sempre teve”. Sempre teve, mas o jornalismo hoje está numa fase em que ele está sendo muito observado, analisado. Talvez hoje nós tenhamos mais consciência do que nunca dos procedimentos, das rotinas de produção. O que era feito espontaneamente, intuitivamente, sem um olhar sociológico por cima, hoje é o tempo inteiro analisado. Foi sempre assim? Vai continuar assim? É adequado que continue assim? Por exemplo, é adequado que os autores e os livros sejam avaliados, tenham um espaço, antes de tudo em função das editoras que eles publicam? Se eu publicar pela *Record*, o meu livro tem um espaço no jornal, se eu publicar pela *Sulina* ele tem outro. E sou eu. E talvez o livro que eu tenha feito pela *Sulina* seja melhor do que o da *Record*, ou vice-versa. Os jornais, principalmente os cadernos de cultura fazem assessoria de imprensa das grandes editoras, das grandes gravadoras, das grandes celebridades. É isso! Eles pegam simplesmente o seguinte: “quem é famoso? Quem é importante? Quem tem mais poder de pressão?”.

O jornalista de cultura está deixando de ser o carteiro para ser o juiz, alguém que dita a produção de cultura?

É uma boa pergunta. Eu realmente acho que a tarefa não é ser carteiro. Mas também não é ser juiz. Eu sempre me propus a fazer o seguinte. Eu quero ser aquele que provoca polêmica, que levanta questão e diz: “Bom, vamos lá, vamos discutir”. Eu já dei esse exemplo em outras ocasiões, mas eu acho que nossa sociedade tem dois pólos fundamentais desse tipo de questão. O pólo do publicitário. O publicitário é o mágico, ele inventa o truque, ele sabe que é truque, mas ele sabe que é assim que funciona. Então, o truque é uma coisa que a maior parte fica escondida, aparece uma pequena parte e funciona, se mostrar o todo, deixar de funcionar, é para produzir aquela ilusão. E o publicitário, de tanto fazer o truque, ele passa a acreditar no próprio truque. Esse é o grande problema, o publicitário podia ser até um publicitário cínico: “Ah, eu sei que é truque, mas é assim que funciona”, mas não, aos poucos, os publicitários acabam realmente engolpados no próprio truque que eles inventaram. No outro pólo tem o sociólogo. O sociólogo é o Mister M da história, é o chato. O sociólogo é o cara que diz: “Eu vi, eu vi. Não é truque”. O publicitário fica irritado porque estão denunciando o seu procedimento. O público fica irritado porque não quer que tirem o seu brinquedo e eliminem a sua ilusão. E o sociólogo acaba também acreditando na sua própria ilusão, a de que ele é capaz de desvendar todos os truques, de ter a Verdade e de dizer o que é certo e o que é

errado. Eu não tenho essa ilusão, no fundo, eu sou assim, como os pós-modernos de uma maneira geral, aquela coisa da desconstrução. Eu acho que é possível desconstruir as coisas, mas é muito difícil colocar alguma coisa no lugar. Eu posso dizer o que não é, eu não posso dizer o que é. O Eugênio Bucci uma vez disse uma coisa interessante. Perguntaram para ele: “Por que é que o senhor critica. Por que tu não propõe?”. “Minha tarefa é a de crítica, põe no ar que eu encontro defeito”. A minha tarefa é mais ou menos essa, eu olho as coisas, se eu encontrar algo que me parece que não funciona, eu critico. O que é que se critica principalmente? Não é só o não-funcionar porque, no fundo, a gente quer que as coisas funcionem, mas elas não funcionam. O que é interessante é a incongruência, é isso que eu criticava. Para pegar um exemplo rasteiro, o sujeito que faz campanha para senador em nome da família, dos bons costumes, da moral e aí, no outro dia, ele tem uma amante. É esse descolamento entre o discurso e a prática que é criticável. O cara tem amante, mas não faz discurso da moral e os bons costumes, não há muito o que criticar. Então, a crítica incide sobre a defasagem entre o discurso da sociedade, do indivíduo e as suas práticas. É isso.

No livro o senhor fez referência àqueles dois livros que saíram na França, *Os novos cães de guarda*, do Serge Halimi e o *Sobre a televisão*, do Pierre Bourdieu [Ele mostra o *Sobre a televisão* na sua mesa]. A intenção do livro foi trazer esse debate para o Brasil?

Com certeza. Eu, quando fiz *A miséria do jornalismo brasileiro*, fiz sobre a influência de *Sobre a televisão*. Eu discuto muito os meus amigos, por exemplo, o Clóvis de Barros Filho da *Folha de São Paulo* que é um discípulo do Bourdieu e que gosta dos grandes livros do Bourdieu e eu acho que o Bourdieu tem livros importantes, *A Distinção*, por exemplo. E normalmente esse pessoal invalida esse livro [*Sobre a televisão*]: “É um panfleto, que no fundo, repete os argumentos da Escola de Frankfurt, tudo isso já tinha sido dito”. De certa maneira, é verdade, mas não totalmente. Porque a Escola de Frankfurt fez um discurso abstrato, eles intuía as grandes coisas, criaram grandes conceitos. Isso que o Bourdieu mostra aqui é mais do campo das rotinas da produção, é apontando: “Vejam ali como funciona”. É muito mais simples e concreto e continua verdadeiro. É claro, eu também participei muito das críticas à teoria crítica, da produção de certo conspiracionismo, excesso de crenças na manipulação, sem perceber as coisas mais corriqueiras do cotidiano, onde às vezes não tem manipulação nenhuma, tem a incompetência, a impossibilidade. Mas, por ter vivido muito tempo em redação, eu também sei que tem manipulação sim e que tem conchavos, que tem puxada de tapetes e que tem favorecimento. Tem coisas do tipo assim, você vai numa redação com o teu livro: “Eu queria divulgar o meu livro. É um livro importante”. Um diretor de redação pode até te dizer: “Não, se o seu livro realmente for importante, ele vai dar certo independente de mim. O que é bom dá certo”. É uma falácia! Tanto é uma falácia que, se o diretor de redação publicar o livro, a primeira medida que ele vai tomar qual é? Divulgar o livro da melhor maneira possível na mídia. Quando a *Globo* lança um livro, o quê que ela faz? Quando a *Globo* produz um filme ou co-produz um filme, o que ela faz? Os personagens da novela falando do filme ou do livro, todo o mundo. Então, dizer para a gente que a divulgação é secundária, quando eles mesmo não dispensam a divulgação, é nos tratar como bobos. Por experiência própria, eu sei que a manipulação não é total, o poder da mídia não é total, existem brechas. E, de fato, algumas vezes é possível que as brechas sejam realmente tomadas e alguma coisa inesperada aconteça. De alguma maneira, o Paulo Coelho é assim. No início, o Paulo Coelho não tinha nenhuma importância, todo o mundo criticava o Paulo Coelho e ele cresceu, tomou a mídia. Tem furos nisso daí, mas também tem uma situação dominante, que é uma situação realmente de influência, de dominação, de manipulação. Se não fosse assim, o marketing e a publicidade não teriam tanto efeito. Se realmente todo o mundo pudesse espontaneamente ocupar esses espaços, sem nenhum tipo de operação técnica de comunicação, o marketing não teria sentido nenhum.

Então quando eu fiz o livro, eu fiz com essa intenção, de trazer para cá esse discussão. Inclusive pelo seguinte, eu sempre fiquei abismado na França de como os franceses discutem tudo e de como nós não discutimos menos. Essas discussões aqui a gente faz na universidade, Compós, Intercom, mas na França eles fizeram em tudo quando é lugar. Eles fizeram *na televisão*.

No livro, o Bourdieu critica a figura do intelectual midiático, dos *fast thinkers* como o Bernard Henry Lévy. O senhor acha que existe esse tipo de figura no Brasil?

Existem alguns. Por exemplo, aqui no Rio Grande do Sul tem um que cada vez mais procura até mesmo imitar esses intelectuais franceses, é o professor Denis Ronsefield, que é um cara que estudou na França, que conhece o modelo do intelectual midiático francês e que resolveu ocupar esse espaço aqui. Eu não acho que o intelectual midiático seja em si ruim. Ele ocupa um espaço na mídia, dilui pensamentos, não elimina a possibilidade de ser um bom intelectual na academia e que existam os intelectuais acadêmicos. O que acaba acontecendo é o seguinte, No caso, até o Denis é um professor de filosofia consistente. Mas a mídia acaba transformando normalmente esses intelectuais mais vulgarizadores *nos grandes intelectuais*. Dou um exemplo: a mídia hoje acha que o historiador do Brasil é o Fernando Morais. Sobre determinados temas: “Ah, nós precisamos ver o que o Fernando Morais diz”. O Fernando Morais não é um historiador, o Fernando Morais é um jornalista que fez grandes reportagens, boas e grandes reportagens, é tudo. Então, é uma questão que o próprio Bourdieu fala, é saber qual é o valor de cada um mesmo. Porque às vezes é mais fácil... Pega um filósofo, que não está conseguindo o reconhecimento seus pares, ele faz programa num lugar aonde o ingresso seja mais barato, ele consegue um reconhecimento numa esfera para aquele tema menos difícil. Eu acho que essas confusões é que são ruins. Tu pensar assim, que o melhor historiador do Brasil é o Fernando Morais ou às vezes até confrontar o que diz um historiador com o que diz Fernando Morais para definir quem tem razão, isso me parece inadequado. E é claro que muitas vezes o intelectual tem algo a dizer, mas não será chamado a dizer. É o intelectual midiático que será chamado a dizer porque ele diz com mais graça, porque diz mais rápido, porque ele diz olhando melhor para a câmara, esse tipo de coisa.

Lendo o seu texto, *O amigo do Diogo*, a amizade que o senhor tem com os filósofos franceses e com o Diogo Mainardi não é contraditória do ponto de vista do pensamento?

Eu digo sempre o seguinte, isso sem qualquer tipo de juízo de valor. Eu não sou ideológico, eu sou absolutamente não-ideológico. Eu tenho relações intensas, amizades com pessoas que se dizem de direita, como com pessoas que se dizem de esquerda. Para mim, existem diferenças entre esquerda e direita e eu sou capaz de ter relações de amizades profundas com os dois campos. Não me espanta em nada, não tenho incompatibilidade nenhuma. Eu tenho amizades com pessoas com as quais eu não concordo muitas vezes nas idéias. O Diogo Mainardi é um grande amigo meu, eu gosto do Diogo Mainardi. E por duas razões. Primeiro, ele escreve muito bem, eu gosto do estilo dele. O estilo dele é contundente, é sarcástico, é maravilhoso. Segundo, ele é como pessoa é maravilhoso, uma pessoa doce, agradável, inteligente, eu gosto. E terceiro, eu muitas vezes eu até concordo com algumas posições do Diogo. Às vezes até concordo com muito do que o Diogo diz. E outras vezes, não. O que eu escrevi no meu texto, é uma coisa bem típica de mídia, o jornalista gosta de rótulos, de deduções. No Rio Grande do Sul, o cara olha para mim e diz: “Ah, o Juremir é o Diogo Mainardi dos Pampas”. Eu digo: “Olha, primeiro, eu comecei antes. Segundo, eu tenho as minhas próprias posições. Terceiro, eu acho que é uma redução. Eu sou eu”. Acho que não vale a pena reduzir um ao outro. Claro que é honroso ser o Diogo Mainardi, o sujeito é importante, escreve bem, é temido, é corajoso, que é outra vantagem que eu admiro. Mas eu tenho as minhas particularidades, eu tenho minha vida. Às vezes, eu tenho a minha tese de

que “o Diogo é o Juremir do Brasil”. O Diogo escreve na *Veja*, tem um canhão, um milhão de exemplares no Brasil inteiro. Tanto que as pessoas de cara pensam assim: “Existe o topo e existem aqueles que imitam o topo”. E entre mim e o Diogo, do ponto de vista estilístico, existe uma proximidade. Eu gosto do que eu escrevo, eu gosto do que ele escreve, o que não quer dizer que exista essa identificação do ponto de vista do conteúdo. Aliás, nesse ponto nós somos muito parecidos, nós temos a mesma idéia: não é o conteúdo que nos interessa, o que nos interessa é a forma, é o estilo, é a maneira de dizer as coisas. Eu chego a dizer até o contrário [do que eu penso para manter o estilo]. Eu brinco dizendo que uma vez li um livro e gostei do livro, então eu escrevi uma crônica a favor do livro. Crônica a favor é sempre muito ruim. Resenha a favor é *release*, é muito ruim. Daqui à pouco me veio uma frase assassina em relação ao livro. Eu mudei de opinião, destruí o livro para que a crônica ficasse boa. É claro que é arbitrário, mas é um pouco isso, o que conta mesmo é a maneira de dizer uma coisa. Eu não quero dar nenhum sermão para ninguém: “Façam assim, façam assado, sigam o que eu digo que o mundo será melhor”. Não, é outra coisa. É um exercício que se preocupa com um mínimo de conteúdo, mas que está ancorado principalmente na maneira de dizer as coisas.

A figura do jornal crítico de cultura no Brasil está em declínio?

Olha, sim e não. Sim porque os jornais impressos dão menos espaço para críticos. Mas só até certo ponto porque como a Internet mudou muitas coisas, a informação propriamente dita está imediatamente na Internet, os jornais estão sendo obrigados a voltar aos profissionais de opinião. Hoje, o que me parece que o diferencial mesmo do jornal é quem opina – isso nos jornais. Os jornalistas mais famosos do país são jornalistas de opinião. Pergunta para alguém assim: “Cita aí um jornalista”. O cara te diz: “Carlos Heitor Cony”. Eu acho que se, por um lado perdeu espaço, por outro lado, está recuperando esse espaço. É claro que não é mais o crítico num sentido Wilson Martins. É um crítico que precisa se adaptar inclusive do ponto de vista da linguagem, precisa ter uma linguagem mais ágil, irreverente, mais contundente, precisa estar muito linkada com os temas de agora. É uma crítica colada ao imaginário atual, mas ela está voltando. Por outro lado, a Internet é o paraíso da opinião e da crítica. Todo o mundo tem um blog e um blog é isso. Em geral o blog é o lugar onde ou o cara fala bem de si mesmo, ou fala mal dos outros. É isso, um blog. Então, o espaço da crítica voltou.

Como o senhor define o que seria um intelectual no Brasil?

Para mim, a definição de intelectual é a definição clássica francesa, surgida com o Emile Zola, quando ele lançou o famoso *J'accuse*. Eu acho que é isso. O intelectual é o sujeito que sai da sua especialidade para se manifestar na esfera pública. Fora disso, o sujeito é um especialista. Por exemplo, quando eu falo sobre temas da comunicação, eu falo como um especialista. Você pode ser um bom especialista ou um mal especialista, pode ser um especialista com boas idéias, originais, ou especialista medíocre. Agora, o intelectual é aquele que sai da sua esfera para falar de outras questões. O sujeito vai lá analisar o fato de que o Supremo Tribunal Federal está julgando a possibilidade de permitir ou não que existam ações penais contra os tais envolvidos no mensalão. Isso pode ser feito por um físico, por químico, por um jornalista, são pessoas que saem do seu lugar de especialidade para manifestações na esfera pública. Para mim, esse é um intelectual, é aquele que constantemente busca se envolver com os problemas da sociedade. É claro que um grande especialista, só atuando no seu domínio já faz muito pela sociedade, imagina um grande físico. O sujeito em princípio fala: “Eu já fiz a minha parte”. Imagina se o cara que descobriu essa teia, o www, o cara já fez muito, muito. Mas, ainda assim, ele pode ser intelectual, ele pode ir lá e discutir os efeitos do desaparecimento da idéia de direito de autor na internet. Um intelectual é uma postura diante da sociedade, postura de discussão. Um intelectual é aquele que faz a crítica, naquele sentido etimológico da palavra, muito usado pelo Pierre Nora[?]. O que é crítica? Crítica é por em

crise. O crítico é aquele que desconstrói, que abala algo que está consolidado. Não necessariamente que coloca outra coisa no lugar, mas que vai lá e pensa assim: “O que diz o senso comum? Diz tal coisa. O senso comum pode estar certo ou errado. Vamos examinar”. Se estiver errado, ele vai ajudar a desmontagem desse senso comum. Ele vai estar se posicionando e contribuindo com a sociedade de uma outra maneira. Num lugar em que todo o mundo tem direito a ter uma opinião e não só o especialista.

Entrevista realizada em Porto Alegre, em 23/08/07

Mino Carta

Mino Carta dirigiu as equipes de criação de publicações que fizeram história na imprensa brasileira, como o *Jornal da Tarde* e o *Jornal da Republica* e as revistas *Quatro Rodas*, *Veja*, *IstoÉ*, *Senhor*, *Isto é Senhor* e *Carta Capital*, da qual ainda é diretor de redação. Em *Veja* desde o lançamento, foi responsável, junto com uma equipe de jovens jornalistas, por criar o modelo da revista semanal de informações no Brasil. Saiu da revista pelo posicionamento crítico contra regime militar. Publicou dois romances auto-biográficos: *Castelo de Âmbar* e *Sombra do silêncio*. É ainda pintor autodidata, com exposições no Brasil e na Europa.



Entrevista

Eu lembro de uma entrevista que eu li, em que o senhor se definia como um intelectual orgânico.

É isso.

E eu queria saber o porquê do intelectual orgânico.

Por que aceito a definição de Gramsci. O intelectual orgânico é quem, de alguma forma, mexe com o intelecto, sem ser o grande artista. Bom, é isso.

Você acha que todos os jornalistas exercem esse tipo de função?

Eu acho que o jornalista normalmente é um intelectual de qualquer maneira, mesmo que ele tenha essa ou aquela posição política, que pense dessa ou daquela maneira, que tenha mais ou menos cultura, tenha uma formação superior ou não, eu acho que ele é um intelectual orgânico, naturalmente um intelectual orgânico pela função que exerce, pelo trabalho que faz.

E por hoje em dia a gente tem a visão do jornalista como quase um operário das empresas de comunicação?

Se continuarmos a falar do Brasil, que tem a pior imprensa do mundo, sim. Não existe nada pior no mundo. Se você pegar um bom jornal estrangeiro, mesmo os argentinos, e comparar com os brasileiros, vai ficar pasmo. Não vou te dizer o *Repubblica* ou *New York Times* mais ainda. Mas é isso, nós vivemos na rabeira, estamos muito atrasados.

Na sua história como jornalista, fora a experiência do *Jornal República*, sempre se concentrou em revistas de informação. Por que a escolha?

Não é bem assim. Quando eu tinha vinte anos, eu fui para a Itália e trabalhei na Itália em jornais diários. Era um tempo de muito trabalho porque eu nunca saía da redação antes das duas manhã. Frequentemente saía depois das duas da manhã. Mas era assim também no Brasil, não que fosse muito diferente, o trabalho era pesado. Então, eu trabalhei em jornal. Quando voltei para o Brasil, eu fui trabalhar na editora Abril e aí me coube estranhissimamente lançar uma revista de automóveis, sendo que eu não sei dirigir carro, imagine você; e, no fundo, no fundo, não distingo um Volkswagen de um Mercedes. No entanto, isso mostra a total irresponsabilidade do dono [risos], não a minha porque talvez eu topasse ser até papa se me oferecessem. Mas eu topei esse convite da editora Abril – eu era muito novo e ofereciam um salário respeitável – porque me diziam que ali estaria o ensaio para um semanário ilustrado, para concorrer com *Manchete*, que era então a revista semanal mais difundida no país, mais importante, digamos assim, muito estilo *Paris Match*, e eles queriam fazer uma concorrente da *Manchete*. E me disseram: “Não, se a operação *Quatro Rodas* der certo, depois você vai cuidar dessa nova *Manchete*, que vai chamar *Veja*”. *Veja* tinha sentido com o título porque era uma revista para ser vista. Houve a renúncia do Jânio Quadros, agosto de 61, a situação política ficou bastante tensa, muita incerteza quanto ao futuro e a Abril, corretamente a meu ver, decidiu adiar. Só que eu fiquei trabalhando na *Veja* [sic] até final de 64. Mas, antes disso, o *Estadão* tinha me chamado com uma proposta muito similar àquela outra. Embora eu goste muito de esporte, a minha relação com esporte é muito diferente da minha relação com o carro. Então me chamaram para fazer uma edição de esporte do *Estado de São Paulo*, que sairia no domingo à noite e na segunda-feira de manhã – nesse tempo *O Estado* não saía às segundas-feiras. E ela seria o embrião de um vespertino que sairia num prazo relativamente curto. Foi assim de fato porque eu fui trabalhar no *Estado*, na edição de esportes e depois lancei e dirigi o *Jornal da Tarde*. Então essa foi outra experiência de jornal diário que eu tive. Depois a experiência malograda... Sim, Michelangelo num dia de grande inspiração não esculpiria um desastre tão eficaz. O jornal foi lançado em agosto de 79 e faleceu ingloriamente em janeiro de 80, não chegou a durar cinco meses. Essa é a história do *Jornal da República*. Mas eu trabalhei também em jornal..

O senhor tem uma posição bastante crítica com relação à grande mídia. O senhor acha que isso só foi possível aqui na *Carta Capital*? Ou antes já era possível?

Não. *Veja*, eu trabalhei para isso que você chama de grande imprensa e que eu acho mínima. Acho mesmo [risos]. Mas trabalhei na Abril eu trabalhei no *Estadão*. Depois voltei para a Abril, sai dos *Estadão* para dirigir *Veja* e lancei *Veja*. Eu não sei se você conhece bem a história da censura no Brasil, é uma história que normalmente as pessoas não conhecem. Sobretudo os jovens como você não têm a menor idéia de como foi. Mas a verdade é que ninguém foi censurado porque não precisava. O golpe de estado de 64, que criou essa nefanda ditadura cujos erros pagamos até hoje, foi desejado, implorado por toda a grande mídia brasileira. Eles queriam o golpe. Queriam, pediam, editoriais e tal. Você viu esse negócio dos documentos da CIA divulgados em Washington, coisas do arco da velha. Eles estavam a favor dos Estados Unidos, da CIA, do Lincoln Gordon, do Lindon Johnson, em tudo o que fosse ruim para o país e bom para eles. Isso existe até hoje, é uma das razões pelas quais eu digo: “É preciso tentar fazer um jornalismo um pouco diferente, que tenha interesse pelo país, que se preocupe com os problemas do país e não com os problemas da minoria, que é uma minoria das minorias!”. Eu sempre estive de um lado, já em *Veja* – realmente, essa foi censurada. O *Estadão* foi censurado em função de uma briga interna entre eles porque os Mesquitas e o Carlos Lacerda queriam partilhar o poder e os militares não queriam. E quem estava atrás dos militares não queria. Então, o Lacerda acabou cassado e o *Estadão* acabou

censurado, mas é uma censura muito branda, executada na redação e permitia-se ao *Estado* colocar nos espaços, deixados vazios pela tesoura censural, versos de Camões e receitas de bolo. A *Veja* e os alternativos – *Movimento*, *Opinião*, *Pasquim*, o jornal do D. Paulo Evaristo, *O São Paulo*, da cúria de São Paulo – foram censurados brutalmente e submetidos a humilhações diárias. Não na redação, tinham que ser censurados nas dependências da Polícia Federal. Você tinha que enviar para eles censurarem, coisas do arco da velha. Essa é a verdadeira história da censura no Brasil. Quando você pega certos anúncios na televisão, por exemplo, o da *Folha*. Você vê lá que os “anos de chumbos”. Mas que anos de chumbo? Além de tudo, eles forneciam a C-14 para DOI-CODE, para os torturadores. Eles usavam inclusive o C-14 da *Folha*. Sabe, é muita desfaçatez, é muita hipocrisia, é muita sem-vergonhice!

Então, essa história então da resistência da imprensa é uma balela?

Total! Total! Não teve resistência alguma! Mas como?! Eles pediram o golpe! A *Veja* foi censurada. Eu saí da *Veja* para que a censura saísse porque comigo não haveria mudanças na linha da revista, bom, aí a censura saiu de *Veja* e saiu de todos outros aos poucos. Aí eu tive que inventar os meus empregos. E os inventei. Por exemplo, primeiro, *Isto é*. *Isto é* estava de um lado, como está hoje a *Carta Capital*. Você me perguntou, estou respondendo à sua pergunta. A *Isto é* estava do lado que hoje é ocupado por *Carta Capital*. *O Jornal da República* estava do lado que hoje é ocupado por *Carta Capital*. A revista *Senhor*, que depois eu dirigi na Editora Três estava do lado de *Carta Capital*. A nova *Isto é*, enquanto estive nas minhas mãos – hoje, coitada, está perdida – ou seja, até agosto de 1993, estava do lado em que está hoje *Carta Capital*. Eu sempre estive do mesmo lado, ou seja, a favor do país e contra a minoria.

No final das contas, então, a imprensa pouco mudou de lá pra cá.

Nada. Piorou porque havia mais qualidade. Houve progressos, digamos assim, tecnológicos, claro. As redações estão informatizadas, as máquinas são outras, todo o sistema. Imagine, a linotipo hoje é uma espécie de dinossauro. Mas, do ponto de vista do tratamento do vernáculo, do ponto de vista da qualidade da exposição da informação, era muito melhor antes. Antes do golpe de 64.

E por quê que piorou tanto?

O país piorou. Porque a mídia é sempre o espelho de um país. O país piorou muito. O golpe foi uma tragédia. As pessoas não se dão conta de quanto foi trágico o golpe. Hoje eu até fiz um *post* para o meu blog. É inacreditável, esses documentos da CIA revelados ontem, os mais recentes, mostram que o Lincoln Gordon informava o governo americano e solicitava ajuda política, material, financeira, participava ativamente da conspiração contra Goulart. O Lincoln Gordon dizia que o Brasil, se não houvesse um golpe de Estado, viraria a China dos anos 60 e aqui, nos editoriais, editoriais terríveis, moribundos, gravíssimos, esses editoriais falavam de uma subversão em massa. Eu estou esperando a massa da subversão até hoje. Eles diziam que a guerra civil estava ali e ia estourar. O golpe foi dado num espaço de duas horas, não derramou um único escasso pinga de sangue.

Durante toda a sua trajetória, o senhor fez um jornalismo voltado para os interesses do país contra uma minoria. O senhor acha que é esse o papel do jornalista?

Eu acho que o papel do jornalista é... [ri]. Bom, eu me repito, eu não sei. O jornalismo se baseia em três princípios básicos. O primeiro é o respeito pela verdade factual. A verdade factual é essa: eu estou tomando coca-cola *light*. É uma porcaria, mas contém cafeína. Cafeína anima. Essa é a verdade factual. Eu me chamo Mino. Você vem de Brasília. Isto é uma mesa. Não vamos entrar no mérito das qualidades desta mesa ou não, esta é uma mesa. Então essa é

a verdade factual. Segundo: o exercício do espírito crítico. Se você não exercita o espírito crítico, você não pode ser jornalista e, aliás, sabedor, de que a objetividade, tão recomendada pelos grandes jornalistas nativos, a objetividade *não existe* [enfático]. A objetividade tem essa minha Olivetti, está vendo? Essa é muito objetiva. Se eu erro as teclas e enfio o dedo entre elas, ela registra imediatamente o meu erro. Ela é muito objetiva, como o computador. Mas nós não somos. Somos resultado de experiências de cultura, de mil coisas da nossa vida, da própria trajetória, da nossa saúde, do nosso humor. Só existe mesmo a subjetividade em jornalismo. E o terceiro ponto, é a fiscalização do poder. Mas não o poder do Sr. Lula. Porque o Sr. Lula, sim, tem muito poder. Claro! Mas não é o único poderoso a ser fiscalizado. A nossa imprensa hoje está a procura desesperado de uma crise – a nossa mídia, aliás, em geral. Estão procurando uma crise, estão ali, chafurdando, procurando! É um pouco o caso Vavá, o lamentável caso Vavá, que não tem caso. Ora, esse Renan, sim, devia perder o lugar, eu lamento e esprememos isto. E lamento ainda porque nós somos críticos, porque exatamente temos espírito crítico. Lamento que Lula, de repente, se preocupe com o Sr. Renan, o Sr. Renan está perdido. Num lugar civilizado e democrático efetivamente, ele já teria saído fora. *Ele* já teria se demitido.

Não ficaria usando de tanto suberfúgios.

Lógico! Mas é evidente! Você vê, agora estão adiando, estão conseguindo adiar para ser arquivado! Desculpe, mas há como esperar alguma coisa deste país, infelizmente, enquanto estiver entregue a essa elite? E dessa elite, evidentemente, faz parte o PT também, faz parte o PMDB.

O senhor, além de jornalista, escreve livros e é artista plástico. Existe alguma relação entre as três atividades ou cada uma está numa “estante”? O senhor tenta conciliá-las?

Eu escrevi dois livros apenas. Quer dizer, o primeiro livro que eu escrevi foi como jornalista. Porque tinha saído um livro que eu considero ridículo, que se chama *Notícias do Planalto*, que naturalmente foi badaladíssimo pela nossa imprensa. Mas, nesse momento, se não me engano, o livro mais vendido conta a história da relação entre um homem e um cachorro. No Brasil este é o livro mais vendido, é o que está lá em cima. O *Notícias do Planalto* foi badaladíssimo e defende gloriosamente a tese de que o Collor foi uma criação dos jornalistas. O Collor foi uma criação dos patrões, os jornalistas executaram o serviço sujo, só isso. Mas, enfim, eu escrevi [ri] uma história maluca, aparentemente maluca, na verdade não é, mas aparentemente louca para a minha satisfação. O livro teve muito resultado, melhor, eu devo dizer, que o *Notícias do Planalto*. Porque, não somente entrou na lista dos mais vendidos, mas vendeu perto de 20 mil exemplares. Está tudo lá. O segundo livro eu escrevi como um dever em relação à minha consciência porque no primeiro eu falo muito *unpassant* de certas coisas que dizem respeito à minha vida particular e que dizem respeito aos meus sentimentos e escrevi o segundo em função disso. Gostaria de escrever o terceiro, mas no fundo, no fundo sou muito preguiçoso. O terceiro seria um livro também muito ligado à minha memória jornalística, à minha experiência jornalística. E a pintura não, a pintura é uma coisa.... Não acho que ela discrepe da minha atividade, mas eu, quando menino, queria ser pintor, não queria ser jornalista. Meu pai era jornalista, o meu avô, jornalista, achava muito chato os jornalistas em geral [ri]. Não é que eu tenha mudado basicamente isso aí. Então, eu sonhava em ser pintor e aí, fui para a Itália para pintar e acabei fazendo jornalismo na Itália. Depois voltei para cá, parei de pintar por 14 anos. E exatamente nos tempos da censura duríssima, eu, às vezes, me escondia e ia pintar [ri] para recuperar o bom humor.

E as pessoas costumam confundir isso, uma coisa para outra? Por exemplo, você está numa exposição e a pessoa vai falar do jornalismo da *Carta Capital* ou eles conseguem entender isso?

Ah, mas eu não acho que isso seja tão ofensivo, certamente não, nem constrangedor. É normal que as pessoas, em primeiro lugar, considerem o jornalista, no meu caso. É absolutamente normal. Eu não faço exposições, a última exposição eu fiz em Antuérpia em novembro de 95, depois não fiz mais nada. Acontecia muito, pessoas que iam à inauguração da exposição e fizessem perguntas sobre jornalismo, até de perguntar sobre que eu achava do presidente daquele momento, da política. É normal que as pessoas vêm em mim, é lógico que seja assim, antes de tudo, o jornalista.

Como o senhor avalia as mudanças do mercado editorial e cultural brasileiro nos últimos trinta anos? O senhor tem acompanhado isso?

O mercado editorial?

Isso.

O que você quer dizer com isso? A literatura brasileira, o que houve no Brasil de bom e de mal?

Sim, da produção literária.

Bom, a minha opinião sobre o jornalismo brasileiro, você a tem. É muito negativa porque eu acho que a maioria dos jornalistas são sabujos, obedecem passivamente as ordens do patrão. Isso tem as suas explicações, as explicações são as de que o patrão é considerado um jornalista. É “o nosso colega Roberto Marinho”. Quando fui trabalhar na Itália, me surpreendeu uma lei pela qual patrão não pode ser diretor de redação. Não existe diretor de redação por direito divino. E ele não é jornalista, não pode ser jornalista, portanto, não pode ser diretor responsável de um jornal. Eu trabalhei lá e nunca vi o patrão, ele não aparecia. Tinha o diretor de redação, esse é o que mandava no pedaço. Aqui não, fala-se em liberdade de imprensa a toda hora. Liberdade de imprensa é liberdade de fazerem o que eles bem entendem, sempre alinhados de um lado só. Isso é de uma clareza solar. Naturalmente, há exceções. Há uma ou outra pessoa que se dedica ao jornalismo e que manifesta desobrigadamente as suas opiniões e elas são ditadas pelo espírito crítico bastante ativado, com o uso da língua muito bom. Agora, sim, são exceções. A maioria está ali para fazer o que o patrão manda e os patrões estão sempre de um lado só. Normalmente se odeiam entre si – porque eu conheço os patrões e posso afirmar que é assim mesmo – mas, na hora que eles consideram que um fantasma esta surgindo no horizonte, eles se unem contra esta ameaça comum. Isso é inescapável.

Como nas últimas eleições, por exemplo.

Isso. Por isso, eu penso que o jornalismo brasileiro é ruim e piorou, inclusive, o escrito, o impresso. Mesmo o midiático, televisão, rádio e tal caiu de forma impressionante porque a convicção é de que você tem que baixar o nível. Eu sou de uma geração de jornalistas, cito entre eles, Cláudio Abramo, por exemplo, que buscavam elevar por cima. Era nivelar por cima, esse era o propósito, não nivelar por baixo. Aqui se pretende nivelar por baixo e os próprios jornalistas caíram na esparrela porque eles escrevem mal. Mas escrevem mal *mesmo*, não sabem lidar com o vernáculo, têm dificuldade extrema. Isso é risível. E a língua, como sabemos, é a nossa pátria.

E como é a sua relação aqui com os jornalistas da *Carta Capital*?

Desde quando eu comecei a inventar os meus empregos, eu tive que fazer economias ferozes naturalmente, então sempre lidei com equipes muito pequenas e muito afinadas. Essa afinação foi sempre a razão do bom resultado que a gente colheu. Realmente aqui é uma equipe muito unida, muito harmoniosa, as relações são muito fáceis. Agora, eu admito, isso é mais corriqueiro quando você tem pouca gente à sua volta. Essas redações brasileiras, além de tudo, são acintosamente grandes, inutilmente grandes. Enfim, existe uma tradição burocrática no país que as faz assim, explica muita coisa. Em redações imensas, há um distanciamento natural entre a chefia e o último dos repórteres. Aqui não, aqui é todo mundo igual. É isso aqui, isso é a redação [mostra com os braços o espaço da redação].

Eu tinha conversado outro dia com o Raimundo Pereira e falou de algumas parcerias que vocês estavam fazendo, eu queria que você comentasse um pouco sobre isso.

O Raimundo, esse é um grande jornalista e um outro homem marcado pela coerência. Nunca deixou de ser o Raimundo, o Raimundo sempre foi o Raimundo. Existe entre nós uma amizade muito sólida, construída, inclusive, nesses tipos embates. Eu comecei a trabalhar com o Raimundo na *Veja*, fomos colegas lá. Depois, ao longo da vida, tivemos inúmeros momentos, estivemos juntos no *Retrato do Brasil*, do próprio Raimundo e muitas vezes aqui. Até recentemente, o Raimundo fez três reportagens magistras mostrando como funciona a mídia brasileira na hora de tentar impedir a reeleição de Lula. É isso, o Raimundo é ótimo. Agora vamos agora encartar na revista o *Retrato do Brasil*. Vamos sair provavelmente com uma periodicidade mensal, mas estamos cogitando um lançamento forte, inicialmente com uma periodicidade quinzenal, com um tema só, que é energia. São treze capítulos de um mesmo fascículo sobre energia. Provavelmente sairão com uma periodicidade de quinze dias. O dia do lançamento ainda não está marcado. Mas não vai demorar muito não.

Por que a grande reportagem, que é algo mais analítico, mais aprofundado está desaparecendo do jornalismo?

Porque não convém, porque uma matéria analítica envolve também posturas. Envolve, senão exatamente aquilo que se pode chamar uma opinião, ela envolve um posicionamento. Claro! Se você chega e diz: “Olha, o problema da energia no país, é que não tem um projeto que vale à pena. Está tudo errado”, se você mostra isso, você está sendo incômodo. Sabe, muitas vezes, eu acho que nós somos incômodos para todo o mundo. Inclusive, para o governo [ri] porque nós não hesitamos em criticar. Essa história do Renan é ridícula. A política econômica do governo Lula é grotesca, é má para o Brasil. Essa valorização do real em relação ao dólar é uma sandice, é o rublo, lembra a Rússia soviética.

E ser incômodo não traz muitos desafetos?

Ah sim, mas isso é muito bom.

É bom?

É ótimo. Claro. A polêmica faz bem, é um adubo, um precioso adubo.

Entrevista realizada em São Paulo, em 03/07/2007

Raimundo Pereira

Raimundo Rodrigues Pereira é jornalista desde 1964. Integrou a equipe que lançou a revista *Veja* em 1968, onde teve uma passagem marcante. Foi, também, repórter da revista *Realidade*, da *Ciência Ilustrada*, da revista *Istoé* e do *Jornal da Tarde*. Nos anos 1970, quando a maioria da imprensa estava censurada ou colaborava com a ditadura militar, Raimundo criou e dirigiu os jornais alternativos *Opinião* e *Movimento*. Por causa da linha editorial politizada e das críticas feitas ao regime, os periódicos foram perseguidos desde o início. Produziu na década de 80 a série de fascículos *Retratos no Brasil*, retomada em 2006. Dirige atualmente a empresa *Oficina de informações* e colabora como *free lancer* para a grande imprensa.



Entrevista

Antes de tudo, eu queria que o senhor contasse um pouco sobre a história da sua vida no jornalismo .

Comecei no jornalismo profissional por acaso. Fiz a escola de engenharia e em 64 fui expulso da Escola de Engenharia Aeronáutica, o ITA. Eu fui para São Paulo, me formei em física na USP. Com os créditos que tinha de engenharia em pouco tempo me formei. Comecei a trabalhar porque precisava de emprego, dava aulas também, mas achei um emprego razoável numa revista médica, por obra de um amigo meu que era diretor da revista. Então comecei na revista chamada *Médico Moderno*. Depois trabalhei noutra revista técnica também, que era já da Editora Abril, a *Máquinas e Metais*. No jornalismo profissional, fui para a *Folha da Tarde*, que era um vespertino da *Folha de São Paulo*. Fui editor de texto da *Folha da Tarde*...

E como foi o aprendizado no começo? Para alguém vindo da área de exatas....

Eu era diretor do jornalzinho da escola. Trabalhei no teatro, escrevi um monte de coisas. De várias coisas que tentei fazer, uma delas era escrever, eu achava que literatura era um caminho. Então escrevia já há muito tempo para jornal, como não-profissional. Quando comecei, eu tinha experiência sim. No ITA, acabei sendo o diretor, sei lá qual era o nome exato, mas era o responsável pelo jornalzinho que tinha mais sucesso na escola, que era o um jornal sobre a vida acadêmica. Acho que hoje já vi mulheres no ITA, antes não tinha. Uma escola fechada, dentro de um quartel militar. Mas é uma escola civil, os alunos são civis. Então eu tinha já esse conhecimento do jornalismo. Naqueles anos, começo dos anos 60, havia um ambiente de muita politização. A gente se envolvia com aquilo, era mais ou menos o meu caso, embora fosse um envolvimento mais pelo lado literário, cultural. Eu não era, nunca fui, um dirigente político. Eu era uma pessoa que escrevia, gostava escrever, gostava de literatura, de teatro e foi por esse caminho que me tornei redator da imprensa. Fiz várias coisas trabalhei nessa área técnica, na *Folha da Tarde* fui editor de texto. Naquela época eram os anos do lançamento da *Revista Realidade*, fiz também algumas matérias ainda sem ser da revista. Aí surgiu *Veja*. No começo de 68, a Abril começou a preparar a revista *Veja*, eu fui

para a equipe que estava preparando o lançamento da revista. Então, alguns meses antes da revista sair, fui contratado para ser editor de ciências na *Veja*. A revista estava em crise porque saiu uma tiragem de 700 mil exemplares, o lançamento vendeu bastante porque ninguém conhecia, mas depois foi vendendo cada vez menos. Na *Veja* tive minha trajetória no período em que a revista se consolidou e me tornei o editor de política da revista. Justamente a equipe, sob a direção do Mino Carta, que ajudou a achar o “rumo” da revista. Essa equipe que eu dirigia tinha lá um bando de jornalistas, que hoje também são profissionais, alguns até conhecidos, como o Gaspari, o Dirceu Brizola, o Gutenberg, o Bernardo Kucinsky. Essa equipe de política fez a cobertura de um evento: a incapacitação e depois a morte do presidente, o General Costa e Silva. Em função disso, se formou uma equipe às pressas e fui o editor desta equipe porque nós tínhamos feito uma cobertura de muito sucesso no grande evento anterior mundial, que tinha sido a chegada do homem à lua. Era uma equipe de duas pessoas, um rapaz chamado Adalberto Pereira – não era meu parente – mas era especialista em armas, negócios militares e também nesse negócio de corrida espacial. Nós fizemos essa cobertura ao longo de semanas, até o homem chegar à Lua. A revista foi crescendo, saiu até um livro, saiu em fascículos. Quando terminou esse evento, teve essa crise do Costa e Silva. Por outra coincidência também, eu tinha feito uma matéria sobre poder militar, tinha andado pelos quartéis entrevistando gente. Quando começou a crise do Costa e Silva, fui encarregado de chefiar a cobertura. Pegamos uma equipe grande, éramos oito ou nove repórteres e pegamos um momento excepcional porque era final de 69 e o súbita incapacitação do presidente deixou os militares sem... Porque os militares brasileiros foram muito hábeis em manter a ditadura com um simulacro de democracia, que eram eleições indiretas para presidente. Então eles escolhiam um milico para suceder o outro e faziam o Congresso bater o martelo e carimbar a decisão que eles já tinham tomado. Mas o Costa e Silva morreu sem que isto tivesse sido feito, então os milicos começaram a brigar uns com os outros. Tinham grupos de milicos e nós também tínhamos repórteres que, também por coincidência, por vínculos, por conhecimentos anteriores, conseguimos nos infiltrar nesses vários grupos. E toda a semana a revista contava o que havia de novo em todas áreas, foi uma cobertura muito interessante. Recentemente o Mino Carta e eu estávamos comparando com a cobertura da sucessão do Lula, a reeleição, que foi uma cobertura muito pior do que se fez numa época de ditadura e de censura. Quando terminou e foi escolhido o Médici, nós ainda fizemos uma outra coisa também espetacular, que foram duas capas sobre tortura. Porque nós fizemos uma primeira matéria explorando umas fofocas de bastidores que não tinham nada de verdadeiro, mas alguém lá disse, um dos assessores do Médici, que ele não ia admitir torturas e nós demos uma capa dizendo que o presidente não admite torturas. Depois repercutimos essa capa. O próprio ministro da Justiça que era o Alfredo Buzzati, achou que o presidente realmente ia apurar as torturas e deu declarações dizendo que ia apurar. E a revista foi apurar. O governo não foi apurar coisa nenhum, mas nós fomos apurar e aí fizemos uma capa *Torturas no Brasil*, que era um levantamento amplo, com muitos casos. A matéria ficou na história inclusive porque o Mino, com muita coragem, mandou desligar os telefones da redação para que a censura não nos informasse porque os patrões, com certeza, não aceitariam, se a censura proibisse, eles também proibiriam. Mas o Mino mandou desligar os telefones e, no final, a matéria saiu. É impressionante você ler a matéria hoje e saber que aquilo foi feito no governo que é considerado um dos mais violentos. O que também não é muito verdade porque o governo do Geisel, que é tido como o governo da distensão, da abertura é o governo onde mais desapareceu gente e onde a política foi de assassinar e esconder os corpos. Minha carreira você pode separar em duas partes. Então tem essa na imprensa das grandes empresas. Eu saí de *Veja*, eu fiquei um tempo na *Realidade*. A *Realidade* é uma outra história. Eu não sou da equipe que criou a *Realidade*, sou amigo desse pessoal, alguns deles até hoje, tipo José Hamilton Ribeiro, Lucélio de Sousa, que é o diretor da *Caros Amigos*, que era da equipe,

Carlos Azevedo. Mas, quando saí da *Veja* por um incidente político, propus à Abril fazer um levantamento, eu e um outro jornalista que já faleceu, até bem mais jovem do que eu, um menino muito talentoso, o Hamilton de Almeida. Nós propusemos uma edição sobre a Amazônia porque naquela época o regime militar estava abrindo a Amazônia, com grande projetos, fez a transamazônica, estava instalando fazendas de gados, mineração, estava lá a West Stell, a Alcan. Então nós propusemos a edição e a Abril aceitou. Nós formamos uma equipe grande que ficou quase um ano trabalhando nessa edição, que ficou também uma coisa muito interessante. A despeito da censura, é uma revista muito rica de informações. Depois nós fizemos uma outra. Eu fiquei dois anos na *Realidade*. Fizemos também uma edição especial sobre as cidades brasileiras, muito política também, muito recurso de fotografia, muita reportagem. Aí eu saí entrei para o tempo de imprensa popular. Voltei depois para a Abril, como editor de uma revista de ciência. Eles copiaram a revista acho que era do *Times* ou era do Hearst. Chamava-se *Sicence Digeste*, que aqui ficou como *Ciência Ilustrada*. Também achei uma coisa muito interessante porque era uma revista bonita, séria. Saímos também por desentendimento com os rumos que a revista tomava. Eu voltei para imprensa das grandes empresas, trabalhei na *Isto é*, numa fase em que o Mino fez uma reforma na revista, grandes reportagens. Trabalhei como repórter durante um tempo. Depois de 1994 até 97, com o Mário Sérgio Conti – eu e mais um companheiro que hoje está nesse projeto comigo no *Retratos do Brasil*, o Armando Sartório – fizemos, frequentemente em parceria, várias matérias especiais para a *Veja* como *free lancer*. Uma coisa mais ou menos regular. Tenho uma boa relação com o Mário Sérgio Conti, que era o diretor, e fiz várias coisas sobre o sistema financeira, fizemos um trabalho muito interessante também sobre São Paulo, a cidade, o saneamento, a limpeza dos rios da cidade. Tem uma edição especial da *Veja São Paulo* que nós fizemos depois de três meses de trabalho, um trabalho de fotografia muito interessante, principalmente matérias na área de finanças. O Armando e eu fizemos uma matéria sobre lingüística muito interessante sobre a pesquisa das línguas dos índios e as pesquisas sobre a origem comum dessas línguas. Enfim, quando o Mário Sérgio saiu, automaticamente fui descartado como colaborador da *Veja*. Mais recentemente numa imprensa que você pode chamar de grande – embora a *Carta Capital* seja uma revista relativamente pequena, comparada com as outras – fiz algumas colaborações. No fim do ano passado, fiz essa série sobre a sucessão, o papel da imprensa. Eu completei 42 anos de jornalismo profissional, comecei em 65, janeiro de 65. Metade ou mais da metade, trabalhei na imprensa popular, sem contar esse trabalho de imprensa estudantil, como estudante. Eu, já como jornalista profissional, trabalhei nas horas vagas num jornal chamado *Amanhã* que era do grêmio da Faculdade de Filosofia. Tinha uma direção política que dirigia o grêmio, a maior facção daquelas correntes políticas, havia o José Dirceu, o José Arantes... Nós fizemos o *Amanhã*, foi um jornalzinho vendido em banca que durou pouco tempo, alguns meses. Depois, ao sair da Abril, em 72, eu dirigi o *Opinião*, que era o jornal de um empresário nacional, faleceu agora no começo deste ano, o Fernando Gasparian. Ele é que fez, atraiu os colaboradores, tinha grande apoio internacional e era uma figura muito ligada aos meios intelectuais, um grande nome da cultura brasileira. Depois, em função de desentendimentos em relação aos rumos da política brasileira, fizemos o *Movimento*, que foi um jornal de vida relativamente longa, porque saiu em 75, ficou até o final de 81. Depois fizemos um *Retrato do Brasil*, primeiro uma série de fascículos ao longo de quase um ano, depois um jornal diário. Nós ficamos vendendo essas coleções para pagar a dívida monumental que o jornal diário deixou. E agora, no começo de 97, nós fundamos a *Oficina de Informações*, também com um sistema de cotas, como tinha sido o *Movimento* e como tinha sido o *Retrato do Brasil*. Saímos pelo país vendendo cotas, era uma sociedade meio cooperativa. Nesse caso agora, um S.A., uma Sociedade Anônima, cerca de mil cotistas. Ficamos mais ou menos um ano vendendo cotas aqui Brasil para você ter uma idéia. E fizemos um site de acompanhamento dos fatos do dia-a-

dia e uma revista mensal nesse período. O site teve vida mais longa, a revista mensal, um pouco menos – a revista teve sete anos, o site teve uns oito e meio. A partir de meados de 2005, resolvemos refazer o *Retrato*. O *Retrato* era um balanço da vida do País, especialmente sob a ditadura, como a ditadura tinha agravado os principais problemas brasileiros e apresentava a evolução desses problemas ao longo da República. A dívida externa, como é que os militares deixaram, como é que foi no período de 45-64, como é que foi no período de Getúlio, de 30 a 45, como é que foi na República Velha. Tínhamos feito isso em 85, terminado esse trabalho em 85 e agora, em 2005, 20 anos depois, nós reeditamos algo com o mesmo método. Partimos dos últimos vinte anos e compactamos o passado por etapas, a partir dos problemas, começando por uma visão mais geral. O mote desta edição é: “Como é que o Brasil saiu de um ditadura militar e caiu na ditadura do capital financeiro”. E aí desenvolvemos uma centena de problemas, desde às artes, a cultura, à ciência, à economia, à vida social e política. Agora nós começamos a vender essa coleção para o público. Nós vendemos 60 mil exemplares do primeiro *Retratos do Brasil* e estamos com a idéia de tentar repetir a dose. Iniciamos um movimento pelo fortalecimento da imprensa independente e fizemos uma associação coma *Carta Capital* para produzir a partir do próximo mês ou no começo de agosto, um suplemento inserido na *Carta Capital*, chamado *Retrato do Brasil* para, em conjunto com a *Carta Capital*, vender essa coleção porque a primeira estávamos juntos também: Berluzo, Mino, Nirlando.

Na década de 80?

Na década de 80. Embora o título do *Retrato do Brasil* seja nosso, porque pagamos dívida, etc., nós consideramos que a propriedade intelectual desse trabalho é desse conjunto, dessa sociedade que estamos fazendo.

E como que é a sua rotina no *Retrato do Brasil*?

Esse trabalho tem uma grande parte que é você articular o apoio para fazer, discutir com a *Carta Capital*, formar uma equipe. Nesse caso, estamos concluindo uma fase de obter um patrocínio cultural para algumas dessas atividades. Já começamos a vender, praticamente vendemos uns cinco mil volumes desse *Retrato do Brasil*. Agora estamos vendendo num volume só para fazer um preço mais baixo. Esse *Retrato*, esse suplemento da *Carta Capital*, nós vamos fazer numa série de três. Os três primeiros é uma série sobre energia. Vamos tratar dessa questão do aquecimento global e o papel do Brasil nessa história que achamos que está muito mal contada do jeito que está sendo contada. E depois vamos fazer um sobre essas “novas” energias, que seriam os biocombustíveis principalmente, que está no centro e o Brasil é a estrela nesse processo. E o terceiro fala das energias tradicionais: o petróleo, hidrelétricas, a geração de eletricidade, a questão da energia nuclear. Nesses assuntos, estive trabalhando desde 2003 com alguns professores da USP, especialmente o Ildo Sawyer, que é um engenheiro da Petrobrás, o Luís Pinguelli Rosa, o Roberto Araújo. Nesses anos, aprendi com eles muita coisa porque fiz vários textos, fiz várias histórias. Então, sou coordenador e sou repórter também nesses três primeiros. Tem mais gente trabalhando, mas também estou trabalhando como repórter nesse daí, uma coisa um pouco atribulada, você tem que fazer várias coisas. Mas é isso aí.

No caso específico desses fascículos, são coisas que são feitas para ter uma duração muito maior. É diferente daquele jornalismo diário. Isso é jornalismo também? De que forma?

[Tempo pensando]... Tem um problema que é numa outra escala, mas ele é o mesmo. Você, quando fala do dia-a-dia, também fala num período de tempo, o que aconteceu hoje em relação ao caso Renan, digamos. Tem uma série de eventos que se dão em lugares diferentes,

que se desenvolvem, se encadeiam e você tem que estabelecer um período. E o período é meio arbitrário, é o dia, de noite fecha e então acabou. Com os períodos históricos é mais ou menos assim também. No caso, às vezes até menos arbitrário porque, digamos, o fim da ditadura é um evento. Nós pressentimos que a ditadura ia acabar, porque começamos a fazer a primeira edição do *Retratos do Brasil* em meados de 84, no começo do segundo semestre de 1984, e a ditadura caiu no fim de 84. Já estava visível pelos grandes comícios, pelas Diretas. Tinha um período, agora é um fato. Você pode fazer uma descrição, como se fosse um fato, você compactando. Você diz assim: “A Revolução francesa são dez anos”, dez anos tem etapas. Você pode falar do começo, o Terror, a extravasão. Os eventos, os processos de modo geral são meio cíclicos e o jeito de você construir a coisas é assim, por etapas. Isso não é nem jornalístico, isso é um jeito mais objetivo de você tratar as coisas da própria História, dos próprios fatos, é você partir não como uma história bíblica que dá a impressão que você criou o mundo e as coisas foram se desdobrando, que o mundo vem de trás para a frente, porque o mundo não é assim. O mundo real é mais complicado, você está sempre no presente. Você tem uma série de truques que a imaginação faz, você cria conceitos, você cria um passado, um futuro, mas o Universo, o tempo e o espaço, como se sabe na própria física, são coisas inexplicáveis, não dá para você desentranhar um do outro. O que era o hoje no *Retrato do Brasil* nessa segunda edição? Foi o fracasso do governo Lula no sentido de fazer uma transformação profunda no País. Instalou-se um regime democrático, esse regime democrático teve várias idas e vindas, teve o período da Nova República, depois vieram os anos do neoliberalismo e um movimento popular de muito fôlego, que ameaçava criar uma coisa complemento novo, não criou. Criou pequenas reformas, algumas melhorias, mas nada assim essencialmente diferente. E consolidou-se o regime do grande capital. Então eu disse: “Bom, agora fechou uma etapa”. Na minha avaliação, inclusive, o Brasil, para sair dessa vai precisar de novo cavar fundo e penar muitos anos para haver uma mudança, uma coisa nova. Em 2005 para nós estava visível que se tinha encerrado uma etapa, que se podia trabalhar então dizendo “Aqui terminou uma etapa. Vamos começar a dar uma olhada, organizar isso para tirar lições disso aqui e olhar pra frente”. Nesse sentido, eu acho que o *Retrato* foi uma coisa bem interessante. O jornalismo tem isso, você mergulha nos fatos toda semana, todo o mês, todo o dia, você vai atrás de coisas novas e às vezes você perde um pouco de perspectiva. Esse trabalho que nós fizemos ao longo de um ano, uma equipe fixa, eram umas doze pessoas, mas a equipe com colaboradores, umas quarenta, foi extremamente interessante para a gente ter essa perspectiva. Porque foram esses anos, quando você começa a traçar e linhas e procurar perspectivas mais amplas, as coisas começam a se juntar. Você mudou a política, a economia e a moda, que relação essas coisa têm. É um trabalho, uma coisa bem interessante. Ter feito esse trabalho que facilita inclusive olhar o que está se passando, são coisas que não se resolveram, que estavam encruadas e se consolidaram dessa forma. Você vê, estamos fazendo pautas para esses doze temas que vamos fazer ao longo desse ano, assuntos que estão aí na ordem do dia, como esse da energia, como o da segurança – que nós vamos fazer logo em seguida – do agronegócio, etc. Quando você olha o que você fez, você vê que essa coisa está se desenvolvendo de um modo mais ou menos previsível. E ajuda muito, você ter um trabalho assim. Eu acho que a obra também pode ser muito útil para estudantes em geral, para jornalistas, para professores, como foi para nós.

Porque ela acaba tendo uma amplitude bem maior.

É, para nós também ajudou bastante porque, por exemplo, os dois principais dirigentes, o Armando e eu, nós trabalhamos na edição do primeiro *Retratos do Brasil* em 1985. O Armando estava desde o início, no *Movimento* também. É um trabalho interessante, eu olho assim. E tínhamos até pautas de 84. Como é que vamos fazer o negócio da segurança? Porque

em 84 nós juntamos um grupo, fizemos um estudo mais geral, escrevemos um bando de pautas de pesquisa, etc. Então, você refazer isso, ver o quê que mudou foi muito interessante.

E quantas pessoas estão envolvidas no projeto?

Agora? No projeto agora?

Isso.

O *Retrato* foi bem maior. Cada edição tinha um corpo específico de colaboradores porque era por temas. Agora é uma equipe, nós somos seis repórteres, mais gente de apoio, escritórios, o que dá umas doze pessoas, contando todos os serviços auxiliares. Queremos fazer o novo projeto, mas o novo projeto está para ser anunciado com mais precisão. A nossa idéia é fazer uma coisa que tenha importância política para o País, que não está ao alcance do dia-a-dia, dos próximos dias, é uma coisa para você pensar num prazo de dois anos, é um jornal diário.

Quando o senhor passou um tempo fora da imprensa das grandes empresas para ir trabalhar no *Opinião* e depois no *Movimento*, havia uma certa insatisfação com a imprensa, não apenas por causa da censura, por causa da ditadura, mas com o próprio padrão da imprensa. Não sei se é isso mesmo.

Hun-hun

E, mais tarde, nas reportagens com a *Carta capital* me pareceu que havia esse mesmo tipo de insatisfação. Para o senhor, qual é o problema da imprensa no Brasil?

A imprensa brasileira segue com atraso e com alguns complicadores o padrão de desenvolvimento da imprensa do grande capital. Você está num período de concentração, você tem umas poucas grandes empresas e o regime militar ajudou a consolidar isso. Não só poucas grandes mais um ponto de vista que é o mesmo, que é como o grande capital vê o desenvolvimento do país. Integração financeira, abertura das fronteiras econômicas do país, modelo de desenvolvimento capitalista centrado sobre a hegemonia americana. Você vê que, lá atrás em 64, principalmente nesses períodos anteriores, na democracia de 45-64, no período de Getúlio – mais para trás era ainda mais aberto à imprensa – havia uma diversidade maior de posições. No caso do período de Getúlio, de Juscelino e Jango, uma distinção que pode ser vista evidente, é a presença do *Última Hora*, que era uma cadeia de jornais de enorme sucesso e enorme presença. Dez, doze capitais do país tinham edições da *Última Hora*. Era um jornal vibrante, um jornal muito atraente, muito rico. O *Última Hora* era contra o golpe e os outros todos eram a favor do golpe. O golpe consolidou esse modelo, afastou essas inclinações nacionalistas que havia por parte de setores da burguesia brasileira, procurou liquidar essas organizações revolucionárias que o País tinha, que tinham uma imprensa expressiva também. Mesmo sem estar legalizado, o Partido Comunista tinha várias publicações. Em períodos curtos, chegou a ter vários diários. O Partido Comunista, na curta abertura do fim da guerra, 45 a 47, teve vários diários, com grandes jornalistas, nomes da cultura brasileira até hoje, tipo Jacó Brendel, Jorge Amado, esse povo todo. Fazia jornais em vários lugares: São Paulo, Rio, Salvador. O regime militar consolidou esse modelo de concentração e a democratização não alterou isso em nada. Houve esforços. No caso, o Mino Carta fez o *Jornal da República*, que era uma coisa meio mesclada porque ele tentou o apoio do Moreira Sales para viabilizar o projeto. Mas depois ele fechou o jornal, deixou o jornal com o Moreira Sales que depois fechou. Nós também tentamos fazer o *Retrato do Brasil* diário, durante um período em 86. Mas, de um modo geral, se consolidou a imprensa das grandes empresas e o pensamento mais ou menos unânime em torno, no caso, por exemplo, das reformas, da abertura, da privatização, de apoio ao Plano Real, à integração financeira. Isso tem conseqüências. É absolutamente natural que quem dirija hoje esses órgãos sejam jornalistas que pensam tipo o

Ali Kamel. Ele dirige o jornalismo todo das Organizações Globo. E ele é um intelectual dessa... O Mário Sabino da *Veja*, um intelectual que pensa desse jeito. Os colunistas, um dos mais famosos deles hoje, o Diogo Mainardi. É gente que pensa assim. E mais, porque a sociedade brasileira está muito dividida e existe uma elite e uma classe média alta que pensa assim também, se chegou a um ponto de um jornalismo, no meu entendimento, muito ruim. Porque ele não é um jornalismo de pesquisa dos grande eventos em curso, ele é um jornalismo para realimentar preconceitos. Quanto mais, para o meu gosto, é pior a *Veja*, mais ela se dá bem junto ao público que gosta dessas coisas. As pessoas lêem. A colunas de fofocas do “Radar” e a coluna do Diogo Mainardi tem muita procura. Inclusive, nesse anúncio que eu vi, que é um anúncio da *Veja* numa revista de publicidade, o anunciante quer estar ali, quer colocar o anúncio ali perto porque ali tem um monte de gente que vai comprar o carro que a *Veja* está anunciando, que vai fazer os negócios que ela está prometendo, enfim, os produtos que ela está vendendo no seu espaço publicitário também e que come aquilo ali como um alimento finíssimo. É uma coisa um pouco paradoxal porque essas revistas semanais são herdeiras de uma... A primeira revista do gênero é o *Economist*, de 1843, que foi e é uma revista que disputa um pouco a inteligência do leitor. Claro que isso não quer dizer que ela seja muito mais progressista que *Veja*. Às vezes, ela é até reacionária, de uma forma mais conseqüente. Mas, pelo menos, a informação é muito melhor. Uma pessoa de esquerda como eu, é assinante, leitor. Leio com satisfação, discordo dos pontos de vista, mas você tem ali uma publicação que está atrás das coisas relevantes. Comete grandes erros de perspectiva porque ela está sempre cobrindo de um ângulo. Eu sou leitor do *Economist* há algumas décadas, eu acho que até há umas três décadas e eles estão sempre prevendo, por exemplo – estavam, agora pararam porque viram que não deu certo –, que a China iria desmoronar e a China continuou crescendo 10% ao ano desde o final dos anos 1970. Mas é uma coisa de muita qualidade. Um dia, eu estava discutindo com uma pessoa do povo lá em Recife. Conheci porque estava preocupado com essa questão do aquecimento global. Ela que me disse que a *Veja* tinha mandado um repórter para o Pólo Norte e para o Pólo Sul numa edição que saiu há uns dois meses. Estava lendo aquilo porque na imprensa brasileira começou a sair uma série de artigos sobre o assunto e nós estamos trabalhando também com isso na nossa pauta. Comprei a *Veja* e a matéria seria quase um estudo de jornalismo prático para demonstrar essa tese – não estou falando isso porque não gosto da posição *Veja* – de como a matéria da *Veja* é muito ruim, como o repórter, porque mal orientado e porque também a posição da revista é ruim, foi nos lugares, mas não atrás do que era mais relevante. Se você quer entender o aquecimento global, tem uma série de coisas simples que você tem que explicar para o leitor, inclusive se está visitando os pólos. Por quê que o gelo está no Pólo Sul e não no Norte? O Pólo Norte é uma merrequinha de gelo. O Pólo Sul é uma trolha de gelo. Isso é interessante explicar porque estão dizendo que até o ano de 2100, o Pólo Norte vai derreter. E o Pólo Norte já derreteu algumas outras vezes, o Pólo Norte já teve jacarés. Segundo o painel da ONU, a previsão é de que o nível do mar suba 40 centímetros até o ano 2100 – entre 40 centímetros e não sei se dois metros, um metro e tanto. Se o Pólo Sul está derretendo, você pode se preparar para subir o nível do mar uns 90 metros. Tem muito mais gelo, mas muito mais. Você vê, o ciclo hidrológico da terra, a chuva, a água que tem no céu, mesmo nos rios, nos lagos, é pequena comparada com essa trolha que tem ali. Outra coisa são as medições, como é que são feitas as medições. Porque você mede a temperatura da terra diretamente com instrumentos recentemente, da Revolução Industrial para cá. Os *sapiens sapiens* têm só 200 mil anos. As medições de 650 anos atrás, a temperatura, o gás carbônico, são todas feitas de modo indireto, enfia uma furadeira, tira bloco de gelo e pega ar que está capturado dentro dos blocos, você acha bolhas de ar do passado. Evidentemente você não acha uma bolha de ar para a temperatura a cada dia, são médias. Então você precisa explicar essas coisas. O repórter do *Economist* foi ao Pólo Sul no lugar certo primeiro, porque são os

americanos que têm as coisas maiores e melhores e os maiores recursos e estão fazendo a ciência meio central. Nós pegamos beiradas, quando tem algum grande cientista nosso, ele se impõe pelas beiradas nesse processo. Diz o *Economist*, até nessas semanas atrás, que agora que eles estão tirando as amostras de gelo que vão realmente... Porque as do Pólo Norte não são de boa qualidade e as amostras são de agora. Então o repórter da *Veja* não soube disso, ele tinha uma tese pronta e só foi lá ver aquilo que confirmava a tese, aquilo que não confirmava, ele nem viu. Posso dizer que ele não quis ver, ele está procurando uma coisa. Evidentemente, para achar alguma coisa, em que estar procurando. Então é um jornalismo que ficou muito ruim. O fato de o capital se concentrar também, de não haver empresários apostando noutra direção também é ruim. Isso é uma tarefa do movimento popular.

No caso de um repórter desses qual a causa? Falta de informação, falta de orientação, é falta de tempo, falta de conhecimento sobre o assunto...?

Vai se degradando o conjunto porque você já não contrata mais profissionais com uma visão diferente da sua. Era o caso, inclusive, na época da ditadura. O Roberto Marinho costumava dizer que ele tinha os comunistas dele. Hoje já não se procura comunistas para fazer os jornais, tem muita gente de direita na cúpula e tem gente, inclusive, que é mais realista que o rei, mais realista que os patrões. Esse é um problema. Não tendo um ambiente, como é que vai se formar o jovem repórter, o jovem redator? Como é que e vai aprender? Porque o jornalismo não se aprende nas máquinas, nos computadores, não são os *softwares* que fazem os jornalistas. O jornalismo é um trabalho social, isso é a essência do jornalismo. Você tem um monte de técnica, tem de saber escrever, tem de saber datilografar no computador, fazer uma série de coisas que melhoram o seu desempenho, mas...

Primeira entrevista realizada em Brasília, em 22/06/2007.

Na outra entrevista, o senhor tinha falado sobre os problemas da imprensa das grandes empresas e terminou explicando que uma saída seria desenvolver uma imprensa ligada aos movimentos populares. Que tipo jornalismo seria esse?

Eu imagino um desenvolvimento da experiência do *Movimento*. Que foi a experiência do *Movimento*? O país vivia um regime de ditadura militar, o regime estava terminando uma fase áurea, que era o chamado “milagre econômico”, era fim de 72 e, já em 73, surgiram sinais de crise. Crise do modelo de desenvolvimento e também a crise que você tem no final de 73, uma crise do próprio desenvolvimento capitalista porque os americanos entram numa crise monetária. Em 75 eles são derrotados no Vietnã, aparentemente a hegemonia americana estava ameaçada. Nessa conjuntura, o regime militar tentou uma manobra de dividir a oposição, cooptar alguns setores e conseguir uma saída política para a crise. No fundo, essa saída combinava esse aspecto político com a repressão final que ele promoveu. Nessas condições, dentro do movimento democrático, houve uma divisão. Havia os que achavam que o regime tinha mudado de natureza e que a manobra dele era positiva para o movimento, para a democratização do país. E nós nos colocamos numa posição contrária, nós achávamos que o regime fazia uma manobra, que aspectos essenciais dele não estavam de forma nenhuma alterados do ponto de vista político. E aí houve uma divisão. Alguns setores da burguesia aderiram a esse processo de mudança, outros não, mas passaram a ter, em momentos críticos, uma atitude dúbia. Dentro do jornal *Opinião*, que foi de onde surgiu o *Movimento*, essas forças se manifestaram. Qual foi nossa visão? Estávamos no Rio de Janeiro, onde essa operação do regime tinha mais força inclusive, porque a oposição no Rio era mais fraca, o MDB, Movimento Democrático Brasileiro, do Rio de Janeiro, era dirigido pelo Chagas Freitas, por gente muito ligada ao regime. Ao mesmo tempo em São Paulo tinha o início um movimento de resistência ao regime dentro dos sindicatos, das fábricas havia uma

movimentação intensa, ainda não muito visível, mas havia sinais dessa movimentação. Nós fizemos um jornal que, primeiro, procurava ver quais eram as aspirações mais gerais. Fizemos um programa que tinha três bandeiras: pelas liberdades democráticas, independência nacional e a elevação do padrão de vida material e cultural dos trabalhadores. E o jornal, num momento em que a imprensa do grande capital, que tinha apoiado o regime, estava também fazendo manobra, começava a se diferenciar um pouco. Os jornais que tinham apoiado abertamente o golpe e depois tinham sido extremamente coniventes com o regime, tipo a *Folha*, essa imprensa estava também fazendo uma operação de... Mesmo intelectuais estavam largando o campo da imprensa alternativa, popular porque tinham espaço, voltavam a ter espaço e achavam que naquela imprensa dava para se fazer alguma coisa. Então, fizemos um jornal que procurou se apoiar nesses movimentos. Tivemos uma sorte muito grande porque esse movimento de massas cresceu bastante. A partir de 78 surgiram as greves operárias, os grandes movimentos contra a carestia. E o regime inclusive não tinha retirado a censura do *Movimento* – porque o *Movimento* surgiu em 75 e continuou censurado até meado de 78.

Os outros jornais já não tinha censura?

Já não tinham censura. A censura já tinha saído do *Estadão* no comecinho de 1975. E de *Veja* também, numa operação parecida porque ali se tirou o Mino Carta para poder tirar censura. Nós tínhamos um jornal com uma bandeira de democratização mais avançada, não eram só as liberdades democráticas, era também a questão da independência nacional, era também a questão do padrão de vida dos trabalhadores. Esse jornal ajudou esses movimentos e esses movimentos ajudaram o jornal. E o regime, que considerava a democratização uma coisa completada com essa operação, teve que fazer mais concessões, da distensão, o regime passou para abertura política. E o jornal cresceu. A partir de 78, ele se desenvolveu bastante junto a inúmeras correntes políticas. O *Movimento* foi um jornal que teve um peso grande, além de ser um jornal com recursos expressivos. O *Movimento* nos dias de hoje, comparada, por exemplo, à nossa editora, a Editora Manifesto, ele era umas oito vezes maior. Nós temos uma equipe de dez pessoas, o *Movimento* tinha umas 50, 60, com salários melhores. Por que eu falo sobre um jornal que se apóie nos movimentos sociais? Eu acho assim, o Brasil com os governos do Lula, não alterou a situação anterior, inclusive nessa segunda campanha ficou mais clara, porque estava muito diluído na primeira, que o governo Lula parou as privatizações e que isso representava certa posição. O Lula no início não falava muito, mas ele falou muito, atacou o Alckmin pela questão da privatização. O Alckmin até se atrapalhou completamente porque começou a dizer que também defendia o Banco do Brasil, a Petrobrás, etc., se embaralhou. Então, houve isso. Mas, no essencial, todos esses grandes esquemas não foram alterados. O Estado brasileiro sofreu uma mudança muito grande nesses anos e essa situação não foi revertida, o patrimônio acumulado pelo Estado brasileiro através suas empresas, que é um patrimônio popular, isso foi vendido e isso não voltou. Houve uma mudança muito grande na estrutura do Estado brasileiro de maneira tal que o tipo de crescimento econômico que o país tem hoje, é o tipo implantado após a falência do regime militar no país, inclusive numa situação nova, até de crescimento bem expressivo de outras nações. Em função desse modelo, dessas mudanças impostas após o fim do regime militar com essa liberalização, ele paga um preço enorme e que se materializa no baixo crescimento econômico, no baixo nível de salários. O fato da economia ser uma economia de exportação de bens primários, semi-elaborados e uma balança de contas com o exterior desfavorável ao meu ver porque você exporta muitos produtos de baixo valor agregado e importa muitos produtos de alto valor agregado e essa diferença, que são o peso dos serviços, do custo do endividamento, da dívida interna e da dívida externa, acaba se refletindo nesses baixos salários, nesse crescimento baixo. Hoje nós temos uma situação, que pode se comparar com a situação da abertura do regime militar, com várias diferenças. Você tem uma situação em que

há uma abertura política grande, não foram revertidas nenhuma dessas liberdades democráticas que se estabeleceram com o fim da ditadura. Agora, a base material do país está totalmente alterada e para pior em relação às condições de vida do povo. Quando falo em fazer um jornal que se apóie nos movimentos populares, estou levando em conta a capacidade e a necessidade de uma reação por parte desses movimentos em relação a esse modelo de desenvolvimento. Ele oferece, por um lado, amplas liberdades que não se realizam em função da baixa mobilização popular. Porque, para você alterar isso, poderia ter sido feito com um governo de mobilização popular, que seria o governo Lula, mas não foi. O governo Lula foi um governo de conciliação. Foi e continua sendo um governo de conciliação com os interesses do grande capital, tentando estacionar essa situação através de concessões, da fuga do enfrentamento, de forma que tente manter uma situação de liberdades políticas que, de fato, é favorável. Mas não buscou alterar as condições materiais da economia do país, da forma como a geração de riqueza é apropriada. Hoje isso está disfarçado. O próprio movimento popular não tem clareza disso, porque aparece como se 10% da população mais rica tivesse perdido renda e os 10% mais pobres tivessem ganho renda. Ao se fazer isso, você pega toda uma classe média – que no Brasil é relativamente expressiva porque o país tem 180 milhões de habitantes –, você tem aí uns 30 milhões que estão separados disso, a massa de miseráveis, depois a massa de pobres e depois uma massa grande de uma população trabalhadora, que é pobre, mas digamos assim, não é tão pobre. Acima disso, você tem uma classe média de alguns milhões de pessoas. Dentro da imprensa, eu vejo, de um modo geral, porque, claro, nada disso é assim é exato, mas você vê o público desses jornais escritos – *O Globo*, da *Folha*, da *Veja* – se identificado na forma de contar o dia-a-dia desses jornais e dessas revistas, desse noticiário, como o *Jornal Nacional*. Eu acho que hoje você tem uma situação mascarada porque há um relativo crescimento. Fora o crescimento extremamente baixo em 2003, que foi provocado pelo próprio governo Lula, de modo geral, você está aí com um crescimento na faixa de 3%, perspectiva de estar em torno de 4% o que, nessa conjuntura, dá algum alívio. Mas eu acho que essa é uma situação instável, acho que corresponde a uma situação de grande pobreza, além de pobreza, muita miséria no país. Ela é minimizada com bolsas, com uma série de coisas, mas é uma situação de miséria que esse sistema não estão alterando. Então, eu imagino uma imprensa, que se apóie nos movimentos populares, que reflitam esses interesses dessas amplas camadas, especialmente dos pobres, em faltando os miseráveis –falo dos pobres e das classes trabalhadoras mais pobres – que, na luta pelos seus direitos precise de uma visão mais precisa do que está acontecendo no Brasil. Eu penso que nós devemos fazer uma imprensa que se apóie no interesse desses movimentos, no interesse dos seus militantes, dos seus intelectuais. O movimento popular está cheio de intelectuais, de gente, de trabalhadores que lêem, que gostam de ler, que gostam de uma publicação de um nível mais elevado, que não estão satisfeitos com a forma de contar essas histórias do dia-a-dia brasileiro que, a meu ver, estão extremamente mal contadas.

Inclusive porque a imprensa apóia esse consenso econômico.

É uma coisa impressionante, qualquer assunto é motivo para essa deformação. Hoje liguei para os meus amigos lá na *Carta Capital* para dar umas sugestões como passageiro dessa aviação aérea civil brasileira. Eu peguei o suplemento do *Economist* sobre a aviação civil e tráfego aéreo nesse período que é impressionante porque esse fenômeno – fila, atrasos, problemas – acontece, acho que mais destacadamente, nos países desenvolvidos do que aqui. E parece que uma coisa do brasileiro, é uma coisa do governo Lula. Hoje, na capa da *Folha* está lá que o governo teria... Eu vou ler para você porque parece que é exagero. Um colunista da *Folha*, na primeira página [sai para pegar o jornal] escreve assim: “O nome certo do que ocorreu em São Paulo é crime. O que houve não pode ser chamado de acidente, vamos dar o nome certo: crime”. Ele gostaria que um jornal estampasse em letras garrafais: “Governo

assassina mais de 200 pessoas”. E você vê, eu, por acidente, tenho diploma de engenharia e gosto dessas coisas técnicas, fui jornalista dessa área, engenharia, transporte, ciência, durante muito tempo. Quando vi notícia, estava, inclusive no aeroporto de Congonhas uma hora antes de vir para Brasília. Aquilo me chocou bastante. Fiquei olhando, desde o início, como um jornalista. Gostaria até de estar fazendo uma matéria sobre isso porque você é formado para isso e fica como se fosse editar. Está evidente que tem um problema. Conheço bem o Aeroporto de Congonha e o avião. É estranho o desvio dele para esquerda para bater no prédio da TAM porque, já desde os jornais de ontem que dão as primeiras notícias, se via que aparentemente, o avião tentou decolar e o mais certo para decolar seria assim: você bateu, não vai dar, não é você se desviar, é você ir em frente. Mas desviou... Eu fiquei vendo, conheço bem o aeroporto, então eu vi que o avião não passou por aquele gramado, já passou pelo fim da pista voando, mas voando muito baixo e se desviou para a esquerda. Hoje, aqui no jornal, vejo notícias de que é possível que tenha uma falha mecânica porque parece que o motor estava com uma fumaça negra. E estava conversando com outro engenheiro hoje e soube que o avião pousa de duas formas. Uma: ele vai cortando a velocidade e vai reduzindo bastante a velocidade e, quando já está quase tocando no chão, sem sustentação, ele pousa. Ele pousa, mas mais ou menos no meio da pista e sem muita velocidade, já está bem devagar. Quando tem muito vento, quando tem chuva, ele tem que pousar com o motor. Ele desce com mais velocidade, bate na ponta (quando bate), já liga o reverso, que é as turbinas passam a funcionar como breque – como o carro, que você engata uma segunda para se segurar. Então, ele liga o reverso e está comandando a velocidade do avião para segurar a força. Tanto que o avião dá um baque e esse baque é justo, é certo, não é barbeiragem, é porque ele tem que descer assim, segurando muito o avião. Alguma coisa aconteceu e, antes de mais nada, os jornais já estavam falando de um “apagão aéreo”. Hoje, acertei com o pessoal da *Carta Capital* que vou fazer uma descrição, porque sou passageiro de aeroporto e sou de ônibus em São Paulo. Eu tomo o ônibus “Coab-Antártica”. De manhã, para ir ao trabalho, tomo esse mesmo ônibus com o nome de “Pinheiros”. Todo o dia, entre as 6h30 e 8h, que é um dos horários que pego o ônibus, passam sete ou oito ônibus antes de conseguir tomar um. Está cheio! Você poderia dizer: tem até um “apagão” no transporte do “Coab-Antártica”, que é muito grande. Ele abrange a região da Freguesia do Ó, que é uma região em que a população é maior que muitos países, tem ali dois milhões de pessoas. Ninguém fala nada! Eu viajei nos aviões, de dezembro para cá e prestava atenção nessas notícias. E, francamente, talvez por sorte – não fiz nenhuma matéria a respeito, não sei muito mais do que a minha mera impressão – mas não vi esse apagão nos aeroportos. Não vi, estou te falando com toda sinceridade. Teve um ou dois problemas, um deles foi visivelmente a TAM que começou a vender muito mais passagens, tinha menos avião do que deveria, porque estava a meu ver, desrespeitando certas regras. Estou falando tudo isso da minha impressão, investigando um pouco as coisas no dia-a-dia. E os jornais transformaram isso num desastre nacional, o governo num assassino, numa crise, numa coisa de enormes proporções. [traz uma revista *Economist*]. Olha aqui o que é a capa da revista burguesa mais importante do mundo. Começa descrevendo o sujeito padecendo no aeroporto de Londres. Olha, que ilustração sinistra! Eu não entendia no começo e depois eu fui ler a matéria. Parece que é o Brasil! Aí você vai ver, o transporte aéreo barateou, muita mais gente começou a voar, as condições são meio antigas, tem um monte de aeroportos antigos. Tem uma questão tecnológica, que é generalizada e você transforma numa coisa de um governo. Você está atacando um governo não é nem pelo que ele fez, porque ele não fez grandes mudanças, é pela possibilidade dele vir a fazer, pois representa essas aspirações do movimento popular. É um desastre! Você precisa construir uma imprensa diferente. Não adianta se você for buscar onde se apóiam esses jornais, que é nesse mercado, tal como ele está, é o espaço que está ocupado por eles, atende os interesses dessas camadas muito ricas e de uma classe média que está iludida com essa visão, que é

vendida. É preciso uma imprensa com recursos. Eu estava falando com Sérgio Liro, que é o editor da *Carta Capital* que, para você fazer uma matéria boa sobre esse acidente, não basta ter um repórter, tem que ter uns três ou quatro para verificar, ver os fatos, contar os fatos com precisão e as coisas são assim. A imprensa tem que se demonstrar dessa maneira. Ela é o dia-a-dia.

Parece quase uma visão gramsciana de imprensa.

Eu quero uma coisa que seja no sentido que você está falando, orgânica, do movimento popular. A distinção que faço é que o intelectual com posição partidário que acho que é uma coisa interessante, correta, ele pode trabalhar para dois tipos de imprensa desse campo popular: os jornais de partido e os jornais de frente. No caso do Brasil, para fazer esse tipo de trabalho, para disputar com a imprensa comercial do grande capital o público popular, precisa ser um jornal de frente. Então, deve abrigar diversas posições ideológicas que existem dentro do movimento popular. No caso de agora, deve se buscar formular uma bandeira mais atualizada, porque não vamos fazer um jornal para defender as liberdades democráticas. Eu acho, é claro, que essas liberdades democráticas, são bem vindas e a minha avaliação é que elas têm período de validade que, inclusive, não será tão longo se não houver uma avanço porque se começa a ter gente dizendo que o governo é assassino, daqui à pouco estão querendo derrubar o governo, como tentaram fazer com o Chavez. A conspiração para derrubar o Chavez foi consolidada na casa do dono da RCTV, tem um filme exibindo essa história. É impressionante! É impressionante, inclusive que o Chavez não tenha suspenso a licença dessa emissora antes porque, você vê, as declarações do próprio Carlos dizendo que na casa dele foram feitas as reuniões decisivas do pronunciamento dos generais, etc. Eu acho que, para juntar os recursos tanto humanos quanto materiais para fazer uma imprensa dessas, é preciso uma frente, uma frente que junte essas coisas. Para fazer uma boa cobertura cultural, uma boa cobertura da vida social, uma boa cobertura política e uma boa cobertura da economia do país.

E como fazer uma cobertura que seja realmente profunda e compreensível, que mobilize os leitores?

Olha, esse é um problema que só se resolve praticamente, porque você não pode pretender que num país na situação do Brasil, se consiga fazer uma imprensa popular que possa competir, em termos de circulação, com a imprensa das grandes empresas. Esse é um ponto crítico porque, do ponto de vista ideológico, em vários aspectos, a população é seduzido por esses órgãos de comunicação por várias coisas que eles têm. Por exemplo, esses jornais têm grandes equipes para cobrir futebol. O brasileiro gosta muito de futebol, então muitas vezes você compra o jornal e, como o Bush, vai ler primeiro a parte de esportes. Você pode se satisfazer com a parte de esportes, mas dá uma olhada na parte cultural para saber qual a programação do cinema, uma coisa desse tipo. O sujeito está ganho com aquilo ali. Nós temos que ter como centro, a questão da política e da economia e também fazer essa outra parte, mas procurando o leitor que está buscando uma superação. Por isso, que tem que se dirigir a essas massas mais esclarecidas e mais mobilizadas, com um desejo de melhoria do seu padrão cultural. Eu digo que isso são multidões que também existem no meio dos trabalhadores e você tem que procurar esse público. Porque nem mesmo o ativista que não gosta de ler vai ser o seu público. Não gosta de ler o quê que você vai fazer? Ele pode até divulgar, mas tem que ganhar um público, que você sabe que é, de início, minoritário. As condições materiais do país e a própria evolução das condições de cultura do povo não se dão independentemente. Você pode, sem se mobilizar, viver numa situação de atraso cultural e gostar dessa besteirada que os caras produzem, gostar dos filmes de Schwarzenegger, essas coisas todas e nem estar fazendo uma discussão. Ou pode se guiar pelo seu grupo, sua turma sindical. A questão da

democratização mais avançada supõe que um órgão de imprensa do movimento popular seja também um instrumento para ajudar a pessoa a perceber que uma imprensa de padrão mais elevado é um jeito de ele próprio melhorar, evoluir nos diversos níveis em que a pessoa precisa evoluir. Essa é uma condição que a gente tem que ter clara, porque senão você tem ilusões, acha fórmulas para se contrapor à imprensa da burguesia, fazendo alguma coisa que não é muito diferente. É só diferente pela posição política, apóia o governo Lula e o outro ataca. Você apóia da maneira igualmente esquemática, não deixa como salto para a pessoa que te lê uma melhoria, uma evolução. E a democratização de um país, em última instância, é a evolução da sua população, das diversas camadas, especialmente das mais numerosas, que são as dos trabalhadores.

Na última entrevista o senhor falou que o *Retratos do Brasil* é um trabalho historiográfico porque o jornalista retrata a história. Mas ele também não faz a história?

O jornalismo é uma pré-condição e é uma ante-sala da política. Porque, desde a Revolução Francesa que, para você fazer política, é preciso fazer um jornal, lançar, fazer seguidores. Os comunistas desenvolveram mais isso com a idéia do jornal do partido e a disciplina, o “organizador coletivo”, como dizia o Lênin. O mesmo para o jornalismo popular, não-partidário, que expressa diversas correntes, procura ter em vista a democratização no sentido mais amplo, menos vanguardeiro. Ou seja, que procura mais a média de opiniões dentro do movimento popular, procurando ter várias opiniões. Ele também pode servir para estimular esses movimentos, ele pode ser um ator nesse sentido, que estimula esses movimentos. Como aconteceu no caso do *Movimento*. Muitas vezes, movimentos populares se organizavam para distribuir, para discutir o *Movimento*. E alguns até inventaram formas de levar o trabalho do *Movimento* adiante, fazendo uma popularização do trabalho do jornal com debates, palestras, ou mesmo com jornaizinhos de citação, de transcrição, de popularização dos textos do *Movimento*. É o caso, nessa época de mobilização, da luta contra ditadura, de inúmeras pessoas que se politizaram por esse trabalho. Eu já citei para você o caso do Chico Mendes, que era um vendedor do *Movimento*, tem um depoimento bem preciso nesse sentido.

E dessa época do *Movimento* para cá, o que mudou na cultura política do Brasil?

Na parte que nos interessa, que é a parte do movimento popular, eu diria que houve um certo esgotamento porque o país teve, até o final dos anos 1960, uma vanguarda de esquerda, que desempenhou um papel grande em torno dos comunistas, dos socialistas. O golpe militar se voltou principalmente contra essas correntes e houve uma dispersão. A forma de enfrentar a ditadura foi diversificada, inúmeros grupos se formaram, de um modo geral, quase todos foram aniquilados. Os movimentos políticos são uma grande conexão entre os países. Então, o movimento popular tem uma história no Brasil e em outros países e a esquerda, de um modo geral, também tem essa intercomunicabilidade. Eu acho que, no Brasil, a partir do fim da ditadura, começou um movimento, que é o PT a principal representação disso, que imaginava ter achado um caminho alternativo entre a esquerda tradicional e o processo de democratização, a democracia burguesa tradicional. Esse movimento empolgou o Brasil. Acho que eleição do Lula é uma busca de provar a validade desse caminho e que isso chegou num impasse. Ao negar o caminho revolucionário que a esquerda representava antes e, se aproveitando também do fracasso de uma democratização mais avançada especialmente na União Soviética, o PT levantou uma expressão nova. O PT foi desistindo dessa idéia e abraçou a idéia que as correntes burguesas tipo PSDB tinham adotado nesse mesmo processo. O PSDB é uma coisa mais recente. Entre PSDB e PT, há diferenças grandes ainda mas, quanto ao método da luta política, o que se observou foi você achar que aquela mobilização é uma forma de se chegar ao governo e respeitar as regras dessa democracia tradicional. Essa

questão da “democracia popular”, que era a idéia que a democracia tem estágios e que ela deve ser um processo de avanços qualitativo, isso acabou. O regime presidencialista brasileiro, o regime democrático brasileiro presidencialista, é muito atrasado. O Lula foi se dissociando primeiro do PT, já antes da Presidência, no Instituto Cidadania e depois, na Presidência, parece que o partido é uma coisa e o governo é outra. Então, o conceito de movimento, de que o governo seria uma alavanca para ampliar a mobilização popular, ampliar a força da mobilização popular e enfrentar esses grandes problemas, isso desapareceu. Você tem a democracia que é votar, ter eleição, votar nos parlamentares, ter uma vida parlamentar tradicional.

É me parece que a democracia se resumiu apenas ao seu aspecto institucional.

Tanto que, o que é o escândalo do mensalão visto dessa perspectiva? É o fato de que o PT chegou ao governo e disse: “Agora, nós estamos por cima. Podemos ter muito mais dinheiro, as empresas nos dão dinheiro. As empresas deram mais dinheiro” – O Lula agora recebeu muito mais dinheiro que o Alckmin – “E nós podemos fazer e é por aí”. É evidente que esse é o processo tradicional da democracia que nos Estados Unidos a gente vê o que dá, resulta na alternância de poder entre dois partidos que não têm diferenças programáticas.

Segunda entrevista realizada em 17/07/2007.

Zuenir Ventura

Ingressou no jornalismo em 1957, como arquivista na *Tribuna da Imprensa*. No ano seguinte passou a repórter por ter escrito um artigo sobre Albert Camus, autor que ninguém da redação conhecia bem e de quem Zuenir gostava. Em 1959, ganhou uma bolsa de estudos do governo francês para o Centro de Formação de Jornalistas, em Paris. Enquanto estudava, trabalhou como correspondente da *Tribuna*. De volta ao



Brasil, faz carreira em publicações como *Correio da Manhã*, *Fatos e Fotos*, *Diário Carioca*, *O Cruzeiro*, *Veja*, *Visão*, *Isto É*, *Jornal do Brasil*, sempre como editor ou repórter de jornalismo cultural. Foi também professor de Jornalismo na Escola de Comunicação da UFRJ. Em 1988, publicou o *best seller* *1968: o ano que não terminou*. A partir daí ingressou na carreira literária, publicando romances, reportagens, ensaios e coletâneas de crônicas, dentre eles *Cidade partida*, *Chico Mendes – Crime e castigo* e *Inveja - Mal secreto*. Atualmente trabalha como colunista do jornal *O Globo* e da revista *Época*.

Entrevista

Você cobriu muito a área de cultura. Seria possível traçar um panorama sobre o que mudou do tempo em que você começou a trabalhar até os dias de hoje na cultura brasileira?

Mudou muito. Mudou no país, mudou no mundo. O país é outro, a cultura é outra e isso foi realmente uma mudança muito grande. Eu acho que, basicamente na cultura, o que mudou mesmo, o que se criou uma mudança muito grande, foi a presença do mercado, quer dizer, a presença hoje, numa forma muito determinante, do mercado. O mercado hoje é fundamental para condicionar e determinar a criação artística em qualquer área, seja música, seja o teatro, enfim, você não pode fazer um filme, fazer uma peça, fazer o que seja sem considerar a presença do mercado. É fundamental que você atente para as leis do mercado, você precisa de dinheiro para produzir, você precisa que esse produto, para usar uma expressão que é muito do mercado, dê lucro. Não há mais aquela aventura amadorística do meu tempo, por exemplo. Quando eu comecei no jornalismo, você podia fazer um jornal, você não tinha problema de saber qual era o preço do jornal, qual era o preço do papel, se ia ter ou não leitor, isso aí era o secundário, era sempre uma aventura. Isso hoje se aplica também a qualquer produto cultural. Você vai fazer um filme, primeiro você precisa ter dinheiro para a produção, depois você precisa que este filme seja assistido e que ele se pague. Esses valores do mercado estão hoje muito presentes na cultura como não estavam no meu tempo, logo quando eu comecei no jornal. E mesmo depois, mesmo nos anos 60, o mercado não era tão preponderante como é hoje. Começava a existir a presença do expectador, do ouvinte, do leitor como consumidores,

mas era ainda uma coisa muito incipiente. Hoje, a gente sabe, esses elementos são parte de um circuito econômico. Eu acho que essa é basicamente a grande mudança daqueles tempo pra cá. É essa presença determinante do mercado na produção artística e cultural.

E na prática jornalística, o que mudou?

Na prática jornalística, mudou basicamente a presença da tecnologia. Você hoje trabalha com uma tecnologia muito avançada de comunicação, coisa que não tinha no meu tempo, você não tinha internet, você não tinha fax, tudo isso é invenção posterior aos anos 60. Eu, quando fui a Paris, por exemplo, no fim dos anos 50, para fazer uma bolsa de estudos lá, levei um gravador que era uma coisa de alguns quilos, enorme, com fitas e uma máquina fotográfica que era um caixote, chamava Rolleiflex. E era isso. As matérias de lá pra cá, você mandava pelo malote, malote de avião, malote da *Pan Air*, na época e demorava dias, porque você tinha três vôos por semana. Um telefonema de lá pra cá, primeiro era caríssimo, e, segundo não era nem por isso, era porque você precisava marcar com quase 24 horas de antecedência, ligar hoje para fazer um interurbano no dia seguinte. Hoje, sobretudo com a Internet com o *google*, com a *wikipedia*, com todos esses instrumentos, essas ferramentas de comunicação, isso alterou muito comportamento para o bem e, em alguns casos, para o mal. Como facilita muito a vida do repórter, há jovens, por exemplo, que não pesquisam mais, eles vão no *google*, apertam lá e aquilo vem pronto. Não tem mais aquela coisa de ir a um departamento de pesquisa, para um arquivo, para uma biblioteca para procurar o autor, por exemplo, para estudar o autor. Hoje, aquilo vem pronto, você bota Humberto Eco, e aí vem tudo o que você quer dele ali. Um dia, conversando com uma amiga minha, atriz, ela falou: “Olha, o jovem repórter não me entrevista mais, eles chegam com uma entrevista pronta e apenas querendo conferir um ou outro dado porque eles já foram ao *google*, já se informaram, já trouxeram todos os dados”. Isso alterou muito o comportamento da imprensa. Você tem hoje uma imprensa muito mais rápida, muito mais ágil, muitas vezes em tempo real. Você abre a Internet, nos sites dos jornais, nos sites de informação, e você sabe o que está acontecendo *agora* em todo o mundo, isso aqui, no Japão, em qualquer lugar. Essa pressa, essa velocidade com que a informação é recolhida, elaborada e transmitida, quase que tudo em tempo real, isso evidentemente altera muito o produto final. Muitas pessoas me perguntam: “Ah, por que o jovem repórter hoje, por exemplo, não se informa, ele não tem informação sobre o quê ele vai falar?”. O problema, às vezes, nem é esse, é que ele trabalha hoje como se não trabalhava no meu tempo. Por exemplo, nos grandes jornais, onde se tinha antes três repórteres, você tem um que faz três ou quatro matérias por dia. E como é que você vai exigir qualidade de alguém que tem que produzir nessa correria toda? Então, a tecnologia, eu acho que é o elemento que alterou muito o jornalismo de lá pra cá.

E o perfil do jornalista também mudou?

Eu acho que, hoje, o jovem, com as faculdades, ele entra mais bem preparado. Eu não fiz faculdade de jornalismo, fiz de Filosofia e fiz Letras Neolatinas, mas o meu filho, por exemplo, fez faculdade de Comunicação. Ele chegou na imprensa, acho que mais bem preparado do que eu. Hoje, o menino quando quer, chega muito mais bem informado, tem condições de se informar muito mais do que naquele tempo. Isso pelo menos em tese. Eu não frequento redação mais, não sou mais editor, não tenho contato com o jovem jornalista, repórter, não sei mais como é diretamente. Mas, pelo que eu vejo falar, pelo que eu conheço de repórteres que me entrevistam, eu acho que ele chega até mais bem preparado. E, às vezes, ele não consegue fazer dentro, nas redações, o trabalho que até ele poderia fazer, por causa da pressão industrial da imprensa. Ele precisa de tempo, de espaço pela correria que é. Com o enxugamento das empresas jornalísticas ultimamente, por medidas de economia, isso criou realmente uma redução da mão-de-obra nas redações que certamente prejudica. Mas eu acho

que é mais por isso do que por um possível despreparo do jovem. Eu acho que ele chega mais bem preparado do que nós éramos antes.

A prática do jornalismo é geralmente associada à prática da reportagem cotidiana, mas quando você chega nos jovens ou nos jornalistas, o que esperam são coisas diferentes, o columnismo, a grande reportagem, os cronistas. Por que existe essa decalagem?

Isso é natural, porque o jornalismo hoje virou também um espetáculo, sobretudo o jornalismo eletrônico, a televisão. Então o jovem quer ser o William Bonner, quer ser a Fátima Bernardes, quer aparecer na televisão, generalizando um pouco, fazendo um pouco de caricatura. É muito tentador isso, você ver o jovem repórter na televisão, com o poder que tem, com a visibilidade que tem, lá participando dos acontecimentos, isso é muito tentador. Hoje eu acho que a mídia eletrônica exerce um fascínio muito grande para o estudante de jornalismo. Acho que grande parte deles sonha realmente em estar ali na telinha, aparecer na telinha, ser uma espécie de herói da telinha.

Queria que o senhor falasse um pouco do processo de redação do 1968, como foi, se você usou técnicas do jornalismo. Eu vi que o senhor disse numa entrevista que fez como uma grande reportagem e as pessoas às vezes consideravam um romance.

Exatamente, eu apurei como uma reportagem e escrevi como se fosse um romance sem ficção. Por que eu apurei como reportagem? Porque eu precisava reconstituir um ano. Então, o que eu fiz? Primeiro, li o *Jornal do Brasil* todo daquele ano. O dia-a-dia, folheando, lendo, passei dias, levei dez meses fazendo essa pesquisa e, depois disso, eu comecei a entrevistar personagens. À medida em que ia lendo, eu ia recolhendo nomes de personagens que eu precisava ouvir, que eu queria ouvir. Entrevistei personagens enquanto também lia outros jornais na Biblioteca Nacional. De posse desse material – era um material muito vasto, eu devo ter entrevistado umas 300 pessoas, uma loucura de entrevistas, até demais – eu elaborei, trabalhei, escrevi, reduzi, resumi toda aquela massa de informação àquilo. Agora, quando eu digo um romance sem ficção é porque eu acho que você precisa dar ao texto jornalístico uma qualidade literária. Eu acho que ele pode ter uma qualidade literária. Ele pode ser tão bem escrito quanto um romance é. O sucesso desse jornalismo literário, o chamado jornalismo literário, é exatamente esse: os livros são bem escritos, você lê com prazer, às vezes coisa que você não tem, lendo as reportagens diárias, ou, como eu disse, por falta de tempo, por uma série de coisas. Eu acho que um dos segredos do jornalismo literário é a excelência estética, quer dizer, é o gosto que ele propicia, sobretudo na leitura. Quando se fala em jornalismo literário, está se pensando num jornalismo escrito, embora você tenha reportagens de televisão com grande qualidade estética. Mas basicamente é isso. Eu acho que o 68, tivesse que resumir, eu diria isso, que ele foi apurado com o rigor de uma reportagem e escrito com uma liberdade de um romance, como você escreve um romance, usando recursos retóricos da literatura, fazendo com que o leitor... Eu recebia muito na época esse tipo de reação que o livro parecia ficção, parecia romance, isso até como elogio. E eu dizia: “Bom, mas se é um romance sem ficção, eu gostaria que ele fosse elogiado por ser uma reportagem bem escrita e não por ser um livro parecido com um romance”.

Existe essa idéia de que o romance era mais importante do que a reportagem.

Pois é, essa coisa que se tem muito. O próprio jornalista tem. Às vezes um jovem quase iniciante que escreve um livro e aí no dia seguinte, antes do jornalismo, ele já bota: “Escritor e jornalista”. Ele acha que ser escritor é muito mais importante do que ser jornalista.

E o senhor se considera jornalista ou escritor. Ou os dois?

Como não são incompatíveis, eu trabalho nas duas atividades bem, embora eu diga sempre que eu sou jornalista, porque eu sou jornalista mesmo fazendo ficção. O jornalismo não é uma atitude, uma atividade, é quase que uma segunda pele, é alguma coisa que entranha em você de tal maneira que está sempre presente, ou seja, a curiosidade, o interesse, pelas coisas, pelo detalhe. Isso faz bem à literatura, isso não é ruim. E são condicionamentos, são práticas que eu adquiri ao longo de uma profissão, que exigem que você esteja atento aos detalhes, atento às coisas, que você saiba olhar. O jornalista olha muito, quer dizer, tem que estar muito atento pra tudo isso, para as reações do personagem. Eu não vejo nenhuma incompatibilidade entre uma coisa e outra não, ao contrário, eu acho que o jornalismo ajuda muito a literatura.

E a literatura ajuda o jornalismo?

Olha, ajuda na medida em que você não queria fazer esse jornalismo... Aliás, uma coisa ajuda a outra, contanto que você não queira fazer uma enquanto está fazendo a outra, ou seja, você está fazendo uma notícia, você não pode pretender fazer literatura – no pior sentido da palavra, de inventar de criar. O jornalismo exige precisão, exige fidelidade aos fatos, você não fugir disso. Então, você precisa tomar cuidado, quando você está fazendo jornalismo, para não achar que pode ter a liberdade que você tem quando você faz a literatura, essa coisa de criar... Então é essa atenção que é preciso ter.

E por que a decisão de ter feito um livro sobre o tema de 68?

Olha, isso aí foi, na verdade, como eu digo em todas as minhas entrevistas e todos os meus perfis bibliográficos, veio por acaso. Eu não pretendia escrever o livro, ele surgiu na minha vida porque a minha mulher um dia encontra com um o Sérgio Lacerda, que era o editor da *Maior Fronteira* e que tinha sido o meu patrão na *Tribuna da Imprensa*. Eu comecei lá, no jornal do Carlos Lacerda, o pai dele. E ele também começou muito depois, muito garoto comigo, eu já era do jornal, já tinha cargo importante no jornal. Ficamos muito amigos. Muito tempo depois, vinte anos depois de 68, ele se encontrou com a Mari, minha mulher, os dois conversando – eles se encontraram em 87. Aí disse: “Ah, ano que vem vai ter vinte anos de 68”. E eles sabiam, os dois, do meu interesse especial por aquela época, pelos anos 60 até porque toda a minha geração, a geração que viveu essa década de 60, considerou muito importante esse tempo para a nossa formação cultural e etc. Eu tinha um espécie de fixação pelos anos 60, especialmente por 68, tinha vivido muito intensamente. E aí, eles conversando sobre isso, ele disse: “Ah, o Zuenir podia fazer um livro sobre 1968, vinte anos depois”. Foi assim que surgiu a idéia de fazer esse livro. O livro fez sucesso, muito mais do que eu esperava – ele hoje está na 40ª, são 40 edições já. Já teve uma edição dos 40 anos da editora, ela reeditou os 40 melhores títulos segundo ela e o 68 foi um deles. Ano que vem eu talvez lance uma outra edição, atualizada do livro. E, como o livro teve essa boa aceitação junto no mercado, do público, eu logo em seguida, tive proposta de fazer outro, fazer outro e não pude mais me livrar dessa outra tarefa de escritor.

E o senhor acha que essa dupla atividade, ela vem da sua geração, do ambiente político e cultura da época ou se isso vai continuar, se esse tipo de perfil de jornalista tende a desaparecer ou não.

Ao contrário, eu acho que, como é um filão de muito sucesso, ou seja, os jornais reclamam de queda de tiragem, de crise econômica, crise de vendas, de crise de leitores, e os livros de jornalismo literário quase todos eles são muito vendidos, quase todos entram em listas de *best sellers*. O leitor gosta desse tipo de livro, significa que ele elegeu esse gênero como um dos preferidos. Exatamente por aquelas características que dizia agora há pouco, você faz um livro em que você tem mais cuidado, tem mais esmero com a forma, com a apuração, com a

linguagem. O leitor percebe isso e ele vai atrás. Eu acredito que esse filão não é um modismo, não é uma coisa que vai desaparecer, ao contrário, você vai ter cada vez mais esse jornalismo. O ideal até é que você pudesse fazer esse jornalismo todo os dia, mas isso aí realmente é muito difícil porque exatamente ele exige tempo, ele exige mais atenção, mais cuidado e o dia-a-dia não te dá chance fazer assim.

O senhor poderia indicar quais são as suas referências no jornalismo e na literatura?

Olha, no começo da minha carreira, foi muito importante o Carlos Lacerda era o dono da *Tribuna da Imprensa* e, aliás, formou muitos jornalistas. Da minha geração, grandes representantes foram formados por ele. Então, a influência dele foi muito forte, ele foi o meu professor de Jornalismo. Eu não tinha faculdade de Jornalismo, eu fiz faculdade de Letras, então ele acabou sendo, na prática, o meu professor de Jornalismo. Depois, toda essa geração, todas as pessoas lá de dentro da *Tribuna da Imprensa* foram importantes também na minha descoberta e no meu desenvolvimento, o desenvolvimento da minha carreira. Pessoas como o Luís Garcia, por exemplo, que foi muito importante, o Luís Lobo, o Lúcio Nunes, o Mário Franqueira, o Walter Conto. O Nilson Viana foi uma pessoa fundamental porque era uma pessoa que nessa época tinha um texto muito bom. Todas essas pessoas já estavam no jornalismo, independente de idade. O Luís Garcia, por exemplo, era mais novo do que eu, mas ele já era profissional, já era um bom jornalista, quando eu comecei. Essas pessoas foram importantes na minha vida profissional. Do ponto de vista de leitura, eu acho que hoje, se eu tivesse que fazer um elenco de livros que foram importantes ao longo da minha carreira e para a minha atividade, eu citaria alguns sem ordem, sem hierarquia. Todos os cronistas, os cronistas foram e são fundamentais para um jovem repórter. No meu caso, cronistas como o Rubem Braga, o Fernando Sabino, o Paulo Mendes Campos, o Carlos Drummond de Andrade, o Otto Lara Resende. Todos esses, em grande parte mineiros, foram muito importantes para a minha formação. Como leitor, você deve assimilar aquele tipo de literatura jornalística como eles faziam. Eu sugiro sempre aos jovens que leiam os cronistas porque a crônica é muito próxima do jornalismo e ela é muito despojada, muito simples, ela não tem solenidade, ela não é besta, então ajuda muito e facilita muito o jornalista em formação. Outros livros, outros textos foram importantes. Por exemplo, livro *A sangue frio* do Truman Capote foi um livro importante para mim, ele era do jornalismo literário. Na faculdade, livros como *Grandes Sertões*, o *Casa Grande & Senzala*, do Gilberto Freire, que eu gosto muito foi, um livro muito importante, *Os sertões*, do Euclides, Machado de Assis, Machado de *D. Casmurro*, foi o primeiro livro que eu li. O Machado das crônicas também eu li muito. É uma variedade muito grande, eu sempre li muito sem muita ordem. O Hemingway foi um jornalista-escritor que teve uma influência muito grande na minha geração. Também o Faulkner, na maneira de escrever, na maneira de narrar. Essas leituras desorganizadas, eu sempre li muito desorganizadamente, mas sem pensar muito. Falando aqui de improviso são esses livros. Tem um texto que eu acho ótimo e costumo dizer que é a primeira crônica feita no Brasil, que é a carta do Pero Vaz de Caminha. Ela é realmente primorosa como crônica, como trabalho jornalístico. É um texto que eu acho fundamental, pela maneira de ver, maneira de olhar, de narrar, de contar as coisas. Quando eu era professor, dava sempre como leitura para os jovens alunos, dava sempre a Carta para se ler como modelo de reportagem. Teria muito más, mas que me lembro é só.

Numa das suas biografias fala que o senhor entrou para a reportagem da *Tribuna da Imprensa* com um texto sobre o Camus...

Na verdade, foi o seguinte. Eu trabalhava no arquivo da *Tribuna da Imprensa* porque um professor, um querido professor, que foi muito importante na minha vida, o Elson Martins, era o chefe do arquivo e sabia que eu estava precisando de trabalho, de dinheiro. Então ele disse

que tinha um horário para mim, tinha uma vaga para mim, que era de seis à meia noite, que era exatamente uma hora que eu podia. Durante as outras horas, eu estava estudando e dava aula também. Eu comecei a trabalhar ali, mas nunca pensei em ser jornalista. Achava ótimo o emprego, me dava dinheiro, eu fazia as minhas tarefas, que não eram muitas, eu tinha que recortar jornal, as coisas principais e guardar as fotografias, e depois eu ficava lendo e fazendo meus trabalhos de faculdade, não tinha mais obrigação. Eu não queria escrever, embora ele insistisse muito – ele, o Elson Martins – para que eu comesse a escrever para jornal, que era importante para o estilo para o texto. E eu dizia: “Eu não quero ser jornalista”.

Na época o senhor queria ser escritor?

Não. Nada, nada, nem jornalista, nem escritor. E eu gostava mesmo era de ler, e se lia muito na faculdade. Um dos meus preferidos na época – e até hoje – é o Albert Camus, que é um ensaísta, um romancista, uma pessoa fundamental naquela geração do pós-guerra, dos existencialistas. Eu já tinha lido algum livros do Camus, ele tinha produzido três livros que tinham sido fundamentais para mim: *A peste*, *O Estrangeiro* e o *Mito de Sísifo*, os dois primeiros romances e esse um ensaio. Um dia, eu estava entrando pela redação para ir ao arquivo – que era no terceiro andar, você passava pela redação no andar de baixo – e o Carlos Lacerda estava procurando alguém para fazer o obituário do Camus que tinha morrido. Aí, quase que instintivamente – o Camus era uma das minhas paixões – eu me candidatei a fazer porque na redação houve aquele silêncio, ninguém sabia fazer, ninguém conhecia. Eu fiz e saiu razoavelmente bem, menos pela qualidade do artigo que eu fiz e mais pela surpresa. As pessoas acharam que eu era o contínuo do arquivo, porque eu ficava trabalhando lá nessa atividade que eu falei, recortando jornal e então correu a lenda de que “o contínuo do arquivo era um gênio”. Eu não era nem uma coisa nem outra, mas é natural que não esperassem que eu soubesse escrever a ponto de poder fazer um artigo para o espaço nobre do jornal. Então foi assim que eu comecei. Depois daí, eu fui chamado para a redação, com um salário muito maior.

Você tinha falado do Carlos Lacerda. Naquela época, o jornalismo era muito mais ligado à política...

Era. Ele era um exemplo disso, ele era um político que tinha um jornal a serviço do partido ao qual ele pertencia, que era a UDN, União Democrática Nacional. Você tinha outro jornal do Samuel Wainer, a *Última Hora*, que era o jornal ligado ao Getúlio, ligado ao PTB, aos trabalhistas. Você tinha o *Diário Carioca*, que era ligado ao partido do Juscelino. Então, os jornais todos, na verdade, estavam a serviço de um partido, a serviço de uma orientação política. Isso mudou muito. A imprensa hoje não tem vínculos dessa ordem com os partidos políticos. Nenhum dos grandes jornais – eu estou falando dos grandes jornais – você não tem o jornal do Partido Tal, do PT. Você pode até ter uma imprensa do PT, mas dos grandes jornais, você não tem. Você não pode dizer que *Folha de São Paulo* é do PT, ou que o *Estadão* é do PSDB, isso realmente não existe. Mas, naquela época era uma ligação muito forte entre o jornal e o partido.

E os jornalistas eram mais politizados?

Eram mais também, de certa maneira, condicionados a essa vinculação. Um jornal como a *Tribuna da Imprensa* não fazia matéria sobre o Getúlio Vargas, ao não ser para falar mal. Eu não. Eu era muito alienado na época, não tinha nenhum interesse político por nada. Todo o mundo na redação era lacerdista, eu não. Isso até me fez bem, o fato de não ser politizado, de ser alienado. Eu estudava letras, não sabia bem o que estava acontecendo, isso até foi bom para mim porque eu não me engajei nesse jornalismo partidário, ideológico, nunca fiz esse tipo de jornalismo.

Lendo a biografia que está no seu site eles falam das pessoas que estiveram presas com o senhor, como o Ziraldo. Por que no Brasil, as pessoas colocam esse tipo de fato como parte da biografia.

Olha, você ser preso como jornalista em qualquer lugar do mundo é notícia. Porque a gente vivia um momento de ditadura militar no País em que o exercício da profissão era muito difícil. Bom, eu estou falando dos anos 1960, estou falando basicamente a partir da 68. Você tinha uma censura muito atuante, tinha restrições à liberdade, a ponto de você ser preso por delito de opinião, ser preso por opinião, por externar suas idéias. E isso realmente é um absurdo, eu não acho estranho que isso conste da biografia...

Não, não é tanto a prisão em si, mas os companheiros de cela estarem sempre citados.

É, mas é porque eram todo mais ou menos ligados. O Ziraldo era jornalista também, o Hélio Pelegrino, embora fosse psicanalista, ele era um colaborador ativo da imprensa diária, dos jornais, escrevia artigos, tinha uma militância muito grande no jornalismo, embora não fosse uma militância diária, fosse a militância de articulista. Mas, enfim, todo o mundo ligado, todos eles presos por opinião e presos juntos. Então, nada mais natural que no registro, a crônica desses tempos, desses episódios você tenha a presença desses nomes junto nas celas das cadeias, por razões políticas.

Para o senhor, o jornalista, ele é um intelectual?

Eu acho que todo o trabalho que demanda esforço mental, ele acaba sendo um trabalho intelectual. Eu acho não que se deva fazer uma divisão muito rigorosa entre isso aqui é trabalho intelectual, isso aqui não é trabalho intelectual. Eu parto do princípio de que todo o trabalho que demanda uma reflexão, um esforço mental, acaba sendo um trabalho intelectual também. Tende-se muito a incluir na categoria de intelectuais os artistas, os escritores e nem sempre você inclui o jornalista. Eu acho que um pouco de discriminação porque é claro que é um intelectual. É um intelectual tanto quanto pode ser um advogado, um advogado que, além da sua atividade, por exemplo, específica, técnica, da sua prática, da sua técnica específica, ele tenha uma reflexão teórica sobre a sua profissão, sobre o seu fazer, sobre o seu ofício. Então, ele pode ser um... E tem muitos intelectuais, grandes intelectuais que foram advogados, no exercício da advocacia. Então eu acho que sim, eu acho que o jornalista é um intelectual.

Entrevista realizada no Rio de Janeiro, em 28/06/2007.

ANEXO III - ENTREVISTAS COMPLEMENTARES UTILIZADAS NA PESQUISA

Entrevista com Afonso Borges, coordenador do espaço *Sempre um Papo*

Que critérios são utilizados para a escolha dos participantes do "Sempre um papo"? Existe algum grupo social privilegiado (escritores, jornalistas, professores, etc.)? Como se dá a escolha das temáticas do "Sempre um papo"? Dentre a pluralidade de temáticas, existe alguma que se destaca?

O Sempre Um Papo tem uma programação eclética. Não queremos que ele carregue bandeiras temáticas, ideológicas e sociais. Ao mesmo tempo que levamos um intelectual para falar de Freud, podemos, no dia seguinte, convidar um happer que diz “a linguagem da periferia”. O importante é que tudo isso incentiva à leitura, mesmo que não diretamente. Por ter essa flexibilidade de temas, escolhemos livros e convidados que acabaram de chegar às livrarias. O contato é feito quando o livro ainda está na gráfica, ou até mesmo no nem foi escrito. Há três anos fechei com o Fernando Morais o lançamento da biografia do Paulo Coelho, mas a apuração ainda nem tinha começado. O livro sai no segundo semestre e será no Sempre Um Papo.

O que é o intelectual na sua opinião? Como senhor definiria o intelectual brasileiro na atualidade? Qual a importância do "Sempre um papo" como espaço de atuação dos intelectuais no Brasil?

Não sou a pessoa mais indicada para definir o que é um intelectual. O Sempre Um Papo tem o rótulo de promover encontros com intelectuais. Então, acredito que todos aqueles que participam dos nossos eventos, sejam eles famosos ou não, tem a sua importância para o desenvolvimento cultural do país. O Sempre Um Papo possibilita o contato entre o convidado e o público, através dos debates que realiza. Essa é a nossa contribuição.

O senhor acredita que o "Sempre um papo" pode funcionar como uma instância de legitimação de uma pessoa no meio artístico e intelectual brasileiro?

Não acredito como legitimação, mas com certeza temos uma grande importância na divulgação dos escritores e dos livros. E isso é comprovado pelas próprias editoras. Quando um convidado participa do Sempre Um Papo, seja qual for a cidade, a mídia passa a reconhecer aquela pessoa como importante e, conseqüentemente, o público também. A chancela do projeto faz bem para a carreira do autor. A Lya Luft, por exemplo, participa conosco há mais de 10 anos, quando ela ainda não era famosa. Hoje, vende 700 mil livros, reúne milhares de pessoas. O sucesso é mérito do trabalho dela, mas temos uma parcela de “culpa” nisso também.

Em que sentido a mídia interfere na definição do intelectual e da sua atividade no Brasil?

Infelizmente, somos reféns da mídia. Acatamos o que ela nos apresenta. Isso não é certo, mas não vejo uma luz no fim do túnel. Estamos cada dia mais ligados à ela através da globalização.

Na sua opinião, existiriam, no Brasil, jornalistas-intelectuais? Em caso afirmativo, como o senhor os definiria? O senhor poderia o citar o nome de alguns?

Sim, temos muitos jornalistas intelectuais, aqueles que realmente cavam matérias de interesse público e que fogem do tradicional. Zuenir Ventura, Fernando Morais, Ruy Castro, Humberto

Werneck, Marina Colasanti, Afonso Romano, Ziraldo, Bernardo Carvalho. Todos são jornalistas intelectuais. É uma pena que eles estão em extinção nas redações atualmente, cada dia mais cheia de regras e manuais.

Entrevista realizada por e-mail em 26/03/07.

Entrevista com Suzana Vargas do espaço *Rodas de leitura*

Como surgiu a idéia das "Rodas de leitura"? Quais eram os objetivos do projeto?

As Rodas de Leitura surgiram a partir da minha prática profissional. Sou professora de Literatura, escritora, lecionei em todos os níveis (do 1º grau à universidade). Desta prática, que incluía sistematicamente leitura em grupo e comentários informais de textos é que a idéia das Rodas de Leitura nasceu. Em 1988 transformei esta prática de sala de aula numa Tese de Mestrado em Teoria Literária (pela UFRJ) que logo foi publicada pela Editora José Olympio, cujo título é *Leitura: uma aprendizagem de prazer* e já está na sexta edição. Neste ano de 2007 sairá uma edição revista e aumentada (com ensaios e artigos outros).

Voltando às Rodas, percebi que nas aulas a leitura em voz alta seguida de uma conversa/debate/explicação do texto produzia um engajamento maior dos alunos com o livro a ser lido, tornava a literatura muito mais viva, numa época em que o estruturalismo ainda era vigente no meio acadêmico.

Vivíamos uma época de muita teoria e história literárias. Professores e alunos liam muito mais *sobre* os livros do que os textos originais! Então iniciei uma volta à leitura do prazer, à discussão, à conversa e o texto protagonizando. Pegou. Os alunos adoravam. Desenvolvi paralelamente a isso oficinas de leitura. Apresentei um projeto de oficinas no centro Cultural do Banco do Brasil em 1992. O sucesso das oficinas foi tão grande que eles me solicitaram um projeto que ampliasse e diversificasse o público do CCBB. Então surgiram as Rodas de Leitura que fizeram muito sucesso durante 13 anos, se espalharam pelos CCBBs de São Paulo, Brasília e capitais. Através do Circuito Cultural do Banco do Brasil, durante 03 anos as Rodas estiveram presentes em todas as capitais brasileiras.

Viraram moda, hoje já se fala em “roda de leitura” quase como atividade curricular. Estou escrevendo um livro sobre isso. Vai se chamar “*Rodas de Leitura: o que são, de onde vieram, para onde vão*”.

Que critérios eram utilizados para a escolha dos participantes?

Dependia do tema que eu iria desenvolver. Mas um belo texto, o autor vivo e bom comunicador ou um especialista naquele assunto ou escritor eram fundamentais. Não escolhia necessariamente especialistas, mas apaixonados por literatura, bons leitores, bons comunicadores etc.

Dos profissionais que geralmente participavam das "Rodas de Leitura" (jornalistas, escritores, professores), alguma categoria chegou a ser privilegiada? Por que?

No início privilegiei professores, depois comecei a chamar escritores. O projeto era mais simples no começo e nos primeiros anos trabalhei com temas como Histórias das Mil e Uma Noites, Fábulas de La Fontaine, Literatura Erótica etc. Os autores começaram a dominar o cenário no segundo ano do projeto. Autores novos e consagrados.

Como se dava a escolha de temática dos debates? Dentre a pluralidade de temas, existe algum que se destacava?

Contos eróticos, histórias de terror e de crime, clássicos da literatura brasileira e universal, clássicos do século XX etc. Fizeram sucesso. Alguns autores também chamavam a atenção pela novidade de estarem participando de leituras de corpo presente, como Jorge Amado, Dias Gomes, José J. Veiga e Carlos Heitor Cony leram pela primeira vez numa roda de leitura. Ou grandes críticos como Roberto Schwacz, Benedito Nunes e outros. Na verdade, este tipo de trabalho de popularização da leitura, do autor e da obra não era feito. Ficava restrito às universidades, mesmo assim a partir de teses e postulados que nesse tipo de proposta não funcionariam. Como Curadora eu inventava temas e assuntos de interesse geral.

O que é um intelectual na sua opinião? Como você definiria o intelectual brasileiro na atualidade?

Um homem com informação multifacetada, de fácil comunicação e integração. De discurso versátil, polirômico, antenado com a modernidade e percebendo com nitidez seu papel como indivíduo em todas as áreas do conhecimento.

Qual foi importância das "Rodas de Leitura" como espaço de atuação dos intelectuais no Brasil? De que forma, ele contribuía para aproximar intelectuais do público?

As Rodas de Leitura do modo como foram praticadas nos eventos do CCB foram um projeto pioneiro no país. Como já disse, até os anos 90, os autores participavam muito pouco de encontros com o público e quando o faziam era através da universidade em cerimônias revestidas de uma certa formalidade digamos “acadêmica”, de caráter mais teórico, histórico, com as famosas análises estruturalistas comandando a (in)capacidade de ler de muitos mestres. Os autores ou profissionais de leitura não eram remunerados. Eram estudados, falava-se sobre sua obra, mas raramente ouvia-se a voz do escritor. O projeto da Rodas popularizou o autor, equiparou-o aos outros artistas (músicos, artistas plásticos, atores etc). Ou seja: a literatura, a leitura pulou os muros da universidade e deixou de ser apenas matéria de vestibular. Outra coisa: privilegiou-se a leitura. Rodas de leitura existem para a prática do ato de ler. Não se trata de contar histórias/dramatizar/teatralizar, mas de entrar em contato com a leitura, o texto na sua integralidade: com o próprio autor ou com um simpatizante. Marcelo Rubens Paiva certa ocasião numa Roda de Leitura Tocantins (Sim! O projeto foi parar lá!) se referiu ao evento como o “Show” de lançamento do livro, uma espécie de “vernissage” do autor.

Você acredita que as "Rodas de Leitura" funcionou como instância de legitimação ou ingresso no meio artístico e intelectual brasileiro?

Acho que não entendi sua pergunta. Em todo caso, respondo direto.

Creio que sim, dado o prestígio da instituição que promovia e a importância que o projeto adquiriu ao longo de treze anos. Espalhou-se, criou raízes, foi copiado por secretarias de educação e entidades ligadas à leitura, o que é bom, diga-se de passagem.

Em que sentido a mídia interfere na definição do intelectual e da sua atividade no Brasil?

A mídia não deve nem pode interferir na definição do intelectual e da sua atividade. Um intelectual é um ser pensante, diverso, dialético, criativo. Tenta compreender o particular e o global, as forças que movem os acontecimentos, os rumos que a sociedade toma. A mídia tem um papel mais de divulgadora da atividade intelectual, de tradutora dessa atividade. É importante na medida em que ajuda a tornar compreensível, acessível o produto do intelectual.

No meu caso, faço a curadoria de projetos que, se não forem divulgados e não tiverem platéia é como se nunca tivessem existido.

A mídia, por exemplo, foi fundamental na consecução e popularização do projeto das Rodas de Leitura.

Na sua opinião, existiriam, no Brasil, jornalistas-intelectuais? Em caso afirmativo, como você os definiria? Você poderia citar o nome de alguns?

Sim. Dificilmente um jornalista não é um intelectual. Lida com a palavra, com a expressão do pensamento. Filtra, informa, expõe ainda que apenas noticiosamente (em alguns casos). São muitos os jornalistas que se destacam na sua atividade. Alguns personificam essa figura do jornalista intelectual: Zuenir Ventura e Hélio Gaspari são alguns deles.

Entrevista realizada por e-mail em: 01/05/2007.

Entrevista com o coordenador do Instituto *Texto Vivo*, Sérgio Villas Boas

Em que sentido a biografia e os biógrafos, o jornalismo-literário e os jornalistas escritores participam da construção social do que é o jornalismo, enquanto pratica sócio-discursiva e realidade objetiva?

O jornalismo não lida (não tem como lidar) somente com a realidade "objetiva". Será sempre prática sócio-discursiva, como outras atividades "subjetivas", em que se incluem todas as chamadas ciências humanas.

Dito de outro modo: jornalismo não é sinônimo de noticiários rápidos, serviço e opinião. As modalidades de fôlego, não necessariamente periódicas (grandes reportagens, perfis, biografias, livros-reportagem, etc.) são parte do processo. Mas, evidentemente, não lidam com o "ontem" ou "a semana passada". Lidam com a contemporaneidade.

Na medida em que a maioria dos jornalistas se volta para a produção de um jornalismo mais "cotidiano", marcado pela técnica, qual o sentido de se produzir um jornalismo literário?

O sentido está em: 1. Tentar oxigenar as rígidas práticas tecnicistas/mecanicistas/cartesianas. 2. Escapar ao quadrilátero "estatísticas, efemérides, serviço e opinião", que é um "samba de uma nota só" (e de sonoridade ruim, o que é pior). 3. Mesmo o cotidiano pede profundidade. e profundidade, imersão e humanização são os pilares do jornalismo literário (ou "jornalismo de matérias especiais). 4. Complementar/coexistir com os noticiários, que, embora precários, cumprem possuem uma função.

Revalorizar o jornalismo, enquanto pratica intelectual e artística?

Certamente. Tirá-lo de uma condição servil e aviltante.

Expandir as fronteiras do jornalismo na construção de novos gênero, novas atores e novas praticas?

Certamente

Ou constitui-se numa forma desses jornalistas legitimarem-se em outros espaços (literário, intelectual, cultural)?

Esta não é uma consequência previsível, premeditada. Pode acontecer, sim. Jornalismo literário cabe em qualquer formato impresso, mas é eminentemente autoral. Isto não quer dizer que o sujeito aspire a ser, necessariamente, "romancista", por exemplo. Os melhores autores desse "gênero", hoje, nos EUA, são o que são: jornalistas de projetos especiais (reportagens, perfis, documentários, etc.).

Entrevista realizada por e-mail em: 16/04/2007.

Entrevista com Mário Sérgio Conti, editor-chefe da revista *Piauí*

Queria começar sabendo como é o funcionamento da revista.

A revista é muito pequena. Então ela não tem uma agenda mais formal, não tem uma reunião de pauta, não tem nenhum geral, não tem nada disso. O que tem é conversa individual. Eu tento fazer com que as pessoas sugiram as matérias, as colunas porque acho que, se a pessoa quer fazer, ela está mais empenhada, ela está mais mobilizada, ela está mais a fim de fazer do que se ela for mandada. Tem outras pessoas que preferem que sejam sugeridas a reportagem, ou o desenho, ou o artigo e aí eu faço a sugestão. A revista tem três editores, que é o Marcos Côrrea, a Dorrit e o João. São assim mais responsáveis por algumas áreas ou algumas seções. O João organiza a seção de Esquina. A Dorrit organiza a seção de diário, cartas, concursos. Chegada e despedida é mais do Marco. E eles trabalham com colaboradores, algumas reportagens são eles que encomendam para os colaboradores, que passam para eles e eles depois passam para mim.

Eu tinha notado que tem muita colaboração de pessoas do meio cultural e intelectual. Essas colaboração elas são encomendadas?

As nacionais são encomendadas, são conversadas com as pessoas. A Fernanda Torres, por exemplo, a gente conversa com ela, ela sugere, a gente sugere, aí depende de um *approach*. E não é porque são pessoas do meio cultural. É que elas estão mais ligadas à atividade deles, então a atividade dele surge, eu acho que fica melhor descrita quando é por alguém do meio. Na seção diário, por exemplo, esse mês tem o Nando Reis falando da turnê dele, mas antes era uma moça que trabalha numa fábrica aqui na periferia do Rio, então ela conta a atividade dela. Enfim, isso tudo é conversado com os colaboradores brasileiros. Colaboradores internacionais, isso geralmente é comprado. Então o Wood Allen saiu na revista que compra algumas coisas. Raramente é encomendado. A maioria é comprada, adapta às nossas necessidades.

E no caso do texto dos jornalistas, existe alguma orientação de se fazer um texto mais literário, mais aberto?

Não. A gente tenta fazer de uma maneira em que... Bom, é sempre importante que numa matéria, numa reportagem o jornalista seja presente, ele vá ao local, fale com as pessoas. Não seja feita com base em jornais e na internet, e que a narrativa seja feita a partir do ponto de vista do jornalista. Que ele tenha um aspecto de narração, que seja um pouco mais pessoal. É apenas um estilo, um recurso dramático. Há diversas maneiras de organizar uma matéria. Você pode organizar uma matéria no modelo das nas semanais americanas, o *Times*, *Newsweek*, ou modelo de maior envolvimento pessoal. Só para ficar no universo americano, a *American Ferry*, a *New Yorker*. A gente tenta fazer com que o envolvimento do jornalista apareça, que ele escreva as cenas, os detalhes, a coisa que é mais reveladora, para mostrar um pouco de vida concreta, essa coisa que se perdeu no jornalismo. Contar que a pessoa é, como é que ela anda, se mexe. Enfim, tentar um retrato mais acabado das pessoas, do que é dado a ver. Então, por isso que é uma matéria que demora mais tempo, mais em conta. A matéria do Daniel Dantes demora uns três ou quatro meses para fazer. Ele encontrou com o Daniel várias vezes, levou ele para jantar, almoçou com ele no banco. Para poder, enfim, escrever. Em vez de fazer uma matéria sobre as confusões Brasil Telecom, Oportunity. Não, saber um pouco mais sobre quem é essa figura Daniel Dantas.

E o senhor tinha mencionado que esse tipo de abordagem tinha desaparecido do jornalismo brasileiro. Por que o senhor achar que isso sumiu?

Senhor, não. Mais barato. Com o negócio de internet, sobretudo, você vai lá, faz um cozido do que apareceu na imprensa, bota uma opinião forte e estamos conversados, é o que basta. E um subproduto tipo é o colunismo. Se você encontrar o colunista, ele fica lá deblaterando contra tudo e todos e passa isso como jornalismo. Agora, ir lá ver como funciona, tudo isso toma tempo e dinheiro. Então, com a situação econômica ruim das empresas jornalísticas, optou-se pela solução mais econômica, que agrada muitos jornalistas porque é a solução menos trabalhosa.

E é um pouco contraditório entre o que é o jornalismo ideal e o que eles estão fazendo.

Não, cada um faz do jeito que quer, cada um faz do jeito que pode. A gente tenta fazer de uma maneira um pouco mais trabalhada, um pouco mais pesquisada. Nesse mês, a seção despedida é sobre uma bala perdida num cara que morreu num posto de gasolina. Os jornais, rádios, televisões deram como fato, se expressando: “A verdade é que a bala saiu a 900 metros, atravessou duas [?] e matou o Fulano”. Pô, aí nós fomos olhar a matéria. O Roberto Kaz foi fazer a matéria e não tinha nenhuma evidência disso. Não foi feita nenhuma análise balística, nem tiraram a bala do corpo do sujeito Tudo uma chutação geral. A matéria não era uma denúncia contra os jornalistas. Era apenas para mostrar: “Olha!”.

E o público como ele reage a isso? Porque é uma revista bem diferente.

Não sei direito. Na verdade, a revista é boa. Tem 13 mil assinantes e vende de 20 a 25 mil por edição em banca. É uma boa tiragem. As pessoas com as quais conversamos, o João faz palestras em faculdades, dizem que gosta da revista porque ela conta histórias, é bem humorada, é surpreendente, porque não tem uma linha muito definida, ela não se destina a salvar o Brasil, ela não trata dos GPMs, dos Grandes Problemas Nacionais. A gente pensa em coisas concretas, uma história é uma história, outra história é outra história, fala de política, tem questões políticas, ensaio e tudo, mas ela não tem esses decibéis a mais que caracteriza a imprensa brasileira. E todos gostam, é uma revista diferente. Realmente é uma revista mais surpreendente. Ela tem coisas que outras publicações não têm.

A Piauí acaba puxando muito para temas de cultura. E o quê mudou no mercado cultural brasileiro nesses últimos anos?

Olha, na minha impressão e tentativa, não é uma revista cultural. A gente fala não fala sobre filmes, a gente não sobre música, a gente não fala sobre peças de teatro. Então, ela não é uma revista de serviço cultural de resenhas, de crítica, agenda cultural, “chegou o *Cirque de solei*, foi lançado o filme tal, a atriz tal está deslumbrante na novela”. Não faz. Eu acho que tudo isso é mercadoria, tudo isso é uma mercantilização da cultura que aí sim ocorre cada vez mais na imprensa brasileira. É tudo pautado pelo que é mercadoria, pelo que é produto. Então tudo recebe um espaço conforme a sua repercussão. Os segundos cadernos hoje têm dezenas de propagandas desse *Cirque de solei* e fazem matérias desse raio de *Cirque du solei*. Nós não fazemos isso. O que tem é a tentativa de se fazer uma coisa mais genérica possível e menos atrelada à agenda cultural. Às vezes tem uma coisa ou outra que está: “Se liga!”. Saiu o livro do Paulo Emílio Sales Gomes, a reedição do seu romance *Três mulheres de três pês*. O Roberto Schuartz tinha um ensaio. Eu peguei esse ensaio dele, achei bom, e falei: “Vou publicar”. Mas não está submetido à lógica do mercado. É contar uma experiência cultural. Ou o Nando Reis, ele conta o que uma turnê de dentro.

O caso também da matéria sobre os grupos de rap.

É um grupo que tem relativo sucesso e tem uma presença em certos nichos que é importante. Culturalmente ela tem relevância: o quê que é isso? O quê que tem esses caras? Por que eles fazem isso? O papel das drogas? O papel da violência? Da agressividade? E aí o nosso repórter foi para lá, ficou com eles, foi num show deles em Goiás, foi em outro em Brasília. O quê que é isso? O quê que esses caras pensam? Como se vestem? É mostrar um trabalho, mostrar uma nova forma. Mas eu não considero isso uma matéria cultural. É uma matéria, assim como tem a matéria com os organizadores desse Pan. Eu não vejo... Assim como teve o operário teve o Nando Reis. A Fernanda Torres escreveu uma matéria sobre medo de entrar em cena. Eu não acho que seja uma matéria cultural. Para é mais um trabalho como outra coisa. Então eu não vejo a revista como muito preocupado nem como em abordar cultura brasileira ou privilegiar ou em ter uma matéria específica de contar as coisas, literária, como você falou. Não, eu não acho. É outra coisa. É inclusive ações, idiosincrasias das pessoas. Eu acho arquitetura interessante, acho legal. Aí tem um rapaz que escreve sobre arquitetura para mim. Fui lá em Porto Alegre, conta o quê que é, quem é o arquiteto que fez. Fez uma edição até sobre Niemeyer e o Paulo Rocha, porque eu gosto de arquitetura, acho bonito, acho muito mais interessante do que ficar falando e televisão.

E como é encontrar uma abordagem numa revista que é mensal?

É difícil. Aí tentar dar alguma atualidade, para ela não ficar muito solta no espaço, mas ainda não tem uma receita, ainda não tem muito definido como que faz isso. Umas vezes dá certo, outras não. Você pode criar uma expectativa. A gente deu uma matéria sobre os 40 anos do *Sargent Peppers*, o disco dos Beatles. Uma matéria muito boa, mas ficou uma coisa meio de efemérides, todo o mundo vê. Deram uma esquina sobre o diretor de tai chi das bestas, uma tentativa de dar uma autoridade... Mas, enfim, ainda não achamos aqui as formas, uma maneira de contar. Umas vezes é atual, umas vezes é não atual. O tema tem que estar meio no ar. Por exemplo, o rap, o rap está aí. Mas podia ter saído dois meses antes, dois meses depois. Estamos atrás.

Entrevista realizada na redação da Revista Piauí, no Rio de Janeiro, em 10/07/2007.

Entrevista com o jornalista e escritor Ruy Castro

Gostaria que o senhor falasse um pouco da sua trajetória como “jornalista de redação”, antes de iniciar a carreira como escritor / biógrafo

Trabalhei de 1967 a 1987, dos 19 aos 39 anos, em jornais e revistas. Fui repórter de geral e de cultura, redator, repórter especial, editor de cadernos de jornal e de revistas de vários gêneros, colunista diário e semanal, articulista, etc etc. Fiz de quase tudo na imprensa, exceto morder o cachorro. Escrevi também programas de rádio, passei quase um ano em publicidade (bleargh!), escrevi histórias para disquinhos infantis e programas de televisão (linha de shows) na TV Globo, etc. Alguns dos veículos de que participei efetivamente foram os jornais Correio da Manhã, Jornal do Brasil e Folha de S. Paulo, as revistas Manchete, Diners, Fairplay, Seleções, IstoÉ e Veja, o semanário O Pasquim, a rádio Eldorado, as TVs Globo e Educativa, etc. Se for acrescentar os veículos em que colaborei, o seu espaço não vai chegar. Comecei a trabalhar com livros aos 40, em 1988.

Por que escolheu escrever livros?

Não escolhi. Apenas pintou. Nunca foi um projeto meu o de me tornar autor de livros.

Em que sentido a decisão de começar a redigir biografias representou uma ruptura ou uma continuidade na sua trajetória e na sua atividade profissional?

Diminuiu o meu tempo para colaborar na imprensa. Em compensação, como dizem os amigos, me colocou num "novo patamar".

Houve algum tipo de preparação ou aprendizado para o trabalho como biógrafo e escritor?
Sim. Vinte anos na imprensa e quarenta anos lendo e aprendendo sobre todos os assuntos possíveis.

Existe um grupo de jornalistas que se dedicam atualmente a escrever livros. O senhor acredita que esse grupo pode representar uma nova categoria de jornalistas?

Não. Acho que jornalista é quem escreve para jornal.

A produção de livros por jornalistas pode ser vista como uma alternativa ao jornalismo?

Não. Os livros não pagam salário, embora às vezes rendam algum dinheiro.

E como esses livros são considerados do ponto de vista literário?

Depende do livro.

O senhor é jornalista, mas participa também de espaços ligados à literatura, como o Festival de Parati, além de ser bastante conhecido entre o público por seus livros. O senhor se define como jornalista ou escritor?

Sou jornalista porque sempre fui e um pouco porque continuo sendo, ao colaborar três vezes por semana na página 2 da Folha e numa quantidade de outras veículos que vivem pedindo artigos meus. Mas sou também escritor, porque escrevo livros, aos quais tento impor uma qualidade literária.

Entrevista realizada por e-mail em: 22/11/2007

ANEXO IV – LISTA COMPLETA DOS PARTICIPANTES DOS ESPAÇOS: SEMPRE UM PAPO E RODAS DE LEITURA

Lista dos participantes do *Sempre um papo* (em ordem alfabética)

Adriana Falcão, Affonso Romano, Aírton Ortiz, Alberto Villas, Aldir Blanc, Amyr Klink, Ana Carla Fonseca Reis, Ana Maria Bahiana, Ana Rita de Macedo Moura, André Trigueiro, Arnaldo Antunes, Arnaldo Jabor, Augusto Cury, Brian Wiess, Bruno Tolentino, Caco Barcellos, Carl Honoré, Carla Camurati, Carlos Felipe, Carlos Heitor Cony, Cida Lopes, Clara Feldman, Claudia Giannetti, Cláudio de Moura Castro, Cléo Fante, Danuza Leão, Denise Fraga, Dijon de Moraes, Don e Petie Kladstrup, Dr. Leão, Dráuzio Varella, Edgar Toledo, Eduardo Giannetti, Eliezer Teixeira, Erasmo Vieira, Fábio Cesnik, Fabrício Carpinejar, Família Schürmann, Fernando Brant, Fernanda Young, Fernando Dolabela, Fernando Moraes, Flávio Braga, Franklin Martins, Frei Betto, Fuad Noman, Gabriel Chalita, Giselle Beiguelman, Hugo Werneck, Humberto Werneck, Içami Tiba, Isay Weinfeld, Joaquim Ferreira dos Santos, José de Anchieta, José Saramago, Leila Ferreira, Leonardo Boff, Lou Marinoff, Lucas Figueiredo, Lya Luft, Marcelo Gleiser, Marcelo Rubens Paiva, Márcia Fagundes, Marco Antônio de Carvalho, Marco Aurélio Baggio, Marcos Ribeiro, Marcus Pavani, Maria Cristina Rocha, Maria Dolores, Marina Colasanti, Mark Baker, Milton Hauton, Mirian Assumpção de Lima, Moacyr Scliar, MV Bill, Olivier Anquier, Pato Fu, Paulo Tatit, Pedro Cardoso, Regina Navarro, Regina Navarro Lins, Ricardo Kotscho, Roberto Carlos Ramos, Roberto Linsker, Rose Marie Muraro, Rubem Alves, Ruy Castro, Sandra Peres, Stella Florence, Tânia Zagury, Vander Lee, Wagner Willian, Zeca Camargo, Zuenir Ventura.

Lista disponível em: <http://www.sempreumpapo.com.br/> (acessada em março, 2007).

Lista dos participantes das *Rodas de Leitura* (ordem de apresentação)

1993

Julho – 8 leituras

- Victor Giudice – Um outro estudo de mulher (H. Balzac)
Luíza Polessa – A poesia de Gregório de Matos e Guerra
Luís Filipe Ribeiro – Um homem célebre (Machado de Assis)
Luís Filipe Ribeiro – SextaNovela / Terceira Jornada / Decamerão Boccaccio
Luíza Polessa – Raul Pompéia revisitado
Suzana Vargas – Bilhete de Loteria (Anton Tchecov)
Victor Giudice – Bola de Sebo (Guy de Maupassant)
Suzana Vargas – A lírica de Luís Vaz de Camões

Agosto – 10 leituras

- Victor Giudice – A terceira margem do rio (Guimarães Rosa)
Ângela Garcia – I love my husband (Nélida Piñon)
Aristides Alonso – O ovo e a galinha (Clarice Lispector)
Suzana Vargas – História porto-alegrense (Moacyr Scliar)
Luíza Polessa – Agruras de um jovem escritor (Rubem Fonseca)
Ângela Garcia – O pirotécnico Zacarias (Murilo Rubião)
Victor Giudice – A história que meu pai me contou (Autor desconhecido)
Aristides Alonso – Jardim dos caminhos que se bifurcam (Jorge Luís Borges)
Ângela Garcia – Aqueles dois (Caio Fernando Abreu)
Suzana Vargas – Noite (Artur Portela Filho)

Setembro – 6 leituras

- Jorge Wanderley – A poesia de Manoel Bandeira
Antônio Carlos Secchin – A poesia brasileira moderna e contemporânea I (Drummond / João Cabral de Mello Neto)
Jorge Wanderley – A poesia de Carlos Drummond de Andrade
Suzana Vargas – Descobrimo a poesia de Manoel de Barros
Victor Giudice – Cântico Negro (José Régio) e Lusitânia do Bairro Latino (Antônio Nobre)
Antônio Carlos Secchin – A poesia brasileira moderna e contemporânea II (Ferreira Gullar / Caetano Veloso / Chico Buarque)

1994

Maio – 10 leituras – FICÇÃO

- José J. Veiga – O diálogo da relativa grandeza
João Antônio – Guardador
Emanuel Brasil – Seção XXIII
Sérgio Sant'Anna – Homem sozinho numa estação rodoviária
Lídia Santos – A volta do bruxo
Victor Giudice – Bolero (trechos)
Mário Pontes – Cantiga para Do Carmo
Esdras do Nascimento – A dança dos olhares
Júlio César Monteiro Martins – Zargo
Lygia Fagundes Telles – As formigas

Junho – 8 leituras – POESIA

Ferreira Gullar – Antologia pessoal
Affonso Romano de Sant'Anna - Antologia pessoal
Moacyr Felix - Antologia pessoal
Olga Savary - Antologia pessoal
Ivan Junqueira - Antologia pessoal
Jair Ferreira dos Santos – Antologia pessoal
Chacal - Antologia pessoal
Adélia Prado - Antologia pessoal

Julho – 8 leituras - TEATRO

Aderbal Freire Filho – O tiro que mudou a História (Carlos Eduardo Novaes e Aderbal Freire Filho)
Amir Haddad – Galileo Galilei (Bertolt Brecht)
José Maria Monteiro – Tu não é mais você (José Maria Monteiro)
Zezé Polessa – Vestido de Noiva (Nelson Rodrigues)
Scarlet Moon – Hamlet (William Shakespeare) e Perdoa-me por me traíres (Nelson Rodrigues)
Lauro Góes – Bodas de Sangue (Federico Garcia Lorca) e Vereda da Salvação (Jorge Andrade)
Paulo José – Revéillon (Flávio Márcio)
Naum Alves de Souza – No Natal a gente vem te buscar (Naum A. de Souza)

Setembro – 8 leituras

LITERATURA HISPANO AMERICANA

Júlio Aldinger Dalloz –Horácio Quiroga
Jorge Wanderley – Borges Poeta
Ronaldo Menegaz – Alejo Carpentier
Maria do Carmo C. Costa – Augusto Roa Bastos
Bella Jozef – Juan Rulfo
Victor Giudice – El Libro de la Imaginación
Dario Restrepo – Álvaro Muttis
Eduardo de Farias Coutinho – Gabriel Garcia Marquez

Outubro – 8 leituras LITERATURA HISPANO- AMERICANA

Luiz Filipe Ribeiro – Júlio Cortazár
Carl Erik – Guillermo Cabrera Infante
Victor Hugo Adler – Bioy Casares
Guillermo Gucci – Juan Carlos Onetti
Suzana Vargas – Octávio Paz
Ronaldo Menegaz – Eustásio Rivera
Maurício Salles – Ernesto Sábato
Júlio Aldinger Dalloz – Vargas Llosa

Novembro – 8 leituras LITERATURA PORTUGUESA

Cleonice Berardinelli –Fernando Pessoa
Jorge Fernandes da Silveira – A mulher pelo avesso numa cantiga Medieval
Beatriz Rezende – Mário de Sá Carneiro
Gilda C. Santos – Jorge de Senna
Teresa Cristina Cerdeira da Silva – Miguel Torga

Victor Giudice –Três Sonetos de Camões
Maria Helena Azevedo – Al Berto
Maria do Perpétuo Socorro – Cesário Verde

1995

Junho – 8 leituras – LITERATURA FANTÁSTICA

Ivo Barroso – O Beijo Antes do Sono (Fausto Cunha)
Moacyr Scliar – O Carnaval dos Animais (Moacyr Scliar)
Bráulio Tavares – A Máquina Voadora (Bráulio Tavares)
Moacyr Cyrne – Vento Frio (H. Lowercraft)
Suzana Vargas – Os Cavalinhos de Platiplanto (José J. Veiga)
Muniz Sodré – A Estepe Africana (Ray Bradbury)
Domício Proença Fo. – Alfredo (Murilo Rubião)
Victor Giudice – Carta a Estocolmo (Victor Giudice)

Julho – 8 leituras – LITERATURA ERÓTICA

Eduardo Coutinho – Grande Sertão Veredas (Guimarães Rosa)
João Gilberto Noll – A fúria do Corpo (João Gilberto Noll)
Teresa Cristina Cerdeira – Poemas Eróticos (David Mourão Ferreira)
Ana Cristina Chiara – Elogio à Madrasta (Mário Vargas Llosa)
Nei Leandro de Castro – Era um vez Eros (Nei Leandro de Castro)
Victor Giudice – Tara (Cassandra Rios)
Renata Pallottini – Mulher Sentada na Areia (Renata Palottini)
Ignácio de Loyola Brandão – Obscenidades para uma Dona de Casa

Agosto – 10 leituras – AS MIL E UMA NOITES

Victor Giudice – Sindibad Marujo
Francisca Nóbrega – Príncipe Kamarusaman
Marina Martinez – Ali-Babá e os 40 Ladrões
Hanny Ibrahim Hazime – História do Pescador
Loana Lagos Maia – Os artifícios de Dalila, a trapaceira
Luiz Filipe Ribeiro – A história das três maçãs
Luiza Polessa – A esplêndida história do Príncipe Diamante
Roseana Murray – O Carregador e as Damas (narrativa do 1º Derviche Calender)
Clarisse Fulkemann – A morte e a morte de Quincas Berro D'Água (Jorge Amado)
Jorge Amado – Tenda dos Milagres

Setembro – 8 leituras OS ESCRITORES

Luiz Vilella – Mosca Morta
João Ubaldo Ribeiro – Sargento Getúlio
José Louzeiro – Praça das Dores
Márcio Souza – O Velho Curtume da China

Leonardo Fróes – Antologia (poemas)
Ana Maria Machado – O Mar Nunca Trásborda
Ana Miranda – A Última Quimera
Lya Luft - Sentinela

1996

Maio – 8 leituras – CLASSICOS DA LITERATURA UNIVERSAL

Marco Lucchesi – A Divina Comédia (Dante Alighieri)

Maria do Socorro – D. Quixote (Miguel de Cervantes)

Jorge Wanderley – Hamlet (William Shakespeare)

Gilda Santos – Os Lusíadas (Luiz Vaz de Camões)

Luis Filipe Ribeiro – Fausto (W. Goethe)

Antônio Houaiss – Ulisses (James Joyce)

Jair Ferreira dos Santos – A Náusea – Jean-Paul Sartre

Victor Giudice – A Metamorfose (Franz Kafka)

Junho – 8 leituras – CLÁSSICOS DA LITERATURA BRASILEIRA

Fábio Lucas – O Ateneu (Raul Pompéia)

Roberto Schwarz – Memórias Póstumas de Brás Cubas (Machado de Assis)

Heloísa Buarque de Hollanda – Macunaíma (Mário de Andrade)

Nelson Werneck Sodré – Memória do Cárcere (Graciliano Ramos)

Suzana Vargas – Antologia Poética (Cecília Meireles)

Nelson Soler Saintive – Antologia Poética (Manuel Bandeira)

Roberto Corrêa dos Santos – Felicidade Clandestina (Clarice Lispector)

Flávio Loureiro Chaves – Incidente em Antares (Érico Veríssimo)

Julho – 10 leituras LITERATURA EM DIÁLOGO

Literatura e Mitologia

Maria Alice Aguiar – O Novo Reino (Nélida Piñon)

Domício Proença Filho – Histórias da Mitologia

Literatura e Cinema

José Carlos Avellar – A Hora da Estrela (Clarice Lispector)

Zelito Vianna – O Rio (João Cabral de Melo Neto)

Literatura e Teatro

Luis Carlos Maciel – O Processo (Franz Kafka)

Aderbal Freire Filho – A Mulher Carioca aos 22 anos

Literatura e Arte

Lilian Pestre de Almeida – O Romance de Proust e as Artes (Marcel Proust)

Ferreira Gullar – Poemas Especiais

Literatura e Música

Victor Giudice – O Sétimo Punhal

Chico Buarque – Benjamim

Agosto – 8 leituras
ESCRITORES AO VIVO

Autran Dourado – Uma vida em segredos
Luis Antônio de Assis Brasil – Pedra da Memória

Rubem Mauro Machado – O emprego / Erosão
Eric Nepomuceno – Bangladesh talvez

Nilma G. Lacerda – Viver é feito à mão • O olho de Rembrandt
Roberto Drummond – Ilda Furacão

Flávio Moreira da Costa – O equilibrista do arame farpado
Carlos Heitor Cony – Quase-Memória

Setembro – 11 leituras PRESENÇA DA POESIA

Astrid Cabral – Antologia Pessoal
Rita Moutinho - Antologia Pessoal
Armindo Trevisan - Antologia Pessoal
Jorge Wanderley - Antologia Pessoal
Geraldinho Carneiro - Antologia Pessoal
Marly de Oliveira - Antologia Pessoal
Elisa Lucinda - Antologia Pessoal
Leila Miccolis - Antologia Pessoal
Carlos Nejar - Antologia Pessoal
Roseana Murray - Antologia Pessoal (Adriano Espínola)
João Cabral de Melo Neto – Antologia Pessoal

Outubro – 10 leituras CRONISTAS BRASILEIROS

Carlos Eduardo Novaes
Luis Fernando Verissimo
Maria Lúcia Dahl
Affonso Romano de Sant'Anna
João Antônio
Arthur Xexéu
João Ubaldo Ribeiro
Zuenir Ventura
Lourenço Diaféria
Tutty Vasques

Novembro – 8 leituras RODA JOVEM DE LEITURA
Julio Braz – Enquanto Houver Vida, Viverei – AIDS e adolescencia
Chacal – Letra elétrica
Chico Caruso – Charge
Tony Belloto – Belini e a Esfinge
Grupo Obrigado Esparro – Confusões de Aborrecentes
Casseta & Planeta – Entrando na Roda
Miguel Paiva – Radical Chic e Outras Crônicas
Arnaldo Antunes - Poemas

1997

Abril – 10 leituras - BIÓGRAFOS E BIOGRAFADOS

Nádia Battella Gotlib –Clarice Lispector
Fernando Morais – Chatô, o rei do Brasil
Joaquim Ferreira dos Santos – Antônio Maria
Ruy Castro - Garrincha
João Máximo – João Saldanha
José Maria Cançado – Carlos Drummond de Andrade

Jeferson Ribeiro de Andrade – Anna de Assis
Dênis de Moraes – Graciliano Ramos
Helena Jobim – Tom Jobim
José Castello – Vinicius de Moraes

Maiο – 8 leituras - CARTAS DE AMOR

Ivo Barroso – Fernando Pessoa
Maria Rita Kehl - Freud
Ivan Junqueira – Mariana do Alcoforado
Esdras do Nascimento – James Joyce
Ana Cristina Chiara - Ovídio
Marta de Senna - Kafka
Victor Hugo Pereira – Graciliano Ramos
Marco Lucchesi – Rainer Maria Rilke

Julho – 10 leituras – FÁBULAS DE LA FONTAINE

Ana Maria Machado – A Cigarra e a Formiga
Regina Zilbermann – A Leiteira e o Pote de leite
Walder Virgolino – Os dois Pombos
Roseana Murray – Patê de Enguia
Marina Quintanilha – O Lobo e o Cachorro
Fanny Abramowich – O Menino e o Mestre-escola
Ivo Barbieri – O Lobo e o Cachorro
Bartolomeu Campos de Queirós – O Estatuário e a Estátua de Júpiter
Maria Helena Martins – A Mosca e o Leão
Maria Clara Machado – A Galinha e os Ovos de Ouro

Setembro – 8 leituras – HISTÓRIAS DE TERROR E DE CRIME

Ítalo Rossi – Passeio Noturno (Rubens Fonseca)

Comentários – Vera Follain de Figueiredo

José Mojica Martins –Obra Seleccionada

Guida Vianna – Flor, Telefone, Moça (Carlos Drummond de Andrade)

Comentários – Bráulio Tavares

Amir Haddad – Noite na Taverna (Álvares de Azevedo)

Comentários – Antônio Carlos Secchin

Maria Pompeu – A Coleção Negra (vários autores)

Comentários – Luciana Villas-Boas

Denise Milfont – O Barril de Amontilado (Edgar Allan Poe)

Comentários – Sérgio Sant’Anna

Scarlet Moon – Dragões, Vampiros e Mutantes no Terror de Stephen King

Comentários – Sonia Rodrigues Mota

Zezé Polessa – Os Venenos de Lucrecia (Sonia Coutinho)

Comentários – Sonia Coutinho

Outubro – 10 leituras – OS VÁRIOS RÓTULOS DA LITERATURA NO BRASIL

Literatura Regional

Milton Hatoum – Relato de um Certo Oriente

José Clemente Pozzenato – O Quatrilho

Literatura Feminina

Edla Van Steen – Cheiro de Amor

Nélida Piñon – A Colheita

Literatura de Cordel

Raimundo Santa Helena - Guerra de Canudos: centenário

Geraldo Amancio e Oliveira de Pannels – De Repente, Cantoria

Literatura Negra

Éle Semong e Salgado Maranhão – A Cor da Demanda

Joel Rufino dos Santos – Crônica de Indomáveis Delírios

Literatura Gay

Ítalo Moriconi – Antologia Poética

João Silvério Trevisan – Toços e Destroços

1998

Março

Paulo Lins – Literatura e Romance – Reportagem

Abril

Frei Betto – Literatura e Religião

Mai

Pedro Bial – Literatura, Poesia e Notícia

Junho – Encontros com a Literatura Latino-Americana Contemporânea

Ricardo Piglia (Argentina)

Convidada Brasileira – Bella Jozef

Zoé Valdés (Cuba)

Convidado Brasileiro – Moacyr Scliar

Gonzalo Rojas (Chile)

Convidado Brasileiro – Ferreira Gullar

Francisco Rebolledo (México)

Convidado Brasileiro–Eric Nepomuceno

Julho

Caetano Veloso – Literatura e Tropicalismo

Agosto

Paulo Coelho – Literatura e Esoterismo

Setembro

Marina Colasanti – Literatura e Mulher

Outubro

Luiz Alfredo Garcia Roza – Literatura e Romance Policial

Novembro

Dias Gomes – Literatura e Dramaturgia

Dezembro - LEITURAS DE NATAL

Lygia Fagundes Telles – Natal na Barca

Leitura Dramatizada por Nathalia Timberg

Comentários de Jonas Rezende

Guilherme Karan – O Peru de Natal (Mario de Andrade)

Comentários de Regina Navarro

Cássio Scapin (o Nino do Castelo Rá-Tim-Bum)

Participação Roseana Murray (escreveu Babel: um conto de Natal)

1999

Janeiro

Leonardo Boff – Literatura e Teologia

Fevereiro

Luis Fernando Veríssimo – Literatura e Humor

Março

Patrícia Melo – Literatura e Violência

Abril

Alcione Araújo – Literatura e Estréias

Maio

Antônio Cícero – Literatura, Poesia e Filosofia

Junho

Rubens Figueiredo – Literatura e Narrativa Curta

Junho – INFORMES DE BORGES

Maria Kodama – Borges Leitor

Participação – James Woodall e Bella Jozef

Leitura Dramatizada – Pedro Bial

Héctor Yánover – Borges Poeta

Participação – Ivan Junqueira e Jorge Wandelely

Leitura Dramatizada – Eva Wilma

Alberto Manguel – Borges Ensaísta

Participação – Guillermo Giucci e Marco Lucchesi

Leitura Dramatizada – Carlos Zara

Santiago Kovadloff – Borges Ficcioniásta

Participação – Jorge Schwartz e Eric Nepomuceno

Leitura Dramatizada – Rubens de Falco

Julho

José Mindlin – Literatura e Biblioteca

Agosto

José Miguel Wisnik – Literatura e Música

Setembro

Eduardo Bueno – Literatura e História

Outubro

Joel Birman – Literatura e Psicanálise

Novembro

Lygia Bojunga Nunes – Literatura e Depoimento

Dezembro

Costanza Pascolato – Literatura e Moda

2000

Janeiro

José Castelo – Memória literária: da entrevista à biografia

Fevereiro

Oswald de Andrade por Lucia Helena

Março

Sérgio Cabral – Literatura e Carnaval

Abril

José Eduardo Agualusa e Ruy Duarte de Carvalho – África: novos autores

Maio

Helder Macedo – Letras Portuguesas

Junho

Guimarães Rosa por Alexei Bueno

Julho

Lya Luft – As margens do feminino

Junho – Um Mundo Alucinante: o selvagem, o mítico e o fantástico na Literatura Latino-Americana

As veias da América: Uma História Quase Real

Mempo Giardinelli e Ana Maria Machado

Apresentação – Jorge Vasconcellos

O Racional e o Mítico

Jorge Guzmán e Carlos Heitor Cony

Apresentação – Alexandre Raposo

O Mito do Fantástico

Reinaldo Montero e Renata Pallottini

Apresentação – André Luiz Barros

A Poesia e o Sentido da Primitividade

Antonio Cisneros e Carlos Nejar

Apresentação – Bella Jozef

Agosto

Cristovão Tezza – Nova ficção brasileira

Setembro

Jorge Mautner – A poesia na música

Outubro
Ruth Rocha – Leituras da Infância

Novembro
Léo Schlafman – Thomas Mann revisado

Novembro (Brasília)
Carlos Heitor Cony – Caminhos da Ficção

Dezembro
Ítalo Moriconi – Contos de Natal

Dezembro (Brasília)
João Ubaldo Ribeiro – Leituras de Natal
Leitura Dramatizada por Zezé Polessa

2001

Janeiro
Nelson Motta

Janeiro (Brasília)
Nelson Motta – Literatura e MPB

Fevereiro
Marcelo Rubens Paiva

Fevereiro (Brasília)
Poesia Brasiliense I
Fernando Mendes Vianna, José Santiago Naud e Anderson Braga Horta
Participação – Pedro Bial

Fevereiro – RODA JOVEM DE LEITURA
Ruth Rocha

Março
Adriana Falcão

Março (Brasília)
Renato Russo por Arthur Dapieve

Abril
Autran Dourado

Abril (Brasília)
Autran Dourado

Abril –RODA JOVEM DE LEITURA
Tony Bellotto

Maio
Renato Russo por Athur Dapieve

Maio (Brasília)
Ana Miranda

Maio (São Paulo)
Haroldo de Campos

Junho
Mino Carta

Junho (Brasília)
Antônio Torres

Junho (São Paulo)
Ignácio de Loyola Brandão

Junho – RODA JOVEM DE LEITURA
Margarida Patriota

Junho – Mestres da Literatura Latino-Americana Contemporânea
Rio de Janeiro e Brasília
Poesia latino-americana do regional ao universal
Juan Gelman
Haroldo de Campos – Rio / Lêdo Ivo - Brasília
Mediação – Eric Nepomuceno

O rio do meio ficção feminina
Elena Poniatowska
Lya Luft
Mediação - Bella Jozef
Panorama do romance latino-americano
Antonio Skármeta
João Ubaldo Ribeiro
Mediação – Ari Roimam

Julho
José Lins do Rego por Ivan Junqueira

Julho (Brasília)
Chacal, Nicolas Behr e Luis Turiba - Marginais, experimentais e malditos

Julho (São Paulo)
Renata Pallottini

Agosto
João Silvério Trevisan

Agosto (Brasília)
Leitura dramatizada Zezé Motta - Cecília Faz 100 anos por Danilo Lôbo

Agosto (São Paulo)
Carlos Heitor Cony

Agosto – RODA JOVEM DE LEITURA
Gabriel o Pensador

Setembro
Roberto Drummond

Setembro (Brasília)
Moacyr Scliar - Caminhos da Ficção

Setembro (São Paulo)
Fernando Moraes

Outubro
Gabriel o Pensador

Outubro (Brasília)
Luis Gusmán e Ignacio de Loyola Brandão - Ficção Latino-Americana

Outubro (São Paulo)
Luis Gusmán - Nova Literatura Latino-americana

Outubro – RODA JOVEM DE LEITURA
Marina Colasanti

Novembro
Fernando Moraes

Novembro (Brasília)
Fernando Moraes - Biógrafos e Biografados

Novembro (São Paulo)
Boris Schnaiderman lê Dostoiévski

Dezembro
Heloisa Seixas

Dezembro (Brasília)
Naum Alves de Souza

Dezembro (São Paulo)
Lygia Fagundes Telles e Beatriz Segall – Leituras de Natal

Dezembro – RODA JOVEM DE LEITURA
Stela Maris Rezende

2002

Janeiro - (RJ / DF / SP)
Luis Fernando Veríssimo

Fevereiro - (RJ / DF / SP) HOMENAGEM A JORGE AMADO
Marlyse Meyer e Cássio Scapin – SP
Gilson Sobral e Alexandre Ribondi–DF
Muniz Sodré e Amir Haddad – RJ

Fevereiro – RODA JOVEM DE LEITURA
Lourenço Cazarré

Março (RJ / DF/ SP)
Fernanda Young

Abril
Ronaldo Costa Fernandes

Abril – DF
Milton Hatoum e Ronaldo Costa Fernandes

Abril – SP
Milton Hatoum

Abril – RODA JOVEM DE LEITURA
Ziraldo

Maió – (RJ / DF / SP)
Ruy Castro

Junho – (RJ / DF / SP)
Drauzio Varella

Junho – MOSTRA SUL DA POESIA LATINO-AMERICANA
RJ – 18/06 DF – 19/06 SP – 22/06
Jorge Enrique Adoum (Equador)
Circe Maia (Uruguai)
Arturo Carrera (Argentina)
Ferreira Gullar
Ruy Espinheira Filho

RJ - 19/06 DF - 20/06 SP – 22/06
Juan Gustavo Cobo Borda (Colômbia)
Elvio Romero (Paraguai)
Luis Albertp Crespo (Venezuela)
Armando Freitas Filho

RJ – 20/06 DF – 21/06 SP– 22/06

Rodolfo Hinostroza (Peru)

Gonzalo Millán (Chile)

Renata Pallottini

Ivan Junqueira

Julho - (RJ / DF / SP)

Elisa Lucinda

Agosto - (RJ / DF / SP)

Eduardo Bueno

Setembro - (RJ / DF / SP)

Mario Prata

*Relatório enviado ao Centro Cultural do Banco do Brasil, que patrocinou as rodas de leitura.
Disponibilizado ao autor por Suzana Vargas em:07/05/2005*

**ANEXO V – PESQUISA: A ELITE DOS JORNALISTAS BRASILEIROS:
REPRESENTATIVIDADE E LEGITIMIDADE DENTRO DO GRUPO
PROFISSIONAL**

Publicada originalmente no *Observatório da Imprensa*, em: 04/10/2005
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=349DAC003>

A figura do jornalista sempre causou certo fascínio na sociedade. Seja no cinema, na literatura ou mesmo nos quadrinhos, a figura do repórter-herói contribuiu para a construção do imaginário sobre a profissão. Um imaginário que, na maioria das vezes, ignora a complexidade do processo de produção de notícias, visto como um trabalho individual e personalizado do jornalista.

Em parte, essa tendência a individualizar as representações do *métier* explica-se pelo processo histórico pelo qual se constrói a identidade dos jornalistas. Na medida em que se consolida enquanto profissão, o jornalismo se relaciona e se abastece de práticas vizinhas, seja na literatura, na política, nas ciências sociais, etc. Esse intercâmbio implica uma certa dubiedade na identidade profissional: misto de técnico e intelectual, a condição de jornalista em alguns momentos se aproxima de outras profissões-liberais.

Mas a construção desse imaginário pode ser vista como uma estratégia de legitimação social adotada pela categoria. Por que devemos ter jornalistas? Por que conceder a um determinado grupo social o monopólio de produção e difusão de informações? Os jornalistas vão responder: “Não somos apenas operários de uma empresa especializada na venda de informações, cujo objetivo final é – obviamente – o lucro. Vigiamos o poder em nome da sociedade. Temos um mandato civil para isso!”. Por trás desse discurso está a idéia de que o jornalista deve ser visto como um ente autônomo, com interesses distintos (e, muitas vezes divergentes) da empresa de comunicação .

Um outro fator – nem sempre citado pelos pesquisadores da área - pode nos ajudar a entender um pouco mais desse fascínio pelo jornalista enquanto indivíduo e ator social. Falo da importância que uma elite profissional adquire na construção de um imaginário sobre o *métier* junto ao público e dentre os próprios jornalistas. Ou seja, na medida em que um jornalista atinge o topo, sua carreira torna-se paradigmática para o grupo profissional. Todos os valores e méritos necessários ao sucesso estarão representados nesse indivíduo.

Obviamente que existe uma discussão informal dentro da comunidade de jornalistas (incluindo também os professores e pesquisadores da área) em torno de alguns nomes que pertenceriam a essa elite. Mas isso é feito de forma aleatória. Se perguntarmos: “Qual a elite profissional dos jornalistas brasileiros?”, dificilmente encontraremos um consenso. Nesse sentido, o simples exercício de tentar encontrar e sistematizar esses nomes já me parece interessante e possibilitaria traçar contornos um pouco mais precisos sobre a atuação desse elite de jornalistas.

No caso, a solução encontrada para esse mapeamento foi a montagem de uma enquete on-line dirigida a jornalistas, assessores de imprensa, estudantes e acadêmicos da área, de forma que pudéssemos produzir uma lista preliminar dos jornalistas mais influentes.

Montagem e veiculação da enquete

Desde o começo, a pesquisa seguiu o princípio de que os próprios entrevistados deveriam indicar o nome de jornalistas considerados influentes. Ao meu ver, a técnica de indicações livres poderia oferecer duas vantagens:

1º) Permitiria superar as limitações impostas por critérios mais “objetivos”. Fatores como salário, cargo e titulação acadêmica não são necessariamente prioritários na definição de uma elite profissional. Reconhecemos, nesse caso, que o status social independente da riqueza material.

2º) Permitiria identificar os jornalistas mais influentes a partir do reconhecimento entre pares.

A pesquisa, veiculada na internet, consistia de dois campos de resposta. No primeiro, o entrevistado respondia à pergunta: “Levando em consideração a influência junto ao público e o prestígio profissional, indique o nome do jornalista que melhor representa os valores da profissão?” No segundo, indicava sua ocupação (jornalista, estudante de comunicação, professor/acadêmico, assessor de imprensa e outros).

O sistema de armazenagem das respostas foi construído em parceria com o estudante de Engenharia de Redes da Universidade de Brasília (UnB), Arthur Lima, e ficou hospedada no servidor da própria universidade. Além das respostas, o sistema detectava data e hora das votações. Assim, era possível descobrir e evitar que uma pessoa votasse repetidamente num mesmo nome. A divulgação da enquete foi feita por meio de notícias publicadas nos sites da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), do Observatório da Imprensa e do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo. A pesquisa ficou no ar entre os dias 25 de julho e 26 de setembro.

Resultados

Ao todo, a pesquisa computou 302 votos. A maior parte (46,69%) veio de pessoas que se declararam jornalistas, conforme mostra a Tabela 01.

Tabela 01 – Distribuição dos votos, segundo a ocupação dos entrevistados

Profissão do entrevistado	Votos	%
Jornalista	141	46,69
Assessor de Imprensa	28	9,27
Acadêmico ou professor	28	9,27
Estudante	42	13,91
Outros	59	19,54
Não votou	4	1,32
Total	302	100,00

Embora fosse o público prioritário da pesquisa, a alta incidência de jornalistas votantes surpreendeu. Quando escolhi os sites do Observatório da Imprensa e do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo como meios de divulgação, acreditava que haveria uma pulverização maior de votos entre estudantes e acadêmicos.

Uma possível explicação para essa concentração estaria no fato do jornalismo ser considerada primeira ocupação por profissionais que trabalham em mais de uma empresa/instituição (um jornal, uma universidade, um órgão governamental). Numa das respostas da enquete, por exemplo, um entrevistado que se declarou jornalista utilizou o espaço destinado à indicação de um nome para escrever a seguinte mensagem: “Como não tem espaço aí embaixo, informo que sou, também, professor de telejornalismo”.

É preciso destacar também que, historicamente, nunca houve uma separação formal no Brasil entre as profissões de jornalista e assessor de imprensa. Isso implica numa certa porosidade entre as duas ocupações. Os profissionais de ambas as profissões compartilham de uma formação comum - curso universitário de comunicação / jornalismo – e costumam intercalar períodos de trabalho nas redações e nas assessorias. Detentores de um registro de jornalismo, vários profissionais vão se considerar jornalistas desempenhando temporariamente a função de assessores.

Além disso, durante muito tempo o trabalho de assessorias será visto como uma atividade menor, a qual se dedicavam os menos competentes ou aqueles que buscavam melhores salários abrindo mão da “cachaça” representada pelo trabalho em redação.

Uma elite fragmentada

Ao analisarmos a lista de indicações da pesquisa, o que primeiro vem à tona é a fragmentação dos resultados. O profissional mais votado, o jornalista Alberto Dines, por exemplo, ficou com apenas 6% dos votos. Para isso, contribuiu o fato da pesquisa ter sido divulgada no Observatório da Imprensa, site fundado por Dines.

Observa-se também uma grande pluralidade de nomes. Para se ter uma idéia, 32,78% dos jornalistas que constam na lista obtiveram apenas uma indicação. Quando somamos o número de votos dos 16 jornalistas mais votados, chega-se a apenas 48,68% do total de votos (ver tabela 2).

Tabela 02: Jornalistas mais indicados

Jornalista	Indicações obtidas	%
Alberto Dines	18	5,96
Franklin Martins	14	4,64
Élio Gaspari	12	3,97
William Bonner	12	3,97
Ana Paula Padrão	11	3,64
Boris Casoi	10	3,31
Jânio de Freitas	9	2,98
Clóvis Rossi	8	2,65
Heródoto Barbeiro	8	2,65
Ricardo Noblat	8	2,65
Caco Barcellos	7	2,32
Carlos Nascimento	7	2,32
Alexandre Garcia	6	1,99
Carlos Chagas	6	1,99
Mino Carta	6	1,99
Ricardo Kotcho	5	1,66

Essa fragmentação evidencia uma das limitações do método adotado. Ao abrir para as indicações dos entrevistados sabíamos do risco dessa pluralidade de nomes e de uma tendência à regionalização das votações, como de fato aconteceu em alguns casos.

Essa fragmentação não implica necessariamente na falta de um consenso em torno dos integrantes da elite profissional brasileira. Outra hipótese deve ser considerada: a de que a elite dos jornalistas nacionais seria composta de um número ainda maior de profissionais do que se supunha anteriormente. Isso pode ser explicado pela diversidade de meios e funções que permeiam o campo do jornalismo no Brasil. Na verdade, constatamos mais tarde que boa dos entrevistados gostaria de ter indicado mais de um nome para a lista de jornalistas influentes.

Televisão e política

Um segundo aspecto que deve ser destacado é o predomínio de jornalistas que atuam na mídia televisão (ver tabela 03). Dos 16 mais votados, 10 trabalham com telejornalismo. Desses estão incluídos os apresentadores dos quatro telejornais mais importantes do País: William Bonner (Rede Globo), Ana Paula Padrão (SBT), Boris Casoy (Rede Record) e Carlos Nascimento (TV Bandeirantes).

Tabela 03: Jornalistas mais indicados por veículo de comunicação

Jornalista	Mídia	Veículo
Alberto Dines	Internet e TV	Site Observatório da Imprensa e TV Cultura
Franklin Martins	TV	Rede Globo
Elio Gaspari	Jornal Impresso	O Globo, Folha de S. Paulo e jornais assinantes da coluna
William Bonner	TV	Rede Globo
Ana Paula Padrao	TV	SBT
Boris Casoi	TV	Rede Record
Jânio de Freitas	Jornal Impresso	Folha de S. Paulo e jornais assinantes da coluna
Clóvis Rossi	Jornal Impresso	Folha de São Paulo
Heródoto Barbeiro	Rádio/TV	CBN/TV Cultura
Ricardo Noblat	Internet	Blog do Noblat no portal IG
Caco Barcellos	TV	Rede Globo
Carlos Nascimento	TV	TV Bandeirantes
Alexandre Garcia	TV	Rede Globo
Carlos Chagas	Jornal/Rádio/TV	Tribuna da Imprensa/Jovem Pan/CNT
Mino Carta	Revista	Carta Capital
Ricardo Kotcho	Internet	Coluna no portal No Mínimo e projeto de livro

Aparentemente, a hegemonia da televisão poderia ser explicada pela maior visibilidade desses jornalistas. No entanto, a maior parte desses jornalistas se formou profissionalmente na mídia impressa e foi recrutada posteriormente pelas emissoras de TV. Assim, ao mesmo tempo que aportam sua credibilidade à mídia audiovisual, multiplicam sua audiência e influência junto ao público e aos colegas.

Por fim, destacamos ainda a importância do jornalismo político na composição dessa elite profissional. Dos 16 jornalistas mais votados, boa parte atua como colunista político ou construiu sua carreira como repórter dessa editoria.

Limites e perspectivas

Esta reflexão buscou apresentar algumas perspectivas de estudo sobre as elites profissionais do jornalismo brasileiro. Entendo que seria impossível traçar um retrato mais fidedigno dessa elite em decorrência de limitações teóricas e metodológicas. Além disso, alguns temas importantes não puderam ser aprofundados nesse artigo cujo objetivo é o de apenas divulgar os resultados da enquete**.

Algumas indagações, entretanto, podem sugerir caminhos de pesquisa e reflexão. Em primeiro lugar, é preciso estudar a legitimidade desses jornalistas junto a outros setores da sociedade. Acredito que o estudo das relações entre a elite dos jornalistas e as elites do poder representa um campo bastante interessante. Outro ponto importante a ser analisado é a influência desse grupo profissional junto ao público / audiência.

Por fim, alerta para a necessidade de entender melhor como o status dessas elites é instrumentalizado na prática. Ou seja: como é o trabalho diário desses jornalistas? Como ele influencia o público e os colegas? Em que sentido essa obra justifica o status de elite? Estudos nessa direção podem ajudar a entender melhor o papel dessa elite de jornalistas na sociedade.


Colaboraram o jornalista Carlos Müller e o estudante Arthur Lima.

ANEXO VI – AUTORIZAÇÃO DE USO DAS ENTREVISTAS E CORRESPONDÊNCIA TROCADA

Adísia Sá

Yahoo! Mail - fabiohpereira_unb@yahoo.com.br

http://br.f557.mail.yahoo.com/ym/ShowLetter?MsgId=696_0_72120_...

De: "Adísia Sá" <adisia@ccreia.com.br>  Ver detalhes do contato

Para: fabiohpereira_unb@yahoo.com.br

Assunto: Autorização

Data: Thu, 6 Mar 2008 09:55:25 -0300

Fábio.

Espero que você tenha recebido ontem o texto final da entrevista: a demora foi por conta da revisão, mesmo: muito trabalhosa. Mas, pelo seu esforço - meus parabéns. Pela minha demora- desculpas.

Obrigada pelo CD: ainda não tive tempo de ouvir, mas espero fazer na Semana Santa.

Segue a autorização. Como você disse que eu posso mandar por e-mail, é o que estou fazendo. Se houver necessidade de assinatura, informe, que providenciarei .

Mais uma vez, obrigada por sua consideração. Adísia

AUTORIZAÇÃO

Fábio Henrique Pereira tem minha autorização para fazer uso da entrevista por mim a ele concedida, para

fins acadêmicos , em todo ou em parte (redigir tese, trabalhos em revistas científicas, livro, palestras e

outros compatíveis ao seu conteúdo.)

Fortaleza, 04 de março 2008

Adísia Sá

Alberto Dines

Termo de autorização

Eu, Alberto Dines, abaixo assinado, autorizo a utilização, nos seguintes termos, das entrevistas concedidas nas dias 22/02/2007 e 05/07/2007, na cidade de São Paulo, a Fábio Henrique Pereira, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, matrícula 04/23505, sob a orientação da Profa. Dra Zélia Leal Adghirni.

1. As entrevistas serão utilizadas para fins de subsídio à pesquisa de doutorado de Fábio Henrique Pereira, com tema: *Jornalistas-intelectuais: identidades, práticas e transformações do jornalismo brasileiro*;

2. Ao entrevistado, o pesquisador Fábio Henrique Pereira, compromete-se a utilizar os depoimentos colhidos na pesquisa sem distorções;

3. Uma cópia da transcrição das entrevistas será enviada ao entrevistado;

4. As entrevistas serão utilizada apenas no contexto de atividades de divulgação que forem atinentes à presente pesquisa (relatório da tese de doutorado, publicações e conferências sobre o tema).

São Paulo, 03 de Março de 2008


Alberto Dines

CPF: 

Antônio Hohlfeldt

AUTORIZAÇÃO

ANTONIO CARLOS HOHLFELDT, abaixo assinado, professor do Programa de Pos-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, AUTORIZA a Fábio Henrique Pereira a utilização, em suas pesquisas de finalidade acadêmica, bem como em quaisquer outras ocasiões que julgar necessário, e com as mesmas finalidades, de entrevista concedida pelo autor ao pesquisador.

Porto Alegre, 19 de Fevereiro de 2008.


Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt

RG 8802517186

Carlos Chagas

Gmail - Autorização

<http://mail.google.com/mail/?ui=2&ik=214cc7446c&view=pt&search...>



Fabio Pereira <fabiop@gmail.com>

Autorização

1 mensagem

carlos chagas <carloschagas@hotmail.com>
Para: fabiop@gmail.com

20 de fevereiro de 2008 13:07

Fabio Pereira,

está autorizado.
Brasília 20.02.2008.

Crlos Chagas.

Receba GRÁTIS as mensagens do Messenger no seu celular quando você estiver offline. Conheça o
MSN Mobile!
<http://mobile.live.com/signup/signup2.aspx?lc=pt-br>

Carlos Heitor Cony

Gmail - Pedido de autorização para uso de entrevista realizada com o Cony <http://mail.google.com/mail/?ui=2&ik=214cc7446c&view=pt&search...>



Fabio Pereira <fabiop@gmail.com>

Pedido de autorização para uso de entrevista realizada com o Cony

2 mensagens

Beth Paiva <bethpaiva@cony.com.br>
Para: fabiop@gmail.com
Cc: Carlos Heitor Cony <cony@cony.com.br>

19 de fevereiro de 2008 11:44

Fabio, boa tarde

Autorizo o uso da entrevista só para sua tese e peço sua gentileza de enviar uma copia para

~~Rua Caroto 511 - São Paulo - SP - Cep 22220-001 - Rio de Janeiro.~~

Sua tese será encaminhada para o site do Cony.

Beth Paiva / Cony
bethpaiva@cony.com.br
21-2205-1046
21-2205-1235

Flávio Tavares

Gmail - Re: autorização entrevista

<http://mail.google.com/mail/?ui=2&ik=214cc7446c&view=pt&search...>



Fabio Pereira <fabiop@gmail.com>

Re: autorização entrevista

2 mensagens

FlavioFTavares <flavioftavares@gmail.com>

25 de fevereiro de 2008 19:25

Para: Fabio Pereira <fabiop@gmail.com>

Fábio, caríssimo

Claro que estás autorizado a utilizar minha entrevista para a feitura da tua tese e para tudo o mais que com ela se relacione.

Ao ler a transcrição que me enviaste, porém, notei uma série de imprecisões, devidas à minha prosódia e a pequenos cochilos (nada é mais enfadonho e enervante do que transcrever uma fita gravada, principalmnteb quando long). Há, inclusive, expressões que nunca uso, nem mesmo no coloquial, além de frases inconclusas, talvez inaudíveis, marcadas com reticências...

Vou fazer uma revisão da entrevista e t'a envio o mais cedo que puder,

Lembrando-me ainda do nosso encontro-entrevista aqui em Búzios, reitero-te meu abraço

Flávio Tavares
Búzios, RJ, 25. 2. 2008

Juremir Machado da Silva

Gmail - Re: Reenviando: Pedido de autori? ?ISO-8859-1?Q?zação par... <http://mail.google.com/mail/?ui=2&ik=214cc7446c&view=pt&search...>



Fabio Pereira <fabiop@gmail.com>

**Re: Reenviando: Pedido de autori? ?ISO-8859-1?Q?zação
para uso de entrevista**

2 mensagens

~~juremir@serviçodepovo.com.br~~ <juremir@serviçodepovo.com.br>

3 de março de 2008
20:35

Para: fabiop@gmail.com


Caro Fábio: vou te mandar a autorização pedida, mas, na verdade, eu não consigo entender esse tipo de exigência, pois se eu aceito dar uma entrevista, obviamente aceito que o material seja divulgado. Faz parte da atividade jornalística. Fico imaginando se cada vez que um jornalista fizesse uma entrevista, precisasse de uma autorização escrita para divulgar o conteúdo, não haveria jornalismo. De minha parte estás autorizando, sempre estiveste. Mas me envia o endereço para onde devo remeter a minha autorização. Abraços. Juremir

Raimundo Pereira

Yahoo! Mail - fabiohpereira_unb@yahoo.com.br

http://br.f557.mail.yahoo.com/ym/ShowLetter?MsgId=2712_0_71372...

"Oficina de Informações - Administração - SP"

<administracao@oficinainforma.com.br>  Ver detalhes do contato

Data: Thu, 6 Mar 2008 15:45:08 -0300

Para: "Fábio Pereira" <fabiohpereira_unb@yahoo.com.br>

Assunto: Re: Pedido de autorização para uso de entrevista

Olá Fábio,

O Raimundo Pereira estará em Brasília amanhã, sexta-feira (7 de março), e pede que você telefone para ele no 61-3814.9030 para acertarem o texto que você enviou, pois há alguns erros e sugestões que ele deseja fazer. Por favor, fale com ele amanhã, pois em seguida ele viajará a trabalho e só estará disponível a partir do dia 24 de março.

Abraços

Sônia Mesquita

sonia.mesquita@oficinainforma.com.br

Fone: 11-3814.9030

Tue, 26 Feb 2008 18:41:29 -0300 (ART), Fábio Pereira escreveu:

Prezado Raimundo Pereira,

Nos dias 22/06 e 17/07/2007 estive no seu apartamento em Brasília para uma entrevista destinada à minha pesquisa de doutorado pela UnB. Encontro-me, no momento, na reta final de redação da tese. Estou precisando de uma autorização sua, por escrito, para que eu possa usar a entrevista para fins acadêmicos (para redigir a tese, mas também em revistas científicas, livro, etc). A autorização pode ser enviada por e-mail, no corpo da mensagem.

Em anexo, envio a entrevista transcrita. Posso enviar o CD com a gravação da nossa conversa, caso queira.

Agradeço a ajuda e peço desculpas pelo incômodo.

Abraço

Fábio Henrique Pereira

Abra sua conta no [Yahoo! Mail](#), o único sem limite de espaço para armazenamento!

Editora Manifesto S.A.
Oficina de Informações
Revista REPORTAGEM
RETRATO DO BRASIL
<http://www.oficinainforma.com.br>
Fone/fax: 11-3814.9030
R. Fidalga, 146 conj. 42
São Paulo - SP
05432-000

Fernando Morais

Yahoo! Mail - fabiohpereira_unb@yahoo.com.br

http://br.f557.mail.yahoo.com/ym/ShowLetter?MsgId=920_0_5872_1...

Mensagem não sinalizada. [Sinalizar - Marcar como não lida]

De: "Fernando Morais" <fernando@unb.com.br>  Adicionar endereço

Para: "Fábio Pereira" <fabiohpereira_unb@yahoo.com.br>

Assunto: Re: Entrevista: jornalistas intelectuais

Data: Tue, 30 Jan 2007 18:19:46 -0200

Fábio:
lamento, mas eu NÃO sou um intelectual.
Fica para a próxima.
Fernando

Elio Gaspari

Gmail - Ainda sobre a entrevista

<http://mail.google.com/mail/?ui=2&ik=214cc7446c&view=pt&q=gasp...>



Fabio Pereira <fabiop@gmail.com>

Ainda sobre a entrevista

3 mensagens

Fabio Pereira <fabiop@gmail.com>

25 de junho de 2007 15:44

Para: eg2007@mac.com

Prezado Elio Gaspari

Na semana passada lhe enviei um e-mail sobre a possibilidade de entrevistá-lo para a minha pesquisa de doutorado. Desculpe pela insistência, mas entre os dias 03 a 06 de julho estarei em São Paulo e gostaria de aproveitar a viagem para realizar a entrevista. Acha que é possível?

Fico aguardando resposta

Atenciosamente

Fábio Pereira
Doutorando FAC/ UnB
(61) 9154-9390 / 3208-5110

elio gaspari <eg2007@mac.com>

25 de junho de 2007 18:25

Para: Fabio Pereira <fabiop@gmail.com>

Caro Fábio,
Desculpe, mas acredito que perdi a sua primeira mensagem.
Infelizmente, não dou entrevistas. Se puder ser útil de outra forma, faça-me saber.
Atenciosamente,
elio gaspari

[Texto das mensagens anteriores oculto]
